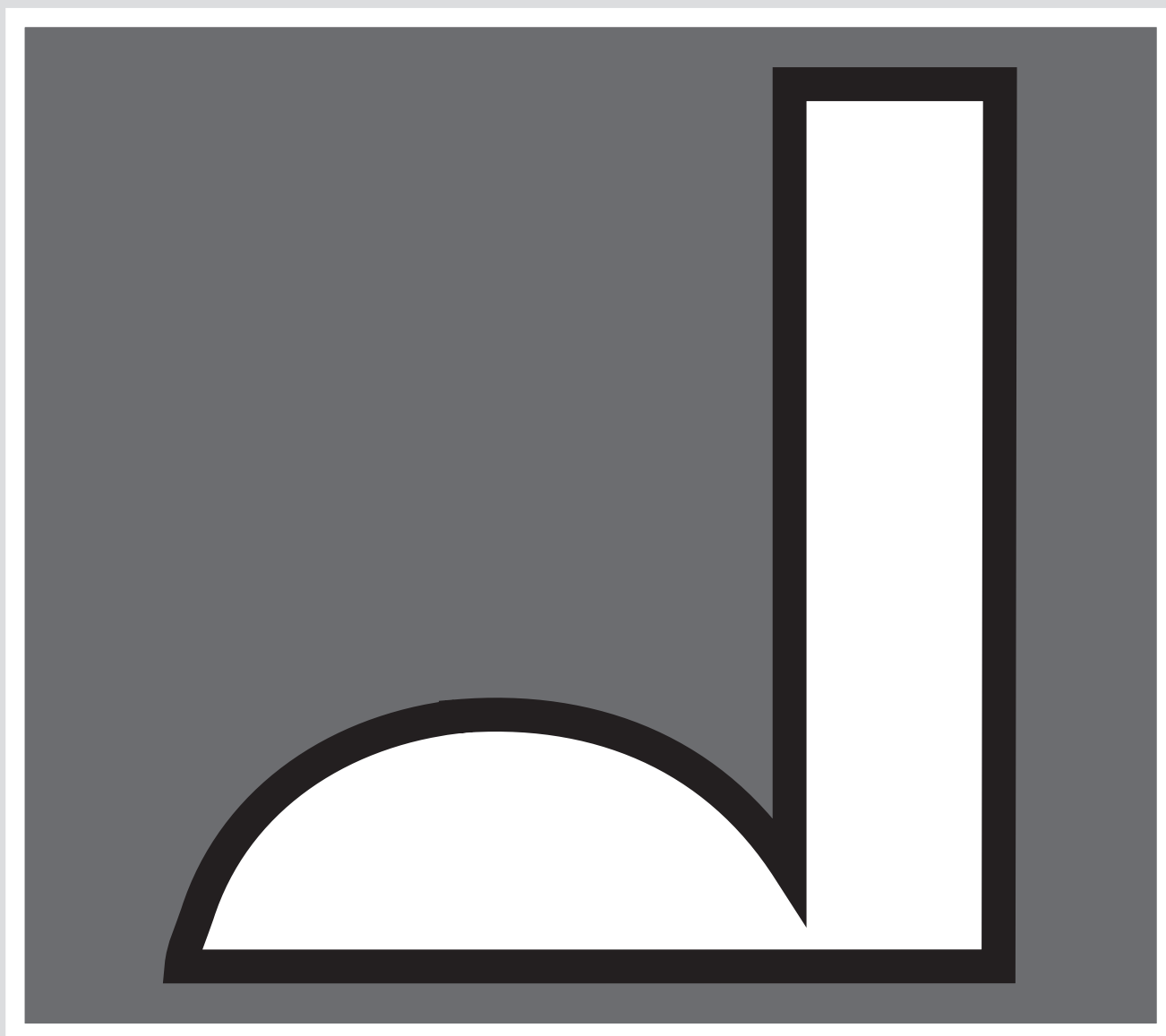




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 088 - QUARTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
 Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
 Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
 Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
 Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
 Patrícia Saboya - (PDT-CE)

Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

<p align="center">Maioria (PMDB/PP) - 20</p> <p align="center">Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior </p> <p align="center">Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto</p> <p align="center">Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p align="center">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 21</p> <p align="center">Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella </p> <p align="center">Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Ams</p> <p align="center">Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p align="center">Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p align="center">Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p align="center">Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27</p> <p align="center">Líder Raimundo Colombo - DEM</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana </p> <p align="center">Líder do DEM - 14 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes</p> <p align="center">Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>
<p align="center">PTB - 7</p> <p align="center">Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p align="center">PSOL - 1</p> <p align="center">Líder José Nery - PSOL</p>	<p align="center">Governo</p> <p align="center">Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p align="center">PDT - 5</p> <p align="center">Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

EXPEDIENTE

<p align="center">José Alexandre Lima Gazineo Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center">Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 DECRETO LEGISLATIVO	
Nº 311, de 2009.	23614
2 – ATA DA 96ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE JUNHO DE 2009	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará.	23616
Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.	23637
Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que as autorizações para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária sejam outorgadas exclusivamente a entidades constituídas há pelo menos dois anos.	23639
Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2009 – Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Junior, que obriga as empresas responsáveis pela emissão de cartões de crédito a prestarem informações completas sobre as condições e encargos exigidos do titular do cartão, impõe prazo mínimo para informar futura variação na taxa de juros ou para alterações no contrato, proíbe a cobrança de multas ou tarifas em decorrência de celebração de operações de crédito, pelo titular do cartão, que exceda o limite de crédito concedido e estabelece multas e outras punições para quem infringir a Lei.	23640
Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a alínea b do inciso II do caput do art. 39 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.398, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.	23642
Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2009 – Complementar, de autoria do Senador Gilvam Borges, que inclui alínea “j” no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para instituir a inelegibilidade dos civismente insolventes.	23643
2.2.2 – Comunicação	
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, referente à saída da Senadora Lúcia Vânia, como titular, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. (Ofício nº 108/2009, de 16 do corrente).....	23645
2.2.3 – Leitura de requerimentos	
Nº 718, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando informações ao Ministro de Estado da Defesa.	23645
Nº 719, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Raul Brunini.	23646
Nº 720, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2007, seja ouvida a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, além da constante do despacho inicial.	23646
Nº 721, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.	23646
2.2.4 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 24, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; e ao Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França).	23646
Deferimento, nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2009, dos Requerimentos nºs 605, 629, 659 e 687, de 2009, dos Senadores Lobão Filho, Valter Pereira, Cícero Lucena e Pedro Simon, respectivamente.	23647

<p>Término do prazo, dia 15 de junho do corrente, sem interposição de recurso, para que os Projetos de Decreto Legislativo n^{os} 1 e 2, de 2009-CN, fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional.</p> <p>Término do prazo, quarta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado n^{os} 233, 234, 235, 236 e 237, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia.....</p> <p>2.2.5 – Mensagens do Presidente da República</p> <p>N^o 91, de 2009 (n^o 393/2009, na origem), de 4 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor <i>Alfredo Cesar Martinho Leoni</i>, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, junto à República do Tadjiquistão e República Islâmica do Afeganistão.</p> <p>N^o 92, de 2009 (n^o 470/2009, na origem), de 10 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor <i>José Rômulo Plácido Sales</i>, Defensor Público da União no Estado do Piauí, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral da União, na vaga decorrente do término do mandato de Eduardo Flores Vieira.</p> <p>2.2.6 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União</p> <p>N^o 798/2009, de 10 do corrente, encaminhando informações complementares em resposta ao Requerimento n^o 373, de 2004, do Senador Antero Paes de Barros.</p> <p>2.2.7 – Discursos do Expediente</p> <p>SENADOR <i>TIÃO VIANA</i> – Preocupação com a grave crise por que passa o Senado Federal, a qual, de certa forma, envolve todos os senhores Senadores, destacando o caso recente dos atos secretos.....</p> <p>SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – Lançamento pela Rede Brasil Sul de Comunicações, hoje, no Senado Federal, de campanha antidrogas. Reflexão sobre o grave problema do uso de drogas, não só no Brasil, mas também em todo o mundo, cujos reflexos são a violência e a desagregação social.</p> <p>SENADOR <i>FRANCISCO DORNELLES</i>, como Líder – Preocupação com as relações comerciais do País, em especial a barreira tarifária imposta pela União Européia ao café solúvel brasileiro.....</p> <p>SENADORA <i>IDELI SALVATTI</i> – Registro da realização em Bonn, Alemanha, da reunião preparatória para a COP15, que ocorrerá em Copenhagen e deverá fazer a revisão do Protocolo de Kyoto. Realização da Exposição dos Atacadistas – ExpoSuper, em Santa Catarina, nesta semana, cujo tema estará voltado para debates com relação ao meio ambiente.....</p> <p>SENADORA <i>MARISA SERRANO</i> – Manifestação sobre as cobranças da sociedade brasileira</p>	<p>23647</p> <p>23647</p> <p>23648</p> <p>23691</p> <p>23695</p> <p>23696</p> <p>23697</p> <p>23701</p> <p>23702</p>	<p>de mais rigor e mais transparência no controle administrativo da Casa.</p> <p>SENADOR <i>CÉSAR BORGES</i> – Registro de viagem à cidade de Barreiras, na Bahia, para discutir a implantação da ferrovia Oeste-Leste, ocasião em que houve um protesto dos estudantes da Universidade do Estado da Bahia – Uneb. Leitura de trecho de carta de autoria dos estudantes da Uneb, sobre o sucateamento das universidades públicas e a falta de investimentos do Governo da Bahia no ensino superior.....</p> <p>SENADOR <i>PAPALÉO PAES</i> – Reflexão sobre o trabalho escravo no Brasil contemporâneo, fruto da desigualdade social de nosso País e da falta de punição dos agenciadores dessa mão-de-obra. Trabalho desenvolvido pela Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH – anteriormente uma Subcomissão temporária – e que acaba de se tornar permanente.</p> <p>SENADOR <i>OSMAR DIAS</i>, como Líder – Registro do debate havido na Comissão de Assuntos Econômicos, hoje, de projeto de lei da autoria de S. Ex^a, que garante recursos do Orçamento da União para as universidades estaduais financiarem parte de seu custeio.....</p> <p>SENADOR <i>JOÃO PEDRO</i> – Preocupação com decisão que deverá se tomada amanhã no Supremo Tribunal Federal, com respeito ao reconhecimento do diploma de jornalista.</p> <p>SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i>, como Líder – Expectativa com relação ao anunciado pronunciamento do Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, sobre as denúncias que pesam sobre a Casa.</p> <p>SENADOR <i>JOSÉ SARNEY</i> – Relato de medidas moralizadoras já adotadas por S. Ex^a. Declaração a todos os parlamentares no sentido da adoção das providências necessárias ao resgate do conceito do Senado Federal.....</p> <p>2.2.8 – Fala da Presidência (Senador José Sarney) – Registro da presença, no plenário do Senado Federal, do Sr. Gérard Larcher, Presidente do Senado da França, que é convidado a tomar assento à Mesa e pronuncia algumas palavras.....</p> <p>2.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)</p> <p>SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i>, como Líder – Considerações acerca do pronunciamento do Presidente José Sarney.....</p> <p>SENADOR <i>OSMAR DIAS</i> – Esclarecimentos sobre posição de S. Ex^a a respeito da crise por que passa o Senado.....</p> <p>2.3 – ORDEM DO DIA</p> <p>2.3.1 Item 2 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento n^o 722, de 2009, lido e aprovado nesta oportunidade)</p> <p>Projeto de Lei de Conversão n^o 11, de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida –</p>	<p>23704</p> <p>23707</p> <p>23709</p> <p>23711</p> <p>23714</p> <p>23715</p> <p>23717</p> <p>23723</p> <p>23725</p> <p>23735</p>
---	--	---	---

PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 459, de 2009). **Aprovado**, após **Parecer nº 749, de 2009-PLEN** (Relator revisor: Senador Gim Argello), tendo usado da palavra os Srs. Renato Casagrande, Arthur Virgílio, a Srª Lúcia Vânia, e os Srs. Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Jayme Campos, Alvaro Dias, Inácio Arruda, João Pedro e Antonio Carlos Valadares. À sanção. 23741

2.3.2 Item extrapauta (Incluído na pauta, com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 57, de 2009 (nº 260/2009, na origem), de iniciativa do Presidente da República, submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Luiz Gilberto Seixas de Andrade, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana. **Aprovado o Parecer nº 750, de 2009-CRE**. (Votação nominal) 23793

2.3.3 Item extrapauta (Incluído na pauta, com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 73, de 2009, (nº 296/2009, na origem), de iniciativa do Presidente da República, submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor João Solano Carneiro da Cunha, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana. **Aprovado o Parecer nº 751, de 2009-CRE**. (Votação nominal) 23797

2.3.4 Item 38 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 728, de 2009, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2009 (nº 1.933/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências. **Aprovado**. À sanção. 23799

2.3.5 Item 39 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 728, de 2009, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2009 (nº 3.350/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) e dá outras providências. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Osmar Dias e Flávio Arns. À sanção... 23801

2.3.6 Item 26 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 728, de 2009, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2007 (nº 1.333/95, na Casa de origem, do Deputado Jovair Arantes), que dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências. **Aprovado**. À sanção..... 23803

2.3.7 Item 49 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 729, de 2009, lido e aprovado nesta oportunidade)

Requerimento nº 608, de 2009, do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 148, de 2005, e 291, de 2008, por regularem a mesma matéria (Propaganda eleitoral na internet). **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Flexa Ribeiro..... 23807

2.3.8 Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos. **Não houve oradores na quarta sessão de discussão, em primeiro turno**. 23807

2.3.9 Item 10

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/1999, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho – CLT. **Discussão encerrada sem apresentação de emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado**. À Câmara dos Deputados..... 23807

2.3.10 Item 11

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia). **Discussão encerrada sem apresentação de emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado**. À Câmara dos Deputados.... 23808

2.3.11 Item 12

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2003 (nº 4.701/2004, naquela Casa), do Senador Almeida Lima, que dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos e privados. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final. 23808

2.3.12 Item extrapauta (Incluído na pauta, com aquiescência do Plenário)

Projeto de Resolução nº 25, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Resolução nº 28, de 28 de agosto de 2008, que autoriza o Mu-

<p><i>nicípio de Porto Alegre (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Aprovado, após leitura do Parecer nº 752, de 2009-CAE. À Comissão Diretora para redação final.</i></p>	23811	<p><i>estabelecer mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que específica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77. Aprovada. À Comissão Diretora para redação final.....</i></p>	23840
<p><i>Redação final do Projeto de Resolução nº 25, de 2009 (Parecer nº 753, de 2009-CDIR). Aprovada. À promulgação.....</i></p>	23813	<p>2.3.19 Item 16 Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2000 (nº 4.623/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas. Aprovada. À Comissão Diretora para redação final.....</p>	23841
<p>2.3.13 Item 13 Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2004 (nº 6.415/2005, naquela Casa), do Senador César Borges, que altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica. Aprovados a ementa e os arts. 3º a 6º do Substitutivo da Câmara e restabelecido o art. 1º do texto originalmente aprovado pelo Senado Federal. À Comissão Diretora para redação final.....</p>	23814	<p>2.3.20 Item 17 Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003 (nº 6.206/2005, naquela Casa), da Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Retirado da pauta.</p>	23842
<p>2.3.14 – Leitura de requerimento Nº 732, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Octávio Melchíades Ulysséa. Aprovado. ...</p>	23817	<p>2.3.21 Item 18 Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002 (nº 1.043/99, na Casa de origem, do Deputado Dr. Hélio), que dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados. Aprovado. À sanção.</p>	23842
<p>2.3.15 – Pronunciamento SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – A queda na produção de celulares no pólo industrial de Manaus, em janeiro. Regozijo pela notícia de pesquisas realizadas pelo Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico (CDEAM), da Universidade Federal do Amazonas, no sentido da produção de energia elétrica a partir do caroço do açaí. Registro da notícia de que um professor índio está dando aula de informática na língua da etnia Kuriparo, e tomando aula de informática em Português. Registro de matérias publicadas na imprensa nacional referentes a Petrobras. Destaque para a iniciativa do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan, presente em 100 comunidades pelo Brasil.</p>	23818	<p>2.3.22 Item 19 Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2005 (nº 3.372/2000, na Casa de origem), do Deputado Osmar Serraglio, que altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências (Dispõe sobre alterações no trâmite do processo de cassação de mandato do prefeito pela Câmara de Vereadores). Aprovado. À sanção.....</p>	23844
<p>2.3.16 – Ordem do Dia (continuação) 2.3.17 Item 14</p>	23818	<p>2.3.23 Item 20 Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2005 (nº 4.130/2001, na Casa de origem, do Deputado Orlando Fantazzini), que revoga o art. 60 da Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, Lei de Contravenções Penais (Exclui a mendicância do rol das contravenções penais). Aprovado, com emenda. À Comissão Diretora para redação final.</p>	23845
<p>Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996 (nº 3.777/1997, naquela Casa), do Senador Sérgio Machado, que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor (A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem conter informações ao consumidor). Aprovadas. À Comissão Diretora para redação final.....</p>	23839	<p>Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2005 (Parecer nº 754, de 2009-CDIR). Aprovada. À sanção.....</p>	23845
<p>2.3.18 Item 15 Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1999 (nº 3.469/2000, naquela Casa), de autoria da Senadora Emília Fernandes, que acrescenta artigos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para</p>	23845	<p>2.3.24 Item 21 Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2005 (nº 3.945/2004, na Casa de origem, do Deputado Manato), que confere prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Aprovado o Substitutivo. À Comissão Diretora para redação do vencido para o turno suplementar.</p>	23845

2.3.25 Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2005 (nº 1.165/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, e revoga a Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999. **Aprovado o Substitutivo.** À Comissão Diretora para redação do vencido para o turno suplementar. 23847

2.3.26 Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006 (nº 5.434/2005, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Gomes), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte (determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis de educação básica). **Aprovado, com emenda.** À Comissão Diretora para redação final. 23848

2.3.27 Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2006 (nº 855/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Sampaio), que altera a redação do § 2º do art. 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (dispõe sobre a retirada dos autos para obtenção de cópias). **Aprovado.** À sanção. 23849

2.3.28 Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Discussão adiada por trinta dias,** nos termos do Requerimento nº 733, de 2009. 23851

2.3.29 Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2007 (nº 3.138/97, na Casa de origem, do Deputado Júlio Redecker), que altera o art. 1º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, estendendo as regras desse diploma legal a todas as empresas que venham a contratar ou transferir trabalhadores para prestar serviço no exterior. **Aprovado.** À sanção. 23852

2.3.30 Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica. **Discussão adiada por trinta dias,** nos termos do Requerimento nº 734, de 2009. 23853

2.3.31 Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2007 (nº 435/2007, na Casa de origem, da Deputada Elcione Barbalho), que altera o art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848,

de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (substitui a expressão: “alienada ou débil mental” por “apresenta deficiência mental”). **Aprovado, com emenda.** À Comissão Diretora para redação final. 23854

2.3.32 Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2007 (nº 3.607/2004, na Casa de origem, do Deputado Zequinha Marinho), que inclui na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, a ligação rodoviária entre Redenção/PA e Marabá/PA. **Aprovado.** À sanção. 23855

2.3.33 Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2007 (nº 400/2007, na Casa de origem, do Deputado Dagoberito), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a divulgação dos autos de infração e a cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo. **Aprovado.** À sanção. 23856

2.3.34 Item 32

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2008 (nº 1.343/99, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. **Aprovado, com emenda.** À Comissão Diretora para redação final. 23858

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2008 (**Parecer nº 755, de 2009-CDIR**). **Aprovada.** À sanção. 23858

2.3.35 Item 33

Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2008 (nº 1.531/2007, na Casa de origem, da Deputada Janete Capiberibe), que altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações. **Aprovado.** À sanção. 23859

2.3.36 Item 34

Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2008 (nº 2.181/2007, na Casa de origem, do Deputado Rogério Lisboa), que dá nova redação aos arts. 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (participação do defensor público na lavratura de escrituras públicas). **Aprovado.** À sanção. 23860

2.3.37 Item 35

Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2008 (nº 3.446/97, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências. **Aprovado, com emendas.** À Comissão Diretora para redação final. 23860

2.3.38 Item 36

Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2008 (nº 2.379/2007, na Casa de origem, do Deputado

Regis de Oliveira), que *dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais*. **Aprovado**. À sanção....

23863

2.3.39 Item 37

Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008 (nº 6.238/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomano), que *acrescenta inciso IV ao § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para reclamações por vícios aparentes ou de fácil constatação)*. **Retirado da pauta**, nos termos do Requerimento nº 735, de 2009.....

23865

2.3.40 Item 40

Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2008 (nº 67/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006*. **Aprovado**. À promulgação.....

23865

2.3.41 Item 41

Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2009 (nº 2.378/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001*. **Aprovado**. À promulgação.....

23867

2.3.42 Item 42

Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2009 (nº 27/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, com vistas na sua entrada em vigor no Brasil*. **Aprovado, com emenda**. À Comissão Diretora para redação final.

23868

2.3.43 Item 43 (Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito)*. **Discussão adiada por trinta dias**, nos termos do Requerimento nº 736, de 2009.....

23870

2.3.44 Item 44

Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul*. **Retirado da pauta**, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009.

23870

2.3.45 Item 45 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal*. **Discussão adiada por trinta dias**, nos termos do Requerimento nº 738, de 2009.....

23870

2.3.46 Item 46

Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*. **Discussão adiada por trinta dias**, nos termos do Requerimento nº 739, de 2009.....

23871

2.3.47 Item 47

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*. **Retirado da pauta**.....

23871

2.3.48 Item 48 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 2008)

Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2007, de autoria do Senador Neuto De Conto, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para regular a cobrança de anuidades pelo Conselho Federal de Contabilidade*. **Retirado da pauta**, nos termos do Requerimento nº 740, de 2009.

23871

2.3.49 – Matérias não apreciadas

Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

23872

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA**2.4.1 Apreciação de matéria**

Requerimento nº 543, de 2009, lido em sessão anterior. **Aprovado**.

23874

2.4.2 – Discurso

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Saudação ao publicitário Durango Duarte pela publicação do livro “Manaus – Entre o Passado e o Presente”. Registro da matéria intitulada “Marinha leva socorro ao interior”, publicada no **jornal Amazonas em Tempo**, edição de 17 de maio último. A indicação de Manaus como uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. O aumento da produção de motocicletas no Pólo Industrial de Manaus. A revelação de resultados de pesquisas com o gengibre, erva largamente produzida no Amazonas.

23873

2.4.3 – Parecer

Nº 756, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Requerimento nº 803, de 2004, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003)*.....

23878

2.4.4 – Comunicação da Presidência	
Abertura de prazo de dois dias úteis para recebimento do recurso, no sentido da continuação da tramitação do Requerimento nº 803, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente.	23885
2.4.5 – Leitura de requerimentos	
Nº 741, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento do médico Silas Munguba.</i>	23885
Nº 742, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, <i>solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça.</i>	23885
Nº 743, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de aplauso ao lutador Matheus Segadilha.</i>	23893
Nº 744, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, <i>solicitando a retirada da Emenda nº 3-Plen, à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999. Deferido.</i>	23893
2.4.6 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR PAPANÓ PAES – Registro da matéria intitulada “Blog em favor da volta de Delúbio ao PT provoca mal-estar entre políticos”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 30 de abril último.....	23893
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do editorial intitulado “Muralha Chinesa”, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 21 de maio último. ..	23895
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Intelectuais europeus pedem ação contra Hosny na Unesco”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 22 de maio último.....	23896
SENADOR ROMERO JUCÁ – Atuação do Senado Federal em prol da cultura no País, registrada na publicação Atividades Educacionais 2009 , que contempla o leque de ações concebidas, para o corrente ano, pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB e pela Universidade do Legislativo Brasileiro – UniLegis.....	23897
2.4.7 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 17, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	23897
2.5 – ENCERRAMENTO	
3 – EMENDA	
Nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 16, de 2009-CN; Mensagem nº 55, de 2009-CN (nº 369/2009, na origem).....	23903
4 – ATA	
4.1 – Mesa do Senado Federal	
Ata da 3ª reunião, realizada em 18 de março de 2009.....	23905

5 – ATO ADMINISTRATIVO	
5.1 – Ato do Diretor-Geral	
Nº 2.379, de 2009.	23915
6 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, NO DIA 16.06.2009	
SENADO FEDERAL	
7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
CE – Comissão de Educação	
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	
CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)	
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	
CONGRESSO NACIONAL	
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)	
Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) (Lei nº 9.883, de 1999)	

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 311, DE 2009(*)

Aprova o texto do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado em Nova Iorque, em 16 de dezembro de 1966, e do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte, adotado e proclamado pela Resolução nº 44/128, de 15 de dezembro de 1989, com a reserva expressa no art. 2º.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado em Nova Iorque, em 16 de dezembro de 1966, e do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte, adotado e proclamado pela Resolução nº 44/128, de 15 de dezembro de 1989, com a reserva expressa no art. 2º.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão dos referidos Protocolos, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de junho de 2009.

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

(*) Os textos dos Protocolos acima citados estão publicados no DSF de 19/06/2008.

Ata da 96ª Sessão Deliberativa Ordinária em 16 de junho de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Marconi Perillo, Mão Santa,
César Borges João Pedro e Romeu Tuma.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minu-
to, e encerra-se às 22 horas e 37 minutos)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, ÀS 14:00 HORAS

Período : 16/6/2009 07:39:16 até 16/6/2009 22:40:17

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X	DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X	PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	X	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X	PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X		DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X		Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X	Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X	PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2009

Altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascente da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterada a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do

Cachimbo criada pelo Decreto de 20 de maio de 2005 para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV.

Art. 2º O Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo, localizado nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará, tem como objetivo básico preservar os ecossistemas naturais relevantes da região, principalmente as nascentes da Serra do Cachimbo.

Art. 3º O Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo, com área total aproximada de cento e sessenta e dois mil e trezentos e seis hectares e perímetro de trezentos e trinta e cinco mil e cento e cinquenta e cinco metros, tem os limites descritos a partir das cartas topográficas militares em escala 1:100.000 MI nos 1410, 1411, 1487 e 1488, editadas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, com o seguinte memorial descritivo:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P-1, de coordenadas N 9.039.147,984m e E 721.041,048m; situado na margem direita do Rio Curuá, deste, segue confrontando com ÁREAS DE ENTORNO, com os seguintes azimutes e distâncias: 76°52'30" e 1.845,202 m até o vértice P-2, de coordenadas N 9.039.566,984m e E 722.838,048m; 91°00'28" e 5.230,809 m até o vértice P-3, de coordenadas N 9.039.474,984m e E 728.068,048m; 163°58'02" e 4.949,519 m até o vértice P-4, de coordenadas N 9.034.717,984m e E 729.435,048m; 110°37'48" e 1.816,480 m até o vértice P-5, de coordenadas N 9.034.077,984m e E 731.135,048m; 85°46'13" e 2.833,718 m até o vértice P-6, de coordenadas N 9.034.286,984m e E 733.961,048m; 9°39'22" e 5.252,413 m até o vértice P-7, de coordenadas N 9.039.464,984m e E 734.842,048m; 90°19'19" e 5.874,093 m até o vértice P-8, de coordenadas N 9.039.431,984m e E 740.716,048m; situado no limite com ÁREAS DE ENTORNO e com APA NACIONAL SERRA DO CACHIMBO, deste, segue confrontando com APA NACIONAL SERRA DO CACHIMBO, com os seguintes azimutes e distâncias: 102°07'43" e 2.821,604 m até o vértice P-9, de coordenadas N 9.038.839,142m e E 743.474,668m; 80°55'02" e 1.479,473 m até o vértice P-10, de coordenadas N 9.039.072,693m e E 744.935,591m; 86°41'06" e 1.346,303 m até o vértice P-11, de coordenadas N 9.039.150,544m e E 746.279,641m; 92°55'20" e 1.592,011 m até o vértice P-12, de coordenadas N 9.039.069,380m e E 747.869,582m; 102°53'49" e 1.700,152 m até o vértice P-13, de coordenadas N 9.038.689,911m e E 749.526,844m; 119°37'45" e 2.581,795 m até o vértice P-14, de coordenadas N 9.037.413,512m e E 751.771,053m; 104°48'52" e 1.214,258 m até o vértice P-15, de coordenadas N 9.037.103,037m e E 752.944,947m; 75°37'49" e 1.390,014 m até o vértice P-16, de coordenadas N 9.037.448,010m e E 754.291,473m; 134°58'33" e 2.098,702 m até o vértice P-17, de coordenadas N 9.035.964,628m e E 755.776,103m; 125°09'29" e 2.576,062 m até o vértice P-18, de coordenadas N 9.034.481,247m e E

757.882,208m; 179°39'10" e 16.678,816 m até o vértice P-19, de coordenadas N 9.017.802,737m e E 757.983,293m; 253°37'25" e 2.873,884 m até o vértice P-20, de coordenadas N 9.016.992,451m e E 755.226,002m; 222°08'28" e 3.207,584 m até o vértice P-21, de coordenadas N 9.014.614,042m e E 753.073,849m; 256°55'07" e 2.815,285 m até o vértice P-22, de coordenadas N 9.013.976,851m e E 750.331,621m; 225°51'08" e 9.350,926 m até o vértice P-23, de coordenadas N 9.007.463,812m e E 743.621,915m; 257°36'29" e 5.375,591 m até o vértice P-24, de coordenadas N 9.006.310,211m e E 738.371,565m; 232°03'16" e 5.398,799 m até o vértice P-25, de coordenadas N 9.002.990,420m e E 734.114,098m; 160°38'23" e 2.253,187 m até o vértice P-26, de coordenadas N 9.000.864,646m e E 734.861,047m; 69°15'07" e 4.050,919 m até o vértice P-27, de coordenadas N 9.002.299,720m e E 738.649,253m; 156°13'22" e 6.672,526 m até o vértice P-28, de coordenadas N 8.996.193,552m e E 741.339,478m; 111°28'09" e 1.502,752 m até o vértice P-29, de coordenadas N 8.995.643,547m e E 742.737,963m; 69°43'27" e 2.292,787 m até o vértice P-30, de coordenadas N 8.996.438,094m e E 744.888,676m; 102°11'45" e 5.875,729 m até o vértice P-31, de coordenadas N 8.995.196,829m e E 750.631,798m; 130°44'21" e 3.603,116 m até o vértice P-32, de coordenadas N 8.992.845,374m e E 753.361,836m; 90°43'31" e 5.452,373 m até o vértice P-33, de coordenadas N 8.992.776,363m e E 758.813,772m; 75°04'07" e 6.428,112 m até o vértice P-34, de coordenadas N 8.994.432,647m e E 765.024,839m; 91°43'28" e 2.179,104 m até o vértice P-35, de coordenadas N 8.994.367,070m e E 767.202,956m; 94°16'20" e 1.898,859 m até o vértice P-36, de coordenadas N 8.994.225,611m e E 769.096,538m; 98°19'41" e 4.534,123 m até o vértice P-37, de coordenadas N 8.993.568,896m e E 773.582,850m; 96°02'04" e 4.186,123 m até o vértice P-38, de coordenadas N 8.993.128,829m e E 777.745,778m; 84°36'39" e 3.825,638 m até o vértice P-39, de coordenadas N 8.993.488,139m e E 781.554,505m; 192°52'33" e 8.451,497 m até o vértice P-40, de coordenadas N 8.985.249,149m e E 779.671,195m; 219°49'42" e 2.838,166 m até o vértice P-41, de coordenadas N 8.983.069,532m e E 777.853,380m; 302°46'30" e 975,826 m até o vértice P-42, de coordenadas N 8.983.597,786m e E 777.032,901m; 316°32'53" e 1.806,213 m até o vértice P-43, de coordenadas N 8.984.909,011m e E 775.790,688m; 337°45'04" e 1.640,393 m até o vértice P-44, de coordenadas N 8.986.427,272m e E 775.169,581m; 15°45'04" e 2.796,471 m até o vértice P-45, de coordenadas N 8.989.118,734m e E 775.928,712m; 292°06'34" e 4.767,316 m até o vértice P-46, de coordenadas N 8.990.913,042m e E 771.511,953m; 261°10'47" e 4.050,590 m até o vértice P-47, de coordenadas N 8.990.291,936m e E 767.509,266m; 270°50'56" e 2.267,328 m até o vértice P-48, de coordenadas N 8.990.325,524m e E 765.242,187m; 252°48'34" e 5.717,677 m até o vértice P-49, de coordenadas N 8.988.635,651m e E 759.779,938m; 226°50'53" e 3.720,616 m até o vértice P-50, de coordenadas N 8.986.090,996m e E 757.065,585m; 166°55'40" e 4.957,603 m até o vértice P-51, de coordenadas N 8.981.261,865m e E 758.186,887m; 162°24'02" e 9.181,639 m até o vértice P-52, de coordenadas N 8.972.509,984m e E 760.963,048m; 166°44'29" e 4.325,294 m até o vértice P-53, de coordenadas N 8.968.299,984m e E

761.955,048m; 262°30'01" e 7.094,690 m até o vértice P-54, de coordenadas N 8.967.373,984m e E 754.921,048m; 152°16'12" e 747,896 m até o vértice P-55, de coordenadas N 8.966.711,984m e E 755.269,048m; 178°01'18" e 3.824,275 m até o vértice P-56, de coordenadas N 8.962.889,988m e E 755.401,063m; situado no limite com APA NACIONAL SERRA DO CACHIMBO e com ÁREAS DE ENTORNO, deste, segue confrontando com ÁREAS DE ENTORNO, com os seguintes azimutes e distâncias: 280°14'04" e 5.684,461 m até o vértice P-57, de coordenadas N 8.963.899,984m e E 749.807,048m; 269°45'36" e 8.593,075 m até o vértice P-58, de coordenadas N 8.963.863,984m e E 741.214,048m; 322°12'49" e 3.176,006 m até o vértice P-59, de coordenadas N 8.966.373,984m e E 739.268,048m; 290°11'19" e 547,647 m até o vértice P-60, de coordenadas N 8.966.562,984m e E 738.754,048m; 357°35'31" e 2.808,480 m até o vértice P-61, de coordenadas N 8.969.368,984m e E 738.636,048m; 10°14'01" e 4.823,739 m até o vértice P-62, de coordenadas N 8.974.115,984m e E 739.493,048m; 334°54'33" e 2.155,389 m até o vértice P-63, de coordenadas N 8.976.067,984m e E 738.579,048m; 337°58'38" e 5.528,377 m até o vértice P-64, de coordenadas N 8.981.192,984m e E 736.506,048m; 328°58'57" e 6.204,136 m até o vértice P-65, de coordenadas N 8.986.509,984m e E 733.309,048m; 65°50'15" e 7.076,411 m até o vértice P-66, de coordenadas N 8.989.406,539m e E 739.765,484m; 14°45'11" e 5.134,230 m até o vértice P-67, de coordenadas N 8.994.371,504m e E 741.072,939m; 277°45'49" e 7.201,046 m até o vértice P-68, de coordenadas N 8.995.344,280m e E 733.937,900m; 7°34'28" e 2.163,002 m até o vértice P-69, de coordenadas N 8.997.488,409m e E 734.223,019m; 282°15'48" e 428,035 m até o vértice P-70, de coordenadas N 8.997.579,325m e E 733.804,751m; 282°59'03" e 355,276 m até o vértice P-71, de coordenadas N 8.997.659,148m e E 733.458,559m; 286°41'10" e 834,020 m até o vértice P-72, de coordenadas N 8.997.898,617m e E 732.659,657m; 351°21'12" e 4.014,999 m até o vértice P-73, de coordenadas N 9.001.867,984m e E 732.056,048m; 322°31'50" e 2.255,323 m até o vértice P-74, de coordenadas N 9.003.657,984m e E 730.684,048m; 358°47'02" e 5.513,242 m até o vértice P-75, de coordenadas N 9.009.169,984m e E 730.567,048m; 67°47'00" e 3.049,383 m até o vértice P-76, de coordenadas N 9.010.322,984m e E 733.390,048m; situado no limite com ÁREAS DE ENTORNO e com MARGEM DIREITA DO RIO CURUÁ, deste, segue confrontando com MARGEM DIREITA DO RIO CURUÁ, com os seguintes azimutes e distâncias: 16°54'00" e 484,738 m até o vértice P-77, de coordenadas N 9.010.786,788m e E

733.530,963m; 46°57'33" e 1.193,375 m até o vértice P-78, de coordenadas N 9.011.601,288m e E 734.403,163m; 9°52'34" e 921,760 m até o vértice P-79, de coordenadas N 9.012.509,388m e E 734.561,263m; 78°27'24" e 553,699 m até o vértice P-80, de coordenadas N 9.012.620,188m e E 735.103,763m; 12°16'51" e 443,345 m até o vértice P-81, de coordenadas N 9.013.053,388m e E 735.198,063m; 349°24'06" e 331,658 m até o vértice P-82, de coordenadas N 9.013.379,388m e E 735.137,063m; 339°51'12" e 434,058 m até o vértice P-83, de coordenadas N 9.013.786,888m e E 734.987,563m; 319°05'34" e 651,918 m até o vértice P-84, de coordenadas N 9.014.279,588m e E 734.560,663m; 6°53'41" e 642,245 m até o vértice P-85, de coordenadas N 9.014.917,188m e E 734.637,763m; 356°25'25" e 646,058 m até o vértice P-86, de coordenadas N 9.015.561,988m e E 734.597,463m; 345°44'31" e 914,778 m até o vértice P-87, de coordenadas N 9.016.448,588m e E 734.372,163m; 3°13'09" e 477,253 m até o vértice P-88, de coordenadas N 9.016.925,088m e E 734.398,963m; 26°05'55" e 461,450 m até o vértice P-89, de coordenadas N 9.017.339,488m e E 734.601,963m; 356°15'57" e 558,887 m até o vértice P-90, de coordenadas N 9.017.897,188m e E 734.565,563m; 313°20'54" e 856,167 m até o vértice P-91, de coordenadas N 9.018.484,888m e E 733.942,963m; 308°50'35" e 444,363 m até o vértice P-92, de coordenadas N 9.018.763,588m e E 733.596,863m; 320°59'42" e 687,177 m até o vértice P-93, de coordenadas N 9.019.297,588m e E 733.164,363m; 327°23'10" e 474,047 m até o vértice P-94, de coordenadas N 9.019.696,888m e E 732.908,863m; 286°44'45" e 1.035,305 m até o vértice P-95, de coordenadas N 9.019.995,188m e E 731.917,463m; 265°02'10" e 1.213,451 m até o vértice P-96, de coordenadas N 9.019.890,188m e E 730.708,563m; 260°12'36" e 566,347 m até o vértice P-97, de coordenadas N 9.019.793,888m e E 730.150,463m; 303°07'59" e 679,124 m até o vértice P-98, de coordenadas N 9.020.165,088m e E 729.581,763m; 318°16'29" e 425,808 m até o vértice P-99, de coordenadas N 9.020.482,888m e E 729.298,363m; 356°57'25" e 267,477 m até o vértice P-100, de coordenadas N 9.020.749,988m e E 729.284,163m; 34°59'55" e 279,309 m até o vértice P-101, de coordenadas N 9.020.978,788m e E 729.444,363m; 349°29'15" e 355,161 m até o vértice P-102, de coordenadas N 9.021.327,988m e E 729.379,563m; 294°23'01" e 290,184 m até o vértice P-103, de coordenadas N 9.021.447,788m e E 729.115,263m; 347°22'12" e 657,203 m até o vértice P-104, de coordenadas N 9.022.089,088m e E 728.971,563m; 3°52'23" e 349,398 m até o vértice P-105, de coordenadas N 9.022.437,688m e E 728.995,163m; 338°11'55" e 397,425 m até o vértice P-106, de coordenadas N 9.022.806,688m

e E 728.847,563m; 13°12'36" e 353,144 m até o vértice P-107, de coordenadas N 9.023.150,488m e E 728.928,263m; 344°56'53" e 168,273 m até o vértice P-108, de coordenadas N 9.023.312,988m e E 728.884,563m; 251°09'01" e 148,568 m até o vértice P-109, de coordenadas N 9.023.264,988m e E 728.743,963m; 291°46'46" e 288,923 m até o vértice P-110, de coordenadas N 9.023.372,188m e E 728.475,663m; 276°25'23" e 785,732 m até o vértice P-111, de coordenadas N 9.023.460,088m e E 727.694,863m; 302°02'52" e 358,067 m até o vértice P-112, de coordenadas N 9.023.650,088m e E 727.391,363m; 285°36'05" e 269,946 m até o vértice P-113, de coordenadas N 9.023.722,688m e E 727.131,363m; 332°26'40" e 230,215 m até o vértice P-114, de coordenadas N 9.023.926,788m e E 727.024,863m; 33°06'05" e 210,575 m até o vértice P-115, de coordenadas N 9.024.103,188m e E 727.139,863m; 63°45'57" e 170,346 m até o vértice P-116, de coordenadas N 9.024.178,488m e E 727.292,663m; 97°33'54" e 575,005 m até o vértice P-117, de coordenadas N 9.024.102,788m e E 727.862,663m; 359°33'30" e 337,310 m até o vértice P-118, de coordenadas N 9.024.440,088m e E 727.860,063m; 329°25'27" e 387,476 m até o vértice P-119, de coordenadas N 9.024.773,688m e E 727.662,963m; 353°52'07" e 463,451 m até o vértice P-120, de coordenadas N 9.025.234,488m e E 727.613,463m; 35°02'11" e 655,115 m até o vértice P-121, de coordenadas N 9.025.770,888m e E 727.989,563m; 27°25'59" e 274,576 m até o vértice P-122, de coordenadas N 9.026.014,588m e E 728.116,063m; 336°36'29" e 248,853 m até o vértice P-123, de coordenadas N 9.026.242,988m e E 728.017,263m; 348°48'48" e 237,105 m até o vértice P-124, de coordenadas N 9.026.475,588m e E 727.971,263m; 270°19'06" e 197,903 m até o vértice P-125, de coordenadas N 9.026.476,688m e E 727.773,363m; 297°45'05" e 224,639 m até o vértice P-126, de coordenadas N 9.026.581,288m e E 727.574,563m; 327°20'48" e 226,854 m até o vértice P-127, de coordenadas N 9.026.772,288m e E 727.452,163m; 353°34'38" e 145,715 m até o vértice P-128, de coordenadas N 9.026.917,088m e E 727.435,863m; 327°20'27" e 313,572 m até o vértice P-129, de coordenadas N 9.027.181,083m e E 727.266,647m; 256°23'21" e 323,365 m até o vértice P-130, de coordenadas N 9.027.104,988m e E 726.952,363m; 287°42'02" e 246,678 m até o vértice P-131, de coordenadas N 9.027.179,988m e E 726.717,363m; 12°56'34" e 187,355 m até o vértice P-132, de coordenadas N 9.027.362,583m e E 726.759,327m; 260°03'44" e 372,554 m até o vértice P-133, de coordenadas N 9.027.298,288m e E 726.392,363m; 291°12'53" e 605,751 m até o vértice P-134, de coordenadas N 9.027.517,488m e E 725.827,663m;

309°52'07" e 523,377 m até o vértice P-135, de coordenadas N 9.027.852,988m e E 725.425,963m; 345°52'20" e 136,426 m até o vértice P-136, de coordenadas N 9.027.985,288m e E 725.392,663m; 281°54'52" e 297,407 m até o vértice P-137, de coordenadas N 9.028.046,688m e E 725.101,663m; 339°47'26" e 147,053 m até o vértice P-138, de coordenadas N 9.028.184,688m e E 725.050,863m; 49°08'08" e 144,130 m até o vértice P-139, de coordenadas N 9.028.278,988m e E 725.159,863m; 75°32'56" e 361,848 m até o vértice P-140, de coordenadas N 9.028.369,288m e E 725.510,263m; 19°43'42" e 253,584 m até o vértice P-141, de coordenadas N 9.028.607,988m e E 725.595,863m; 282°54'16" e 337,627 m até o vértice P-142, de coordenadas N 9.028.683,388m e E 725.266,763m; 310°12'09" e 149,653 m até o vértice P-143, de coordenadas N 9.028.779,988m e E 725.152,463m; 348°56'26" e 297,245 m até o vértice P-144, de coordenadas N 9.029.071,712m e E 725.095,443m; 48°05'58" e 506,673 m até o vértice P-145, de coordenadas N 9.029.410,088m e E 725.472,563m; 8°24'26" e 286,580 m até o vértice P-146, de coordenadas N 9.029.693,588m e E 725.514,463m; 21°14'05" e 354,788 m até o vértice P-147, de coordenadas N 9.030.024,288m e E 725.642,963m; 10°45'43" e 522,559 m até o vértice P-148, de coordenadas N 9.030.537,656m e E 725.740,541m; 306°38'06" e 453,705 m até o vértice P-149, de coordenadas N 9.030.808,388m e E 725.376,463m; 324°38'09" e 368,367 m até o vértice P-150, de coordenadas N 9.031.108,788m e E 725.163,263m; 39°17'59" e 352,397 m até o vértice P-151, de coordenadas N 9.031.381,488m e E 725.386,463m; 320°45'05" e 227,916 m até o vértice P-152, de coordenadas N 9.031.557,988m e E 725.242,263m; 250°55'36" e 269,601 m até o vértice P-153, de coordenadas N 9.031.469,888m e E 724.987,463m; 296°40'31" e 302,272 m até o vértice P-154, de coordenadas N 9.031.605,588m e E 724.717,363m; 324°06'54" e 103,555 m até o vértice P-155, de coordenadas N 9.031.689,488m e E 724.656,663m; 20°51'52" e 458,785 m até o vértice P-156, de coordenadas N 9.032.118,188m e E 724.820,063m; 350°42'46" e 328,405 m até o vértice P-157, de coordenadas N 9.032.442,288m e E 724.767,063m; 334°57'21" e 304,973 m até o vértice P-158, de coordenadas N 9.032.718,588m e E 724.637,963m; 334°55'32" e 758,149 m até o vértice P-159, de coordenadas N 9.033.405,288m e E 724.316,663m; 356°57'03" e 357,206 m até o vértice P-160, de coordenadas N 9.033.761,988m e E 724.297,663m; 340°31'02" e 632,941 m até o vértice P-161, de coordenadas N 9.034.358,688m e E 724.086,563m; 310°58'49" e 487,193 m até o vértice P-162, de coordenadas N 9.034.678,188m e E 723.718,763m; 350°35'10" e 213,374 m até o

vértice **P-163**, de coordenadas **N 9.034.888,688m** e **E 723.683,863m**; **300°31'47"** e **289,772 m** até o vértice **P-164**, de coordenadas **N 9.035.035,888m** e **E 723.434,263m**; **254°52'30"** e **405,860 m** até o vértice **P-165**, de coordenadas **N 9.034.929,988m** e **E 723.042,463m**; **303°55'34"** e **255,858 m** até o vértice **P-166**, de coordenadas **N 9.035.072,788m** e **E 722.830,163m**; **354°51'18"** e **325,612 m** até o vértice **P-167**, de coordenadas **N 9.035.397,088m** e **E 722.800,963m**; **300°31'04"** e **493,691 m** até o vértice **P-168**, de coordenadas **N 9.035.647,788m** e **E 722.375,663m**; **285°46'33"** e **413,059 m** até o vértice **P-169**, de coordenadas **N 9.035.760,088m** e **E 721.978,163m**; **318°48'35"** e **249,028 m** até o vértice **P-170**, de coordenadas **N 9.035.947,488m** e **E 721.814,163m**; **348°02'57"** e **511,895 m** até o vértice **P-171**, de coordenadas **N 9.036.448,288m** e **E 721.708,163m**; **329°35'17"** e **373,953 m** até o vértice **P-172**, de coordenadas **N 9.036.770,788m** e **E 721.518,863m**; **342°14'23"** e **169,162 m** até o vértice **P-173**, de coordenadas **N 9.036.931,888m** e **E 721.467,263m**; **29°07'00"** e **501,242 m** até o vértice **P-174**, de coordenadas **N 9.037.369,788m** e **E 721.711,163m**; **354°18'10"** e **513,738 m** até o vértice **P-175**, de coordenadas **N 9.037.880,988m** e **E 721.660,163m**; **310°02'28"** e **351,759 m** até o vértice **P-176**, de coordenadas **N 9.038.107,288m** e **E 721.390,863m**; **349°48'01"** e **570,923 m** até o vértice **P-177**, de coordenadas **N 9.038.669,188m** e **E 721.289,763m**; **332°33'00"** e **539,541 m** até o vértice **P-1**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas, encontram-se representadas no Sistema de coordenadas UTM, referenciadas ao **Meridiano Central nº 57**, fuso 21, tendo como datum o **SAD-69**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 4º Fica destinada à Zona de Amortecimento do Parque uma área de quinhentos metros ao redor de seus limites.

Art. 5º O Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo será administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que adotará as medidas necessárias para sua efetiva implantação.

Art. 6º A Área de Proteção Ambiental Vale do XV, localizada no

Município de Altamira, no Estado do Pará, tem como objetivo disciplinar o processo de ocupação e ordenar as atividades da região para proteger a diversidade biológica e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Art. 7º A Área de Proteção Ambiental Vale do XV, com área total aproximada de cento e setenta e oito mil e trezentos e oitenta e seis hectares e perímetro de trezentos e treze mil e duzentos e sessenta e dois metros, tem os limites descritos a partir das cartas topográficas militares em escala 1:100.000 MI nos 1410, 1411, 1487 e 1488, editadas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, com o seguinte memorial descritivo:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P-178, de coordenadas N 9.042.337,984m e E 740.748,048m; situado no limite com PARQUE NACIONAL SERRA DO CACHIMBO e com ÁREAS DE ENTORNO, deste, segue confrontando com ÁREAS DE ENTORNO, com os seguintes azimutes e distâncias: 99°50'56" e 876,924 m até o vértice P-179, de coordenadas N 9.042.187,984m e E 741.612,048m; 87°49'22" e 605,437 m até o vértice P-180, de coordenadas N 9.042.210,984m e E 742.217,048m; 107°58'42" e 1.270,011 m até o vértice P-181, de coordenadas N 9.041.818,984m e E 743.425,048m; 99°51'53" e 2.037,118 m até o vértice P-182, de coordenadas N 9.041.469,984m e E 745.432,048m; 47°32'55" e 238,531 m até o vértice P-183, de coordenadas N 9.041.630,984m e E 745.608,048m; 358°49'22" e 146,031 m até o vértice P-184, de coordenadas N 9.041.776,984m e E 745.605,048m; 39°08'10" e 263,006 m até o vértice P-185, de coordenadas N 9.041.980,984m e E 745.771,048m; 328°28'16" e 191,230 m até o vértice P-186, de coordenadas N 9.042.143,984m e E 745.671,048m; 64°44'26" e 157,013 m até o vértice P-187, de coordenadas N 9.042.210,984m e E 745.813,048m; 54°09'44" e 266,443 m até o vértice P-188, de coordenadas N 9.042.366,984m e E 746.029,048m; 356°36'49" e 169,296 m até o vértice P-189, de coordenadas N 9.042.535,984m e E 746.019,048m; 23°02'06" e 138,004 m até o vértice P-190, de coordenadas N 9.042.662,984m e E 746.073,048m; 67°34'27" e 136,308 m até o vértice P-191, de coordenadas N 9.042.714,984m e E 746.199,048m; 101°26'58" e 161,208 m até o vértice P-192, de coordenadas N 9.042.682,984m e E 746.357,048m; 118°41'54" e 156,186 m até o vértice P-193,

de coordenadas N 9.042.607,984m e E 746.494,048m; 180°20'17" e 339,006 m até o vértice P-194, de coordenadas N 9.042.268,984m e E 746.492,048m; 110°01'52" e 408,725 m até o vértice P-195, de coordenadas N 9.042.128,984m e E 746.876,048m; 98°16'33" e 389,051 m até o vértice P-196, de coordenadas N 9.042.072,984m e E 747.261,048m; 80°36'16" e 281,780 m até o vértice P-197, de coordenadas N 9.042.118,984m e E 747.539,048m; 93°50'14" e 493,105 m até o vértice P-198, de coordenadas N 9.042.085,984m e E 748.031,048m; 108°45'17" e 793,112 m até o vértice P-199, de coordenadas N 9.041.830,984m e E 748.782,048m; 92°51'33" e 922,148 m até o vértice P-200, de coordenadas N 9.041.784,984m e E 749.703,048m; 115°57'32" e 507,169 m até o vértice P-201, de coordenadas N 9.041.562,984m e E 750.159,048m; 83°49'09" e 436,538 m até o vértice P-202, de coordenadas N 9.041.609,984m e E 750.593,048m; 114°40'20" e 311,431 m até o vértice P-203, de coordenadas N 9.041.479,984m e E 750.876,048m; 89°01'16" e 21.191,092 m até o vértice P-204, de coordenadas N 9.041.841,984m e E 772.064,048m; situado no limite com ÁREAS DE ENTORNO e com a margem esquerda do RIO CURUAÉS, deste, segue confrontando com a margem esquerda do RIO CURUAÉS, com os seguintes azimutes e distâncias: 182°07'01" e 881,991 m até o vértice P-205, de coordenadas N 9.040.960,595m e E 772.031,466m; 155°03'00" e 1.010,183 m até o vértice P-206, de coordenadas N 9.040.044,685m e E 772.457,588m; 157°16'08" e 863,254 m até o vértice P-207, de coordenadas N 9.039.248,482m e E 772.791,156m; 167°36'34" e 777,275 m até o vértice P-208, de coordenadas N 9.038.489,311m e E 772.957,940m; 211°38'04" e 554,990 m até o vértice P-209, de coordenadas N 9.038.016,786m e E 772.666,848m; 239°13'32" e 867,933 m até o vértice P-210, de coordenadas N 9.037.572,701m e E 771.921,130m; 177°26'02" e 515,041 m até o vértice P-211, de coordenadas N 9.037.058,176m e E 771.944,190m; 179°12'33" e 902,672 m até o vértice P-212, de coordenadas N 9.036.155,590m e E 771.956,650m; 171°36'53" e 689,055 m até o vértice P-213, de coordenadas N 9.035.473,902m e E 772.057,134m; 146°34'14" e 850,343 m até o vértice P-214, de coordenadas N 9.034.764,235m e E 772.525,596m; 159°55'43" e 1.012,762 m até o vértice P-215, de coordenadas N 9.033.812,982m e E 772.873,165m; 113°24'42" e 1.482,061 m até o vértice P-216, de coordenadas N 9.033.224,109m e E 774.233,214m; 177°23'40" e 443,577 m até o vértice P-217, de coordenadas N 9.032.780,991m e E 774.253,379m; 98°07'25" e 659,682 m até o vértice P-218, de coordenadas N 9.032.687,772m e E 774.906,441m; 142°49'51" e 772,088 m até o vértice.

P-219, de coordenadas N 9.032.072,531m e E 775.372,916m; 158°39'58" e 820,622 m até o vértice **P-220**, de coordenadas N 9.031.308,141m e E 775.671,459m; 143°35'27" e 478,602 m até o vértice **P-221**, de coordenadas N 9.030.922,962m e E 775.955,532m; 191°14'33" e 595,723 m até o vértice **P-222**, de coordenadas N 9.030.338,670m e E 775.839,389m; 144°26'24" e 641,694 m até o vértice **P-223**, de coordenadas N 9.029.816,647m e E 776.212,569m; 155°21'31" e 492,278 m até o vértice **P-224**, de coordenadas N 9.029.369,199m e E 776.417,817m; 108°25'15" e 1.238,999 m até o vértice **P-225**, de coordenadas N 9.028.977,682m e E 777.593,331m; 165°57'10" e 768,735 m até o vértice **P-226**, de coordenadas N 9.028.231,935m e E 777.779,920m; 177°57'10" e 522,356 m até o vértice **P-227**, de coordenadas N 9.027.709,913m e E 777.798,580m; 145°31'55" e 576,087 m até o vértice **P-228**, de coordenadas N 9.027.234,962m e E 778.124,613m; 150°09'13" e 957,046 m até o vértice **P-229**, de coordenadas N 9.026.404,856m e E 778.600,915m; 193°40'56" e 709,963 m até o vértice **P-230**, de coordenadas N 9.025.715,040m e E 778.432,984m; 153°24'58" e 708,821 m até o vértice **P-231**, de coordenadas N 9.025.081,155m e E 778.750,186m; 168°00'52" e 628,953 m até o vértice **P-232**, de coordenadas N 9.024.465,914m e E 778.880,799m; 95°11'24" e 412,187 m até o vértice **P-233**, de coordenadas N 9.024.428,627m e E 779.291,296m; 149°54'40" e 409,396 m até o vértice **P-234**, de coordenadas N 9.024.074,397m e E 779.496,543m; 181°57'39" e 577,515 m até o vértice **P-235**, de coordenadas N 9.023.497,220m e E 779.476,783m; 173°50'56" e 587,309 m até o vértice **P-236**, de coordenadas N 9.022.913,293m e E 779.539,713m; 197°21'50" e 352,911 m até o vértice **P-237**, de coordenadas N 9.022.576,464m e E 779.434,391m; 139°38'26" e 1.319,750 m até o vértice **P-238**, de coordenadas N 9.021.570,818m e E 780.289,035m; 93°31'47" e 380,560 m até o vértice **P-239**, de coordenadas N 9.021.547,388m e E 780.668,873m; situado no limite com a margem esquerda do RIO CURUAÉS e com a reserva indígena MENKRANOTIRE, deste segue confrontando com a reserva indígena MENKRANOTIRE, com azimute de 145°31'39" e distância de 3.038,066 m até o vértice **P-240**, de coordenadas N 9.019.042,813m e E 782.388,450m; situado no limite com a reserva indígena MENKRANOTIRE e com reserva indígena PANARÁ, deste, segue confrontando com reserva indígena PANARÁ, com os seguintes azimutes e distâncias: 103°10'49" e 951,217 m até o vértice **P-241**, de coordenadas N 9.018.825,921m e E 783.314,610m; 162°44'18" e 1.506,599 m até o vértice **P-242**, de coordenadas N 9.017.387,179m e E 783.761,670m; 121°05'17" e 1.102,239 m até o vértice **P-243**, de

coordenadas N 9.016.818,032m e E 784.705,599m; 140°30'16" e 1.432,948 m até o vértice P-244, de coordenadas N 9.015.712,263m e E 785.616,979m; 98°17'00" e 3.063,906 m até o vértice P-245, de coordenadas N 9.015.270,853m e E 788.648,922m; 179°00'22" e 10.274,541 m até o vértice P-246, de coordenadas N 9.004.997,858m e E 788.827,160m; 147°56'54" e 655,690 m até o vértice P-247, de coordenadas N 9.004.442,114m e E 789.175,123m; 179°00'41" e 873,961 m até o vértice P-248, de coordenadas N 9.003.568,283m e E 789.190,201m; 216°29'30" e 862,048 m até o vértice P-249, de coordenadas N 9.002.875,245m e E 788.677,536m; 213°23'43" e 1.239,027 m até o vértice P-250, de coordenadas N 9.001.840,788m e E 787.995,563m; 221°37'56" e 1.658,373 m até o vértice P-251, de coordenadas N 9.000.601,278m e E 786.893,829m; 117°49'59" e 556,026 m até o vértice P-252, de coordenadas N 9.000.341,670m e E 787.385,529m; 187°45'08" e 712,758 m até o vértice P-253, de coordenadas N 8.999.635,426m e E 787.289,387m; 179°26'59" e 387,898 m até o vértice P-254, de coordenadas N 8.999.247,546m e E 787.293,112m; 229°18'24" e 383,011 m até o vértice P-255, de coordenadas N 8.998.997,819m e E 787.002,708m; 220°49'29" e 780,544 m até o vértice P-256, de coordenadas N 8.998.407,172m e E 786.492,430m; 250°35'03" e 706,324 m até o vértice P-257, de coordenadas N 8.998.172,375m e E 785.826,273m; 216°48'28" e 549,066 m até o vértice P-258, de coordenadas N 8.997.732,766m e E 785.497,310m; 224°44'03" e 499,062 m até o vértice P-259, de coordenadas N 8.997.378,242m e E 785.146,060m; 240°40'01" e 611,944 m até o vértice P-260, de coordenadas N 8.997.078,459m e E 784.612,576m; 192°00'18" e 364,890 m até o vértice P-261, de coordenadas N 8.996.721,549m e E 784.536,680m; 218°47'26" e 539,154 m até o vértice P-262, de coordenadas N 8.996.301,310m e E 784.198,913m; 208°10'10" e 740,789 m até o vértice P-263, de coordenadas N 8.995.648,263m e E 783.849,203m; 152°35'31" e 729,815 m até o vértice P-264, de coordenadas N 8.995.000,369m e E 784.185,154m; 142°43'55" e 1.290,764 m até o vértice P-265, de coordenadas N 8.993.973,165m e E 784.966,771m; 252°12'56" e 2.307,657 m até o vértice P-266, de coordenadas N 8.993.268,326m e E 782.769,390m; 193°22'50" e 8.755,388 m até o vértice P-267, de coordenadas N 8.984.750,611m e E 780.743,224m; 219°26'05" e 2.781,467 m até o vértice P-268, de coordenadas N 8.982.602,348m e E 778.976,441m; 185°01'29" e 1.500,129 m até o vértice P-269, de coordenadas N 8.981.107,984m e E 778.845,048m; situado no limite com reserva indígena PANARÁ e com ÁREAS DE ENTORNO, deste, segue confrontando com ÁREAS DE

ENTORNO, com os seguintes azimutes e distâncias: 299°02'13" e 1.265,003 m até o vértice P-270, de coordenadas N 8.981.721,984m e E 777.739,048m; 320°25'24" e 224,450 m até o vértice P-271, de coordenadas N 8.981.894,984m e E 777.596,048m; 6°06'00" e 131,746 m até o vértice P-272, de coordenadas N 8.982.025,984m e E 777.610,048m; 239°05'42" e 1.335,632 m até o vértice P-273, de coordenadas N 8.981.339,984m e E 776.464,048m; 280°43'07" e 1.672,175 m até o vértice P-274, de coordenadas N 8.981.650,984m e E 774.821,048m; 192°37'04" e 1.048,318 m até o vértice P-275, de coordenadas N 8.980.627,984m e E 774.592,048m; 244°19'40" e 1.922,805 m até o vértice P-276, de coordenadas N 8.979.794,984m e E 772.859,048m; 274°08'33" e 3.225,427 m até o vértice P-277, de coordenadas N 8.980.027,984m e E 769.642,048m; 255°34'39" e 1.907,101 m até o vértice P-278, de coordenadas N 8.979.552,984m e E 767.795,048m; 164°49'29" e 1.134,563 m até o vértice P-279, de coordenadas N 8.978.457,984m e E 768.092,048m; 310°37'13" e 1.963,004 m até o vértice P-280, de coordenadas N 8.979.735,984m e E 766.602,048m; 254°23'03" e 1.170,194 m até o vértice P-281, de coordenadas N 8.979.420,984m e E 765.475,048m; 162°14'31" e 2.462,321 m até o vértice P-282, de coordenadas N 8.977.075,984m e E 766.226,048m; 230°26'38" e 529,181 m até o vértice P-283, de coordenadas N 8.976.738,984m e E 765.818,048m; 301°53'27" e 477,000 m até o vértice P-284, de coordenadas N 8.976.990,984m e E 765.413,048m; 208°54'46" e 3.023,914 m até o vértice P-285, de coordenadas N 8.974.343,984m e E 763.951,048m; 121°29'54" e 790,471 m até o vértice P-286, de coordenadas N 8.973.930,984m e E 764.625,048m; 176°26'24" e 660,274 m até o vértice P-287, de coordenadas N 8.973.271,984m e E 764.666,048m; 258°22'19" e 3.780,589 m até o vértice P-52, de coordenadas N 8.972.509,984m e E 760.963,048m; situado no limite com ÁREAS DE ENTORNO e com PARQUE NACIONAL SERRA DO CACHIMBO, deste, segue confrontando com PARQUE NACIONAL SERRA DO CACHIMBO, com os seguintes azimutes e distâncias: 342°24'02" e 9.181,639 m até o vértice P-51, de coordenadas N 8.981.261,865m e E 758.186,887m; 346°55'40" e 4.957,603 m até o vértice P-50, de coordenadas N 8.986.090,996m e E 757.065,585m; 46°50'53" e 3.720,616 m até o vértice P-49, de coordenadas N 8.988.635,651m e E 759.779,938m; 72°48'34" e 5.717,677 m até o vértice P-48, de coordenadas N 8.990.325,524m e E 765.242,187m; 90°50'56" e 2.267,328 m até o vértice P-47, de coordenadas N 8.990.291,936m e E 767.509,266m; 81°10'47" e 4.050,590 m até o vértice P-46, de coordenadas N 8.990.913,042m e E 771.511,953m; 112°06'34" e 4.767,316 m até o

vértice P-45, de coordenadas N 8.989.118,734m e E 775.928,712m; 195°45'04" e 2.796,471 m até o vértice P-44, de coordenadas N 8.986.427,272m e E 775.169,581m; 157°45'04" e 1.640,393 m até o vértice P-43, de coordenadas N 8.984.909,011m e E 775.790,688m; 136°32'53" e 1.806,213 m até o vértice P-42, de coordenadas N 8.983.597,786m e E 777.032,901m; 122°46'30" e 975,826 m até o vértice P-41, de coordenadas N 8.983.069,532m e E 777.853,380m; 39°49'42" e 2.838,166 m até o vértice P-40, de coordenadas N 8.985.249,149m e E 779.671,195m; 12°52'33" e 8.451,497 m até o vértice P-39, de coordenadas N 8.993.488,139m e E 781.554,505m; 264°36'39" e 3.825,638 m até o vértice P-38, de coordenadas N 8.993.128,829m e E 777.745,778m; 276°02'04" e 4.186,123 m até o vértice P-37, de coordenadas N 8.993.568,896m e E 773.582,850m; 278°19'41" e 4.534,123 m até o vértice P-36, de coordenadas N 8.994.225,611m e E 769.096,538m; 274°16'20" e 1.898,859 m até o vértice P-35, de coordenadas N 8.994.367,070m e E 767.202,956m; 271°43'28" e 2.179,104 m até o vértice P-34, de coordenadas N 8.994.432,647m e E 765.024,839m; 255°04'07" e 6.428,112 m até o vértice P-33, de coordenadas N 8.992.776,363m e E 758.813,772m; 270°43'31" e 5.452,373 m até o vértice P-32, de coordenadas N 8.992.845,374m e E 753.361,836m; 310°44'21" e 3.603,116 m até o vértice P-31, de coordenadas N 8.995.196,829m e E 750.631,798m; 282°11'45" e 5.875,729 m até o vértice P-30, de coordenadas N 8.996.438,094m e E 744.888,676m; 249°43'27" e 2.292,787 m até o vértice P-29, de coordenadas N 8.995.643,547m e E 742.737,963m; 291°28'09" e 1.502,752 m até o vértice P-28, de coordenadas N 8.996.193,552m e E 741.339,478m; 336°13'22" e 6.672,526 m até o vértice P-27, de coordenadas N 9.002.299,720m e E 738.649,253m; 249°15'07" e 4.050,919 m até o vértice P-26, de coordenadas N 9.000.864,646m e E 734.861,047m; 340°38'23" e 2.253,187 m até o vértice P-25, de coordenadas N 9.002.990,420m e E 734.114,098m; 52°03'16" e 5.398,799 m até o vértice P-24, de coordenadas N 9.006.310,211m e E 738.371,565m; 77°36'29" e 5.375,591 m até o vértice P-23, de coordenadas N 9.007.463,812m e E 743.621,915m; 45°51'08" e 9.350,926 m até o vértice P-22, de coordenadas N 9.013.976,851m e E 750.331,621m; 76°55'07" e 2.815,285 m até o vértice P-21, de coordenadas N 9.014.614,042m e E 753.073,849m; 42°08'28" e 3.207,584 m até o vértice P-20, de coordenadas N 9.016.992,451m e E 755.226,002m; 73°37'25" e 2.873,884 m até o vértice P-19, de coordenadas N 9.017.802,737m e E 757.983,293m; 359°39'10" e 16.678,816 m até o vértice P-18, de coordenadas N 9.034.481,247m e E 757.882,208m; 305°09'29" e 2.576,062 m

até o vértice P-17, de coordenadas N 9.035.964,628m e E 755.776,103m; 314°58'33" e 2.098,702 m até o vértice P-16, de coordenadas N 9.037.448,010m e E 754.291,473m; 255°37'49" e 1.390,014 m até o vértice P-15, de coordenadas N 9.037.103,037m e E 752.944,947m; 284°48'52" e 1.214,258 m até o vértice P-14, de coordenadas N 9.037.413,512m e E 751.771,053m; 299°37'45" e 2.581,795 m até o vértice P-13, de coordenadas N 9.038.689,911m e E 749.526,844m; 282°53'49" e 1.700,152 m até o vértice P-12, de coordenadas N 9.039.069,380m e E 747.869,582m; 272°55'20" e 1.592,011 m até o vértice P-11, de coordenadas N 9.039.150,544m e E 746.279,641m; 266°41'06" e 1.346,303 m até o vértice P-10, de coordenadas N 9.039.072,693m e E 744.935,591m; 260°55'02" e 1.479,473 m até o vértice P-9, de coordenadas N 9.038.839,142m e E 743.474,668m; 282°07'43" e 2.821,604 m até o vértice P-8, de coordenadas N 9.039.431,984m e E 740.716,048m; 0°37'51" e 2.906,176 m até o vértice P-178, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas, encontram-se representadas no Sistema de coordenadas UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 57, fuso 21, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 7º A Área de Proteção Ambiental Vale do XV será implantada, administrada e fiscalizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em articulação com o Governo do Estado do Pará, o governo municipal local e a sociedade civil interessada.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Reserva Biológica (REBIO) Nascentes da Serra do Cachimbo, criada por Decreto em 20 de maio de 2005, encontra-se localizada a menos de 100 km da margem direita da BR 163. Essa faixa está dentro dos limites estabelecidos pelo Governo Federal, desde 1970, para a colonização do entorno da rodovia. Nesse mesmo ano de 2005, a região de influência da BR 163 tinha 19 municípios e uma

população de mais de 845 mil pessoas.

Para atrair e estabelecer milhares de famílias ao longo da BR 163, o seu traçado foi projetado de maneira a coincidir com as terras mais férteis, contribuindo para a implantação de infra-estrutura destinada ao desenvolvimento sustentável da região. O Governo Federal determinava que fossem empregados instrumentos de planejamento, implantação de escolas e postos de saúde.

A população da REBIO começou a ocupar o local na década de 70, juntamente com a Associação dos Empresários da Amazônia, inicialmente em uma faixa de até 12 km da margem leste da rodovia. No início da década de 80 o INCRA já demarcava lotes para além dos 40 km da estrada principal, que obtinham licenças e autorizações expedidas pelo IBAMA/MMA e outras instituições, para seu funcionamento. A Associação dos Produtores Rurais do Vale do XV (APRUV XV) buscou parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, para propor medidas que pudessem melhorar a adequação ambiental de toda a região e do entorno. Em 2002, a população local, em conjunto com profissionais da OEA, EMBRAPA, UFLA, UNAMA, ESALQ, UFV, FCAP e do Governo do Pará, elaborou o Plano Integrado de Desenvolvimento – PID. O PID delimita os espaços para preservação e os para desenvolvimento a serem ocupados e conservados pela população local. Em 2007 foi proposto, juntamente com a EMBRAPA, UNEMAT, ICMBio e outras instituições, um projeto para implantar sistema de manejo florestal integrado a sistemas silvopastoris, que incluía as estimativas de carbono em toda a área de abrangência da REBIO. A APRUV XV venceu o prêmio Samuel Benchimol 2008, com a proposta de recuperação de áreas degradadas na região.

A população buscou atender as demandas sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento, construindo e realizando manutenção ao longo dos anos em estradas, bueiros, pontes, postos de saúde e escolas. As áreas de importância ecológica e as com solos pouco produtivos foram delimitadas e são

respeitadas, vigiadas e conservadas pelos habitantes locais. Como resultado, a cobertura Florestal é de 69 %, o Cerrado corresponde a 18 % e os cultivos florestais, agroflorestais (incluindo silvipastoris), agrícolas e pecuários são 13 %. Isso demonstra o cuidado que a população tem na manutenção da qualidade dos recursos naturais que utiliza. Na área de aproximadamente 343 mil ha, encontram-se mais de 200 famílias, 700 km de estradas, 3 turbinas para geração de energia, mais de 40 mil cabeças de gado e produção comercial de arroz, banana, abacaxi e café, entre outras.

A Constituição Federal, em seu artigo 225, § 1º, incisos III, determina incumbir ao Poder Público, para assegurar um meio ambiente ecologicamente equilibrado: *definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos*. Respeitando o mandamento constitucional, a Lei 9985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), dispôs que **a criação de uma UC será precedida de estudos técnicos** (artigo 22). Com fulcro nos estudos, concluído que determinado ecossistema precisa ser protegido, será determinada a categoria de Unidade de Conservação para proteger o que se pretende com o menor impacto possível, serão definidos seus limites e será criada a Unidade. Ainda, segundo o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, a criação de UC: “deve indicar as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional envolvidas” (Art. 2º) e “compete ao órgão executor proponente de nova unidade de conservação elaborar os **estudos técnicos preliminares**” (Art. 4º). A Lei do SNUC instituiu diversas categorias de Unidades de Conservação para melhor atender necessidades e peculiaridades de cada espaço a ser protegido.

Entretanto, não foi o que ocorreu no caso da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, onde foi criada a mais restritiva dentre as (12)

doze categorias de UC previstas na Lei do SNUC, incluindo em seus limites áreas com comunidades organizadas, estruturadas, economicamente ativas, contendo lavouras, pecuária, equinocultura e outras atividades. O Decreto de criação da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo foi publicado no Diário Oficial da União no dia 23/05/2005. **O estudo técnico** sobre o “Estabelecimento de Programa Local de Conservação e Estudo de Criação de Unidade de Conservação na Área das Nascentes da Serra do Cachimbo”, somente foi apresentado em 30 de setembro de 2005, portanto, **quatro meses após a criação da Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo.**

A REBIO tem como objetivo, segundo o aludido diploma, “*a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites*” (Lei 9.985/2000 art.10). O dispositivo é claro, mas far-se-á uma análise segmentada para sua melhor elucidação.

Preservar significa não utilizar, diferente de conservar que traz a idéia de utilizar racionalmente. Só se preserva aquilo que não foi tocado, que ainda está imaculado, sem interferência humana, pois preservar é manter intacto. *Integral* quer dizer íntegro, inteiro, completo, perfeito e *Atributos Naturais* são aqueles que naturalmente ocorrem na região, os que ainda não foram artificializados, alterados, modificados.

Sendo assim, somente podem compor os limites de uma Reserva Biológica os locais onde a natureza íntegra, intocada, possa ser preservada o que, por si só, justifica a alteração da categoria.

A reforçar o entendimento retro, que pode ser depreendido apenas da leitura da Lei, está o fato de não haver necessidade de consulta pública para a criação desta categoria de Unidade de Conservação. É claro que em um local onde a natureza está intocada não há população a ser consultada.

É certo que a legislação pátria, democrática e igualitária, não permitiria

que se criassem duas categorias de cidadãos: os que precisam ser consultados e ouvidos antes da criação de uma UC e os que não precisam, podendo, sem qualquer aviso, serem retirados de suas casas e desapropriados de seus bens. Seria uma afronta à democracia, à isonomia e à segurança jurídica.

A consulta pública é indispensável para criação de UCs na região, como forma de garantir sua conservação e o Estado Democrático de Direito conquistado a duras penas. É um fato incontestado, mesmo pelo ICMBio, que realiza os procedimentos burocráticos para obter um Plano de Manejo para a UC, que a área já está verdadeiramente ocupada pela população. A participação popular em matéria ambiental é muito mais do que direito, posto ser indispensável para a efetividade dos atos do Poder Público, pois como bem observa Édis Milaré:

“De fato, é fundamental o envolvimento do cidadão no equacionamento e implementação da política ambiental, dado que o sucesso desta supõe que todas as categorias da população e todas as forças sociais, conscientes de suas responsabilidades, contribuam à proteção e melhoria do ambiente, que, afinal, é bem e direito de todos.” (Direito do Ambiente. 2001 p. 115)

Para definir a categoria e os limites da presente proposta de criação da Área de Proteção Ambiental – APA Vale do XV e do Parque Nacional – PN Nascentes da Serra do Cachimbo, foram realizadas reuniões com a população local, que ocorreram antes e depois da criação da REBIO.

A APA foi escolhida para compor uma área de 162 mil ha, pela intensa ocupação humana e de acordo com os limites territoriais para essa categoria de UC, que na Amazônia variam de 21,6 mil ha (Igarapé Gelado) a 2 milhões ha (Tapajós). A APA busca preservar a vida silvestre e recursos naturais em consórcio com as ações humanas. Essa categoria de UC gera a possibilidade do gerenciamento conjunto dos locais que já apresentam processo de ocupação consolidado, sendo

assegurada a liberdade de circulação e as atividades rurais. Essa categoria contempla ao mesmo tempo os objetivos de preservação e desenvolvimento, indo de encontro ao histórico de ocupação da região. Essa categoria de UC é administrada diretamente pelo ICMBIO.

O PN foi eleito para a área de 178 mil ha pelas características naturais da área e dentro do intervalo para essa categoria de UC, que na Amazônia vai de 116 mil ha (Monte Roraima) até os quase 3,9 milhões ha (Tumucumaque). No PN só se admite o uso indireto dos recursos naturais, com atividades voltadas para preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo ecológico. Essas são as áreas que foram delimitadas pelo PID para proteção integral da natureza, onde são realizadas visitas periódicas pelos habitantes, que colaboram para a fiscalização de sua preservação. De fato, a população local considera adequado seu estabelecimento, o que sinaliza uma clara contribuição para atingir plenamente os objetivos da preservação conciliada ao desenvolvimento.

A opção de readequação apresentada pela população local divide as UCs entre Proteção Integral e Uso Direto, aumentando o número de UCs federais. De acordo com os levantamentos de flora e fauna, a biodiversidade local encontra-se concentrada nas áreas já delimitadas pelo PID para esses fins. Dessa forma, não há perda de biodiversidade, o que significa que alocar os esforços de conservação nas áreas mais preservadas resulta em maior qualidade.

Com a formação de duas UCs, geram-se também mais empregos para a conservação e administração das unidades, além de serem mantidos aqueles dos produtores. A opção de readequação significa manter viva a esperança de uma vida melhor para os colonos, técnicos, trabalhadores e a sociedade local de forma geral. Uma política de consenso que fortalece os princípios democráticos e promove a harmonia social.

Com a alteração das categorias da maneira que ora se propõe estar-se-á garantindo a participação popular e, por conseguinte, a própria proteção da região. A exclusão da população local, a retirada de incentivos e a arbitrariedade atentam contra a seguridade das ações públicas. O Princípio 10 da Declaração do Rio de 1992 prevê que:

“O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõe as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo em suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. Deverá ser proporcionado acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, entre os quais o ressarcimento dos danos e os recursos pertinentes.”

A criação da Rebio com base em uma reunião realizada no Amapá em 1999 e em seguida pela coordenação de Brasília, sem qualquer envolvimento da população local (sequer na Oficina de Manejo Participativo da Rebio), compromete o seu sucesso como estratégia de desenvolvimento sustentável. Não houve, até o momento, nenhuma situação em que tenha sido admitida a proposta da população local para a ocupação territorial da região.

A facilidade de criação de UCs por Decretos fez com que houvesse alguns equívocos, colocando os agricultores que trabalharam a terra durante gerações em uma posição frustrante, sem saber o que vai acontecer com suas propriedades e com o sustento de suas famílias. Não interessa aos produtores que colonizaram a REBIO abandonar o processo de desenvolvimento sustentado iniciado por eles.

O efeito negativo desta forma de “proteger” compromete a seguridade da vida no setor rural. A criação de UCs de Proteção Integral em locais habitados há quase quatro décadas por cidadãos incentivados pelo Governo Federal determina um ambiente de caos social, gerado pela sensação de injustiça contra aqueles que foram chamados a enfrentar o desafio da integração da Amazônia. O efeito imediato e mais desastroso desse procedimento é o desemprego, desestímulo, desesperança. Os que protegeram e conservaram estão sendo punidos com a desapropriação.

Com a alteração da categoria da Unidade de Conservação, o dinheiro público é melhor aplicado, deixando de investir na desapropriação de áreas produtivas e que não apresentam elementos significativos à preservação. De outro lado, ficam mantidos o modo de vida, as tradições, a ordem social e econômica, os empregos e as fontes de renda da região, beneficiando as pessoas. Ecossistemas alterados não justificam as indenizações e colocam as áreas numa espécie de “limbo” jurídico, pela falta de regularização fundiária.

Portanto, é ambientalmente, socialmente e economicamente mais efetiva a criação das categorias aqui sugeridas.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2009.



SENADOR FLEXA RIBEIRO

LEGISLAÇÃO CITADA:

DECRETO DE 20 DE MAIO DE 2005

Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, no Estado do Pará, e dá outras providências. – Luiz I. Lula da Silva – Marina Silva.

DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002

Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. – Fernando Henrique Cardoso – José Carlos Carvalho.

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. – Marco Antonio de Oliveira Maciel – José Sarney Filho.

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO VI
Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2009

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23. É permitida a participação direta ou indireta de empresa ou de capital estrangeiro na assistência à saúde nos seguintes casos:

I – por intermédio de doação de organismo internacional vinculado à Organização das Nações Unidas, e de entidade de cooperação técnica e de financiamento e empréstimo;

II – em pessoa jurídica organizada sob a forma de sociedade anônima com no mínimo cinquenta e um por cento do capital votante pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos destinada a instalar, operacionalizar ou explorar:

- a) hospital geral;
- b) laboratórios de análises clínicas, de anatomia patológica e de genética humana;
- c) serviço de fisioterapia;
- d) serviço de diagnóstico por imagem;
- e) ações e pesquisas de planejamento familiar;
- f) seguro-saúde e plano privado de assistência à saúde;

III – em hospital geral filantrópico;

IV – em serviço de saúde sem finalidade lucrativa, mantido por empresa para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social.

§ 1º Em qualquer caso, é obrigatória a autorização do órgão de direção nacional do SUS, submetendo-se a seu controle as atividades que forem desenvolvidas e os instrumentos que forem firmados.

§ 2º É vedada a participação a que se referem os incisos II e III do **caput** em:

I – hospital com número de equipamentos de hemodiálise superior a dez por cento do número de leitos;

II – hospital cuja taxa de ocupação de leitos por pacientes submetidos a cirurgia cardiovascular, terapia ou propeleútica hemodinâmica ou transplantes de órgãos, tecidos e partes do corpo humano seja superior a trinta por cento da taxa de ocupação total de leitos;

III – hospital cuja soma das taxas de ocupação de leitos por pacientes de quimioterapia e de radioterapia seja superior a trinta por cento da taxa de ocupação total de leitos. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O **caput** do art. 199 da Constituição Federal é bastante claro ao determinar que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Todavia, os parágrafos desse artigo estabelecem condições, entre elas a vedação da participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros nessa atividade, salvo nos casos previstos em lei. Outro dispositivo constitucional – o art. 172 estabelece que os investimentos de capital estrangeiro devem ser disciplinados por lei, com base no interesse nacional.

Atualmente, a participação de empresas e capitais estrangeiros na assistência à saúde é permitida apenas em alguns casos: ações e pesquisas de planejamento familiar; seguro-saúde e planos privados de assistência à saúde; doações por organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos; e serviço de saúde sem finalidade lucrativa, mantido por empresa para atendimento dos seus empregados e dependentes.

São notórias as dificuldades enfrentadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no desempenho de todas as ações destinadas a cumprir os ditames do art. 196 da Carta Magna, segundo os quais a saúde é direito de todos e dever do Estado. A assistência médico-hospitalar, a reabilitação física, os exames laboratoriais e de diagnóstico por imagens são exemplos de componentes da assistência à saúde para as quais o SUS não dispõe de serviços que atendam satisfatoriamente a população.

Diante da impossibilidade de o SUS satisfazer plenamente o direito à saúde, a iniciativa privada procura suprir as necessidades da população mediante a oferta das ações que não são de execução reservada ao setor público. Assim, proliferam no País os hospitais, os laboratórios de análise clínica e os serviços de fisioterapia, de hemodiálise e de diagnóstico por imagem.

Essa proliferação de serviços de saúde, no entanto, nem sempre acarreta benefícios para a população no que diz respeito à diminuição dos custos da assistência à saúde. O tratamento em uma unidade de terapia intensiva (UTI) de um hospital particular pode ser tomado como exemplo de modalidade assistencial inacessível a paciente que não disponha de grande patrimônio ou que não seja amparado por um plano privado de assistência à saúde. Basta que o doente de classe média tenha que se internar em uma UTI particular durante alguns dias para que grande parte do seu patrimônio seja dissipada pela conta hospitalar.

Esse aspecto cruel da assistência prestada por estabelecimentos privados é resultante, muitas vezes,

da cartelização dos preços cobrados pelos hospitais. As tabelas impostas pelas associações de hospitais tanto a planos de saúde quanto aos pacientes particulares eliminam a concorrência e provocam aumentos dos custos hospitalares.

A proposição que apresentamos tem a finalidade de permitir que empresas e capital estrangeiro participem da assistência à saúde da população brasileira, inclusive em hospitais filantrópicos, setor assistencial que passa por sérias dificuldades resultantes, principalmente, da insuficiente remuneração dos serviços prestados ao SUS.

A fim de evitar que algumas atividades assistenciais consideradas estratégicas e de interesse nacional sejam controladas pelo capital estrangeiro, a proposição impõe restrições. Cirurgia cardiovascular, terapia e propeidética hemodinâmica, quimioterapia, radioterapia, hemodiálise e transplantes são atividades que utilizam medicamentos, equipamentos e insumos de altíssimo custo e são passíveis de controle por monopólios ou oligopólios. Por esse motivo, são consideradas estratégicas e de interesse nacional e a sua exploração por empresa que conte com capital estrangeiro deve ser reservada a hospitais gerais cujas taxas de ocupação de leitos por pacientes dessas atividades não ultrapassem um limite razoável.

Também por serem estratégicos e de interesse nacional, as ações e serviços relacionados com vigilância sanitária e epidemiológica; banco de sangue humano; produção de hemoderivados; e banco de órgãos, tecidos e partes do corpo humano devem ser operacionalizados apenas pelo SUS ou por empresa brasileira de capital genuinamente nacional.

Estamos convictos de que a medida proposta possibilitará a entrada de recursos que contribuirão para que os preços da assistência à saúde tornem-se menos onerosos à população, ao SUS e aos planos privados. Estamos convictos, também, de que a proposição receberá o apoio dos nobres parlamentares de ambas as Casas Legislativas.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**.

LEIGSLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
 Art. 172. A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.

Seção II
Da Saúde

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990

Art. 23. É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde, salvo através de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos.

§ 1º Em qualquer caso é obrigatória a autorização do órgão de direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), submetendo-se a seu controle as atividades que forem desenvolvidas e os instrumentos que forem firmados.

§ 2º Excetuam-se do disposto neste artigo os serviços de saúde mantidos; em finalidade lucrativa, por empresas, para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2009

Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que as autorizações para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária sejam outorgadas exclusivamente a entidades constituídas há pelo menos dois anos.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 7º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas há pelo menos dois anos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A experiência acumulada pelo Estado e pela sociedade civil após mais de dez anos de operação de rádios comunitárias evidencia a necessidade de aprimoramento do diploma legal que instituiu o serviço.

A presente proposição deriva da necessidade de afastar-se a hipótese de constituição de associações e fundações com a finalidade exclusiva de obter autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária.

É preciso ressaltar que, na modalidade comunitária de radiodifusão, o Estado abre mão de receita patrimonial oriunda do licenciamento de uso de um bem público – no caso, parcela do espectro de radiofrequências – para conceder a determinados grupos sociais instrumentos de apoio ao seu desenvolvimento.

Por essa razão, consideramos justo exigir-se que as associações e fundações que pleiteiam autorização para exploração do serviço comunitário estejam constituídas há pelo menos dois anos. Com isso, pretende-se evitar a utilização desse espaço público de forma inadequada, por entidades a serviço de causas que não se coadunam com os fins para os quais a radiodifusão comunitária foi criada.

Estou certo de que meus pares reconhecem a importância das emissoras de baixa potência como veículos de prestação de utilidade pública e de inte-

gração das comunidades onde estão instaladas. Por isso mesmo, espero apoio para essa iniciativa que, na verdade, trata de proteger as entidades realmente representativas das populações locais.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2009 – COMPLEMENTAR

Obriga as empresas responsáveis pela emissão de cartões de crédito a prestarem informações completas sobre as condições e encargos exigidos do titular do cartão, impõe prazo mínimo para informar futura variação na taxa de juros ou para alterações no contato, proíbe a cobrança de multas ou tarifas em decorrência de celebração de operações de crédito, pelo titular do cartão, que exceda o limite de crédito concedido e estabelece multas e outras punições para quem infringir a lei.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O emissor ou a empresa responsável pela emissão de cartões de crédito ficam:

I – obrigados a informar na fatura do cartão de crédito, sem prejuízo de outras formas de comunicação:

a) taxa de juros de captação do empréstimo junto ao mutuante, taxa de juros de repasse do empréstimo ao titular do cartão, taxa de juros de comissão de permanência, tarifas, taxas, multas e outros encargos contratuais, inclusive os de natureza moratória;

b) com no mínimo quarenta e cinco dias de antecedência, qualquer alteração no valor de taxa de juros

ou no valor de qualquer encargo, dentre os descritos na alínea **a** do inciso I deste artigo;

c) a taxa da comissão de permanência e de todos os custos e encargos que o titular do cartão incorrer, em caso de inadimplência;

d) eventuais aumentos na taxa de juros e em todos os demais custos exigidos do titular do cartão que não realizar o pagamento do valor integral da fatura.

II – obrigados a colocar à disposição, na Rede Mundial de Computadores, o contrato de adesão e suas alterações;

III – obrigados a informar, com destaque, nos sítios da Rede Mundial de Computadores que descrevem as características e vantagens do cartão de crédito oferecido, as obrigações do titular do cartão, bem como todas as taxas, encargos e custos decorrentes do não pagamento integral da fatura;

IV – proibidos de cobrar multas, tarifas ou outros encargos em razão de o titular do cartão de crédito utilizá-lo para realizar operações de crédito acima, do limite de crédito autorizado;

V – obrigados a informar ao titular do cartão, por correio eletrônico ou por outra forma de comunicação, toda vez que a fatura acumulada no período ultrapassar múltiplos de vinte e cinco por cento do limite de crédito;

VI – obrigados a requerer autorização prévia e expressa do titular do cartão para operações que impliquem exceder o limite de crédito.

§ 1º Os custos mencionados nas alíneas **c** e **d** do inciso I deverão ser expressos em percentual, onde couber, e em reais, supondo, no caso da alínea **c**, que o titular do cartão deixe de pagar integralmente a fatura, e, no caso da alínea **d**, que o titular do cartão pague somente o valor mínimo exigido.

§ 2º A autorização mencionada no inciso VI poderá ser obtida por telefone, desde que fique gravada e armazenada por um período mínimo de noventa dias.

Art. 2º O emissor ou a empresa responsável pela emissão de cartões de crédito ficam sujeitos às seguintes penalidades, em caso de infração dos dispositivos previstos no art. 1º:

I – multa;

II – suspensão temporária da atividade de emissão de cartões de crédito;

III – suspensão definitiva do direito de exercer a atividade de emissão de cartões de crédito;

IV – imposição de contrapropaganda.

Parágrafo único. As sanções previstas serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

Art. 3º A multa a que se refere o art. 2º será:

I – paga ao titular do cartão, em caso de não observância do disposto nos incisos I, IV, V e VI do art. 1º;

II – paga à autoridade administrativa, em caso de não observância do disposto nos incisos II e III do art. 1º.

§ 1º A multa a que se refere o inciso I não será inferior a cinquenta vezes e não superior a duzentas vezes o valor cobrado em desobediência ao disposto nos incisos I, IV, V e VI do art. 1º.

§ 2º A multa a que se refere o inciso II não será inferior a um por cento e não será superior a dois por cento da arrecadação anual do emissor ou da empresa responsável pela emissão de cartões de crédito decorrente de anualidades, tarifas, taxas, encargos, custos e multas associadas à atividade de cartões de crédito.

§ 3º O valor da multa, respeitados os intervalos definidos nos §§ 1º e 2º, deve ser majorado em razão: de reincidência na prática da infração; do valor identificado que represente a exata vantagem econômica que o emissor esperava auferir ao desobedecer a lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação.

Justificação

A indústria de cartões de crédito vem apresentando crescimento expressivo nos últimos anos, tendo atingido, em 2008, mais de dois bilhões de transações, cujo valor ultrapassou R\$215 bilhões. Trata-se, portanto, de uma indústria importante para o País, que facilita a vida de milhões de brasileiros, sejam consumidores ou estabelecimentos comerciais.

O Banco Central (BACEN), em conjunto com a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) e com a Secretaria de Direito Econômico (SDE), divulgou recentemente relatório sobre a indústria de cartões, mostrando que os quatro maiores emissores dos sistemas Visa e Mastercard detinham entre 65% e 70% do mercado.

Como se sabe, a concentração no mercado abre portas para a prática de condutas abusivas, em detrimento da parte que detém menor poder de barganha, em regra o consumidor, ou titular do cartão. Mesmo nos Estados Unidos, país conhecido por uma legislação que protege fortemente o consumidor, foi necessário fazer diversas alterações na legislação para coibir abusos por parte dos emissores. A proposta deste Projeto de Lei do Senado (PLS) é justamente adaptar, para a sociedade brasileira, algumas das alterações aprovadas pelo Senado norte-americano em maio último.

O primeiro conjunto de alterações refere-se à obrigatoriedade de os emissores prestarem mais informações aos titulares. Dessa forma, propomos que os emissores coloquem em destaque, na internet, informações sobre o custo de rolagem da dívida e de

inadimplência, bem como as demais obrigações do consumidor e o contrato de adesão. As faturas também deverão informar qual o custo em reais, e não mais somente em percentual, que o titular incorrerá caso deixe de pagar integralmente a fatura. O objetivo dessas medidas é tornar mais claro para o consumidor as consequências de ele optar por se financiar no cartão, em vez de pagar integralmente a fatura. Espera-se, com isso, que ele tome decisões mais racionais.

Também estamos propondo que os emissores informem aos titulares de cartão cada vez que o valor das compras do mês ultrapassar múltiplos de 25% do limite da fatura. Isso contribuirá para que os usuários de cartão de crédito tenham melhor controle de seus gastos, diminuindo a probabilidade de se verem obrigados a financiar parte do saldo devedor no final do mês. Para reduzir os custos, essa informação pode ser enviada por meio de correio eletrônico.

O PLS estabelece também um prazo mínimo de 45 dias para que haja alterações na taxa de juros. Em geral, a fatura é encerrada entre 10 e 15 dias antes do vencimento, de forma que, quando o titular a recebe, já está utilizando o cartão em transações que serão liquidadas na fatura do mês seguinte. Ao efetuar suas compras, o consumidor tem o direito de saber qual a taxa de juros incorrerá caso role parte da fatura. Além disso, é importante que ele conheça as alterações na taxa de juros com antecedência razoável para que, se for o caso, busque outras modalidades de financiamento, como cheque especial ou crédito ao consumidor.

Propusemos também que se proíba a cobrança de multas para quem excede o limite do cartão. O objetivo de uma multa é desestimular condutas que se consideram inadequadas. No caso em tela, se o emissor quiser, de fato, desestimular a extrapolação do limite, basta não autorizar a transação.

Para que a lei atinja os objetivos desejados, é importante impor sanções, que vão de multas até a proibição de continuar exercendo a atividade. Nos casos em que o prejuízo causado pela não observância da lei puder ser individualizado, a multa seria paga ao titular do cartão, em valores que vão de cinquenta a duzentas vezes o valor indevido. Assim, por exemplo, se um emissor aumenta a taxa de juros sem avisar para o cliente com a devida antecedência, a multa cobrada será proporcional ao aumento dos juros que não foi devidamente comunicado. Quando não se pode determinar quem foi o indivíduo prejudicado, como na desobediência às normas de divulgação na Internet, a multa deverá ser recolhida em favor da autoridade responsável.

Tendo em vista a importância deste PLS para reduzir os abusos cometidos pelos emissores de cartões

de crédito, com claros prejuízos para os consumidores, conto com o apoio dos nobres senadores para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Antonio Carlos Júnior**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2009

Altera a alínea b do inciso II do caput do art. 39 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências”.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º A alínea **b** do inciso II do **caput** do art. 39 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 39.

II –

b) Municípios: 30% (trinta por cento), destinados proporcionalmente à distribuição da floresta pública outorgada em suas respectivas jurisdições, para financiamento de investimentos sociais.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a concessão de florestas públicas para a exploração de madeira e outros produtos e serviços florestais, é marco regulatório importantíssimo para a conservação da biodiversidade. Ao estabelecer mecanismos de concessão para o uso racional da floresta, procura-se harmonizar a exploração econômica dos recursos florestais com a preservação do meio ambiente.

Entretanto, como a exploração de florestas é modalidade de concessão de uso de bem público, não ocorre o fato gerador do Imposto Territorial Rural (ITR), reduzindo, assim, a receita tributária dos municípios.

Desse modo, são privados da receita que poderiam auferir se tais áreas pudessem ser convertidas para uso agropastoril.

Cumpra, portanto, retificar tal situação, pois não cabe que em prol da preservação do meio ambiente seja sacrificada a promoção do desenvolvimento social e da distribuição de renda que possibilitem o acesso das populações mais carentes a serviços públicos essenciais.

A presente proposição busca, pelo menos parcialmente, corrigir esses problemas, ao direcionar parte das receitas advindas da concessão de florestas públicas para a promoção de investimentos sociais pelos municípios.

Pelas razões expostas consideramos de elevada importância a participação dos nobres parlamentares no esforço para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA:

LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006

.....
Art. 39. Os recursos financeiros oriundos dos preços da concessão florestal de unidades localizadas em áreas de domínio da União serão distribuídos da seguinte forma:

I – o valor referido no § 3º do art. 36 desta lei será destinado:

a) 70% (setenta por cento) ao órgão gestor para a execução de suas atividades;

b) 30% (trinta por cento) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, para utilização restrita em atividades de controle e fiscalização ambiental de atividades florestais, de unidades de conservação e do desmatamento;

II – o preço pago, excluído o valor mencionado no inciso I do **caput** deste artigo, terá a seguinte destinação:

a) Estados: 30% (trinta por cento), destinados proporcionalmente à distribuição da floresta pública outorgada em suas respectivas jurisdições, para o apoio e promoção da utilização sustentável dos recursos florestais, sempre que o ente beneficiário cumprir com a finalidade deste aporte;

b) Municípios: 30% (trinta por cento), destinados proporcionalmente à distribuição da floresta pública outorgada em suas respectivas jurisdições, para o apoio e promoção da utilização sustentável dos recursos florestais, sempre que o ente beneficiário cumprir com a finalidade deste aporte;

c) Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF: 40% (quarenta por cento).

§ 1º Quando os recursos financeiros forem oriundos dos preços da concessão florestal de unidades localizadas em florestas nacionais criadas pela União nos termos do art. 17 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, serão distribuídos da seguinte forma:

I – o valor referido no § 3º do art. 36 desta lei será destinado ao órgão gestor para a execução de suas atividades;

II – o preço pago, excluído o valor mencionado no inciso I do **caput** deste artigo, terá a seguinte destinação:

a) Instituto Chico Mendes: 40% (quarenta por cento), para utilização restrita na gestão das unidades de conservação de uso sustentável;

b) Estados: 20% (vinte por cento), destinados proporcionalmente à distribuição da floresta pública outorgada em suas respectivas jurisdições, para o apoio e promoção da utilização sustentável dos recursos florestais, sempre que o ente beneficiário cumprir com a finalidade deste aporte;

c) Municípios: 20% (vinte por cento), destinados proporcionalmente à distribuição da floresta pública outorgada em suas respectivas jurisdições, para o apoio e promoção da utilização sustentável dos recursos florestais, sempre que o ente beneficiário cumprir com a finalidade deste aporte;

d) FNDP: 20% (vinte por cento).

§ 2º (VETADO)

§ 3º O repasse dos recursos a Estados e Municípios previsto neste artigo será condicionado à instituição de conselho de meio ambiente pelo respectivo ente federativo, com participação social, e à aprovação, por este conselho:

I – do cumprimento das metas relativas à aplicação desses recursos referentes ao ano anterior;

II – da programação da aplicação dos recursos do ano em curso.

LEI Nº 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

LEI Nº 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972

Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 263, DE 2009 – COMPLEMENTAR**

Inclui alínea j no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para instituir a inelegibilidade dos civilmente insolventes.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea j:

“Art. 1º

i –

j) os que forem declarados civilmente insolventes, por decisão judicial, enquanto durarem os efeitos da sentença.

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A Constituição prevê no seu art. 14, § 9º, que lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade que não os já inscritos na Lei Maior, a fim de proteger a probidade administrativa e a moralidade para o exercício do cargo, considerada a vida pregressa do candidato.

Nesse sentido foi aprovada e está em vigor, desde 1990, a Lei Complementar nº 64, que dispõe sobre a inelegibilidade para cargos públicos eletivos.

O presente projeto de lei tem o objetivo de incluir, dentre as hipóteses de inelegibilidade para qualquer cargo eletivo previstas na lei em questão, a daqueles que forem declarados civilmente insolventes, em decisão judicial transitada em julgado.

Com efeito, como dispõe a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), dentre os efeitos da sentença que declara a insolvência civil está a perda do direito de o devedor administrar os seus bens e deles dispor.

Ora, parece-nos certo que quem está proibido – por sentença judicial – de administrar seus bens também não deve poder administrar a coisa pública. Logo, deverá ser impedido de se candidatar a cargo eletivo.

Pondere-se que adotamos a prudência de estabelecer ressalva no sentido de que uma vez cessados os efeitos cessará a inelegibilidade.

Em razão do exposto e tendo em conta a relevância da matéria, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Gilvam Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

CAPÍTULO IV Os Direitos Políticos

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

Art. 250. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social; em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desse fundo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Brasília, 5 de outubro de 1988.

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990

Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São inelegíveis:

I – para, qualquer cargo:

a) os inalistáveis e os analfabetos;

b) os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura; (Redação dada pela LCP nº 81, de 13-4-94)

c) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dis-

positivo da Constituição Estadual da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 3 (três) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

d) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem 3 (três) anos seguintes;

e) os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de 3 (três) anos; após o cumprimento da pena;

f) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão;

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político apurado em processo, com sentença transitada em julgado, para as eleições que se realizarem nos 3 (três) anos seguintes ao término do seu mandato ou do período de sua permanência no cargo;

i) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;

II – para Presidente e Vice-Presidente da República:

.....
Art. 2º Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade.
.....

Art. 28. Revogam-se a Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 e as demais disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1990; 169º da Independência e 102º da República. – **Fernando Collor**.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 108/09-GLPSDB

Brasília, 16 de junho de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex^a, que a partir desta data, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar, como titular, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 718, DE 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Defesa, Nelson Jobim, as seguintes informações referentes ao “Projeto Rondon”:

– Qual é a participação atual do Projeto Rondon na Amazônia brasileira; como está essa atuação?

– procede a informação de que o Governo brasileiro pretende enviar representantes do Projeto Rondon para outros países, mesmo sabendo-se que há poucos recursos para implantação do projeto em território nacional, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste?

Justificação

Recentemente a mídia brasileira tem veiculado informações sobre o apoio governamental para levar o Projeto Rondon a países como Angola e Bolívia.

Apesar do reconhecimento de que os países em referência são bastante carentes de ações sociais como as desenvolvidas pelo Projeto Rondon, neste momento de crise financeira internacional, o Brasil não pode ainda se dar ao luxo de auxiliar outros países, quando

se sabe que há uma demanda interna muito grande por serviços e ações sociais, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Ressalte-se que o Projeto Rondon tem importância impar para a sociedade, para os estudantes, tendo em vista que se destacam a humanização, a preocupação com os semelhantes, a experiência que o jovem adquire no contato com outras culturas, o auxílio às populações carentes e a transmissão dos conhecimentos adquiridos, confirmam o valor desse Programa. No entanto, deve-se priorizar e apoio ao programa em território nacional, pois existem bastantes regiões carentes e é de conhecimento geral que não há disponibilidade de recursos suficientes para atender a demanda nacional, então porquê falar se em exportar o programa?

Assim, convém ao governo manifestar-se oficialmente, sobre as informações requeridas para conhecimento do Senado Federal e de toda a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 719, DE 2009

Requeiro, nos termos do artigo 222 do RISF seja apresentado voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Raul Brunini, vítima de falência múltipla dos órgãos aos 90 anos de idade, ocorrido no dia 13 de março de 2009.

O radialista Raul Brunini morreu nesse sábado de falência múltipla dos órgãos, no Rio. Aos 90 anos, ele lutava contra um câncer. Brunini foi deputado estadual e federal e chegou a ser secretário de Estado, no Rio, no governo de Carlos Lacerda. O radialista iniciou sua carreira política pela União Democrática Nacional (UDN) e depois integrou o antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1965. Quatro anos mais tarde, foi cassado pela ditadura militar.

Nascido em Rio Claro, interior paulista, Brunini iniciou sua carreira como locutor da Rádio Clube local. Após, trabalhou na Rádio Clube de Manilha, também no interior paulista. Chegou ao Rio ao vencer o concurso para locutores da Rádio Tupi, em 1941. Foi o pioneiro na transmissão de debates ao vivo. Até 1945 participou de programas de rádio voltados para o en-

tretenimento das tropas brasileiras enviadas à Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Marcelo Crivella**, Líder do Partido Republicano Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 720, DE 2009

Requeiro, nos termos do número 12, da alínea c do inciso II do art. 255 que sobre o PLS nº 580/2007, “que altera a legislação da Previdência Social, ampliando o conceito de segurado especial”, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

REQUERIMENTO Nº 721, DE 2009

Requeiro, nos termos do Inciso I, do art. 99, do Regimento Interno, que sobre PLS nº 118/2009, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, XII, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 24, de 2009**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *dispõe sobre servidores do Senado Federal e dá outras providências*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida norma interna.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008** (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que *altera a Lei nº 9.784, de 29 de*

janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – A Presidência comunica ao Plenário que foram deferidos, nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2009, os seguintes **Requerimentos**:

- **nº 605, de 2009**, do Senador Lobão Filho, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2005 (que já tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2007, e com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003, 355, de 2004, 18, de 2005, 45, de 2006, e 42, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2009. Deferido o Requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2009, perde o caráter terminativo.

Os Projetos passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

- **nº 629, de 2009**, do Senador Valter Pereira, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 13, de 2006, e 113, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2007. Deferido o Requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2007, perde o caráter terminativo.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- **nº 659, de 2009**, do Senador Cícero Lucena, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 404, de 2008, e 104, de 2009. Deferido o Requerimento, os Projetos de Lei do Senado nºs 404, de 2008, e 104, de 2009, perdem o caráter terminativo.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania.

- **nº 687, de 2009**, do Senador Pedro Simon, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 364 e 276, de 2005. Deferido o Requerimento, as matérias passam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – A Presidência comunica ao Plenário que terminou dia 15 de junho do corrente, o prazo, sem interposição de recurso, para que os **Projetos de Decreto**

Legislativo nºs 1 e 2, de 2009 – CN, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional.

Os projetos vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Encerrou-se na última quarta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2009**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de dar nova disciplina ao livramento condicional no caso de condenação por crimes contra a liberdade sexual;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2009**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de estabelecer nova hipótese de aplicação extraterritorial incondicionada da lei brasileira;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2009**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera os arts. 286 e 287 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de agravar a pena dos delitos de incitação e de apologia de crime quando este for punido com reclusão.
- Às matérias não foram oferecidas emendas.

Os **Projetos de Lei do Senado nºs 233 e 234, de 2009**, por versarem exclusivamente sobre o objeto

da CPI da Pedofilia, serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Os **Projetos de Lei do Senado nºs 235 e 236, de 2009**, vão ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por versarem matéria também de competência desse Órgão técnico.

O **Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2009**, por versar matéria também de competência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai ao exame desse colegiado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 91, DE 2009

(Nº 393, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Alfredo Cesar Martinho Leoni, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, junto à República do Tadjiquistão e República Islâmica do Afeganistão.

Os méritos do Senhor Alfredo Cesar Martinho Leoni que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de junho de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 191 MRE DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – APES

Brasília, 28 de maio de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de Alfredo Cesar Martinho Leoni, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão e cumulativamente junto à República do Tadjiquistão e República Islâmica do Afeganistão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** de Alfredo Cesar Martinho Leoni que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI

CPF.: 38536382791

ID.: 3126/MRE

1956 Filho de Angelo Leoni e Maria Martinho Leoni, nasce em 15 de abril, em Baurú/SP

1979 Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ

1980 CPCD - IRBr

1981 Terceiro Secretário em 15 de dezembro

1981 Divisão de Atos Internacionais, assistente

1983 Departamento Consular e Jurídico, assessor

1984 Embaixada no México, Terceiro e Segundo Secretário

1986 Reunião Regional das Nações Unidas sobre Nomes Geográficos, México, Chefe de delegação

1986 Segundo Secretário em 18 de dezembro

1987 Embaixada em Berlim Oriental, Segundo Secretário e Encarregado de Negócios

1988 Encontro Internacional em Favor de Zonas Livres de Armas Nucleares, Berlim, Chefe de delegação

1989 CAD - IRBr

- 1990 Divisão do Pessoal, assessor
1991 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial
1991 Secretaria-Geral de Controle, Subsecretário de Auditoria, substituto
1991 Secretaria-Geral Executiva, Coordenador Executivo
1992 Primeiro Secretário em 25 de junho
1992 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Coordenador Executivo
1993 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário
1996 Embaixada em Pequim, Primeiro Secretário
1998 Secretaria de Controle Interno, Subsecretário de Auditoria e Secretário de Controle Interno, substituto
1999 Conselheiro em 29 de junho
1999 Divisão de Formação e Treinamento, Chefe
1999 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, Diretor Geral, substituto, e Ordenador de Despesas
2000 Divisão de Cooperação Educacional, Chefe
2001 Embaixada em Roma, Conselheiro e Encarregado de Negócios
2001 Instituto Ítalo-Latino-Americano, Roma, Representante, alterno
2001 54ª e 55ª Sessão da Assembléia Geral do Instituto para a Unificação do Direito Internacional Privado, Roma, Chefe de delegação (2001 e 2002)
2002 Reunião da Força Tarefa das Nações Unidas para a Ásia Meridional, Roma, Chefe de delegação
2002 Reunião Internacional de Apoio à Paz no Oriente Médio, Nicosia, Chefe de delegação
2002 Reunião do Comitê das Nações Unidas sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, Nicosia, Chefe de delegação
2002 Congresso para a Harmonização Mundial do Direito Privado e a Integração Econômica Regional, Roma, Chefe de delegação
2002 Seminário das Nações Unidas sobre o Direito Penal Econômico, Mercado Global e Infiltração do Crime Organizado, Nápoles, Chefe de delegação
2003 Embaixada em Tóquio, Conselheiro
2006 CAE, IRBr, O Programa de Estudantes-Convênio como Instrumento da Política Externa Brasileira
2006 Coordenação-Geral de Modernização, Coordenador-Geral
2006 Ministro de Segunda Classe em 20 de junho
2006 Embaixada em Oslo, Encarregado de Negócios em missão transitória
2007 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
 SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS
 ÁFRICA, ORIENTE MÉDIO, ÁSIA E OCEANIA
 DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
 DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA I

PAQUISTÃO
 MENSAGEM AO CONGRESSO



2009

Índice

DADOS BÁSICOS.....	3
INTRODUÇÃO	4
POLÍTICA INTERNA.....	4
POLÍTICA EXTERNA.....	5
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	8
RELAÇÕES BRASIL-PAQUISTÃO	13
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....	17

Dados básicos

NOME OFICIAL	República Islâmica do Paquistão
CAPITAL	Islamabade
ÁREA	796.095 Km ²
POPULAÇÃO (jul/2009 – CIA)	176,24 milhões (est.)
IDIOMAS	Urdu e inglês (línguas oficiais), punjabi, sindi, pachtu e baluqui (línguas provinciais), caxemiri (língua local)
ETNIAS	“Punjabi” (44,68%), “pashtun” (15,42%), “sindhi” (14,1%), “sariaki” (8,38%), “muhagirs” (7,57%), “balochi” (3,57%), outras (6,28%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	95,9% Islâmica (77% sunitas, 20% xiitas e 3% ismaelitas) e minorias cristã, hindu, parsi e zoroastriana
SISTEMA POLÍTICO	República semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Asif Ali Zardari
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Makhdoom Syed Yousuf Raza Gilani
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Makhdoom Shah Mehmood Hussain Qureshi
EMBAIXADOR NO BRASIL	Muhammad Haroon Shaukat
PIB real (2008 – CIA)	US\$ 160,90 bilhões (est.)
PIB real PPP (2008 – CIA)	US\$ 452,70 bilhões (est.)
PIB per capita (2008 – CIA)	US\$ 912,96 (est.)
PIB per capita PPP (2008 – CIA)	US\$ 2.600,00 (est.)
UNIDADE MONETÁRIA	Rúpia paquistanesa
EXPECTATIVA DE VIDA (2009 – CIA)	Homens: 63,4 anos (est.) Mulheres: 65,6 anos (est.) População: 64,5 anos (est.)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões fob) – Fonte: MDIC

Brasil→ Paquistão	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jan- mar)
Intercâmbio	50,02	104,17	301,17	223,60	197,95	381,54	71,11
Exportações	45,54	97,65	290,29	193,85	147,93	309,04	55,42
Importações	4,48	6,52	10,88	29,75	50,02	72,50	15,69
Saldo	41,06	91,13	279,41	164,10	97,91	263,54	39,73

Introdução

O Paquistão se situa no sul da Ásia e tem fronteiras com a Índia, o Afeganistão, o Irã e a China. O país tem uma extensão 803.940 km². A população soma cerca de 165 milhões de habitantes. O grupo majoritário é de muçulmanos (97%). A base da economia é a indústria e a prestação de serviços (77% do PIB), apesar da grande importância da agricultura, que emprega metade da população e gera 22% do PIB.

Política interna

Após oito anos de governo do General Pervez Musharraf, o Paquistão promoveu eleições presidenciais em setembro de 2008, tendo saído vencedor Asif Zardari, viúvo da ex-Primeira Ministra e líder do PPP Benazir Bhutto, morta em atentado terrorista de dezembro de 2007. O governo do presidente Asif Zardari enfrenta instabilidade política, crises institucionais e ações militares contra os grupos talibãs ao Noroeste do país.

Em decorrência dos protestos populares de março deste ano, o Governo Zardari concordou com o retorno à Suprema Corte do juiz Iftikhar Chaudhry, afastado desde 2007 por Musharraf e firmou o cessar-fogo de Malakand, acordo de paz firmado entre o governo paquistanês e o grupo militante islâmico "Tehreek-e-Nafaz-e-Shariat-e-Mohammad". Por este acordo, o governo paquistanês, em troca do desarmamento dos grupos talibãs, estabelecerá a lei muçulmana **sharia** em cerca de um terço da área da fronteira noroeste do país.

O governo paquistanês considerou violação do acordo de Malakand o avanço Talibã sobre a província de Buner, no Norte do país. Em maio, o governo deu início a ataques militares a Lower Dir, Buner e Swat, províncias supostamente controladas por talibãs, localizadas a até cerca de 100 quilômetros da capital do país, Islamabad. Os movimentos militares resultaram, até meados de maio, em quase dois milhões de refugiados, segundo estimativas da ONU. A ação das Forças Armadas do Paquistão segue-se à crescente pressão dos Estados Unidos para que sejam dadas respostas militares efetivas às atividades dos grupos talibãs.

A administração Obama elegeu o Paquistão e o Afeganistão como prioridade de sua política externa. Os Estados Unidos têm fornecido treinamento de tropas e assistência econômica ao país, apesar de alegarem falta de colaboração das forças paquistanesas, mas tem crescido a demanda dos EUA por prestação de contas por parte do Paquistão. Para os EUA, há uma conexão estreita entre a militância islâmica na zona fronteira entre Afeganistão e Paquistão e os ataques terroristas nas cidades ocidentais. A ofensiva paquistanesa sobre o Noroeste do país teve início logo após o encontro de

Obama com seus correspondentes afegão e paquistanês, Hamid Karzai e Asif Zardari, em 6 de maio.

Sob ajuda militar, pressão política e auxílio econômico norte-americano, o governo de Asif Zardari procura enfrentar as milícias islâmicas. O País acumula vários problemas no tocante ao terrorismo. Desde 2007, mais de 1.700 paquistaneses já foram mortos em ataques terroristas; acredita-se que os grupos talibãs da fronteira se misturaram à Al Qaeda; as regiões tribais semi-autônomas do Norte do país são fragilmente policiadas e não formam limites precisos com o Afeganistão; o grupo "Lashka-e-Taiba" (LET), responsável pelos ataques à Mumbai em novembro de 2008, tem o Paquistão como centro de operações; a militância do líder islamista Mullah Fazalullahs tem controlado e imposto a **sharia** na província de Swat. A opinião pública, por sua vez, embora marcadamente anti-americana, não apoia, em sua maioria, o Talibã, ao mesmo tempo em que teme a vitimização da população civil pelas ofensivas militares.

O cenário partidário encontra-se fragmentado; em 1999, o Partido da Liga Muçulmana (PML) dividiu-se entre PML-Q ("Quaid-i-Azam"), que formava a base governista do General Musharraf, e o PML-N, fiel ao líder oposicionista Nawaz Sharif; o Partido do Povo Paquistanês (PPP) ganhou força com a reação à morte de sua líder, Benazir Bhutto; há, ainda, os partidos religiosos, que formaram a aliança de seis partidos, "Muttahida Majlis-i-Amal".

Política externa

A política externa paquistanesa repousa sobre dois eixos: as conturbadas relações com a Índia e a complexa aliança pendular com os Estados Unidos. A partir deles defluem vários vetores, com primazia para o entorno regional, sobretudo a vizinhança imediata e o mundo islâmico.

As relações com a Índia

O estado latente de beligerância tem custado caro aos dois vizinhos: o orçamento destinado ao estamento de defesa, no Paquistão, correspondeu, em 2007/2008, a 4,5% do PIB e a 65% do orçamento nacional. O clima de instabilidade na região continua a afastar os investidores internacionais, sobretudo no caso do Paquistão. Nesse sentido, o principal bloco econômico da região, South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC), tem encontrado dificuldades para alcançar seu principal objetivo, que é integrar as economias da Ásia meridional.

A rivalidade, que levou os dois vizinhos a três guerras e aos testes nucleares de 1998, tomou um rumo diferente desde o final de 2003, quando o então Presidente Musharraf decidiu declarar um "cessar-fogo" unilateral ao longo da Linha de Controle. A partir de en-

tão, os dois países decidiram engajar-se em mais um exercício para a normalização das relações, o chamado “diálogo multidisciplinar” (**composite dialogue**). Em julho de 2004, aconteceu a primeira rodada de negociações e desde então, numerosas reuniões bilaterais voltadas para a “construção de confiança mútua” ocorreram em Islamabad e em Nova Delhi. Na esteira das reuniões, os Governos de Pervez Musharraf e Manmohan Singh talvez tenham atingido o melhor nível de entendimento da história dos dois países. Analistas locais apontam, inclusive, que os dois lados estiveram próximos de um acordo sobre a Caxemira, em 2007, fracassado devido ao enfraquecimento do governo militar no Paquistão e ao início de uma série de atentados terroristas contra alvos civis de ambas as nacionalidades.

Após os atentados terroristas contra a Embaixada indiana em Cabul e contra alvos no centro de Mumbai, respectivamente em julho e em novembro de 2008, houve notória deterioração das relações indo-paquistanesas, o que levou Nova Delhi a suspender as rodadas do mencionado “diálogo multidisciplinar”. Desde então, enquanto os indianos alegam que o novo governo civil do Paquistão faz pouco para auxiliar no combate ao terrorismo internacional, os paquistaneses consideram-se alvo de campanha indiana para consolidar a imagem de seu país como “epicentro do terror” ou “failing State”. As relações entre os dois governos, contudo, não registraram retrocessos concretos e o novo governo paquistanês de Zardari dá demonstrações de que deseja que o atual momento delicado não impeça a construção da confiança mútua, iniciada pelo seu antecessor Musharraf

O grande gargalo reside, porém, na questão da Caxemira, malgrado a vontade política dos líderes máximos dos dois países de não retrocederem no intento de equacionar este tema fundamental para ambos. Interesses subjacentes obrigam os dois lados a assumir extrema cautela no processo. No cerne da questão, reside a realização de plebiscito mandatário na região, previsto em diversas resoluções da ONU sobre o litígio, mas recorrentemente rechaçada por Nova Delhi. Conforme os indianos, a questão caxemir deve continuar a ser tratada em bases estritamente bilaterais, sem a intervenção de terceiros. As autoridades paquistanesas, por sua vez, procuram internacionalizar o assunto, como na Cúpula da Haia, sobre o Afeganistão, em que apresentaram proposta que vai ao encontro da percepção do recém-eleito Governo de Barack Obama.

As relações com os Estados Unidos

As relações com os Estados Unidos têm-se alternado entre momentos de estreita aproximação e de distanciamento, o último dos quais em 1998, na sequência dos testes nucleares. Os recentes governos do

Paquistão definem o País como o “maior aliado dos Estados Unidos na Ásia”.

Em 1998, os Estados Unidos lideraram boicote à ajuda para o desenvolvimento paquistanês, quase levando o Paquistão à insolvência. Entretanto, os atentados de Nova Iorque de 11/09 impulsionaram, uma vez mais, o pêndulo a favor do estreitamento das relações. O governo norte-americano passou a necessitar do apoio de Islamabad para conter a insurgência no Afeganistão e para contra-arrestar o terrorismo internacional. O Paquistão, por sua vez, depende de recursos dos EUA para fins militares e civis, além de utilizar-se da aliança com Washington como garantia de obtenção de linhas de crédito internacionais e de segurança diante da Índia.

Crescentemente preocupado com a rápida deterioração da segurança no Paquistão, onde têm ganhado força grupos militantes islâmicos, o Governo de Barack Obama passou a colocar, explicitamente, o território paquistanês no mesmo cenário de guerra do Afeganistão. E a chamada “hifenização” da questão afegã. Logo, para o novo governo dos EUA, o sucesso das forças da OTAN no Afeganistão estaria, mais do que nunca, profundamente associado à delicada situação interna paquistanesa. A nova política da Casa Branca para o Paquistão, chamada de “Política AFPAK” (**Afghanistan-Pakistan**), expressa a sua inquietação e temor diante da recente criação de enclaves talibãs em regiões fronteiriças paquistanesas, as quais constituiriam bases para o transbordamento do grupo para outras regiões do país e do Afeganistão.

Com relação ao Paquistão, o principal aspecto da AFPAK consiste no reforço do componente social da cooperação, em detrimento da ajuda militar. Ademais, um pacote de medidas de ajuda financeira, denominado **Peace Act**, que ainda precisa passar pelo crivo do Congresso norte-americano, prevê a triplicação do valor da ajuda aos paquistaneses, que passaria a ser de US\$7,5 bilhões nos próximos 5 anos. Assim, o **Peace Act** procuraria compatibilizar-se com a “Política AFPAK”, propondo uma visão abrangente e de longo prazo, com foco no fortalecimento institucional, governança, educação e democracia no Paquistão. O Embaixador estadunidense Richard Holbrooke, nomeado pelo Governo Obama para o cargo de Representante Especial para o Afeganistão e Paquistão, enfatizou que, além de reforçar o sistema educacional paquistanês, para evitar a proliferação de “madrassas” administradas pelo Talibã, seria necessária também a ajuda dos EUA às forças paquistanesas, para combater rebeldes fundamentalistas em regiões como o Vale do Swat.

A reação do Governo Zardari tem sido cautelosa, frente aos resultados da política militar dos EUA no país. Os bombardeios feitos por aviões não-tripulados, cuja

frequência tem-se elevado desde meados de 2008, são repudiados pela sociedade paquistanesa e acusados de “antiprodutivos” por Islamabad. A elevação das baixas civis causada pelos bombardeios acabam gerando enorme revolta junto à população local, que se torna ainda mais avessa à aliança entre os Governos dos EUA e do Paquistão. Diante dos fatos, preocupa ao governo paquistanês a “hifenização” da questão afegã. Para ele, a transformação do conflito afegão em uma questão “Afeganistão-Paquistão” eludiria as diferenças entre os dois países.

Demais relações do Paquistão

No entorno imediato, além da Índia, dois são os vetores principais da diplomacia paquistanesa: o Afeganistão e a China. O Paquistão tem participado de vários projetos de reconstrução no Afeganistão e constitui um dos seus principais mercados. Cabul necessita do apoio de Islamabad para erradicar o terrorismo Talibã/Al-Qaida do seu território, sobretudo na região das fronteiras comuns. Todavia, autoridades afegãs têm alegado que o Paquistão não tem feito o suficiente para impedir que militantes pró-Talibã oriundos do território paquistanês cruzem a fronteira e realizem ataques, desestabilizando o já conturbado Afeganistão. Islamabad, por sua vez, reage negativamente diante da permanente ameaça de ataques a alvos em seu território pelas forças internacionais no país vizinho.

A China declara-se “o amigo de todas as horas” (**all weather friend**) de Islamabad. A amizade entre os dois países derivou-se, originalmente, de preocupações comuns em relação à Índia e à União Soviética. Os dois vizinhos, porém, já viveram momentos de confrontação, em razão das disputas sobre as fronteiras no “Karakoram Pass”. Chegaram, todavia, a um acordo, em 1963, jamais reconhecido pela Índia. A partir de então, as relações adensaram-se, e a cooperação bilateral voltou-se, também, para as sensíveis áreas nuclear e missilística. A China tem, ademais, participado, ativamente, de grandes projetos de infraestrutura no Paquistão.

No que respeita ao mundo árabe e ao Islã, muito embora o governo afirme que o relacionamento com os países muçulmanos é a pedra angular da sua política externa, a aliança sofre os efeitos de diferenças religiosas (sunitas, como a maioria do Paquistão, e xiitas) e étnico-culturais (árabes e não-árabes, como no Paquistão), bem como quanto ao entendimento de como devem encaminhar a jihad, principalmente no Afeganistão. Nesse contexto, o maior aliado islâmico de Islamabad continua a ser a Arábia Saudita, que financiou a educação fundamentalista nas madrassas paquistanesas e cuja ajuda econômica é até hoje substancial. No que respeita ao Iraque, o Paquistão decidiu não enviar tropas para integrar o contingente das forças de paz sob os auspícios das Nações Unidas. O ponto de congra-

çamento continuará a ser, portanto, a Organização da Conferência Islâmica (OIC), onde podem todos confirmar a fé no Profeta e a unidade de seus seguidores.

Nos foros internacionais, a questão que mais tem mobilizado a diplomacia paquistanesa é a da reforma do Conselho de Segurança da ONU. A medida que o tema assume maior engajamento – e urgência – cresce a oposição paquistanesa às propostas de ampliação do número de membros permanentes do CSNU. O catalisador dessa posição é, obviamente, a Índia, já que o Paquistão favorece a reforma do sistema, como um todo, e do Conselho, em particular.

Economia, comércio e investimentos

Economia

Nos primeiros vinte anos após a independência, a economia do Paquistão registrou os mais altos índices de crescimento da Ásia. Entretanto, políticas econômicas, adotadas a partir dos anos de 1970, privilegiaram gastos em Defesa, em detrimento de projetos de desenvolvimento e redução da pobreza – o que resultou na diminuição da taxa de crescimento de 6%, na década de 80, para 4%, nos anos de 1990, com crescimento dos índices de pobreza. O Paquistão tornou-se a economia asiática com menor crescimento relativo.

Em 1999, o novo governo encontrou a economia depauperada, em parte devido às sanções impostas por países desenvolvidos após os testes nucleares paquistaneses de 1998. A decisão de conferir prioridade, numa primeira etapa, à estabilização da economia “vis-à-vis” ao crescimento decorreu de pressões do FMI quanto ao programa de ajuste estrutural aceito pelo Paquistão em 1º-7-1997.

A colaboração prestada por Musharraf aos Estados Unidos no combate ao terrorismo, após o 11/09, estimulou a economia. Com o suporte norte-americano, as instituições internacionais de crédito retomaram projetos de apoio, e os membros do Clube de Paris renegociaram a dívida. A comunidade internacional, ademais, propôs-se a canalizar para o Paquistão quase US\$6 bilhões. Aliviada a pressão externa, as autoridades locais puderam concentrar-se, a partir de 2002, numa política enfocada na estabilidade macroeconômica. No ano fiscal 2006/07, a dívida interna regrediu de 56,9% para 53,4% do PIB, e as reservas de divisas elevaram-se a US\$15,1 bilhões em junho de 2007, contra US\$13,1 bilhões em junho de 2006.

Em maio de 2009, após visita do Presidente Asif Ali Zardari aos Estados Unidos, o governo norte-americano adotou nova política com relação ao Paquistão, que consiste em fornecer auxílio militar aéreo contra o terrorismo e em providenciar ajuda econômica. Em

troca, os EUA solicitaram cooperação e prestação de contas por parte do Paquistão.

O dado mais destacado pelos analistas a respeito da economia paquistanesa tem sido o crescimento do PIB: 7,7% em 2005, 6,2% em 2006, 6% em 2007 e 6% em 2008. No período Musharraf, de 1999 a 2007, a economia paquistanesa cresceu a uma taxa média anual de 5,8% (7%, se considerados os últimos cinco anos, e 7,5%, se considerados os últimos 4 anos), convertendo-se em uma das quatro de maior crescimento na Ásia, ao lado de China, Índia e Vietnã.

Fruto desse crescimento, o PIB **per capita** aumentou continuamente, durante a administração de Pervez Musharraf: US\$728 em 2004, US\$772 em 2005, US\$825 em 2006 e US\$925 em 2007. Os fatores principais desse aumento, além da aceleração do crescimento do PIB real, podem ser atribuídos à estabilidade cambial e ao acréscimo significativo da remessa de divisas dos imigrantes paquistaneses (US\$5,5 bilhões no ano fiscal 2006/07, contra US\$4,6 bilhões no período 2005/06). Nos oito anos de governo de Musharraf, o PIB paquistanês registrou um crescimento de cerca de 50%, enquanto a renda **per capita** elevou-se em 25%, equivalente a duas vezes a taxa de aumento populacional. Em 2008, porém, em razão da crise econômico-financeira, o PIB **per capita** atingiu US\$913, ligeira queda em relação ao ano anterior.

A taxa média anual de crescimento da dívida externa paquistanesa no período 1990/99 foi de 7,4%, ocasionando a elevação do estoque da dívida de US\$20,5 bilhões em 1990 para US\$38,9 bilhões em 1999. Entretanto, com a adoção de política econômica voltada à estabilidade macroeconômica, o governo Musharraf conseguiu diminuir o componente externo da dívida pública de 40,8% do PIB, em 2002, para 24,6% do PIB, em 2007, atingindo US\$38,86 bilhões. Com relação ao ano de 2006, 2007 registrou uma elevação no estoque da dívida externa da ordem de US\$1,6 bilhão, o que representa um aumento interanual de 4,3%. Em 2008, esse valor tornou a aumentar, alcançando US\$43,10 bilhões, ou seja, 25,2% do PIB. A dívida externa pública do Paquistão, registre-se, tem seu perfil marcado em 80% por empréstimos de médio e longo prazos junto a instâncias multilaterais e bilaterais.

Privatizações e mudanças no sistema bancário e nos serviços de utilidade pública foram algumas medidas tomadas por Musharraf para criar ambiente favorável ao setor privado e dinamizar a economia paquistanesa. No entanto, com a instabilidade política recente e a atual crise econômico-financeira, melhorias na infraestrutura física e social são de difícil implementação. Além disso, a estabilidade macroeconômica do Paquistão foi abalada, em 2008, pelo aumento do

preço internacional do petróleo e pela elevação súbita dos preços internos. Desequilíbrios macroeconômicos, particularmente os déficits no setor público (por causa do aumento dos gastos com Defesa, pagamento do serviço da dívida, de salários e pensões) e na conta corrente também constituem obstáculo para o crescimento econômico sustentável. Ademais, o aumento do fluxo de capitais estrangeiros, nos últimos anos, em vez de propiciar crescimento sustentado, gerou acelerada expansão do de consumo que levou à formação de bolhas especulativas no mercado imobiliário.

No ano fiscal de 2006/07, o setor agrícola registrou um crescimento de 5%, contra apenas 1,6% no período anterior. Essa alta foi alimentada pelo aumento de 7,6% (contra 4,1 % no período 2005/06) na safra dos principais produtos, entre os quais o trigo, que, com 23,52 milhões de toneladas, obteve seu recorde histórico. Com um aumento de 22,6%, a produção de cana-de-açúcar, atingiu 54,7 milhões de toneladas, a segunda maior safra da história do país. A safra de algodão permaneceu estável, com cerca de 13 milhões de toneladas. A área de algodão cultivada (grande parte situada na província de Punjab) serve como medidor da saúde de toda a economia paquistanesa. A partir desse valor determinam-se a disponibilidade e o custo da matéria-prima usada pelas indústrias (concentradas em Karachi) e impõem-se limites à exportação de produtos têxteis – setor mais importante da economia do país. O setor agrícola é, fortemente, afetado por flutuações oriundas da excessiva dependência da cultura do algodão, bastante vulnerável a secas, inundações e pragas. Cerca de 2/3 da população paquistanesa vive em zonas rurais e depende, direta ou indiretamente, da agricultura para sobreviver. Entretanto, o setor primário, repleto de problemas, vem perdendo importância, anualmente, para os setores secundário e terciário.

Antes de 1947, o Paquistão era mero fornecedor de matérias-primas, especialmente algodão, para as indústrias da Índia britânica. Nos vinte anos subsequentes à independência, o setor secundário paquistanês apresentou média de crescimento de 9% ao ano. Nos anos de 1970, todavia, a taxa caiu, bruscamente, para 3%^{aa} em função da fuga de capitais provocada pelo amplo processo de nacionalização de empresas. Na década seguinte, o crescimento da produção retornou, atingindo 8,2%^{aa}, mas, na segunda metade dos anos de 1990, caiu, vertiginosamente, para 2,8%^{aa}.

Recentemente, apesar de a base produtiva ainda ser pouco diversificada, a produção industrial cresceu, e a contribuição do setor secundário para as exportações paquistanesas aumentou. Por conseguinte, a participação da Indústria no PIB continua ampliando em detrimento da parcela representada pelo setor pri-

mário. Em 2003, este era responsável por 23,4% do PIB; aquela, por 23,9%. Em 2007, porém, o setor industrial detinha 26,6% do PIB, enquanto a Agricultura gerava, tão-somente, 20,6%.

O aumento das cotas para produtos têxteis, nos mercados europeu, estadunidense e turco, propiciou crescimento súbito da produção industrial paquistanesa de 2002 a 2004. No entanto, desde o fim do sistema de cotas para têxteis, no âmbito da OMC, o setor manufatureiro do país tem enfrentado graves desafios, com taxas de crescimento cada vez menores. Em 2004/05, o crescimento foi de 18%; em 2007/08, alcançou, apenas, 5,4%.

O setor de serviços, responsável por quase 53% do PIB paquistanês, tem crescido fortemente, nos últimos anos, impulsionado pelos setores de finanças e de tecnologia da informação. As reformas liberalizantes, na primeira metade dos anos de 1990, aliada às privatizações, melhoraram, substancialmente, o setor financeiro do país, tornando-o muito mais dinâmico.

A alta taxa de inflação constitui objeto de manifestações populares no Paquistão. Em 2004, atingiu 7,4% (contra apenas 2,9% em 2003); em 2005, 9,1%; em 2006, 7,9%; em 2007, 7,8% e, em 2008, 24,4%. As principais razões dessa espiral inflacionária seriam o aumento da demanda agregada na base da economia, que desequilibrou o fluxo da oferta das principais **commodities**. A tal fator se somaria a conjuntura econômica internacional à época, caracterizada pela elevação do preço do petróleo e pelo incremento dos preços mundiais das **commodities**. Após o início da crise financeira mundial, em 2008, a redução do **quantum** das transações internacionais, além de certa instabilidade macroeconômica, fizeram que se elevasse, de forma contínua, o nível geral de preços.

A fim de evitar crise no balanço de pagamentos e moratória da dívida externa, as autoridades paquistanesas elaboraram, em novembro de 2008, o “23-month Stand-By Arrangement” (SBA), amplo programa de estabilização apoiado pelo FMI. O plano, por meio de políticas fiscais e monetárias restritivas, busca robustecer a estrutura macroeconômica a médio prazo com o intuito de reduzir a inflação e trazer o déficit em conta-corrente a níveis aceitáveis. Outrossim, o Governo Zardari/Gilani permanece à procura de ajuda financeira no exterior e retomou, recentemente, o programa de privatizações, paralisado em razão das instabilidades política, econômica e social paquistanesas. Nos primeiros meses de 2009, esses esforços para estabilizar a economia doméstica, aliados à queda no preço das **commodities** internacionais, têm contribuído para reduzir gargalos externos, reconstruir o comércio exterior e, sobretudo, reduzir a inflação.

Comércio

O déficit em conta-corrente é um tópico que preocupa as autoridades paquistanesas. Partindo de superávit de US\$3,6 bilhões em 2003, a balança tornou-se deficitária em 2004 (US\$817 milhões), chegando a saldos negativos de US\$3,4 bilhões e US\$ 5,6 bilhões em 2005 e 2006, respectivamente. Em 2007 e em 2008, o déficit atingiu, respectivamente, 4,8% e 8,4% do PIB, os piores resultados do país nos últimos anos. O aumento da demanda por produtos estrangeiros, seja artigos de luxo para atender a uma classe média com maior poder aquisitivo, seja para aparelhar a indústria de matérias-primas e de bens de capital na esteira do crescimento acelerado da economia nos últimos quatro anos, fez com que se acentuasse o desequilíbrio entre as exportações e as importações. Se as primeiras, em igual período, passaram de US\$11 bilhões para US\$19 bilhões (entre 2005 e 2006) e de US\$17,3 bilhões para US\$20,1 bilhões (entre 2007 e 2008), as importações, no mesmo período, saltaram de US\$11 bilhões para US\$35,4 bilhões em 2008. As importações de máquinas (+54,9%) e produtos químicos (+32,9%) e metálicos (+79,6%) foram as principais responsáveis pelo desequilíbrio da balança. Em consequência, o déficit comercial com o exterior saltou de US\$88 milhões em 2003 para US\$12 bilhões em 2006.

Os Estados Unidos (com 15,3% do total exportado em 2008) são o principal destino das exportações paquistanesas, compostas, sobretudo, de cereais, algodão e derivados. Emirados Árabes Unidos (com 10,8%) e Afeganistão (com 9,4%) ocupam, respectivamente, o 2º e o 3º lugares entre os parceiros comerciais do país. No que tange aos produtos importados pelo Paquistão, mormente combustíveis, óleos e ceras minerais, máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, China (com 15% do total importado em 2008), Arábia Saudita (com 12,4%) e Emirados Árabes Unidos (com 9,7%) são os principais fornecedores.

Investimentos

Os investimentos locais apresentaram ligeira queda até 2008: 17,3% em 2004, 16,9% em 2005, 15,3% em 2006 e 15,6% em 2007. Em 2008, no entanto, chegou a 20%, resultado de ação concertada do governo paquistanês em busca de maior estabilidade macroeconômica, que consistiu, em essência, na consolidação do arcabouço fiscal, no corte de subsídios a combustíveis e no aumento das receitas.

Apesar de todos os obstáculos que afligem a economia do Paquistão, os investimentos estrangeiros cresceram nos últimos anos. A taxa de investimento elevou-se a excepcionais 23% em 2007, contra 17,2% em 2002, em consequência do aumento de inversões no setor público e dos investimentos diretos estrangeiros (IDE). No ano fiscal 2006/07, os IDE ascenderam a

US\$5,2 bilhões, equivalentes a 45 vezes o total registrado em 2005/06. Aproximadamente 80% do investimento estrangeiro direto têm-se efetuado sob a forma de expansão da presença de bancos e de companhias como Pepsico e Mc Donald's, assim como de ampliação da produção de energia e das redes de telecomunicações por empresas norte-americanas, britânicas, holandesas, chinesas e dos Emirados Árabes. Cerca de 78% do IDE vieram, no período 2006/07, desses cinco países. Em 2007/08, os investimentos diretos caíram em decorrência da incerteza política, da piora na segurança e da interrupção do processo de privatizações. Dessa forma, o Governo atual de Zardani/Gilani, sufocado pelo aumento persistente do déficit fiscal, tem colocado o programa de privatização no topo da agenda oficial.

Comércio bilateral

O comércio entre o Brasil e o Paquistão aumentou de forma expressiva, no início do século XXI, partindo de US\$33 milhões, em 2002 para US\$223,60 milhões em 2006. Porém, foi em 2005 que as trocas comerciais deram um grande impulso, somando US\$290 milhões. A queda em 2006 explica-se, sobretudo, pela redução, em 50%, das exportações de açúcar, que, no ano anterior, beneficiaram-se da quebra da safra paquistanesa. Em 2008, após mais um ano de queda, a corrente de comércio entre os dois países atingiu o pico histórico de US\$381,54 milhões. O saldo comercial, sempre superavitário para o lado brasileiro, foi amplamente favorável em 2005 e 2008, quando superou os US\$200 milhões.

As importações provenientes do Paquistão, embora sejam bem inferiores às exportações brasileiras, têm crescido anualmente: de apenas US\$5,6 milhões em 2002, chegaram a US\$72,5 milhões em 2008. O aumento dessas cifras, nos últimos anos, decorre de maiores importações de fios e tecidos de algodão, que responderam, em 2008, por 35% da pauta, com US\$25,4 milhões.

O mais importante item de nossa pauta de exportações é o algodão em rama, do qual o Brasil poderá passar a ser, dentro em breve, o principal fornecedor para a indústria têxtil paquistanesa, como se sabe, uma das mais importantes do mundo. E secundado pelo trigo, que, em 2008, foi responsável por mais de 26% do total exportado. Cabe destacar, no entanto, que a pauta brasileira está-se modificando e integra, cada vez mais, manufaturados de maior valor agregado. É significativo, neste contexto, ressaltar o aumento de nossas exportações de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e mecânicos:

de US\$9 milhões, em 2004, para US\$22 milhões em 2008. Em contraposição, a importação de produtos paquistaneses pelo Brasil está, fortemente, concentrada em produtos básicos. Em 2008, mais de 54% do total importado era composto por roupas de cama e tecidos à base de algodão.

Relações Brasil-Paquistão

Aspectos gerais

As relações bilaterais mantêm-se em nível correto e cordial, com apoio recíproco em instâncias importantes. A participação paquistanesa no G-20, evidenciada pela reunião de coordenação organizada por esse país, em setembro de 2005, coincidiu com a visita bilateral do Chanceler brasileiro e demonstra que Islamabad está engajada no tema do comércio agrícola, que é de grande interesse para o Brasil. O apoio mútuo em relação a candidaturas a postos em entidades internacionais é constante. O comércio bilateral, embora modesto, tem perspectivas favoráveis, impulsionadas pelos contatos oficiais e empresariais incrementados a partir da visita do Presidente Musharraf ao Brasil, em novembro de 2004.

Antes da inédita visita presidencial paquistanesa a Brasília, o Brasil e a América Latina ocupavam lugar de pouco destaque na política exterior do Paquistão. Após a vinda do Presidente Musharraf, que também visitou a Argentina e o México, precedida pela visita do Diretor do Departamento da Ásia e Oceania do MRE a Islamabad, em outubro de 2003, os contatos se intensificaram.

Existem oito acordos em vigor entre os dois países: Acordo Cultural (1968/70), Acordo Comercial (1982/88), Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio (1984/88), Acordo, por troca de notas, para abertura de Escritório Comercial em São Paulo (1984), Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (1988/90), Memorando de Entendimento para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (2004) e Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica na Área de Segurança Alimentar e Nutricional (2004). Os dois últimos foram assinados durante a visita do Presidente Musharraf ao Brasil. Acordo sobre Isenção de Vistos para Passaportes Oficiais e Diplomáticos também foi assinado durante a visita, mas só entrou em vigor no dia 21-2-2009.

Visitas de alto nível

O governo paquistanês tem concedido ênfase à troca de visitas de alto nível, estimuladas pela a visita ao Brasil do Presidente Pervez Musharraf. Desde então, já estiveram no Brasil o Secretário de Comércio, Tasnem Noorani; o Comandante-Geral da Aeronáutica, Marechal-do-Ar Kaleem Saadat; o Presidente do "Alternative Energy Development Board", Marechal-do-Ar Sahid Hamid e, recentemente, a visita do Ministro do Comércio, Hurnayun Akthar Khan. Essa atitude reflete não apenas o bom andamento das relações bilaterais e a percepção paquistanesa da importância do Brasil no plano internacional, mas também a inegável preocupação com a intensificação dos laços brasileiro-indianos.

Até a visita do Ministro Celso Amorim, em 2005, a última visita de uma autoridade brasileira ao Paquistão da-

tava de 1984, quando o então Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro esteve em Lahore. Do lado paquistanês, e anteriormente à visita do Presidente Musharraf a Brasília, em 2004, o então Primeiro-Ministro Nawaz Sharif participou, em 1992, da Conferência do Rio. A partir de então, passaram a ser frequentes as visitas de altas autoridades dos dois países: de 2004 a 2006, podem-se contabilizar, entre outras, pelo lado paquistanês, as do Ministro da Educação, Javed Ashraf (11-04); do então Ministro do Meio-Ambiente, Tahir Iqbal (3-06); do Ministro das Ferrovias, Sheik Rashid Ahmed (7-06); Ministro do Comércio, Humayun Akhtar Khan (7-06); e Ministro de Ciência e Tecnologia, Chaudhry Nouraz Shakoore Khan (9-06).

Muitas dessas visitas se vincularam a reuniões internacionais sediadas pelo Brasil, mas em grande parte dos casos os visitantes aproveitaram o ensejo para conhecer instituições e empresas afetas a seus ministérios, referendando interesse que a experiência brasileira em vários setores desperta no Paquistão. Além desses chefes de pasta, outras altas autoridades paquistanesas igualmente estiveram no Brasil. Entre elas cabe recordar o Presidente do “National Database Registration Authority”(NADRA), Brigadeiro Saleem Moeen (2-05); o Secretário do Comércio, Tasneem Noorani (4-05); o Presidente do Comitê de Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Energia/ “Board of Alternative Sources of Energy” (AEDB), Marechal Shahid Hamid (7-05); o Presidente do “Pakistan Export Promotion Bureau” (EPB), Tariq Ikram (4-06); e o Ministro de Fontes Alternativas de Energia da Província do Sindh, Noman Saigol (5-06). Mencione-se, também, a visita (25-7-2007) de delegação parlamentar da República Islâmica do Paquistão, chefiada pelo Senador Waseem Sajjad, ex-presidente do senado paquistanês.

Cabe aqui singularizar o intercâmbio de visitas dos Comandantes das duas Forças Aéreas, respectivamente, a do Marechal-do-Ar Kaleem Saadat, líder da “Pakiistan Air Force”/PAF (4-05), reciprocada pela do Comandante da FAB, Brigadeiro Luiz Carlos Bueno (4-06) e a deste pelo atual Comandante da PAF, Marechal Tanvir Ahmed (7-06), em função da alavancagem que imprimiram à cooperação entre as duas armas. Ainda neste último contexto, cumpre ressaltar a visita da missão do Estado Maior das Forças Armadas paquistanesas, chefiada pelo General Shahid Tirmezey (2-06). Recentemente, em abril de 2009, o Ministro da Defesa paquistanês, Ahmed Mukhtar, e sua delegação vieram ao Rio de Janeiro para participar da Feira Internacional Latino-Americana de Defesa e Espaço Aéreo (LAAD 2009).

Potencialidades da cooperação bilateral, com destaque para energia

Algumas das áreas potenciais são açúcar, têxteis e “design”, reflorestamento, pesca artesanal e energia. Encontra-se em fase inicial de negociação com o Pa-

quistão Memorando de Entendimento referente à cooperação tecnológica na área de mistura de etanol em combustíveis para transporte. Também no campo da energia, há potencial a ser explorado na questão do petróleo, principalmente na exploração de poços já abertos, em regime de “joint-ventures”, entre a Petrobrás e outras empresas, além do refino. Há também vontade paquistanesa na cooperação para a produção de eletricidade a partir de termelétricas, interesse que resultou na formação de um consórcio formado por empresas brasileiras (“Brasil Energy Power Corporation”, Grupo M.P.E. – Montagens e Projetos Especiais S.A. – e I-ILC Brasil Ltda.), uma empresa canadense-paquistanesa e uma empresa saudita. O grupo se denomina “WARDA International Investments”.

Cooperação no campo da segurança alimentar

Durante a visita do Presidente Musharraf ao Brasil foi assinado Memorando de Entendimento Bilateral sobre Cooperação Técnica na Área de Segurança Alimentar, no qual os dois países expressam sua intenção de cooperar bilateralmente, no campo de combate à fome e à pobreza. O Presidente Musharraf foi um dos mais de cinquenta Chefes de Estado e de Governo que atenderam ao convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para participar da Reunião de Líderes Mundiais Contra a Fome e a Pobreza, em Nova York, em 20 de setembro de 2004, quando tratou-se de mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento. Foi lançada, na ocasião, a Declaração de Nova York, que recebeu o apoio oficial de cento e dez países, onde se conclama a um esforço global adicional com vistas a que as Metas do Milênio possam ser atingidas no prazo estipulado, de 2015.

Cooperação no combate aos ilícitos transnacionais

Por ocasião da visita do Presidente Musharraf foi assinado um “Acordo de Cooperação sobre o Combate à Produção, Consumo e Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas, bem como à Lavagem de Dinheiro e outros Atos Fraudulentos Correlatos”. A política externa tem atuado intensamente na área, nos últimos dois anos, nos âmbitos bilateral, regional e multilateral, com vistas ao incremento da cooperação internacional. Nesse contexto, o Acordo como Paquistão inclui diversos aspectos do problema da droga, incluindo a cooperação entre as duas polícias, intercâmbio de inteligências, desenvolvimento de projetos comuns de pesquisa científica, combate à lavagem de dinheiro, programas de redução da demanda e de tratamento de usuários de drogas.

Cooperação na área cultural

Encontra-se em fase inicial de negociação Programa Executivo de cooperação na área cultural, a complementar o acordo cultural vigente entre os países desde 1970.

Cooperação no plano político e multilateral

O Brasil e o Paquistão compartilham posições semelhantes em foros multilaterais econômicos, especialmente nas negociações da Rodada Doha da OMC, em que os dois países coordenam posições do âmbito do G-20.

Quanto à reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), em razão, principalmente, do antago-

nismo com a Índia, o Paquistão é copatrocinador de projeto que prevê apenas novos assentos não-permanentes, formulado pelo grupo "Uniting for Consensus", ou "Coffee Club". Se for aprovada a reforma nos moldes propostos pelo G-4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão), restará saber se o Paquistão apoiará a candidatura brasileira.

Dados econômico-comerciais

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PAQUISTÃO**

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Islâmica do Paquistão
Superfície	796.095 Km ²
Localização	Centro-sul da Ásia
Capital	Islamabad
Principais cidades	Karachi, Lahore, Faisalabad
Idiomas	Inglês (oficial) e Urdu (nacional)
PIB a preços correntes (2008 - EIU)	US\$ 171,2 bilhões
PIB "per capita" (2008)	US\$ 1.029
Moeda	Rúpia paquistanesa

Elaborado pelo BR/REDFR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2009.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes) ⁽²⁾	155,4	158,1	161,0	163,7	166,4
Densidade demográfica (habit/km ²)	195,2	198,6	202,2	205,6	209,0
PIB a preços correntes (US\$ bilhões) ⁽³⁾	98,0	109,9	127,3	145,7	171,2
Crescimento real do PIB (%) ⁽⁴⁾	7,4	7,7	8,2	6,0	8,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%) ⁽⁵⁾	7,4	8,5	9,4	14,2	16,1
Reservas Internacionais (US\$ milhões)	10.616	10.948	12.816	15.689	9.511
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽⁶⁾	35,5	33,2	35,9	38,0	43,1
Câmbio (PRs / US\$)	59,12	59,63	60,92	61,22	79,54

Elaborado pelo BR/REDFR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2009.

(1) Estimativa EIU
(2) 2007: estimativa EIU
(3) 2008: dados reais

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PAQUISTÃO**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	-9.647	-10.640	-9.059
Exportações	17.049	18.121	10.666
Importações	26.696	28.761	19.945
B. Serviços (líquido)	-4.912	-5.006	-3.011
Receita	3.506	3.758	2.199
Despesa	8.418	8.764	5.210
C. Renda (líquido)	-3.131	-3.735	-1.945
Receita	864	1.357	777
Despesa	3.995	5.092	2.722
D. Transferências unilaterais (líquido)	10.941	11.096	6.032
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-6.750	-8.295	-7.983
F. Conta de capitais (líquido)	345	176	72
G. Conta financeira (líquido)	7.436	10.088	3.831
investimentos diretos (líquido)	4.184	5.235	3.046
Portfólio (líquido)	1.969	2.088	-64
Outros	1.303	2.685	849
H. Erros e Omissões	520	238	2
I. Saldo (E+F+G+H)	1.551	2.127	-4.078

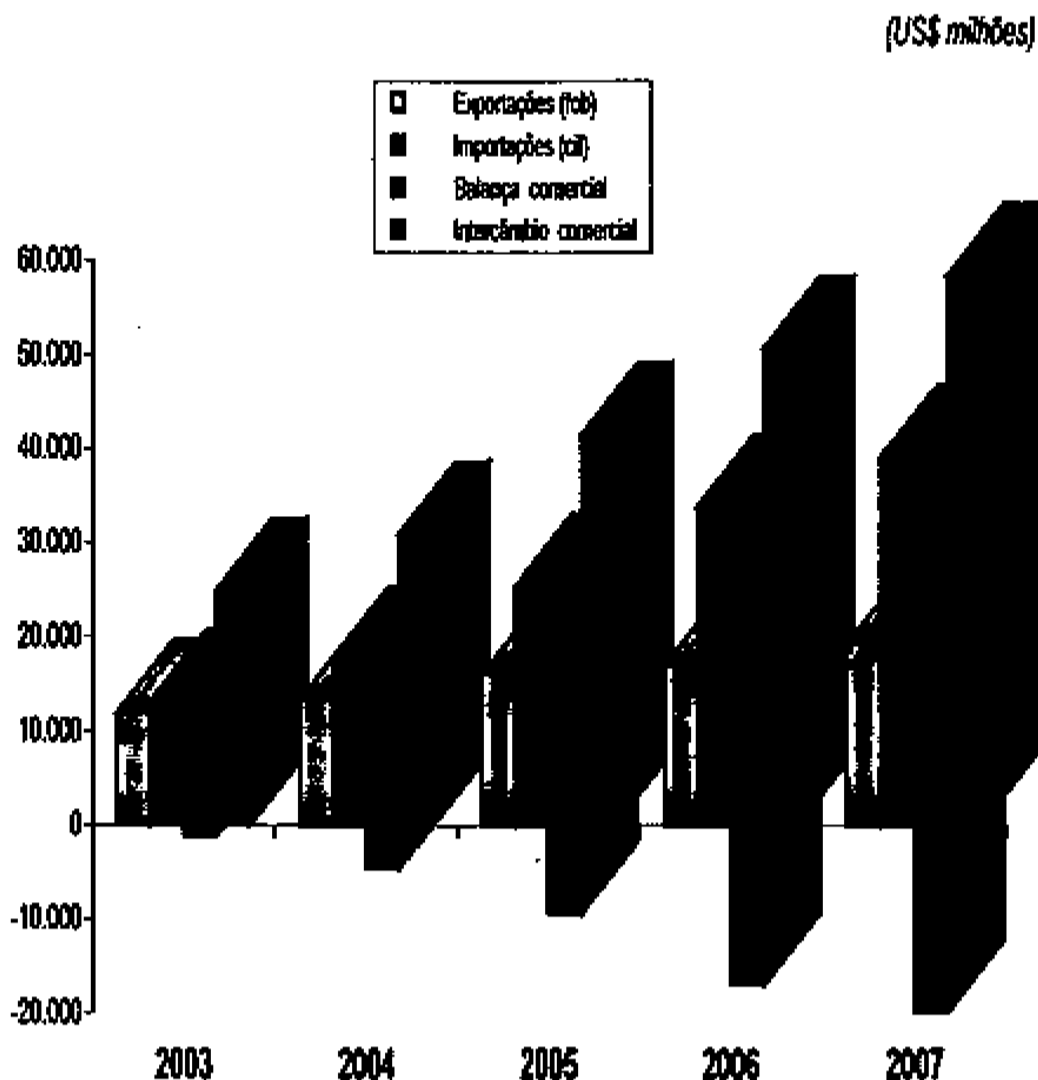
Elaborado pelo BR/REDFR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD December 2008
(1) janeiro - junho

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽²⁾
Exportações (fob)	11.928	13.284	16.046	16.981	19.353	10.722
Importações (cif)	13.048	17.756	25.410	33.866	39.205	22.504
Balança comercial	-1.120	-4.472	-9.364	-16.885	-19.852	-11.782
Intercâmbio comercial	24.976	31.040	41.456	50.847	58.558	33.226

Elaborado pelo BR/REDFR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2008.

(1) Os dados são corrigidos, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos no caso das diferenças metodológicas de base do PIB e do e das demais metodologias de cálculo
(2) janeiro - junho

COMÉRCIO EXTERIOR DO PAQUISTÃO 2003-2007



Elaborado pelo MRE/PR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Dirección of Trade Statistics, CD December 2008.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PAQUISTÃO**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2005	% no total	2006	% no total	2007	% no total	2008 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES								
Estados Unidos	3.979	24,8%	3.604	21,2%	3.482	18,0%	1.639	15,3%
Emirados Árabes Unidos	1.256	7,8%	1.551	9,1%	2.009	10,4%	1.155	10,8%
Afganistão	1.065	6,6%	1.316	7,8%	1.634	8,4%	1.010	9,4%
China	436	2,7%	916	5,4%	1.005	5,2%	502	4,7%
Reino Unido	908	5,7%	874	5,1%	903	4,7%	497	4,6%
Alemanha	725	4,5%	639	3,8%	729	3,8%	444	4,1%
Hong Kong	599	3,7%	584	3,5%	576	3,0%	216	2,0%
Itália	583	3,6%	487	2,8%	569	2,9%	347	3,2%
Arábia Saudita	355	2,2%	438	2,6%	568	2,9%	362	3,4%
Índia	337	2,1%	417	2,5%	517	2,7%	329	3,1%
Turquia	300	1,9%	344	2,0%	483	2,5%	254	2,4%
República da Coreia	200	1,2%	310	1,8%	446	2,3%	243	2,3%
Espanha	386	2,4%	377	2,2%	443	2,3%	263	2,5%
França	363	2,3%	324	1,9%	373	1,9%	205	1,9%
Bélgica	342	2,1%	282	1,7%	327	1,7%	126	1,2%
Países Baixos	378	2,4%	268	1,6%	319	1,7%	210	2,0%
Irã	178	1,1%	220	1,3%	285	1,5%	184	1,7%
Canadá	212	1,3%	248	1,5%	227	1,2%	111	1,0%
Japão	143	0,9%	187	1,1%	227	1,2%	180	1,7%
Bangladesh	234	1,5%	155	0,9%	179	0,9%	108	1,0%
Sri Lanka	154	1,0%	133	0,8%	162	0,8%	84	0,8%
África do Sul	222	1,4%	132	0,8%	137	0,7%	73	0,7%
Brasil	12	0,1%	30	0,2%	50	0,3%	25	0,2%
SUBTOTAL	13.366	83,3%	13.947	81,6%	15.651	80,9%	8.566	79,9%
DEMAIS PAÍSES	2.680	16,7%	3.134	18,4%	3.782	19,1%	2.156	20,1%
TOTAL GERAL	16.046	100,0%	16.981	100,0%	19.433	100,0%	10.722	100,0%

Elaborado pelo SIRECOPROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2008.
 Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2007.
 (1) Janeiro - Junho.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2005	% no total	2006	% no total	2007	% no total	2008 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES								
China	2.349	8,2%	4.665	13,8%	6.363	16,2%	3.382	15,0%
Arábia Saudita	2.819	11,1%	3.545	10,5%	4.276	10,9%	2.780	12,4%
Emirados Árabes Unidos	2.620	10,3%	3.294	9,7%	3.974	10,1%	2.177	9,7%
Estados Unidos	1.532	6,0%	2.189	6,5%	2.239	5,7%	1.288	5,7%
Kuala Lumpur	1.264	5,0%	1.589	4,7%	1.917	4,9%	1.007	4,5%
Japão	1.633	6,4%	1.936	5,7%	1.716	4,4%	872	3,9%
Malásia	732	2,9%	927	2,7%	1.383	3,5%	738	3,3%
Alemanha	1.145	4,5%	1.395	4,1%	1.367	3,5%	711	3,2%
Indonésia	684	2,7%	808	2,4%	1.029	2,6%	637	2,8%
Reino Unido	721	2,8%	991	2,9%	939	2,4%	450	2,0%
Singapura	449	1,8%	849	2,5%	931	2,4%	836	3,7%
Índia	577	2,3%	714	2,1%	886	2,3%	594	2,6%
Itália	437	1,7%	746	2,2%	783	2,0%	418	1,9%
República da Coreia	655	2,6%	740	2,2%	748	1,9%	407	1,8%
Tailândia	538	2,1%	717	2,1%	728	1,9%	361	1,6%
Irã	363	1,4%	456	1,3%	550	1,4%	291	1,3%
França	297	1,2%	558	1,6%	528	1,3%	363	1,6%
Catar	325	1,3%	411	1,2%	496	1,3%	325	1,4%
Canadá	213	0,8%	386	1,1%	453	1,2%	294	1,3%
Países Baixos	215	0,8%	374	1,1%	448	1,1%	231	1,0%
Ucrânia	261	1,0%	322	1,0%	400	1,0%	214	1,0%
Austrália	452	1,8%	259	0,8%	396	1,0%	219	1,0%
Bélgica	305	1,2%	318	0,9%	332	0,8%	163	0,7%
Suécia	366	1,5%	404	1,2%	309	0,8%	255	1,1%
Suíça	493	1,9%	287	0,8%	302	0,8%	162	0,7%
Brasil	222	1,3%	213	0,6%	163	0,4%	85	0,4%
SUBTOTAL	27.788	85,7%	29.090	85,8%	33.654	85,8%	19.260	85,6%
DEMAIS PAÍSES	3.622	14,3%	4.776	14,1%	5.651	14,2%	3.244	14,4%
TOTAL GERAL	31.410	100,0%	33.866	100,0%	39.305	100,0%	22.504	100,0%

Elaborado pelo SIRECOPROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2008.
 Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2007.
 (1) Janeiro - Junho.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS PAQUISTÃO

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ mil)	2007 ⁽¹⁾	Part. %
EXPORTAÇÕES		
Algodão	3.440	19,3%
Outros artefatos têxteis confeccionados	3.179	17,8%
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.851	10,4%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.371	7,7%
Cereais	1.244	7,0%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	994	5,6%
Obras de couro; artigos de correeiro ou de seleiro; artigos de viagem	692	3,9%
Embarcações e estruturas flutuantes	430	2,4%
Peles, exceto a peleteria, e couros	392	2,2%
Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	386	2,2%
Sal; enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	252	1,4%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	241	1,4%
Subtotal	14.472	81,1%
Demais Produtos	3.366	18,9%
Total Geral	17.838	100,0%
IMPORTAÇÕES		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	8.350	25,6%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.448	10,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.262	10,0%
Produtos químicos orgânicos	1.570	4,8%
Ferro fundido, ferro e aço	1.543	4,7%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.419	4,4%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	1.301	4,0%
Plásticos e suas obras	1.281	3,9%
Algodão	918	2,8%
Adbos ou fertilizantes	748	2,3%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	645	2,0%
Embarcações e estruturas flutuantes	573	1,8%
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos	501	1,5%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	467	1,4%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	401	1,2%
Produtos diversos das indústrias químicas	393	1,2%
Subtotal	26.821	82,3%
Demais Produtos	5.773	17,7%
Total Geral	32.594	100,0%

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Tredemap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PAQUISTÃO**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PAQUISTÃO ⁽¹⁾ (US\$ mil)	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações	97.645	290.288	193.851	147.934	309.038
Variação em relação ao ano anterior	114,4%	197,3%	-33,2%	-23,7%	108,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,7%	1,6%	0,9%	0,6%	0,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%
Importações	6.525	10.876	29.748	50.022	72.459
Variação em relação ao ano anterior	45,6%	66,7%	173,5%	68,2%	44,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	104.170	301.164	223.599	197.956	381.537
Variação em relação ao ano anterior	108,3%	189,1%	-25,8%	-11,5%	92,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,4%	0,8%	0,5%	0,4%	0,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Balança comercial	91.120	279.412	164.103	97.912	236.539

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alficeweb.

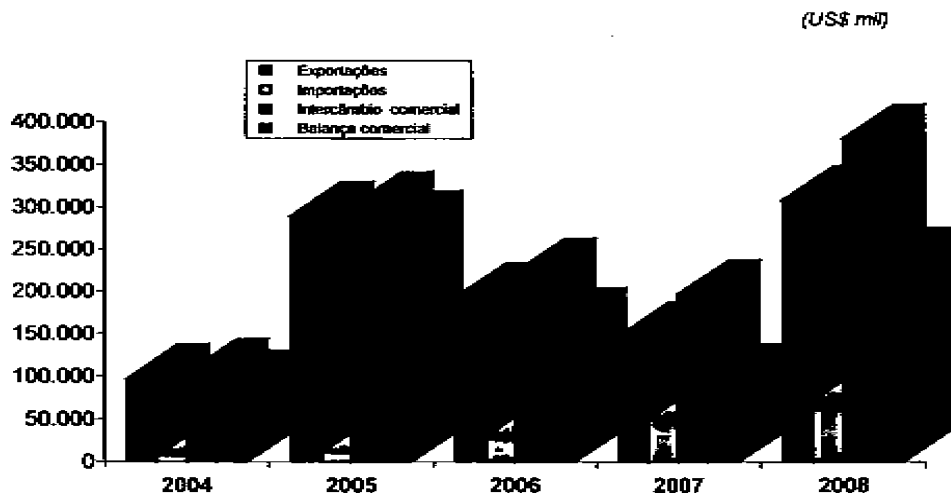
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e das vendas podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e técnicas por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclui-se China-México.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PAQUISTÃO (US\$ mil, fob)	2008 (jan-abr)	2009 (jan-abr)
Exportações	115.324	69.859
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	543,7%	-39,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia	1,3%	0,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,2%
Importações	23.386	19.583
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	55,2%	-16,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia	0,2%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,1%
Intercâmbio Comercial	138.710	89.442
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	320,5%	-35,5%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia	0,6%	0,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%
Saldo Comercial	91.938	50.276

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alficeweb.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PAQUISTÃO
2004-2008**



Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alficeweb

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PAQUISTÃO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PAQUISTÃO (US\$ mil - FOB)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Algodão	69.374	36,8%	93.769	63,4%	149.903	48,6%
Algodão simplesmente debulhado, não cardado, nem penteado	62.143	32,1%	87.995	59,5%	148.919	46,2%
Outros tipos de algodão não cardado nem penteado	6.434	3,3%	5.772	3,9%	983	0,3%
Cereais	0	0,0%	0	0,0%	60.796	18,9%
Trigo (exceto trigo duro ou para sementeira), e trigo com cereia	0	0,0%	0	0,0%	79.636	24,6%
Plásticos e suas obras	6.338	2,7%	6.260	4,2%	15.512	4,8%
Polietileno sem carga, densidade<0,94, forma primária	4.831	2,5%	5.414	3,7%	6.755	2,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10.523	5,4%	1.748	1,2%	13.485	4,1%
Transformador de dielétrico líquido, pot>1000KVA	7.517	3,9%	0	0,0%	12.013	3,7%
Motor elétr.com. altern. trif.75KW	268	0,1%	488	0,3%	597	0,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	14.819	7,2%	8.158	5,2%	8.617	2,6%
Válvulas redutoras de pressão	1.519	0,8%	141	0,1%	3.764	1,2%
Anéis de segmento, para motores a diesel ou semidiesel	570	0,3%	992	0,7%	767	0,2%
Bombas pl distrib. combust.hubif. em postos serviço	1.395	0,7%	548	0,4%	618	0,2%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	3.237	1,7%	3.855	2,6%	6.534	2,0%
Café, chá, mate e especiarias	1.120	0,6%	261	0,2%	3.723	1,1%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufacturados	4.062	2,1%	3.234	2,2%	3.671	1,1%
Produtos cerâmicos	1.579	0,8%	1.829	1,2%	2.916	0,9%
Produtos químicos orgânicos	1.469	0,8%	2.737	1,9%	2.610	0,8%
Armas e munições, suas partes e acessórios	671	0,3%	1.035	0,7%	2.469	0,8%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	1.382	0,7%	1.315	0,9%	2.351	0,7%
Carnes e miudezas, comestíveis	384	0,2%	658	0,5%	2.234	0,7%
Aplicares e produtos de confeitaria	55.417	28,6%	849	0,6%	1.494	0,5%
Outros aplicares de cana, beterraba, sacarina, quim.pura, sol.	41.614	21,5%	849	0,6%	1.494	0,5%
Aplicar de cana, em bruto	13.803	7,1%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	168.577	87,8%	126.589	85,6%	298.385	91,6%
Demais Produtos	25.274	13,0%	21.425	14,5%	18.733	5,8%
TOTAL GERAL	193.851	100,0%	147.934	100,0%	308.038	100,0%

Elaborado pelo PROSOP/MDIC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do PROSOP/DECOM/MDIC.
Grupo de produtos fabricado em outros países, inclui zero-base em valores apresentados em 2008.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PAQUISTÃO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PAQUISTÃO (US\$ mil - FOB)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Algodão	11.263	37,8%	18.674	37,3%	25.368	35,0%
Tecido de algodão<=85%, branco, pto tafetá	167	0,6%	2.200	4,4%	6.769	12,1%
Tecido de algodão >= 85%, estampado, pto tafetá, 100	1.013	3,4%	1.454	2,9%	2.799	3,9%
Tecido de algodão<=85%, cru, ponto tafetá 100	191	0,6%	472	0,9%	2.562	3,6%
Tecido de algodão<=85%, estampado, pto tafetá, P<=100g/m2	39	0,1%	90	0,2%	1.404	1,9%
Fio algodão<=85%, retorc.fibra n°perit.232,56 D<=T<714,29D	172	0,6%	1.913	3,8%	1.394	1,9%
Fio algodão >=85%, simples, fibra perit. 235,56<=T<174,29D	1.303	4,4%	2.533	5,1%	230	0,3%
Fio algodão<=85%, retorc.fibra n°perit.hubo<=714,29dec.	763	2,6%	1.643	3,3%	56	0,1%
Fio algodão<=85%, cru, simpl.fibra perit.192,3D<=T<232,56D	802	2,7%	1.427	2,9%	33	0,0%
Outros artigos têxteis coroados, coroados, etc.	2.772	9,3%	7.071	14,1%	13.839	19,1%
Roupas de cama, de algodão, estampadas	269	0,9%	2.201	4,4%	4.010	5,5%
Outras roupas de cama, de algodão	134	0,5%	1.598	3,2%	3.347	4,6%
Roupas de touceador/costeira, de tecido artificial de algodão	1.895	6,4%	2.633	5,3%	3.141	4,3%
Fibras sintéticas/artificiais, descontínuas	3.850	10,3%	4.780	9,4%	6.224	7,2%
Tecido poliéster com menos de 85% com algodão, P<=170 g/m2, tafetá, estamp	1.900	6,4%	1.586	3,2%	2.682	3,7%
Tecido poliéster com menos de 85% de algodão, tafetá, cru, branqueado	540	1,6%	1.061	2,2%	538	1,3%
Instrumentos, aparelhos de óptica, foto, precisão, médicos	3.389	11,4%	4.311	9,0%	5.834	8,9%
Outros instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia	2.211	7,4%	2.931	5,9%	3.195	4,4%
Outros instrumentos e aparelhos de odontologia	1.139	3,8%	1.479	3,0%	1.608	2,2%
Braquetes, jogos, artigos para divertimento/esporte	3.368	11,3%	3.046	6,1%	4.442	6,6%
Bolas infláveis	2.992	10,1%	2.477	5,0%	3.766	5,2%
Pele, exceto a peleteria, e couros	227	0,8%	1.838	3,7%	4.002	5,5%
Couros int.bovinos, nativ."wet blue", S<2,6m2	0	0,0%	907	1,8%	3.071	4,2%
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.674	5,3%	3.388	6,9%	3.881	5,4%
Luvas, etc. de malha, impregnadas, etc. de plástico/borracha	417	1,4%	693	1,4%	1.212	1,7%
Outras meias a semelh. malha de algodão	0	0,0%	1.674	3,3%	909	1,3%
Luvas, etc. de malha de algodão	533	1,8%	708	1,4%	664	1,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	981	3,3%	1.571	3,1%	2.850	3,9%
Ferramentas, artefatos de carpenteria, de metais comuns	1.844	5,5%	1.581	3,2%	2.686	3,7%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico	1	0,0%	688	1,4%	1.228	1,7%
Subtotal	27.669	93,0%	47.069	94,1%	68.154	94,0%
Demais Produtos	2.079	7,0%	2.953	6,9%	4.345	6,0%
TOTAL GERAL	29.748	100,0%	50.022	100,0%	72.499	100,0%

Elaborado pelo PROSOP/MDIC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do PROSOP/DECOM/MDIC.
Grupo de produtos fabricado em outros países, inclui zero-base em valores apresentados em 2008.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS PAQUISTÃO

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PAQUISTÃO (US\$ mil - fob)	2008 (jan-abr)	% no total	2009 (jan-abr)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	204	0,2%	17.376	24,9%
Algodão	21.523	18,7%	12.279	17,6%
Cereais	70.447	61,1%	10.259	14,7%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	1.313	1,1%	5.400	7,6%
Plásticos e suas obras	6.533	5,7%	3.849	5,5%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos e espaciais	0	0,0%	3.408	5,0%
Açúcares e produtos e confeitaria	0	0,0%	2.905	4,2%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	585	0,5%	2.710	3,9%
Ferro fundido, ferro e aço	1	0,0%	2.636	3,8%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	1.317	1,1%	1.503	2,3%
Subtotal	101.923	88,4%	62.575	89,6%
Demais Produtos	13.401	11,6%	7.284	10,4%
TOTAL GERAL	115.324	100,0%	69.859	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Algodão	7.006	30,0%	6.346	32,4%
Outros artefatos têxteis confeccionados	5.566	23,8%	3.991	20,4%
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.062	4,5%	2.183	11,1%
Brinquedos, jogos, artigos para divertimento, esportes	678	2,9%	1.330	6,8%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	1.480	6,3%	1.094	5,6%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	2.729	11,7%	951	4,9%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, de metais comuns	652	2,8%	789	4,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	930	4,0%	657	3,4%
Filamentos sintéticos ou artificiais	219	0,9%	521	2,7%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	454	1,9%	442	2,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	442	2,3%
Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro	205	0,9%	292	1,5%
Subtotal	20.961	89,7%	19.038	97,2%
Demais Produtos	2.405	10,3%	545	2,8%
TOTAL GERAL	23.366	100,0%	19.583	100,0%

Elaborado pelo INEOPROD - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIOSECOM/Brasília.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-abr/2009.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral Política II (SGAP II)

Departamento do Oriente Médio e Ásia Central (DOMA)

Divisão da Ásia Central (DASC)

MENSAGEM AO SENADO FEDERAL
FADJQUISTÃO

2009

REPÚBLICA DO TADJIQUISTÃO

ÍNDICE

I – Mapa Geográfico e Bandeira Nacional

II – Introdução

III – Dados básicos

IV – Síntese histórica

V – Política interna

V.1. Direitos humanos

VI – Política externa

VII – Economia

VIII – Relações bilaterais

I. Mapa e Bandeira Nacional



II – Introdução

O Tadjiquistão, a menos desenvolvida das repúblicas da região da Ásia Central, difere de seus vizinhos pela origem persa da população e do idioma.

Os cinco anos de guerra civil entre o governo (apoiado pela Rússia) e a oposição islâmica ocasionaram a morte de cerca de 50 mil pessoas e o deslocamento de cerca de um décimo da população (cerca de 1,2 milhão de pessoas), que se refugiou nos países vizinhos. O conflito, que terminou em 1997 com um acordo de paz patrocinado pelas Nações Unidas, deixou sérias marcas. A economia, que já era a mais frágil da antiga União Soviética, sofreu profundamente os efeitos do desmantelamento desta e do conflito interno, e depende hoje basicamente da exportação de alumínio e, em segundo plano, de algodão.

Quase a metade da população tadjique tem menos de 14 anos de idade. O país apresenta o maior crescimento demográfico dentre os componentes da extinta União Soviética e um nível de vida extremamente baixo, com 60% da população abaixo da linha de pobreza. A principal colheita é a do algodão num país em que somente 5% da terra são cultiváveis. Os recursos minerais (prata, ouro, urânio e tungstênio) são limitados. O potencial hidrelétrico, no entanto, é grande, embora se encontre subaproveitado. O setor industrial tadjique mais expressivo é o da produção de alumínio (a Talco – “Tajikistan Aluminum Plant” – é a maior empresa do país) e outras pequenas fábricas.

III – Dados Básicos

Nome oficial: República do Tadjiquistão

Capital: Dushanbe.

Fronteiras: Afeganistão (1.206 km), Uzbequistão (1.161 km), República Quirguiz (870 km) e China (414 km).

Área: 143.100 Km²

Clima: continental, árido frio

Recursos naturais: petróleo, ouro, prata, urânio, mercúrio, couro, zinco, cobre, carvão e tungstênio

População: 6,4 milhões de habitantes (FMI, 2007, estimativa)

Densidade demográfica: 47,5 habitantes por Km² (Economist Intelligence Unit, 2006)

Composição étnica da população: tadjiques (65%), uzbeques (25%), russos (4%) e cerca de quarenta e três minorias, que totalizam 6% da população

Religiões: muçulmana (90%, sendo 85% sunitas e 5% xiitas), outras, 10%

Idiomas oficiais: tadjique (idioma oficial) e russo

Taxa de alfabetização: 99% (Banco Mundial, 2005)

Repartição administrativa: 2 províncias (viloyat) e 1 província autônoma (viloyati mukhtor)

Principais cidades: Dushanbe, Khujand, Kulob, Qurghontepa, Istaravshon, Khorog

Indicadores socio-econômicos

Produto nacional bruto (GNI): US\$2,6 bilhões (Banco Mundial, 2006)

GNI per capita: US\$3,7 bilhões (FMI, 2007,e)

Crescimento do PIB: 7,5% (FMI, 2007,e)

Estrutura do PIB (banco Mundial 2007,e):

– Setor Agrícola: 21,4%

– Serviços: 51%

– Indústria: 27,5%

Moeda Nacional: Somoni (TJS)

Câmbio: US\$1 = 1,15 3.44 (Banco Nacional do Tadjiquistão, agosto de 2007)

Inflação: 12,5 % de 2004 a 2006 (Banco Mundial, 2006)

Comércio exterior:

Exportações (FOR US\$): US\$1,399 milhões (Fundo Monetário Internacional, 2007)

Principais produtos de exportação: alumínio, algodão, eletricidade, frutas, óleo vegetal e têxteis

Principais destinos das exportações: Rússia 19,3%, Cazaquistão 12,7%, Uzbequistão 11,5%. Azerbaijão 8,6%, China 7%, Ucrânia 6,2%, Romênia 4,6% e Turcomenistão 4%.

(MDIC/SECEX)

Importações (US\$): 1,725 milhões (Fundo Monetário Internacional, 2007)

Principais produtos de importação: combustíveis, óxido de alumínio, maquinaria e equipamentos, produtos alimentícios.

Origem das importações: Holanda 46,6%, Turquia 15,8%, Rússia 9,1%. Uzbequistão

7,3% Lituânia 4,9% e Irã 4%. MDIC/SECEX)

Taxa de crescimento da população: 2.4%.

Taxa de mortalidade infantil: 75/1000 (Banco Mundial, 2005)

Expectativa de vida ao nascer: 64 anos (Banco Mundial, 2006)

Taxa de migração: -2,67 por 1000

IV – Síntese Histórica

O Tadjiquistão situa-se numa região invadida, desde 300 a.C., pelos persas, árabes, mongóis, turcos e russos. Os primitivos habitantes do território tadjique eram de origem persa. A invasão do Tadjiquistão pelos árabes ocorreu no século VIII. Posteriormente, o território foi invadido pelos turcos. Até meados do século XVIII os tadjiques foram subordinados ao Emirado de Bukhara, que mais tarde se converteu em protetorado russo, quando a Rússia conquistou a Ásia Central, em 1868.

Com a Revolução de 1917, grande parte do território tadjique foi incluída na República Socialista Autônoma de

Turquestão. Mais tarde surge a República Socialista Autônoma do Tadjiquistão, dentro da República Socialista Soviética do Uzbequistão (criada em 1924). Em 1929 converteu-se em República Socialista Soviética do Tadjiquistão.

Em agosto de 1991, a tentativa de golpe contra Mikhail Gorbachev conduziu à queda dos dirigentes soviéticos no Tadjiquistão. Em setembro do mesmo ano foi proclamada a independência, mas os comunistas, liderados por Rakhmon Nabiyev, venceram as eleições. Em 1992, o país mergulhou numa guerra civil entre os comunistas apoiados pelos russos – e grupos islâmicos. O Presidente Nabiyev renunciou e foi substituído pelo atual Presidente do Tadjiquistão, Emomali Rakhmonov. Em junho de 1997, o Presidente Rakhmonov e grupos islâmicos da “Oposição Tadjique Unida” (OTU) assinaram um acordo de paz. A OTU passou a integrar a coalizão do governo, mas opositores continuam agindo com o apoio de grupos islâmicos nos países vizinhos, sobretudo no Afeganistão.

Reeleito em novembro de 1999, com o apoio de 97% dos votantes, em eleição acusada pela oposição de fraudulenta, Rakhmonov foi, mais uma vez, reconduzido ao cargo, em novembro de 2006, com 79% dos sufrágios a seu favor.

V – Política Interna

Sistema político

A Constituição, aprovada em 6 de novembro de 1994, estabelece que o Tadjiquistão é uma República presidencialista. O Presidente é eleito pelos cidadãos do país com base no sufrágio universal direto. O mandato presidencial passou de 5 para 7 anos após referendo constitucional, realizado em 26 de setembro de 1999. Cabe ao Chefe de Estado indicar o Primeiro-Ministro e os demais membros do gabinete mediante aprovação da Assembléia Suprema. O sistema judicial é composto pela Corte Suprema de Justiça, sendo os juízes indicados pelo Presidente da República.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembléia Suprema, bicameral, (“Majlisi Oli”), composta pela Assembléia dos Representantes (“Majlisi Namoyandagon” – formada por 63 deputados, eleitos pelo voto popular por um período de 5 anos), e pela Assembléia Nacional (“Majlisi Milli” – 33 membros, eleitos indiretamente por um período de 5 anos).

O Presidente indica um quarto da Assembléia Nacional e todos os ex-presidentes são membros vitalícios da casa, se assim o desejarem.

Política interna

O partido governista, Partido Democrático do Povo do Tadjiquistão (PDPT), ao qual o Presidente Rakhmonov pertence, tem dominado todas as eleições parla-

mentares, com o recurso a diversas irregularidades denunciadas por observadores internacionais.

O único partido da oposição que possui representação parlamentar é o Partido do Renascimento Islâmico. Como nas demais ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, a maioria da população tadjique professa o islamismo. Desde o final da Guerra Civil atribui-se grande importância à presença de partidos islâmicos no Parlamento. Em 1997, o Governo assinou um acordo com a oposição, que concedeu ao Partido Islâmico Tadjique 30% dos assentos no Congresso.

Eleições Presidenciais de 2006

O Partido do Renascimento Islâmico, perdeu, três meses antes do pleito presidencial de 2006, sua maior figura. O líder histórico do partido, Said Abdullo Nuri, que faleceu após longa doença em sua residência no dia 9 de agosto daquele ano.

Nuri estava determinado a participar ativamente das eleições presidenciais, apesar de militantes sugerirem que o partido as boicotasse. No processo eleitoral, com a perda de Nuri, acabou prevalecendo a tese da não participação das oposições no pleito, tanto do PRI, quanto do Partido Social-Democrata.

Assim, nas eleições, realizadas em 6 de novembro daquele ano, Emomali Rakhmonov foi reeleito com 79,3% dos votos. Concorria com mais três candidatos, embora nenhum deles representasse verdadeira oposição ao regime.

VI – Direitos humanos

Os jornais independentes do Tadjiquistão sofrem contínuas intimidações e acusações criminais e, em muitos casos, são banidos pelas autoridades. Também são obrigados a pagar pesada carga tributária. A Comissão de Estado do Tadjiquistão, responsável pelo fornecimento das licenças para a imprensa interna e internacional, negou-se a fornecer autorização para o funcionamento da British Broadcasting Corp (BBC), com base numa lei de 2005 (“Sobre a Licença de Certos Tipos de Atividades”), cujo artigo 12 restringe a liberdade de imprensa. A lei também é usada para censurar a mídia local, conforme denuncia a ONG “Repórteres sem Fronteiras”. Após pressões, a BBC poderá continuar colhendo informações, mas não poderá transmiti-las aos cidadãos tadjiques.

Haveria, ainda, repressão a opositores do regime: o líder do Partido Social Democrata, Rahmatullo Zoirov, em conferência realizada em 29-8-2006, em Dushanbe, declarou-se vítima de um suposto atentado, por envenenamento, afirmando que testes foram feitos na Suíça e confirmaram a presença de substâncias tóxicas no seu sangue.

VII. Economia

A economia do Tadjiquistão sofreu enormes danos causados pelos cinco anos de guerra civil, de 1992 a 1997, e pela perda de subsídios vindos de Moscou depois de sua independência. Embora a privatização das empresas estatais tenha contribuído para o aumento da produtividade do país, a situação econômica ainda permanece debilitada. A implementação desigual das reformas, a difícil governabilidade, o crescimento do desemprego e o problema da dívida externa, constituem os principais obstáculos para a melhora da economia.

Alumínio e algodão são os principais produtos de exportação e, desde 2001, contam como 70% do total de exportações. Apesar do crescimento favorável da economia nos últimos anos, seu tamanho continua 50% menor do que era em 1989.

A eletricidade é o terceiro item mais exportado pelo Tadjiquistão, mas atualmente sua produção está abaixo do potencial, por causa da falta de investimento nas usinas hidrelétricas – o Tadjiquistão explora somente 5% de sua capacidade potencial hidrelétrica.

O término de duas novas centrais hidrelétricas, inacabadas desde a queda da União Soviética. Sangtuda e Rogun, permanece uma das principais preocupações do governo. Em certas comunidades, os cidadãos estão construindo hidroelétricas domésticas para consumo da comunidade em que vivem, enquanto não se ultimarem as obras das que estão inacabadas. Entretanto, a participação de investimentos russos e iranianos na conclusão das centrais hidrelétricas poderá elevar a produção de energia nos próximos anos e aumentar a exportação de eletricidade no país.

VIII – Política Externa

A reeleição de Rakhmonov, em novembro de 2006, foi saudada pelos países ocidentais, que veem no Presidente tadjique o interlocutor mais “adequado” para levar adiante uma agenda “ocidentalizante” e o combate ao fundamentalismo na Ásia Central.

O Tadjiquistão tornou-se um elo importante na movimentação das forças da Otan/Isaf, que buscam pacificar o vizinho Afeganistão. O consentimento do Tadjiquistão a que aviões militares das forças aliadas sobrevoem seu território constitui apoio fundamental ao processo.

Rakhmon tem buscado acercar-se das potências influentes, não somente da Rússia, mas também da China, dos Estados Unidos, da Índia, do Irã e do Paquistão. Washington reconhece o empenho de Rakhmonov no sentido de preservar seu país como uma fronteira secular ao norte do Afeganistão fundamentalista.

Outro papel que Rakhmonov será convidado a desempenhar nos próximos sete anos de mandato, segundo os analistas, é o de elo de aproximação entre o Irã e o Afeganistão, difícil, como se depreende, pela

recalcitrância norte-americana, até o governo do Presidente George W. Bush, a que se criassem vínculos entre Cabul e Teerã. Não obstante, já havia um precedente: o encontro, no início de 2006, no Tadjiquistão, entre os Presidentes Hamid Karzai, do Afeganistão, e Mahmoud Ahmadinejad, do Irã, patrocinado por Rakhmon, justamente porque, segundo um analista, “os americanos não concordariam com que Karzai fosse a Teerã, mas não se oporiam a que se encontrasse com o mandatário iraniano em Dushanbe”. Iranianos, tadjiques e algumas minorias afegãs dividem fortes laços culturais e linguísticos. Os três países têm ensaiado tentativas de promover cooperação em questões de segurança, economia, educação e divulgação da língua e cultura persa.

Os analistas questionam qual será a postura da Rússia frente a esta política de aproximação com o Ocidente. Muito embora Moscou ainda mantenha um contingente de 6 mil militares, tanques e aviões de combate no sul da sua ex-república e esteja buscando, pela via da cooperação econômica, recuperar um pouco da perdida influência, certo é que o Primeiro-Ministro russo, Vladimir Putin, já demonstrou seu descontentamento e comparou o papel que Washington busca desempenhar ao de “um boi numa loja de porcelana” (**sic**). No fulcro da questão encontram-se os planos da megaempresa Rusal de investir mais de US\$1,6 bilhão em uma usina de alumínio e em projetos de hidroeletricidade no Tadjiquistão com destino ao mercado russo. Com relação a estes últimos, Dushanbe aparenta ter uma visão distinta: preferiria vender a eletricidade ao Afeganistão e ao Paquistão.

No que tange à China, até agora a poderosa vizinha demonstrou pouco interesse em estreitar os vínculos: apenas em 2004 os dois países abriram seus primeiros postos de fronteira e somente agora Pequim vem-se mobilizando para participar de projetos de infraestrutura no Tadjiquistão. Nesse quadro, temem os analistas que à medida que as exportações chinesas aumentem de vulto e passem a competir com a indústria local, acirre-se o sentimento antichinês, a exemplo do que ocorreu na República Quirguiz. A questão do desemprego, que expulsa todos os anos para a Rússia, em trabalho temporário, vários milhares de tadjiques, poderá constituir desafio suplementar para Rakhmonov no próximo mandato.

O governo tadjique vem tentando acelerar sua entrada na OMC (o Tadjiquistão solicitou sua candidatura em 2001). No entanto, economistas discutem que entrada precipitada na OMC pode prejudicar a frágil economia do país. Uma das consequências imediatas que o Tadjiquistão enfrentará caso entre na OMC é a necessidade de emendar toda uma série de leis, regulamentação de comércio e todo um plano de vistoria aduaneira visando se adequar às regras da organiza-

ção. Em contrapartida, uma nova estrutura de regulamentação comercial atrairia investidores externos que têm investido pouco no país.

Em fins de julho de 2007, concluiu-se a participação do trabalho do “Escritório das Nações Unidas para Construção da Paz” (Tajikistan Office of Peacebuilding – UNTOP) naquele país. Vladimir Sotirov, representante do Secretário-Geral das Nações Unidas no país, afirmou que tal fato demonstra a estabilidade e a capacidade tadjique de manter a paz em seu território. O Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Presidente da República afirmaram na ocasião que a missão chegou a seu termo com sucesso.

IX – Relações com o Brasil

O estabelecimento das relações bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a República do Tadjiquistão foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 29 de março de 1996, em Moscou.

Principais produtos:

- **Exportações:** carnes, alimentos preparados, café solúvel.
- **Importações:** aparelhos e material elétrico, reveladores para uso fotográfico, contas de vidro.

Comércio Bilateral

Intercâmbio Comercial Brasil/Tadjiquistão (US\$ mil FOB)	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações	181.618	306.016	1.177.639	2.570.551	9.105.155	21.407.605
Importações	108	64.514	20.791	255.361	2.421	8.688
Saldo Comercial	181.510	241.502	1.156.848	2.315.190	9.102.734	21.398.917

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE

ANEXO

I. Perfis Biográficos das Principais Autoridades

EMOMALI RAKHMOM

Presidente da República

- Nasceu em 5 de outubro de 1952, em Dangara. Casado, tem nove filhos.
- Em 1982, graduou-se em economia na Universidade Estadual do Tadjiquistão. No mesmo ano foi presidente do Comitê de Sindicatos das Cooperativas Agrícolas em Dangara;
- De 1976 a 1988 foi presidente do Comitê de Sindicatos das Cooperativas Agrícolas na província de Koolyab. Ele também ocupou vários cargos de liderança no governo durante esse período;
- Em 1992, Rahmanov foi eleito Presidente do Comitê Executivo da província de Koolyab e Presidente da Câmara Legislativa local. No mesmo ano, foi eleito presidente da Assembleia Suprema da República do Tadjiquistão;
- Em 16 de novembro de 1994, foi eleito Presidente da República do Tadjiquistão. Em 6 de novembro de 1999 foi reeleito Presidente por um período de sete anos.

As relações políticas entre os dois países vêm se aprofundando e lograram seu ápice com o convite formulado pelo Presidente Rakhmonov ao Presidente Lula de visitar o Tadjiquistão, ainda sem data para sua realização.

Comércio Brasil-Tadjiquistão

As exportações brasileiras para o Tadjiquistão têm aumentado ininterruptamente desde 2003, quando atingiram o montante de US\$181 mil, até 2006, ano em que as exportações alcançaram mais de US\$2,5 milhões. A tendência crescente prosseguiu em 2007, ano em que o intercâmbio atingiu US\$9,1 milhões. Em 2008 as trocas entre o Brasil e o Tadjiquistão chegaram a uma marca recorde de US\$21,4 milhões. Em toda a série histórica cabe destacar o predomínio do saldo comercial a favor do Brasil, chegando ao índice de mais de 90% do intercâmbio bilateral.

OKIL GHAYBULLOYEVICH OKILOV**Primeiro-Ministro**

- 1944 – Nasceu em Khujan ;
- Primeiro-Ministro desde 20 de dezembro de 1999;
- Confirmado Primeiro-Ministro em 1º de novembro de 2006;

HAMROKHON ZARIPOV**Ministros das Negóciois Estrangeiros**

- 25 de dezembro de 1948 – Nasceu em Khatlon;
- É casado, dois filhos;
- 1966 a 1971 - Graduando em Matemática e Física pelo Instituto Estadual Pedagógico de Kulyab;
- 1971 a 1972 – Professor do Departamento de Física no Instituto Estadual Pedagógico de Kulyab
- 1972 a 1973 – serviu nas forças armadas;
- 1973 a 1974 – Pesquisador no Instituto Técnico-Físico de Pesquisas Científicas em Dushanbe;
- 1974 a 1993 – Foi do serviço de segurança do Tadjiquistão;
- 1993 a 1995 – Vice Chefe do Departamento e Chefe do Departamento dos Negócios Estrangeiros em Dushanbe;
- 1995 a 1996 – Vice Ministro dos Negócios Estrangeiros do Tadjiquistão;
- 1996 a 2002 – Representante Permanente da República do Tadjiquistão na Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) em Viena;
- 1997 a 2002 – Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Tadjiquistão na Áustria;
- 1998 a 2002 – Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Tadjiquistão na Confederação Suíça, com residência em Viena;

- 1999 a 2002 – Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Tadjiquistão na Hungria, com residência em Viena;
- 2002 a 2006 – Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Tadjiquistão nos Estados Unidos da América;
- 1º de dezembro de 2006 – Ministro dos Negócios Estrangeiros do Tadjiquistão.

YULDOSHEV ABDULLO KURBONMAMADOVICH

Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros

- 1948 – nasceu na cidade de Angren no dia 20 de outubro;
- Fala inglês, árabe e línguas turcas;
- É casado e têm duas filhas;
- 1966 a 1970 – graduou-se na Universidade do Estado Tadjique em Filologia do Oriente;
- 1970 a 1972 – tradutor de árabe na República do Iêmen;
- 1972 a 1973 – Chefe do quadro de cientistas no Instituto Logístico Filologia da Academia de Ciências da antiga URSS em Dushanbe;
- 1973 a 1975 – serviu nas forças militares;
- 1975 a 1977 – Chefe do quadro de cientistas no Instituto Logístico de Filologia da Academia de Ciências da URSS em Dushanbe;
- 1977 a 1981 – tradutor de árabe no Iraque;
- 1981 a 1989 – Chefe do quadro de cientistas no Instituto Logístico de Filologia da Academia de Ciências da URSS em Dushanbe;
- 1989 a 1990 – Trainee no Centro de Pesquisas Científicas do Iêmen;
- 1990 a 1991 – Chefe do quadro de cientistas no Instituto Logístico de Filologia da Academia de Ciências da URSS em Dushanbe;
- 1991 a 1992 – Integrante do quadro científico do boletim informativo do Instituto de Letras da Academia de Ciências do Tadjiquistão em Dushanbe;
- 1992 a 1994 – Chefe do Setor de Relações Multilaterais e Bilaterais da África e Ásia do Departamento de Relações Multilaterais e Bilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Tadjiquistão;
- 1994 a 1997 – Chefe do Departamento de Relações Multilaterais e Bilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- 1998 a 2004 – Chefe do Departamento de Relações Estrangeiras da África e Ásia no Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- 2004 a 2006 – Secretário Consultor da Organização de Cooperação de Xangai em Pequim;
- 2006 a 2007 – Vice Primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros;

SOBIROV MAHMUDJON NOSIROVICH
Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros

1969-1970 – Especialização em agropecuária e criação de produtos aviários, distrito de Hisar;

1970-1975 – Estudante do Instituto de Tecnologia de alimentos de Odessa;

1975-1980 – Engenheiro chefe da fábrica produtora de alimentos, subsidiária de Hisar;

1980-1982 – Engenheiro chefe da subsidiária de Dushanbe – área de produção;

1982-1985 – Diretor da subsidiária de Dushanbe – área de produção;

1985-1992 – Vice-ministro para subprodutos do milho da República do Tadjiquistão;

1992-1994 – Ministro de subprodutos do milho da República do Tadjiquistão;

1994-1996 – Conselheiro do Primeiro Ministro da República do Tadjiquistão;

1996-1997- Diretor geral da representação da "Export-Astyk" na República do Tadjiquistão;

1997-1998 – Vice-diretor do departamento de relações com países da CEI do escritório executivo o Presidente da República do Tadjiquistão;

1998-2000 – Chefe da administração do comitê executivo do conselho intergovernamental da comunidade econômica da Ásia Central;

2000-2002 – Chefe da administração do comitê executivo do conselho intergovernamental da comunidade econômica da Ásia Central;

2002-2008 – Embaixador extraordinário e plenipotenciário da República do Tadjiquistão na República Quirguiz.

Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros da República do Tadjiquistão desde 5 de fevereiro de 2008 até o presente. Além de sua língua natal, fala russo e uzbeque.

Casado, pai de três filhos.

II. Lista das Principais Autoridades:

Primeiro Vice-Primeiro Ministro	Hajji Akbar Turajonzoda
Negócios Estrangeiros	Khamrakhon Zaripov
Agricultura	Voris Madaminov
Cultura	Karomatullo Olimov
Defesa	Sherali Khayrulloev
Economia e Comércio	Hakim Soliyev
Educação	Safarali Rajabov
Situações de Emergência	Mirzo Ziyoyev
Energia	Jurabek Nurmahmadov
Finanças	Safarali Najmuddinov
Saúde	Rano Abdurakhmanova
Assuntos Internos	Makhmadnazar Salikov
Indústria	Zaid Saidov
Justiça	Halifabobo Hamidov
Trabalho, Emprego e Bem-Estar Social	Mahmadsho Ilolov
Segurança	Khayruddin Abdurahimov
Transporte	Abdujalol Salimov
Comunicação	Said Zubaidov

III. Principais partidos e blocos políticos

- **Partido Democrático do Povo ou PDPT** – liderado por Emomali Rakhmonov.
- **Partido Democrata ou DPT** – chefiado por Mahmadrusi Iskandarov.
- **Partido do Renascimento Islâmico** - presidido por Muhiddin Kabiri.
- **Partido Social Democrata ou SDPT** - Rahmatullo Zoirov.
- **Partido Socialista ou SPT** - Mirhuseyn Nazriyev.
- **Partido Comunista Tadjique ou CPT** - Shodi Shabdolov.

Existem dois partidos políticos não registrados com mais de 1000 membros:

- **Partido da Justiça e do Progresso - Sutton Quvvatov.**
- **Partido Unido - Hikmatuko Saidov.**

IV.Feriados Nacionais

- **1º de Janeiro – Ano Novo (Confraternização Universal)**
- **Eid-UI-Adha (ou Idi Qurbon) – Em 2007, a “Festa do Sacrifício”, que encerra a peregrinação a Meca (Trata-se de feriado religioso muçulmano, de data móvel, em que se comemora o desejo de Abraão sacrificar seu próprio filho para Deus.).**
- **8 de Março – Dia Internacional da Mulher**
- **21-22 de Março – Navrus (Ano Novo Persa)**
- **1º de Maio – Dia Internacional do Trabalho**
- **9 de Maio – Dia da Vitória**
- **27 de junho – Dia do Acordo Nacional**
- **9 de Setembro – Independência do país**
- **6 de Novembro – Dia da Constituição**
- **Idi Ramadan (feriado religioso islâmico, de 3 dias, segundo o calendário lunar)**

DASC

19.05.2009

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS DE ÁFRICA,
ÁSIA, OCEANIA, E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DE ÁSIA E OCEANIA - I**



AFEGANISTÃO

**MENSAGEM AO CONGRESSO
Maio 2009**

ÍNDICE

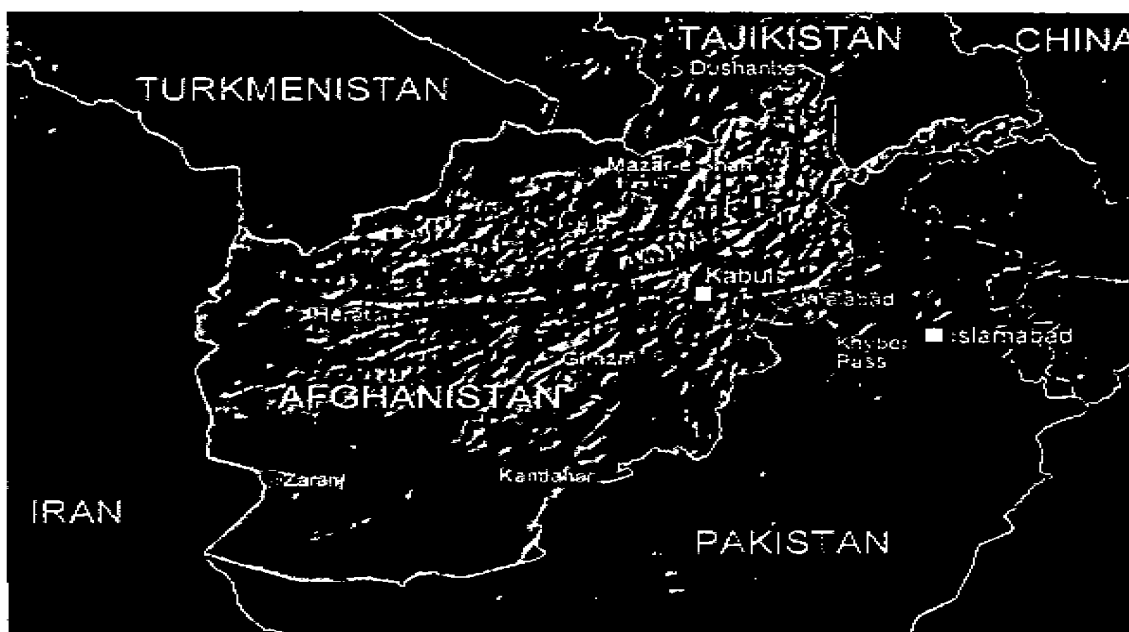
Dados básicos	03
Situação geográfica e geopolítica	04
Cronologia do Afeganistão	05
Cronologia das relações bilaterais	11
Conjuntura no Afeganistão	13
Nova política dos EUA para o Afeganistão	16
Relações Brasil-Afeganistão	18
Relações comerciais Brasil-Afeganistão	22
Dados econômico-comerciais	23

REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFGANISTÃO	
DADOS BÁSICOS	
CAPITAL:	Cabul
ÁREA:	647.500 km ²
POPULAÇÃO: (est. 2008)	32.738.376
IDIOMAS:	Dari e pachto (pasthtun)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (97,9%) e outras (2,1%)
SISTEMA POLÍTICO:	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO:	Presidente Hamid Karzai
CHANCELER:	Ministro Rangin Dadfar Spanta
PIB (2008 est. - em bilhões):	nominal: US\$ 12,5 PPP: US\$ 26,2
PIB PER CAPITA (2008 est.):	nominal: US\$ 270; PPP: US\$ 800
UNIDADE MONETÁRIA:	Afegane

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (em milhares de dólares):

BRASIL → AFEGANISTÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações	336,8	181,8	1.451,6	2.683,2	3.207,6	7.715,2
Importações	216,3	326,7	321,1	293,0	579,7	168,6
Superávit/ Déficit do Brasil	120,5	-144,9	1.130,5	2.390,2	2.627,9	7.546,6

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E GEOPOLÍTICA



O Afeganistão é um país mediterrâneo que faz fronteira com seis países: Irã, Turcomenistão, Uzbequistão, Tadjiquistão, China, e Paquistão. Em razão de sua localização geográfica, entre o Oriente Médio, a Ásia Central e o subcontinente indiano, é indiscutível sua relevância estratégica.

O país encontra-se em guerra há mais de duas décadas, desde o início da invasão, pela antiga União Soviética, em 1979. Os combatentes islâmicos Mujahedin, então apoiados e armados por Irã, Paquistão e EUA, resistiram à ofensiva soviética, até a retirada das tropas da ex-URSS, em 1989.

Os dez anos de resistência contra as tropas soviéticas deram lugar, no início dos anos 90, a período de anarquia e guerra civil. Em 1994, surge a milícia islâmica ultra-radical Talibã que toma o poder dois anos depois. Esse grupo fundamentalista, juntamente com a rede terrorista Al Qaeda, é responsabilizado, pelos EUA, pelos atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova York e Washington. Após os atentados, o Governo norte-americano liderou coalizão internacional que derrubou o regime Talibã, o qual foi sucedido pelo líder da Autoridade Interina, Hamid Karzai, que, em dezembro de 2004, se tornou o primeiro Presidente eleito democraticamente no país.

REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFGANISTÃO

CRONOLOGIA

1919 – O Afeganistão recupera a independência depois de uma terceira guerra contra as forças britânicas.

1926 – Amanullah se auto-proclama rei e tenta introduzir reformas sociais, o que desperta a oposição de forças conservadoras.

1929 – Amanullah foge depois de distúrbios no país ocorridos em função de suas reformas.

1933 – Zahir Shah se torna rei do Afeganistão, que vive sob regime monárquico pelos 40 anos seguintes.

1953 – O General Mohammed Daud se torna Primeiro-Ministro. O país se volta para a União Soviética em busca de assistência econômica e militar. Daud introduz uma série de reformas sociais, tais como a abolição do **purdah** (prática de manter as mulheres distantes do olhar público).

1963 – Mohammed Daud é forçado a renunciar ao cargo de Primeiro-Ministro.

1964 – Início da Monarquia Constitucional, que leva à polarização política e a disputas de poder.

1973 – Mohammed Daud toma o poder em golpe de Estado e proclama a República do Afeganistão. Tenta explorar a rivalidade entre a União Soviética e as potências ocidentais. As forças de esquerda se unem à oposição.

1978 – O general Daud é deposto e modo em um golpe perpetrado pelo Partido Democrático do Povo. Conservadores islâmicos e líderes étnicos que se opuseram as mudanças sociais começam uma revolta armada no campo.

1979 – A disputa de poder entre os líderes esquerdistas Hafizullah Amin e Nur Mohammed Taraki, em Cabul, é vencida por Amin. Revoltas no campo continuam e o exército afegão enfrenta dissolução. A União Soviética acaba enviando tropas para ajudar a derrubar Amin do poder. Ele é executado.

Intervenção soviética

1980 – Babrak Karmal, líder da facção Parcham do Partido Democrático do Povo, torna-se governante com o apoio de tropas soviéticas. A resistência ao regime se intensifica, com vários grupos Mujahedin combatendo as forças soviéticas. Estados Unidos, Paquistão, China, Irã e Arábia Saudita entram no conflito com recursos financeiros e armamentos.

1985 – Os Mujahedin se reúnem no Paquistão para formar uma aliança contra as forças soviéticas. Estima-se que metade da população afegã tenha sido desalojada pela guerra e centenas de pessoas fugiram para o Irã ou o Paquistão. O novo líder soviético,

Mikhail Gorbatchev, promete retirar os soldados soviéticos do Afeganistão.

1986 – Os Estados Unidos começam a armar os Mujahedin com mísseis Stinger, permitindo que eles derrubem helicópteros bélicos soviéticos. Babrak Karmal é substituído por Najibullah à frente do regime apoiado pelos soviéticos.

1988 – Afeganistão, União Soviética, Estados Unidos e Paquistão assinam acordos de paz e a União Soviética começa a retirar suas tropas do território afegão.

1989 – Os últimos soldados soviéticos deixam o Afeganistão, mas a guerra civil continua e os Mujahedin tentam derrubar Najibullah.

1991 – Estados Unidos e União Soviética concordam em pôr fim à ajuda militar a ambos os lados.

1992 – Najibullah é deposto. Milícias rivais disputam influência.

1993 – Facções Mujahedin concordam em formar um novo governo e Burhanuddin Rabbani, de origem étnica tadjique, é proclamado Presidente.

1994 – A disputa de influência entre as facções continua e o movimento Talibã, dominado pela etnia patã, emerge como o grande rival do governo de Rabbani.

1996 – O Talibã assume o controle de Cabul e introduz o islamismo radical. Rabbani foge, para se unir à Aliança do Norte, que combate o Talibã.

1997 – O Talibã é reconhecido como governante legítimo do país por Paquistão e Arábia Saudita. Os demais países continuam a reconhecer Rabbani como Chefe de Estado. O Talibã passa a controlar cerca de dois terços do país.

1998 – Terremotos matam milhares de pessoas. Os Estados Unidos lançam mísseis contra supostas bases do militante Osama Bin Laden, acusado de ser o responsável por atentados a bomba contra Embaixadas norte-americanas na África.

1999 – A ONU impõe embargo aéreo e sanções financeiras para forçar o Afeganistão a entregar Osama Bin Laden a julgamento.

2001 – A ONU impõe novas sanções contra o Talibã para forçá-lo a entregar Osama Bin Laden; o Talibã destrói estátuas gigantescas de Buda de inestimável valor arqueológico, obriga as minorias religiosas a usarem etiqueta de identificação como não-muçulmanas, e mulheres hindus passam a ser obrigadas a se cobrirem com burcas como as outras mulheres afegãs; oito funcionários estrangeiros de organização humanitária são julgados na Suprema Corte por promover o cristianismo. E assassinado Ahmad Shah Masood, famoso guerrilheiro e líder da principal oposição ao Talibã; os EUA e a Grã-Bretanha bombardeiam o Afeganistão depois que o Talibã se recusou a entregar-lhes Osama Bin Laden, considerado responsável pelos ataques de 11 de setembro, nos

EUA; Forças de oposição tomam Mazar-e-Sharif e, em poucos dias, marcham para Cabul e outras cidades.

2001 (5 a 22/dez.) – Em Bonn, grupos afegãos chegam a um acordo para a formação de um governo interino; o Talibã abre mão de seu último reduto, Kandahar, mas o mulá Omar continua foragido; Hamid Karzai, líder patã pró-monarquia, é empossado como Chefe de um governo interino de poder compartilhado com 30 membros.

2002 – O primeiro contingente de tropas estrangeiras de paz é enviado ao Afeganistão; o antigo Rei Zahir Shah volta ao país, mas declara que não vai reivindicar o trono; o Conselho de Segurança da ONU prorroga o mandato da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF, em inglês) até dezembro de 2002; forças aliadas continuam campanha para encontrar remanescentes do Talibã e da Al-Qaeda no Sudeste do país; a Loya Jirga (Grande Conselho) elege Hamid Karzai como Chefe de Estado, interino. Karzai escolhe os integrantes de sua administração, que ficarão nos cargos até 2004; o Vice-Presidente Haji Abdul Qadir é assassinado em Cabul; bombardeio norte-americano, na província de Uruzgan, mata 48 civis, vários deles convidados de uma festa de casamento; Karzai escapa por pouco de tentativa de assassinato em Kandahar, sua cidade natal; Karzai e líderes do Paquistão e do Turcomenistão assinam acordo que abre caminho para a construção de gasoduto que passa pelo Afeganistão para transportar gás natural do Turcomenistão ao Paquistão; o Banco Asiático de Desenvolvimento reinicia empréstimos ao Afeganistão após intervalo de 23 anos.

2003 – Choques entre combatentes do Talibã e forças do governo na província de Kandahar deixam um saldo de 49 mortos; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) assume o controle da segurança em Cabul. Este é o primeiro compromisso operacional da Aliança de Defesa ocidental fora da Europa.

Nova Constituição

2004 – A Loya Jirga adota uma nova Constituição que prevê o fortalecimento do papel do Presidente; o Afeganistão angaria US\$8,2 bilhões em ajuda; Hamid Karzai escapa do mais grave atentado à sua vida desde setembro de 2002.

2005 – Realizam-se eleições parlamentares pela primeira vez em mais de trinta anos.

2006 – A OTAN assume a responsabilidade pela segurança em todo o território afegão. Conferência de Londres angaria US\$10 bilhões em doações para o Fundo de Reconstrução do Afeganistão.

2007 – A produção de ópio atinge volume recorde no país.

2008 – Conferência de Paris arrecada mais de US\$20 bilhões em doações para a reconstrução. Ataque de militantes do Talibã à prisão de Kandahar provoca a fuga de

350 insurgentes prisioneiros. Atentado contra a Embaixada da Índia em Cabul deixa saldo de 40 mortos.

2009 – O novo Presidente dos EUA, Barack Obama, eleva a questão afegã a prioridade número um de sua política externa. Diversas conferências sobre o Afeganistão são organizadas: na Haia (ONU), em Moscou (OCX) e em Trieste (G8).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1952 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Afeganistão.

1979 – O Brasil não reconhece o regime instalado por força da intervenção da antiga União Soviética no país.

1989 – Após a retirada das forças soviéticas do Afeganistão, o Brasil se torna mais receptivo ao Governo do Presidente Mohammad Najibullah (cujo regime era até então apoiado pelos soviéticos).

1996 – Com a tomada de poder, no Afeganistão, pelo movimento islâmico radical Talibã, o Brasil suspende as relações bilaterais e mantém seu reconhecimento ao Governo islâmico moderado de Burhanuddin Rabbani (que havia sido proclamado Presidente do país pelo Conselho de Notáveis, em 1993) como legítimo representante do Afeganistão.

2001 – O Brasil reconhece a Autoridade Interina do Afeganistão, constituída no final de 2001.

2002 – O Brasil acolhe grupo de 23 refugiados afegãos sob proteção do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas (ACNUR).

2004 – O Brasil retoma relações diplomáticas com o país. O Embaixador, Não-Residente, do Afeganistão apresenta credenciais ao Governo brasileiro. O Embaixador do Brasil em Islamabad recebe **agrément** como representante diplomático brasileiro junto ao Governo afegão.

2006 – O Sr. Mere participa, em Londres, da Conferência Internacional sobre o Afeganistão e oferece cooperação técnica ao país como gesto de apoio à sua reconstrução. O Embaixador, Não-Residente, do Afeganistão, Said Tayeb Jawad, visita o Brasil. Assinado Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre os dois países. O Presidente Hannid Karzai mantém encontro bilateral com o Presidente Lula – e o Sr. Mere, com o Chanceler Rangin Spanta –, à margem da 61ª AGNU.

2008 – O Brasil participa da Conferência Internacional de Apoio ao Afeganistão, em Paris, e anuncia a doação brasileira de US\$100 mil ao Fundo Fiduciário de Reconstrução do Afeganistão. Encontro bilateral entre o Sr. Mere e o Chanceler Spanta, por ocasião da Aliança das Civilizações e à margem da 63ª AGNU, oportunidade em que o Presidente Lula mantém novo encontro bilateral com o Presidente Karzai. O Embaixa-

dor Não-Residente do Afeganistão, Said Tayeb Jawad, realiza sua segunda visita ao Brasil.

2009 – O Vice-Ministro da Reabilitação Rural e Desenvolvimento do Afeganistão chefia missão oficial ao Brasil, dando início à cooperação técnica bilateral. O Brasil participa da Conferência da Haia sobre o Afeganistão.

CONJUNTURA NO AFEGANISTÃO

O país esteve sob influência da antiga União Soviética de 1973 a 1992, quando o governo comunista em Cabul foi derrubado por uma coalizão de forças afegãs. A invasão, pela URSS, em 1979, inicia uma guerra que durará até a retirada das tropas soviéticas, dez anos depois, derrotadas pelos rebeldes Mujahedin. Após uma série de crises internas, uma das facções em conflito, o grupo islâmico fundamentalista Talibã, tomou o poder em grande parte do território, incluindo a capital. Nesse período, o Afeganistão serviu de base de operações à organização extremista Al-Qaeda e ao seu líder de maior visibilidade, Osama Bin Laden. Grande parte da atividade desse grupo, bem como da renda da população afegã, era proveniente do cultivo e da venda do ópio.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, cuja responsabilidade foi atribuída pelos EUA ao Talibã e à Al-Qaeda, formou-se coalizão internacional capitaneada pelos EUA e respaldada pelo Conselho de Segurança da ONU, contra a liderança Talibã. Tropas norte-americanas invadiram o Afeganistão e derrubaram o governo com o apoio da Aliança do Norte, grupo afegão de resistência ao domínio Talibã. Teve início a reconstrução política do país. Hamid Karzai foi escolhido líder do Estado Islâmico de Transição (2002) e confirmado na presidência do Afeganistão, mediante voto direto, em eleições apoiadas pela ONU (dez/2004).

A Conferência de Bonn (2001) estabeleceu as diretrizes para a reconstrução do país, que previam a adoção de uma nova Carta Constitucional, bem como a realização de eleições presidenciais (2004) e parlamentares (2005). Seguiram-se as Conferências de Berlim (2004), Londres (2006), Paris (2008) e da Haia (2009).

Esforço de Reconstrução – evolução recente

A Conferência Internacional de Apoio ao Afeganistão (Paris, jun/2008) realizou-se em momento de profundo agravamento dos problemas por que passa o Afeganistão, com o simultâneo enfraquecimento do governo de Hamid Karzai e o fortalecimento do poder dos insurgentes (Talibã, Al-Qaeda, **warlords** e demais grupos armados), sobretudo nas regiões Sul e Leste do país.

Verifica-se, nesse contexto, o ressurgimento da chamada ofensiva Talibã, que, somente em 2008, promoveu dezesseis ataques a organizações que desenvolvem atividades ligadas à reconstrução (o dobro do registrado no

mesmo período de 2007). As divisas geradas pelo excepcional aumento da produção de papoula e ópio, verificado a partir de 2007, beneficiam os insurgentes e reforçam o vínculo entre o narcotráfico e o terrorismo.

O Governo Karzai tem enfrentado grande dificuldade em solucionar a crise de alimentos. O Governo de Cabul enfrenta ainda obstáculos ao aperfeiçoamento da infraestrutura do país; à dinamização da economia; e à geração de empregos. Paralelamente, encontram-se sob ameaça os escassos, embora significativos, avanços na área social. Soma-se a isso a questão dos cerca de três milhões de refugiados afegãos em solo paquistanês.

Dentre as barreiras ao reerguimento do Afeganistão, sobressai o crescimento exponencial da produção e do tráfico de drogas, apesar das operações em curso contra o plantio e o comércio de entorpecentes. Essa alarmante situação constitui barreira crítica à formação do Estado de Direito, por suas severas implicações negativas sobre todos os segmentos da sociedade. O Afeganistão voltou a ser o principal produtor mundial, quase monopolista, de ópio e os interesses ligados ao cultivo da papoula no país são cada vez mais poderosos.

O CSNU aprovou a Resolução nº 1833 (set./2008), que renovou o mandato da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) até outubro de 2009.

O futuro e a estabilidade do Afeganistão dependem de sua reconstrução econômica e social, com o consequente abandono da cultura armamentista e do narcotráfico. O ressurgimento do Talibã e a instabilidade nas áreas Sul e Leste do país representam sério entrave para que o Governo Karzai possa alcançar esse objetivo.

Posição brasileira

A exemplo de anos anteriores, o Brasil estendeu copatrocínio ao Projeto de Resolução A/62/L.7 (2007), que atualiza resoluções aprovadas previamente sobre a situação no Afeganistão e suas consequências para a paz e a segurança internacionais.

O Brasil participou das três Conferências Internacionais de Apoio ao Afeganistão: Londres (jan./2006), Paris (jun./2008) e Haia (2009). Em Paris, o Brasil, único país latino-americano convidado a participar efetivamente (o Chile foi convidado como observador), anunciou a doação de US\$100 mil ao Fundo Fiduciário de Reconstrução. Nas duas oportunidades, o Brasil reiterou apoio ao papel central da ONU no esforço de reconstrução.

O Brasil sublinhou ainda, nas duas Conferências, a importância da cooperação regional e multilateral para o êxito da estratégia de reconstrução e, nesse contexto, considera relevantes os resultados da Conferência em Paris, quais sejam: o anúncio de compromissos de assistência internacional da ordem de US\$20 bilhões; o lançamento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento

do Afeganistão; e o fortalecimento do papel do Representante Especial do SGNU e Chefe da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) na coordenação dos esforços internacionais no país.

Diante desse quadro, o Brasil tem reiteradamente atribuído importância especial ao esforço para a melhoria das condições de vida do povo afegão, única base sobre a qual poderão ser asseguradas a paz e a estabilidade duradouras no país.

O combate ao narcotráfico, na perspectiva brasileira, deve inserir-se em esforço abrangente de reabilitação econômica, que, além de prever recursos financeiros para programas de cultivos alternativos, possa criar oportunidades de investimentos em projetos sociais e de infraestrutura.

Em linha com essa posição, o Brasil ofereceu cooperação bilateral ao Afeganistão (acordo-quadro assinado em 2006 em fase de implementação). Os projetos de cooperação poderiam concretizar-se, por exemplo, sob forma de treinamento de técnicos afegãos, em instituições brasileiras, em áreas que possam contribuir para a reconstrução do país. Dentre os campos nos quais a experiência brasileira poderia ser valiosa, destacam-se as técnicas de: pesquisa agrícola; produção de biocombustíveis; e assistência eleitoral.

Em março de 2009, o Brasil participou da Conferência de Haia sobre o Afeganistão.

NOVA POLÍTICA DOS EUA PARA O AFGANISTÃO

O Governo Obama anunciou mudanças de rumo à política externa dos EUA, com o objetivo de evitar o surgimento de vácuo de poder no Afeganistão, associado ao frágil quadro político no vizinho Paquistão. A situação nos dois países foi elevada a prioridade número um da agenda externa de Washington, e considerada um dos maiores focos de terrorismo e instabilidade regional. O termo terrorismo tem sido usado, mas o enfoque para a estabilização do Afeganistão passou a ser regionalizado, com viés multilateralista, o que distancia a agenda externa de Obama daquela levada a cabo pela administração Bush.

Nos EUA, o Afeganistão voltou a receber atenção da opinião pública e dos dirigentes políticos em decorrência da deterioração da situação no país e do risco de degeneração do conflito militar. O ano de 2008 acabou sendo o pior desde o início da guerra, em 2001 (155 baixas militares norte-americanas e elevado número de civis mortos pela Otan). A próxima eleição presidencial afegã (20-8-2009) pode aumentar os riscos de instabilidade política e social.

A regionalização do diálogo tem sido anunciada como peça essencial e distintiva da diplomacia do novo governo (**direct diplomacy**) para encaminhar o conflito.

A transferência de ênfase do Iraque para o Afeganistão começa efetivamente a tomar corpo. As iniciativas no plano diplomático e econômico-financeiro devem somar-se, no plano militar, o anunciado reforço de 17 mil soldados que começam a ser deslocados para o Afeganistão, aos quais se deverão agregar os contingentes liberados pela retirada de tropas do Iraque.

Outro vetor da estratégia norte-americana para o Afeganistão a ser fortalecido refere-se à Otan. Os EUA esperam contar com maior engajamento de países europeus na campanha militar afegã e no esforço de estabilização do país.

Washington não descarta a possibilidade de atrair líderes moderados do Talibã para a esfera política do país, de modo a integrá-los ao processo eleitoral.

RELAÇÕES BRASIL-AFGANISTÃO

Brasil e Afeganistão estabeleceram relações diplomáticas em 1952. Não houve reconhecimento brasileiro do regime instalado por força da intervenção da ex-URSS no país, em 1979. Após a saída das forças soviéticas do Afeganistão, dez anos mais tarde, o Governo brasileiro concordou, em 1992, em receber o Embaixador afegão em Brasília, iniciativa que, entretanto, não prosperou. Realizaram-se, porém, encontros entre Chanceleres (1987) e Chefes de Estado (Sarney-Najibullah – 1988), à margem da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Em 1992, após a tomada de poder no Afeganistão pelo grupo guerrilheiro Mujahedin, o Governo brasileiro recebeu pedido de reconhecimento do novo regime liderado pelo Presidente Burhanuddin Rabbani. Tendo em vista que esse governo havia obtido assento do Afeganistão nas Nações Unidas, concordou o Brasil em reconhecê-lo e a receber Embaixador afegão em Brasília.

Contudo, com a chegada ao poder do Talibã (1996), o regime de Rabbani foi expulso de Cabul por forças de grupo rival ao Talibã e viu-se forçado ao exílio. As relações entre o Brasil e o Afeganistão foram então suspensas, havendo o Brasil preferido, como a quase totalidade dos membros da ONU, manter o reconhecimento do governo de Rabbani como o representante legítimo do Afeganistão.

Nessas condições, a política brasileira em relação ao regime Talibã foi regida pela implementação, pelos Decretos n.ºs 3.267, de 1999, e 3.755, de 2001, das determinações contidas nas Resoluções da ONU 1.267, de 1999, e 1.333, de 2000, respectivamente.

As sanções, de alcance abrangente, determinadas pela ONU foram: **(a)** proibição do trânsito de aeronaves que fossem de propriedade ou arrendadas pelo regime Talibã em território afegão; **(b)** bloqueio de fundos e demais recursos financeiros de propriedade do regime fundamentalista, ou sob seu controle direto ou indireto; **(c)** proibição

de fornecimento, venda e envio de material bélico, bem como oferta de treinamento militar; **(d)** congelamento de eventuais fundos em nome de Osama bin Laden, de suas empresas e associados; e, por fim, **(e)** proibição de quaisquer contatos com altas autoridades do Talibã.

Os atentados perpetrados em 11 de setembro de 2001 contra alvos norte-americanos e a posterior intervenção militar liderada pelos EUA no país colocaram o Afeganistão no centro da política mundial. O Governo brasileiro, de acordo com sua tradição de política externa universalista e pacífica, juntou-se aos esforços internacionais de condenação inequívoca a todas as formas de terrorismo.

Reafirmando a disposição de reforçar seu engajamento no domínio da proteção internacional de refugiados, o Governo brasileiro decidiu acolher um grupo de 23 afegãos, que viviam sob a proteção do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas (ACNUR), em campos localizados no Irã e na Índia. A primeira leva de dez refugiados afegãos chegou a Porto Alegre em abril de 2002.

Restabelecimento das relações bilaterais

Em maio de 2004, o Brasil retomou as relações diplomáticas com o Afeganistão. Nesse mesmo ano, o Embaixador do Afeganistão no Brasil, Said Tayeb Jawad (residente em Washington, D.C.), apresentou credenciais ao Governo brasileiro e o então Embaixador do Brasil em Islamabad recebeu **agrément** como representante diplomático brasileiro junto ao governo afegão.

Há expectativa do governo de Cabul de estreitamento das relações com o Brasil, país visto com amizade pela população local e como potência emergente capaz de desempenhar papel positivo na cena política internacional, inclusive no Afeganistão. O Presidente Harnid Karzai vê com interesse o trabalho de construção das relações bilaterais de seu país com o Brasil.

Cooperação técnica bilateral

Em agosto de 2006, o Embaixador Jawad realizou sua primeira visita de trabalho ao Brasil, para tratar, entre outros assuntos, do estabelecimento de mecanismos de cooperação entre os dois países. Por ocasião da visita, foi firmado acordo-quadro de cooperação técnica bilateral. Foi reiterada a disposição brasileira de colaborar para a reconstrução do país mediante, entre outros, a cooperação para a capacitação técnica de pessoal afegão em instituições brasileiras de excelência.

Ao Afeganistão interessa, sobretudo, identificar áreas para a cooperação bilateral e multilateral que é hoje um dos pilares do esforço de reconstrução e desenvolvimento do país. O governo afegão deseja evitar a dispersão de recursos pela máquina administrativa e dar conteúdo ao esforço de cooperação internacional em favor da reconstrução do país.

Setores específicos de cooperação bilateral de interesse para o Afeganistão:

(i) Biocombustíveis: o país tem natural interesse pelo assunto, principalmente por tratar-se de sociedade agrícola; a experiência brasileira de produção de biodiesel a partir de vegetais poderia ser útil, pois seria esse o processo mais adaptado a regiões de clima árido e semi-árido. O algodão é a principal cultura afegã, de modo que interessaria explorar experiências com reaproveitamento de resíduos do processamento da planta do algodão;

(ii) Petróleo e gás natural: o Afeganistão tem reservas inexploradas e pode ser de interesse de empresas verificar as possibilidades de investimento naquele país;

(iii) Comércio: interesse do país em identificar parcerias e novas frentes de comércio por intermédio das câmaras de comércio em Dubai e em outros polos comerciais da região; possibilidade de estabelecimento de contatos iniciais de cunho comercial através de Dubai. A frota de aviões civis de pequeno e médio porte tem crescido exponencialmente no Afeganistão, que poderia configurar mercado potencial para a Embraer;

(iv) Organização do processo eleitoral: desejam os afegãos conhecer o sistema brasileiro e obter assessoria nesta área;

(v) Defesa: Há interesse afegão em explorar a possibilidade de intercâmbio na área de treinamento militar entre as Forças Armadas de Brasil e Afeganistão.

Durante sua segunda visita ao Brasil, em outubro de 2008, o Embaixador Jawad retomou os entendimentos iniciados em 2006 e manteve reuniões de trabalho na Secretaria de Estado e no Ministério da Defesa. Em junho de 2008, o Chanceler afegão, Rangin Dadfer Spanta, manifestou interesse em visitar oficialmente o Brasil em data a ser oportunamente acordada.

Em março de 2009, o Vice-Ministro da Reabilitação Rural e Desenvolvimento do Afeganistão, Mohammad Ehsan Zia, chefiou missão oficial ao Brasil para dar início à cooperação técnica bilateral.

Missão técnica afegã está sendo organizada pela Agência Brasileira de Cooperação do MRE para o próximo mês de junho, para visitas a instituições relacionadas a futura cooperação na área agrícola e eleitoral.

RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-AFEGANISTÃO

O intercâmbio comercial bilateral é modesto. No período compreendido entre 2003 e 2007, o comércio bilateral variou entre US\$509 mil e US\$3,7 milhões. A partir de 2005, registra-se aumento gradativo da balança comercial, com incremento de quase 100% em 2008, com relação a 2007 (US\$7,8 milhões).

As cifras de 2008 refletem sobretudo o aumento das exportações brasileiras em 140%: US\$3,2 milhões em 2007 e US\$7,7 milhões no ano passado. As importações, ao contrário, tiveram queda de 70% em 2008, passando de US\$580 mil para apenas US\$169 mil.

Nos quatro primeiros meses de 2009, as exportações já somam US\$3,5 milhões, aumento de 7% com

relação a igual período de 2008. As importações no quadrimestre foram irrisórias (US\$36 mil).

Principais produtos exportados: carne de frango e bovina em diversos cortes, que constituem a quase totalidade da pauta.

Principais produtos importados: partes de aviões e helicópteros; tachas, pregos, parafusos e pinos de alumínio.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS AFEGANISTÃO

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Estado Islâmico do Afeganistão
Superfície	652.000 Km ²
Localização	Ásia
Capital	Kabul
Principais cidades	Kabul, Kandahar, Herat
Idioma oficial	Pashtu e dari (persa)
PIB a preços correntes (2008) ⁽¹⁾	US\$ 12,9 bilhões
PIB "per capita" (2008 - Estimativa) ⁽²⁾	US\$ 483
Moeda	Afegane

Elaborado pelo MRE/DP/DOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2009.

(1) Não inclui a produção de ópio.

(2) Admite-se a população do último ano disponível (2008) para este cálculo.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2004	2005	2006	2007	2008
População (em milhões de habitantes)	24,5	24,8	26,7	n.d.	n.d.
Densidade demográfica (hab/Km ²)	37,6	38,0	41,0	n.d.	n.d.
PIB (US\$ bilhões)	5,4	6,5	7,7	9,6	12,9
Crescimento real do PIB (%)	8,0	16,1	8,2	11,5	7,5
Varição anual do índice de preços ao consumidor (%)	13,2	12,3	5,1	13,0	24,0
Reservas internacionais (US\$ milhões)	1.283	1.662	2.064	2.763	3.328
Dívida externa total (% do GDP)	12,8	184,0	155,0	21,0	17,8
Câmbio (Af / US\$)	47,7	49,7	49,9	49,8	n.d.

Elaborado pelo MRE/DP/DOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2009.

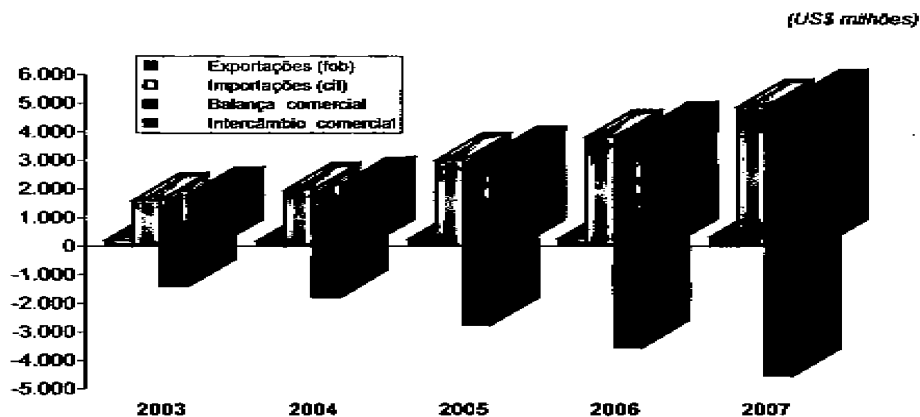
n.d. - não disponível

COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	210	185	239	277	340	195
Importações (cif)	1.608	1.973	3.007	3.824	4.880	2.924
Balança comercial	-1.398	-1.788	-2.768	-3.547	-4.540	-2.729
Intercâmbio comercial	1.818	2.158	3.246	4.101	5.220	3.119

Elaborado pelo MRE/DP/DOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Director of Trade Statistics, CD January 2009.

(1) Janeiro - Junho

COMÉRCIO EXTERIOR DO AFGANISTÃO 2003 - 2007



Elaborado pelo AREGDP/DOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD January 2009.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2005	% do total	2006	% do total	2007	% do total	2008 ⁽¹⁾	% do total
EXPORTAÇÕES:								
Índia	51	21,2%	63	22,6%	78	22,8%	43	22,1%
Paquistão	48	20,2%	60	21,6%	74	21,8%	37	18,9%
Estados Unidos	62	25,8%	42	15,0%	70	20,5%	54	27,5%
Tadjiquistão	3	1,3%	6	2,1%	25	7,2%	14	7,2%
Turquia	8	3,2%	9	3,1%	11	3,3%	4	2,3%
Finlândia	10	4,0%	12	4,4%	10	2,8%	9	4,7%
Rússia	4	1,5%	10	3,8%	8	2,4%	4	2,2%
Emirados Árabes Unidos	5	2,1%	6	2,2%	8	2,3%	5	2,5%
Argélia	4	1,6%	5	1,7%	6	1,8%	4	2,0%
Cingapura	2	1,0%	4	1,6%	6	1,7%	0	0,0%
Alemanha	4	1,5%	3	1,0%	6	1,7%	2	1,1%
Bangladesh	3	1,3%	3	1,0%	4	1,2%	1	0,6%
Honduras	3	1,1%	3	1,2%	4	1,2%	2	1,1%
Bélgica	6	2,3%	4	1,4%	4	1,1%	0	0,0%
Egito	2	1,0%	3	1,0%	4	1,0%	2	1,1%
Líbano	2	0,9%	3	0,9%	3	0,9%	2	0,9%
China	1	0,6%	0	0,1%	2	0,6%	1	0,6%
França	0	0,2%	1	0,3%	2	0,6%	0	0,2%
Brasil	0,3	0,1%	0,4	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
SUBTOTAL	217,1	90,8%	236,1	85,2%	324,0	85,3%	185,7	95,2%
DEMAIS PAÍSES	22,0	9,2%	40,9	14,8%	16,0	4,7%	9,3	4,8%
TOTAL GERAL	239,0	100,0%	277,0	100,0%	340,0	100,0%	195,0	100,0%

Elaborado pelo AREGDP/DOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD February 2009.

Palavras destacadas em negrito representam, desde 2004, os valores apresentados em 2007.

(1) janeiro - junho

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2005	% do total	2006	% do total	2007	% do total	2008 ⁽¹⁾	% do total
IMPORTAÇÕES:								
Paquistão	1.172	39,0%	1.448	37,9%	1.797	38,8%	1.111	38,0%
Estados Unidos	288	9,6%	459	12,0%	538	11,0%	279	9,6%
Índia	158	5,3%	196	5,1%	243	5,0%	138	4,6%
Alemanha	167	5,6%	275	7,2%	204	4,2%	223	7,6%
Turcomenistão	122	4,0%	150	3,9%	187	3,9%	107	3,6%
China	56	1,9%	111	2,9%	186	3,9%	81	2,8%
Quirguistão	14	0,5%	82	2,2%	170	3,5%	120	4,1%
Cazaquistão	109	3,6%	134	3,5%	167	3,4%	81	2,8%
Tailândia	63	2,1%	69	1,8%	165	3,4%	23	0,8%
Rússia	115	3,8%	91	2,4%	138	2,8%	76	2,6%
República da Coreia	66	2,2%	86	2,3%	120	2,5%	65	2,2%
Turquia	125	4,1%	100	2,6%	120	2,5%	67	2,3%
Japão	84	2,8%	75	2,0%	98	2,0%	63	2,2%
Reino Unido	29	1,0%	46	1,2%	91	1,9%	106	3,6%
França	34	1,1%	52	1,4%	72	1,5%	24	0,8%
Qubêria	48	1,5%	57	1,5%	71	1,5%	40	1,4%
Brasil	2	0,1%	3	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
SUBTOTAL	2.847,9	88,1%	3.435,0	88,8%	4.366,0	89,5%	2.605,0	89,1%
DEMAIS PAÍSES	359,1	11,9%	389,0	10,2%	514,8	10,5%	319,0	10,9%
TOTAL GERAL	3.807,0	100,0%	3.824,0	100,0%	4.880,8	100,0%	2.924,0	100,0%

Elaborado pelo AREGDP/DOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD February 2009.

Palavras destacadas em negrito representam, desde 2004, os valores apresentados em 2007.

(1) janeiro - junho

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2007 ⁽¹⁾	Part. % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ mil)		
Frutas, cascas de cítricos e de melões	98.166	30,2%
Ferro fundido, ferro e aço	22.479	6,9%
Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	17.991	5,5%
Produtos hortícolas, plantas, raízes, tubérculos	16.823	5,2%
Algodão	13.809	4,2%
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos	13.630	4,2%
Peleteria (peles com pêlo) e suas obras	13.115	4,0%
Café, chá, mate e especiarias	8.789	2,7%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	8.589	2,6%
Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis	7.728	2,4%
Lã, pêlos finos ou grosseiros, fios e tecidos de crina	6.451	2,0%
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos, etc	4.542	1,4%
Objetos de arte, de coleção e antiguidades	3.466	1,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.870	0,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	2.727	0,8%
Peles, exceto a peleteria, e couros	1.879	0,6%
Estante e suas obras	1.293	0,4%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas, etc	1.272	0,4%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento	1.215	0,4%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	876	0,3%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	617	0,2%
Instrumentos e aparelhos de óptica, foto, médico, etc	554	0,2%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	467	0,1%
Borracha e suas obras	326	0,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	319	0,1%
Subtotal	249.993	76,9%
Demais Produtos	74.931	23,1%
Total Geral	324.924	100,0%

Elaborado pelo MNE/PRADIC - Dado de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/Tradebase.

O Brasil não informou dados comerciais em termos de dados Tradebase. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

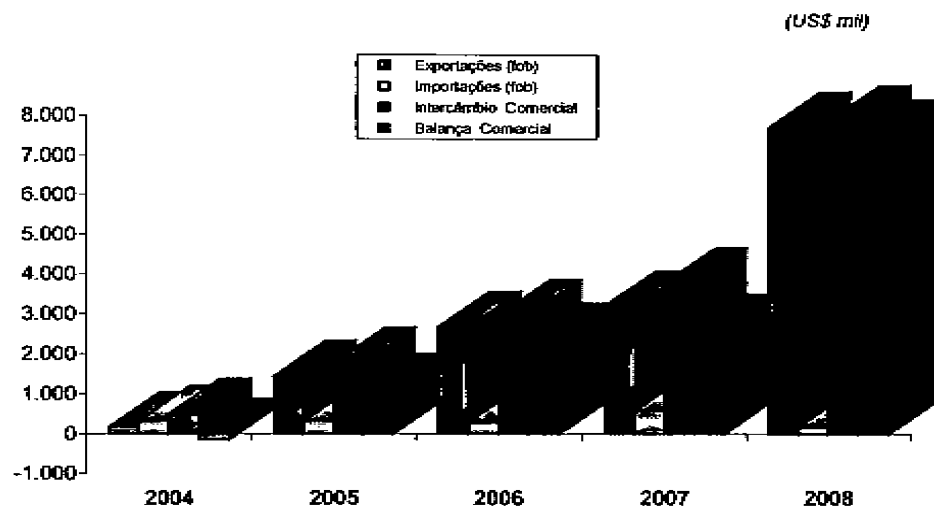
(1) Única posição disponível.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2007 ⁽¹⁾	Part. % no total
IMPORTAÇÕES (US\$ mil)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	496.447	14,6%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	414.145	12,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	327.246	9,6%
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos, féculas, inulina, glúten de trigo	170.308	5,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	169.512	5,0%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	146.544	4,3%
Gorduras e óleos, animais ou vegetais	131.156	3,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	120.694	3,6%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	99.048	2,9%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	88.735	2,6%
Produtos farmacêuticos	73.949	2,2%
Borracha e suas obras	71.796	2,1%
Ferro fundido, ferro e aço	65.118	1,9%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	63.046	1,9%
Filamentos sintéticos ou artificiais	57.549	1,7%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	52.784	1,6%
Plásticos e suas obras	52.584	1,6%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico	50.514	1,5%
Café, chá, mate e especiarias	48.345	1,4%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural, etc	47.160	1,4%
Subtotal	2.746.680	81,0%
Demais Produtos	645.378	19,0%
Total Geral	3.392.058	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPRADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/MTC/TradeMap.
O Afeganistão não informou dados comerciais ao banco de dados TradeMap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AFGANISTÃO 2004 - 2008



Elaborado pelo MRE/DPRADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDC/SECEX/Microweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AFGANISTÃO ⁽¹⁾ (US\$ mil, fob)	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações (fob)	182	1.452	2.693	3.208	7.715
Variação em relação ao ano anterior	-46,0%	697,8%	84,6%	19,6%	140,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações (fob)	327	321	293	580	169
Variação em relação ao ano anterior	51,3%	-1,7%	-8,7%	97,9%	-70,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	509	1.773	2.978	3.788	7.884
Variação em relação ao ano anterior	-8,0%	248,5%	67,8%	27,3%	108,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - Ásia	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança Comercial	-145	1.131	2.380	2.628	7.546

Elaborado pelo MDS/PROTEC - Direção de Informação Comercial, com base em dados de ADM/SECEX/Ministério.

(1) As exportações referem-se aos produtos de origem brasileira e das importações de bens e serviços provenientes do exterior para uso de bens de capital e outros, por diferentes modalidades de comércio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AFGANISTÃO (US\$ mil, fob)	2008 (jan-abr)	2009 (jan-abr)
Exportações	3.219	3.554
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	271,3%	7,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	12	36
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	86,1%	200,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	3.331	3.597
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	176,4%	7,8%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	3.307	3.518

Elaborado pelo MDS/PROTEC - Direção de Informação Comercial, tendo por base os dados de ADM/SECEX/Ministério.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AFGANISTÃO (US\$ mil - fob)	2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Carnes e miudezas, comestíveis	1.012	37,7%	2.312	96,8%	7.460	96,7%
Carnes de galináceas, não contadas em pedaços, congeladas	280	10,4%	1.059	33,3%	2.676	34,7%
Pedaços e miudezas comestíveis, de galináceas, congelados	307	11,4%	790	24,9%	2.381	30,9%
Carnes desossadas de bovino, congeladas	375	14,0%	1.036	32,4%	2.038	26,4%
Carnes de porco/perus, em pedaços e miudezas, congeladas	48	1,8%	6	0,2%	320	4,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8	0,0%	1	0,0%	189	1,4%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc	27	1,0%	189	5,6%	0	0,0%
Outros instrumentos e aparelhos para odontologia	14	0,5%	142	4,4%	0	0,0%
Outros aparelhos de raios x, para diagn. odontológico	15	0,5%	39	1,2%	0	0,0%
Aplicares e produtos de cerâmica	1.549	57,7%	8	0,0%	0	0,0%
Ous. açucarais de cana, beterraba, sacarose quim. pura, sol.	1.549	57,7%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	2.689	96,5%	3.893	96,4%	7.669	98,1%
Demais Produtos	85	3,5%	115	3,6%	146	1,9%
TOTAL GERAL	2.683	100,0%	3.288	100,0%	7.715	100,0%

Elaborado pelo MDS/PROTEC - Direção de Informação Comercial, com base em dados de ADM/SECEX/Ministério.

Área de Gestão de Comércio Exterior, Junho 2009. Dados em milhares de dólares.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AFGANISTÃO (US\$ mil - tob)	2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc. e suas partes	79	27,0%	428	72,4%	83	48,1%
Outras partes para aviões ou helicópteros	79	27,0%	193	33,3%	83	48,1%
Trens de aterragem e suas partes, p/ veic. aéreos, etc	0	0,0%	227	39,1%	0	0,0%
Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes	29	9,9%	0	0,0%	38	22,5%
Conectores circuito impresso, para tensão <=1KV	0	0,0%	0	0,0%	20	11,8%
Outros condutores eletr. para tensão <=80V	0	0,0%	0	0,0%	14	8,3%
Outros conversores elétricos estáticos	0	0,0%	0	0,0%	4	2,1%
Microprocessadores montados para montagem superl.	23	7,8%	0	0,0%	0	0,0%
Outros motores elétricos pot. <=37,5W	4	1,3%	0	0,0%	0	0,0%
Alumínio e suas obras	28	9,6%	30	5,2%	31	18,3%
Tachas, pregos, escáputas, parafusos, pinos, etc. de alumínio	26	8,9%	30	5,2%	31	18,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	48	16,4%	1	0,2%	19	9,9%
Impress. de impacto, matriciais (por pontos)	0	0,0%	0	0,0%	5	3,0%
Outros turboalimentadores de ar, P<=50kg, p/motor explosão/diesel	0	0,0%	0	0,0%	2	1,2%
Outs. partes/acess. impress., traçad., gráficos	0	0,0%	1	0,2%	0	0,1%
Macaços hidráulicos	46	15,7%	0	0,0%	0	0,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	36	12,3%	184	17,9%	0	0,0%
Outras obras de ferro ou aço	35	11,9%	104	17,9%	0	0,0%
Outros acessórios p/ tubos de ferro fundido, ferro ou aço	1	0,3%	0	0,0%	0	0,0%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas	54	18,4%	0	0,0%	0	0,0%
Fio de fibras artificiais >=85%, retorcidos/retorc. multipl.	54	18,4%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	274	93,5%	565	95,7%	162	85,9%
Demais Produtos	19	6,5%	25	4,3%	7	4,1%
TOTAL GERAL	293	100,0%	590	100,0%	169	100,0%

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Interação Comercial, com base em dados do MRE/SECEX/Alcance

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2006.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AFGANISTÃO (US\$ mil - tob)	2008 (jan-abr)	% do total	2009 (jan-abr)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Carnes e miudezas, comestíveis	3.201	96,4%	2.941	82,8%
Preparações alimentícias diversas	0	0,0%	340	9,6%
Subtotal	3.201	96,4%	3.281	92,3%
Demais Produtos	118	3,6%	273	7,7%
TOTAL GERAL	3.319	100,0%	3.554	100,0%

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AFGANISTÃO (US\$ mil - tob)	2008 (jan-abr)	% do total	2009 (jan-abr)	% do total
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Tapeles, outros revestimentos, de matérias têxteis	0	0,0%	26	72,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1	8,3%	7	19,4%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	4	33,3%	3	8,3%
Alumínio e suas obras	7	58,3%	0	0,0%
Subtotal	12	100,0%	36	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	12	100,0%	36	100,0%

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Interação Comercial, tendo por base os dados do MRE/SECEX/Alcance

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-abr/2008.

Aviso nº 330 – C. Civil

Em 4 de junho de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador Heráclito Fortes
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Alfredo Cesar Martinho Leoni, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, junto à República do Tadjiquistão e República Islâmica do Afeganistão.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 92, DE 1009

(Nº 470, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor José Rômulo Plácido Sales, Defensor Público da União no Estado do Piauí, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral da União, na vaga decorrente do término do mandato do Doutor Eduardo Flores Vieira.

Brasília, 10 de junho de 2009. – **Luiz I. Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE

JOSÉ RÔMULO PLÁCIDO SALES

Estou procurando atividades que exijam de mim cada vez mais criatividade, capacidade de decidir sob pressão e busca de resultados inovadores. Tenho disposição para trabalhar otimizando recursos e administrando a escassez. Acumulei até aqui experiência, disponho de energia, entusiasmo e acredito que o enfrentamento de desafios diferentes agrega valor ao profissional no constante processo de evolução humana.

Informações pessoais

- Estado Civil: Casado
- Nacionalidade: Brasileira
- Naturalidade: Luzilândia – Piauí
- Profissão: Defensor Público da União de Primeira Categoria
- Data de Nascimento: 16/06/1968
- CPF (MF) nº 340.138.493-72
- RG nº 822.135 Órgão Exp. Secretaria de Segurança Pública do Piauí
- Telefones: 0**86 3223 7580 (trabalho) e 0**86 8802 9084 (celular)
- Filiação: Mariano Fortes de Sales e Maria José Plácido Castelo Branco
- Endereço residencial: Rua Angélica, 1001, apartamento 601, CEP 64048-160, Teresina/PI;
- Endereço funcional: Rua Desembargador Freitas, nº 1385, Centro, CEP 64000-240, Teresina/PI

Formação Acadêmica	<p>Curso: Bacharel em Direito Universidade Federal do Piauí Concluído em 1995</p> <p>Curso: Bacharel em Ciências Econômicas Universidade Federal do Piauí Incompleto</p>
Experiência profissional	<p>TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA CIRCUNSCRIÇÃO DO PIAUÍ-TRE/PI</p> <p>Forma de Ingresso: Concurso Público Período: Janeiro/1992 a Dezembro/2001 Cargo Efetivo: Técnico Judiciário Cargos de Confiança/Funções Comissionadas Exercidas: Assessor Desembargador Presidente do TRE-PI</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de pareceres, minutas de decisões e despachos, consultoria na área de licitações e contratos públicos, recursos humanos etc. <p>Assessor da Diretora Geral do TRE-PI</p>

- Elaboração de pareceres, minutas de decisões e despachos, consultoria na área de licitações e contratos públicos, recursos humanos etc.

Chefe Substituto da 63ª Zona Eleitoral

- Chefia de serviço e pessoal lotado no Cartório da Zona Eleitoral, assessoramento de Juízes Eleitorais, elaboração de ofícios, memorandos etc.

Coordenador Substituto de Jurisprudência e Documentação

- Manutenção do banco de jurisprudência do TRE-PI, seleção de acórdãos, informações ao público externo e interno, pesquisa de jurisprudências etc.

Coordenador Substituto de Material e Patrimônio

- Controle de material permanente do TRE-PI, manutenção do sistema de tombamento de materiais permanentes, elaboração de pesquisas de preços, montagem de tabela descritiva de materiais a serem adquiridos, conferência e recebimento de materiais adquiridos pelo Tribunal, preparação de processos administrativos de aquisição material por aquisição direta ou por meio de licitação etc.

Parecerista-Assistente em Processos Licitatórios

- Oferecimento de pareceres para fins de aquisição de materiais e serviços;
- Elaboração de minutas de instrumentos convocatórios de licitações e de contratos administrativos;
- Preparação de pareceres sobre a aplicação de multas administrativas por descumprimentos contratuais;
- Outras atividades inerentes ao Controle Interno da Administração.

Membro do Disque-Eleições

- O Disque-Eleições é um serviço prestado ao público externo do TRE-PI destinado a prestar informações dos mais diversos tipos, desde a localização de uma seção eleitoral até as datas do calendário eleitoral, a legislação aplicável a determinadas situações, jurisprudência selecionada etc.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Forma de Ingresso: Concurso Público

Período: Dezembro/2001 até os dias atuais

Cargo Efetivo: Defensor Público da União

Cargos/Funções Comissionadas Exercidas:

Chefe de Gabinete do Defensor Público-Geral da União

- Funções típicas de Chefia de Gabinete.

Assessor do Defensor Público-Geral da União:

- Funções típicas de Controle Interno da Defensoria Pública da União, redação das correspondências oficiais e desempenho de funções administrativas especiais por designação do Defensor Público-Geral da União.

Defensor Público-Chefe da Defensoria Pública da União no Piauí

- Chefia Administrativa da Unidade da Defensoria Pública da União, supervisão das contratações com suprimentos de fundos de bens e serviços de pequena monta, supervisão e controle dos recursos humanos, representação institucional do Órgão no Estado do Piauí, responsável pela coordenação da distribuição interna de processos de assistência jurídica etc.



Participação em Listas Triplíces da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União para Escolha do Defensor Público-Geral da União

- **Lista de 2004 – 1º Colocado na Votação;**
- **Lista de 2007 – 3º Colocado na Votação;**
- **Lista de 2009 – 2º Colocado na Votação;**

Palestras Proferidas**A Legalidade e os Procedimentos Administrativos no âmbito da Defensoria Pública da União;**

- Encontro Executivo de Defensores Públicos-Chefes e Curso de Capacitação de novos Defensores Públicos da União -2006 e 2008.

O papel do Defensor do Defensor Público da União: atividade administrativa e de assistência jurídica (enfoque especial na função do Defensor Público-Chefe)

- Curso de Capacitação de novos Defensores Públicos da União – 2009.

O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

- Câmara Municipal de Luzilândia – Piauí: 2008.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – Aspectos Práticos

- Câmara Municipal de Luzilândia – Piauí: 2008.

Aprovação em Concursos Públicos:**Defensoria Pública da União**

- Cargo: Defensor Público da União

Ministério Público Federal**Procuradoria da República no Piauí**

- Cargo: Analista (na época Téc. Processual)

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

- Cargo: Assistente Judiciário (hoje Téc. Judiciário)

Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região

- Cargo: Auxiliar Judiciário (hoje Téc. Judiciário)

Caixa Econômica Federal – Pólo Caxias/MA

- Cargo: Escriturário

Banco do Brasil S. A.

- Cargo: Escriturário



	<p>Banco do Estado de Minas Gerais – Agência Teresina</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Cargo: Escriturário <p>Banco do Estado do Maranhão – Pólo Caxias/MA</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Cargo: Escriturário
Participação em Cursos e Eventos	<ul style="list-style-type: none">• Seminário Nacional sobre Controle nas Despesas Públicas;• Curso “A Lei de Responsabilidade Fiscal e o Orçamento Público”;• Seminário de “Administração Pública em Mudança”;• Seminário “Gestão de Contratos Administrativos”;• Curso “Como Enfrentar e Superar os Principais Problemas Operacionais no Processamento das Licitações”;• Seminário Sobre Eficiência nas Licitações – Objetividade, Informatização e Registro de Preços;• Curso de Formação de Pregoeiro.
Referências Pessoais:	<p>EDUARDO FLORES VIEIRA, Defensor Público-Geral da União, SBS Quadra 01, Lote 26/27, Edifício Luiza e Luiz Eduardo, CEP 70070-110, Brasília/DF, Telefones: 0**61 3429 3718.</p> <p>NELSON NERY COSTA, Defensor Público-Geral do Estado do Piauí, Rua Nogueira Tapety, nº 138, Bairro dos Noivos, CEP 64046-020, Teresina/PI, Telefones: 0**86 3232 0350, 3233 6954 e 3235 7527.</p>

Teresina/PI, 12 de junho de 2009.

Dr. Eduardo Flores Vieira

Aviso nº 366 – C. Civil

Em 10 de junho de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador Heráclito Fortes
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Doutor José Rômulo Plácido Sales, Defensor Público da União no Estado do Piauí, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral da União, na vaga decorrente do término do mandato do Doutor Eduardo Flores Vieira.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção IV
Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI COMPLEMENTAR Nº 80,
DE 12 DE JANEIRO DE 1994

Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.

Seção I
Do Defensor Público-Geral e do Subdefensor Público-Geral da União

Art. 6º A Defensoria Pública da União tem por chefe o Defensor Público-Geral, nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de

seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova aprovação do Senado Federal.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO Nº 798, DE 2009

– Nº 798/2009, de 10 do corrente, encaminhando informações complementares em resposta ao Requerimento nº 373, de 2004, do Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Pela ordem, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador César Borges, que preside a sessão, solicito a V. Exª inscrever-me para uma breve comunicação, externando a V. Exª que fiz um entendimento com o Senador Paim, para que eu possa ser o primeiro a usar da palavra. Houve concordância, já que ele era o primeiro orador inscrito regular.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Sim, mas para uma comunicação inadiável.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC.) – Para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Está bem. Pelo rodízio.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Também solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

Já que V. Exª está presidindo a sessão, quero fazer o registro de que V. Exª foi o terceiro a chegar aqui e dar o sinal de que gostaria de fazer a inscrição para uma comunicação inadiável. Então, se V. Exª me permite, faço a minha e a inscrição de V. Exª também.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a não sabe como fico-lhe grato pelo seu ato generoso de me inscrever, já que vim abrir a sessão.

Então, estarei inscrito como terceiro orador para uma comunicação inadiável.

O Senador Dornelles pede a inscrição pela Liderança. Então, vamos iniciar, primeiro, pela comunicação inadiável do Senador Tião Viana, pelo tempo de cinco minutos, seguido pelo orador inscrito, Senador Paulo Paim, depois, então, o Senador Francisco Dornelles, pela Liderança por cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador César Borges, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna hoje diz respeito a esta grave crise que vive o Senado Federal, uma crise sem precedente, uma crise de dimensão que surpreende a todos que vivem na Casa e a todos que acompanham os trabalhos do Legislativo brasileiro e que, de certa forma, envolve todos os Senadores.

O mais recente e grave episódio é a citação dos chamados contratos secretos de nomeação, assunto que tem sido tratado com a devida gravidade pela imprensa brasileira, pelos setores formadores de opinião e que envolveu, inclusive, um testemunho dado à imprensa pelo ex-diretor Agaciel Maia, quando ele imputa a todos os ex-Presidentes desta Casa responsabilidade com tal ato e todos os membros das Mesas Diretoras anteriores também – até então quando ele era diretor da Casa. Pelo menos foi assim que a matéria foi tratada na imprensa.

Quero primeiro deixar claro, antes de responder especificamente ao caso do diretor Agaciel da Silva Maia, o que significa este momento que estamos vivendo. Tivemos uma disputa pela Presidência do Senado Federal no dia 1º de fevereiro deste ano, quando o Senador Sarney era então candidato e eu, o outro. Houve a vitória com mais ou menos 60% dos votos da Casa para o Senador Sarney, e em torno de 40% dos votos para minha pessoa. Prontamente subi a esta tribuna, externei o reconhecimento da vitória do Senador Sarney, que passaria ali a ser o Presidente novamente da instituição. Coloquei-me inteiramente à disposição para colaborar com aquilo que fosse de interesse do Legislativo brasileiro e, ao mesmo tempo, entendendo que havia legitimidade e representatividade na vitória alcançada por ele.

Não me parece ter sido o entendimento do Senador Sarney buscar um diálogo com todos os setores do Senado Federal a partir de então. Achou que estava vitorioso, tinha o seu grupo de apoio e tinha segmentos administrativos que eram claramente vinculados a ele. E assim procedeu à sua gestão nesta Casa.

Mas parece que havia um fogo de monturo, aquele fogo que está queimando, ardendo por baixo, e que começou a ser exposto pela própria imprensa brasileira. E, hoje, constata-se uma grave crise dentro do Senado Federal, confirmada está crise, em todos os seus elementos, como uma crise gerada por disputa de setores dos servidores do Senado Federal. Não há nenhuma dúvida a mais quanto a isso. Ao mesmo tempo, essa crise começou a atacar pessoas. Algo abominável, algo muito triste na vida pública é quando se pratica o exercício da destruição de vidas pessoais, e foi isso que ficamos vivenciando durante esse período nesta Casa.

Setores que tinham me apoiado e Senadores como o eminente Senador Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra e outros Senadores estabeleceram canais de diálogo, entendendo a gravidade da crise. Conversamos e, naquele início de gestão, quando se começou a observar sinais de crise institucional, foi apontado que deveria haver uma busca ao Presidente José Sarney, para tratar com ele uma reflexão sobre a possibilidade de entender como sendo o melhor para a Casa a participação de todos num diálogo comum pelo interesse institucional. Não houve uma resposta mais sensível e mais evidente do Senador Sarney, e a crise veio se repetindo e se agravando. Com a crise, ocorreu a queda do Sr. Agaciel, como Diretor desta Casa, e vários Senadores foram sendo apontados como denunciados diante dos fatos que passamos a viver.

O fato hoje, Sr. Presidente, é que não há mais uma percepção saudável do que é a relação Governo/Oposição nesta Casa. Existe uma crise de relação no processo legislativo.

A presença de instalação ou não de CPI foi motivada, mais do que por uma relação entre Governo e Oposição, por uma relação de disputa de outra natureza envolvendo esta Casa. Estamos mergulhados no meio disso.

Veio, na última crise, o Sr. Agaciel Maia apontando que todos os ex-Presidentes desta Casa e membros das Mesas Diretoras estariam envolvidos. Quero deixar claro ao Sr. Agaciel, que não procurou contato com nenhum Senador para tratar deste assunto, que de mim ele não pode dizer isso. Nunca assinei qualquer documento secreto nesta Casa na condição de Vice-Presidente do Senado. Durante os quatro anos, todo ato que assinei foi publicado na condição de Vice-Presidente. Nem quando estive interinamente na Presidência do Senado nem antes, nunca qualquer servidor tratou comigo história de ato secreto no Senado Federal. Então, o Sr. Agaciel Maia não tem direito de apontar o dedo para todos – para mim, pelo menos,

ele não tem. Para qualquer insistência que haja neste sentido, estou plenamente disposto a levá-lo aos tribunais para que prove qualquer coisa. Quanto a mim, ele não pode insinuar. Quanto a mim, ele não pode apontar o dedo.

A saída da Casa é a coragem de tratar com transparência e absoluta sinceridade todos os fatos à luz do dia e perante a imprensa brasileira, que tem cobrado tanto uma reação à altura do Senado Federal. Ainda sou um defensor da tese de que o Poder Legislativo é imprescindível à democracia brasileira e fundamental como pilar do Estado brasileiro, no Estado Republicano em que vivemos. Esta Casa, na sua trajetória histórica, tem uma extraordinária contribuição ao processo democrático, à resistência da sociedade civil na luta contra os Estados autoritários e os momentos de vida autoritária do Brasil.

Certamente, Sr. Presidente, nós ainda temos muito a contribuir com este País, mas isso não acontecerá com uma crise sucedendo outra, com o desgaste desta Casa, nem com a destruição de vidas pessoais. Então, cabe ao Presidente desta Casa, nesta hora, parece-me, o diálogo necessário.

Continuarei tendo a melhor das relações, e de respeito, com Senadores do vulto de Jarbas Vasconcelos, de Pedro Simon, de Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Cristovam Buarque e dos diversos partidos, como tenho com os companheiros da minha Bancada, com meus Líderes Aloizio Mercadante e Senadora Ideli.

Em nenhum momento da minha presença aqui neguei a condição de aliado da base do Governo, de leal aliado da base do Governo do Presidente Lula. Com muito orgulho, ajo assim e sempre fui respeitado pelos meus colegas de Oposição, porque estabeleci também o interesse do Poder Legislativo como superior às questões de Governo e Oposição.

Agora, alguns não estão entendendo dessa maneira e insistem em práticas subterrâneas, negativas mesmo, do ponto de vista moral, de destruição de vidas pessoais. Então, que façam a quem quer que seja; a mim não apontem dúvidas.

O Sr. Agaciel não tem direito de fazer qualquer ilação a respeito do meu exercício na condição de Vice-Presidente da Casa, e na condição de Presidente interino, porque sabe que eu sempre o tratei com respeito e com clareza, à luz do dia, e ele sempre, até onde eu saiba, me tratou assim.

Então, que não venha qualquer dúvida a meu respeito, porque eu estou pronto para recorrer aos caminhos judiciais caso dúvida ainda persista por parte dele. É muito ruim quando se ouve um analista da im-

prensa dizer: todos estão envolvidos; está lá também o Senador Tião Viana.

Não, não estava envolvido em absolutamente nenhum ato secreto. Isso para mim é algo estapafúrdio, gravíssimo, que merece uma resposta à altura da responsabilidade institucional que tem o Senado Federal.

Acredito que, se não houver grandeza e uma atitude suprapartidária agora, uma atitude maior do que uma relação Governo e Oposição, nós vamos ver o fim dessa legislatura de maneira melancólica.

Encerro, Sr. Presidente, deixando claro, diante da crise, diante da proporção da crise, da profundidade que estamos observando, que, se hoje essa cadeira de Presidente do Senado estivesse vazia, não seria eu a ocupá-la. Acho que hoje, infelizmente, com todo o respeito que tenho aos meus Pares, não temos condições imediatas de constituir uma maioria que esteja sintonizada com os interesses do povo brasileiro, com uma agenda de transformação do processo legislativo brasileiro vinculada à credibilidade institucional que o Senado é merecedor em sua história perante os cidadãos deste País.

Então, deixo claro, com isso, um basta a qualquer especulação maldosa, subterrânea ou vil, de quem quer que seja, a respeito da crise envolvendo outros nomes decentes da Casa, inclusive o meu.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Obrigado, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, pelo tempo de dez minutos, como orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Rede Brasil Sul de Comunicações lança hoje, às 14 horas, na Ala Alexandre Costa, aqui do Senado, na Sala 7, uma campanha antidrogas que atinge principalmente os Estados do sul, mas tenho certeza que terá repercussão em todo o País.

Sr. Presidente, todos sabemos o quanto é grave a questão das drogas, não só no Brasil, mas no mundo. É um círculo vicioso que acaba atingindo a todos os familiares e o meio social. Basta ver a violência, que é um dos seus reflexos.

É lamentável, Sr. Presidente, ver os estragos que o uso de drogas faz na vida das pessoas. Ela simplesmente faz com que a pessoa saia de si e parece não voltar nunca mais àquilo que foi um dia.

No Rio Grande do Sul, a droga atinge em cheio grande parte da população. Tenho certeza de que em outros Estados não é diferente. Percebemos que ela chegou inclusive ao meio rural; ela não poupa ninguém.

Em virtude do grave quadro que se formou, a Rede Brasil Sul de Comunicações lançou uma bandeira de guerra contra esse inimigo terrível, que escraviza, destrói as famílias, degrada juventude, estimula o crime e provoca mortes.

A campanha realizada envolve o Rio Grande do Sul e Santa Catarina e é contra o *crack*, uma droga que vicia e condena seus usuários à degradação física, mental e social.

Sr. Presidente, os relatos que recebi demonstram que, só no Rio Grande do Sul, existem mais de 50 mil dependentes desse verdadeiro veneno mortal, que é o *crack*, que começou a ser consumido entre os jovens das classes mais carentes e, hoje, atinge todas as classes e, infelizmente, pessoas de quase todas as idades. O *crack* afeta inclusive a vida de quem nunca sequer viu algum tipo de droga, pois está na raiz das tragédias familiares, na origem de roubos, de assaltos, de homicídios, na motivação do abandono escolar e na interrupção de carreiras profissionais que poderiam ser brilhantes.

É considerado pelas autoridades governamentais como um dos maiores problemas da saúde pública do Estado, e como a principal causa da violência dos grandes centros urbanos. Tem, portanto, potencial para se transformar na pior epidemia da história do País, o *crack*. Eu diria que o *crack* já é uma pandemia, porque não tem fronteiras.

A RBS está convidando, com esse movimento, a sociedade gaúcha e catarinense para uma gigantesca campanha de prevenção destinada prioritariamente a alertar quem não cedeu ao vício e evitar novas vítimas da ilusão fatal.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não. Quando citei Santa Catarina, já olhei para V. Ex^a.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Inclusive apresentamos, em nome do Senado, da Bancada catarinense, um requerimento para que a RBS possa amanhã apresentar a todos os Parlamentares de Santa Catarina toda a proposta da campanha. Entendo que seria conveniente que o Rio Grande do Sul, a Bancada gaúcha...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Será hoje à tarde, às 2 horas da tarde.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Vocês vão fazer hoje à tarde?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou falando agora e depois vou para lá.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Vamos fazer amanhã. Porque acredito que haja inúmeras medidas, ações, que poderemos tomar, fazendo par-

cerias aqui dentro do Congresso Nacional, aprovando matérias, parceria também com o Pronasci, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania, e visando inúmeras iniciativas de diversos Ministérios que têm políticas públicas voltadas para nossa juventude. Nós precisamos fazer isso, porque o efeito do *crack* efetivamente é devastador, é muito rápido; a pessoa se vicia com grande rapidez, e são irreversíveis os danos causados à saúde – absolutamente irreversíveis. E a chaga social, isto é, o que acaba provocando na família e em todo o setor social em que o viciado convive, é realmente devastador. Portanto, o Grupo RBS está de parabéns pela campanha, e nós temos responsabilidades que devemos compartilhar, formando parcerias ao máximo aqui dentro do Congresso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. Com certeza, a exposição que será feita hoje à tarde e amanhã também vai contribuir muito para que essa campanha se torne nacional. Os profissionais, Senadora Ideli Salvatti, elaboraram um projeto institucional, um projeto publicitário focado num único objetivo: nenhum consumidor de *crack* em nossos Estados.

Essa campanha, Sr. Presidente, também vai passar pela repressão aos traficantes e pelo tratamento para a recuperação dos viciados, com o propósito de reduzir a incidência de episódios deploráveis que já se tornaram rotina na vida de muitos brasileiros.

Eles citam exemplos de crianças e adolescentes acorrentados, filhos agredindo os pais, dilapidando os bens da família e até mesmo sendo mortos por seus progenitores, numa guerra fratricida na tentativa desesperada de se livrar do suplício imposto pela dependência.

Todos os exemplos mencionados fazem parte, infelizmente, da rotina de muitas famílias do Brasil inteiro. O *crack* é, de fato, uma ferida que precisa ser extirpada. Mas com ele precisamos também derrubar o LSD, o ecstasy, a heroína, a cocaína, que fazem o mesmo estrago.

Nossos jovens se entregam a uma vida de agonia por um prazer supostamente momentâneo que não lhes dará, tenho certeza, vantagem alguma; pelo contrário, vai tirar deles a serenidade, a alegria e a felicidade de viver, porque, com certeza, o *crack* os levará à morte.

Cerca de mil jovens da classe média são presos por ano em bares e baladas por causa da droga.

Em 2007, a Polícia Federal apreendeu 211 mil comprimidos de *ecstasy*, 12 vezes mais do que no ano de 2000. Segundo dados da Secretaria Nacional Antidrogas, o perfil dos acusados não muda; cerca de

80% são estudantes da classe média e alta, de idade entre 18 e 28 anos e moram com a família.

Sr. Presidente, diante dessas preocupações, solicitei à Consultoria do Senado um estudo para fortalecer uma idéia que eu sinto que já está na Casa, já está no Governo e que discuti outro dia com o Senador Zambiasi: um fundo constitucional para custear o tratamento de dependentes químicos.

Sr. Presidente, de fato não sei o que significam as mudanças de conceito e de vida pelas quais estamos passando, eu só sei que algumas coisas estão totalmente fora do lugar.

Sentimentos genuínos que antes eram atrelados a prazeres simples como ir ao parque, jogar futebol, ir a um piquenique hoje caíram em desuso e parece até que virou ridículo.

Pais não impõem mais limites aos filhos. Simplesmente abrem às vezes a carteira dizendo: “Está aí, pega o dinheiro, para de me incomodar!” Como se isso ajudasse, mas não leva a nada.

Professores são totalmente desrespeitados. Amigos, infelizmente, são aqueles que influenciam a usar a droga e por aí vai!

Há uma frase do Senador Cristovam, Senadora Marisa Serrano, que é também sobre educação. Eu falei diversas vezes aqui da violência contra os professores, tanto na escola como na periferia. Segundo o Senador Cristovam, ser professor virou uma atividade de alto risco. Ele disse isso em um discurso que fez logo após a minha fala.

Coisas como respeito, caráter, honradez, justiça, bondade, amor passam longe da vida de muitas pessoas que infelizmente buscaram o caminho das drogas.

Precisamos urgentemente encontrar as raízes desses sentimentos, fazer com que fiquem mais fortes e compartilhá-los com todos que cruzarem nosso caminho. Precisamos dizer nos lares, nas escolas, nos empregos: é hora de viver, é hora do lazer.

Senadora Marisa, se o Presidente permitir, eu gostaria muito de ouvir o aparte de V. Ex^a.

A SRA. Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Paim. Obrigada, Presidente. Esse é um alerta que V. Ex^a está fazendo, porque as pessoas, às vezes, acham que é piegas falar de fraternidade, de amor, de compreensão, que isso não faz parte do mundo moderno. Que o mundo extremamente consumista como o nosso, o mundo real é o mundo duro, em que as pessoas que falam em fraternidade, em amor são de outro tempo, de outra época. E o que nós estamos vendo é o que V. Ex^a está mostrando aqui: uma juventude para a qual nem os pais, nem os professores, nem quem educa tem condições de apontar o caminho. Mas, Senador Paim, nós também não damos o

exemplo, porque não temos limite, não impomos limite, não jogamos na verdade, não falamos a linguagem da verdade. E, quando os jovens não sentem o exemplo dos mais velhos, fatalmente, eles vão procurar outros caminhos e não vão nos ouvir. Eles não veem em nós, talvez, a legitimidade de poder lhes dar o caminho que gostariam de ter. Mas o alerta é sempre bem-vindo, é necessário. Oxalá todos nós aqui falemos sempre isso para que a sociedade brasileira também comece a fazer uma mudança. A mudança não virá por decreto. Não vai ser V. Ex^a que fará uma lei dizendo que vão mudar os hábitos e costumes desta Nação, mas a família brasileira pode fazer isso. Eu acho que está nas mãos das famílias começar uma revolução neste País. Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora Marisa Serrano. Reafirmo aqui, na mesma linha que V. Ex^a está colocando, que hoje, às 14 horas, na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, a apresentação da Campanha “Crack nem Pensar”.

É uma campanha publicitária, educativa, que vai nessa linha de convencer todos a dar a direção correta à nossa juventude que está tão perdida, infelizmente.

Quero concluir dizendo, somente, que reconheço aqui o trabalho feito pelo Ministério da Saúde, que lançou em 4 de junho o plano emergencial de ampliação do acesso ao tratamento e à prevenção ao álcool e outras drogas.

Esse projeto prevê, num primeiro momento, um investimento de R\$118 milhões na melhoria e ampliação das ações da rede de atenção à campanha anti-drogas e à saúde mental.

Os recursos serão aplicados da seguinte forma: R\$77 milhões serão usados em novas medidas de combate ao uso do álcool e de drogas; R\$21 milhões para reforçar a atual estrutura; R\$20 milhões, para qualificar o centro de atenção que já existe, que trata dessa área. Com essa medida, o Governo pretende atingir 100 Municípios brasileiros com mais de 250 mil habitantes.

Sr. Presidente, vou concluir minha fala, dizendo que tenho aqui uma fala do Ministro Temporão que vai na mesma linha do meu pronunciamento e, por fim, dizendo que acredito muito que nós conseguiremos, mediante o trabalho coletivo de todos, pais, alunos, sindicalistas, empresários, políticos, enfim, a sociedade organizada, combater essa pandemia que é o *crack* e as outras drogas.

Acredito e tenho muita fé que nós venceremos essa batalha. A fé na vida é que vai nos garantir um futuro decente.

Peço que considere meu discurso na íntegra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Paim, quero brevemente cumprimentá-lo pela conclamação para que todos nós, para que os pais e as pessoas responsáveis em cada ramo de atividade façamos tudo para prevenir e, sobretudo, educar os jovens e colocar alternativas que não sejam o consumo do *crack*. As pessoas têm acompanhado, inclusive na minha própria cidade, em São Paulo, aquilo que se denomina hoje crackolândia, que faz com que os próprios responsáveis, hoje, pela saúde, pela segurança, muitas vezes, sintam-se quase impotentes para evitar aquele problema tão acentuado, que atinge milhares de pessoas em todo o Brasil e nas grandes cidades como Porto Alegre, São Paulo e tantas outras. Então, as sugestões que V. Ex^a está encaminhando e a reunião que se está agora estabelecendo são muito positivas. Meus cumprimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, somente uma frase, para que não digam que eu não falei do tema: fiz parte da Mesa e nunca assinei nem um ato secreto. Que isso fique bem claro aqui. Como sei que tantos outros que estão aqui que fizeram parte da Mesa nunca assinamos nem um ato secreto.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabemos o quanto o problema das drogas afeta a sociedade. É um círculo vicioso que acaba atingindo a todos familiares e o meio social, basta ver a questão da violência, que é um de seus reflexos.

É muito triste ver os estragos que o uso de drogas faz na vida de uma pessoa. Ela simplesmente sai de si mesma e parece não voltar nunca mais para aquilo que um dia foi.

No Rio Grande do Sul a droga atinge em cheio a população. Ela já chegou ao meio rural, não tem poupado ninguém.

Em virtude do grave quadro que se formou, a Rede Brasil Sul de Comunicações lançou uma bandeira de guerra contra esse inimigo terrível, que escraviza pessoas, destrói famílias, degrada a juventude, estimula o crime e provoca mortes.

A campanha realizada, que envolve o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, é contra o crack, uma droga devastadora que vicia na experimentação e condena seus usuários à degradação física, mental e social.

Eles relatam que só no Rio Grande do Sul, já existem mais de 50 mil dependentes deste verdadei-

ro inseticida humano, que começou a ser consumido entre os jovens das classes mais carentes e hoje atinge pessoas de todas as idades e de todos os grupos sociais.

O crack afeta, inclusive, a vida de quem nunca sequer viu a droga, pois está na raiz das tragédias familiares, na origem de roubos, assaltos e homicídios, na motivação do absenteísmo escolar e na interrupção de carreiras profissionais.

É considerado pelas autoridades governamentais como um dos maiores problemas de saúde pública do Estado e como a principal causa da violência nos grandes centros urbanos. Tem, portanto, potencial para se transformar na pior epidemia da história do país.

A RBS está convidando a sociedade gaúcha e catarinense para uma gigantesca campanha de prevenção, destinada prioritariamente a alertar quem não cedeu ao vício e a evitar novas vítimas da ilusão fatal.

Eles pediram ajuda de autoridades e especialistas e elaboraram um projeto institucional, publicitário e editorial focado num objetivo principal: *nenhum novo consumidor de crack em nossos Estados*.

Essa campanha, Senhor Presidente, também vai passar pela repressão aos traficantes e o tratamento para a recuperação de viciados, com o propósito de reduzir a incidência de episódios deploráveis que já se tornaram rotineiros na vida dos brasileiros.

Eles citam exemplos como crianças e adolescentes acorrentados, filhos agredindo os pais, dilapidando os bens da família e até mesmo sendo mortos por seus progenitores, na tentativa desesperada de se livrar do suplício imposto pela dependência.

Todos os exemplos mencionados fazem parte da rotina de muitas famílias no Brasil inteiro. O crack é de fato uma ferida que precisa ser extirpada mas como ele, precisamos também derrubar o LSD, o ecstasy, a heroína, a cocaína.

Nossos jovens se entregam a uma vida de agonia por um prazer momentâneo que não lhes dará o que acredito que eles provavelmente buscam, serenidade e alegria.

Cerca de mil jovens de classe média são presos por ano em bares e baladas por causa de droga.

Em 2007, a Polícia Federal apreendeu 211 mil comprimidos de ecstasy, doze vezes mais do que em 2000.

E, segundo dados da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), o perfil dos acusados não muda: cerca de 80% são estudantes de classe média, têm entre 18 e 28 anos e moram com a família.

Senhoras e Senhores Senadores, diante de minha preocupação com o tema solicitei, junto à Consultoria do Senado, um estudo sobre a criação de fundo cons-

titucional para custear o tratamento de dependentes químicos.

Eu de fato não sei o que significam as mudanças de conceitos e de vida pelas quais estamos passando, eu só sei que algumas coisas estão fora do seu lugar.

Sentimentos genuínos que antes eram atrelados a prazeres simples como ir ao parque e fazer um piquenique hoje caíram em desuso e até no ridículo.

Pais não impõem mais limites aos filhos. Simplesmente abrem a carteira e dizem: Tá aí, pega o dinheiro e para de me encher!

Professores são totalmente desrespeitados, amigos são “aqueles que te influenciam a usar drogas” e por aí vai!

Coisas como respeito, caráter, honradez, justiça, bondade, amor passam de longe pela vida de muitas pessoas e elas lamentavelmente buscam isso de forma torta.

Precisamos urgentemente encontrar as raízes desses sentimentos, fazer com que fiquem mais fortes e compartilhá-los com todos que cruzarem nosso caminho. Precisamos disso nos lares, nas escolas, nos empregos, na hora de viver o lazer.

Acredito que mais campanhas como essa seriam muito bem vindas. Precisamos nos unir para vencer essas drogas que estão tentando nos vencer. Amanhã será feita, no Plenário 07, Ala Senador Alexandre Costa, a apresentação da Campanha “Crack nem pensar”.

É importante mencionar também que o Ministério da Saúde lançou, em 4 de junho, o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (Pead).

Esse projeto prevê um investimento de R\$ 117,3 milhões na melhoria e ampliação das ações na rede de atenção à saúde mental.

Os recursos serão aplicados da seguinte forma: R\$ 76,6 milhões serão usados em novas medidas de combate ao uso de álcool e drogas; R\$ 21 milhões para reforçar a atual estrutura e R\$ 19,7 milhões para qualificar os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) que já existem.

Com essas medidas o Governo pretende atingir os 100 municípios brasileiros com mais de 250 mil habitantes.

O Ministro Temporão disse à imprensa que: *“o problema deve ser tratado como questão de saúde pública, por isso o ministério está assumindo esta responsabilidade. A abordagem será intersetorial, envolvendo Governo e sociedade, e vai atingir crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Vamos ampliar os Caps em todo o país, aumentar a quantidade de leitos para*

desintoxicação, além do treinamento e capacitação profissional de mais de 4 mil profissionais”

Acredito, Sr. Presidente, que precisamos nos unir e formar uma corrente muito forte contra a rede do tráfico. Os traficantes precisam saber que tem diante de si um batalhão de gente que não os quer no seu meio.

Se eles deixaram de acreditar nos bons sentimentos como proposta para uma vida feliz, isso é problema deles. Nós, que ainda acreditamos, precisamos mostrar a eles o quanto a nossa crença nos faz fortes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA.) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo imediatamente a palavra ao Senador Francisco Dornelles pela Liderança do seu Partido, o PP. Estamos fazendo um rodízio; logo em seguida, S. Ex^a falará.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com a maior preocupação que venho hoje ao plenário desta Casa pronunciar-me uma vez mais sobre as relações comerciais do País.

A questão diz respeito à barreira tarifária imposta pela União Europeia ao café solúvel brasileiro.

O segmento da indústria do solúvel mobiliza toda a cadeia nacional do café, desde a lavoura passando pela moagem e torrefação. Em conjunto, a cadeia do café ocupa 8 milhões de brasileiros.

O café cumpre, ainda, o importante papel de manter o agricultor no campo, pois se trata de uma cultura não mecanizada, para a qual o conhecimento, a atenção e o labor humano são imprescindíveis. A indústria de solúvel nacional mobiliza essa lavoura, fixando o homem na terra e reduzindo o êxodo rural. Pode-se dizer com segurança, Sr. Presidente, que o café é importante fator de distribuição de riquezas e de equilíbrio social.

Dentro dessa cadeia, o ramo capaz de conquistar novos mercados e agregar valor às exportações é a indústria de solúvel.

O solúvel brasileiro tem sido um desbravador de mercados, e hoje mais de 90% de nossa produção se destinam ao exterior – em torno de 3 milhões de sacas em 2008.

É este símbolo e esta riqueza da Nação que vem sofrendo a mais perversa sobretaxa por parte da União Europeia. A exemplo do que já fizera na década de 1990, desde janeiro de 2006, a União Europeia sobretaxa o nosso solúvel em 9%. O argumento para tal barreira tarifária é o de apoiar países da África e da Ásia que se “encontrariam em grau de desenvolvimento inferior” ao do Brasil.

Estabelecido dentro do denominado Sistema Geral de Preços da União Europeia, esse imposto tem violado todos os preceitos acordados nas regras da Organização Mundial do Comércio.

O Brasil realiza no momento acordos de cooperação bilionários com a Europa, de compra de aviões e submarinos, entre outros itens. Não estamos sabendo negociar as justas contrapartidas para os nossos produtos de forma a defender a indústria nacional, principalmente a do café solúvel.

Para se ter uma idéia do efeito negativo da barreira tarifária europeia, basta dizer que, somente no primeiro trimestre deste ano, nossas vendas de solúvel para a Europa caíram 58%. A restrição de mercado tende a crescer na medida em que novos países aderem à União Europeia. Ao mesmo tempo, outros países, atuando livres de sobretaxa, passam a nos fazer concorrência desleal.

A discriminação tarifária também provoca a fuga de investimentos no Brasil. Nenhum investidor vai querer implantar novas fábricas num país que é sobretaxado pela Europa. Além disso, provoca o fechamento de fábricas no país. Nosso parque industrial chegou a ter onze plantas de café solúvel e hoje restam apenas sete. O setor está sufocado e caminha para um colapso, com efeito negativo para toda a cadeia do café que mobiliza a lavoura nacional, empregando milhões de brasileiros.

O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento devem atuar com maior agressividade na defesa da indústria do café solúvel.

Em primeiro lugar, exigindo, pelas vias oficiais cabíveis, o imediato fim da sobretaxa, que afronta os princípios do comércio internacional. E, paralelamente, enquanto a barreira não for removida, autorizando medidas compensatórias ao setor de solúvel, na forma de um ressarcimento ao exportador, utilizando para tanto recursos do Funcafé.

Para terminar, Sr. Presidente, quero dizer que, caso o Governo brasileiro continue de braços cruzados diante do problema mencionado em relação a essa indústria, vai assistir à derrocada da indústria de café solúvel no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Francisco Dornelles, pelo seu alerta e também pelo cumprimento do tempo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – PB) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a, pela ordem. A

Senadora Ideli Salvatti falará para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a a minha inscrição como Líder do PDT, para falar quando for oportuno.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a está inscrito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^a Senadora, poucos dias atrás, ocorreu uma importante reunião na cidade de Bonn, na Alemanha, reunião preparatória para a COP15, que vai acontecer em Copenhague e que deverá fazer a revisão do Protocolo de Kyoto, compromisso que inúmeros países assumiram com a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa.

Essa reunião em Bonn, por muito pouco, não se transformou em uma reunião absolutamente inócua, que inclusive colocava em risco qualquer possibilidade de continuidade de compromissos que o Protocolo de Kyoto representa. O Protocolo de Kyoto encerra a sua vigência em 2012. Portanto, a reunião de Copenhague do final deste ano é imprescindível para dar continuidade.

A proposta apresentada pelo Brasil, já no final da reunião, acabou tendo o aval e o compromisso de inúmeros países no sentido de termos uma diminuição de 40% nas emissões de gases que provocam o efeito estufa, dos países ricos, entre 2013 e 2020. E foi exatamente esse compromisso que se constituiu numa alternativa e numa perspectiva efetiva de que a reunião de Copenhague deste ano possa trabalhar, sim, numa prorrogação, numa ampliação, numa revisão positiva do Protocolo de Kyoto.

Então, para nós, pelo trabalho que a gente vem desenvolvendo pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas, essa sacada da comitiva brasileira, a proposta que o Brasil apresentou, acabou galvanizando e permitindo que nós tenhamos uma possibilidade, uma perspectiva positiva para a reunião de Copenhague, e eu não poderia deixar aqui de fazer esse registro.

Da mesma forma como faço o registro de uma importante reunião, um evento que vai acontecer em Santa Catarina essa semana, que é uma feira, uma exposição dos supermercadistas. É a ExpoSuper, que acontece na capital do meu Estado. O interessante dessa ExpoSuper é que a edição deste ano vai estar voltada para debates com relação ao meio ambiente, com foco no mercado de Santa Catarina. Então, está toda montada no sentido de poder fazer o debate sobre a procedência das carnes e de produtos orgânicos.

E a ExpoSuper vem exatamente acompanhada de uma ação do Ministério Público do Pará que foi inclusive reafirmada com a Associação Brasileira dos Supermercados (Abras), cujo Presidente, Sr. Sussumu Honda, foi responsável por galvanizar um procedimento extremamente inovador e interessante, que tem tudo a ver com aquilo que a gente estava falando da reunião de Bonn, a preparatória à COP15, porque no Brasil a emissão dos gases do efeito estufa não advém da nossa matriz energética. Muito pelo contrário, é uma das matrizes mais limpas, de maior percentual de energia renovável que existe no Planeta. Tal emissão não advém do nosso parque produtivo, não advém do nosso setor industrial. A emissão dos gases de efeito estufa no Brasil vem do desmatamento e das queimadas. Portanto, evitar o desmatamento, adotar medidas punitivas para o desmatamento e para os que se beneficiam do desmatamento é uma das medidas mais corretas.

E a Associação Brasileira dos Supermercados e uma ação muito eficiente do Ministério Público do Pará fizeram com que várias e grandes redes de supermercados no Brasil não comprem mais carne de boi de área do desmatamento no Pará. Então, é salutar essa medida do Ministério Público, e que a Procuradoria do Pará mantém veto à compra de carne de área desmatada. O Ministério, inclusive, reafirmou a recomendação. Nenhuma empresa notificada pelo Ministério Público Federal pode comprar gado criado às custas de ilícito ambiental.

E o mais interessante é que esta medida tem uma previsão de ser seguida por Mato Grosso e Rondônia, Senador Valdir Raupp. Também o Ministério Público de Rondônia está estudando adotar a decisão do Pará e fazer pelo corte econômico, ou seja, o beneficiado por criar gado num processo de desmatamento e de queimada receberá a consequência do seu ato naquilo que efetivamente é o órgão que mais dói – o bolso, não podendo vender a carne e obter lucro.

E se o Presidente me permite, ouço com muito prazer, o Senador Valdir Raupp, catarinense radicado em Rondônia, Estado que tão bem representa aqui no Senado.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Se o Presidente pudesse dar mais uns dois minutos, pois o tempo da Senadora está terminando, mas como ela citou Rondônia, o meu Estado, eu não poderia deixar de pedir um aparte breve à nobre Senadora Ideli Salvatti. Infelizmente, Senadora, eu não posso concordar. Não sou favorável à grilagem, ao desmatamento ilegal, até tenho um projeto de desmatamento zero tramitando aqui no Senado Federal. E o que penso é que hoje não se deve derrubar, não se deve queimar mais, já passou esse tempo, e ainda estamos preservando, na

Amazônia Legal, nos nove Estados da Amazônia Legal, 83% das florestas. Qual a outra região do Brasil que preserva isso? Qual o outro país do mundo que está preservando 83% das suas florestas? Apenas 17% foi desmatado. E, se foi desmatado, foi com a conivência do Ibama. Se existe alguém errado, está errado também quem desmatou, mas muito mais errado o Ibama que não fiscalizou, que não estava lá há 10, 15, 20 anos. E, agora, fiquei sabendo que chegou uma lista em Rondônia de 1500 propriedades que estão proibidas de vender para os frigoríficos de Rondônia. Acho que é uma medida muito arbitrária, tem que se ver o passado histórico dessas propriedades. É claro que pode ser que algumas tenham que ser penalizadas, mas não generalizar todos, até o pequeno que fez uma derrubada lá um pouquinho fora do que era permitido pelo Ibama, mas o Ibama não estava lá para orientar e fiscalizar há 20, 30 anos. Acho que isso tem que ser revisto sob pena de prejudicar a economia de Estados em desenvolvimento como o Estado de Rondônia. Mato Grosso e outros. Muito obrigado, Sr^a Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Valdir Raupp, e acho que V. Ex^a chegou aonde eu iria chegar no final do meu pronunciamento. Se o Brasil tem no desmatamento e nas queimadas a sua principal fonte de emissão de CO₂, nós precisamos, efetivamente, tomar todas as medidas necessárias para coibir e inibir...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, aquilo que já se deu, aquilo que já aconteceu precisa ter um tratamento negociado e aí a notinha... Nós já tivemos oportunidade de ter essa conversa com o Ministro Carlos Minc, que fez um acordo extremamente vantajoso no caso da soja. Os produtores de soja fizeram uma espécie de “termo de ajuste de conduta”. Foram estabelecidas metas a serem alcançadas, a serem atingidas, parou o desmatamento, parou o avanço da fronteira agrícola da soja sobre a floresta, mas a Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne não quis sentar à mesa e negociar, como fizeram os exportadores de soja; e, ao não fazê-lo, está agora amargando as consequências.

Portanto, as ações do Ministério Público do Pará, do de Mato Grosso e do de Rondônia, que poderão adotar as mesmas medidas, deverão provocar aquilo que, numa boa palavra, não se conseguiu, que seria uma mesa de negociação para fazer o ajuste. Acho que nós estaremos mais perto de fazê-lo, exatamente para impedir o desmatamento, até porque essa questão de medidas repressivas, de medidas que atingem produtos que não tenham selo de sustentabilidade

econômica, vai-se expandir cada vez mais. Num mundo em crise, quando não é possível fazer barreira alfandegária, barreira cambial, barreira sanitária, faz-se barreira ambiental.

Um dos exemplos dessa questão, é o caso da Adidas. A empresa alemã Adidas ameaça deixar de comprar couro dos Frigoríficos Bertin, que é um dos frigoríficos que sofrem fortes denúncias de desmatamento e de utilização de áreas que foram retiradas da floresta amazônica.

Portanto, essa nossa iniciativa na reunião de Bonn de termos proposto um acordo de 40% de redução dos gases de efeito estufa dos países ricos entre 2013 e 2020, com as medidas que vêm sendo adotadas de retaliação mesmo a empreendedores, a empresários que não respeitam o meio ambiente, que desmatam, que queimam, como ameaças futuras, já colocadas por outros empreendedores,...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...*por outros grandes compradores (fora do microfone), com certeza levará, da mesma forma como aconteceu no caso da soja, dos produtores de soja, que sentaram, negociaram, acordaram e resolveram – tanto que não há mais situações graves de desmatamento provocadas pelo avanço da produção e do plantio da soja. Mas outros setores precisam fazer o mesmo, e o setor de carnes é um deles. Com certeza, as medidas que vêm acontecendo provocarão essa salutar e saudável mesa de negociação.*

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Em continuidade, como oradora inscrita, concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano, por cessão do Senador Adelmir Santana, pelo tempo de dez minutos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

A sociedade brasileira tem-nos cobrado, com total legitimidade, mais rigor no controle administrativo e financeiro desta Casa, mais transparência e responsabilidade. Estamos vivendo um momento muito singular e difícil no Congresso Nacional e principalmente no Senado. Chegou o momento em que a sociedade brasileira cobra, como eu disse, com toda a legitimidade. Ela nos deu votos para chegarmos aqui e confiou nos Senadores e Senadoras que estão nesta Casa para que pudéssemos levar a todos a certeza de que,

nesta Casa, há homens e mulheres que primam pela seriedade e pelo compromisso com a Nação.

É muito difícil o que estamos vivendo. Neste momento atual, se esta Casa, o Presidente Sarney e a Mesa Diretora não tomarem uma providência séria, transparente, que mude a estrutura administrativa desta Casa, vai ficar muito difícil nós continuarmos a ter a simpatia, o respaldo e a confiança do povo brasileiro.

Eu andei pelo interior do meu Estado neste final de semana e é constrangedor constatarmos em pessoas amigas, companheiras, o sentimento de desconfiança da nossa atividade ou da nossa cumplicidade nos casos que acontecem aqui no Senado.

Eu não quero ser cúmplice de nenhum ato que possa denegrir não só a biografia, como dizem alguns, de qualquer Senador aqui, a minha biografia, inclusive, mas não quero, em nenhum momento, mostrar e trabalhar numa Casa em que eu não tenha conhecimento daquilo que se passa nas suas entranhas.

Esta Casa se tornou a tal ponto um mastodonte, cresceu tanto e com tantos tentáculos, que, se nós não tivermos, como diz o Presidente Sérgio Guerra, uma reforma profunda, administrativa, nesta Casa, em todos os órgãos, nós não vamos nunca saber o que se passa e, a cada momento, a cada semana, vamos ser surpreendidos por mais problemas e por problemas que nos achatam, que nos puxam para baixo e que mostram que nós não estamos, talvez, preparados para enfrentar situações como essas.

Eu quero dizer à Nação que eu faço parte da Comissão de Fiscalização e Controle. Hoje, o Senador Renato Casagrande, que preside a nossa Comissão, propôs que a Comissão de Fiscalização e Controle fosse ao Presidente Sarney para saber dele esclarecimentos sobre essas questões que estão acontecendo no Senado. Acho que poderia ter sido até o inverso: chamar o Senador Sarney, para que ele esclarecesse à Comissão. Se chamamos Ministro, se chamamos todo mundo, por que não ouvir um colega nosso, em quem nós votamos – quer dizer, nem todos votaram nele, mas alguns aqui votaram –, para que ele esclarecesse o que está acontecendo?

Além disso, temos trabalhado muito em cima de proposições, projetos, tudo aquilo que achamos que é o melhor para a Nação. É chegado o momento de darmos uma parada nisso e começarmos a pensar no que estamos fazendo nesta Casa que pode refletir naquilo que é o melhor para a Nação. Não fazermos daqui para fora, mas começarmos a pensar de fora para dentro.

Quero dizer ainda que, como ainda não temos um corpo técnico especializado nesta Casa, temos que nos socorrer do TCU, que é um órgão externo de

fiscalização e controle, do Ministério Público, que aí está, que podem nos acompanhar e discutir conosco as questões administrativas internas, aquilo que está se passando no Senado Federal, na nossa Casa.

Tenho acompanhado vários passos que estão me preocupando muito, mas me preocupando muitíssimo, e não sei até que ponto eles estão ligados entre si. Por exemplo, tenho ouvido, semanalmente, o Presidente Lula dizer a toda a Nação que não pode o TCU, que não pode o Ministério Público ficar querendo influenciar, verificar, fiscalizar as contas públicas, que não podem fiscalizar as obras que estão acontecendo neste País e que é bom que quem está fazendo as obras passe por cima daquilo que o TCU está analisando, está fiscalizando. Ele diz que o Ministério Público está travando as obras do PAC porque está fiscalizando, porque está acompanhando. Eu nunca imaginei ver e ouvir um Presidente da República chamar toda a população brasileira para que ela comece a ir contra tudo aquilo, contra toda a legislação que existe no País. Isso se chama desobediência civil.

A hora em que o Presidente da República diz que não é para fiscalizar obra, que não precisa de TCU, que nesta Casa há um projeto pedindo a extinção do TCU, para não ter que fiscalizar nada, significa que nenhum cidadão brasileiro pode ser mais fiscalizado em nada. Um comerciante não vai querer ser fiscalizado. Ninguém mais vai querer ser fiscalizado. Por que vai ser fiscalizado, se o Presidente está dizendo que não precisa? Isso é extremamente preocupante.

Já lhe dou a palavra, Senador Geraldo Mesquita.

É extremamente preocupante, porque o TCU, que foi criado na época do Presidente Floriano Peixoto, em 1893, é o nosso órgão de fiscalização externa, que nos dá subsídios para que possamos saber o que se passa nesta Nação. Dizer que o TCU pode ser extinto? O Presidente dizer que não precisamos mais fiscalizar nada? Isso tudo está me cheirando a passar para a sociedade que este Congresso Nacional, que este Senado não tem força para impor as leis deste País, para discutir-las e fazer valer aquilo que votamos aqui.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita e, depois, aos Senadores Papaléo Paes e Valdir Raupp.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)
– Senadora Marisa Serrano, parabéns pelo discurso que profere V. Ex^a, relatando o que o Presidente Lula vem verbalizando acerca do TCU, acerca de órgãos de fiscalização. Ele chega a dizer que eles estão atrapalhando. Ora, quando uma fiscalização atrapalhar neste País, estamos liquidados de fato. V. Ex^a chama isso de desobediência civil, eu chamo de “rabo de palha”.

Esse é o mesmo comportamento que o Presidente adota quando tenta sufocar a instalação de uma CPI para apurar nesta Casa a gatunagem na Petrobras aqui nesta Casa. É o mesmo comportamento. Ele não quer que o TCU fiscalize, porque tem muita bandalheira nesse Governo. E ele não quer que a CPI se instale aqui porque tem muita “ratazana” dentro da Petrobras dilapidando o patrimônio do povo brasileiro. E quanto ao início de sua fala, acerca de mais questões que a imprensa vem... Olha, revelo a V. Ex^a e aos demais Senadores o meu desconforto em tomar conhecimento pela imprensa da existência de atos chamados secretos no Senado Federal. A imprensa chega a mencionar números, mais de mil. Eu queria ter acesso a esses atos. Senadora Marisa Serrano, é claro que administrar uma Casa como esta não é coisa muito simples, mas também não é essa complexidade toda. Eu acho, por exemplo, que deveríamos distribuir responsabilidades nesta Casa. A Comissão de que V. Ex^a participa, de Fiscalização e Controle, deveria ter participação ativa no controle dos atos administrativos desta Casa, para que não fôssemos constrangidos sabendo pela imprensa da existência de mais de mil atos secretos nesta Casa. É um negócio de doido isso! E lá fora, Senadora Marisa, eu não ousa nem dizer que não tinha conhecimento disso porque as pessoas não acreditam. Não é verdade? Ninguém acredita. Acho que, se eu for à rodoviária do Plano Piloto e alguém me perguntar se eu tinha conhecimento desses atos, se eu disser que não, não sei se sairei ileso de um debate como esse. Portanto, acho que é chegada a hora, Senadora Marisa, de ... Olhe, eu não vejo muita complexidade nisso, não. Nós temos o quê? Contratos para prestação de serviços, na Gráfica, do pessoal que faz a limpeza, etc. Licitação nisso aí, rapaz. Nós não podemos prorrogar esses contratos indefinidamente. Acabou um, licita, contrata a empresa de forma transparente, se possível até com uma licitação aqui no plenário do Senado, para toda a Nação tomar conhecimento. Além disso, os demais atos... É inacreditável que isso aconteça, esse negócio de ato secreto. Isso não existe. Agora, se eles existiram, eles vão ter que ser listados aqui na minha frente, porque eu não admito tomar conhecimento disso pela imprensa. Eu preciso saber quais são esses mil e tantos atos secretos, porque eu também tenho contas a prestar no meu Estado e no meu País. Eu não vou ser cúmplice de uma coisa dessa, sem sequer saber que existe. Portanto, é necessário que passemos tudo isso a limpo, que esses atos venham a público. Esses atos são eivados de vício no nascedouro. Eles são nulos de pleno direito, para começar. No Direito Público não existe esse negócio de ato secreto, a não ser em casos excepcionalíssimos, que o Poder Executivo tem

em mãos, mas aqui no Senado Federal não se justifica isso, não. Parabéns a V. Ex^a pelo discurso.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senadora Marisa, V. Ex^a, com muito brilhantismo, fez seu pronunciamento...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Vou conceder mais três minutos. A relação de oradores aqui é grande, mas vamos conceder mais tempo ao Senador Papaléo e à senhora, que faz um pronunciamento importante.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Vou ser breve. Quanto à questão dos atos secretos, eu também tomei conhecimento deles pela imprensa. Lamento profundamente. Não sei se a imprensa se antecipou e soube da informação antes de nós, mas nós deveríamos ter tido conhecimento, deveríamos ter sido comunicados. Tem que ter alguém para explicar o que é ato secreto, porque só está numa frase ou numa palavra, “ato secreto” ou “atos secretos”. Ninguém sabe o que são esses atos secretos. Eu não sei, pelo menos. Agora, quanto à questão do Presidente da República, o Presidente bonachão, que não senta na cadeira para dirigir este País, que entrega este País nas mãos de assessores, realmente faz o jogo populista que está dando muito certo. Ele não mexe com ninguém, não ofende ninguém, tudo está bom. Se algum Ministro erra: “ah, foi o erro de uma criança; depois, a gente dá um conselho e melhora”. Se está havendo corrupção em algum órgão público do administrativo, do Executivo, ele vai dizer que não ele sabia, mas vai ser apurado. Minimiza tudo. Ou seja, é uma conduta de alguém que quer ver a anarquia no País, a desmoralização, principalmente do Poder Legislativo, quando fala com deboche, com desprezo, com desdém sobre o Legislativo e sobre o Judiciário. Eu lamento profundamente que nós não tenhamos um Presidente da República que possa fazer com que todos nós... Antes, alguns anos atrás, quando um Presidente anunciava a sua presença para fazer um pronunciamento, nós ouvíamos com respeito. Hoje não. Nós ouvimos nosso Presidente só fazendo gracinha, jogo de frases, que agrada a todo mundo. E essa roubalheira, esses desmandos na Petrobras, tenha certeza absoluta, Senadora, eles existem e, infelizmente hoje, o Senado, as questões internas do Senado estão abafando, como o Governo quer, o noticiário sobre a corrupção na Petrobras. Nós não podemos, de forma alguma, deixar que a Petrobras seja vista e revista na

sua administração. Por quê? Porque a Petrobras é do Brasil e não do PT.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

Senador Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Prometo falar em um minuto.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Eu gostaria de fazer um apelo – o tempo da Senadora já encerrou – para a gente dar sequência na relação dos oradores inscritos, para comunicação inadiável, pelas lideranças. Vou conceder mais um tempo para a Senadora.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, este é um assunto a respeito do qual, creio, todos nesta Casa querem se manifestar, porque sentem o problema na pele.

Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Sentimos, mas há o Regimento e os oradores inscritos para falar. Por favor.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Sr. Presidente, apenas para discutir esta questão da Casa. Não mais do que um minuto. Eu acho que esses atos não eram tão secretos. A informação que eu tive hoje de um consultor é de que eles foram disponibilizados, estavam sendo aos poucos disponibilizados pela Internet. Então, na verdade, não chegou a ser uma descoberta da imprensa. De qualquer forma, acho que a Mesa teria autorizado a disponibilização desses atos via Internet. Então, não chegava a ser tão secreto assim. A surpresa foi – claro – geral, porque eu também não tinha conhecimento, assim como os demais Senadores que não fazem parte da Mesa. E acho que muitos que fazem parte da Mesa também, os mais recentes, também não tinham conhecimento dessa situação. Eu fui pego de surpresa porque um assessor que foi exonerado em maio do ano passado, que prestava serviço na liderança – eu pedi para ser exonerado –, eu não sabia que esse ato ia ser secreto e, hoje, fui surpreendido pela imprensa, também em dois jornais de circulação nacional, com o fato de esse assessor, que era lotado na liderança quando eu era líder do PMDB, ter sido exonerado por ato secreto. Eu, sinceramente, desconheço totalmente – não tenho vergonha de dizer –, eu desconheço, eu não sabia que existia essa questão de ato secreto. Mas, por outro lado, eu acho que já não estava sendo tão secreto porque já estava sendo disponibilizado pela Internet quando a imprensa começou a divulgar. Por outro lado, eu queria, para encerrar, dizer que nós não podemos, neste momento, de forma alguma, também

condenar quem está na Presidência do Senado, no caso do Presidente Sarney. Trata-se de um homem que fez a transição democrática deste País, de um homem que serviu à Nação brasileira por mais de 50 anos, em vários cargos públicos e, principalmente, no cargo da Presidência da República no pior momento que o País atravessou. E foi uma transição tranqüila. Então, nós devemos esse legado, o Brasil, a Nação brasileira, o povo brasileiro deve ao Presidente José Sarney. Eu tenho certeza, eu não tenho dúvida da angústia que o Presidente Sarney está vivendo neste momento. E não tenho dúvida também de que ele está fazendo todo o esforço possível e necessário para resolver esse problema, e vai resolver. E nunca é tarde para se resolver um problema. Se há problema, vamos todos nós, todos os Senadores, os 81 Senadores, dar força ao Presidente Sarney para que ele faça as mudanças necessárias e resolva esse problema. Acho que nunca é tarde para se resolver um problema. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

Nós todos aqui sabemos da história do Senador Sarney. Tenho certeza absoluta de que aqui não há nenhum Senador ou Senadora que não acompanhe o que ele representa para o País. Mas, neste caso agora, deve a todos uma explicação clara para que a gente também tome rumo e ajude a resolver os problemas que esta Casa enfrenta.

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senadora Marisa, cumprimentando-a pela oportunidade do...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Senadora Marisa Serrano, V. Ex^a não tem mais tempo. Cumprir o tempo também é um gesto importante para todos nós. Há Senadores inscritos para falar. Por favor, V. Ex^a não tem tempo mais para conceder aparte.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Fui cassado aqui, Senadora Marisa Serrano. O Senador João Pedro me cassou.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – É muito importante. Todos precisam falar.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Então, Sr. Presidente, já que a Mesa não me dá o tempo, pois eu gostaria de ouvir os Senadores João, Arthur Virgílio, meu Presidente Sérgio Guerra, o Senador Alvaro Dias, eu quero dizer que vale o meu discurso. Eu tenho certeza de que os meus companheiros todos pensam que é chegado o momento de se falar claramente e não ter medo de pegar o microfone e dizer aquilo que pensa. Vir abertamente a este Plenário e

poder falar das suas ideias, das suas convicções, salvando um pouco também a sua biografia, já que isso tem sido falado tanto aqui nesta Casa.

Eu agradeço muitíssimo aos companheiros pela intenção e tenho a certeza de que todos estariam aqui falando as mesmas coisas, dizendo que é importante para nós a tranqüilidade, a transparência e, principalmente, a coragem de poder lutar por aquilo em que acreditamos.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Marisa Serrano, o Sr. César Borges, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM.) – Parabéns, Senadora Marisa Serrano. Quero dizer que assino embaixo do pronunciamento de V. Ex^a.

O próximo orador inscrito para uma comunicação inadiável é o Senador César Borges, por cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Vou procurar aqui cumprir a minha obrigação.

Na verdade, assumi um compromisso com os estudantes das universidades estaduais baianas, que estão protestando veementemente contra o descaso com que o Governo do Estado está conduzindo essas instituições.

Eu estive em Barreiras, semana passada, importante cidade do oeste da Bahia, para discutir a implantação de uma ferrovia muito importante para o nosso Estado, a Ferrovia Oeste Leste, e lá houve um protesto, maciço e permanente, dos estudantes da Universidade do Estado da Bahia, Uneb.

Eles cobravam posições do Governador do Estado, que estava presente à solenidade. Ao final da solenidade, acho que o Governador não achou conveniente atender os estudantes, e eu fui convocado para conversar com eles e o fiz de forma prazerosa por achar que era uma obrigação ouvi-los. E eles me pediram que lesse aqui, no plenário do Senado, uma carta que, por ser extensa, Sr. Presidente, e eu não ter tempo suficiente – V. Ex^a já me advertiu que o tempo será de cinco minutos, talvez com uma pequena tolerância de dois minutos, que existe sempre para os oradores –, não vou ler a carta inteira, mas vou ler pelo menos o seu parágrafo inicial:

“Companheirada, há dez dias, os estudantes de Ciências Biológicas, Letras, Pedagogia e Engenharia Agrônômica paralisaram as suas atividades discentes do Departamento de Ciências Humanas – Campus

IX – Barreiras. O motivo é conhecido de todos nós: o gritante sucateamento das universidades públicas e a falta de investimentos do Governo do Estado da Bahia no ensino superior. Por isso, as/os estudantes de Ciências Biológicas, Letras, Pedagogia e Engenharia Agrônoma ao paralisarem as atividades discentes saem uma vez mais em defesa da UNEB para que a mesma possa continuar sua missão e oferecendo com muita presteza uma formação profissional qualificada referenciada nas lutas sociais. Sobretudo, e imprescindivelmente, uma formação humana, política, social e cultural. Em tempo convocamos a todos (as) a saírem em seus respectivos departamentos/campus em defesa da UNEB. O problema da UNEB é de todas (os) nós! Sobretudo do Governo do Estado que diz ser de todos nós.

Então, Sr. Presidente, isso é com a Uneb, universidade estadual, universidade *multicampi*. Mas a Bahia tem quatro universidades estaduais. Passamos muitos anos com uma única universidade federal, a Universidade Federal da Bahia, em cuja escola politécnica estudei e me formei. O Governo Federal foi ingrato com a Bahia, nunca implantou a segunda universidade. Agora, realmente, o Presidente Lula implantou a segunda universidade na Bahia, que é a Universidade do Recôncavo, e dividiu uma universidade com o Estado de Pernambuco, que é a Universidade do São Francisco, entre Petrolina e Juazeiro.

Hoje, as universidades estaduais, em número de quatro, criadas por aqueles que antecederam o atual Governo – a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, com *campus* em Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga; a Universidade Estadual de Santa Cruz, no eixo Ilhéus-Itabuna; e a Universidade Estadual de Feira de Santana – se juntam à Uneb, e em todas elas a situação é a mesma, uma situação de caos, sem recursos para contratar novos professores, sem concursos para contratação do corpo docente, sem remuneração devida ao corpo docente; as instalações sempre em estado precário. Inclusive, os estudantes me convidaram a verificar *in loco* a situação das instalações, e eu não tive tempo para fazê-lo. Mas eles me disseram que a situação é dramática.

Estudantes me reportaram que iam atrasar a sua graduação em dois anos, por falta de recursos para ter a universidade professores em matérias que eram requisitos básicos para a sua diplomação.

E esses estudantes estão protestando na visita do Presidente Lula. E eu estava presente lá na cidade de Cachoeira. Estudantes da Universidade Estadual de Feira de Santana fizeram um protesto veemente contra essa situação. Alega o Governador do Estado...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – ... que criaram muitos cursos e que hoje o Estado não consegue atender financeiramente.

Sr. Presidente, tradicionalmente, na Bahia – digo aqui como ex-Governador –, nós alocamos 4% da receita líquida do Estado para a manutenção do ensino superior, que hoje tem mais de trinta mil vagas gratuitas, responde por mais de 60% do número de vagas do ensino superior na Bahia.

O que eu faço aqui é um alerta e um apelo ao Governo do Estado. Tudo bem que na se criem novos cursos, que não se criem novas faculdades. Entretanto, parece que o Governo continua criando novas faculdades. Se ele deseja criar, que crie. Ótimo, sempre é bom mais educação para os nossos jovens. Entretanto, o que não se pode deixar é fechar, minguar, deixar andarem cursos sem as condições mínimas necessárias de professores nas salas de aula.

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, agradeço os meus dois minutos de tolerância. Vou encerrar neles.

É uma revolta que existe hoje dos estudantes das universidades estaduais baianas.

Eu peço a compreensão do Governo do Estado; que coloque o assunto como prioridade, porque educação é prioritário. Nós não podemos abrir mão de termos essas universidades, que têm sido a formação de muitos estudantes que avançaram no ensino médio.

No meu governo, nós duplicamos o número de vagas, no ensino médio, de 350 mil para 700 mil. Eles precisam continuar seu estudo para formação de nível superior e não estão conseguindo, por falta de atenção, de recursos para as universidades estaduais.

Fica aqui o meu protesto, o meu alerta e – eu diria – a minha solicitação para que o Governo do Estado aja rapidamente para que essas universidades voltem à normalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador César Borges.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu fiz a minha inscrição para falar como Líder e gostaria de saber em que momento poderei usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O próximo orador é o Senador inscrito na relação de oradores, Senador Papaléo Paes, e em seguida V. Ex^a, pela Liderança do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Está certo, Sr. Presidente.

Então, enquanto aguardo a fala do Senador Papaléo, que será muito importante para o País, tenho certeza, eu gostaria de anunciar aqui a presença honrosa do Deputado Wilson Picler, que é do nosso Partido e tomou posse, recentemente, substituindo o Deputado Barbosa Neto, que se elegeu Prefeito de Londrina. Ele tomou posse e faz parte, agora, da Bancada de Deputados Federais do Paraná, representando o PDT, para nossa honra.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Está registrada a presença do Deputado.

Senador Papaléo Paes, V. Ex^a tem dez minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador João Pedro, Sr^s e Srs. Senadores, na escola, as crianças brasileiras aprendem que, durante muito tempo, existiu escravidão em nosso País. Aprendem, também, que essa vergonhosa instituição foi abolida, em 13 de maio de 1888, por um decreto votado pela Assembléia e sancionado pela Princesa Isabel. Aprendem que a lei tornou-se conhecida pelo nome de Áurea e que a Princesa foi cognominada Redentora.

Todos nós fomos crianças e passamos, na escola, por esse rito da nacionalidade que é ver, nos livros didáticos, as imagens chocantes de negros sendo chicoteados, acorrentados ou presos ao pelourinho.

Infelizmente, a realidade dos nossos tempos é outra. A escravidão acabou somente no papel. Casos de condições de trabalho próximas da escravidão no Brasil são descobertos com frequência.

O trabalho escravo no Brasil contemporâneo é resultado da crônica falta de soluções para nossos problemas sociais e morais mais graves: a enorme desigualdade social e a escandalosa impunidade dos criminosos. Milhões de brasileiros pobres ou miseráveis, em sua busca por trabalho digno, são particularmente vulneráveis às promessas fraudulentas dos “gatos”, como são chamados, no campo, os agenciadores de mão de obra não qualificada. De ordinário, são motoristas de paus de arara que vão às regiões socialmente mais desassistidas, distantes das áreas de demanda de trabalhadores, oferecendo emprego e vantagens mirabolantes.

Conquistado um número suficiente de vítimas, esses “gatos” as transportam às áreas de fronteira agrícola, onde empregadores gananciosos exploram essa mão de obra em regime análogo ao da escravidão. Em seguida, eles precisam adquirir no armazém da fazenda (o “barracão”) os instrumentos de trabalho, a roupa e os mantimentos, cujo custo é debitado pelo patrão em uma conta individual, crescente e impossível

vel de saldar, dado o valor miserável dos salários e os preços “salgados” dos artigos.

Senhoras e senhores, é difícil acreditar que exista no Brasil o que estou dizendo aqui no meu pronunciamento, mas tenho certeza absoluta de que é fato consumado.

Já tivemos alguns registros, inclusive na imprensa, de como esses homens que são indignificados pelos seus patrões são tratados nos locais onde são explorados como trabalhadores, ou melhor, como escravos. E os Estados campeões da prática são Pará, Maranhão e Mato Grosso, especialmente na fronteira agrícola. As vítimas são trabalhadores adultos e idosos, jovens, mulheres, crianças e adolescentes.

Para apurar as denúncias de trabalho escravo, o Governo Federal criou, em 1995, o Grupo Móvel de Fiscalização, constituído por voluntários de certas carreiras de Estado, como fiscais do trabalho, policiais federais, procuradores, fiscais do Ibama e outras. Trabalhando contra o poder dos senhores “barraqueiros”, por vezes, sob ameaça a suas vidas, esses voluntários buscar libertar os trabalhadores e pagar-lhes o que lhes foi sonegado, pressionando o patrão a pagar esses trabalhadores merecidamente como teria sido estabelecido. Expedem também as carteiras de trabalho, para muitos, o primeiro documento de identidade. Já são 34 mil os trabalhadores livrados da escravidão pelo grupo nesses quase 15 anos de atuação.

Neste Senado, no nosso Senado da República, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, acaba de se tornar permanente, tendo o Senador José Nery, do PSOL, sido eleito Presidente, e eu, Vice-Presidente. Esse digno representante do Estado do Pará, que há muitos anos milita no combate ao trabalho escravo, tem razão nas palavras que proferiu na abertura dos trabalhos da Comissão. Ele diz que é mesmo incrível que ainda precisemos, neste início de século XXI, de uma subcomissão no Senado para contribuir na erradicação dessa praga, que é o trabalho escravo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me, Senador Papaléo?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Permite.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – De maneira bastante breve, registro que os jornais do meu Estado estão, nos últimos dias, cheios de matérias referentes ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. E viajei no tempo com V. Ex^a, porque eu estava vendo a década de 90, a década de 80 do século passado, a década de 70, a década de 60, tempos imemoriais. Essa é uma chaga que parece que não nos abandona nunca.

Meus parabéns a V. Ex^a por trazer à tona um tema que deveria ter sido superado pelo avançar do tempo, mas que parece que se consolida como uma prática nos segmentos mais atrasados da economia deste País. Obrigado, Sr. Senador.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a a sua participação.

Senador João Tenório.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Papaléo, V. Ex^a traz um tema que tem, por si só, uma densidade social e emocional muito forte, que é o relacionamento entre aqueles que empregam e aqueles que são empregados. É um tema importantíssimo, e V. Ex^a o traz com muita competência e coragem. Eu gostaria apenas de discordar de um aspecto de V. Ex^a. Isso que acontece no campo brasileiro – e acontece – talvez ocorra com muito mais intensidade nas cidades brasileiras. A periferia brasileira tem um tratamento de vida hoje, senão igual, talvez pior até do que esse trabalhador rural que se submete a esse estado de coisas que V. Ex^a tão bem aqui denuncia. Existe ainda um preconceito muito grande no Brasil contra as atividades rurais neste País. De vez em quando, para não dizer sempre, nós nos esquecemos de que essas mazelas que V. Ex^a tão bem denuncia aqui já estão muito presentes e talvez até mais presentes nas cidades do que no campo. Vou dar só alguns exemplos. Por exemplo, numa atividade agrícola, há obrigação de transportar o trabalhador rural de ônibus e, no máximo, 40 trabalhadores num ônibus. Se V. Ex^a for a São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Recife ou Maceió, vai observar o transporte absolutamente desumano, com 120, 100, 90 pessoas num ônibus, que, sem a menor condição de conforto, são submetidas a isso. Então, eu queria registrar a concordância plena com o que V. Ex^a aqui denuncia. Mas gostaria de chamar a atenção para o fato de que isso acontece tanto no campo brasileiro como na cidade brasileira. E olhe lá, talvez na cidade, sobretudo na periferia das grandes cidades brasileiras, aconteça de uma maneira muito mais desumana. Obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Eu agradeço a V. Ex^a e, como Vice-Presidente da subcomissão permanente, eu vou chamar atenção da nossa subcomissão para avaliarmos o que V. Ex^a fala, porque, realmente, eu concordo com V. Ex^a.

Talvez essa questão do campo chame muito mais a atenção pela concentração, pela distância das grandes cidades em que estão essas pessoas. Mas aqui, nas grandes metrópoles, na periferia das grandes cidades, nós temos, sim – concordo com V. Ex^a –, por haver situações individuais. Vamos dizer, uma casa ter duas, três pessoas que são submetidas a isso não

chama tanto a atenção como o aglomerado nos campos. Mas se nós formos somar todas essas pessoas, é muito mais do que no campo mesmo.

Eu agradeço seu chamamento de atenção e quero aqui registrar como muito importante.

Mas, Sr. Presidente, eu quero encerrar, para cumprir rigorosamente o Regimento desta Casa, que é importante – estou nos meus 46 segundos finais –, e dizer a V. Ex^a que a nossa subcomissão, a de combate ao trabalho escravo, tem um grande Presidente, que é o Senador José Nery, do PSOL, atuante, e eu fui convidado pelo Senador José Nery para compor a chapa como Vice-Presidente, e aceitei, fomos eleitos por unanimidade. Aqui, eu quero fazer o registro da seriedade com que vamos atuar e pedir a V. Ex^a que seja publicado na íntegra o discurso que eu iria complementar.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAPALÉO PAES

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na escola, as crianças brasileiras aprendem que, durante muito tempo, existiu escravidão em nosso País. Aprendem também que essa vergonhosa instituição foi abolida no dia 13 de maio de 1888, por um Decreto votado pela Assembléia e sancionado pela Princesa Isabel. Aprendem que a Lei se tornou conhecida pelo nome de Áurea e que a Princesa foi cognominada Redentora.

Todos nós fomos crianças e passamos, na escola, por este rito da nacionalidade, que é ver, nos livros didáticos as imagens chocantes de negros sendo chicoteados, acorrentados ou presos ao pelourinho. Ah, a indignação que sentíamos, todos, em nossos pequenos corações de criança! Tenho, de fato, muito viva na memória a forte impressão que me causaram as figuras dos livros escolares sobre a escravidão, e como dava graças a Deus por viver em época mais humana, em que os homens são todos livres.

Infelizmente, a realidade dos tempos presentes é outra. A escravidão acabou somente no papel. Casos de condições de trabalho próximas da escravidão no Brasil são descobertos com frequência.

O trabalho escravo no Brasil contemporâneo é resultado da crônica falta de soluções para nossos problemas sociais e morais mais graves: a enorme desigualdade social e a escandalosa impunidade dos criminosos. Milhões de brasileiros pobres ou miseráveis, em sua busca por trabalho digno, são particularmente vulneráveis às promessas fraudulentas dos “gatos”, como são chamados, no campo, os agenciadores de mão-de-obra não qualificada. De ordinário,

são motoristas de paus-de-arara que vão às regiões socialmente mais desassistidas, distantes das áreas de demanda de trabalhadores, oferecendo emprego e vantagens mirabolantes.

Conquistado um número suficiente de vítimas, esses “gatos” as transportam às áreas de fronteira agrícola, onde empregadores gananciosos exploram essa mão-de-obra em regime análogo ao da escravidão, como o sistema de “barracão”, que é a maneira de manter os trabalhadores rurais endividados junto ao fazendeiro, a partir mesmo do custo de seu transporte até a propriedade. Em seguida, eles precisam adquirir no armazém da fazenda (o “barracão”), os instrumentos de trabalho, a roupa e os mantimentos, cujo custo é debitado pelo patrão em uma conta individual, crescente e impossível de saldar, dado o valor miserável dos salários e os preços “salgados” dos artigos.

Os Estados campeões da prática são Pará, Maranhão e Mato Grosso, especialmente na fronteira agrícola. As vítimas são trabalhadores adultos e idosos, jovens, mulheres, crianças, adolescentes.

Para apurar as denúncias de trabalho escravo, o Governo Federal criou, em 1995, o Grupo Móvel de Fiscalização, constituído por voluntários de certas carreiras de Estado como fiscais do trabalho, policiais federais, procuradores, fiscais do Ibama e outras. Trabalhando contra o poder dos senhores “barraqueiros”, por vezes sob ameaça a suas vidas, esses voluntários buscam libertar os trabalhadores e pagar-lhes o que lhes foi sonogado, pressionando o patrão a pagar na hora. Expedem também as carteiras de trabalho – para muitos, o primeiro documento de identidade. Já são 34 mil os trabalhadores livrados da escravidão pelo Grupo, nestes quase 15 anos de atuação.

Neste Senado, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), acaba de se tornar permanente, tendo o Senador José Nery sido eleito Presidente, e eu, Vice-Presidente. Esse digno representante do Estado do Pará, que há muitos anos milita no combate ao trabalho escravo, tem razão nas palavras que proferiu na abertura dos trabalhos da Comissão: é mesmo incrível que ainda precisemos, neste início do século XXI, de uma subcomissão no Senado para contribuir na erradicação dessa prática ignominiosa.

A importância de nossa contribuição, como Parlamentares, reside na possibilidade de aperfeiçoar a legislação, a fim de dotar o Ministério Público de instrumentos mais ágeis e específicos, que tragam o fim da impunidade.

É preciso, para isso, que também sejamos ágeis: os mais de 40 projetos de lei em tramitação nesta Casa

e na Câmara dos Deputados precisam ser examinados e, caso se mostrem viáveis, aprovados.

Um exemplo triste é o da Proposta de Emenda à Constituição de número 438, de 2001, de autoria do Senador Ademir Andrade, que estabelece a pena de expropriação da gleba onde for constada a exploração de trabalho escravo, revertendo a área ao assentamento dos colonos que ali trabalhem. Aprovada no Senado em 2008, hoje, na Câmara dos Deputados, encontra-se pronta para a entrada em pauta, mas permanece bloqueada pela enxurrada de Medidas Provisórias que o Executivo não para de nos enviar.

O combate ao trabalho escravo é um dever do Estado e de toda a sociedade civil. Entidades como as igrejas – a Pastoral da Terra da Igreja Católica é uma das mais ativas –, as ONGs, as entidades internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as Assembléias Estaduais precisam se associar nesta causa.

Na condição de Vice-Presidente da Subcomissão e de representante da região onde são registrados mais casos de trabalho escravo, espero contribuir decisivamente para a sua erradicação. Estamos, todos nós, membros da nova Subcomissão Permanente, comprometidos a realizar palestras, encontros, seminários e audiências públicas para aumentar o nosso conhecimento sobre o assunto e ampliar a consciência pública a respeito dessa mancha em nossa civilização.

Esta é uma promessa que assumimos, frente a nossos Pares, à Nação e à História. Pessoalmente, espero que as crianças de um futuro próximo possam estudar a escravidão como coisa do passado, como página finamente virada da vida nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Papaléo Paes. V. Ex^a terá seu discurso acatado pela Mesa.

Com a palavra o Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – O Senador Mão Santa vai lhe dizer que são cinco mais dois minutos a que tenho direito.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI. *Fora do microfone.*) – Não. V. Ex^a merece é dez.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Está certo.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para comentar um assunto de extrema importância que foi debatido hoje na Comissão de Assuntos Econômicos. É um projeto de lei de minha autoria que foi aprovado não como apresentei, Senador Papaléo, porque chegou lá, deu uma confusão danada, o Governo pediu vista, não queria deixar aprovar e, de-

pois, entramos em acordo. E não ficou bom o projeto, porque o que eu estava propondo interessa a todos os Estados brasileiros.

O que eu estava propondo?

Que as universidades estaduais possam contar com recursos no Orçamento da União para financiar parte do custeio das universidades estaduais. E as justificativas são várias.

Primeiro, está na Constituição que é obrigação do Governo Federal o ensino público superior. É obrigação do Governo Federal o ensino público superior, portanto, é constitucional.

Segundo, dando o exemplo do meu Estado, são seis universidades estaduais que estão lá instaladas. A primeira universidade estadual, ou as duas primeiras, Londrina e Maringá, foram criadas pelo então Governador Paulo Pimentel no início da década de 60, uma das maiores obras que um governador deixou no Estado: as universidades.

Depois vieram mais quatro, formando muita gente, ajudando no desenvolvimento do Estado do Paraná e do Brasil.

O Senador Alvaro Dias, que faz parte do Senado hoje, estabeleceu a gratuidade do ensino quando Governador. Então, no Paraná, as universidades estaduais não cobram mensalidade. Pois bem, o curso de Medicina, que o Senador Papaléo teve a oportunidade de fazer, é de graça nas universidades estaduais. Acontece que 50% dos estudantes que estão estudando lá no Paraná são de outros Estados, não são do Paraná. Agora, com que recursos é mantida a universidade pública no Paraná, a universidade estadual ou as universidades estaduais? Com recursos estaduais. O cidadão paranaense paga imposto, as universidades estaduais colocam à disposição vagas de dezenas de cursos de graduação e de pós-graduação, mas esses cursos são feitos por paranaenses e por alunos de todo o País. Não me parece justo, portanto, que essa conta seja paga apenas pelos paranaenses. É preciso dividi-la com o País.

E como seria essa divisão? Já que a União detém 63% dos recursos tributários arrecadados no País, que coloque no seu Orçamento uma parte desse dinheiro para ajudar no custeio das universidades estaduais.

Alguns Estados brasileiros foram privilegiados com a criação de várias universidades federais.

O meu Estado não. Só a centenária Universidade Federal do Paraná, lá de Curitiba, que inclusive é a responsável pelo fato de termos lá a Cidade Universitária, como é chamada Curitiba. Importantíssima Universidade, com o Hospital de Clínicas, para onde vão pessoas do Brasil inteiro se tratar, ser atendidas por profissionais de diferentes especialidades, dos quais

se exige muito conhecimento, atendimento em que se emprega muito equipamento. O Hospital de Clínicas está lá à disposição.

As universidades estaduais cumprem um papel importantíssimo no desenvolvimento regional, no desenvolvimento estadual e do País, e o Estado despense cerca de R\$600 milhões por ano para dar sustentação a esse instrumento importante de conhecimento, de formação de pessoal e de realização de sonhos –hoje o grande sonho é o filho fazer um curso superior, se formar, pegar o diploma, ter essa ferramenta de trabalho garantida. Só que, para isso, ele precisa do ensino gratuito, e é numa universidade pública que ele vai encontrar isso, numa federal ou numa estadual.

A pergunta é, Senador Mão Santa: não é mais inteligente o Governo Federal, em vez de criar universidades federais novas em todo o País, associar-se aos Estados para ampliar as universidades estaduais já existentes, colocar *campi* dessas universidades no interior para democratizar o ingresso no ensino público? Por que o Governo não faz uma análise financeira, técnica, para ver se fazer isso não é mais barato, não custa menos dinheiro público? É menos dispendioso pegar dinheiro federal e colocar nas universidades estaduais, que já têm estrutura, que já têm corpo técnico, que já têm professores, já têm a comunidade acadêmica organizada, laboratórios, hospitais; é menos dispendioso fazer a ampliação dessas estruturas e exigir, cobrar a ampliação de vagas das universidades estaduais. É isso o que está propondo o meu projeto.

A Líder do Governo no Congresso, a Senadora Ideli, ficou muito brava com o meu projeto, ela pediu vista dele. Nós nos desentendemos em função de o meu ponto de vista ser diferente do dela. Ela tem todo o direito de pedir vista, mas eu quero ver esse projeto caminhando, Senador Mão Santa, saindo da Comissão de Assuntos Econômicos e indo para a Comissão de Educação, onde tem caráter terminativo. Não quero que a base do Governo, da qual o PDT faz parte inclusive, lance mão do artifício de, chegando esse projeto aqui no plenário do Senado, colocar uma emenda ou pedir vista à Comissão de Justiça. Nós não podemos ficar com um projeto importante como esse tramitando aqui por cinco, dez anos. Aliás, o Senador Camata me disse lá hoje: “Olha, o projeto de cooperativismo de crédito, aprovado, tem nove anos”. Meu Deus do céu, será que vou ter de esperar nove anos para aprovar um projeto de tamanha importância para todos os estados brasileiros?

Senador Mão Santa, muito se reclama, e com razão, das medidas provisórias. Mas eu falo com toda convicção: o que se faz hoje nas comissões técnicas do Senado Federal é, sem dúvida nenhuma, uma es-

tratégia de não permitir que projetos apresentados por parlamentares sejam aprovados. Parece que o Governo não gosta de ver projetos de parlamentares aprovados. Quando vê um projeto bom, vai lá e copia. Se não copia, não deixa passar para, mais na frente, fazer uma medida provisória igual. Ou a gente reage aqui ou não adianta reclamar da tribuna.

Hoje eu protestei. A Comissão me ajudou, e nós arrancamos, no voto, a aprovação do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. Não foi do jeito que eu queria, porque eu queria determinar que, no Orçamento da União, houvesse recursos para atender as universidades estaduais. O que ficou foi um projeto autorizativo, e a gente sabe que projeto autorizativo é só mais um projeto. Se aprovado, vai ser só mais uma lei que vai ficar aí para não ser cumprida; o Governo tem autorização para fazer, mas faz se quiser. Agora, se for impositivo, se for imperativo que ele faça, aí é diferente.

Eu hoje cumpri uma parte apenas de uma missão que eu tinha em relação às universidades estaduais do Paraná. Se nós garantirmos recursos para essas universidades, melhorarão a qualidade de ensino e a remuneração dos professores.

E quero dizer, a propósito, que eu não usei, em nenhum momento, de demagogia para dizer “coitados dos professores”, como disse lá a Senadora Ideli. Não. Colocar palavras na minha boca, não. Eu não usei de demagogia porque não sou demagogo, não faço isso. O que eu disse é que será possível mais qualidade de ensino nas universidades públicas brasileiras e remuneração mais justa para os professores, porque, se alguém disser que os professores neste País recebem uma remuneração justa, não estará falando a verdade.

A minha filha é professora, eu sei do salário que ela recebe. Eu sei o quanto ela estuda para ir lá na faculdade dar aula. A minha filha, a Rebeca, sabe do que estou falando, assim como milhares de professores espalhados pelo País. Então, eu não preciso que ninguém me diga que está ruim a remuneração dos professores, porque tenho exemplo em casa. Agora, meu Deus do céu, se eu não puder dizer isso para não ser acusado de ser demagogo... Falar a verdade é ser demagogo? Não, em cima de mim, não.

O projeto foi apresentado porque, quando disputei o governo do Paraná em 2006, eu vi que o dispêndio é muito alto: o Paraná gasta R\$600 milhões para bancar as universidades estaduais. É um dinheiro jogado fora? De jeito nenhum! É um investimento muito importante para formar pessoas. Só que está escrito, no Plano Nacional de Educação, que 30% dos jovens entre 14 e 24 anos estarão na universidade pública

dentro de dez anos. E sabem quantos há hoje, Senador Mão Santa, Presidente desta sessão? Nove vírgula oito, menos de 10%. Quando é que vamos chegar aos 30% estabelecidos no Plano Nacional de Educação? Vai demorar muito tempo se não tomarmos medidas como essa que estou propondo.

Ela não é uma medida impossível. Quando o Governo cria uma universidade, ele tem de construir um prédio novo, ele tem de contratar os professores que serão colocados nessa universidade, os laboratórios, os equipamentos. E as universidades estaduais já têm, praticamente, no conjunto, essas estruturas. Basta que elas sejam utilizadas para que, com a obrigação de abrir mais vagas e mais cursos, recebam recursos em troca disso.

Todo mundo vai ganhar. Ganha o Governo Federal, que cumpre, daí, aquilo que prometeu: abrir mais vagas no ensino público superior. Ganha a população brasileira, porque nós vamos caminhar, passo a passo, para atingir os 30% que estão colocados no Plano Nacional de Educação. Ganha a universidade estadual, que hoje, em alguns Estados... E houve lá um depoimento do Senador Delcídio: a Universidade do Mato Grosso do Sul está fechando cursos porque não consegue, com o orçamento do Estado, mantê-los funcionando. Ganha a sociedade brasileira, porque nós estamos, sim, na era do conhecimento. Mas, para que isso se torne uma prática no País, o Governo tem que abrir mão dos recursos que estão centralizados, tem que descentralizar esse dinheiro para colocar nos Estados, e, colocando nos Estados, exigir que eles sejam destinados para a ciência, para a tecnologia, para as universidades estaduais.

Não dá mais, Sr. Presidente, para continuar falando que estamos cumprindo a nossa obrigação e colocando estatísticas, principalmente nos programas eleitorais, onde se faz muita promessa e se colocam estatísticas do passado, dizendo que hoje está melhor. Não está. Nós não temos 10% dos nossos jovens nas universidades, e, se nós queremos resolver problemas sociais imensos que ocorrem, especialmente nessa idade... E não adianta falar: “Mas agora vai falar que os jovens estão enveredando para o crime?” Não estou dizendo isso. O que estou dizendo é que os índices de criminalidade, de uso de drogas crescem cada vez mais nessa faixa de idade. E não há instrumento mais poderoso para se combater isso que não seja pela escola, pelo emprego, pelo estágio, pela ocupação sadia desses jovens, que poderão realizar o sonho de suas famílias de ter o diploma de curso superior numa escola pública, se nós aprovarmos leis aqui que sejam cumpridas pelos governos. Não por este Governo, que está no fim.

A Senadora Ideli tem o direito de defender o Governo, porque ela é Líder aqui, mas nós temos que pensar no futuro do País. E o futuro do País exige medidas ousadas e corajosas – e essa é uma delas –, para que a gente tenha mais recursos nas universidades públicas estaduais, porque elas podem abrir mais vagas, oferecer mais qualidade de ensino, ajudar a formar uma população, ajudar a multiplicar o conhecimento pelo País afora, e, o que é mais importante, democratizar o ensino superior, dando oportunidade para quem não pode pagar uma escola privada.

Esse é o meu projeto, isso é o que eu penso, Sr. Presidente, e sei que vou contar com a ajuda de V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. João Pedro deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a é uma inteligência privilegiada. Daí eu ter dado mais dez minutos. E todos nós sabemos que ninguém aqui o excede em assuntos ligados ao campo, à agricultura e à produção. Mas V. Ex^a fala sobre a educação.

Atentai bem aqui, focalize aqui, jornal do Piauí. O Governo do PT – atentai bem – está alugando: “Faculdade particular funciona dentro de prédio da Uespi.”

Isso é o que V. Ex^a... Daí a Ideli, porque eles estão perdidos no PT... Lá no Piauí eu fui Governador, e não tinha Presidente ao meu lado – ele era do PSDB, eu, do PMDB – e mantive 400 cursos funcionando, 36 *campi*, 60 mil brasileiros iam fazer vestibular. Hoje, estão alugando para as faculdades privadas.

Então, o projeto de V. Ex^a vem em boa hora, e o Piauí está precisando que se aprove logo.

Muito obrigado.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, como Senador inscrito para o expediente de hoje, o ilustre Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Vereadores que presentes à sessão, quero, Senador Marconi Perillo, registrar nesta tarde, a minha preocupação em relação a uma decisão que será tomada amanhã no Supremo Tribunal Federal – pelo menos está na pauta do Supremo Tribunal Federal –, que diz respeito ao reconhecimento do diploma de jornalista.

Veja a magnitude dessa decisão do Supremo Tribunal Federal. Está no Supremo, Senador Jarbas Vasconcelos, para que seja tomada essa decisão que diz respeito ao diploma de jornalista.

Eu, sinceramente, espero que o Supremo possa votar essa matéria reconhecendo a profissão, porque está em jogo uma profissão importante para um Estado democrático de direito, que é a profissão de jornalismo.

Eu estou preocupado com essa decisão porque sei do número de escolas espalhadas pelo Brasil formando profissionais. E fico imaginando um país como o nosso, onde o rádio, a televisão, o jornal jogam um papel fundamental na vida de todos os brasileiros, num país que tem papel estratégico na América Latina, um país com uma população de 185, 190 milhões brasileiros, sem que haja uma exigência, um cuidado com a formação desses profissionais que têm uma responsabilidade imensa em tratar a notícia, em tratar os fatos, em levar e trazer informações da maior importância para todos os brasileiros.

Pois está, Senador Eurípedes, na pauta do dia de amanhã no Supremo Tribunal Federal. Acompanhando a manifestação de alguns membros da nossa Corte, aí é que ficamos mais preocupados, porque há uma corrente – e aí não falo do Supremo, mas na vida nacional – de que não é preciso o diploma de jornalista, Presidente Marconi Perillo. A quem interessa ter um profissional trabalhando numa televisão, num jornal, numa rádio, sem diploma? A quem interessa mesmo? Uma pauta tão relevante para um Estado como o Brasil.

A preocupação que quero externar aqui, nesta sessão, é porque alguns membros do Supremo já manifestaram posicionamento relaxando, abrindo esse precedente que considero um retrocesso no Brasil. Será um retrocesso no Brasil se o Supremo não reconhecer o diploma desses profissionais, o esforço das escolas, principalmente o esforço das escolas que querem formar profissionais competentes, com um padrão ético. Porque tratar a fotografia, tratar o fato, tratar a notícia, isso não pode ser feito de qualquer jeito. Não cabe meio jornalista, meio profissional. Não cabe jeitinho. É por isso que trago o assunto a esta Casa. E quero externar a minha preocupação e dizer que, na minha opinião, é um retrocesso não reconhecer a profissão do jornalismo. É mais do que um passo atrás, na hora em que a sociedade brasileira exige participação, cobra das instituições, cobra um papel das instituições públicas, compromisso com a coisa pública, o nosso Supremo decidir pelo retrocesso, dar um passo atrás.

Eu quero dizer que tenho aqui a manifestação da Fenaj, a preocupação da Federação. E quero me congratular com a preocupação da Sr^a Beth Costa, da

Federação Nacional dos Jornalistas. Eu quero dizer que a minha voz vai no sentido de cobrar do Supremo Tribunal Federal um posicionamento para que o curso de Jornalismo no Brasil tenha um padrão que possa orgulhar todos os brasileiros.

Eu não imagino que os setores empresariais queiram trabalhar com alguém que não passa pelos laboratórios, pela escola de formação, pelo cumprimento de obrigações acadêmicas. Eu estranho o comportamento de setores empresariais que contratam meios profissionais.

Quero, Sr. Presidente, encerrando aqui este registro, associar-me à Federação dos Jornalistas, ao Sindicato dos Jornalistas e aos profissionais que dedicam anos e anos de estudo e de exercício da profissão. Essa é uma profissão que não é simples, principalmente para os profissionais que cobrem momentos dramáticos da vida mundial, da vida do nosso País; profissionais que trabalham com limites, cobrindo conflitos, guerras, o dia a dia do Senado, da Câmara, da vida do brasileiro, sem um diploma.

Eu quero dizer aqui, nessas palavras rápidas, da minha preocupação como Senador da República, como um cidadão que vive no Brasil. E, como eu, milhões e milhões de brasileiros não vivem sem a notícia. Eu sou como milhões e milhões de brasileiros e brasileiras que, a toda hora, têm de ter acesso à notícia. E a notícia não pode ser uma notícia sem um padrão ético, sem um padrão profissional, sem um padrão de compromisso com a verdade, com o lícito.

Por isso, Senador Jarbas Vasconcelos, a minha preocupação com essa pauta no Supremo Tribunal Federal. Eu espero que amanhã essa profissão seja reconhecida pela nossa Justiça. Não cabe no Brasil um meio profissional trabalhando com notícia, com jornal, com telejornal, com rádio.

Então, Sr. Presidente, ao lado da Federação dos Trabalhadores, a quem presto a minha solidariedade, porque a Fenaj faz a defesa da profissão, eu espero que os nossos juízes, que a nossa Suprema Corte possa votar com um padrão que possa orgulhar os jornalistas e a cidadania no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Desce da tribuna um amazonense e convido outro amazonense, Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, para usar da tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está anunciado que, conforme seria de se esperar de um homem público do quilate de um ex-Presidente da República, o Senador José Sarney comparecerá à tribuna da Casa para prestar contas à

Nação e aos seus Pares acerca de tantos fatos deletérios para a imagem da Casa que ele preside, o Senado Federal e o Congresso Nacional.

O PSDB tem a decisão muito firme, muito clara de não abrir mão de ir até o mais fundo nas investigações que provarão as culpas eventuais ou resgatarão as inocências provadas. O PSDB tem a definição de defender a instituição e a determinação de não se misturar com os que praticaram ao longo de 15 anos os malfeitos que, sem dúvida alguma, denegriram a imagem de um dos pilares da democracia brasileira, que é o Senado Federal, perante a opinião pública. Vamos aguardar o pronunciamento de S. Ex^a, o Presidente José Sarney, reservando-nos o direito de, eventualmente, comentá-lo, fazer sugestões. Mas algumas coisas esperamos de S. Ex^a: que seja absolutamente firme, que seja Presidente, que dê nome aos bois, que declare a anulação dos atos secretos, que diga com nitidez que realmente é capaz ainda de renovar os costumes praticados nesta Casa e é capaz ainda de exercer a autoridade que levaria à renovação dos quadros dirigentes desta mesma Casa do Senado Federal.

A Nação aguarda o pronunciamento de S. Ex^a, e o PSDB também.

Temos tido notícias, Sr. Presidente, absolutamente constrangedoras.

O Senador Sérgio Guerra me disse, e algo aconteceu parecido com o Senador Tasso Jereissati, que passaram por funcionários – o Senador Tasso Jereissati se encaminhava para a inquirição ao ex-Diretor Agaciel Maia – e teria havido um gesto de alguns servidores da Casa, que se imaginam fiéis ao ex-Diretor, como se se tratasse de um partido político, que teriam virado de costas para o Senador. Isso é literalmente o fim da linha! Isso é literalmente o fim da linha! Se eu perceber que eu estou passando por um corredor desta Casa, Senador Jarbas Vasconcelos, e um funcionário se vira de costas para não falar comigo, esse funcionário vai ser suspenso imediatamente. Vou pegá-lo pelo braço e vou exigir que seja suspenso imediatamente. Não vou permitir uma inversão hierárquica que desmoralize ainda mais esta Casa.

Nós, portanto, sabemos dos interesses que estão enquistados aqui. Sabemos dos privilégios, sabemos das ilicitudes, sabemos dos interesses enraizados, dos privilégios enraizados. Sabemos como é difícil mudar. Desta tribuna, eu adverti à Senadora Marisa Serrano, ao Senador Sarney, que estava sentado na cadeira que lhe honra, essa segunda cadeira na primeira fila, as razões pelas quais eu não votava em S. Ex^a. E eu que não sabia metade da missa da qual sei apenas um pouco, disse: “Presidente Sarney, não voto em V. Ex^a, sem nenhum desapeço pessoal, até V. Ex^a me mere-

ce todo apreço pessoal, porque V. Ex^a não vai mudar o que está aí no Senado.” V. Ex^a se lembra muito bem do que eu disse. “V. Ex^a não vai mudar, por exemplo, o Sr. Agaciel Maia da Direção-Geral da Casa. Por isso, resolvi votar no outro candidato, o Senador Tião Viana, que assumiu o compromisso com os dez pontos que o PSDB a ele apresentou.”

Eu não imaginava que iria tão longe esta crise. Chego a dizer, Senador Jarbas Vasconcelos, que nem sei, Senador Marconi Perillo, se o Senador Tião Viana tivesse vencido a eleição, nem sei se a mudança seria tão forte, tão expressiva, tão radical quanto ela será, inevitavelmente, depois da posse do Senador José Sarney, porque há um processo irreversível que só vai acabar quando o Senado for outro. Talvez o Senador Tião Viana trocasse o Agaciel e colocasse outro, e aí viria uma queixa de um e o pedido não sei de quem, e nós ficaríamos naquela água meio parada, enfim, e o Senado não se alteraria tão profundamente.

Se eu posso fazer uma análise sociológica do momento que vivemos, talvez este seja o grande momento, a grande oportunidade para o Senado renovar os seus costumes e tornar-se uma instituição modelo a partir da crise aguda que se instalou imediatamente após a posse do Presidente José Sarney. A crise aguda que se instalou.

O Senador João Tenório foi vítima hoje de uma felonía. Fazendo alusão ao Senador Teotônio Vilela, alguém vazou, entre os tantos criminosos que vazam notícia nesta Casa – e criminoso é para ser demitido; não é para ser coisa alguma na Casa –, que o Senador João Tenório teria demitido alguém que teria sido preso numa investigação da Polícia Federal; alguém que teria trabalhado na assessoria do atual Governador e ex-Senador Teotônio Vilela teria sido preso e teria sido demitido do Gabinete do Senador João Tenório por via de um boletim secreto. O Senador João Tenório tem a prova de que não há nada de secreto, que foi boletim aberto, sim, muito claro, e a pedido do Senador João Tenório; a mesma pessoa que hoje não mais trabalha com o Governador Teotônio Vilela.

O Senador João Tenório tem a prova disso.

Pergunto: quem vazou mais essa notícia? É o mesmo grupo, a mesma laia de gente que tem intimidado tantos Senadores. É a mesma laia de gente que tem sido responsável por uma sessão vazia em que se vai inquirir o Sr. Agaciel Maia, que tem todas as razões de achar que é uma pessoa muito poderosa. O Sr. Agaciel Maia tem todas as razões, Presidente José Sarney, de achar que é uma pessoa poderosa, porque ele consegue meter medo em Senadores. Ele consegue com que uma inquirição dele não seja transmitida pela **TV Senado**, quando as transmissões da **TV Se-**

nado são para tudo, até para abertura de *vernissage* de escultor aqui. A forma como é tratado.

Não sei se V. Ex^a sabe, mas viraram de costas para colegas nossos que iam à sessão de inquirição ao Senador... Ao Senador? Até eu já estou me curvando ao Sr. Agaciel Maia. Ao Sr. Agaciel Maia, enfim. Eu já disse claro que, se passo por um funcionário desta Casa, e ele se vira de costas para mim, vou pegá-lo pelo braço e arrancar uma suspensão para ele na hora, porque nenhum funcionário desta Casa vira de costas para o Senador que sou. Nenhum. Eu não aturaria uma desmoralização dessa, eu não aturaria que a Casa passasse por isso mais.

Por isso, Senador Sarney, é que digo a V. Ex^a que estou aqui ansioso por ouvir de V. Ex^a as palavras do homem que conduziu o Brasil das trevas da ditadura à democracia numa transição democrática que, a meu ver, coloca seu nome sob um aspecto muito bom na história brasileira. Estou aqui para ouvi-lo, eventualmente comentar, eventualmente criticar e eventualmente aplaudir. Mas, acima de qualquer apreço pessoal, tenho apreço pela instituição que é aquela à qual V. Ex^a serve já há 30 e tantos anos e eu já sirvo há quase sete anos. Tenho apreço pela instituição.

Eu quero que a instituição saia bem deste episódio; eu quero que a instituição saia de cabeça erguida deste episódio; eu quero que a instituição saia acima de qualquer um de nós.

Se alguém me convencer de que eu faço mal a esta instituição, eu saio da instituição agora. Eu não quero permanecer numa instituição à qual eu porventura faça mal. Eu quero que do discurso de V. Ex^a saia o Senado que vire uma instituição modelo para o País, uma instituição enxuta, honrada, em que não caiba mais a direção nem por Parlamentares que porventura se mostrem escusos, nem por diretores que sejam claramente escusos, Parlamentares que tenham aquela cabeça de *capo di tutti i capi*, porque isso aqui não pode ser confundido com Máfia, nem com Camorra, nem com nada ilegal.

O Senado tem que voltar à luz do dia, as janelas têm que se abrir, o ar puro da decência tem que voltar a imperar, as chantagens têm que acabar. O Senador chantageado hoje foi o Senador João Tenório. Nós temos que acabar com tudo isso.

Eu começo dizendo a V. Ex^a que é com expectativa positiva, com reverência, com respeito que vou me sentar para ouvir o seu pronunciamento, eventualmente comentá-lo; mas com muita expectativa. Eu tenho certeza de que será um pronunciamento presidencial, de um Presidente que vai, neste momento, dizer que a Casa tem rumo, que a Casa não vai virar uma mazorca, porque há quem não se conforme que a Casa vire

uma mazorca; o meu Partido não se conforma que a Casa vire uma mazorca e eu não me conformo que a Casa vire uma mazorca.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Exm^o Sr. Presidente desta Casa, Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recorro à história para iniciar minhas palavras nesta tarde.

O Visconde do Rio Branco, quando, no Senado Federal, veio defender-se das críticas que lhe faziam sobre a questão do Prata, disse: “*Defender-se não é fraqueza*”.

Joaquim Nabuco também, quando ele foi defender o Ministério João Alfredo, da abolição, dos chamados “Negócios Loyos” (está no seu livro *Discursos Parlamentares*), também teve a mesma expressão.

Há um mês ou mais de um mês, eu estive nas faculdades FMU, em São Paulo, com mais de três mil estudantes, falando sobre o Senado, sobre o que representava o Senado, a história do Senado, desde o seu nome, os tempos antigos, até o Senado brasileiro, este Senado que tem uma importância extraordinária na história do Brasil.

Não é a primeira vez que digo isso aqui, vou repetir: A instituição é maior do que todos nós somados.

Nós a recebemos assim e temos de transmiti-la da mesma maneira. Todos nós aqui somos transitórios.

Também nos 150 anos do Congresso brasileiro, fui convidado para fazer uma conferência no Clube dos Advogados do Brasil que depois transformei em um ensaio sobre as instituições parlamentares do Brasil. A conclusão maior que tenho é que a diferença que há entre a América espanhola e América portuguesa (e quem fala em América portuguesa fala no Brasil) é que a América espanhola foi feita pelas armas, e aqui no Brasil o Poder civil foi que construiu o País, e construiu dentro do Parlamento brasileiro, dentro da Câmara e do Senado. Tenho dito isto aqui, já disse uma vez e vou repetir: nós discutíamos, no princípio, sobre liberdades quando tínhamos um rei absoluto; discutíamos sobre justiça quando não tínhamos magistratura; falávamos sobre universidade quando não tínhamos nem escola para aprender a ler.

Portanto, as nossas responsabilidades, a minha visão histórica desta Casa ninguém vai me cobrar porque eu, ao longo da vida, não tenho feito outra coisa senão louvar a instituição legislativa. E a ela tenho prestado serviços: são 55 anos, 60 de vida pública e 46 dentro do Parlamento.

Não seria agora, na minha idade, que eu iria praticar qualquer ato menor que nunca pratiquei na minha vida.

Eu aqui no Senado assisti, durante esses anos todos, a muitos escândalos, muitos momentos de crise. Mas, em nenhum momento, meu nome esteve envolvido em qualquer dessas coisas de comissões aqui dentro desta Casa. Então é com esta responsabilidade de quem nunca teve seu nome associado a qualquer das coisas que são faladas aqui dentro do Congresso Nacional, ao longo do tempo, porque isso é uma crise mundial. O que se fala aqui no Brasil sobre o Congresso fala-se na Espanha, fala-se na Inglaterra, fala-se na Argentina, fala-se em todos os lugares. A crise do Senado não é minha; a crise é do Senado. E é esta Instituição que devemos preservar, tanto eu quanto qualquer um aqui. Ninguém tem mais interesse nisso do que eu, até porque aceitei ser Presidente da Casa.

Estou aqui há quatro meses como Presidente da Casa. O que praticamos – está aqui o vice-Presidente da Mesa – é, só e exclusivamente, buscar corrigir erros, buscar tomar providências necessárias ao resgate do conceito da Casa. Isso evidentemente não se pode fazer do dia para noite, nem é do meu estilo que se o faça soltando fogos de artifícios, mesmo porque nunca fiz minha carreira política às custas da honra de ninguém, nem às custas da honra da Instituição a que pertencço. Acho que nós devemos todos, é o Senado, a crise é do Senado, não é minha.

Eu aqui com a Mesa não fiz outra coisa senão, nesses dias todos, nesses quatro meses me dedicar a essa tarefa. Não devo dizer contudo que pude me dedicar totalmente. Atravessei um problema (que todos aqui como pais sabem) nesses meses todos e agora, que graças a Deus libertei-me dele, Deus também está me exigindo a penitência dessas coisas que eu tenho que falar. Mas muito maior foi a sua graça com a recuperação que ele me deu da melhor coisa que eu fiz na minha vida.

Nesses quatro meses, o primeiro problema que surgiu foi do Diretor Geral. Os jornais publicaram que o Sr. Agaciel Maia tinha uma casa não declarada no Imposto de Renda. Qual foi a primeira providência imediata? Como todos nós somos obrigados por lei a mandar anualmente as nossas declarações ao Tribunal de Contas, eu determinei que o Tribunal de Contas examinasse esse fato. Em seguida, com a repercussão que tive na imprensa, eu disse ao Dr. Agaciel que o melhor seria ele sair da diretoria do Senado, e aceitei a sua demissão.

Depois vem a notícia de que o Diretor de Recursos Humanos estava envolvido numas firmas que agenciavam taxas de juros nesta Casa. Antes que eu soubesse

disso, a minha segunda providência aqui como Presidente, já no terceiro ou quarto dia, foi determinar a todos os bancos desta Casa que só fizessem consignação a 1,6%, que era a taxa da Caixa Econômica, embora houvesse bancos que cobravam 4,3%, extorquindo os funcionários da Casa, os mais pobres sobretudo, que, sem ter condições, deles se socorriam.

Em seguida, com o surgimento da existência de firmas feitas pelo Diretor para agenciar empréstimos consignados – e devo dizer que não identificaria antes desta crise o Dr. Zoghbi, a quem só vira de passagem, porque nunca ele esteve comigo em qualquer audiência ao longo do tempo em que estou aqui –, qual foi a minha providência? Abrir inquérito pela Polícia do Senado porque se tratava de um crime. Não era um assunto administrativo, era um assunto criminal.

À Polícia da nossa Casa, que disseram que não ia fazer nada, foi recomendado que agisse no maior rigor, e o resultado foi que indiciou, terminou o inquérito num prazo rápido (muitos se arrastam) e indiciou quatro pessoas: o Diretor de Recursos Humanos, a senhora e mais duas outras pessoas e encaminhou ao Ministério Público, onde está o inquérito mandado pelo Senado.

Assim, nada que tivesse sido feito, e de que eu tivesse conhecimento, deixei de fazer. Aqui está o Senador Romeu Tuma, foi Chefe da Polícia Federal quando eu fui Presidente. Não havia uma denúncia que eu não encaminhasse a ele para abrir inquérito na Polícia Federal. Lia nos jornais, mandava um memorando, muitos deles estão guardados lá nos meus arquivos (mais de quatro mil); não eram divulgados, mas ele os recebia. E quando saí, estava lá a quantidade dos inquéritos feitos, quaisquer que fossem, sobre as denúncias que eu lia nos jornais.

Quais eram os problemas que existiam aqui pensando sobre o Senado? Problema das passagens. Nós nos reunimos com a Mesa, com o 1º Secretário e regulamentamos esse problema. De tal modo que estabelecemos normas, normas que não podiam deixar de ser assim, e a partir de agora seriam feitas à maneira estabelecida. Proibimos, e os senhores todos têm conhecimento das restrições feitas.

Surgiu o problema das horas-extras. O que nós fizemos? Mandamos imediatamente cancelar horas-extras recebidas nas férias. Ao mesmo tempo, eu mandei, porque era competência de cada gabinete, mandei que no meu gabinete fossem elas imediatamente cobradas dos funcionários que as tinham recebido, para devolução.

Verba indenizatória. O que fizemos? Baixamos uma resolução aqui, na Mesa, regulamentando também a verba indenizatória e mandando publicar, na

íntegra, tudo relativo à mesma numa forma de transparência. Aliás, em matéria de transparência, também ninguém pode me cobrar nada no Brasil, porque fui eu quem criei o Siafi, que todo mundo hoje consulta e que não existia. O que existia era a conta de movimento, Dr. Tasso (o senhor se lembra disso), que, no Banco do Brasil, era sem fundo, de tal maneira que o Presidente e o Governo podiam sacar à vontade. Mas nós criamos o Siafi para total transparência, e hoje é, no mundo inteiro, um exemplo.

Quando assumi, também cada repartição pública tinha uma assessoria de informação e segurança, que era responsável por pegar os atos e saber os que deveriam ser divulgados ou não. Mandei extingui-las todas. E aqui, no Senado, estabelecemos (também foi do meu tempo) o projeto Siga Brasil, para acompanhamento das contas públicas. Essas foram providências tomadas por mim a respeito de transparência.

Tomamos também as seguintes providências: regras para instituição do processo administrativo eletrônico com redução de custos de circulação de documentos impressos (já está entrando em vigor); regras relativas à verba mensal de custeio de locomoção aérea (já falei); restrições para impressão de material gráfico; corte no orçamento global do Senado de 10% linear e mais os que estamos fazendo; restrições relativas a treinamentos, seminários, congressos e outros tipos de reuniões que estavam servindo de muitos abusos dentro desta Casa; redução de cotas e limites de gastos referentes ao uso de telefone funcional, de celulares, pelos diretores; extinção da Secretaria de Divulgação e Integração; extinção da Subsecretaria de Treinamento e Logística; extinção da Coordenação de Análise e Notícia da SECS; extinção da função de Diretor-Geral Adjunto; extinção da Diretoria Adjunta do ILB; extinção da Coordenação de Apoio Técnico e Administrativo do ADVOSF; extinção da Subsecretaria de Apoio Técnico do SEEP; extinção da Subsecretaria de Planejamento e Execução de Convênios do Gner e contingenciamento de 40,5% no orçamento do Senado referente a despesas com assistência médica e odontológica – isso significou cerca de trinta milhões – suspensão de empréstimos consignados do Banco Cruzeiro do Sul, a quem eu proibi, diante das denúncias, de operar dentro do Senado; determinação do encerramento de trabalhos de comissão especial; extinção de cinco comissões especiais nºs 167, 334, 2761, 3662 e 1021; dispensa de 55 servidores da qualidade de membros de comissões especiais, que recebiam por isso; dispensa de servidores de membros também de comissões permanentes que recebiam por isso; regras e restrições concernentes a execução e registro de pagamentos extraordinários.

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, não temos feito outra coisa – o Senador Marconi está aí para testemunhar; o Senador Heráclito, que infelizmente não está aí, poderá testemunhar. Sempre fui um Presidente do diálogo. Não tomo providências pessoais. Sempre gosto de discutir, de tomar providências colegiadas. Eu reúno a Mesa e discuto.

O Secretário Heráclito Fortes, que tem feito um grande trabalho, está permanentemente comigo, e foi ele quem chegou e me disse que havia algumas restrições e dúvidas em relação à publicação de atos que, às vezes, estavam ou não na rede. Eu disse a ele para irmos em frente e apurarmos. E essa coisa que está aí, que estão publicando, só apareceu porque nós resolvemos apurá-las. Fomos nós que resolvemos examinar o problema. Se não tivéssemos feito essa determinação, o debate não existiria. Ficava tudo como estava.

Na realidade, devo dizer que a Comissão que designamos para examinar o problema está com o seu trabalho encerrado. Infelizmente, o Senado Heráclito Fortes não está aqui. Por isso, não vamos anunciar as suas conclusões, mas, na 2ª feira, naturalmente ele estará aqui, e iremos publicar o Relatório, que está pronto, no qual se esclarece esse problema que surgiu, a afirmação de que existiam aqui atos secretos.

Eu só conheço um ato secreto, durante o tempo do Presidente Médici, em que ele declarou que iria haver decretos secretos. Eu não sei o que é ato secreto. Aqui, ninguém sabe o que é ato secreto...

O objetivo da Comissão foi verificar as irregularidades da entrada em rede ou não entrada em rede de determinados atos da administração do Senado, mas isso tudo relativo ao passado; nada em relação ao nosso período. Nós não temos nada que ver com isso. E não vou pegar e dizer e chegar – porque eu não tenho, inclusive, conclusões – e chegar ao que foi feito na presidência tal, tal, tal ou tal, até mesmo porque alguns dos colegas nossos estão mortos e seria uma coisa indevida se nós fôssemos jogar suspeição sobre todo mundo que passou, sobre todas as coisas que houve.

O que eu quero dizer é que hoje, hoje, todos os atos estão na rede. Não existe ato nenhum que não esteja na rede. E, ao contrário do que se pode dizer de ato secreto, ninguém pode tomar posse sem levar a sua nomeação publicada. Como dar posse a alguém sem ter a sua nomeação publicada?! Isso não existe. Se alguém fez, vamos punir, vamos descobrir, e é para isso que a nossa comissão foi feita. Mas querer colocar na costa de todos nós (e principalmente eu, que estou dirigindo a Mesa) a responsabilidade pelo que aconteceu, pelo que pode ter acontecido – não sei se aconteceu; nós estamos apurando – é realmente

uma coisa que eu digo que é injusta, para não dizer que vou mais longe.

Ora, Srs. Senadores, quais foram os fatos de que eu estou sendo acusado? Depois de 60 anos de vida pública, porque eu indiquei ao Senador Delcídio Amaral, que está ali, pedindo-lhe que uma sobrinha da minha mulher, que é funcionária do Ministério da Agricultura, fosse requisitada para o gabinete dele. Segundo lugar, que um neto meu foi nomeado para o gabinete do Senador Cafeteira. Está aí ele presente e ele já disse isto: eu não pedi e até mesmo não sabia. E ele mesmo teve a oportunidade de dizer: “Não disse ao Presidente Sarney porque, se tivesse dito, talvez ele não tivesse concordado”.

Então, essa é a minha conduta na vida pública. Então é por isso que eu, depois de ter prestado tantos serviços a este País, depois de passar pela Presidência da República, de enfrentar a transição democrática, como aqui teve oportunidade de dizer o Senador Arthur Virgílio, eu que durante o tempo do regime militar fui o único governador do Brasil que não concordei com o AI-5, que não emprestei solidariedade ao AI-5. Fui o único. No dia 7 de abril de 1964, quando todo mundo vivia um medo extraordinário, e era para viver, está nos Anais da Casa o Deputado José Sarney apartando o Deputado Herbert Levy e eu disse: ‘aqui não se cassa mandato de ninguém se não for dentro das normas, dentro da Casa’; já protestando contra isso. Dia 7 de abril, no alvorecer da revolução, quando as tropas estavam na rua, eu tive a coragem de afirmar desta maneira. Quem foi o Relator da matéria que acabou com o AI-5? Fui eu.

Quem teve coragem no dia em que o Brasil se encontrava em uma encruzilhada de romper com o PDS e caminhar por um rumo em que pudéssemos sair, com o País não tendo traumas, do regime militar? Fui eu.

Então, vê-se agora a pessoa sendo julgada, porque um neto meu...E, por isso, querem me julgar perante a opinião pública deste País? É de certo modo a gente ter uma falta de respeito pelos homens públicos que nós temos. Se temos erros? Eu não devo deixar de ter erros, mas, nesses, eu acho que as acusações constituem extrema injustiça.

Mas eu queria contar ao Senado a história de como surgiu a gráfica do Senado, os boletins. Em 1972, era Presidente da Casa o Senador Auro de Moura Andrade. E nós publicávamos os atos do Senado no **Diário Oficial**. E o que ocorria? Muitas vezes, o **Diário Oficial** atrasava, como ainda hoje tem suplemento – números suplementares – todo mundo conhece isso – que funciona com a mesma data, dois ou três dias depois. E o Senador Auro de Moura Andrade disse: “Não, para

a independência do Congresso, nós devemos ter uma gráfica própria, para publicar o Diário do Congresso, e nós ficarmos libertos, para dar maior independência ao Poder Legislativo”. E, a partir daí, publicava-se tudo no Diário do Congresso.

Mais tarde começou-se a publicação em Boletins de Administração de Pessoal independentes. Veio a transformação da *internet*. A partir de 2001, nós criamos a *intranet* aqui e, em vez de mandarmos publicar nos nossos Boletins, os “BAP”, impressos, nós resolvemos botar os atos oficiais na rede de *intranet* do Senado.

São cerca de 60 mil atos, se não me engano, por cada ano, que transitam na rede, relativos à área administrativa desta Casa. Não vou dizer que, nesses 60 mil, não tenham havido erros. Isto, foi feito a partir de 2001... Eu vejo aí outro dia: “O Dr. Sarney foi quem...” Eu fui Presidente em 1995 e 2003! Não fui eu que mandei transformar os boletins de papel para o boletim na *Intranet*, para que se pudesse colocar para isso.

Quando fui Presidente desta Casa – nas vezes em que fui –, procurei marcar por atos que pudessem transformar e marcar um avanço. Eu quero lembrar que a idéia do Prodasen, quem a levantou fui eu. A comissão que determinou que fosse criado o Prodasen foi composta por mim, Carvalho Pinto, Franco Montoro, Ney Braga. Eu vinha do Maranhão – era Governador –, onde eu tinha levado o primeiro computador do Nordeste. Já disse isso aqui. E quando fui Presidente, busquei sempre modernizar a Casa.

Quero dizer – estou vendo o meu colega Pedro Simon – e já disse isso aqui, estou repetindo hoje, mas fiz justiça a ele. Em 1995, ele tinha uma série de reivindicações a respeito do Plenário. Vivíamos aqui com as atas atrasadas, de seis meses. Não tínhamos planejamento. Fazíamos sessões especiais, o que dava margem a se fazer muita coisa e a que o Congresso ficasse sendo mal julgado. E, então, colocamos todas essas reivindicações. A partir daí, tivemos painel; tivemos o planejamento, que está hoje, das matérias desta Casa; acabamos com a entrada de matéria na Ordem do Dia por arbítrio do Presidente.

Eu não vim para administrar, para saber da despesa do Senado, o que havia lá. Eu vim, eu sou Presidente do Senado, para exercer uma função política; para exercer uma função de que a Casa deve ter representação.

Agora mesmo, nós saímos de uma reunião com o Presidente do Senado Francês, em que estávamos discutindo problemas dessa natureza. E uma das coisas que ele me disse também era o seguinte: das vantagens que têm os senadores franceses; também de passagens e de tudo isso que estamos falando aqui. E mais ainda: juro baixos para comprar apartamentos.

E mais ainda: ele me falou que continua com o problema da Previdência... Nós estamos vendo o que se sucede, agora, na Inglaterra.

O que está ocorrendo aqui no Brasil, não pensemos que seja uma coisa só nossa, não. O problema mais sério é a crise da democracia representativa. Essa é a que ocorre – a grande crise – no mundo inteiro. Por quê? Porque a sociedade de comunicação que foi implantada, ela concorre com o Congresso, de maneira que hoje o Congresso tem de dividir suas atribuições com o quê? Com as Organizações Não Governamentais, com a sociedade civil, com as corporações, com toda essa mídia em tempo real que pergunta: “Quem representa o povo, somos nós ou são os congressistas?” Essa é a crise que se indaga. Discute-se isso no mundo inteiro. Não estou falando novidade. Eu mesmo escrevi um artigo para a revista francesa *Commentaire*, há quase dez anos, sobre esses problemas que surgiam da crise da democracia representativa.

Para terminar eu quero dizer ao Senado que as Sr^{as} Senadoras, os Srs. Senadores, os meus colegas, fiquem absolutamente tranquilos quanto a uma coisa: nós faremos tudo que for necessário, tudo que for para a moralidade e o bem do Senado. E quero até a colaboração dos colegas; quem tiver uma idéia, como teve o Senador Suplicy, que me deu hoje de manhã – e vamos estudar, sou favorável a ela: a de que se coloque na Internet o nome de todos os funcionários, todos que estão dentro desta Casa, com os respectivos vencimentos que têm. Então, quem tiver boa idéia que me traga. Quem tiver idéia para colaborar que traga para mim, para a Mesa. Nós estamos prontos para fazer isso. Nós estamos fazendo isso. Nós vamos fazer isso.

Agora, chegar e ficar nessa coisa que estamos vendo aí, que só tem uma finalidade: a de enfraquecer as instituições legislativas. No dia em que se enfraquecer o Senado... Eu acredito que muita gente está interessada em enfraquecer o Senado e as instituições legislativas. Por quê? Porque, ao enfraquecê-las, elas passam a ser exercidas por outros, que são grupos econômicos; são alguns setores radicais da mídia; são radicais corporativistas, que passam exercer, a pressionar e que ocupam o lugar das instituições legislativas. É aqui só? Não. É no mundo inteiro que se está vendo esse processo.

Então, acho que neste momento devemos pensar no Senado da República. E é nele que estou pensando, e é nele que eu irei pensar, e é nele que vou continuar a trabalhar.

Não tenho nenhum motivo de não seja maior, nenhum problema na consciência que não seja o de ter cumprido o meu dever e acho que não posso ser julgado. É uma injustiça do País julgar um homem como

eu, com tantos anos de vida pública, com a correção que tenho de vida austera, de família bem composta, que tem prezado a sua vida para a dignidade da sua carreira, e nunca, aqui, ninguém, entre os colegas, que não tenha encontrado de minha parte, sempre, um gesto de cordialidade... e, ao mesmo tempo, participado. Nunca neguei um voto que fosse, a não ser no sentido de avançarmos na melhoria dos costumes da Casa.

Agora, em relação ao passado – porque nenhum desses atos de que falam se referem à nossa gestão. Então, apure-se. Quem for responsável seja punido, e serei eu que estarei à frente para punir. Se eu estiver errado em alguma coisa, também, entre todos os outros que passaram aqui, todos nós, porque todos nós somos responsáveis. Ontem o Senador Pedro Simon me dizia isso, e é verdade, Senador Pedro Simon – todos nós. Nós aprovamos aqui os atos da Mesa. Todos nós aprovamos. O Senado, no seu conjunto, aprovou os atos da Mesa.

Todos nós, então, devemos agora, da mesma maneira, ver o que está errado e corrigir o que está errado, e eu estarei aqui, pronto para cumprir tudo que o Senado decidir e, ao mesmo tempo, vou levar em frente, doa a quem doer, resistências que houver – porque isso são resistências, mas nós iremos em frente. Nós iremos fazer do Senado tanto quanto pudermos. Iremos fazer do Senado aquilo que todos os Senadores desejam: uma Casa respeitada.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite? Se V. Ex^a me permite...

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Estou inscrito como Líder, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Como membro da Mesa Diretora, gostaria de testemunhar as palavras do Presidente Sarney. Todas as medidas que tenham como objetivo a correção de equívocos históricos, todas as medidas que objetivem mudanças têm sido conduzidas, com muita determinação, pelo Presidente José Sarney, com apoio da Mesa Diretora.

Estão inscritos a Senadora Lúcia Vânia, pela Minoria; o Senador Mão Santa, como orador inscrito; o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria também, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Pela ordem solicitou a palavra...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O Senador Sérgio Guerra...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só peço a minha inscrição como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Logo após, a Senadora Lúcia Vânia...

Já está inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Sérgio Guerra, Senador Eduardo Suplicy, Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Marcelo Crivella, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – ... Senador Casagrande...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – José Agripino, como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – ... Senador José Agripino, Senador Marcelo Crivella.. Com a palavra o Senador... E Senador Alvaro Dias.

Com a palavra, o Senador Sérgio Guerra, pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, prestei total atenção à palavra do Senador José Sarney.

Já em outra oportunidade, no âmbito desse episódio recente de crise do Senado, sugeri ao Presidente Sarney que falasse, que se dirigisse não apenas aos Senadores, mas a todos, aos brasileiros de maneira geral.

É absolutamente verdade que há uma crise nas instituições (no plural) e que há muita gente interessada no agravamento dessa crise: setores empresariais, setores variados e, vamos ser sinceros, o Governo também. É uma boa chance de tirar o foco da discussão de situações e ambientes completamente

comprometidos, como o que enfrentamos hoje para resolver a questão de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras. Muito bom para o Executivo que o Legislativo viva a crise que está vivendo. A Oposição não consegue se arregimentar, a Maioria não precisa funcionar, e o Congresso vai, cada vez mais, diminuir o seu tamanho.

É verdade que a crise do Legislativo é uma crise geral, internacional e local. É verdade que ela é crise também nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas, na Câmara dos Deputados e, seguramente, no Senado Federal; mas é de se esperar que o Senado Federal seja, ele, sim, um vetor para que esta crise seja enfrentada, para que ela não seja agravada; ao contrário, seja diminuída.

Desde algum tempo, estamos aqui num ambiente de crise no Senado, por razões às vezes legítimas, outras vezes, não tão legítimas assim. Muitas vezes com fundamento, outras vezes sem fundamento. É verdade que há muitos anos se criou um ambiente, um pacto para o funcionamento do Senado que não tem muito a ver com o ambiente que nos cerca hoje e com o Brasil real. Ao longo de muitos anos, desenvolveu-se aqui certa permissividade e certo ambiente que não atende mais aos reclames da opinião pública. E não devemos nós julgar os brasileiros. Os brasileiros é que nos julgam e estão nos julgando muito mal; melhor dizendo, estão nos julgando da pior maneira possível. Temos que prestar atenção a isso, e muita atenção.

Eu tenho certa ideia sobre essa crise recente. Já falei sobre ela algumas vezes com o Presidente José Sarney, que, eu quero dizer, faz um enorme esforço para superá-la.

Essa crise atual não será resolvida nos gabinetes. Dia desses, eu estava em uma reunião e assisti quando se tomou decisão sobre cotas de passagem. Lembro-me bem de que o Senador José Agripino estava à mesa, e outros Senadores. A eles, eu disse: "Vamos resolver essa aqui, e outra vai começar amanhã, e uma terceira depois de amanhã, e vão começar crises o tempo todo, porque há um problema fundamental nisso tudo, rigorosamente relevante: o modelo do Senado".

A forma como o Senado está estruturado, o seu custo, a sua estrutura, o seu funcionamento é absolutamente inadequado, um anacronismo. Somos 80 Senadores e seis, sete, oito mil funcionários. Não temos como explicar isso a ninguém. Trabalhamos aqui, sim; deveríamos produzir mais, muito mais. Temos comissões, uma, duas, três, quatro, até comissões demais; mais comissões do que Senadores muitas vezes.

Tivemos uma política permissiva em matéria de passagens? Tivemos. Não dava para sustentá-la publicamente. Cometemos aqui alguns bons pecados?

Cometemos. O Senado está fora da linha de corrupção? Não está. Também há corrupção no Senado. O Senado, verdadeiramente, é uma estrutura vencida, ultrapassada. E essa estrutura, com essa dimensão e esse anacronismo, não responde mais à sociedade brasileira.

Eu sugeri ao Presidente Sarney, uma vez, que ele deveria, como Presidente do Senado, tomar a palavra e dizer: "Eu vou produzir uma grande reforma nesta instituição. Vamos diminuí-la pela metade, ou mais do que pela metade. Eu, Presidente, vou chamar para mim toda a responsabilidade dessa decisão. Qualquer crítica ao Senado será crítica a mim; vou enfrentar todas. A partir de hoje, vamos tomar medidas drásticas aqui, planejadas, contratar a melhor engenharia, a melhor consultoria e transformar o Senado numa estrutura que possa ser exemplo para as outras."

Porque, se resolvermos essa questão do Senado, se o Senado não for desse tamanho, for de um tamanho muito menor; se o Senado for muito mais eficiente, muito mais transparente, vamos influir para que a Câmara seja assim; para que as assembleias legislativas sejam assim também; para que as câmaras de vereadores também sejam do mesmo jeito; para que o Executivo e a farra do Executivo cedam, porque é lá, e principalmente lá, que rigorosamente são excedentes abuso, irregularidade e corrupção.

Não é o Senado o centro da corrupção brasileira. Isso aqui não vale 30 minutos de contratos que são negociados lá fora por grandes empresas nacionais, que querem defender e impedem o funcionamento de uma CPI para examiná-las. Não valem 30 minutos, nem pagam 20 segundos. Mas, rigorosamente, o Senado é a casa dos Senadores, é a casa que representa os brasileiros, e o exemplo tem que sair daqui.

Todos temos passado; temos o passado do Presidente Sarney, sem dúvida um grande passado. Jarbas Vasconcelos, Fernando Collor, todos aqui têm o seu passado. Não é o que discutimos hoje. Temos de discutir hoje o que faremos amanhã. E, sinceramente, Presidente Sarney, com toda amizade que me liga ao senhor, e respeito também, quero dizer que, do ponto de vista do futuro, não estamos discutindo nada.

Não é tapando um buraco aqui, pregando um prego lá na frente, punindo um diretor ali, reduzindo uma determinada permissividade lá na frente que vamos resolver isso aqui. Temos de fazer uma grande reforma, corajosa. Essa reforma tem de reduzir este Senado drasticamente. Tem gente demais para trabalho de menos. Somos apenas 80 Senadores. Precisamos de um plenário, um gabinete, capacidade de comunicação, assessoria adequada. Para que tanta gente, meu Deus? Para que esse mundo inteiro? Para que

tantas influências dentro de um ambiente que poderia ser muito menor e muito mais produtivo? Isto aqui é um anacronismo total! Isto não faz sentido. É um absurdo, do ponto de vista do interesse público, o que o Senado custa e o que ele produz. Se caminharmos nessa direção, tenho certeza de que vamos nos afirmar ao povo, porque vamos dar exemplo a muitos, do Legislativo e do Executivo.

Acho que o Presidente Sarney deveria liderar esse processo, chamar para si esse processo...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ... porque, senão, vamos viver um martírio aqui, que nos absorve, que nos congela, nos impede de trabalhar e termina, rigorosamente, promovendo muitas vezes injustiças.

Não gosto de demissão de diretores. Diretores não decidem nada sozinhos. Alguém decidiu com eles. Se decidiram sozinhos, rigorosamente têm de ser punidos; mas, se outros decidiram com eles de maneira equivocada ou ilegal, têm de ser punidos também.

Mas não estou no capítulo da punição, do retorno ou recuperação do passado, mas na construção de um Congresso novo. E nós temos a obrigação de fazê-lo neste mandato, para que este mandato não seja compreendido depois, como o povo está vendo, como um dos piores mandatos dos últimos anos.

Não dá para segurar isso. Não dá para andar na rua e não poder dizer que é Senador e ser respeitado também. Acho que tem de ter decisão, vontade, determinação, e todos vão compreender se fizermos isso.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, depois desse importante pronunciamento do Senador Sarney e quando o Brasil espera respostas do Senado, eu queria iniciar minha intervenção defendendo esta instituição.

É um equívoco imaginar que o Brasil poderia atravessar o momento que atravessou neste período da história, em que o País tem estabilidade econômica, voltou a crescer, gerou mais de sete milhões e meio de empregos formais, e teve, nos últimos cinco anos, a maior distribuição de renda de 60 anos de história documentada do IBGE; momento em que o País atravessa a mais grave crise econômica desde 1929 – e o Brasil é um exemplo de êxito, é um exemplo que se diferencia das grandes economias do mundo, como Estados Unidos, União Européia e Japão – sem o concurso desta

Casa, pois tudo isso foi feito porque o Senado da República também participou. Não tem uma iniciativa do Governo – e o Governo tem sido competente nas suas iniciativas – que não tenha sido debatida, aprimorada e corrigida no âmbito do Senado Federal.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Peço licença para dizer que está presente no plenário o Presidente do Senado francês, Monsieur Gérard, em companhia de oito Senadores da França, dos mais destacados.

Portanto, eu queria fazer esse registro. (Palmas.) Talvez pudéssemos convidá-lo a ir cumprimentar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência tem a satisfação de registrar, com muita honra, a presença do Ex^o Sr. Presidente do Senado Federal francês, acompanhado de uma comitiva de oito Senadores. Tenho a honra de convidar S. Ex^a para estar presente à Mesa. (Pausa.)

Agradeço a compreensão do Senador Mercadante. (Pausa.)

O Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sr. Presidente Gérard Larcher e Srs. Senadores que o acompanham, em nome do Senado Federal, as boas-vindas a V. Ex^a, na certeza de que a visita de V. Ex^a, com os seus companheiros, ao Brasil hoje, aqui ao Senado, representa um dos pontos altos deste ano em que comemoramos o Ano França/Brasil.

Portanto, peço à Casa, em nome de todos nós, representando a nossa satisfação: saudemos o Presidente e a sua comitiva com uma grande salva de palmas. (Palmas.)

PRONUNCIAMENTO EM FRANCÊS DO SR. SENADOR GÉRARD LARCHER, AGUARDANDO TRADUÇÃO PARA POSTERIOR PUBLICAÇÃO NA ÍNTEGRA.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Asseguro a palavra ao Senador Aloizio Mercadante. Logo após, ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Querida, Sr. Presidente, associar-me às palavras do Presidente Sarney, saudar essa presença importante de uma Nação amiga e que tem uma história republicana tão importante, que seguramente nos ilumina e

contribui para este momento de reflexão que o Brasil atravessa.

Parabéns pelo Ano Brasil/França. Muito obrigado, Presidente Gérard.

Sr. Presidente, eu queria retomar minha intervenção, começando exatamente pela defesa do papel do Senado neste momento da História da República, momento em que a pobreza é reduzida, que aumenta a inclusão social, que o Brasil dá respostas eficientes à crise econômica e que nós vivemos as mais amplas liberdades: liberdade de opinião, de manifestação, de imprensa. O Senado ajudou a construir esse momento e esse caminho.

No entanto, exatamente por esses avanços, avanços da cidadania, nós somos e seremos, cada vez mais, cobrados como instituição. E as cobranças que são feitas hoje por uma parte importante da opinião pública, aqueles que valorizam o Senado através do voto, aqueles que depositaram a confiança em cada um dos Senadores e Senadoras que aqui estão, exigem respostas que nós teremos de dar.

São muito importantes as medidas administrativas que vêm sendo tomadas, corrigindo o rumo, aumentando a austeridade, diminuindo desperdícios, mas nós precisamos de uma reforma muito profunda, porque o modelo que o Senado vinha vivendo até então era o modelo que nos levou a essa situação. E nós não podemos permitir que essa trajetória permaneça. É inaceitável que um diretor-geral da Casa fique 14 anos no mandato. Isso é um grave equívoco, que leva aos desvios administrativos, ao continuísmo, à perda de referência que a alternância de governo sempre dá à democracia e às instituições, que são os grandes fiéis depositários da democracia.

No momento em que não queremos, porque estarei entre aqueles que não aceitam a tese de nós prorrogarmos mandato do Executivo... Nós queremos alternância, queremos pluralismo, queremos mudança, e a continuidade precisa ser dada pelos partidos, apresentando novos candidatos, como faremos nas eleições presidenciais. O índice de popularidade do Presidente não nos atinge, neste sentido de um compromisso democrático.

Como é que esta Casa, que é o patrimônio da democracia, pode ter um diretor-geral por 14 anos? Nós precisamos de uma mudança. Já ofereci à Mesa: no máximo, dois anos de mandato, renovável por mais dois. Isso é fundamental para que haja alternância, para que não haja desvios, para que não haja desperdício de recursos públicos.

Da mesma forma, Presidente Sarney, com relação a essa questão dos atos da Mesa, o Plenário convalidou os atos da Mesa corretamente, porque confiava

e confia na Mesa, mas os atos conhecidos, os atos publicados, os atos transparentes, os atos de que tínhamos conhecimento e que nos davam confiança do trabalho da Mesa. Se houve atos administrativos, que, de forma irregular, não foram colocados à disposição da opinião pública, dos Parlamentares, daqueles que nos fiscalizam, ferimos, como instituição, o art. 37 da Constituição, que exige a publicidade de todos os atos administrativos.

Onde não há publicidade o próprio art. 37 não assegura a legalidade dos procedimentos, e a Casa que faz as leis tem de respeitar incondicionalmente as leis. Os atos que não foram publicados, do meu ponto de vista, estão passíveis de nulidade. Os atos que não foram devidamente publicados, em que não houve publicidade, em que não houve transparência... Não conheço o trabalho dessa comissão de sindicância, não sei as conclusões a que ela chegará. Evidentemente aguardarei a conclusão dos trabalhos, esperando que as responsabilidades concretas sejam apontadas, para que possamos tomar as medidas disciplinares cabíveis de punir os responsáveis por essa atitude, porque isso prejudica um valor fundamental da República. Acabamos de receber uma delegação francesa, e parte da nossa memória republicana vem de uma revolução popular que criou valores que são inegociáveis na vida republicana. Um deles é o princípio da transparência, o princípio da publicidade, o princípio do conhecimento dos atos da administração pública, para que a democracia possa questionar, possa discutir, possa corrigir e possa fiscalizar.

Então, essa questão tem que ser muito bem esclarecida, as responsabilidades identificadas e, do meu ponto de vista, aquilo que não teve a devida publicidade é nulo; é nulo, não haverá legalidade, e nós teremos que nos antecipar com todas as consequências dessa atitude, a Mesa avaliando as consequências da nulidade, tomando as providências cabíveis. Mas o Senado, também nessa matéria, tem que ter a coragem de se reformar.

Por último, Sr. Presidente, nós precisamos aproveitar este cenário de crise, em que muitas empresas têm dificuldades de pagar seus impostos, em que as pessoas atravessam dificuldades, e darmos o exemplo de austeridade que começamos: cortando recursos, reduzindo o orçamento, enxugando estruturas, reformando com profundidade a Casa.

Acho que, se nós nos anteciparmos, tivermos coragem realmente de austeridade, de muito mais rigor nos gastos do Senado – e nós temos desperdícios que a sociedade não aceita e não tem por que aceitar –, este Senado voltará a ter o prestígio e o reconhecimento que terá na História pelo momento que ajudou

a construir na História do Brasil, de democracia, de desenvolvimento e distribuição de renda. Mas também no aprimoramento institucional.

Eu tenho segurança de que muitos Senadores que aqui estão lutarão para que isso aconteça, para que esta Legislatura termine com o Senado reformado, modificado, transformado com profundidade. E que esse fato seja radicalmente investigado, que seja nulo tudo aquilo que não teve a publicidade e a transparência, porque é assim que a Constituição estabelece.

E nós, para podermos preservar essa instituição, teremos que respeitar com toda a profundidade as exigências constitucionais, a Constituição que o Parlamento Brasileiro construiu e que é tão importante para os rumos que o País atravessa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a será inscrito pela ordem.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há um orador, pela ordem, na tribuna. Logo a seguir, eu passo a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por mim, Sr. Presidente, será um prazer ouvir o Senador Cafeteira, que tem toda a precedência.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a assegurado pelo art. 14, já que o nome de V. Ex^a foi citado.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estamos aqui, Sr. Presidente, há várias semanas, esperando por este dia e por esta hora.

O primeiro assunto na Ordem do Dia foi a PEC 47. Então, peço a V. Ex^a que aproveite esta oportunidade, pois tem 65 Senadores presentes, e ainda não está registrada a presença do Senador José Sarney, logo seríamos 66. Então, peço a V. Ex^a que estude a possibilidade de resolvermos esse problema. Estão aí homens e mulheres há vários dias esperando por esta hora, e a hora é essa.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que dê atenção aos vereadores do Brasil

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Cafeteira, logo após conceder a palavra aos oradores que solicitaram a palavra pela ordem

para repercutir o pronunciamento do Presidente José Sarney, nós vamos iniciar a Ordem do Dia e, conforme acordo da semana passada, a primeira matéria será essa PEC.

Asseguro a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dirijo esta fala muito especialmente ao Presidente da Casa, Senador José Sarney. Eu considero, Presidente José Sarney, louvável V. Ex^a ter vindo à tribuna, obviamente num quadro em que o ideal teria sido que V. Ex^a não precisasse ter vindo à tribuna. V. Ex^a discorreu, e com muita correção, sobre o seu passado público, seu passado político e fez questão de registrar que, se outro mérito não tivesse encerrado no sentido de conter, não tivesse contido a carreira pública de V. Ex^a, nós não poderíamos deixar de consignar nunca a substituição a Tancredo Neves e a condução pacífica, tranquila do processo de transição democrática, que desaguou na Constituição de 1988.

Obviamente que estamos a tratar agora do Senado Federal, e o discurso de V. Ex^a que acenou com mudanças profundas – ainda sem dizer quais são essas mudanças, e eu então não poderia avaliá-las como rasas ou como profundas se não as tenho por inteiro à minha frente –, entendo que o discurso fica a esperar – e V. Ex^a anunciou a presença do Senador Heráclito Fortes na próxima segunda-feira. Eu não julgaria V. Ex^a pela nomeação de neto. Não faria essa política de varejo, que julgo menor. Não sei se passa pela cabeça de alguém aqui nesta Casa. Mas poderia dizer a V. Ex^a que as restrições que tenho feito ao seu trabalho como Presidente da Casa começaram no próprio dia da eleição, quando V. Ex^a não só tacitamente admitiu que manteria o Diretor-Geral da Casa como o manteve, e ficou provado que não havia condição política de mantê-lo. V. Ex^a depois teve de retroceder do gesto de mantê-lo.

O Senador Mercadante disse bem. Ele não precisava ter aproveitado para elogiar o Governo Federal, porque não era hora disso. Era hora de discutir a crise do Senado Federal. Mas o Senador Mercadante disse bem: “Quinze anos de poder é muito. Quinze anos de poder cria vício. Quinze anos de poder cria lodo.” Vimos que criou lodo aqui no Senado.

Não dá, Presidente, para dizermos que a crise é exatamente igual à que poderia ser a crise ou o momento histórico vivido pelo Parlamento francês, porque me parece que a crise é muito mais parecida com aquela vivida pelo Parlamento inglês, e cada país é diferente do outro. Não dá para entendermos como normal que o Presidente da Casa, democrática e louvavelmente, vindo prestar suas explicações aos

seus Pares e à Nação, que seja normal o Presidente da Casa estar tendo que vir prestar contas aos seus Pares e à Nação, mas entendo que foi um começo. V. Ex^a hoje agiu como Presidente. V. Ex^a hoje agiu de maneira presidencial.

Eu espero, sinceramente, que estejamos no caminho de encerrar esta crise.

V. Ex^a pediu que quem tivesse soluções ou propostas que levasse a V. Ex^a soluções ou propostas.

Eu tenho uma muito clara. Nós vimos, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que o poder demasiado, concentrado nas mãos do Sr. Agaciel Maia, gera a aberração de o Senador Tasso Jereissati ir inquirir o Sr. Agaciel Maia e uma porção de funcionários virarem de costas, num gesto que deveria ser punido com suspensão imediata. Eu deixei o meu aviso e vou repetir o meu aviso: se algum dia, algum funcionário fizer isso comigo, ele será suspenso na mesma hora, porque não estou aqui para tolerar desmoralização ao mandato que ganhei do povo do Estado do Amazonas.

Criou-se uma claqué, um fã clube. O Sr. Agaciel Maia tem um fã clube. Tem o do Roberto Carlos, tem o de fulano de tal e tem o do Sr. Agaciel Maia. Ele tem o seu fã clube, um fã clube adquirido a peso de gratificações, a peso de boletins secretos, a peso de irregularidades, quem sabe, a peso de favoritismo, a peso de distorções salariais, que fazem com que certos salários da Casa não se compatibilizem com os salários da iniciativa privada nem de outras repartições públicas.

Temos de colocar na cabeça de todos nós que há uma crise grave, sim, e que essa crise tem de ser enfrentada, para podermos vê-la resolvida em algum momento.

Mas se sabemos, Sr. Presidente José Sarney, que há uma distorção clara e se essa distorção clara se manifesta com a possibilidade de ficar por longo tempo no poder um diretor-geral, criando raízes, criando força, se tornando mais poderoso do que qualquer Senador,...

(O Sr. Presidência faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, um tempo parecido com o do Senador Aloizio Mercadante.

A sugestão da Bancada do PSDB – não é minha, e sim do conjunto da Bancada do PSDB, eu apenas aqui a vocalizo – é que não só se faça aquilo que já foi sugerido há mais tempo, que é de se limitar o tempo de duração do mandato do diretor-geral da Casa, como que se mantenha – e entendo que o meio para a transformação que vou propor agora em nome da Bancada do PSDB, uma ideia que não é minha, que

é de toda a Bancada que aqui represento, tenho a impressão de que o meio é um projeto de resolução – o direito de o Presidente da Casa indicar o diretor-geral, mas que o nome do indicado passe pelo crivo do Senado Federal, seja votado aqui entre nós...

Ouçõ com muita honra o Senador José Sarney.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Só para concordar com V. Ex^a e dizer que apoio a sugestão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, vou fazer uma proposta clara: que V. Ex^a seja o primeiro signatário; os demais Líderes, os signatários seguintes. E que os demais Senadores que queiram perfilhar essa mudança, que é uma mudança radical dos costumes da Casa, prestigiem essa ideia. Assim, em poucos dias, teríamos o projeto de resolução aprovado e teríamos finda uma era monárquica, uma era em que alguém demora mais tempo do que um Senador. A média dos Senadores não permanece aqui por 15 anos. E, no entanto, o Sr. Agaciel Maia, vamos falar do Sr. Agaciel precisamente porque ele virou uma figura poderosíssima nesta Casa, com suas raízes, com as suas influências, com os seus favores, com o que conseguiu conquistar de espaço aqui na Casa, permaneceu mais tempo no poder do que a média dos Senadores que aqui estão. Uns acabaram de chegar; outros têm oito anos de mandato e não renovariam seu mandato – não sei –, outros estão aqui como V. Ex^a.

O fato é que acabaríamos, de uma vez por todas, com dois vícios. O primeiro vício seria o tempo demasiado de permanência, e teríamos de estabelecer um mandato. O segundo vício seria: um Presidente indica alguém da sua algibeira; o outro Presidente indica alguém da sua algibeira, porque aquele cidadão já está forte demasiadamente, ele já tem apoio de outros Senadores, ele já prestou serviços e já fez favores, então, ele está forte; o terceiro Presidente vem e o mantém, porque ele fez mais favores ainda; aí vem o sexto Presidente e o mantém, porque ele acumulou mais favores ainda na direção de mais Senadores, ou seja, ele se torna uma figura acima das leis da Casa. Por isso, tanta distorção.

Não dá para dizermos que não houve distorção, não dá para dizermos que somos surrealistas e estamos aqui discutindo uma crise que não há, em cima de invencionices. Se há exageros – e exageros certamente a imprensa os tem perpetrado –, não há absoluta... Não temos nenhuma certeza – ao contrário, temos certeza do contrário – de que grande parte do que é noticiado não seja verdade. Grande parte do que é noticiado é verdade. Que houve licitação ilícita, licitação irregular, houve! Que houve enriquecimento ilícito, houve! Que houve fortunas inexplicáveis, houve! Que houve uma babá que, de repente, virou uma

empresária de sucesso, houve! Isso tudo é fato! Isso tudo não foi inventado! Isso tudo não é da criatividade de quem quer que seja!

Portanto, creio que o caminho é precisamente este: V. Ex^a liderar. E V. Ex^a haverá de saber fazer isso como ninguém, afinal de contas, V. Ex^a se elegeu, com maioria muito expressiva de votos, para conduzir a todos nós na direção de um Senado melhor que aquele que nós recebemos. Triste seria passarmos pela geração de Senadores que entregaria para os demais Senadores um Senado pior do que o que recebemos. Temos que entregar um Senado melhor.

Por isso, a sugestão é muito clara e muito nítida, no sentido de que aprovemos rapidamente – daqui a pouco, estará pronto o projeto de resolução – a limitação do mandato do diretor-geral e a sua aprovação pelo Plenário, como se faz com embaixador, como se faz com alguém de uma agência reguladora, com o Presidente do Banco Central, enfim, com qualquer autoridade. Teria de passar por aqui. Portanto, passaria por aqui também o diretor-geral da Casa, Senador Simon, com mandato limitado. E nunca mais teríamos alguém que, primeiro, ficaria tão poderoso; segundo, alguém que se acharia tão poderoso como, em algum momento, ficou e se achou poderoso o diretor-geral que aqui ficou há 15 anos. Chego a achar que S. S^a chega a ser, ao mesmo tempo, réu dos processos que aí estão e vítima, porque alguém que, por 15 anos manda numa Casa, começa a achar que, de fato, tem direito a mandar nela por outros 15 anos. Acaba se sentindo um Senador licenciado ou um super-Senador antes – ou um Senador licenciado depois.

E ainda, Senador José Sarney, eu aguardarei as notícias que virão de sua voz, na presença do 1º Secretário da Casa, Senador Heráclito Fortes, a quem desejo pronto restabelecimento, S. Ex^a é muito importante para os trabalhos que todos aqui desenvolvemos. Aguardaremos isso. E em achando que são suficientes as mexidas, aprovaremos essas medidas; em achando que falta algo, voltaremos à tribuna para dizer a V. Ex^a o que está faltando. Nossa intenção é construtiva. O que não aceitamos é que esta Casa naufrague. Por outro lado, sei que V. Ex^a não se referiu a mim – eu estava na tribuna, foi uma mera coincidência –, mas, por outro lado, não é nenhuma intenção minha a de me colocar contra a Casa ou jogar a Casa contra a opinião pública.

O que eu não quero – eu próprio – é referendar os atos de pessoas que se portaram como quadrilheiros aqui nesta Casa. Comportaram-se como quadrilheiros, desrespeitaram a coisa pública, não respeitaram suas próprias carreiras profissionais. Então, com isso eu não posso compactuar. Por isso, na medida em que V. Ex^a

assume um compromisso de dar um jeito nesta Casa, de colocá-la do jeito que a democracia brasileira exige, do jeito que a Nação brasileira precisa, V. Ex^a contará com o apoio do PSDB, a começar por essa atitude que V. Ex^a endossa e que, a meu ver, vai mudar substancialmente a relação de poder.

Daqui para frente, inclusive, estará estabelecido como se destitui esse cidadão, ou seja, poderemos indicar à V. Ex^a a demissão, ou a qualquer Presidente que venha depois, as razões do porquê o Plenário estaria pedindo a demissão de alguém, como podemos pedir a demissão de um diretor de agência reguladora. Acaba esse poder monárquico. Acaba esse poder absoluto. Acaba esse poder que deu nas distorções e que deu em atos, que não tenho nenhuma dúvida, são atos de corrupção.

No mais... E hoje falava com um querido amigo, um querido Senador, e ele dizia: “Não tenho nenhum prazer em ver Polícia Federal investigando aqui, nem Ministério Público”. Eu também não. Agora, eu tenho menos prazer ainda em ver a Casa dar motivos para se pensar em investigação de Ministério Público, em investigação por Polícia Federal. A Casa precisa não dar os motivos. A Casa precisa se legitimar. A Casa precisa realmente retomar o seu rumo. E o único rumo que cabe a ela tomar é o rumo do respeito perante a opinião pública. E a opinião pública vai respeitar um Senado austero, como aquele referido pelo Senador Sérgio Guerra; um Senado enxuto; um Senado com gastos medidos e comedidos; um Senado que seja capaz de responder de maneira transparente por todos os atos dos seus Senadores, dos seus funcionários.

Portanto, eu desejo realmente que tenha sido este o início de um novo diálogo, de um novo momento para que nós, a partir deste momento, galguemos um patamar de efetiva respeitabilidade perante a opinião pública deste País. Somos uma democracia. Não adianta alguém dizer que não se importa com a opinião pública porque nós todos aqui não temos alternativas a não ser a prazerosa alternativa de nos preocuparmos, e muito, com a opinião pública, porque a opinião pública é o juiz ao qual nós devemos a maior reverência. Não temos que nos curvar a poderosos, mas, sim, ao que a opinião pública está pensando. Não de maneira demagógica. Algumas vezes temos que ajudar a conduzir a opinião pública; outras vezes temos que ser alertados por ela. Ser alertados por ela, sim!

E a opinião pública está a nos dizer que o Senado da República não está funcionando bem. Está a nos dizer que a Câmara não está funcionando bem, mas que tem andado um pouco a nossa frente, com medidas tímidas. O Senado precisa, junto com a Câmara, restabelecer o prestígio do Congresso Nacional

perante o coração e o cérebro do povo brasileiro, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, pela ordem; em seguida, o Senador Demóstenes Torres e o Senador Pedro Simon.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem assegurada a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, acredito que todos nós, Senadores, em quaisquer lugares que possamos estar no Brasil, nestes últimos dias, estamos ouvindo opiniões muito severas de avaliação, por parte do povo brasileiro, sobre o que acontece no Senado Federal. É muito importante, pois, que venhamos a adotar medidas que signifiquem a transparência total de nossos atos.

Se houve problemas por falta de transparência, precisamos, então, ser os primeiros a reconhecer. É fato, Sr. Presidente... Vou citar, aqui, duas ocasiões pelas quais me sinto responsável. Quando, em 23 de fevereiro de 2005, conforme registra o **Diário do Senado Federal**, aprovamos a resolução da Mesa Diretora para que fosse criada a Comissão de Agricultura, naquela oportunidade foi inserido, por proposição do Relator, um art. 3º, pelo qual ficavam convalidados os atos e decisões da Mesa e Comissão Diretora do Senado Federal, praticados no período compreendido pela 1ª, 2ª e 3ª Sessões Legislativas Ordinárias até a data da realização da 1ª Sessão Deliberativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da mencionada Legislatura.

Notei que nenhum dos oradores que, na ocasião, falou sobre os méritos da criação da Comissão de Agricultura fez menção ao tal art. 3º, o qual convalidou todas as ações da Mesa Diretora. Eu, inclusive, votei favoravelmente, mas não totalmente consciente desse art. 3º.

Da mesma maneira, em 8 de fevereiro de 2007, quando foi criada a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática também foi acrescentada uma emenda pelo Senador Relator que, de mesma natureza, convalidava a decisão da Comissão Diretora do Senado Federal, de 31 de janeiro de 2007, que referenda atos e decisões da Presidência,

da 1ª Secretaria, do Órgão Central de Coordenação e Execução, praticados no período compreendido entre o início da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, e o final da Sessão Legislativa Ordinária da mesma Legislatura.

Cito esses dois casos, Sr. Presidente, para que não admitamos mais este tipo de procedimento de votarmos aqui aquilo que, no conjunto, não sabemos bem o que é.

Então, fica aqui o meu alerta para que tomemos maior cuidado, porque sobre isso votei e sou responsável, mas não fui suficientemente alertado pelo acordo da Mesa Diretora com os líderes, que encaminharam as votações.

Em seguida, Sr. Presidente, gostaria de mencionar aquilo a que o Presidente José Sarney há pouco se referiu, quando disse que aprova o projeto de resolução do Senado que aqui apresentei no dia 4 último. Até sexta-feira próxima, será concluído o período para a apresentação de emendas.

Portanto, alerta a todos os Srs. Senadores que apresentei este projeto de resolução ao qual o Presidente José Sarney me disse estar favorável, que justamente cria transparência em tempo real como a melhor maneira de prevenir problemas. Nesse caso, o projeto diz que o Senado Federal e seus órgãos tornarão público, semestralmente, por meio do Diário e do sítio eletrônico do Senado, a relação contendo o nome dos servidores, cargo, remuneração final, agrupada de acordo com a unidade de lotação. Será acompanhada de demonstrativos contendo o número de servidores ativos e inativos, composição percentual do quadro segundo as faixas de remuneração, despesa total.

Os contratos efetuados pelo Senado e por seus órgãos supervisionados para execução de obras, aquisição de materiais e contratação de serviços serão dados a público mensalmente, por meio de Diário e do sítio eletrônico, com a discriminação resumida do objeto, quantidade e preço.

Todas as unidades administrativas do Senado Federal e suas entidades vinculadas afixarão, em local visível ao público, quadro com os nomes de seus servidores, os cargos que ocupam, local e horário de trabalho. Inclusive quando o servidor prestar serviço no gabinete do Parlamentar, deve-se dizer se no Senado, no Distrito Federal, ou no Estado em que o Parlamentar representa. Isso justamente para estabelecer, na prática, com respeito ao assunto dos servidores, transparência em tempo real.

Assinalo, Sr. Presidente, que ainda hoje o Prefeito Municipal, Gilberto Kassab, de São Paulo, resolveu adotar semelhante medida com a publicação transparente no **Diário Oficial** de toda a relação de servidores

e respectiva remuneração no Município de São Paulo, algo que, em 1989 e 1990, coloquei em prática, quando fui Presidente da Câmara Municipal.

Alguns servidores demonstraram sua preocupação: mas será que isso não vai levar a uma situação até de estímulo a um eventual sequestro?

Ora, Sr. Presidente, eu considero que está na Constituição a publicidade de todos os atos que se referem à Administração Pública e, portanto, saber a nossa remuneração, que é paga pelo povo, é direito do povo, conforme José Afonso da Silva e Godofredo da Silva Telles, que emitiram suas opiniões em pareceres que formularam quando eu fui Presidente da Câmara Municipal.

Assim, Sr. Presidente, aqui coloco essa proposição à disposição de todos Senadores para eventuais sugestões de aperfeiçoamento e encaminhamento a V. Ex^a, que preside os trabalhos agora, uma vez que já entreguei hoje de manhã ao Presidente José Sarney a cópia do projeto de resolução a que me referi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Mesa acolhe a propositura de iniciativa do ilustre Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, pela ordem, o Líder das Democratas, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente Marconi Perillo, eu queria transmitir a minha sensação, Senador Sarney, sobre o significado desta sessão.

V. Ex^a ocupou há pouco a tribuna como Senador e teve a humildade de, após receber o Presidente do Senado francês, voltar à bancada como Senador comum e permitir que o Senador Marconi Perillo prosseguisse presidindo a sessão.

V. Ex^a fez um discurso indignado, com justiça, indignado.

Nós fomos companheiros de muitas lutas e adversários em outras lutas. Nós nos conhecemos há muitos anos, e eu devo dizer que concordo com a indignação de V. Ex^a e com a sinceridade de suas palavras. Não se pode medir a justeza de uma vida pública por um detalhe ou outro, por mais significativo que seja esse detalhe dentro de uma circunstância.

Mas acho que a maior importância da sessão de hoje – e acho que é claro que V. Ex^a já percebeu – é que o Senado, pelos seus partidos, delegou a V. Ex^a a tarefa de reformar o Senado. A delegação foi explícita, do PT, do seu Partido, é claro, do PSDB, do meu Partido. Quem delega confia. Acho que dificilmente Arthur Virgílio delegaria, mesmo apresentando um projeto de resolução ou um pré-projeto de resolução, com o

qual concordo inteiramente. Ele delegou porque confia, Senador Jefferson Praia. O Senador Mercadante aqui falou dando relevo, e concordo inteiramente com a importância histórica que ele procurou dar ao Senado no seu discurso.

Neste final de semana, Senador Renan, li com tristeza editoriais e artigos de jornalistas importantes questionando a importância e o fato de o Senado existir, a Casa da Federação, como que a sucessão de denúncias de que a Casa está sendo alvo levasse ao raciocínio de que ela é desinteressante. Cabe a nós torná-la interessante aos olhos da opinião pública.

Se alguns estão pensando assim – e há razões para isso –, é preciso que nós tomemos a iniciativa de cortar na carne e de dar bons exemplos. Esta Casa já deu tantos bons exemplos, já deu tantos bons exemplos. Tem dado maus exemplos ultimamente, mas por que não pode, sim, ressurgir e passar a dar bons exemplos?

V. Ex^a fez aqui um discurso de relatório de atividades. Falaram das horas extras. Elas foram eliminadas. No meu gabinete, mesmo sem ter conhecimento daquilo, reconheci o erro, e as horas extras foram devolvidas, como da esmagadora maioria dos gabinetes deste Senado.

A questão das passagens estava normatizada por um contrato e por coisas escritas. Nós entendemos que aquilo que estava escrito não era o correto e modificamos o que estava escrito. Nós modificamos o que estava escrito para procurar dar o bom exemplo.

Agora, vêm os atos secretos. Presidente Sarney, Senador Geraldo Mesquita, é uma coisa que está criando constrangimento à instituição, porque passa para a sociedade que o Senado está fazendo jogo do faz de conta, que está participando de um jogo de esconde-esconde, quando, na verdade, não é isso.

Agora, para não ser isso, Presidente Sarney, está nas mãos de V. Ex^a, com o apoio dos seus colegas e dos Líderes dos partidos, a tarefa de punir, identificar onde está o dolo, instaurar processos administrativos onde for o caso e punir exemplarmente. A partir daí se constrói a reforma, diminui-se a quantidade de terceirizados. Não se pode, infelizmente, mexer nos concursados, mas se pode diminuir o tamanho da estrutura do Senado, para que nós possamos dar à sociedade um bom exemplo.

Eu confio em que V. Ex^a será o nosso intérprete nesse sentido, com o apoio dos Líderes, para que esta Casa, que já deu muitos bons exemplos em momentos importantes da história do País, possa dar mais um, cortando na carne, diminuindo o seu tamanho para mostrar que é capaz de auto purgar-se, de reconhecer os erros praticados e que, pela liderança de um

homem com a experiência de V. Ex^a, com a delegação dos líderes, foi capaz de recompor-se perante a opinião pública e de voltar a ser o Senado do qual todos nós nos orgulhamos.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Sr. Presidente José Sarney, que se encontra aqui conosco, primeiro, quero dizer a V. Ex^a que, hoje, a Comissão de Fiscalização e Controle, avaliando esse quadro, a situação, as notícias, os temas debatidos no Senado, resolveu pedir a V. Ex^a uma audiência para tratar desses temas de que V. Ex^a tratou da tribuna do Senado. Seria importante a gente fazer uma reunião com os membros da Comissão, que se mostraram preocupados com a situação, querendo, naturalmente, conhecer as medidas adotadas por V. Ex^a e querendo sugerir outras. Então, peço isso formalmente. Já falei com V. Ex^a em sua casa, na residência de V. Ex^a. Reafirmo aqui o pedido de audiência da Comissão de Fiscalização e Controle, para que a gente possa tratar desse assunto.

A segunda questão é que acho importante que o Presidente do Senado fale das questões do Senado, como V. Ex^a fez hoje. Acho até que é um excesso de cuidado, o que é próprio de V. Ex^a, mas, com os resultados da Comissão que analisou os atos, esse último tema dos famosos atos secretos, penso que V. Ex^a deve esperar ainda até segunda-feira. Se, antes, pudesse ser divulgado esse resultado para nós e para fora, tenho certeza de que o Senador Heráclito Fortes compreenderia perfeitamente. S. Ex^a está se recuperando de uma cirurgia. Penso que, assim, evitaríamos essa continuidade do debate, até porque V. Ex^a disse que esses atos tiveram publicidade. Então, para que isso ficasse claro, seria adequado que a Comissão, que já fez o trabalho, apresentasse os resultados.

A terceira questão, que acho fundamental, é que, de fato, neste momento, precisamos de medidas intensas, fortes, para enfrentar um desgaste natural do Legislativo. O Legislativo tem um desgaste natural. Em todos os Legislativos e Parlamentos do mundo, há um desgaste. E, naturalmente, há um desgaste provocado pelo atraso de gestão dos Poderes Legislativos por vícios, por cultura, e essa parte podemos enfrentar.

Esta é uma instituição, e cada membro desta instituição tem um mandato, foi eleito, como acontece na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa, na Câmara dos Deputados. Então, sabemos que o Poder Legislativo, por ser o Poder mais transparente e mais

aberto, apesar da opacidade que ainda existe em alguns setores, em todos os níveis, é também o mais visado. O Poder Legislativo é o mais achincalhado, e, muitas vezes, outros Poderes, que tinham de ter o mesmo nível de transparência que o Poder Legislativo, não o têm e ficam mais protegidos. Por isso, expresso minha satisfação ao ver que o Presidente Lula sancionou o Projeto Transparência, que obriga que todos os níveis da administração pública publiquem seus atos. Terão um prazo para fazê-lo, mas terão de publicar todos os seus atos.

O Presidente Sarney disse que apoiará o projeto de resolução do Presidente Eduardo Suplicy, que também apoio. Já entrei também – e é Relator o Senador Antonio Carlos Valadares – com um projeto de transparência, que segue na mesma direção do projeto do Senador Eduardo Suplicy, só que é um Projeto Transparência para o Senado, que faz com que todas as unidades gestoras do Senado tenham a publicação, de semana a semana, da sua execução orçamentária, de despesa e de receita, de contratos, de nomes de pessoas, assim por diante. Essa seria uma resposta que daríamos. Isso é importante. Gostei da decisão de V. Ex^a, essa vai ser uma decisão que vai responder à altura daquilo que necessitamos.

Vamos parar de receber ataques? Não, o Senado vai continuar a receber ataques, mas o Senado tem de fazer sua parte. Concordo com isso. V. Ex^a esteve em locais importantes nos últimos anos da história brasileira e pode cumprir um papel importante. De fato, tem de tomar as decisões necessárias à altura da grave crise que estamos vivendo. O Senado tem de fiscalizar outras instituições e, para fiscalizar outras instituições, tem de se remodelar, tem de se reformular. Apresentamos a V. Ex^a – o prazo é até o dia 12 – diversas sugestões ao trabalho que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) fez para V. Ex^a e para o Senado.

Precisamos analisar essas importantes sugestões, relacionadas à descentralização da gestão, relacionadas a questões internas, da auditoria interna, do controle interno, relacionadas a um mandato para cargos de Diretores e de Diretor-Geral. Algumas sugestões são importantes, e a assessoria da Casa me ajudou a elaborá-las. Já as entreguei a V. Ex^a. Gostaria que V. Ex^a tomasse conhecimento delas, porque tenho certeza de que elas ajudarão a enfrentar este momento, com decisões firmes, fortes e necessárias.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Marcelo Crivella, pela ordem.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, por favor, conceda-me a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Gim Argello, Líder da Bancada do PTB.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, as galerias estão cheias. Contamos com a presença de representantes da Unica, dos condomínios verticais do Distrito Federal e de todos os condomínios do Distrito Federal, que vieram aqui prestigiar a apreciação da matéria que está trancando nossa pauta hoje: a Medida Provisória nº 459, que trata do projeto Minha Casa, Minha Vida. É uma Medida Provisória que veio do Executivo para cá.

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO. *Fazendo soar a campanha.*) – O Regimento não permite manifestação de aplauso ou qualquer outro tipo de manifestação. Peço a compreensão de todos, por gentileza.

Asseguro a palavra ao Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a, por favor, que iniciássemos a Ordem do Dia, pois tenho de emitir o relatório dessa Medida Provisória. Depois, abriremos as discussões. É um projeto muito importante não só para o Poder Executivo nacional, mas principalmente para o Distrito Federal, tendo em vista que vamos, depois de trinta anos, regularizar todos os condomínios do Distrito Federal. Há ainda mais: o projeto Minha Casa, Minha Vida é muito importante. Vou explicar seu inteiro teor daqui a pouco, logo que V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Gim Argello, há alguns oradores inscritos para falar pela ordem, para repercutirem o pronunciamento do Presidente José Sarney. Tão logo esgotemos essa lista de oradores, o Presidente José Sarney, certamente, iniciará a Ordem do Dia e vai iniciar essa discussão.

Asseguro a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da **TV Senado**, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores e senhoras presentes neste plenário e que abrilhantam esta sessão, hoje, o pronunciamento do Senador Sarney, lúcido, tranquilo, fez reminiscências históricas que fazem bem à alma nacional e engrandecem esta Casa.

Não votei em V. Ex^a, Senador Sarney, para este mandato. Votei nos outros, não neste, por compromettimentos partidários. O Vice-Presidente José Alen-

car, Presidente de honra do meu Partido, consultou o Presidente Lula. Enfim, a Presidente do meu partido me pediu que votasse, naquela ocasião, no Senador Tião Viana, e assumi o compromisso, V. Ex^a não era o candidato. Mas vejo, hoje, que não haveria um nome melhor para enfrentar à altura a crise na qual estamos mergulhados. Entre nós, 81 Senadores, há vultos. Sou o mais obscuro, o mais anônimo, Senador Sarney. Vim aqui, como um caminhante, que bate à porta de um templo. Sou o mais inexperiente, o mais obscuro e anônimo, mas me atrevo a dizer que a biografia de V. Ex^a é, sem sombra de dúvida, o maior anteparo que poderia nos resguardar dessas ondas de um mar bravio, de tantas injúrias, de tantos insultos, de tantas calúnias, de tantas infâmias!

É bem verdade que temos erros. E qual a instituição que não os tem? É bem verdade que há coisas a corrigir, e estamos todos dispostos e devotados a cumprir e a fazer a correção. Mas, em meio a isso, quantas injustiças se cometem contra esta Casa e contra líderes desta Casa! Hoje mesmo, de manhã, quando acordei, estava ouvindo a rádio CBN, e lá estava a jornalista Lúcia Hipólito, por quem tenho todo apreço e admiração, levantando a opinião pública, de maneira açodada, contra esta Casa, dizendo que, hoje, S. Ex^{as} iriam votar uma lei que aumentaria a despesa em R\$7 bilhões, dizendo que esse aumento no orçamento público seria uma irresponsabilidade, porque aumentaria, em milhares e milhares, o número de Vereadores pelos Municípios brasileiros. Ora, Sr. Presidente Sarney, quem está aqui envolvido com a discussão dessa matéria sabe que isso é matéria vencida na Câmara. Foram eles que não aumentaram, mas votaram o número que o Supremo Tribunal Federal (STF) havia cortado de maneira ilegítima.

Aliás, lembro aqui um santo do séc. X, chamado Santo Ambrósio, que dizia o seguinte: “O palácio pertence ao rei, mas a igreja, ao sacerdote”. Em outras palavras, “cada macaco no seu galho”. Quando o Supremo legisla sem receber a pressão que recebemos nas comissões, nos corredores, sem receber todas as instituições, faz uma lei perfeita: diminui os Vereadores, sem cortar despesas. E as Câmaras Municipais estavam fazendo uma série de atos que não lhes competia, inclusive no que dizia respeito a restaurante popular. Para corrigir isso, estamos, ao contrário do que foi noticiado hoje de manhã, cortando recursos. Estamos aumentando o número de Vereadores, porque, como sabe V. Ex^a, com a experiência e a vida pública que tem, todo poder social, todo poder político, todo poder econômico e religioso, quanto mais for dividido, mais legítimo e mais forte será. O poder concentrado nas mãos de poucos sempre vai se extravasar na in-

tolerância, na truculência e, muitas vezes, na tirania e no sangue.

V. Ex^a é um democrata. Vim aqui hoje para o aplaudir. O ideal que me acalenta, o propósito que me anima é apenas o de dizer que o discurso de V. Ex^a foi épico. Temos muito a corrigir. Há aqui funcionários com salários enormes, mas não sei se a legislação permite correção. Alguém disse que são seis mil servidores. Será que podemos demiti-los, muitos concursados? Será que podemos reduzir salários? A lei permite isso? Certamente, no que for permitido, Sr. Presidente, confio na direção segura, calma, serena de V. Ex^a. Apenas extravaso aqui meus sentimentos, Sr. Presidente.

Já concluo, dizendo que, hoje mesmo, na **Folha de S. Paulo**, sai a notícia de que um ato secreto nomeou minha filha para o gabinete do Senador Lobão. Nunca trabalhou no Senado Federal, nunca entregou uma carteira, uma cédula de identidade. Houve um convite que ela rejeitou. Portanto, o ato não se concretizou, e, por uma dessas armadilhas do destino, na mesma ocasião, havia um funcionário do Prodasen – que não é parente do Sarney, que não é parente do Lobão, que não trabalhava no gabinete do Lobão, mas que era do Prodasen, como é até hoje – que convidei. Bastou isso para que houvesse uma insinuação maldosa, de jornal, de que havia, naquela ocasião, interesse meu em nomear um parente dele no meu gabinete e em nomear minha filha no gabinete dele. Isso nunca me passou pela cabeça, isso não é realidade, não é verdade, mas sai no jornal, nesse dilúvio de ódios, de paixões, de injúrias, de insultos, de calúnias.

Olha, se forem ver, os cargos no meu gabinete nunca estiveram completos. Sempre estive à procura de um funcionário. Até hoje, neste momento, há vagas no meu gabinete. As vagas nunca estiveram todas completas. Naquela ocasião, nem se discutia nepotismo. Isso, depois, foi feito com o Conselho Nacional de Justiça, que votamos nesta Casa. Mas tenho de amargar mais uma dessas denúncias. Não foi a primeira e não será a última. É o peso que devemos carregar todos nós, brasileiros, que, neste mundo, resolvemos nos engrandecer servindo ao povo.

Sr. Presidente Sarney, que lindo discurso! Vamos tomar as medidas, vamos votar as leis e seguir em frente!

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marconi Perillo, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Presidente Sarney, o Presidente Sarney, em seu discurso, disse algo inquestionável: a instituição é maior, é superior a todos

nós. Devemos sempre distinguir a instituição daqueles que a integram. Somos circunstanciais, passageiros, substituíveis e podemos ser condenados. A instituição, não; a instituição é permanente, definitiva, insubstituível e tem que ser preservada. Nela estão fincados alicerces básicos do Estado de Direito Democrático, e é esse, sem dúvida, o principal dever do parlamentar em respeito à sociedade.

Há mazelas, sim, que atormentam o Poder Legislativo e o Senado Federal; mazelas que vão além deste Poder e que atingem todas as instituições públicas neste País, mas, sem dúvida, como acentuou o Presidente Sarney, estão presentes também em todas as nações do mundo, já que há uma crise da democracia representativa – afirmação do Presidente Sarney, com a qual concordamos plenamente.

Importa registrar – e o Presidente afirmou – que não foi a imprensa que descobriu os atos secretos. A Mesa do Senado Federal é que determinou sua colocação na rede interna da Casa. Só assim a imprensa tomou conhecimento deles. Essa atitude revela vontade política de mudar o modelo, mas não basta vontade política. É preciso determinação, eficiência e agilidade. A sociedade não se conformará com mudanças paliativas; não se conformará com alterações secundárias, acessórias; a sociedade só se conformará com mudança estrutural, radical, mesmo que isso signifique cortar na própria carne – e nós sabemos que é dolorido. Defendo o enxugamento do Poder Legislativo. Não basta reduzir o número de diretorias. Os quadros próprios do Senado Federal estão inchados. Há necessidade de uma redução substancial.

O modelo de gestão é antigo, superado. É preciso modernizá-lo. Conferir transparência sobretudo, porque esta tem que ser a instituição mais transparente entre todas, em razão das suas peculiaridades, dos seus objetivos, das suas características.

Ouso defender a tese de que devemos debater quantos devemos ser. Quantos Senadores devemos ser? Nos Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, são dois Senadores por Estado. Aqui, somos três. São necessários três Senadores? É difícil debater esse tema. Sei que isso causa constrangimento, mas é preciso encará-lo. Certamente, seria um salto na busca da credibilidade perdida. Se desejamos recuperar conceito, imagem, credibilidade, certamente devemos ousar. Não creio que, sem medidas ousadas, recuperemos, a curto prazo, a imagem que deve ser a da instituição Poder Legislativo em nosso País.

Eu quero subscrever as palavras do Presidente Sérgio Guerra e do Líder Arthur Virgílio, já que o meu tempo se esgota, para poder, Presidente Marconi Perillo, encaminhar uma questão de ordem por escrito.

Não farei a leitura, para não tomar o tempo desta sessão, mas trata-se de uma questão de ordem relativa, ainda, à composição da CPI da Petrobras.

Não nos satisfaz a resposta oferecida pela Mesa do Senado Federal às questões de ordem impetradas pelo Senador Arthur Virgílio. Na esteira das questões de ordem que apresentou, estamos formulando uma nova, questionando a composição atual, que não guarda relação com a exata representatividade dos partidos na Casa. Se há omissão do Regimento Interno do Senado Federal, podemos adotar um procedimento análogo, buscando no Código Eleitoral, que estabelece as normas para a representação dos partidos políticos nas eleições, a conduta a ser seguida aqui também – e nada mais coerente e mais lógico que isso – para a composição das Comissões da Casa, inclusive da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vou concluir, Sr. Presidente, encaminhando essa questão de ordem, mas fazendo referência a um fato: só vale o discurso quando há sinceridade. De nada adianta o discurso distante da prática que se adota. As providências devem ser adotadas pelo Presidente Sarney com eficiência e celeridade. Demorar é prejudicial à imagem da instituição. Proteger pode significar esperteza, como nós não podemos admitir também que se proteja a instalação da CPI da Petrobras. De nada adianta um Senador líder ir à tribuna e fazer afirmações de que deseja mudar o conceito do Senado Federal. Podem investigar esta Casa, e devem investigar. O Ministério Público vai agir e vai investigar. Que investigue! Certamente, o Presidente Sarney, que apresentará a sindicância na próxima segunda-feira, sabe que ela é limitada e fica sempre sob suspeição, por isso a necessidade de uma investigação externa. E nada melhor do que a investigação judiciária promovida pelo Ministério Público.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Alvaro...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Que se investigue, que se apure e que se tomem as providências.

Já vou conceder, Senador Romeu Tuma.

Não tem aparte, Senador?

Lamento, Senador Romeu Tuma, mas eu gostaria de...

Vou concluir, então, Presidente, dizendo que todas as instituições devem estar sujeitas à investigação. O Poder Judiciário deve estar sujeito à investigação. O Poder Executivo, acima de tudo, que manipula o orçamento público, que manipula a receita pública oriunda do imposto pago, com tanto sacrifício, pelo povo deste País, tem de ser investigado. A Petrobras tem de ser investigada. É uma caixa-preta. Tem sido instrumento

para alcançar objetivos escusos. Os desvios são monumentais!

Então, não se justifica um discurso que pede providências do Senado...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não se justifica um discurso como o do Líder do PT, que pede providências em relação ao Senado, mas que protela a instalação da CPI da Petrobras. Não há sinceridade nesse discurso, Sr. Presidente, não há lógica e não há coerência. O discurso que vale para o Senado Federal vale para o Governo, para o Poder Executivo e para a Petrobras.

A oposição está disposta ao entendimento para instalar a CPI da Petrobras, mas, se não chegarmos ao entendimento, seremos forçados, em razão de jurisprudência já firmada pela Suprema Corte, a impetrar mandado de segurança para fazer valer o direito da minoria.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, pela ordem, para tratar do tema iniciado pelo Senador José Sarney.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu procurarei ser breve, e espero que os demais oradores que vão me suceder façam o mesmo, tendo em vista que nós temos duas matérias da mais alta relevância que serão votadas – Minha Casa, Minha Vida, e a PEC dos Vereadores –, matérias estas que têm um significado especial para o Brasil inteiro.

Mas, Sr. Presidente, o Presidente José Sarney foi muito exato e preciso no seu pronunciamento. Mostrou a responsabilidade com que sempre agiu à frente dos cargos que exerceu na sua vida.

O Presidente José Sarney é um homem experiente, é um homem devotado, é um homem, sob o ponto de vista político, preparado para o exercício da função.

Este Poder Legislativo escolheu um comando diretivo que é exercido pela Mesa, Mesa essa que é composta por Senadores dos mais diferentes Partidos, uma composição variada, com a responsabilidade de conduzir os destinos dos trabalhos que aqui são exercidos, neste plenário, e de administrar a nossa Casa.

Portanto, trata-se de um colegiado, um colegiado que tem autoridade suficiente para o exercício das suas funções, mas, como o noticiário se avolumou em torno de questões internas, este Senado, como não poderia deixar de ser, sendo uma instituição transparente, não

se escusa de discutir, de forma transparente e aberta, as suas mais variadas questões, inclusive as internas, por mais que possam doer nos corações e nas mentes dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras.

Portanto, para nós não constitui novidade. Espero que os demais órgãos, as demais instituições possam agir como o Senado: a imprensa, o Poder Judiciário, o Ministério Público. Que todas as instituições democráticas do nosso País possam agir assim, da forma como nós agimos: na tribuna, nas Comissões, nas reuniões, sempre levando em conta que a abertura pressupõe a transparência.

Como dizia, Sr. Presidente, o saudoso Presidente dos Estados Unidos que faleceu, que foi assassinado numa tragédia, num trágico acontecimento nos Estados Unidos, o Presidente John Kennedy: “A mudança é a lei da vida. E aqueles que somente pensam no passado ou no presente estão destinados a perder o futuro”.

A Mesa, através do seu Presidente, de forma muito sincera, muito firme, demonstrou que não está apegada aos atos passados, ao que aconteceu no passado, mas promete e realiza mudanças que vão repercutir no futuro desta Casa e no futuro da sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, quero, neste instante, dizer que estou tranquilo quanto às reformas que aqui serão empreendidas por iniciativa da Mesa, por sugestão de Senadores como Casagrande, Suplicy, Pedro Simon e tantos outros, que, figuras devotadas ao fortalecimento do Poder Legislativo, sabem que o fortalecimento do Legislativo também significa o fortalecimento da democracia.

Vamos, então, Sr. Presidente, cuidar daquilo que é mais importante agora: apoiar a administração da Casa, a Mesa naquilo que for objeto de mudança, de transparência, e fazermos o nosso dever de casa.

Qual é o nosso dever de casa? Vamos votar, Sr. Presidente. Vamos debater, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esse é o desejo da Presidência, Senador Antonio Carlos. Estamos apenas aguardando que as Sr^{as} e os Srs. Senadores se pronunciem a respeito desse tema, iniciado pelo Senador José Sarney.

Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, não há como negar, Sr. Presidente, que o Senado Federal passa por uma crise estarrecedora, uma crise de costumes, uma crise moral, uma crise de decadência de valores, e que não pode ficar acobertada por quem quer que seja.

Ouvi, com satisfação, o discurso do Presidente da Casa, Senador José Sarney. E confesso, Sena-

dor: estou no aguardo das providências que V. Ex^a vai tomar. Por quê? Um homem com mais de cinquenta anos de vida pública, ex-Presidente da República, só no Senado, Presidente por três vezes, tem de exatamente fazer aquilo que V. Ex^a disse que vai fazer: não pode compactuar com o erro; não pode compactuar com o crime; não pode compactuar com improbidade. V. Ex^a não tem de assumir o erro de quem quer que seja. Se essas figuras vieram aqui e publicaram atos secretos... Ora, eu ouvi uma tese aí de que houve o esquecimento. Por que se esqueceram de publicar somente os atos irregulares ou criminosos?

Então, penso que V. Ex^a neste momento – momento difícil para o Senado –, V. Ex^a, do alto da sua história política, do alto da posição que o levou inclusive à Presidência da República do País, tem de chamar a todos para que possam conjurar o Senado Federal.

Temos problemas não só de vícios. Temos a prática clara de delitos aqui dentro. E V. Ex^a tem de abrir, além da sindicância, um processo administrativo disciplinar que vai culminar com a exoneração dos servidores que cometeram esses atos. Se erraram, erraram deliberadamente. Se cometeram crimes, não pode V. Ex^a – e V. Ex^a já disse isso – compactuar com eles.

É isso que nós esperamos.

O Ministério Público tem de ser chamado para essa investigação. A Polícia Federal tem de ser chamada para essa investigação. Nós temos de fazer a investigação internamente. Se há responsáveis, eles têm de ser punidos e demitidos na área administrativa. Se cometeram ato de improbidade, têm de ter seus direitos de comercializar com o Senado suspensos; têm de ter a sua demissão também decretada pelo Poder Judiciário. Há uma série de medidas que devem ser tomadas, inclusive a proibição de ocuparem cargos públicos no futuro. Se há crimes contra a Administração Pública, têm de ir para a cadeia quem os cometeu.

O fato é que o Senado é uma instituição das mais respeitáveis. Não podemos prescindir da existência do Senado. A democracia não vive sem o Parlamento, e nós não podemos ser coniventes.

Eu vejo até com certa tristeza: o Senado, num momento de crise como esse, está com o plenário totalmente esvaziado, como se não estivesse acontecendo nada com a Casa. A Casa está sendo execrada publicamente. Nós temos que nos purgar; nós temos que pagar pelos erros. Todos nós cometemos esses erros, porque é dever de cada um de nós fazer a fiscalização. Nós temos a obrigação de fiscalizar o Poder Público, temos a obrigação de fiscalizar o Presidente da República, quanto mais fiscalizar os nossos atos!

Vejo, Sr. Presidente, com muita sensatez, a ideia aqui exposta de se profissionalizar o corpo diretivo da

Casa. Veja o que está fazendo o CNJ! O Ministro Gilmar Mendes está chamando os juizes à responsabilidade com um único objetivo: juiz não pode dirigir tribunal porque não sabe nada de administração. Inclusive as fraudes e falcatruas perpetradas...

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – ...não podem sequer ser detectadas por um motivo muito simples: falta preparo para o exercício daquele cargo administrativo da gestão pública. Tem de ter o ato de presidência, tem de ter a gestão plena do mando, mas o especialista tem de estar à frente. Não adianta ficarmos com a mesma ladainha, mantermos os mesmos vícios, os mesmos servidores. Se tirarmos o Gazineo, vai entrar outro da mesma linha. Se tirarmos o outro da mesma linha, vai entrar alguém também que já está habituado com esses vícios. Não podemos dar sequência a uma série que vai acabar afundando o Senado em lama totalmente. Já estamos com a lama pelo nariz. Se mergulharmos mais um pouco, todos nós vamos nos afogar. É para isso que precisamos estar atentos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Então, Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a: primeiro, confio na sua capacidade de levar adiante o Senado neste momento de crise; segundo, espero de V. Ex^a o que V. Ex^a disse que iria fazer: ter atos práticos de gestão e não compactuar com o erro, com o crime, com a improbidade de quem quer que seja; terceiro: punir administrativamente e chamar, para que punam aqueles que forem criminosos e cometeram atos de improbidade, a Polícia Federal e o Ministério Público, para darem sequência a essa investigação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Simon.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, enquanto o Senador Pedro Simon chega à tribuna, retiro a minha inscrição, porque há matéria para ser votada.

Também gostaria de dizer o seguinte: o Senador Demóstenes falou que o plenário está vazio. Está vazio agora, mas estava cheio a tarde inteira. É que esse assunto já foi tão debatido que as pessoas já estão fazendo outro trabalho. Mas o plenário estava repleto de Senadores. E nós estamos prontos para votar, principalmente porque, Sr. Presidente, há coisas mais importantes a fazer do que ficarmos discutindo questões administrativas de incumbência da Mesa; a Mesa

é que tem de dar conta delas e tem de apresentá-las, com clareza, ao País. Mas nós, Senadores, não podemos ficar aqui debatendo questões meramente administrativas da Casa, já que a Mesa foi eleita para dar conta disso, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, S. Ex^a podia até ter pedido a palavra para uma questão de ordem antes de eu ser chamado; talvez eu até desistisse.

Mas quero dizer a V. Ex^a, com todo o respeito, que eu discordo de V. Ex^a. É muito importante a questão que V. Ex^a quer que se vote? É muito importante. Mas o que estamos discutindo aqui não é uma questão administrativa, não, Senador. O que estamos decidindo aqui é o destino desta Casa. É o nome desta Casa que está nas manchetes dos jornais do Brasil inteiro. É a sociedade brasileira que olha para esta Casa e quer uma resposta. E hoje, graças a Deus, depois de muito tempo, estamos começando a pensar em dar resposta. Por isso, discordo de V. Ex^a. Eu acho que o debate aqui está sendo muito importante.

Foi bom e foi importante o pronunciamento de V. Ex^a, Presidente. Realmente, foi muito importante. Mas eu digo, do fundo do coração: quando V. Ex^a diz – e a imprensa toda está cobrando –, quando o Presidente Sarney diz que a culpa não é dele, que é de todo o Senado, eu digo que é verdade. A culpa é de todo o Senado. A culpa é minha, é verdade. Mas a grande verdade é que temos de debater o que fazer. A grande verdade é que essas coisas acontecem pela nossa ação ou pela nossa omissão. Mais do que saber se é o Sarney, se é a Mesa, se é o Diretor-Geral, se é o 1º Secretário, quero saber que eu sou corresponsável, porque não fiz o que poderia ter feito.

Quando o Senador Suplicy vem a esta tribuna e lê que votamos aqui – estão em votação tais decisões da Mesa, no dia tal –, e votamos sem ninguém saber o que é, sem ninguém ter conhecimento do que é, somos corresponsáveis. Somos corresponsáveis quando ninguém sabe quem foi que mandou fazer o túnel ligando o Senado ao Palácio do Planalto. Isso tem de passar pelo Senado.

Acho, Sr. Presidente, e volto a repetir, que a grande proposta que vejo é este Senado ter uma reunião administrativa mensal e, nessa reunião administrativa mensal, votar a pauta do mês seguinte. Essas questões que dizem de perto a essas que estão nesse debate têm de ser votadas pelo plenário. O salário tem de ser votado pelo plenário, decisões de nomeação têm de passar pelo plenário, viagem de parlamentar para o exterior tem de passar pelo plenário. Os 81 vão votar. É singelo. É uma vez. É uma pauta escrita ali e tal. Todo mundo fica sabendo, todo mundo vota.

Hoje, nesta Casa, a gente não sabe quanto ganha algum funcionário, a gente não sabe o que acontece. E ninguém pode cobrar, porque ninguém pergunta, ninguém sabe, ninguém atua. E não se diga que é o Presidente. Não se diga que é a Mesa e, na minha opinião, nem que é o Secretário-Geral. A Casa, no seu conjunto, tem que participar.

Eu acho que, se, a partir de agora, quando o Presidente diz que tem essa preocupação, quando o ilustre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça diz aqui que se tem que fazer o levantamento, e o Presidente diz que quer fazer o levantamento, deve ser feito o levantamento. Agora, não é apenas o levantamento das coisas que fizeram; é o que fazer para não repetir, para, daqui em diante, não repetir.

Eu digo, com toda a sinceridade: estou aqui há trinta anos; eu não me lembro, mas, quando eu cheguei aqui, há trinta anos, duvido que no Senado havia mais de dois mil funcionários. Hoje são dez mil. Como é que entraram? Eu posso dizer: não tem assinatura minha em lugar nenhum; nunca fui membro da Mesa nem de coisa nenhuma. Mas, que há alguma omissão minha, há. Como é que houve esse aumento sem acontecer nada?

Eu digo até com muita alegria que nunca passei diante da Comissão de Orçamento. Nunca apresentei uma emenda ao Orçamento. Em trinta anos, não há uma emenda minha ao Orçamento. Então, eu fico tranquilo. Mas será que esta é a maneira certa? E não participar do conjunto para saber como é que o conjunto vai fazer para acertar?

Eu acho, Sr. Presidente... Isso eu senti na reunião de hoje; não senti nem a Oposição. Fazia tempo que não acontecia isso. Olha que essas reuniões aconteceram no meio de um drama geral, onde o Senado é manchete, e a Oposição poderia abrir as baterias, mas não abriu. No meio de um momento de debate tremendo em torno da CPI da Petrobras – assume ou não assume, nomeia ou não nomeia –, no meio disso, houve uma reunião excepcionalmente positiva, a começar pelo Senador Arthur Virgílio, o Líder da Oposição, e pelo Senador Líder do Democratas e por todos os Senadores, que debateram, discutiram, divergiram, mas falaram num tom elevado.

Por isso, eu estou aqui. É fácil. A imprensa está cobrando. Manchete batendo no Sarney, batendo na Mesa, batendo para mudar, batendo para alterar, atirando pedra. Eu não estou preocupado com isso hoje. Eu estou preocupado em como mudar a imagem desta Casa. Nunca esteve tão ruim. Falar mal da classe política sempre se falou. Falar mal do Congresso Nacional sempre se falou. E, quando se fala mal do Congresso Nacional, é assim: falam mal do Congresso Nacional,

principalmente da Câmara dos Deputados. Hoje se fala mal não da política, não do Congresso, mas do Senado Federal. É “o Senado Federal”, são “os Senadores”, e nós temos que responder, nós temos que responder.

Quando se diz que é uma crise nacional e internacional, eu creio que sim. Quando é que se diria que veríamos, na Inglaterra, na Câmara dos Comuns, parlamentares serem processados por terem pedido dinheiro por filme pornográfico que tinham alugado? Coisas graves aconteceram, sim, mas nós temos que responder por este aqui.

Presidente Sarney, eu acho, com toda a sinceridade, que o momento chegou. E o momento tem que ser feito. Não adianta: votamos aqui, debatemos, discutimos, vamos embora, e eu vou esperar que a Mesa, ou que meu querido 1º Secretário, que escolheu uma Comissão de três, ou não sei quem, vai resolver. Não vai resolver, se nós não estivermos participando, se nós não entendermos que nós somos responsáveis mesmo.

Vamos nomear? Vamos nomear. E eu quero participar. “Ah, mas são 80 mil!” Eu não estou participando dos 80 mil. Eu estou participando daquela decisão que mandou fazer o túnel para o Palácio; daquela decisão de fazer um anexo, e que depois a Mesa voltou atrás, mas tinha decidido fazer um anexo. Essas decisões eu quero que passem pela Casa. Aquela decisão que mandou pagar hora extra no mês de recesso, Congresso fechado, nenhuma reunião, e se paga hora extra. Dessas decisões eu quero participar, eu quero votar.

Eu acho que isso pode ser feito. Oitenta e um, uma vez por mês, o Presidente marca: “Dia 26, quarta-feira, é sessão ordinária”. O Presidente reúne antes a Mesa com os Líderes e traz a pauta: “No mês que vem, a votação é esta aqui”. Vão decidir aumento? É ali. Vão decidir viagem para o exterior? É nessa reunião. Todos votam. Todos são responsáveis. Acho que essa é a primeira decisão. As outras vêm atrás.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda e, por último, como orador inscrito, o Senador Papaléo Paes, e aí nós vamos iniciar a Ordem do Dia.

Se a Senadora Lúcia Vânia quiser falar antes, como Líder...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Presidente, é que eu fui citado e preciso só dar uma explicação ao Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Exª terá a palavra, com base no art. 14, antes de passar a palavra ao Senador Inácio Arruda.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Eu não quis dizer que não tem importância o assunto que está sendo discutido. O que eu quis dizer ao Senador Demóstenes é que o assunto que estava sendo discutido a tarde inteira, com o plenário cheio, foi tão discutido que o plenário esvaziou. Aí, o Senador Pedro Simon entendeu que eu achei que não é importante. É importante, sim. Eu quero ver as coisas às claras, limpas. Mas eu acho que nós temos uma Mesa Diretora eleita para nos dar todas as informações. E aí, sim, nós nos sentimos responsáveis pelas decisões. Enquanto eu não tiver nenhuma informação daquilo que está sendo feito, não me sinto responsável por nada que está sendo feito.

A hora em que for colocado na mesa: foi feito isso, isso, isso... Foi errado? Que se punam os responsáveis. Mas não posso eu, como Senador, além de ter a tarefa de legislar, de fiscalizar, ficar atento aos atos administrativos que compete à Mesa tomar. A não ser que a Mesa tenha esse descortino de colocar sobre uma mesa, para que a gente possa olhar aquilo que está sendo feito, o que foi feito, e julgar o que está certo e o que está errado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Asseguro a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi parte significativa do pronunciamento do Senador Sarney. Não o acompanhei desde o início porque, cumprindo uma determinação do Senado da República, tive que acompanhar também parte da reunião do Conselho Nacional de Cultura, que está se realizando durante todo o dia de hoje e também no dia de amanhã. Mas tive que me retirar da reunião para poder acompanhar o pronunciamento de V. Ex^a, que considero muito ajustado e muito correto.

E imagino que nós devemos separar duas coisas. Primeiro, a batalha política do nosso País, que vai estar sempre entrelaçada, mas, uma hora, temos que fazer a separação. Conduzir a administração do Senado da República é uma das atribuições da Mesa – uma das atribuições da Mesa –, que devemos separar para não cair no velho discurso – que Brizola classificava muito bem – do falso moralismo. E falando a V. Ex^a, digamos, nós podemos até dizer com mais propriedade que o Brizola sempre se referia à velha UDN, falando sobre o falso discurso moralista, diversidades que aparecem de todo lado e a toda hora.

O PCdoB é o partido que mais joga em ter transparência, de tudo, mas nós não fazemos pose. Nós não fazemos pose. Para prestigiar rádio tal, jornal tal, televisão tal, colunista tal, nós não fazemos pose. Nós não temos como fazer isso. Temos larga amizade com nossos colegas jornalistas, da imprensa brasileira,

estudamos com esse povo todo, conhecemos essas pessoas, mas é preciso fazer essa separação. Porque, se você junta tudo, você cria uma tremenda confusão e transforma tudo numa batalha política, porque a batalha política envolve várias questões. Uma delas é a disputa interna entre nós no Senado. A segunda é maior e precisa de uma instabilidade permanente do Congresso Nacional. Porque esta, com todos esses defeitos – todos, Presidente, todos esses defeitos –, é na democracia a Casa mais aberta de todas, a mais aberta. Aberta para a imprensa, aberta para o movimento sindical, aberta para as ONGs, aberta para as organizações sociais, aberta para a universidade, aberta para todos. Todos entram, saem, xingam. Alguém pode xingar um Senador, xingar um Deputado, puxar a camisa, puxar o paletó, falar mal da mãe, do pai, do irmão, etc. Nos outros, em geral, não há essa possibilidade. Em geral, não há essa possibilidade.

Digo isso para afirmar que estamos de acordo com o pronunciamento dos nossos companheiros Senadores e Senadoras. Achemos que devemos profissionalizar o máximo a administração do Senado da República. Existem muitos projetos de decreto legislativo em tramitação dando conta dessas questões, tratando da questão de se um diretor deve ficar dois anos, três anos, se o período deve ser esse, se deve ser igual ao período da Mesa, as funções diretivas das várias organizações da Casa.

Então, estamos de acordo. Acho que deve haver um prazo: dois ou três anos. Deve-se respaldar a eleição do diretor-geral indicado pelo Presidente. O Presidente indica, ok, respaldamos esse diretor, mas uma coisa que... Há uma espécie de pulga atrás da orelha – não existe uma expressão popular? – a respeito desses assuntos. Vamos ser austeros, vamos ser totalmente transparentes, o máximo que pudermos, com todos os instrumentos que V. Ex^a tem nas mãos, mas, Sr. Presidente, vamos garantir que o Senado continue – e a Câmara dos Deputados, porque o exemplo de um serve para o outro – e seja um esteio cada vez mais forte do processo democrático brasileiro. Isso significa manter instrumentos de relações com a sociedade, que tem custo, que tem preço, porque a democracia é assim mesmo. Não é barato não, é caro. Talvez, barato, que tenha custos muito modestos, seja a ditadura, que enfrentamos durante largo período, com um ou dois partidos só. Vez por outra, volta essa conversa aqui no Congresso Nacional: o bom seria dois partidos, ou quatro; com quatro partidos controlamos isto aqui, comandamos isto aqui. É muito mais fácil de governar, é muito mais fácil, é muito mais austero, é muito menos custo, mas é muito caro para a sociedade, é muito caro.

Bom é o Senado aberto. O bom é que o PCdoB, com 7,5% dos votos para o Senado da República – porque foi isso que tivemos –, foi a quinta maior votação para o Senado. Nosso Partido só elegeu um Senador, mas tem a quinta maior votação. Então, não é bom tirar o PCdoB do Senado da República nem tirar nenhum outro partido. É bom consolidar mais. E consolidar mais é um Senado cada vez mais aberto para a sociedade, mais aberto para a sociedade.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo um pedido a V. Ex^a e um pedido a todos os Senadores, a todos Senadores e também ao Parlamento brasileiro: imagino que temos que ter esse esforço de transparência, esse esforço administrativo, compreender a distinção entre a batalha política que se apresenta para 2010 e a diferença com o processo interno da Casa, saber que, encerrado o processo interno, a disputa interna, eleita a Mesa, é ela quem vai conduzir o processo, não pode continuar uma disputa permanente em relação à....

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ...Presidência do Congresso Nacional e do Senado da República.

Eu acho que nós devemos conduzir nesse sentido. E o apelo que faço a V. Ex^a, entre todas as medidas administrativas, faço um que tem relação com a cidadania brasileira. Pela primeira vez na História, desde a independência do Brasil, passando pela República, até o processo de redemocratização, pela primeira vez na História, vamos fazer um Conferência Nacional de Comunicação. É a primeira vez na História que vamos fazer uma Conferência Nacional de Comunicação. Eu a considero, Sr. Presidente, muito importante. Esse é um setor em que ainda não tocamos. Esse é um setor em que não se toca, que não se discute no Brasil. E eu considero que esse é um setor que ainda não sofreu um processo de democratização.

Então, a Conferência Nacional de Comunicação, Sr. Presidente, convocada com dificuldades, com muitas dificuldades, porque as pressões foram muitas para que não houvesse essa conferência. Nós fizemos conferência de saúde, fizemos conferência das cidades, fizemos conferência de cultura – e já vamos fazer a segunda –, fizemos conferência de esporte, mas não fizemos conferência de comunicação. O espectro de rádio e televisão, de condução do som e das imagens de rádio e de televisão é um espectro em que não se mexe no Brasil. Eu gostaria de ver uma conferência pujante, com muita participação do Senado da República, com muita participação dos Senadores, com muita participação dos órgãos da mídia brasileira, divulgando a Conferência Nacional de Comunicação,

para que as verdades também fossem múltiplas no Brasil, para que ela não fosse uma só, para que não tivéssemos apenas uma, duas, três, quatro ou cinco famílias governando a mídia nacional...

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

E eu ligo uma coisa à outra. Acho que esse debate exige uma participação maior da sociedade brasileira. E participação maior exige democratização dos meios de comunicação do Brasil. E essa conferência é muito significativa para todos nós.

Rádio democrática, televisão democrática, mais espaço para os outros setores, mais espaço para as regiões. Nem regionalizar se quer! Nem regionalizar. Eu tenho que, todos os dias, assistir como está o trânsito em uma determinada cidade, única no Brasil inteiro. Lá no Amapá, no Ceará, no Acre, eu só sei da informação do trânsito de uma cidade no Brasil, ou de duas no máximo, no máximo três cidades brasileiras. Mas o Brasil é um continente e precisa regionalizar, precisa de mais espaço para os setores sociais estarem presentes nos órgãos de comunicação de massa do nosso Brasil, além da Internet, além dos outros veículos de comunicação.

Por isso estou confiante de que o Senado da República,...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ...é como uma instituição que precisa ser preservada e fortalecida no processo democrático brasileiro. É essa a nossa democracia, é esse o nosso modelo. Até que se altere institucionalmente, numa grande crise institucional do País, se ela aparecer algum dia, é esse o modelo brasileiro, que tem de ser fortalecido.

Eu confio que V. Ex^a, conduzindo a Mesa, juntamente com o Senador Marconi Perillo, na vice-Presidência, o Senador Heráclito Fortes e os demais membros da Mesa têm todas as condições de, ouvindo as Lideranças e os demais Senadores, colocando todas as questões... É o que V. Ex^a disse: não há nada para ser escondido de ninguém. Abra tudo isso. Coloque tudo às claras, todas as questões.

Isso vai fortalecer o Senado da República, e a sociedade vai admirar mais esta instituição democrática do nosso Brasil. É essa a minha expectativa, Senador Sarney, em relação a essa situação, que parece muito crítica...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – *(Fora do microfone.)* ...em nosso País, que é a chamada “crise do Senado”.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta sessão está sendo prorrogada por mais duas horas.

Concedo a palavra, como último orador inscrito, pela ordem, ao Senador Papaléo Paes.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a vai abrir a Ordem do Dia para votações, depois da palavra de S. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Logo após. O Presidente Sarney deverá abrir a Ordem do Dia.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Para os Srs. Senadores não abandonarem o recinto, para poder haver número para votação do Projeto dos Vereadores.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, todos os presentes aqui, sinceramente, quero dizer que tenho muita tranquilidade neste momento. Uso minha condição de não ser um político profissional, mas de já ter tido oportunidade de ser Secretário de Saúde do meu Estado, quando eu tinha 29 anos de idade, e de ter sido eleito Prefeito de Macapá. Eu nem tinha filiação partidária um ano antes da minha candidatura, mas procuravam alguém que pudesse vencer o candidato da máquina, que era o candidato do Governador, e acharam que eu poderia fazê-lo, como médico respeitado que, graças a Deus, sou na minha comunidade. Então, fui eleito com 55% dos votos; não havia segundo turno, a eleição foi direta. Depois, saí da Prefeitura, achei que já tinha cumprido minha missão – que foi muito sacrificante –, estava alheio à convivência político-partidária, e o povo, em 2002, começava a perguntar-me nas ruas se eu queria ser candidato a Governador. Ora essa! Eu era médico, unicamente médico. Mas aceitei o desafio. Três meses antes da convenção, minha mãe adoeceu, e decidi, sabendo que era uma doença terminal, mudar-me para Belém do Pará e ficar, por quatro meses, acompanhando-a até a morte, até o seu falecimento. Nesse momento, mantive, a pedido dos meus companheiros, minha candidatura a Senador da República pelo meu Estado e fui eleito, o mais votado, porque o povo da minha terra me conhece como Dr. Papaléo, como alguém que, aos 56 anos de idade – vou completar 57 anos –, tem uma vida pública na área social. Por isso, vou usar este momento não para fazer um discurso para agradar os senhores, as senhoras, absolutamente, mas para dizer o que penso como cidadão brasileiro, como Senador da República e como admirador da democracia deste País.

Ouvimos atentamente o Presidente Sarney. Não quero aqui ser considerado suspeito no que vou falar pela admiração que tenho por V. Ex^a, pelo voto que dei a V. Ex^a, quando V. Ex^a foi candidato a Presidente da Casa, mas quero falar, fundamentalmente, da responsabilidade que V. Ex^a tem com esta instituição, Senado Federal. Não seria agora que V. Ex^a iria falhar com sua plena condição de administrador, de grande político, de intelectual e de um homem que tem uma inteligência muito acima do normal, muito acima! Poucos, neste País, têm sua inteligência, Presidente. E, logicamente, aos 55 anos de vida pública, o senhor jamais iria submeter-se à ridícula condição, sem necessidade alguma, de ver – sinceramente, o que é muito desagradável para o senhor, pelo seu sentimento como ser humano – o nome de um neto ou o nome de uma neta ser execrado publicamente por que estão fazendo parte de um cargo ou de outro, dado por pessoas que nem receberam seu pedido.

Falo isso, porque fui Prefeito, e quantas vezes pessoas amigas, para me agradarem, queriam fazer alguma prática sem minha aprovação? Então, por isso, Sr. Presidente, quero lamentar profundamente que a divulgação maldosa feita a V. Ex^a, que traduz desrespeito a um ser humano, tenha sido aproveitada num momento em que o País está clamando por algo extremamente importante. Não sabemos o que está por trás da alimentação dessas notícias contra o Senado, mas as notícias contra o Senado estão abafando a CPI da Petrobras.

Eu queria pedir ao povo brasileiro que olhasse a instalação da CPI da Petrobras como um ato de grandeza desta Casa. Precisamos saber como está essa instituição, que é a maior jóia, a maior riqueza que temos no País. Infelizmente, hoje, estamos passando por uma situação de diariamente darmos satisfações e mais satisfações em cima de quê? Em cima de uma falha de comunicação da direção da Casa. Se houve a publicação na imprensa de que não sei quantos atos secretos existem nas gavetas, isso se deu por que o próprio Senado, o próprio Presidente da Casa, quando tomou posse aqui, disse que ia pedir uma auditoria para a Fundação Getúlio Vargas (FGV) – e, para mim, não é preciso justificar nada quanto à credibilidade dessa instituição. A FGV detectou uma série de anormalidades aqui, que não caracterizam irregularidades, mas alguns vícios administrativos. Esses vícios, anormalidades, irregularidades foram levados à Mesa da Casa, para serem tomadas as providências.

O Senador Pedro Simon diz que somos omissos, e nós o somos, sim, em muitas coisas, porque, às vezes, lemos uma notícia no jornal, acabamos de lê-la, vimos à tribuna, e pau no Senado! Ninguém tem o trabalho

de ir às sessões correspondentes à informação, para saber se aquilo é verdade ou mentira.

Ontem, Presidente Sarney, um senhor chamado Francisco de Assis telefonou para mim lá do Rio de Janeiro e chorou ao telefone, dizendo que não admitia que tivessem transformado o Senado numa página de jornal e que as pessoas deixassem até de ler as notícias de crimes, de assaltos, de roubos, de homicídio, para ler notícias contra o Senado. É ridículo algumas notícias serem supervalorizadas por muitos de nós aqui, nesta mesma tribuna, sem irmos saber da realidade da notícia!

A imprensa é importante, fundamental, indispensável, mas recebe uma informação e, muitas vezes, pela pressa de levá-la ao povo, precipita-se e, de repente, no outro dia, vai pedir desculpas. Só que essa desculpa não vale mais nada. Já passei por isso, Presidente. Já passei por isso. No outro dia, não vale mais nada.

Então, digo aos nossos Senadores, às nossas Senadoras: a imagem desta Casa é a nossa imagem; o comportamento de cada um de nós é que diz o que o Senado é. Por querermos dar satisfação ao nosso eleitor, só para agradá-lo, não podemos jamais ser oportunistas falando injustamente desta instituição, que é fundamental para a democracia deste País.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Conclua, por favor, Senador.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Desculpe-me, Sr. Presidente.

Mas falam em atos secretos. Por que denominaram de ato secreto? Senador Delcídio, não existe nenhum ato secreto. São mais de sessenta mil atos que são colocados na Intranet, e há falha técnica por parte de funcionários. Todos esses cargos, senhoras e senhores que estão me ouvindo agora, são cargos que existem na Casa. As nomeações são corretas, e muitos atos não foram para a Intranet por falha do servidor. Não é nenhum ato secreto, não é nenhuma safadeza, não é nenhuma corrupção, não é nenhuma mafeitoria dos administradores. Falharam. Se alguém que esqueceu de jogar isso na Intranet precisa ser punido, que seja punido. Mas tenho certeza absoluta de que, diante dos dados fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, serão feitas as melhorias, as adaptações das informações, as nossas adaptações à realidade de hoje do Senado Federal.

Acredito na Mesa que foi eleita, que nós elegemos. Acredito, Sr. Presidente, que esta Casa, realmente, tem um corpo técnico da mais alta qualificação. Acredito, sim, que V. Ex^a irá seguir muitas das orientações, inclusive a informação que tive de que vão ser reduzidos

os cargos de diretores para dez. Falavam em mais de cem diretores na Casa, e se reduziu o quadro administrativo também. Enfim, nossa ansiedade vai terminar; acho até que está terminando hoje. De hoje em diante, nossa responsabilidade com o País será a instalação da CPI da Petrobras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Há requerimento sobre a mesa.

Solicito ao Senador Mão Santa que realize a leitura do requerimento que requer inversão da matéria da Ordem do Dia. Portanto, solicito ao Senador Mão Santa que funcione como 1º Secretário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu representava com muito orgulho o nosso Presidente Sarney numa Frente Parlamentar Brasil/Europa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 722, DE 2009

Requer a inversão de matéria da Ordem do Dia.

Senhor Presidente,

Venho requerer a V. Ex^a, nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a inversão da pauta da Ordem do Dia para votação do item nº 2, Medida Provisória nº 459, para o 1º item, da pauta do dia 16-6-2009.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009.– Senador **Arthur Virgílio** _ Senador **Gim Argello**_ Senador **José Agripino**.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Presidente Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Antes de colocar em discussão o requerimento, concedo a palavra pela ordem ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, apenas para fazer a defesa do bom procedimento do processo legislativo. A pauta de hoje da Casa estabelece como primeiro item a votação da PEC e, em segundo, a medida provisória.

A interpretação do Ministro Celso de Mello é a de que “tratando-se de sessão extraordinária”, e o art. 9º da Resolução nº 2 do Congresso Nacional de 2000 e a Resolução de 2002 dizem a mesma coisa. Então, só para que não possamos abrir precedente, quando for uma Proposta de Emenda à Constituição a ser votada,

somente se a pauta estiver desobstruída. Senão, só se for por sessão extraordinária, no entendimento do Ministro Celso de Mello, que não é decisão do Pleno do Supremo. Só para ajudar a Mesa a salvaguardar o processo legislativo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sobre o mesmo assunto, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Mesa acolhe a questão de ordem de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sobre o mesmo assunto. Serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vou colocar em votação o requerimento. Se V. Ex^a entender, eu...

Com a palavra, então, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Senador Tião Viana tem toda razão, vez que a decisão do Supremo que tenho em mãos, em resumo, diz o seguinte: “As medidas provisórias continuarão sobrestando as sessões deliberativas ordinárias da Câmara dos Deputados, mas não trancarão a pauta das sessões extraordinárias”.

Isso quer dizer que, se a PEC dos Vereadores for votada em uma ordinária, poderá ser anulada. Então, para que isso não aconteça, teremos de convocar uma extraordinária logo após a primeira sessão da medida provisória. Se não houver possibilidade da votação da medida provisória, se não houver acordo, então vamos à convocação imediata da sessão extraordinária, depois da votação do requerimento. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Antonio Carlos Valadares, nós vamos votar a medida provisória, se for aprovado o requerimento, e aí a pauta vai ficar destrancada, porque nós só vamos fazer a leitura das outras duas medidas provisórias que chegaram após a votação dessas matérias, havendo concordância dos Líderes naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação o requerimento de iniciativa dos Senadores Arthur Virgílio, Gim Argello e José Agripino, Líderes, respectivamente, do PSDB, PTB e DEM.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será feita a inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 459, de 2009)
(Inversão de pauta, nos termos do Requerimento nº 722, de 2009, lido e aprovado nesta oportunidade)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2009, que *dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 459, de 2009).*

Relator revisor: Senador Gim Argello

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 749, DE 2009 – PLEN

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita alegria que hoje vou fazer esse parecer, tendo em vista tratar-se de um projeto de lei dos mais importantes que foi aprovado este ano no Senado, a Medida Provisória que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e da Medida Provisória que traz a Emenda Brasília, pela qual tanto esse povo dos condomínios do Distrito Federal vem lutando no decorrer de todos esses anos. Hoje, graças a Deus, vamos ter a oportunidade, com a presença da Júnia, da ONG, de Marco Lima, com a presença de tanta gente, de tantas pessoas queridas do Distrito Federal, de tantos lutadores, de promover uma qualidade de vida melhor.

Fazendo esse registro, passo então a ler o nosso parecer, de um projeto de lei tão importante, que vai viabilizar a possibilidade da construção de mais de um milhão de casas populares neste País.

Parecer de Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº11, de 2009, relativo à Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências.

I – Relatório

Trata-se de deliberar, em caráter de revisão, sobre o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº11, de 2009, aprovado pela Câmara dos Deputados no processo

de apreciação da Medida Provisória nº459 (MPV), de 25 de março de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha...

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Peço permissão a V. Ex^a.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Pois não.

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Já tive oportunidade de ler o relatório de V. Ex^a. Todos os Senadores já têm em mãos o relatório. Como não há alteração no relatório, sugiro a V. Ex^a, por uma questão de tempo processual e em função de uma matéria importante que temos de votar logo em seguida, que necessita de quórum qualificado, que é o caso PEC nº 47, como já é do conhecimento da Casa e como todos os Srs. Senadores já têm em mãos esse relatório, que V. Ex^a, dentro da síntese que for possível, inclusive dirija-se ao voto, para que nós possamos discutir a matéria. É uma sugestão que darei a V. Ex^a, mas, se for o entendimento de V. Ex^a, terei o maior prazer de ouvir todo o relatório que V. Ex^a com tanto carinho fez, em função da importância também dessa matéria, que é a construção de casas em todo o País. É uma sugestão que um aprendiz leva a V. Ex^a.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Nobre Senador Efraim, V. Ex^a é um aluno bastante dedicado e deixou de ser aprendiz há muito anos. É um professor aqui de plenário. Em respeito a todos, tendo em vista que nós já temos mais de 30 Senadores em plenário, que o Sr. Presidente Marconi Perillo declarou aberta a Ordem do Dia para que possamos fazer a votação e que a inversão da pauta foi concedida por este plenário, vou acatar a sugestão de V. Ex^a, fazendo um pequeno resumo, então, do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O Programa Minha Casa, Minha Vida foi construído por vários Ministérios do nosso atual Governo, mais de cinco Ministérios, conduzidos pela Casa Civil, pela Ministra Dilma Rousseff, sob a orientação direta do Senhor Presidente da República.

Tendo em vista a crise internacional que o mundo vive, precisava-se fazer girar a economia local, e buscou-se, então, um produto normal, um produto com que o País pudesse girar em torno de si próprio, que é a construção civil. Mas, para fazer construção civil neste País, tinha-se que atender aos mais necessitados, justamente na casa de 8 milhões de pessoas que não têm casa própria ainda, porque a baixa renda neste País foi abandonada há mais de 30 anos, voltando agora, com esse programa, a ser atendida. Isso vai beneficiar não só o ciclo da economia no Brasil, como em prefeituras e Estados brasileiros.

Minha Casa, Minha Vida é um programa elaborado visando à construção agora, na primeira etapa,

de um milhão de residências. Um milhão de pessoas vão ser atendidas na faixa de zero a três salários mínimos, de zero a seis salários mínimos, de zero a dez salários mínimos. Vejam os senhores: depois de muitos e muitos anos, este País vai construir novamente casa para quem ganha, Senador Marconi Perillo, apenas três salários mínimos.

Então, ao meu modo de ver, ao modo de ver de todos aqueles que tiveram conhecimento, como o nobre Senador Efraim teve, desse relatório, é um programa que realmente atende à necessidade de todos aqueles que precisam e necessitam de uma residência a preços mais justos.

Para vocês terem uma ideia do que se mudou com esse programa, foram mudadas 28 regras. Menciono uma delas apenas, só um item: para aquele que constrói, como é o caso da construção civil, Senador Jefferson Praia, para tirar um alvará de construção e, depois do alvará, o “habite-se”, ele precisava levar, Senador Tuma, ao INSS todas as notas fiscais daquela obra para se calcularem as horas que foram gastas, para, aí, sim, cobrar-se o INSS daquela obra. A partir desse programa, a pessoa faz como no Imposto de Renda: declara quanto gastou de mão-de-obra e paga em cima da declaração. Mais do que isso, foram feitas várias e várias modificações em relação a financiamento; várias e várias modificações em relação a impostos, a seguros. Então, é um programa que realmente vai atender àqueles que mais necessitam.

Como pedido pelo Senador Efraim, não vou ler todo o relatório. Vou direto ao voto, dizendo, mais uma vez, que a medida atende a toda a baixa renda do nosso País. Excepcionalmente, o Distrito Federal foi atendido pela emenda da forma como veio da Câmara. Foi um emenda de minha autoria que foi para a Câmara dos Deputados e, com a bancada do Distrito Federal na Câmara dos Deputados entendendo a sua necessidade, foi aprovada lá, por unanimidade, pela nossa bancada do Distrito Federal, com o apoio do Governador local, José Roberto Arruda, com o apoio de todas as lideranças. E, mais importante, já conversado com o Senhor Presidente da República que não haverá veto a essa matéria, porque é uma matéria deveras importante para o Distrito Federal, onde há condomínios ditos irregulares há mais de 30 anos. Várias pessoas aqui, os próprios funcionários do Senado e funcionários de todos os Poderes são moradores desses condomínios. Atinge mais de 600 mil pessoas, hoje representadas por estas pessoas que se encontram aqui nas galerias e que são muito bem-vindas ao Senado da República.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Excepcionalmente é estendida ao Distrito Federal, pelo prazo de até dois anos, a possibilidade da aplicação do regime de regularização fundiária de interesse social nos assentamentos urbanos ou parcelamento do solo informais, desde que, cumulativamente, se situem em áreas de domínio público e sejam ocupados por população que, independentemente da renda familiar, tenha o bem irregular como único imóvel residencial.

Segue por aí nosso relatório.

Sr. Presidente, peço autorização de V. Ex^a e do plenário para ir direto ao voto.

A proposta governamental, já de início meritória, foi aprimorada pela incorporação de diversas contribuições oriundas de todas as forças políticas representadas no Congresso Nacional. O resultado desse esforço, consubstanciado no PLV nº 11, de 2009, deve, portanto, merecer a acolhida do Senado Federal.

Voto:

Em face do exposto, concluímos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 459, de 2009, e, considerados os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, votamos pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2009, nos termos aprovados pela Câmara dos Deputados.

Eis o voto, Sr. Presidente, agradecendo a todos.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº , DE 2009

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2009, relativo à Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.

Relator: Senador **Gim Argello**

I – Relatório

Trata-se de deliberar, em caráter de revisão, sobre o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 11, de 2009, aprovado pela Câmara dos Deputados no processo de apreciação da Medida Provisória (MPV) nº 459, de 25 de março de 2009, que “dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências”.

Instituído com o objetivo de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda de até dez sa-

lários mínimos, o Programa Minha Casa, Minha Vida, nos termos do PLV nº 11, de 2009, compreende:

I – o Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU;

II – o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR;

III – a autorização para a União transferir recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, e ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS;

IV – a autorização para a União conceder subvenção econômica com vistas à implementação do Programa em municípios com população de 50 mil habitantes;

V – a autorização para a União participar do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab; e

VI – a autorização para a União conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A proposição estabelece critérios tanto para o acesso dos estados, do Distrito Federal e dos municípios aos recursos alocados quanto para a seleção de beneficiários. No primeiro caso, terão prioridade os entes federativos que doarem terrenos, adotarem medidas de desoneração tributária e implementarem instrumentos de combate à ociosidade de áreas urbanas. Para a definição dos beneficiários, prevalecerá o tempo de residência e, no caso de famílias com renda mensal de até três salários mínimos, será adotado sistema de “sorteio eletrônico público”.

O PNHU tem como propósito subsidiar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais ou de lotes urbanizados para os segmentos populacionais com renda familiar de até seis salários mínimos. Para tanto, a União é autorizada a conceder subvenção econômica até o montante de R\$2,5 bilhões. O subsídio concedido destina-se a complementar a respectiva capacidade financeira para pagamento do preço do imóvel ou o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento realizadas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), compreendendo as despesas de contratação, de administração e de cobrança e de custos de alocação, remuneração e perda de capital.

Competirá ao Poder Executivo a regulamentação do PNHU, cabendo à Caixa Econômica Federal a gestão operacional dos recursos de subvenção.

O PNHR, a seu turno, tem como finalidade subsidiar a produção ou a aquisição de moradia aos agricultores familiares e trabalhadores rurais. Suas características assemelham-se às do PNHU, mas o montante dos subsídios que lhe serão aportados limita-se a R\$500 milhões.

Em ambos os programas, a utilização dos subsídios em finalidade diversa da prevista ensejará a devolução ao Erário da subvenção concedida, acrescida de juros e atualização monetária.

Para operacionalizar o Programa Minha Casa, Minha Vida, a União é autorizada a transferir recursos para o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, até o limite de R\$14 bilhões, e para o Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, até o limite de R\$500 milhões.

Adicionalmente, a União poderá transferir R\$1 bilhão para a implementação do Programa em municípios com população de até 50 mil habitantes.

Como forma de reduzir os efeitos da inadimplência involuntária, autoriza-se a União a participar, até o limite de R\$2 bilhões, do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab. O objetivo é garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, além de assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel.

Para o financiamento da infraestrutura urbana vinculada aos programas, fica a União autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular. O volume de recursos utilizado para essa linha é limitado a R\$5 bilhões.

Os contratos e registros efetivados no âmbito do PMCMV serão formalizados, preferencialmente, em nome da mulher.

Para mais, os lotes destinados à construção de moradias no âmbito do Programa não poderão ser objeto de rememoração pelo prazo de quinze anos, contados da celebração do contrato. Tal restrição busca evitar a aquisição fatura por investidores de um conjunto de moradias populares com vistas à realização de grandes empreendimentos, o que desnaturaria as finalidades sociais do Programa.

O PLV nº 11, de 2009, também altera a Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973) com vistas a inserir os atos registrais no sistema de registro eletrônico e a reduzir as custas e emolumentos devidos. A redução alcança:

I – noventa por cento para a construção de unidades habitacionais de até R\$60 mil;

II – oitenta por cento para a construção de unidades habitacionais de valor superior a R\$60 mil e até R\$80 mil; e

III – setenta e cinco por cento para a construção de unidades habitacionais de preço maior que R\$80 mil e até R\$130 mil.

Não serão devidas custas e emolumentos pelo beneficiário com renda familiar mensal até três salários mínimos. Para os de renda familiar mensal superior a três e igual ou inferior a seis salários mínimos haverá redução de noventa por cento e, para os de renda familiar mensal entre seis e dez salários mínimos, redução de oitenta por cento.

Os cartórios que não cumprirem as reduções determinadas ficam sujeitos a multa de até R\$100 mil.

Um capítulo específico é dedicado à regularização fundiária de assentamentos urbanos. Nos termos da proposição, “a regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos urbanos e a titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

Nesse sentido, são adotados dois novos instrumentos jurídico-urbanísticos: a demarcação urbanística para fins de regularização fundiária, procedimento administrativo pelo qual o Poder Público, no âmbito da regularização fundiária de interesse social, demarca imóvel de domínio público ou privado, definindo seus limites, área, localização e confrontantes, com a finalidade de identificar seus ocupantes e qualificar a natureza e o tempo das respectivas posses, e a legitimação de posse, ato do Poder Público destinado a conferir título de reconhecimento de posse de imóvel objeto de demarcação urbanística.

A regularização fundiária poderá ser de interesse social, quando se tratar de assentamentos irregulares ocupados, predominantemente, por população de baixa renda, ou de interesse específico, quando não caracterizado o interesse social, devendo respeitar as diretrizes gerais da política urbana estabelecidas no Estatuto da Cidade e observar os seguintes princípios:

I – ampliação do acesso a terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental;

II – articulação com as políticas setoriais de habitação, de meio ambiente, de saneamento básico e de mobilidade urbana, nos diferentes níveis de governo e com as iniciativas públicas e privadas, voltadas à integração social e à geração de emprego e renda;

III – participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização;

IV – estímulo à resolução extrajudicial de conflitos; e

V – concessão do título preferencialmente para a mulher.

Observado o disposto no PLV nº 11, de 2009, e no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), os municípios poderão dispor sobre os procedimentos de regularização fundiária em seu território, mas a ausência da regulamentação municipal não obsta a implementação dos programas.

A regularização fundiária poderá ser promovida pela União, Distrito Federal, estados e municípios, e também pelos beneficiários, individual ou coletivamente, e por cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis vinculadas ao desenvolvimento urbano ou à regularização fundiária.

Os municípios poderão, por decisão motivada, admitir a regularização fundiária de interesse social inclusive em Áreas de Preservação Permanente, ocupadas até 31 de dezembro de 2007 e inseridas em área urbana consolidada, desde que estudo técnico comprove que esta intervenção implicaria a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior.

Na regularização fundiária de interesse social, caberá ao Poder Público, diretamente ou por meio de seus concessionários ou permissãoários de serviços públicos, a implantação do sistema viário e da infraestrutura básica, o que poderá ser executado mesmo antes de concluída a regularização jurídica da situação dominial do imóvel.

Nos procedimentos de regularização fundiária, o Poder Público poderá lavrar auto de demarcação urbanística com base no levantamento da situação da área a ser regularizada e na caracterização da ocupação. Encaminhado o auto de demarcação urbanística ao registro de imóveis, o oficial deverá proceder às buscas para identificação do proprietário da área a ser regularizada e de matrículas ou transcrições que a tenham por objeto.

Realizadas as buscas, o oficial do registro de imóveis deverá notificar pessoalmente o proprietário da área e, por edital, os confrontantes e eventuais interessados para, querendo, apresentarem, no prazo de quinze dias, impugnação ao registro da demarcação urbanística. Decorrido o prazo sem impugnação, a demarcação urbanística deverá ser registrada na matrícula da área a ser regularizada.

Havendo impugnação, o oficial do registro de imóveis deverá notificar o Poder Público para que se manifeste no prazo de sessenta dias. Nesse caso, o

Poder Público poderá propor a alteração do auto de demarcação urbanística ou adotar qualquer outra medida que possa afastar a oposição do proprietário ou dos confrontantes à regularização da área ocupada.

De sua parte, o oficial de registro de imóveis deverá promover tentativa de acordo entre o impugnante e o Poder Público. Não havendo acordo, a demarcação urbanística será encerrada em relação à área impugnada.

Registrado o auto de demarcação urbanística, o Poder Público deverá elaborar o projeto do parcelamento e registrá-lo, concedendo, após o registro, título de legitimação de posse aos ocupantes cadastrados. O título será concedido preferencialmente em nome da mulher e averbado na matrícula do imóvel.

A legitimação de posse devidamente registrada constitui direito em favor do detentor da posse direta para fins de moradia e será concedida aos moradores cadastrados pelo Poder Público, desde que:

I – não sejam concessionários, foreiros ou proprietários de outro imóvel urbano ou rural;

II – não sejam beneficiários de legitimação de posse concedida anteriormente; e

III – os lotes ou fração ideal não sejam superiores a duzentos e cinquenta metros quadrados.

Sem prejuízo dos direitos decorrentes da posse exercida anteriormente, o detentor do título de legitimação de posse, após cinco anos de sua averbação, poderá requerer ao oficial de registro de imóveis a conversão desse título em registro de propriedade, tendo em vista sua aquisição por usucapião, a teor do art. 183 da Constituição.

Já a regularização fundiária de interesse específico depende da análise e da aprovação do projeto pela autoridade licenciadora, bem como da emissão das respectivas licenças urbanística e ambiental. A autoridade licenciadora poderá exigir contrapartida e compensações urbanísticas e ambientais, na forma da legislação vigente.

O registro do parcelamento resultante do projeto de regularização fundiária de interesse específico deverá ser requerido ao registro de imóveis nos termos da legislação em vigor.

Não serão cobradas custas e emolumentos para o registro do auto de demarcação urbanística, do título de legitimação de posse e de sua conversão em título de propriedade, e dos parcelamentos oriundos da regularização fundiária de interesse social.

Excepcionalmente, são estendidas ao Distrito Federal, pelo prazo de até dois anos, a possibilidade da aplicação do regime de regularização fundiária de interesse social nos assentamentos urbanos ou parcelamentos do solo informais, desde que, cumulativa-

mente, situem-se em área de domínio público e sejam ocupados por população que, independentemente da renda familiar, tenha o bem irregular como único imóvel residencial.

Na implementação do Programa, serão asseguradas condições de acessibilidade a todas as áreas públicas e de uso comum, a oferta de unidades adaptáveis ao uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e por idosos, características de sustentabilidade ambiental nas construções, bem como a utilização de novas tecnologias construtivas. Nesse sentido, para as famílias com renda mensal de até seis salários mínimos, autoriza-se o financiamento da aquisição e instalação de sistemas de aquecimento por energia solar.

De outra parte, o PLV nº 11, de 2009, amplia o escopo do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, que passa a ser integrado:

- I – pelos bancos múltiplos;
- II – pelos bancos comerciais;
- III – pelas caixas econômicas;
- IV – pelas sociedades de crédito imobiliário;
- V – pelas associações de poupança e empréstimo;
- VI – pelas companhias hipotecárias;
- VII – pelos órgãos federais, estaduais, municipais, inclusive sociedades de economia mista em que haja participação majoritária do Poder Público, que operem no financiamento de habitações e obras conexas;
- VIII – pelas fundações, cooperativas e outras formas associativas para construção ou aquisição da casa própria, sem finalidade de lucro;
- IX – pelas caixas militares;
- X – pelas entidades abertas de previdência complementar;
- XI – pelas companhias securitizadoras de crédito imobiliário; e
- XII – por outras instituições que venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional como integrantes do SFH.

Também são adotadas, no âmbito do SFH, medidas de alargamento do direito à informação dos mutuários perante os agentes financeiros.

II – Análise

As razões da iniciativa estão expressas na Exposição de Motivos Interministerial nº 33 – MF/MJ/MP/MMA/MCidades, em cujos termos os Ministros de Estado da Fazenda, da Justiça, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Meio Ambiente e das Cidades submetem ao Presidente da República o então ainda projeto de medida provisória.

Diante do cenário de uma crise financeira global, que ensejou o recrudescimento de impactos negativos sobre a atividade econômica e os níveis de emprego e renda no País, os ministros signatários consideram ser premente a adoção de “medidas anticíclicas no curto prazo, principalmente aquelas que possam garantir a melhoria na qualidade de vida da população de baixa renda e a manutenção do ritmo de atividade econômica”.

Argumentam os signatários que as restrições nos sistemas de crédito, decorrentes da própria crise, impõem a criação de mecanismos de redução de riscos com vistas a viabilizar a continuidade dos investimentos, em especial no setor da construção civil, que reúne características positivas no campo da geração de empregos voltados para os segmentos populacionais de menor renda.

Ao constatarem que os programas habitacionais atualmente em execução ainda não foram capazes de reduzir expressivamente o déficit habitacional, altamente concentrado nos estratos sociais de baixa renda, os ministros signatários consideram necessário facilitar o acesso dessa faixa da população aos “mecanismos de aquisição de moradia que demandem comprovação, regularidade e suficiência de renda”, por meio da criação de ambiente regulatório “mais favorável ao suprimento desse tipo de moradia pela iniciativa privada”.

Nesse sentido, formulam o Programa Minha Casa, Minha Vida, objeto da MPV nº 459, de 2009.

Perante a Comissão Mista instituída para o exame da matéria, foram oferecidas 307 emendas. Dessas, 102 foram incorporadas, no mérito, ao PLV nº 11, de 2009, aprovado na Câmara dos Deputados.

Em relação ao texto original, as principais alterações promovidas naquela Casa referem-se à inclusão da possibilidade de atendimento a municípios de menor porte; à extensão dos benefícios do Programa à produção ou aquisição de lote urbanizado, “desde que o beneficiário assuma o compromisso contratual de iniciar a construção da unidade residencial no prazo de até seis meses”, admitida a utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); à autorização para que a União conceda subvenção econômica de até R\$1 bilhão para o atendimento de beneficiários com renda familiar de até três salários mínimos nos municípios com população menor ou igual a 50 mil habitantes; à previsão para o financiamento da instalação de sistemas de aquecimento de água por energia solar para famílias com renda de até seis salários mínimos; e, por fim, à extensão, para o Distrito Federal, pelo prazo de dois anos, independentemente da renda familiar dos beneficiários, das regras

especiais da regularização de interesse social para os assentamentos ou parcelamentos informais situados em área pública.

Nada há a objetar quanto aos aspectos de relevância e urgência da MPV nº 459, de 2009, pressupostos requeridos pelo art. 62 da Constituição Federal tanto para sua edição pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República quanto para sua admissibilidade pelo Congresso Nacional.

No mérito, consideramos que a iniciativa vem ao encontro de uma das mais importantes expectativas da população brasileira: a efetiva produção habitacional em favor das famílias de baixa renda.

Quantificado em estudo realizado pela Fundação João Pinheiro para o Ministério das Cidades, com base em dados levantados em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o déficit habitacional no Brasil alcança 7,9 milhões de moradias. Desse total, cerca 6,5 milhões, o equivalente a 82%, referem-se a áreas urbanas.

Por faixa de renda, nada menos que 90,7% do déficit concentram-se no segmento populacional de renda familiar mensal de até três salários mínimos. Somadas as famílias com renda mensal de até dez salários mínimos, alcança-se 99,1%, ou seja, quase a totalidade do déficit habitacional.

Incapazes de arcar com os custos relativos à produção habitacional no regime de mercado e esquecidas pelos programas públicos em razão de restrições orçamentárias, as famílias de menor renda vêm sendo levadas à informalidade e à precariedade. Hoje, cerca de um terço dos habitantes das metrópoles brasileiras sujeitam-se à insegurança jurídica de favelas, mocambos, cortiços e diversas outras formas de assentamentos irregulares.

Esse quadro de carências, como ocorre na maior parte dos países, desenvolvidos ou não, somente pode ser superado por uma política de subsídios explícitos, capaz de reduzir a distância entre a renda familiar dos pobres e os custos da moradia regular, provida de infraestrutura.

É o que promove o Programa ora submetido ao exame do Congresso Nacional. Trata-se de esforço nacional que, certamente, ultrapassará governos e gerações. A execução dessa longa tarefa precisa, contudo, começar.

A proposta governamental, já de início meritória, foi aprimorada pela incorporação de diversas contribuições, oriundas de todas as forças políticas representadas no Congresso Nacional. O resultado desse esforço, consubstanciado no PLV nº 11, de 2009, deve, portanto, merecer a acolhida do Senado Federal.

III – Voto

Em face do exposto, concluímos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 459, de 2009, e, considerados os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, votamos pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2009, nos termos aprovados pela Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2009. –
Gim Angello, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência cumprimenta o Senador Gim Angello pelo voto.

Eu queria apenas fazer um reparo, como ex-Governador de Goiás. V. Ex^a disse que há 30 anos não se trabalha a construção de casas aqui no Brasil. O Presidente Sarney construiu muitas casas, milhares. O Presidente Fernando Henrique e outros presidentes, o Presidente Collor. E eu, como Governador de Goiás, ajudei a viabilizar empreendimentos nessa área a mais de 150 mil famílias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para a discussão do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a está inscrito para o mérito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Gim Angello, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

No mérito, é pela aprovação do projeto de lei de conversão.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária. (*Pausa.*)

Não há oradores inscritos para encaminhar a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Discussão do mérito do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista, em turno único.

Estão inscritos os Senadores Renato Casagrande e Arthur Virgílio.

Com a palavra, para discutir o mérito da matéria, o Senador Renato Casagrande.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Senadora Lúcia Vânia está inscrita para discutir o mérito.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, naturalmente, quero manifestar o meu apoio à medida provisória, uma medida provisória importante, que busca a construção de um milhão de casas no País e que tem todo o nosso apoio, a nossa compreensão. O formato, a maneira, a engenharia para construir essas casas foi muito bem elaborada. Então, tem o meu apoio, para que possamos de fato aprovar essa medida provisória.

Inclusive, nós fizemos uma sugestão ao Presidente Lula e à Ministra Dilma, eles aceitaram e estão desenvolvendo um programa de aquecimento de água pelas placas solares. Isso também é muito importante no sentido de economizar eletricidade nos chuveiros elétricos. Numa casa popular, até 30% do gasto de energia são do chuveiro elétrico. Então, houve a aceitação dessa proposta que acho fundamental e importante.

Sr. Presidente, apesar de aprovar a medida provisória – votarei a favor dela –, tenho só três observações a fazer. Duas emendas que fiz não foram acatadas na Câmara, e farei o pedido de destaque dessas emendas no plenário do Senado.

Parabenizo o trabalho do Senador Gim Argelo, mas a estratégia e a tática que ele usou foram as de não mudar nada do que foi aprovado na Câmara, pelo exíguo prazo que temos aqui. Isso tem se tornado uma rotina no Senado.

Nós perdemos a capacidade de aperfeiçoar, na visão do Senado, as propostas. Nós não temos tempo de aprovar essas propostas aqui, porque teria que voltar esse PLV para a Câmara, e ficamos sem instrumento de mudança. Praticamos o processo legislativo pela metade, porque ficamos sempre apertados com o tempo.

Por exemplo, fiz duas propostas que acho importantes. Vivenciamos um problema sério no meu Estado - e também outros Estados do Brasil vivenciam esse problema, Senador Jefferson Praia - com os detentores de terreno de marinha, detentores do patrimônio da União. Esses detentores de terreno de marinha... No nosso caso, são terrenos de marinha; não só o Espírito Santo, mas o Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Maranhão, Bahia e outros Estados. Diversos imóveis são registrados e ocupados por pessoas, mas essas pessoas não têm nenhum direito, porque o ocupante, pela legislação brasileira, Senador Demóstenes, não tem direito de financiar o imóvel, não tem direito de

fazer uma negociação desse imóvel. Então, estamos pedindo para que haja até um incentivo à solução de quem ocupa terreno de marinha. Que a essas pessoas que são posseiras seja concedido o direito real de uso, porque seria uma fase intermediária entre o possessor e o foreiro. Essa medida daria permissão a essas pessoas de financiarem o seu imóvel, de negociarem e comercializarem o seu imóvel.

Então, Senador Romero Jucá, Líder do Governo, eu gostaria que este tema fosse levado em consideração, porque diversos Senadores têm problemas com terrenos de marinha, têm problemas com posseiros que ocupam um terreno, pagam uma taxa ao patrimônio da União, mas não têm nenhum direito, porque não possuem essa possibilidade prevista na legislação civil brasileira de ter o direito real de uso. Ele é um possessor, ele não pode financiar o seu imóvel.

Fizemos uma emenda sobre esse assunto, que não foi acatada na Câmara, nem no Senado. Estou destacando essa emenda, porque a considero importante. E os Senadores de Estados com rios de dimensões elevadas ou com áreas litorâneas têm esse tipo de problema. É muita gente que vive essa dificuldade.

Fiz outra proposta que é para acabar com o laudêmio. Às vezes, as pessoas não se interessam pelo assunto, porque só nos interessamos por aquilo que conhecemos. O laudêmio é uma taxa que a gente paga quando somos detentores de um patrimônio da União, como foreiros – porque, como possessor, não se pode nem pagar. Você está autorizado pelo Governo a ocupar um terreno da União, você paga uma taxa anual por estar usando esse terreno, você faz um investimento nesse terreno, constrói uma casa nesse terreno, você faz um investimento grande no terreno e, quando você vai transferi-lo, quando você vai vender esse terreno para alguém, você paga 5% não sobre o bem do imóvel, do terreno, da posse; você paga 5% sobre o bem imóvel e mais o patrimônio que você construiu sobre aquela área.

Então, o que estamos pedindo? É que o laudêmio passe a não existir nesses terrenos. Estamos pedindo para tudo, para que haja o fim do laudêmio, para tudo. Mas nem o Senador Romero Jucá nem o Senador Almeida Lima conseguiram encontrar um caminho que pudesse fazer a negociação de uma proposta. O Senador Almeida Lima tem me dito que fará essa proposta, porque ele ficou coordenando esse grupo de trabalho. Mas, enquanto não se resolve acabar com o laudêmio para toda transferência de patrimônio da União, de quem é um foreiro, de quem está ocupando um patrimônio da União, estamos pedindo que, pelo menos, para incentivarmos a construção de casas, por esse Programa Minha Casa, Minha Vida, que não

se sobre o laudêmio sobre o terreno que for utilizado para construir casas.

Atualmente, estão acabando com diversas taxas cartoriais, mas essa taxa para o terreno de marinha tem sido mantida. Isso é um absurdo! Terreno de marinha é um tema que esta Casa tem que discutir e debater. Desde que me elegi Deputado Federal, tenho discutido esse tema na Câmara e no Senado. Não conseguimos avançar por duas razões muito claras. A primeira é que os governos não abrem mão dessa arrecadação. Mas é uma arrecadação imposta, desde a época do Império, para cobrar taxas de ocupantes de terrenos que, hoje, já estão a cinco, três, dois quilômetros da linha de preamar. Então, estamos nesse ambiente. Há outra situação que impede que avancemos: é um tema difícil de compreender e, então, quem não compreende não dá importância. Nós, que a vivenciamos no litoral e temos uma pressão maior das pessoas para que encontremos um caminho, buscamos solução.

Espero, Senador Romero Jucá, mesmo que façamos agora os dois destaques com relação ao fim do laudêmio e com relação ao direito real de uso para quem ocupa um terreno da União, mesmo que tenhamos dificuldade de votar isto aqui agora, que avancemos naquela proposta que V. Ex^a fez ao Senador Almeida Lima de construirmos algumas alternativas para avançarmos na legislação sobre pessoas que ocupam patrimônio da União, pessoas que ocupam terreno de marinha. Então, fiz esses dois destaques.

Tenho uma outra proposta, que estaria numa emenda de redação, que seria uma alteração de texto no art. 237, que, após o registro do parcelamento do solo ou de incorporação imobiliária, até a averbação da construção, inclusive a averbação da construção... Já falei também com o Senador Gim Argello, mas eu quero fazer um apelo para que possamos depois, nos destaques, votar essas matérias. E o apelo que faço ao Senador Romero Jucá é para que consigamos avançar no aperfeiçoamento da legislação que trata de terreno de marinha.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, para discutir a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, publicada em 26 de março deste ano, a Medida Provisória nº 459, de 2009, trata, basicamente, da instituição do programa intitulado Minha Casa, Minha Vida e da regularização fundiária de assentamentos, localizados em áreas urbanas.

De acordo com a exposição de motivos que acompanha a Medida Provisória, o programa tem, como fi-

nalidade, criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda de até 10 salários mínimos, reduzindo o déficit habitacional existente no País.

Os principais pontos da Medida Provisória são:

- institui o Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, ficando a União autorizada a conceder subvenção econômica no seu âmbito até o montante de R\$2,5 bilhões, Senador Agripino;

- institui o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, ficando a União autorizada a conceder subvenção econômica no seu âmbito até o montante de R\$500 milhões;

- autoriza a União a transferir recursos para o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR – até o limite de R\$15 bilhões, e para o Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, até o limite de R\$500 milhões;

- cria o Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab – autorizando a União a participar desse Fundo até o limite de R\$2 bilhões;

- autoriza a União a conceder subvenção econômica ao BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, não superior a R\$5 bilhões;

- estabelece, com relação à regularização fundiária, critérios e princípios para a regularização de assentamentos, permite aos Municípios dispor sobre o procedimento de regularização fundiária em seu território, cria medidas para a gestão de ocupações em Áreas de Preservação Permanentes e para a recuperação de áreas degradadas e de áreas não passíveis de regularização, trata da demarcação urbanística e da legitimação de posse, entre outras medidas.

Peço atenção de V. Ex^{as}, Senador José Agripino, Senador Demóstenes Torres. Senador José Agripino, peço especial atenção de V. Ex^a, porque vou elencar alguns pontos outros. Agradeço-lhe, Senadora Lúcia Vânia.

Além disso, a Medida Provisória traz uma série de outros pontos que merecem ser destacados:

- estabelece que os sistemas de amortização do saldo devedor nas operações de empréstimo ou financiamento realizadas por instituições integrantes do SFH possam ser livremente pactuados entre as partes – é um ponto relevante da Medida Provisória, Senador Flexa Ribeiro;

- amplia o leque de instituições que pas-sam a integrar o SFH;
- oferece ao mutuário liberdade de esco-lha entre diferentes apólices de seguro dispo-níveis no mercado – vejo isso, Senadora Lúcia Vânia, como ponto também relevante, porque oferece liberdade de escolha, ou seja, pratica-se a ausculta ao mercado; esse foi o ponto que mais chamou a atenção, minha mesmo e da assessoria tão atenta, que com ela conto em meu gabinete pessoal e na Liderança do PSDB, da qual tenho a honra de ser o titular, Sr. Presidente;
- adota o registro eletrônico nos servi-ços de registro de imóveis e reduz custas e emolumentos na elaboração das escrituras e registros de imóveis.

A Medida Provisória recebeu 307 emendas, e o Relator da matéria na Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, acatou, direta ou indiretamente, várias emendas, entre elas, uma de minha autoria, que pretendia resolver uma situação polêmica criada por ocasião do Programa Minha Casa, Minha Vida. Quando esse Programa foi lançado, o Presidente Lula anunciou que o pacote seria voltado, sobretudo, para atender regiões metropolitanas e cidades com mais de cem mil habitantes, deixando de fora aproximadamente 95% dos Municípios brasileiros cuja população é inferior a cem mil habitantes. Minha emenda propunha que pelo menos 30% dos recursos disponibilizados pelo Programa deveriam ser destinados aos Municípios com população inferior a cem mil habitantes.

No PLV, aprovado pela Câmara dos Deputados, foram feitos ajustes para resolver essa polêmica. Explicitou-se, no seu artigo 2º, que o Programa será direcionado a famílias que residam em qualquer dos Municípios brasileiros, e previu-se a destinação de R\$1 bilhão para o atendimento de Municípios com população de até cinquenta mil habitantes.

Destaco algumas alterações promovidas pela Câmara dos Deputados. Senador Tasso Jereissati, chamo atenção de V. Ex^a, porque são pontos que considero da maior relevância. Eu já disse ao Senador José Agripino que é matéria que merece que nos dediquemos ao estudo dela e que nela nos aprofundemos. E fiz isso, procurei fazer isso e, hoje, trago aqui o resultado, com a alegria de ter visto uma emenda minha contemplada. Trago, hoje, com alegria, algumas considerações.

Tive uma emenda contemplada, que é aquela que estabelece que cidades menores também teriam direito a financiamentos. Isso apenas demonstrou sensibilidade social. O Relator Henrique Eduardo Alves demonstrou sensibilidade social. Minha emenda propunha que pelo

menos 30% dos recursos disponibilizados pelo Programa deveriam ser destinados aos Municípios com população inferior a cem mil habitantes. Essa é a realidade do meu Estado e do seu Estado, é uma realidade do Brasil; do Rio Grande do Norte, do Senador José Agripino; de Alagoas, do Senador Renan Calheiros; do seu Ceará; sem dúvida, de Goiás, da Senadora Lúcia Vânia e do Presidente Marconi Perillo.

Veja bem, Senador Tasso Jereissati, que, dentre as principais alterações promovidas pela Câmara, destaco:

- a inclusão, como já citei acima, da possibilidade de o Programa alcançar Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, pois é mais justo dar-se a possibilidade a esses Municípios de terem programas de casa própria, de casa popular;
- a extensão dos benefícios do Programa para a produção de novas unidades em áreas urbanas, bem como a produção ou aquisição, Senador Alvaro Dias, de lotes urbanizados em áreas urbanas, desde que o beneficiário assumo o compromisso contratual de iniciar a construção da unidade num prazo de até seis meses, ou seja, esse é um golpe na especulação imobiliária;
- a redução da transferência de recursos para o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) de R\$15 bilhões para R\$14 bilhões, destinando a diferença de R\$1 bilhão para implementação do Programa em Municípios com população de até cinquenta mil habitantes;
- a aprovação de dispositivo que facilita a atuação de outros agentes financeiros no Programa, além da Caixa econômica Federal (CEF) – os recursos serão alocados mediante oferta pública às instituições financeiras e aos agentes financeiros, e cada instituição participante só poderá receber recurso até o máximo de 15% do total ofertado em cada oferta pública.

Nesta Casa, o Relator da matéria, Senador Gim Argello, manteve o texto aprovado na Câmara dos Deputados. O Deputado Henrique Eduardo Alves aproveitou parte das 307 emendas. Era quase como um código o que propunham lá. O Deputado aceitou, trouxe para o nível do razoável, e o Senador Gim Argello manteve no nível do razoável a matéria, que poderá ser o texto final.

Feita essa análise preliminar, cabe aqui discutirmos um ponto importante. Em primeiro lugar, Senador Tarso Jereissati, a matéria é meritória. A tentativa de

se reduzir o déficit habitacional, beneficiando principalmente a população de baixa renda merece apoio. Afinal, estudo encomendado pelo Ministério das Cidades, em 2006, mostra que, naquele ano, havia uma carência de moradias de oito milhões de novas unidades. Além disso, considerando-se apenas a parcela urbana do déficit, 90,7% dessa carência atingiam famílias com renda mensal de até três salários mínimos, o que significava, na verdade, uma situação de penúria social para cerca de quarenta milhões de brasileiros, levando-se em conta uma família média de cinco pessoas.

Portanto, não há como sermos contrários a uma Medida que tenha esse alcance.

No entanto, quero fazer referência às considerações apresentadas pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, por meio de sua Nota Técnica que subsidia os relatos acerca da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória. Não podemos deixar de considerar esses subsídios, que são elaborados por servidores da mais alta competência técnica.

Um ponto relevante destacado pela Nota Técnica é o seguinte: no caso da criação/inclusão de um novo programa, exige a Lei que trata do Plano Plurianual para o período 2008/2011 que isso se dê apenas por dois caminhos: a) por meio de projeto de revisão anual do PPA, o que não é o caso; b) por meio de projeto de lei específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

Pela ampla abrangência da Medida Provisória, fica claro que a mesma não pode ser caracterizada como “lei específica”. Portanto, a Medida Provisória, Senador Marconi Perillo, Sr. Presidente, não obedece a esse imperativo da Lei. Segundo a Consultoria da Câmara dos Deputados, “no caso da MP em análise, que trata de assuntos programáticos, orçamentários, financeiros, registros públicos, sistemas de garantias, regularização fundiária, entre outros, difícil aceitar que ela se trate de lei específica”.

A Nota Técnica ainda cita o art. 167 da Constituição.

Art. 167

[...]

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.”

Outro ponto questionado pela Consultoria diz respeito à instituição de fundos. A Constituição, em seu art. 167, IX, veda a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa, norma essa complementada pela proibição constante do art.

62, § 1º, inciso I, alínea d, da Constituição Federal, da edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento (em sentido geral) e créditos suplementares e adicionais. Logo, conclui a Consultoria, “a medida provisória não constitui instrumento adequado para autorizar a criação de fundo, qualquer que seja a sua natureza, exigível projeto de lei que atenda aos imperativos da Lei nº 4.320/64”, lei esta que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanço da União, dos Estados e dos Municípios do Distrito Federal.

Além disso, a Nota Técnica lembra que as alterações propostas na Medida Provisória instituem despesas não previstas na Lei Orçamentária Anual vigente, como as relativas ao Fundo Garantidor da Habitação Popular (até R\$2 milhões), ao Fundo de Desenvolvimento Social (até R\$500 milhões) e ao Fundo de Arrendamento Residencial (até R\$14 milhões, segundo o PLV).

Da mesma forma, a subvenção econômica ao BNDES, até o limite de R\$5 bilhões, trata-se de despesa adicional em relação às previsões da Lei Orçamentária para o exercício de 2009.

Para finalizar, ainda há o destaque para o fato de que não há dados sobre as fontes de recursos que financiarão essas despesas.

Enfim, muito embora o Governo tenha escolhido, mais uma vez, a forma errada para encaminhar uma matéria a esta Casa e, apesar dessas observações quanto às disposições da medida provisória que tenham relação – ou até mesmo conflito – com a Lei Orçamentária Anual, com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, colocando em dúvida a admissibilidade orçamentária e financeira da medida provisória em análise, entendo que a matéria é importante, é meritória e poderá propiciar oportunidades para que a população de baixa renda tenha algum benefício na aquisição de novas unidades habitacionais.

É com muito prazer que concedo um aparte a V. Ex^a, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, eu estava aqui matutando sobre as horas que V. Ex^a deve ter passado, as madrugadas que V. Ex^a deve ter gasto na elaboração da argumentação que apresenta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – V. Ex^a está tendo a profundidade que o País espera de um Líder importante como V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Agripino. É bondade de V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – ... para apreensão dessa matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É bondade de V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Daqui a pouco, vou fazer uma manifestação. Evidentemente, depois das considerações de V. Ex^a, muito mais condensada. Mas é admirável o esforço de apreciação da matéria com a profundidade que V. Ex^a está apresentando, chegando à minudência extrema, para que as pessoas votem com conhecimento de causa. E o conhecimento de causa, com o respeito do Relator, quem está tendo nesta Casa é fundamentalmente o parecer de V. Ex^a. Eu estava aqui embevecido com a capacidade...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – ... de reproduzir as intenções de um projeto como V. Ex^a está colocando da tribuna, pelo que o parabenizo e cumprimento-o de forma completamente efusiva.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

V. Ex^a só renova os gestos de amizade que são frequentes na sua relação para com este modesto e humilde colega representante do Estado do Amazonas.

Mas o fato é que essa matéria merecia mesmo estudo mais aprofundado. Eu, inclusive, fiz questão de uma peça escrita, porque o improviso deixaria menos técnica a abordagem; o improviso deixaria a abordagem mais espontânea; o improviso deixaria a abordagem, eu diria, mais dispersiva, ao passo em que a matéria escrita, pontuada, enriquecida pelo aparte de V. Ex^a, que sei que fará aqui uma brilhante exposição, deixa-nos discutir as dificuldades em relação ao planejamento orçamentário, que podem conflitar com as diretrizes básicas da matéria em tela e, ao mesmo tempo, poderemos registrar ponto por ponto. Sei que há outros pontos que me escaparam na análise, mas que serão certamente lembrados aqui por V. Ex^a e por outros Senadores que haverão de, com o talento de V. Ex^a – não sei se tantos teriam o talento de V. Ex^a –, colocar outros pontos em voga, em lume, na luz.

Então, Senador, lamento que tenhamos pouco tempo, porque, por mim, sei que não há orientação nenhuma, mas eu gostaria muito de tornar a ler, se eu pudesse. Com isso, eu passaria, não para os Senadores – porque sei que votarão conscientemente, Senador Jereissati, todos votarão com muita consciência, porque todos se debruçaram sobre a matéria por igual –, mas para as pessoas que estão lá fora a nos ouvirem e a nos verem, para perceberem que uma

matéria como essa traz ao debate aquela qualificação a que se refere o Senador Aloizio Mercadante. É um debate qualificado este que estamos propondo e que está sendo aceito. Esse é um bom repto.

V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur, V. Ex^a fez uma seleção de vantagens e de dificuldades com que este projeto do Governo Minha Casa, Minha Vida é oferecido. V. Ex^a fez um apanhado geral do que, na minha concepção, é o que vai acontecer com esse projeto. Na verdade, ele é um plano de intenções, do ponto de vista do *marketing*, muito bem lançado. V. Ex^a deve saber que, em Manaus, como em Natal, as filas de inscrição são quilométricas. São vinte mil, trinta mil inscritos. E V. Ex^a não tocou, porque não quis certamente – até porque não quis criar uma expectativa negativa em relação ao projeto –, no óbice principal. V. Ex^a colocou os óbices, as vantagens, as esperanças que nos cabem. Vamos votar a favor dessa matéria. Mas onde é que se vai arranjar terreno para a construção das casas prometidas? Terreno: esse é o grande óbice e é o que caracteriza, claramente, que esse é um plano de intenções e que, como V. Ex^a deixou, muito claramente, colocado, não vai acontecer, infelizmente, em um ano, em dois ou em três. É um horizonte de muito tempo. Mas, de qualquer maneira, é um enunciado de boas intenções que nós vamos aprovar, mas fazendo o registro devido, com as circunstâncias que V. Ex^a coloca com muita propriedade, com muito estudo, com algumas madrugadas de atenção, colocando claramente que é um plano de intenções, para que não se venda gato por lebre, para que não se crie a expectativa de que nós estamos aqui aprovando a construção de um milhão de unidades habitacionais. Não! Não, porque não tem capital e não tem terreno para isso. Deus quisesse que tivesse, mas não tem. Vamos aprovar. Vamos votar e vamos aprovar. V. Ex^a presta um bom serviço ao esclarecimento do País, com os argumentos que coloca com a propriedade que lhe é peculiar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peça a V. Ex^a, Senador Tuma, um pouco de tempo para complementar.

Termino agradecendo ao Senador José Agripino que fala, Senador Tasso, pela visão do engenheiro talentoso que consegue unir o seu talento e a sua vocação original de engenheiro à capacidade de verbalizar como poucos, com uma oratória privilegiada, com o tato político que faz do Senador José Agripino um líder de escol neste País.

Mas veja, Senador Agripino, V. Ex^a tocou em outro ponto fulcral. Abordamos aqui as vantagens enunciadas pelo projeto, abordamos aqui as dificuldades de casamento do projeto com a realidade orçamentária do País. Muito bem, agora, que não digam que a Oposição impediu-o. E vou pegar o meu Estado como exemplo, que tem Manaus, com 1,7 milhão de habitantes, e tem três cidades acima de 100 mil habitantes. E dos 62 Municípios do total, tem mais 58 Municípios, que estariam, portanto, prontos para receber as casas populares prometidas pelo Governo do Presidente Lula.

Não seria eu, Senador Tasso Jereissati, a obstaculizar, não seria V. Ex^a a impedir que os Municípios do Ceará recebessem o que não é uma benesse. Seria o pagamento tardio de uma dívida social secular para com os despossuídos neste País.

Então, contornamos toda a descrença contra a capacidade gerencial do Governo, que não é lá essas coisas, ultrapassamos todas as desconfianças em relação à dificuldade de terrenos a serem encontráveis, localizáveis – e V. Ex^a falou como engenheiro agora –, para dizer que vamos atrás do enunciado. O projeto, então, é meritório e que o Governo diga: A Oposição nos ajudou.

A Oposição se apresentou, como diz o Senador Aloizio Mercadante, que chegou ao plenário agora, abrilhantando esta sessão, para um debate qualificado. Estamos – eu já encerro – num debate que não só é qualificado, mas mostra o caráter de uma Oposição que pode não acreditar na gerência do Governo, mas não é por falta do apoio da Oposição que se vai deixar, depois desse debate, que é qualificado, sim, de entregar para a população mais pobre do País um milhão de casas populares, inclusive, prevendo os Municípios mais pobres e menores dos nossos Estados. Nós representamos os Estados pobres. E nós temos que cuidar daqueles que nos enviaram para cá para representá-los com honra e com dignidade.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Permite-me V. Ex^a um outro aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, para sermos pragmáticos e claros, V. Ex^a falou em um milhão de casas, como eu já havia mencionado. Para fazer um milhão de casas, um milhão de casas! Eu fui Governador e sei quantas eu pude fazer e as dificuldades que encontrei para fazê-las, para conseguir terreno. Não é terreno fora do Município, onde não existe nem água, nem luz, nem muito menos esgoto. O terreno para ser urbano tem um custo. Esses recursos que estão alocados e que são extremamente exíguos e voltados para a população de baixa renda

exigem a compatibilização de terreno próximo com custo baixo. E aí gera o conflito com a meta de um milhão de casas. Mas nós vamos aprovar. Vamos entregar o projeto ao Governo para que ele execute, para que as empresas se habilitem, para que as empresas consigam os terrenos onde vierem a conseguir, para dar oportunidade ao brasileiro de baixa renda de disputar o lugar ao sol e de ter a sua casinha. Mas sabendo que o Governo propôs um sonho – vou repetir, está propondo um sonho –, que nós vamos votar a favor e cobrar resultados do Governo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas que não nos digam que nós acordamos ninguém, transformando esse sonho em pesadelo. Que durma e que, se Deus quiser, estejamos errados nós. Que a falta de gerência não se manifeste e que se manifeste, ao contrário, o despertar de um Governo apto, capaz de entregar as metas prometidas, enfim.

Eu ainda vou aguardar alguns pronunciamentos; o de V. Ex^a é um que eu aguardarei muito atentamente, até por reconhecer em V. Ex^a o engenheiro capaz que V. Ex^a sempre foi – e que foi até o momento em que a política o tragou, para a alegria e para a honra do povo brasileiro. Mas vou aguardar também o pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, que eu sei que vai participar desse debate, qualificando esse debate cada vez mais; vai participar desse debate de maneira grandiosa, eu tenho certeza disso.

E nós vamos estar aqui, porque, depois de tantas complicações por que o Senado tem passado, nós estamos vivendo, Senador Alvaro Dias, um momento áureo: estamos aqui discutindo um programa que é prene, Senador Aloizio Mercadante, é prene de boas intenções. Temos que discutir, obviamente, e acompanhar a execução, a questão da gerência, mas, se é prene de boas intenções, não poderemos nós colocar em dúvida isso. Então, estamos aqui, Senador João Pedro, a aprovar essa matéria, e acredito eu, sem dúvida alguma: nem precisamos discutir nem fechar questão em bancada nenhuma do PSDB, é votar unanimemente a favor desse projeto.

E obrigado a V. Ex^a, porque fico honrado, V. Ex^a me solicitou e eu lhe concedi, Senador José Agripino, três apartes. E esse é um discurso que fica na minha memória por se tratar de um discurso ilustrado pela presença recorrente de V. Ex^a, com dados novos a cada vez que me aparteava, a cada vez que trazia a sua experiência de administrador, a cada vez que trazia a sua luz de engenheiro, a cada vez que trazia a sua sensibilidade de político brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado. O PSDB, sem dúvida alguma, vota a favor da aprovação dessa

Medida Provisória 459, de 2009, que trata da instituição do programa intitulado Minha Casa, Minha Vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Parabéns, Senador. Vou reler os inscritos: Senadora Lúcia Vânia, como a primeira; em seguida, o Senador Aloizio Mercadante; posteriormente, Marcelo Crivella, Jayme Campos e Alvaro Dias. Esses são os inscritos, até agora, para discutir a matéria.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria aqui de cumprimentar o Senador Gim Argello pela sensibilidade em não apresentar nenhuma emenda, uma vez que essa medida provisória precisa realmente ser votada hoje, em função da urgência que temos de ver esse programa deslançado.

Eu quero aqui dizer que esse é o começo de um trabalho que julgo muito importante. Espero que esse programa, que vem com tanta ansiedade, que é esperado com tanta ansiedade e que vem sob a aura de um programa que vai resolver o problema habitacional do País, venha realmente responder, pelo menos no primeiro momento, àquilo que a gente espera de um programa habitacional.

Eu não poderia deixar de dizer da importância desse programa. Eu acredito que o Programa Minha Casa, Minha Vida tem que ser, sim, um programa apoiado tanto pela Oposição como pela situação, uma vez que é um programa que vem ao encontro do interesse de toda a população, principalmente da população de baixa renda.

É preciso lembrar aqui que foi criado o Fundo Nacional de Habitação. Esse foi o primeiro passo que nós demos. Aliás, o Fundo Nacional de Habitação foi criado aqui por um projeto de lei de um Senador que, por coincidência, é do meu Estado, o Senador Mauro Miranda. Foi o primeiro passo que demos no sentido de fazer com que a habitação se tornasse um direito fundamental da pessoa humana. Isso foi o início de toda uma ação, de todo um ordenamento que se fez para que o projeto habitacional do País tivesse realmente fundamentos expressivos.

Mas é preciso saber que essa matéria que chega hoje, encaminhada pelo Executivo, tem uma relevância social importante. E é importante também observar aqui as modificações que foram feitas na Câmara dos

Deputados, modificações essas que propiciaram um aprimoramento da medida provisória, fazendo com que ela pudesse atingir um número maior de pessoas que moram, principalmente, nos Municípios mais pobres, os Municípios com IDH mais baixo.

Então, é preciso dizer que a questão fundamental dessa medida é a mudança... O princípio fundamental dessa medida provisória é que ela trata de atender os beneficiários com renda familiar de até três salários mínimos.

É preciso registrar que as providências inseridas, como disse aqui, na medida provisória, não se esgotam no mero financiamento do imóvel. É justamente nesse ponto que reside, a meu ver, o aspecto mais elogiável da medida. Isso porque, simultaneamente, a medida provisória trata de mecanismos de amortização das operações de empréstimo ou financiamento, define as instituições integrantes do Sistema Financeiro de Habitação, trata do registro eletrônico dos imóveis e o que é importante: reduz as custas dos procedimentos dos cartórios.

Há também, Sr. Presidente, outra providência de extrema relevância social que precisa ser destacada. Cuida-se da urgente, premente e inadiável regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

A nenhum de nós é dado desconhecer o verdadeiro drama gerado pelo rapidíssimo e quase sempre caótico processo de urbanização vivido pelo Brasil a partir de meados do século XX e que, nas últimas décadas, fugiu ao controle das autoridades.

Como essa expansão se fez de forma desordenada e com impressionante celeridade, agravaram-se os problemas sociais, como o inchaço das áreas periféricas e a ocupação ilegal de extensas faixas de território urbano. Esse processo culminou, por exemplo, na grande área conhecida aqui como “Entorno do Distrito Federal”, realidade que me diz respeito por envolver diretamente o meu Estado.

Daí por que, Sr. Presidente, o meu entusiasmo ao votar essa medida provisória, porque sei e convivo com aquela realidade quase que diariamente, sei como é importante para uma comunidade como Águas Lindas de Goiás receber duas mil casas, favorecidas com financiamento que propicia às famílias terem aquela sua moradia. E o que é importante: aqueles que moram em um local que ainda não é legalizado passam a ter a legalização do seu lote e, com isso, a ser contemplado com água, esgoto e os benefícios que toda família tem o direito de ter.

Por isso, quero aqui dizer do meu entusiasmo em votar essa medida provisória, do meu entusiasmo em ver que a Câmara dos Deputados fez as correções

necessárias para atingir o maior número de pessoas. Principalmente, quero aqui, mais uma vez, reverenciar o trabalho do Senador Gim Argello, que, com sua sensibilidade, fez com que a medida provisória pudesse ter uma votação célere aqui, nesta Casa.

Nesse sentido, diante da inequívoca relevância social da matéria, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 459, na forma do projeto de lei de conversão apresentado, que está sendo, inclusive, muito bem acatado por todos os senhores prefeitos de todos os Municípios com os quais já tive contato no meu Estado de Goiás.

Tenho a alegria de poder dizer que, no Município de Formosa, no entorno do Distrito Federal, já estamos com quase quinhentas casas para serem entregues.

Lançamos, em Águas Lindas, 2.000 casas; lançamos, em Valparaíso, 280 casas, que até o final do ano estarão concluídas. Toda a região do Entorno do Distrito Federal, que compõe a Ride – são 26 Municípios –, foi contemplada com esses recursos, que virão, sem dúvida nenhuma, aliviar a vida das pessoas que moram naquela região.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a homenageou Marcelo Miranda, que foi o autor da inclusão, no art. 5º, da Emenda Constitucional...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Não foi o Mauro Miranda, não?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – ...da qual fui Relator...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – V. Ex^a foi o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – ...tendo a felicidade de vê-la aprovada.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Que bom! Marcelo Miranda, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado.

Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos num país em que o déficit habitacional é de sete milhões e novecentas mil residências. É só andar na periferia das grandes cidades e ver o que são as favelas, os cortiços, as palafitas, para verificar o quanto é importante, para a maioria do povo brasileiro, acelerar, dar velocidade, dar prioridade, alocar recursos, mobilizar os empresários, as prefeituras, os mutirões, para que possamos amenizar, ainda que parcialmente, esta tragédia social que é a precariedade da moradia.

Casa própria é o ninho, é a proteção, é a estabilidade da família, é o que dá segurança aos filhos, é o que protege no frio, na chuva; é o que dá conforto, é o que permite descanso. E 90,7% desse déficit é na faixa de até três salários mínimos. É ali que está a pobreza, a miséria, o abandono, o desespero; é ali que as pessoas vivem amontoadas dentro de um barraco, sem as mínimas condições, inclusive, de constituir uma família, o que deveria ser assegurado por este País.

Portanto, quando o Presidente lança como meta um milhão de casas, o discurso não pode ser que isso não será feito. Não há o que comemorar se essa meta não for alcançada. O discurso é mudar a atitude, é dizer que essa meta é, sim, realizável, que esse é um sonho possível se os prefeitos se mobilizarem, se as empresas da construção civil se mobilizarem, se a Administração Pública, em todos os níveis – inclusive em relação à autorização ambiental, às licenças para que os terrenos sejam liberados –, se mobilizar; se a Caixa Econômica Federal, que é o agente financiador, estiver preparada e mobilizada para esse salto fantástico que o Brasil poderá dar em dois anos.

É evidente que não é possível saber se construiremos um milhão de casas, mas tenho visto, em cada encontro de prefeito do qual participo, projetos novos sendo apresentados com esse chamamento que o Governo Lula e o Presidente fizeram. Milhões de brasileiros correram às portas das prefeituras para se inscreverem no cadastro e terem direito a esse programa, que comprometerá só 10% da renda para quem ganha até três salários mínimos. A prestação vai de R\$50,00 a R\$150,00 no máximo. E o mais importante: o fundo garantidor da habitação popular, com R\$2 bilhões, permitirá que, se o proprietário da casa ficar desempregado durante seis meses, ele possa jogar para o final do contrato a prestação e não perder a moradia. Portanto, o programa dá segurança social para se assumir a dívida, para se honrar a dívida e para poder ter direito à moradia.

Esta é uma inovação que nenhum outro programa social teve na área de habitação popular no Brasil: proteger os desempregados e manter a possibilidade de acesso à casa.

Esse projeto foi melhorado. Além da construção da casa, foi incluída a regularização dos lotes, porque a autoconstrução – aquele puxadinho do final de semana, em que o sujeito bate a laje, puxa um carro de cimento, junta as pessoas para ajudar e vai melhorando a casa própria – está oficializada nessa medida provisória. Desde que ele construa a casa no prazo de seis meses, ele poderá regularizar o lote, que é outra modalidade de habitação popular criativa e possível no País.

Também está contemplada aqui uma mudança de atitude da Administração Pública no Brasil. Temos quase seis milhões de imóveis vazios, inclusive prédios federais, de prefeituras, de governos estaduais, que estão ao abandono do tempo e que poderiam ser transformados em habitação. Está prevista na medida provisória a possibilidade de reajustar, de reconstruir, de fazer as mudanças necessárias para que esses imóveis se transformem imediatamente em habitação.

Nas grandes cidades, os centros históricos das cidades, pela crise social, pela desorganização imobiliária, têm prédios importantes abandonados. Se colocarmos essas famílias, vamos dar vida ao centro de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de Salvador, melhorando a segurança pública, dando mais opções ao comércio e ocupando um patrimônio que foi sendo esvaziado pelo crescimento desordenado, pela falta de planejamento estratégico do Brasil. Portanto, esse também é um avanço muito importante.

Esse projeto é um chamamento ao Brasil. É um chamamento em que os mutirões da construção civil, os trabalhadores que se organizam para construir sua residência, poderão trabalhar, poderão produzir, poderão ter acesso ao financiamento.

Por isso tudo, tenho certeza de que estamos dando um passo muito importante hoje; um passo que poderá mudar a vida de milhões de pessoas.

Não há emoção mais forte do que a de um homem público, um prefeito, um governador, entregar a casa, entregar a chave da casa própria e ver aquela família dar um salto na sua vida, com estabilidade e com proteção.

Quando apontamos um investimento na construção civil, estamos alavancando um dos setores que mais empregos geram. E quando a família entra na casa própria, ela troca pelo menos o fogão, ou a geladeira, ou os móveis do quarto. As estatísticas mostram que a casa própria alavanca outros setores da economia.

Por tudo isso, Sr. Presidente, estamos reconhecendo o direito histórico do povo brasileiro. O que eu gostaria não é de um dia ouvir este discurso: não chegamos a um milhão. É podermos falar daqui a dois anos: um milhão é pouco. Porque é pouco! Porque faltam sete milhões e novecentas mil casas para o povo brasileiro. E 90% serão para aqueles que menos têm e que ganham até três salários mínimos.

Devemos, sim, acompanhar esse projeto, mobilizar os prefeitos, os mutirões, as empresas e todos os setores que poderão contribuir para uma meta ambiciosa, muito ambiciosa, que é chegar a um milhão de casas; mas muito tímida diante do desafio histórico que temos com o povo brasileiro.

Faço questão de dar continuidade a este debate qualificado com o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sem dúvida!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Percebi mais do que a razão – e percebi muita razão –, percebi a emoção, até comoção, de V. Ex^a ao tratar desse tema, porque V. Ex^a aqui abordou, com muita acuidade, a questão da autoconstrução. E acredito muito nela. O lote urbanizado, concedido a alguém que, antes, não dispunha de terra para lá fincar sua casa, fincar sua raiz, já resolve bastante, em boa medida, essa questão do déficit habitacional. V. Ex^a, então, fala disso, fala dos imóveis desocupados, e percebi que esse tema – não sei se porque V. Ex^a se dedicou tanto ao estudo dele – tocou no coração de V. Ex^a. Conheço V. Ex^a e sei que V. Ex^a é uma figura emotiva, embora, às vezes, tente aparentar a frieza do técnico, mas não é. Vejo V. Ex^a como um político sensível. V. Ex^a estava comovido ao falar disso. E claro que temos aqui que discutir pontos de vista, ou seja, meu apoio entusiasmado foi dado. A questão da gerência, a gente vai ver se resolve ou se não resolve; se anda de maneira eficaz, se não anda. O Senador José Agripino, com a experiência de talentoso engenheiro que é, argumentou sobre a dificuldade de se obter terreno em quantidade suficiente para se dar vazão a tudo isso. Mas V. Ex^a me toca – e aí quem se comove sou eu – quando V. Ex^a diz que, daqui a pouco, vamos dizer que: um milhão foi a meta atingida; vamos agora partir para dois milhões de casas. Enfim, quero parabenizar V. Ex^a, porque o debate hoje foi qualificado. Estamos finalizando esta sessão de maneira construtiva. V. Ex^a está de parabéns! Fico muito feliz por não ter hoje motivo de divergência essencial com V. Ex^a. Sei que V. Ex^a, inclusive, é leitor de discursos meus passados. E quero dizer que também sou leitor de discursos seus do passado. O Senador João Pedro, ainda há pouco, me disse que coleciona artigos meus desde o tempo em que eu escrevia no jornal *A Notícia*, de Manaus. Essas coisas fazem a vida valer a pena. E fazem valer a pena este convívio, este companheirismo. Não são barreiras partidárias que haverão de demolir os muros da amizade, da consideração, do respeito. Portanto, parabéns a V. Ex^a, muito pelo bom discurso que faz e mais ainda pela comoção que revelou! Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador.

Senador Jefferson Praia, eu queria, antes, só dizer o seguinte: agradeço a intervenção do Senador Arthur Virgílio. De fato, talvez a gente não se sensibili-

ze porque todos, neste plenário, têm casa própria, têm estabilidade para exercer o mandato aqui, em Brasília, têm uma verba de auxílio-moradia e podem ir para um hotel, ou têm um apartamento funcional. Então, nós temos... Esse é um problema que não nos incomodou. Há muito poucos, talvez, neste plenário que tenham tido dificuldades.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Aloizio, mas Joaquim Nabuco era rico. Veja só: Joaquim Nabuco era rico e lutou pela abolição da escravatura tanto quanto José do Patrocínio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não, é verdade, mas...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu vejo V. Ex^a como o Joaquim Nabuco da habitação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não, mas, objetivamente, nós não temos essa dificuldade.

Mas há milhões de brasileiros que têm, talvez, nesse projeto, a sua mais importante ambição. É só subir ou andar numa favela como Heliópolis, em São Paulo – são 120 mil pessoas –, e verificar em que condições as famílias vão alojando os filhos e os netos naquele mesmo espaço, cada vez com cômodos menores, sem a menor privacidade e sem a menor dignidade.

Então, eleger essa pauta talvez só seja, realmente, prioridade porque há um Presidente como Luiz Inácio Lula da Silva, alguém que viveu o que a maioria do povo vive. A sensibilidade para projetos como o Bolsa Família, para dar prioridade ao reajuste do salário-mínimo, para colocar como prioridade habitacional a faixa de zero a três salários-mínimos, para pensar em soluções como o Seguro-Desemprego, dar o título e a chave para a mulher, para a mãe de família, eu acho que vem de quem viveu na pobreza e sabe o que isso representa.

A crise é uma oportunidade. Acho que estamos fazendo dessa crise uma oportunidade, lançando um programa com essa qualidade.

Senador Jefferson Praia.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Mercadante, quero solidarizar-me com V. Ex^a. Acho que vamos aqui aprovar uma medida provisória importantíssima para o nosso País. Na minha avaliação, primeiro, vejo como algo relevante, nessa medida provisória, estabelecermos uma meta: queremos um milhão de casas. Quem dera nós pudéssemos estabelecer outras metas também para o Brasil tão importantes quanto essa. O segundo ponto, que talvez nós não estejamos percebendo, é que estaremos aqui evitando a quantidade muito grande de invasões que ainda ocorrem nas capitais, principalmente, por exemplo, na

minha, do Estado do Amazonas. Nela existem problemas seriíssimos, como invasões que causam danos ambientais, péssima qualidade de vida, além dos famosos gatos e tudo mais que conhecemos. Portanto, dá a oportunidade de ocorrer um planejamento, para que a viabilização dessas casas possa ser feita de forma adequada, e as pessoas possam ter em suas casas também água potável. Por exemplo, na minha cidade, para se ter uma idéia, em Manaus, nós temos locais em que, até hoje, não há acesso a água potável nas casas. Além disso, não temos saneamento básico. Portanto, com a casa vem água potável e deverá vir também saneamento básico, como uma exigência e um acompanhamento que temos de fazer daqui para a frente. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu quero dizer que esse é um projeto que precisa de parceria – Governo do Estado, prefeitura, Governo Federal e setor privado –, porque a demanda por esgoto sanitário, tratamento de esgoto e coleta é muito grande no Brasil, e nós precisamos enfrentar essas duas coisas juntos.

A perspectiva desse projeto é exatamente os lotes ou as áreas estarem urbanizados, com condições básicas de habitabilidade, porque tivemos experiências no passado em que os projetos de construção popular eram verdadeiras apartações sociais: longe dos centros comerciais, sem circulação de ônibus, sem acesso a comércio, a serviços religiosos, a escolas, a postos de saúde.

Então, precisamos mudar essa concepção e incorporar uma parcela excluída, que começa a ser incluída no mercado de consumo com o salário-mínimo, com 10 milhões de empregos, com o Bolsa Família, com o ProUni, que está aí. Hoje, o desempenho educacional dos alunos do ProUni está acima da média dos demais alunos do ensino universitário particular.

Essas oportunidades que nós estamos dando têm de chegar na moradia popular.

Senador Eduardo Azeredo, por favor.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Mercadante, evidentemente, concordo, o projeto é muito bom, mas não exagere demais nos elogios, porque senão corremos o risco da frustração que está acontecendo com o PAC e com o próprio Seguro-Desemprego. O Seguro-Desemprego não foi do Presidente Lula, não é? Mas, em geral, na maioria das questões, eu concordo, acho que é realmente um bom projeto. Só não exagere demais nos elogios, não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Eduardo Azeredo, sabe quando a gente fazia uma campanha falando da esperança, que o Brasil

podia crescer, que o Brasil podia crescer, distribuindo renda...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Para concluir, que o Brasil podia crescer distribuindo renda, que o Brasil podia ter estabilidade, que o Brasil podia ter uma inserção soberana internacional? Estão aí os resultados.

O povo hoje reconhece que essa experiência virou realidade. Oitenta por cento do povo apóia o Presidente, 70% do povo apóia o Governo. Por quê? Porque nós tivemos ambição histórica, porque nós estamos indo além dos limites, porque nós estamos olhando para um horizonte mais amplo.

Vou terminar, dizendo que um milhão de casas é uma meta muito ambiciosa, muito ambiciosa, muito difícil de ser realizada, mas ainda é muito pequena diante de um déficit de 7,9 milhões de casas. Noventa por cento do déficit é na faixa de zero a três salários-mínimos. E essa é a grande prioridade desse programa, que vai mudar a política habitacional não só para este Governo, mas para o futuro, Senador Eduardo Azeredo.

Essas conquistas e essas prioridades não haverá quem arranque mais do povo brasileiro. E esse é o passo fundamental que eu acho que o Governo do Presidente Lula está deixando para a história do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Nós temos cinco inscritos. São 10 minutos para cada um. Nós vamos ter ainda uma hora. Se é o desejo votar a emenda dos vereadores, eu pediria que os senhores inscritos economizassem o tempo, se possível. É um apelo só, que deixo a critério de cada um dos senhores.

Marcelo Crivella, próximo orador inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de consultar V. Ex^a sobre a ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O senhor é o próximo. O senhor é o próximo.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – O meu será de apenas dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Vou economizar o tempo aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da **TV Senado**, senhores ouvintes da Rádio Senado, Srs. Vereadores que estão aqui com expectativa ardente de ver votada a PEC 47, demais presentes no plenário, hoje eu venho aqui com muita alegria, com muita satisfação, porque, desde o primeiro dia do meu mandato, eu venho clamando, desta tribuna, pela construção de moradia. E faço isso por uma razão: eu sou engenheiro civil.

A vida toda fiz obras e nunca me conformei com o fato de o Brasil, um País onde tem tanto calcário, argila... Hoje nós temos um polo petroquímico capaz de produzir todas as tintas, todos os vernizes, temos um polo siderúrgico capaz de nos dar aço, alumínio, todas as ligas de metais, temos uma mão de obra abundante, grande parcela dela desempregada, esperando, com a ansiedade de um vigia que espera pela alvorada, o momento de ser treinada e empregada.

Por que o Brasil ainda tem povo, ainda tem tantas pessoas morando em barraco? Senador Inácio Arruda, Senador João Pedro, expliquem-me!

O que é o cimento? Ah, o cimento é uma farofa de calcário e argila, com uma pitada de gesso para controle de pega. Agora, eu pergunto: falta calcário, falta argila neste País? Não, é o que nós mais temos. Agora, no Brasil, tem um outro detalhe: o cimento é monopólio. Infelizmente, tenho de concordar: monopólio. O preço é, muitas vezes, alto.

Aliás, quero falar aqui uma coisa importante. Olha, nós estamos falando sobre construção, sobretudo nas favelas. O Senador José Agripino disse assim: “Não tem terreno.” Tem! Hoje, nós temos terrenos onde estão assentados um milhão de barracos. Só ali, naquele um milhão de barracos, se nós tirarmos o barraco e construirmos uma casa decente, já teremos o terreno para fazer um milhão de moradias.

Senador José Agripino, lembre-se da crise de 1929. Nos Estados Unidos, em Nova York, havia uma favela pior do que a Rocinha: era de papelão! Sabe como eles saíram da crise? Construíram 800 mil quilômetros de estradas, 170 mil prédios públicos, 80 mil pontes e viadutos, lançaram a infraestrutura para os anos de ouro do capitalismo. E fizeram isso por quê? Porque ergueram os olhos para o horizonte e disseram: “Chega de pensar pequeno. Nós somos um grande país, uma grande nação!”

Com certeza, esse programa vai trazer para o povo brasileiro uma dimensão muito maior que aquela em que estamos hoje acostumados a pensar, a pensar:

“Infelizmente, são uma contingência do nosso processo de desenvolvimento as favelas”. Não são, não!

A primeira favela do Brasil: Morro da Providência. Quantos anos? Cento e trinta e sete anos atrás. Meu Deus do céu, nós construímos Copacabana, Ipanema, Leblon, Barra da Tijuca; nós construímos a Lagoa, o Maracanã; nós fizemos tudo o que quisemos; só nunca tivemos dinheiro para fazer justiça aos pobres miseráveis que passaram gerações explorados, trabalhando, dando um duro tremendo, mas recebendo apenas o suficiente para comer e se vestir.

Na hora de morar? Improvisa-se uma casa no morro. Como é que se começa a favela? Voluntários da Pátria. Guerra do Paraguai. Senador Renan, 30 mil negros foram convocados para lutar no Paraguai, porque D. Pedro II não tinha tropa; lançou um decreto, em novembro de 1864, publicado no **Jornal do Comércio**, este que circula até hoje, dando oportunidade aos escravos de serem alforriados se lutassem na Guerra. Trinta mil foram com essa esperança. Muitos morreram. Muitos voltaram. Voltaram e receberam a alforria sem trabalho e sem moradia. Foram morar onde? Na favela. Começa-se a favela assim. É um paradigma. Depois vieram os volantes da Guerra de Canudos, aí vieram os nordestinos. Pronto. Tem a matriz: DNA – negros, nordestinos –; explorados. Os nordestinos, no Rio de Janeiro...O capital humano que o Nordeste deu àquela linda capital, onde V. Ex^a estudou, Senador Renan, tudo ali é suor, lágrima e sangue do povo nordestino e dos negros. Onde morram hoje, a maioria? Favela.

Então, precisamos cumprir com o nosso destino e fazer essas casas.

No Morro da Providência, terminou a eleição, Senador Agripino, amargurei um revés eleitoral, muito por culpa de injúrias e de calúnias lançadas contra mim pelo jornal **O Globo**. Terminou a eleição – aquela tristeza –, liguei para o Ministro do Exército. “Olha, a obra social pode continuar. Já não há mais o pressuposto de ser uma obra eleitoral.” O Ministro disse-me o seguinte: “Olha, Crivella, não há um marco regulatório. Acho que nós temos de conversar a respeito.” Liguei para o José Alencar: “Presidente, faça-lhe um apelo: o povo do Morro da Providência precisa continuar... Tem os recursos. O Exército deixou casas lá com metade do telhado, metade do telhado, gente sofrendo, angustiada, aflita”.

Sabe o que eu fiz, Senador José Agripino? Eu fui para lá com os meus recursos; não os do Senado. O salário do Senado mal dá para a gente sobreviver.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me, Senador Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Qual é o déficit de moradia, hoje, no Morro da Providência? V. Ex^a tem ideia?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Setecentos e setenta e seis.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Setecentos e setenta e seis casas. Puxa vida! Então, eu não vejo nada... Tem terreno? Há terreno para isso?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Há. Eu ia concluir isso. O que eu fiz? Comecei a remover barracos e a construir casas. Agora, como os barracos são muito pequenos, eu fiz casas de dois pavimentos. Casas que comprei – placas, paredes pré-moldadas – de uma empresa do Paraná, chamada Epotec – já cumprimentei, inclusive, os Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias, que me disseram que já usaram isso lá no Paraná. Então, veio um caminhão com uma casa de dois pavimentos. Eu botei a laje, botei o telhado, portas e janelas. Quanto tempo demora para fazer uma casa de dois pavimentos? Três dias. Eu vou mandar para os senhores o que eu coloquei dentro da casa, que foram os móveis, que custaram R\$15 mil. Até papel de parede coloquei. Papel de parede! Botei geladeira, botei fogão; botei exaustor; botei cama para as crianças; botei jogo de sofá na sala; botei tanquinho, máquina de lavar. Quinze mil reais! A casa toda: uns R\$45 mil. Tirei o barraco, fiz a casa, e estou fazendo outras.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Marcelo Crivella, permita-me um aparte?

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Marcelo, permita-me um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com todo prazer, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Marcelo, se bem entendi...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Seu conterrâneo pediu-me um aparte e está ali ao microfone.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – V. Ex^a quer conceder a ele ou a mim?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Concedo a ambos. É que ele pediu primeiro.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Mas V. Ex^a é o dono da palavra. Concede a ele ou a mim em primeiro ou em segundo lugar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a não pode fazer essa discussão regional.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – É tudo Rio Grande do Norte, é tudo Rio Grande do Norte.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Dou a palavra a V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Marcelo, se eu bem entendi, V. Ex^a está propondo que os recursos do Minha Casa, Minha Vida sejam aplicados na erradicação de favelas no Rio de Janeiro?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Em todas as favelas do Brasil.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – V. Ex^a tem consciência do custo de erradicação de favela?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Erradicação...

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – V. Ex^a sabe quanto custa uma casa ou para quanto se destina, em Reais, uma casa do Minha Casa, Minha Vida?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– A última que eu entreguei...

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Não dá para construir, Senador Marcelo Crivella, a fundação de uma casa...Eu fui Prefeito, eu erradiquei favela, eu sei o custo de erradicação de favela. Favela, normalmente, é plantada em terreno enladeiraado, precisa de canaleta de drenagem de água, precisa de um mundo de obras porque é assentamento “paranormal”. Há um custo suplementar. Se V. Ex^a fosse destinar recursos do Minha casa, Minha vida para a erradicação das favelas, maravilha de objetivo, maravilha de objetivo! Agora, o dinheiro disponível para a construção de 100 casas não chegava à décima casa. Então, a intenção de V. Ex^a pode ser a melhor, a melhor. Mas os recursos serem suficientes para fazer aquilo que V. Ex^a está se propondo e falando, nem pensar, nem pensar, Senador!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Permita-me V. Ex^a discordar. Na maioria das favelas brasileiros, as pessoas que já estão morando lá têm televisão, têm geladeira, têm infraestrutura. A grande maioria das favelas brasileiras é assim hoje. Portanto, já há infra-estrutura, como é o caso da...

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Não há necessidade da construção de mais nada. Se já tem tudo, não há a necessidade de fazer mais nada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Há a alvenaria. A casa está caindo aos pedaços; é péssima; é pequena. Por isso, disse a V. Ex^a: tirei aquele barraquinho apertado de um pavimento e fiz de dois. Para um terreno de 5x6, construí uma casa de 60 metros quadrados; 30 no primeiro pavimento; 30 no segundo. A infraestrutura já existe no local. Estou fazendo isso, experiência própria. V. Ex^a foi Prefeito, fez. Também fiz, estou fazendo. Não custa tanto. Detalhe: no Morro da Providência estou usando mão-de-obra local. Treinei 100 pessoas. Todos ali estão fazendo. Até porque a mão-de-obra é rapidamente treinada. Estamos falando de pedreiro, pintor, carpinteiro, servente. Não há grandes dificuldades.

Gostaria de ouvir o nosso Senador Garibaldi Alves.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Marcelo Crivella, há pouco ouvi, aqui, o Senador Aloizio Mercadante falar que este Programa se devia muito à sensibilidade do Presidente Lula. Não venho discordar disso, absolutamente. Agora, é preciso que se veja no Relatório do Senador Gim Argello o que ele destaca como contribuição do Parlamento, contribuição da Câmara dos Deputados, cujo Relator foi outro nordestino-grandense, o Deputado Henrique Eduardo Alves, que foi a inclusão da possibilidade de atendimento a Município de menor porte; a extensão dos benefícios do Programa à produção ou à aquisição de lote urbanizado, desde que o beneficiário assuma o compromisso contratual de iniciar a construção da unidade residencial no prazo de até seis meses; a União concedesse subvenção econômica de até um bilhão para atendimento de beneficiários com renda familiar de até três salários-mínimos nos Municípios com população menor ou igual a 50 mil habitantes. Como vê V. Ex^a, a parceria no Programa Minha Casa, Minha Vida é uma realidade entre o Executivo e o Legislativo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Parabéns a V. Ex^a por uma lembrança grata como essa.

Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, V. Ex^a poderia me conceder... Eu já vou... Muito agradecido. É apenas para dizer o seguinte – vou concluir já –: eu fiz, aqui, três emendas. Uma – como todos os Senadores fizeram, todos os Deputados fizeram –, para que fossem incluídos os Municípios com menos de cem mil habitantes. Até aqui, conseguimos uma grande vitória. O Governo não tinha essa ideia, acabou incluindo-a. Fiz uma outra emenda: para colocarmos energia solar. Isso foi discutido com o Presidente Lula, e estava presente o Senador Inácio Arruda: “Presidente, precisamos colocar energia solar”. “Não, porque é muito caro”. “Não é, não. A USP, orgulho dos brasileiros, pérola da vossa terra, tem um *kit* de R\$400,00, que cheguei a mostrar aqui e saiu publicado no **Jornal do Senado**. Pois bem: a medida provisória contempla financiamento para a energia solar. Não vamos tirar o chuveiro elétrico. Chuveiro elétrico é muito importante. Por quê? Porque o chuveiro elétrico controla a vazão da água. Senador Sérgio Guerra, o chuveiro elétrico é importante porque ele aquece a água pelo contato com a serpentina, que fica incandescente com a corrente elétrica. Portanto, tem pouca água passando pelo chuveiro elétrico. Agora, a energia solar, por haver um termostato no tubo, ela faz com que, quando a água estiver aquecida, o chuveiro elétrico não precisa funcionar. Temos 55 milhões de chuveiros elétricos ins-

talados no Brasil. É uma indústria que emprega muita gente. É importante. Dia de chuva, sem sol, usamos chuveiro elétrico. Água aquecida no sol.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – E o que tem a energia solar a ver com isso? Eu não entendi.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – A energia solar está incluída no Programa. Financiamento para energia solar no Programa Minha casa, minha vida.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Nas favelas, nas novas construções?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Em todas as casas. Esse é um consumo de energia importante para o Brasil.

Sr. Presidente, há outra coisa que, aqui, também gostaria de votar em destaque – já concluo, Sr. Presidente.

Nos Municípios onde houver inadimplência – e são muitos, hoje, no Brasil, que estão inadimplentes –, eu fiz uma emenda para que a Caixa Econômica Federal pudesse realizar as obras, pudesse contratar as obras com a iniciativa privada, dar acesso às pessoas que moram nesses Municípios sem assinar o convênio com a prefeitura, que estaria, nesse caso, inadimplente.

Acho que isso nós poderíamos aprovar aqui no Senado; senão, dos 5.564 Municípios brasileiros, milhares ficarão sem receber o programa Minha Casa, Minha Vida, porque estarão inadimplentes. A Caixa Econômica terá recursos, haverá terrenos, áreas próprias para a construção, mas não faremos porque há uma inadimplência na prefeitura, que não poderá assinar o convênio.

Finalmente, Sr. Presidente, eu tenho lutado, aqui neste Senado, diante do mérito da medida, do volume de recursos... O que vou falar aqui...

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Permita-me.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Permito, Senador Papaléo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador, sua exposição é muito clara, muito inteligente, mas eu queria fazer uma pergunta: as casas com energia solar serão opcionais ou todas...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Opcionais.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Opcionais. Qual favela no Rio de Janeiro, qual morro no Rio de Janeiro tem mais deficiência de moradias dignas?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – As comunidades do Rio de Janeiro estão todas em péssimas condições, mas as maiores que nós temos são a Favela da Maré e o Morro do Alemão. Ali mo-

ram, no Morro do Alemão, 80 mil pessoas em péssimas condições.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – No Morro do Alemão, mais ou menos, quanto é de déficit habitacional?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Se nós formos transformar as casas que estão em péssimas condições em casas com boa habitabilidade, estaremos falando na metade delas, no mínimo a metade delas. Agora, uma coisa...

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – É importante, porque eu conheço um número de favelas. Não conheço como V. Ex^a, mas há alguns eu morei lá e vi realmente a situação de moradia precária em muitas delas.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu já vou concluir.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – E deve haver por parte do Governo um investimento maciço, para que nós tenhamos assim um projeto – um projeto de governo, e não um projeto de presidente ou de governador –, dando continuidade a essa ação. Eu vejo que tem de haver muita determinação de governo e que, embutido nisso, não se leve de forma nenhuma o caráter eleitoreiro, senão vai prejudicar o projeto de futuro. O de presente, parabéns.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado.

Então, Sr. Presidente, apenas para concluir, uma coisa que me preocupa é o peso que o trabalhador brasileiro ainda é obrigado a suportar.

Senador Inácio Arruda, a Organização Internacional do Trabalho já disse que o trabalhador não deve ser obrigado a carregar peso superior a 30kg. No Brasil, um saco de cimento tem 50kg. Na agricultura, chega a 60kg. Hoje, o trabalhador brasileiro se aposenta aos 65 anos de idade. Como, aos 65 anos de idade, um servente poderá carregar um saco de cimento – ou aos 50 ou aos 55? É impossível. Não haverá, amanhã, no sistema de saúde público, condições de atendê-lo.

Então, fiz uma emenda também, já que as fábricas de cimento – são poucas no Brasil – estão com o lucro alto, já que baixamos o IPI delas, já que o cimento é uma farofa de calcário e argila, abundantes na natureza. Aliás, o cimento Portland de alto-forno é 85% de escória de alto-forno. Por exemplo, o Grupo Votoran, a maior fábrica de cimento do País, pega toda a escória da siderúrgica Barra Mansa, 85% da escória que sobra, porque a escória do alto-forno que produz aço é moída e colocada num saco de cimento; praticamente não tem custo.

Então, que diminuíssemos esse saco de cimento para o peso de 25kg a 30kg, pelo bem da saúde de nossos operários que estão em construções na favela, porque é terrível subir o morro...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– E pior, Presidente, às vezes uma família humilde tem que trocar os azulejos do banheiro porque caíram. Tem que comprar um saco de cimento de 50kg e vai usar 10kg. E 40kg, três dias depois de aberto o saco, vão hidratar, vão perder completamente a pega.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Permite-me um aparte, nobre Senador Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pois não, Senador Valter.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Crivella, estou apreciando o discurso de V. Ex^a, que está entrando em detalhes realmente muito importantes sobre toda a construção, sobre a natureza da construção etc. Mas eu gostaria só de fazer um apelo a V. Ex^a: hoje é terça-feira e amanhã é quarta-feira. Nós temos hoje e amanhã para aprovarmos a PEC dos Vereadores, na qual V. Ex^a tem um engajamento especial. É só este o apelo que eu gostaria de fazer a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Está atendido.

Sr. Presidente, concluí então o meu pronunciamento, parabenizando o Governo, o Congresso e o Senador Gim Argello, nosso Relator, por tão relevante medida.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prometo... Já reduzi em 80% a minha pretensão de fazer a minha fala aqui, em respeito aos Senadores e, sobretudo, na certeza de que hoje vamos aprovar a PEC nº 13 aqui. Estão aguardando há muito tempo os nossos vereadores.

Antes de iniciar minha fala, quero cumprimentar o Senador Gim Argello pelo relatório extraordinário que ele apresentou na tarde-noite de hoje, aqui no Senado Federal.

O Brasil é um país que ostenta uma carência habitacional das maiores do mundo. Segundo números do IBGE, o déficit é da ordem de 7,9 milhões, o que representa 14,36%. Cerca de 6,5 milhões referem-se às áreas urbanas, ou seja, mais de 80%. Porém, mais

do que isso, é importante salientar que, dos 55 milhões de moradias hoje existentes no Brasil, nada menos do que 12 milhões são totalmente inadequadas, sem infraestrutura, sem banheiro, sem energia elétrica.

No meu Estado de Mato Grosso, por exemplo, o déficit habitacional é de 108 mil residências, sendo 78 mil na zona urbana e 30 mil na área rural de seus 141 Municípios. Como no resto do País, o problema maior consiste nas condições de saneamento básico, logística de transportes, educação, segurança e qualidade de vida, para muito além da simples contagem do número das residências.

Por isso, o projeto de conversão que agora estamos votando é sem dúvida uma importante iniciativa, na medida em que vai beneficiar famílias menos favorecidas com a construção de um milhão de moradias. Mas é preciso que estejamos especialmente alerta para garantir que as ações complementares do Ministério das Cidades venham a oferecer dignidade plena e condições adequadas de suporte estrutural para que os brasileiros beneficiados tenham de fato não só a casa, mas tudo aquilo de que necessitam para que nela possam decentemente habitar. Caso contrário, estaremos mais uma vez diante de uma iniciativa demagógica, meramente assistencialista e eleitoreira, que promete aquilo que não se vai cumprir.

Então, ao registrar meu apoio e meu voto favorável à aprovação do PLV nº 11, de 2009, registro, também, portanto, a minha preocupação que esta Casa acompanhe de perto a execução do programa que ora aprovamos, no sentido de assegurar o fiel cumprimento das indispensáveis obras de saneamento e infraestrutura, sem as quais de nada adianta fazer propaganda e engordar estatísticas numéricas, em detrimento de nosso povo, que realmente necessita de habitação condigna.

Portanto, Sr. Presidente, espero que o programa ora lançado pelo Governo Federal em relação à habitação seja cumprido literalmente. Lamentavelmente, das obras anunciadas pelo PAC em todo este imenso País, não foi realizado quase nada. A título de exemplo, lançaram há poucos dias, Senador Marconi Perillo, na região do Baixo Araguaia, a pavimentação da BR-158, tão sonhada por nós mato-grossenses, pelo povo do Maranhão, pelo povo do Tocantins e pelos próprios goianos que habitam aquela vasta região rica de Mato Grosso. Lançaram com festas, churrascos, foguetes etc. etc. Lamentavelmente, Alvaro Dias, foi dada a licença ambiental para a pavimentação asfáltica da BR-158, entretanto, há ainda 40 itens para serem cumpridos, ou seja, há ainda 40 restrições nesta licença ambiental. Então, é mais um engodo, uma tapeação, uma mentira, e temos que nos preocupar.

Não podemos permitir que lancem obras como aquela, porque, na prática, não existe coisa alguma. Os equipamentos mecânicos estão à margem da BR, mas as obras, de fato, não aconteceram e não vão acontecer. Duvido e aposto! Lanço um desafio aqui ao Diretor-Geral de Infraestrutura, Dr. Luiz Antônio Pagot, para ver se ele vai conseguir superar as quarenta restrições que estão na licença ambiental dessa obra tão importante para o Estado de Mato Grosso.

Portanto, faço votos de que esse programa lançado pelo Governo Federal, meu caro amigo Senador Gim Argello, seja, de fato, uma realidade. V. Ex^a disse que pouco se fazia em termos de habitação há alguns anos em nível de Governo Federal. Entretanto, no meu Governo, quando fui Governador de Mato Grosso, tive a primazia de construir 22 mil casas populares. Nosso amigo Romero Jucá é testemunha disso. Foram 22 mil casas populares. Lancei um programa inusitado de loteamentos populares com urbanização, com água e com luz, dando o privilégio a alguns milhares de trabalhadores em meu Estado de terem pelo menos um lote dotado de infraestrutura para construir sua habitação. Ou seja, só em Cuiabá, edifiquei algo em torno de doze mil lotes populares com toda infraestrutura básica: água, luz, escola, posto de saúde etc.

Portanto, o mínimo que temos de oferecer aos menos afortunados, aos trabalhadores brasileiros, é uma condição de vida melhor, uma casa para morar. E é isso o que se vai construir. A verdadeira cidadania é darmos casa para morar, saúde, educação, e, acima de tudo, é fazermos com que este seja um País de igualdade social, promovendo justiça por meio de políticas públicas, como a que se está propondo por meio do PL nº 11.

Sr. Presidente, fico feliz de ver aqui a iniciativa louvável do Governo Federal, mas espero, meu caro amigo Senador João Pedro, que seja, de fato, uma realidade para todos nós, brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Alvaro Dias, para a discussão de mérito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Senador João Pedro vai falar também?

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – S. Ex^a falará logo após o Senador Alvaro Dias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, vou falar por dois minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é evidente, Senador Sérgio Guerra, que

não há ninguém neste País que desconheça ser a moradia o maior sonho da família brasileira. Qualquer pesquisa indicará isso. É o maior sonho de consumo, especialmente dos trabalhadores deste País. Portanto, é inevitável o voto favorável da Oposição. Mas é bom registrar que o Presidente da República poderia tratar uma matéria como essa por meio de um projeto de lei em regime de urgência, não por meio de medida provisória. Esse é o primeiro ponto. Com isso, certamente, haveria um debate mais aproveitado. A discussão nessas circunstâncias pode ser qualificada, mas ela produz muito pouco, porque há um fato consumado à nossa frente. Não há notícias de que medidas provisórias tenham sofrido grandes alterações em benefício da população. Esse é um ponto.

Outro ponto a se destacar é que o Presidente da República se revela um grande marqueteiro. Desconheço que, na história deste País, tenha passado, pela Presidência da República, alguém com tanta capacidade de *marketing* como o Presidente Lula. Temos de reconhecer isso, Senador Tião Viana. Esse programa é um exemplo disso. O Presidente da República anunciou, de forma espetacular, um milhão de moradias para os brasileiros. Passou a ideia de que muitas famílias brasileiras, que tiveram o sonho da casa própria como pesadelo, realizariam, agora, seu sonho. A capacidade de comunicar do Presidente da República, principalmente com a população de baixa renda, é inigualável, mas o Presidente não é sincero. Lastimavelmente, na primeira parte, faço o elogio; na segunda parte, a crítica. Não há sinceridade nas palavras do Presidente, que vai se transformando no grande Presidente do anúncio. Infelizmente, no ato da execução e da inauguração, não é o mesmo Presidente eficiente do anúncio. Na execução e na inauguração, não há eficiência, tanto é, Senador Mozarildo Cavalcanti, que, até hoje, depois de sete anos – vamos para oito anos de mandato do Presidente da República –, não o vi inaugurar uma obra sequer no Paraná. Mas o vi anunciar inúmeras obras, inclusive obras fantásticas: trem-bala de Curitiba a Belo Horizonte; uma ferrovia que iria até Antofagasta, no Chile. Esses projetos megalomaniacos são anunciados com tanta competência de *marketing* pelo Presidente, que muitos acabam acreditando. E é a razão da popularidade do Presidente.

Senador Sérgio Guerra, a quem vou conceder um aparte em seguida, o Presidente não conquista sua popularidade pelas obras que inaugura. O Presidente conquista sua popularidade pelas obras que anuncia, porque, evidentemente, anuncia uma após a outra. Em todo o seu mandato, vai gerando expectativa. Normalmente, gera-se expectativa no início do mandato. Depois, vem ou o aplauso ou a frustração.

O Presidente Lula é especialista no gerar falsa expectativa e vai produzindo expectativas a cada passo, durante sua gestão.

Vou conceder, com prazer, o aparte ao Senador Sérgio Guerra, para depois prosseguir.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Alvaro Dias, primeiro, quero fazer, em torno das suas palavras, um comentário: há muitos anos, no Nordeste brasileiro, assistimos a um espetáculo imponente. Os Governos militares – aqui, muita gente pode se lembrar disso – e seus Presidentes chegavam ao Nordeste para anunciar, na época do “Brasil Crescendo”, obras enormes, com verbas de bilhões e bilhões de dólares, de “quaquilhões” de dólares, usando a expressão do Tio Patinhas. E os “quaquilhões” de dólares de obras se transformaram em quase nada. Rigorosamente, todos se transformaram em nada. Eram “quaquilhões” de dólares, expectativas imensas, que eram renovadas a cada eleição ou escolha de Presidente – naquela época, era escolha – e a cada visita ao Nordeste do Brasil. Naquele momento, as visitas se davam à Sudene, e era a Sudene que recebia. Ao mesmo tempo em que pessoas eram punidas, expulsas da Sudene e investigadas, muitas delas presas, gente chegava para anunciar esses tais bilhões e bilhões de dólares de obras que não se fizeram. Essa mania pegou no Nordeste, e os nordestinos dão imenso desconto aos números grandes. Sou um deles. Então, dou imenso desconto aos números grandes.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Prorrogo a sessão até o encerramento da Ordem do Dia.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Prefiro acreditar nos números menores. Por exemplo: lembro-me bem de que o Governador Jarbas Vasconcelos era Governador de Pernambuco e de que fomos ao Ministério da Integração. Já naquele momento, estava indexado o projeto da transposição das águas do rio São Francisco, que era um projeto desses que custam bilhões e bilhões. Aí o Ministro perguntou ao Jarbas, que era Governador – eu, que estava com ele, era Deputado Federal –, se ele era a favor do projeto. E ele disse: “Como não? Sou a favor, mas não estou acreditando”. Então, o Ministro perguntou: “Por que não acredita?”. E ele disse: “Porque aqui há duas transposições”. Na verdade, eram dois pequenos projetos. Um deles tinha o nome de Adutora do Oeste e está parado por falta de R\$5 milhões e porque várias e várias e várias concorrências já tinham sido feitas, sem que ela se transformasse em obra, porque tinha irregularidades. No final de tantas concorrências não concretizadas, o que aconteceu? Botaram lá, para cuidar da obra, um militar. Esse militar viu tantas irregularidades que, ao

término de seis meses, deu um tiro no coração, suicidou-se. Nada tão dramático posso dizer agora, mas efetivamente há um exagero de número brutal. Estou vendo ali um representante do Ceará que deve estar esperando a torneira d’água do São Francisco, que não passou nem perto do Ceará. No entanto, aquilo foi discurso lá para muita gente. Na Paraíba, coisa nenhuma, não se tem nem vestígio da transposição das águas do rio São Francisco. Ela está lá, como caranguejo, às margens do rio São Francisco. Programa de habitação: bem, foi feita muita coisa em matéria de habitação popular no Brasil no passado. Por um bom tempo, esse programa foi sacrificado, o sistema de construção civil sofreu muito. É muito importante e deve ser saudada, de forma positiva, a iniciativa que o Presidente toma agora e o seu Governo também. Importante para o povo; importante para a sociedade; importante para o Brasil; importante para os mais pobres; importante para as empresas. Espero que elas trabalhem bem, sob regime de intensa fiscalização, para que não se multipliquem as irregularidades que estamos vendo em todos os cantos. O fato real é que o programa vai andar. Espero que ande, e o Governo deve ser parabenizado por isso, porque a população precisa de habitação. Sempre tenho uma preocupação nesses programas: a questão dos terrenos. É fundamental que a escolha dos terrenos se dê de forma razoável e de forma a não remeter para regiões distantes aqueles que vão receber as suas casas. A população não quer apenas a sua casa. Parcela muito grande dos brasileiros acha que já tem a própria casa, mesmo que não a tenha. A população quer saber onde será a sua casa. Se ele é convidado a afastar-se de onde está para viver muito longe, mesmo que a casa seja nova, não serve para ele. Antigamente, no Governo Carlos Lacerda, quem não se lembra? Está, efetivamente, em quem estuda o assunto, como exemplo típico, a Vila Kennedy. Uma favela foi desmontada para levar a população para uma nova vila em condições urbanas absolutamente favorecidas. A população não aderiu à Vila Kennedy. Estou muito preocupado com a questão dos terrenos, da localização dos terrenos. Programas feitos ao sabor da pressão dos ventos e das campanhas não podem perder o seu conteúdo técnico. É preciso que a Caixa Econômica não emperre esse programa, porque a Caixa Econômica é – perguntem a qualquer brasileiro do interior do Nordeste – uma emperradora de projetos. Eu não diria enterradora de projetos, mas emperradora, seguramente. Quem tem prefeitura, quem conhece prefeitos, quem tem amigos prefeitos sabe disso. Ainda prefiro a Caixa Econômica, com toda essa capacidade de emperrar, a certos Ministérios, que não emperram, mas não cumprem a

lei e trabalham com um coeficiente de irregularidade muito elevado. Acho que a Caixa Econômica, de toda maneira, cumpre o seu papel, mas com uma lentidão total, porque foi abarrotada de atribuições...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Essas atribuições foram para a Caixa Econômica. De outro lado, ela não recebeu reforço gerencial, técnico, para suportar a nova demanda, e há seguramente muitos pontos de estrangulamento a serem resolvidos. Mas uma advertência que cabe fazer é à questão dos terrenos. Nós vamos defender, fiscalizar, acompanhar esse programa e desejarmos que ele seja viável. Para ser viável, é preciso haver casa, condições reais para habitação, condições suficientes para a população e, de outro lado, localização adequada para quem vai morar nessas casas. Acho que V. Ex^a, quando adverte para o caráter publicitário desse projeto e a capacidade do Presidente de trabalhar a publicidade muito mais do que os constrangimentos, faz uma advertência importante. Vamos torcer para que não seja necessário ao Presidente o discurso da propaganda e para que ele possa trabalhar com os fatos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – ... com os fatos que o povo espera. E nós vamos contribuir para que eles se desenvolvam hoje, aprovando matéria que reconhecemos importante para o País.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

Peço ao Presidente uns cinco minutos, porque fiz apenas um intróito do meu pronunciamento e concedi um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias, temos matérias ainda importantes, como a PEC dos Vereadores...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas não preciso de todo o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Ainda há quatro oradores inscritos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não preciso de todo o tempo que o Senador Arthur Virgílio utilizou, nem que o Aloizio Mercadante. A metade já é suficiente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para mim, é um minuto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou conceder. Gostaria de dar sequência e depois concederei rapidamente a V. Ex^a.

Fiz apenas uma introdução sobre a espetacularidade do lançamento desse programa de um milhão

de moradias e, se eu não concluir, ficará sem sentido algum a introdução que fiz.

Ocorre que não se deve brincar, a meu ver, com o sonho de milhões de brasileiros. E esse anúncio espetaculoso é uma forma de brincar com os sonhos e as esperanças de tantas famílias deste País, que se frustrarão, certamente, porque temos precedentes.

Em 2006, o Governo anunciou 600 mil moradias, e elas não foram construídas. O Presidente anuncia um milhão de moradias para dois anos de mandato. Depois, ele se recupera e diz: “Não cobrem que eu faça em dois anos um milhão de moradias”. Mas, se não fará, por que anunciar? O Presidente anuncia para que outros façam? Não tem sentido esse anúncio espetaculoso. Acho um desrespeito à família pobre deste País, que se frustrará, porque, mais uma vez, milhões de brasileiros ficarão apenas alimentando o sonho da casa própria.

Tem sido assim. O PAC é uma sigla, o Governo é uma obra de *marketing*. O PAC é uma sigla utilizada, com muita eficiência, para a formulação da proposta de *marketing* governamental. Há poucos dias, anunciou-se que, em dois anos, apenas 3% do orçamento destinado ao PAC foi executado. A Ministra Dilma veio e corrigiu: “Não, 17”. Mas manipulou os números, não foi sincera outra vez. É um Governo insincero, absolutamente insincero. A Ministra Dilma excluiu, para efeito de cálculos, o programa habitacional e de saneamento básico.

O Governo poderia dizer mais a verdade. Com a popularidade que tem, o Presidente da República poderia dedicar os últimos meses da sua administração à sinceridade. Quem sabe passaria a merecer ainda mais o respeito do povo brasileiro, porque – temos de reconhecer – ele é muito respeitado. Afinal, quem ostenta os números de popularidade que ele ostenta tem de ser respeitado. Mas isso não nos impede de dizer aquilo que pensamos sobre os atos do Governo.

Concedo ao Líder Arthur Virgílio o aparte que solicita e depois concluirei o pronunciamento.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a falou muito bem da capacidade de se expor para o povo do Presidente da República. Sempre acreditei muito na autoconstrução. Quando eu era Prefeito de Manaus, fiz um bairro muito grande, um dos maiores de Manaus hoje, chamado Jorge Teixeira. As duas primeiras etapas foram feitas por mim. Não havia beco, as ruas pareciam avenidas, e as avenidas eram avenidas mesmo. Procuramos fazer com saneamento, com um asfalto que dura até hoje. Enfim, levamos ônibus, e as pessoas foram construindo suas casas. daquelas casas modestíssimas do início, hoje há casas modestas e, inclusive, casas muito boas lá, por-

que o Brasil tem passado por transformações grandes. Agora, o fato é que temos os números do PAC. O PAC, na propaganda, é uma coisa; na realização, é outra. O programa das casas populares esbarra, e V. Ex^a falou muito bem, na dificuldade de terrenos e, ao meu ver, na constituição da gerência. Vamos ver! Uma coisa é anunciar, outra coisa é fazer. Por outro lado, tive uma emenda acolhida pelo Relator Henrique Alves, e, com isso, fica possível às cidades com menos de cem mil habitantes serem contempladas pelo projeto. Ou seja, se o projeto sai, graças a Deus, é o que nós queremos. Se porventura não sai, não digam que nós impedimos de participar cidades como Lábrea, Pauini, Barreirinha, Parintins – Parintins não, porque tem mais de cem mil habitantes –, cidades como Canutama, Tapauá, cidades do meu Estado – V. Ex^a deve ter cidades pequenas no seu Estado –, que nós impedimos isso. Ao contrário, facilitamos que os pequenos também tivessem acesso a esse programa, que é uma declaração de boas intenções. Tomara que essas intenções entrem para o terreno da prática. V. Ex^a está de parabéns porque capta, com muita sensibilidade, certo jogo de propaganda que, na verdade, tumultua um pouco o raciocínio das pessoas. Mas eu gostaria muito de acompanhar esse programa. É dever do Senado acompanhar. A partir de que mês, nós temos que contar quantas casas por mês para, em 2010, termos um milhão de casas? Pense bem, são doze meses em 2010. Então, a partir de que mês, a gente pode começar a contar que o Governo teria que entregar xis casas por mês para dar um milhão até 2010? Não é brincadeira, é um trabalho hercúleo. Tomara que consigam. Se conseguirem, nós aplaudiremos, porque se trataria de um gesto muito favorável aos menos favorecidos no País. Não basta dizer que gosta dos menos favorecidos. É fundamental mostrar na prática. E, na prática, é construir as casas e não dizer que vai fazer isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a tem razão, Senador Arthur Virgílio: que se anuncie menos, mas que se construa. Esse exagero ao anunciar à pobreza ao inaugurar é o mal maior do Governo Lula.

Antes de concluir, eu gostaria de manifestar aqui uma preocupação que carrego em razão do capítulo que diz respeito à regularização fundiária de assentamentos urbanos. Notei que há uma palavra ou duas palavras que são utilizadas em praticamente todos os parágrafos ou letras dessa medida provisória. Onde se fala baixa renda, utiliza-se sempre “predominantemente” de baixa renda, e não “exclusivamente”. Ou seja, abre-se um espaço para a regularização fundiária também de áreas de proprietários que não são de baixa renda.

Vejam, “predominantemente” neste caso; mais à frente, baixa renda como “prioridade”, e não como “exclusividade”. Ou seja, “predominantemente” de baixa renda, mas nem sempre de baixa renda. “Prioritariamente” de baixa renda, mas nem sempre de baixa renda. Essa é uma preocupação que não eu poderia deixar de externar aqui. Especialmente no art. 63, o artigo das excepcionalidades, se diz: “Terrenos que foram ocupados predominantemente por população que tenha o imóvel irregular como único imóvel residencial, independentemente da renda familiar.” Ou seja, “predominantemente”, mas pode ser também população que tenha outros imóveis, outros bens. E pode ser até área urbana, onde os estabelecimentos não sejam residenciais. Não há dúvida de que há essa possibilidade.

Eu preferiria, para votar com tranqüilidade, que o Relator fizesse uma emenda de...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É claro que eu votaria com maior tranqüilidade se o Relator fizesse uma emenda de redação. Aliás, não precisaria ser nem emenda de redação; poderia ser de exclusão. Apenas excluindo a palavra “predominantemente”, em um caso, e “prioridade”, no outro, já seria o suficiente para o texto ficar de conformidade com os objetivos dessa medida provisória, que é atender à população mais pobre do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Nós temos cinco inscritos. São 10 minutos para cada um. Nós vamos ter ainda uma hora. Se é o desejo votar a emenda dos vereadores, eu pediria que os senhores inscritos economizassem o tempo, se possível. É um apelo só, que deixo a critério de cada um dos senhores.

Marcelo Crivella, próximo orador inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de consultar V. Ex^a sobre a ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O senhor é o próximo. O senhor é o próximo.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – O meu será de apenas dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Vou economizar o tempo aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da **TV Senado**, senhores ouvintes da Rádio Senado, Srs. Vereadores que estão aqui com expectativa ardente de ver votada a PEC 47, demais presentes no plenário, hoje eu venho aqui com muita alegria, com muita satisfação, porque, desde o primeiro dia do meu mandato, eu venho clamando, desta tribuna, pela construção de moradia. E faço isso por uma razão: eu sou engenheiro civil.

A vida toda fiz obras e nunca me conformei com o fato de o Brasil, um País onde tem tanto calcário, argila... Hoje nós temos um polo petroquímico capaz de produzir todas as tintas, todos os vernizes, temos um polo siderúrgico capaz de nos dar aço, alumínio, todas as ligas de metais, temos uma mão de obra abundante, grande parcela dela desempregada, esperando, com a ansiedade de um vigia que espera pela alvorada, o momento de ser treinada e empregada.

Por que o Brasil ainda tem povo, ainda tem tantas pessoas morando em barraco? Senador Inácio Arruda, Senador João Pedro, expliquem-me!

O que é o cimento? Ah, o cimento é uma farofa de calcário e argila, com uma pitada de gesso para controle de pega. Agora, eu pergunto: falta calcário, falta argila neste País? Não, é o que nós mais temos. Agora, no Brasil, tem um outro detalhe: o cimento é monopólio. Infelizmente, tenho de concordar: monopólio. O preço é, muitas vezes, alto.

Aliás, quero falar aqui uma coisa importante. Olha, nós estamos falando sobre construção, sobretudo nas favelas. O Senador José Agripino disse assim: “Não tem terreno.” Tem! Hoje, nós temos terrenos onde estão assentados um milhão de barracos. Só ali, naquele um milhão de barracos, se nós tirarmos o barraco e construirmos uma casa decente, já teremos o terreno para fazer um milhão de moradias.

Senador José Agripino, lembre-se da crise de 1929. Nos Estados Unidos, em Nova York, havia uma favela pior do que a Rocinha: era de papelão! Sabe como eles saíram da crise? Construíram 800 mil quilômetros de estradas, 170 mil prédios públicos, 80 mil pontes e viadutos, lançaram a infraestrutura para os anos de ouro do capitalismo. E fizeram isso por quê? Porque ergueram os olhos para o horizonte e disseram: “Chega de pensar pequeno. Nós somos um grande país, uma grande nação!”.

Com certeza, esse programa vai trazer para o povo brasileiro uma dimensão muito maior que aquela em que estamos hoje acostumados a pensar, a pensar: “Infelizmente, são uma contingência do nosso processo de desenvolvimento as favelas”. Não são, não!

A primeira favela do Brasil: Morro da Providência. Quantos anos? Cento e trinta e sete anos atrás. Meu Deus do céu, nós construímos Copacabana, Ipanema, Leblon, Barra da Tijuca; nós construímos a Lagoa, o Maracanã; nós fizemos tudo o que quisemos; só nunca tivemos dinheiro para fazer justiça aos pobres miseráveis que passaram gerações explorados, trabalhando, dando um duro tremendo, mas recebendo apenas o suficiente para comer e se vestir.

Na hora de morar? Improvisa-se uma casa no morro. Como é que se começa a favela? Voluntários da Pátria. Guerra do Paraguai. Senador Renan, 30 mil negros foram convocados para lutar no Paraguai, porque D. Pedro II não tinha tropa; lançou um decreto, em novembro de 1864, publicado no **Jornal do Comércio**, este que circula até hoje, dando oportunidade aos escravos de serem alforriados se lutassem na Guerra. Trinta mil foram com essa esperança. Muitos morreram. Muitos voltaram. Voltaram e receberam a alforria sem trabalho e sem moradia. Foram morar onde? Na favela. Começa-se a favela assim. É um paradigma. Depois vieram os volantes da Guerra de Canudos, aí vieram os nordestinos. Pronto. Tem a matriz: DNA – negros, nordestinos –; explorados. Os nordestinos, no Rio de Janeiro...O capital humano que o Nordeste deu àquela linda capital, onde V. Ex^a estudou, Senador Renan, tudo ali é suor, lágrima e sangue do povo nordestino e dos negros. Onde morram hoje, a maioria? Favela.

Então, precisamos cumprir com o nosso destino e fazer essas casas.

No Morro da Providência, terminou a eleição, Senador Agripino, amargurei um revés eleitoral, muito por culpa de injúrias e de calúnias lançadas contra mim pelo jornal **O Globo**. Terminou a eleição – aquela tristeza –, liguei para o Ministro do Exército. “Olha, a obra social pode continuar. Já não há mais o pressuposto de ser uma obra eleitoral.” O Ministro disse-me o seguinte: “Olha, Crivella, não há um marco regulatório. Acho que nós temos de conversar a respeito.” Liguei para o José Alencar: “Presidente, faça-lhe um apelo: o povo do Morro da Providência precisa continuar... Tem os recursos. O Exército deixou casas lá com metade do telhado, metade do telhado, gente sofrendo, angustiada, aflita”.

Sabe o que eu fiz, Senador José Agripino? Eu fui para lá com os meus recursos; não os do Senado. O salário do Senado mal dá para a gente sobreviver.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me, Senador Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Qual é o déficit de moradia, hoje, no Morro da Providência? V. Ex^a tem ideia?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Setecentos e setenta e seis.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Setecentos e setenta e seis casas. Puxa vida! Então, eu não vejo nada... Tem terreno? Há terreno para isso?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Há. Eu ia concluir isso. O que eu fiz? Comecei a remover barracos e a construir casas. Agora, como os barracos são muito pequenos, eu fiz casas de dois pavimentos. Casas que comprei – placas, paredes pré-moldadas – de uma empresa do Paraná, chamada Epotec – já cumprimentei, inclusive, os Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias, que me disseram que já usaram isso lá no Paraná. Então, veio um caminhão com uma casa de dois pavimentos. Eu botei a laje, botei o telhado, portas e janelas. Quanto tempo demora para fazer uma casa de dois pavimentos? Três dias. Eu vou mandar para os senhores o que eu coloquei dentro da casa, que foram os móveis, que custaram R\$15 mil. Até papel de parede coloquei. Papel de parede! Botei geladeira, botei fogão; botei exaustor; botei cama para as crianças; botei jogo de sofá na sala; botei tanquinho, máquina de lavar. Quinze mil reais! A casa toda: uns R\$45 mil. Tirei o barraco, fiz a casa, e estou fazendo outras.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Marcelo Crivella, permita-me um aparte?

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Marcelo, permita-me um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Com todo prazer, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Marcelo, se bem entendi...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Seu contrarrâneo pediu-me um aparte e está ali ao microfone.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – V. Ex^a quer conceder a ele ou a mim?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Concedo a ambos. É que ele pediu primeiro.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Mas V. Ex^a é o dono da palavra. Concede a ele ou a mim em primeiro ou em segundo lugar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– V. Ex^a não pode fazer essa discussão regional.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – É tudo Rio Grande do Norte, é tudo Rio Grande do Norte.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Dou a palavra a V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Marcelo, se eu bem entendi, V. Ex^a está propondo que os recursos do Minha Casa, Minha Vida sejam aplicados na erradicação de favelas no Rio de Janeiro?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Em todas as favelas do Brasil.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – V. Ex^a tem consciência do custo de erradicação de favela?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Erradicação...

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – V. Ex^a sabe quanto custa uma casa ou para quanto se destina, em Reais, uma casa do Minha Casa, Minha Vida?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– A última que eu entreguei...

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Não dá para construir, Senador Marcelo Crivella, a fundação de uma casa... Eu fui Prefeito, eu erradiquei favela, eu sei o custo de erradicação de favela. Favela, normalmente, é plantada em terreno enladrilhado, precisa de canaletas de drenagem de água, precisa de um mundo de obras porque é assentamento “paranormal”. Há um custo suplementar. Se V. Ex^a fosse destinar recursos do Minha casa, Minha vida para a erradicação das favelas, maravilha de objetivo, maravilha de objetivo! Agora, o dinheiro disponível para a construção de 100 casas não chegava à décima casa. Então, a intenção de V. Ex^a pode ser a melhor, a melhor. Mas os recursos serem suficientes para fazer aquilo que V. Ex^a está se propondo e falando, nem pensar, nem pensar, Senador!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Permita-me V. Ex^a discordar. Na maioria das favelas brasileiros, as pessoas que já estão morando lá têm televisão, têm geladeira, têm infraestrutura. A grande maioria das favelas brasileiras é assim hoje. Portanto, já há infra-estrutura, como é o caso da...

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Não há necessidade da construção de mais nada. Se já tem tudo, não há a necessidade de fazer mais nada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Há a alvenaria. A casa está caindo aos pedaços; é péssima; é pequena. Por isso, disse a V. Ex^a: tirei aquele barraquinho apertado de um pavimento e fiz de dois. Para um terreno de 5x6, construí uma casa de 60 metros quadrados; 30 no primeiro pavimento; 30 no segundo. A infraestrutura já existe no local. Estou fazendo isso, experiência própria. V. Ex^a foi Prefeito, fez. Também fiz, estou fazendo. Não custa tanto. Detalhe:

no Morro da Providência estou usando mão-de-obra local. Treinei 100 pessoas. Todos ali estão fazendo. Até porque a mão-de-obra é rapidamente treinada. Estamos falando de pedreiro, pintor, carpinteiro, servente. Não há grandes dificuldades.

Gostaria de ouvir o nosso Senador Garibaldi Alves.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Marcelo Crivella, há pouco ouvi, aqui, o Senador Aloizio Mercadante falar que este Programa se devia muito à sensibilidade do Presidente Lula. Não venho discordar disso, absolutamente. Agora, é preciso que se veja no Relatório do Senador Gim Argello o que ele destaca como contribuição do Parlamento, contribuição da Câmara dos Deputados, cujo Relator foi outro nordestino-grandense, o Deputado Henrique Eduardo Alves, que foi a inclusão da possibilidade de atendimento a Município de menor porte; a extensão dos benefícios do Programa à produção ou à aquisição de lote urbanizado, desde que o beneficiário assuma o compromisso contratual de iniciar a construção da unidade residencial no prazo de até seis meses; a União concedesse subvenção econômica de até um bilhão para atendimento de beneficiários com renda familiar de até três salários-mínimos nos Municípios com população menor ou igual a 50 mil habitantes. Como vê V. Ex^a, a parceria no Programa Minha Casa, Minha Vida é uma realidade entre o Executivo e o Legislativo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Parabéns a V. Ex^a por uma lembrança grata como essa.

Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, V. Ex^a poderia me conceder... Eu já vou... Muito agradecido. É apenas para dizer o seguinte – vou concluir já –: eu fiz, aqui, três emendas. Uma – como todos os Senadores fizeram, todos os Deputados fizeram –, para que fossem incluídos os Municípios com menos de cem mil habitantes. Até aqui, conseguimos uma grande vitória. O Governo não tinha essa ideia, acabou incluindo-a. Fiz uma outra emenda: para colocarmos energia solar. Isso foi discutido com o Presidente Lula, e estava presente o Senador Inácio Arruda: “Presidente, precisamos colocar energia solar”. “Não, porque é muito caro”. “Não é, não. A USP, orgulho dos brasileiros, pérola da vossa terra, tem um *kit* de R\$400,00, que cheguei a mostrar aqui e saiu publicado no **Jornal do Senado**. Pois bem: a medida provisória contempla financiamento para a energia solar. Não vamos tirar o chuveiro elétrico. Chuveiro elétrico é muito importante. Por quê? Porque o chuveiro elétrico controla a vazão da água. Senador Sérgio Guerra, o chuveiro elétrico é importante porque ele aquece a água pelo contato com a serpentina, que fica incandescente com a cor-

rente elétrica. Portanto, tem pouca água passando pelo chuveiro elétrico. Agora, a energia solar, por haver um termostato no tubo, ela faz com que, quando a água estiver aquecida, o chuveiro elétrico não precisa funcionar. Temos 55 milhões de chuveiros elétricos instalados no Brasil. É uma indústria que emprega muita gente. É importante. Dia de chuva, sem sol, usamos chuveiro elétrico. Água aquecida no sol.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – E o que tem a energia solar a ver com isso? Eu não entendi.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – A energia solar está incluída no Programa. Financiamento para energia solar no Programa Minha casa, minha vida.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Nas favelas, nas novas construções?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Em todas as casas. Esse é um consumo de energia importante para o Brasil.

Sr. Presidente, há outra coisa que, aqui, também gostaria de votar em destaque – já concluo, Sr. Presidente.

Nos Municípios onde houver inadimplência – e são muitos, hoje, no Brasil, que estão inadimplentes –, eu fiz uma emenda para que a Caixa Econômica Federal pudesse realizar as obras, pudesse contratar as obras com a iniciativa privada, dar acesso às pessoas que moram nesses Municípios sem assinar o convênio com a prefeitura, que estaria, nesse caso, inadimplente.

Acho que isso nós poderíamos aprovar aqui no Senado; senão, dos 5.564 Municípios brasileiros, milhares ficarão sem receber o programa Minha Casa, Minha Vida, porque estarão inadimplentes. A Caixa Econômica terá recursos, haverá terrenos, áreas próprias para a construção, mas não faremos porque há uma inadimplência na prefeitura, que não poderá assinar o convênio.

Finalmente, Sr. Presidente, eu tenho lutado, aqui neste Senado, diante do mérito da medida, do volume de recursos... O que vou falar aqui...

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Permita-me.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Permito, Senador Papaléo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador, sua exposição é muito clara, muito inteligente, mas eu queria fazer uma pergunta: as casas com energia solar serão opcionais ou todas...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Opcionais.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Opcionais. Qual favela no Rio de Janeiro, qual morro no Rio de Janeiro tem mais deficiência de moradias dignas?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – As comunidades do Rio de Janeiro estão todas em péssimas condições, mas as maiores que nós temos são a Favela da Maré e o Morro do Alemão. Ali moram, no Morro do Alemão, 80 mil pessoas em péssimas condições.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – No Morro do Alemão, mais ou menos, quanto é de déficit habitacional?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Se nós formos transformar as casas que estão em péssimas condições em casas com boa habitabilidade, estaremos falando na metade delas, no mínimo a metade delas. Agora, uma coisa...

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – É importante, porque eu conheço um número de favelas. Não conheço como V. Ex^a, mas há alguns eu morei lá e vi realmente a situação de moradia precária em muitas delas.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu já vou concluir.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – E deve haver por parte do Governo um investimento maciço, para que nós tenhamos assim um projeto – um projeto de governo, e não um projeto de presidente ou de governador –, dando continuidade a essa ação. Eu vejo que tem de haver muita determinação de governo e que, embutido nisso, não se leve de forma nenhuma o caráter eleitoral, senão vai prejudicar o projeto de futuro. O de presente, parabéns.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado.

Então, Sr. Presidente, apenas para concluir, uma coisa que me preocupa é o peso que o trabalhador brasileiro ainda é obrigado a suportar.

Senador Inácio Arruda, a Organização Internacional do Trabalho já disse que o trabalhador não deve ser obrigado a carregar peso superior a 30kg. No Brasil, um saco de cimento tem 50kg. Na agricultura, chega a 60kg. Hoje, o trabalhador brasileiro se aposenta aos 65 anos de idade. Como, aos 65 anos de idade, um servente poderá carregar um saco de cimento – ou aos 50 ou aos 55? É impossível. Não haverá, amanhã, no sistema de saúde público, condições de atendê-lo.

Então, fiz uma emenda também, já que as fábricas de cimento – são poucas no Brasil – estão com o lucro alto, já que baixamos o IPI delas, já que o cimento é uma farofa de calcário e argila, abundantes na natureza. Aliás, o cimento Portland de alto-forno é

85% de escória de alto-forno. Por exemplo, o Grupo Votoran, a maior fábrica de cimento do País, pega toda a escória da siderúrgica Barra Mansa, 85% da escória que sobra, porque a escória do alto-forno que produz aço é moída e colocada num saco de cimento; praticamente não tem custo.

Então, que diminuíssemos esse saco de cimento para o peso de 25kg a 30kg, pelo bem da saúde de nossos operários que estão em construções na favela, porque é terrível subir o morro...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – E pior, Presidente, às vezes uma família humilde tem que trocar os azulejos do banheiro porque caíram. Tem que comprar um saco de cimento de 50kg e vai usar 10kg. E 40kg, três dias depois de aberto o saco, vão hidratar, vão perder completamente a pega.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Permite-me um aparte, nobre Senador Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pois não, Senador Valter.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Crivella, estou apreciando o discurso de V. Ex^a, que está entrando em detalhes realmente muito importantes sobre toda a construção, sobre a natureza da construção etc. Mas eu gostaria só de fazer um apelo a V. Ex^a: hoje é terça-feira e amanhã é quarta-feira. Nós temos hoje e amanhã para aprovarmos a PEC dos Vereadores, na qual V. Ex^a tem um engajamento especial. É só este o apelo que eu gostaria de fazer a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Está atendido.

Sr. Presidente, concluí então o meu pronunciamento, parabenizando o Governo, o Congresso e o Senador Gim Argello, nosso Relator, por tão relevante medida.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, prometo... Já reduzi em 80% a minha pretensão de fazer a minha fala aqui, em respeito aos Senadores e, sobretudo, na certeza de que hoje vamos aprovar a PEC nº 13 aqui. Estão aguardando há muito tempo os nossos vereadores.

Antes de iniciar minha fala, quero cumprimentar o Senador Gim Argello pelo relatório extraordinário

que ele apresentou na tarde-noite de hoje, aqui no Senado Federal.

O Brasil é um país que ostenta uma carência habitacional das maiores do mundo. Segundo números do IBGE, o déficit é da ordem de 7,9 milhões, o que representa 14,36%. Cerca de 6,5 milhões referem-se às áreas urbanas, ou seja, mais de 80%. Porém, mais do que isso, é importante salientar que, dos 55 milhões de moradias hoje existentes no Brasil, nada menos do que 12 milhões são totalmente inadequadas, sem infraestrutura, sem banheiro, sem energia elétrica.

No meu Estado de Mato Grosso, por exemplo, o déficit habitacional é de 108 mil residências, sendo 78 mil na zona urbana e 30 mil na área rural de seus 141 Municípios. Como no resto do País, o problema maior consiste nas condições de saneamento básico, logística de transportes, educação, segurança e qualidade de vida, para muito além da simples contagem do número das residências.

Por isso, o projeto de conversão que agora estamos votando é sem dúvida uma importante iniciativa, na medida em que vai beneficiar famílias menos favorecidas com a construção de um milhão de moradias. Mas é preciso que estejamos especialmente alerta para garantir que as ações complementares do Ministério das Cidades venham a oferecer dignidade plena e condições adequadas de suporte estrutural para que os brasileiros beneficiados tenham de fato não só a casa, mas tudo aquilo de que necessitam para que nela possam decentemente habitar. Caso contrário, estaremos mais uma vez diante de uma iniciativa demagógica, meramente assistencialista e eleitoreira, que promete aquilo que não se vai cumprir.

Então, ao registrar meu apoio e meu voto favorável à aprovação do PLV nº 11, de 2009, registro, também, portanto, a minha preocupação que esta Casa acompanhe de perto a execução do programa que ora aprovamos, no sentido de assegurar o fiel cumprimento das indispensáveis obras de saneamento e infraestrutura, sem as quais de nada adianta fazer propaganda e engordar estatísticas numéricas, em detrimento de nosso povo, que realmente necessita de habitação condigna.

Portanto, Sr. Presidente, espero que o programa ora lançado pelo Governo Federal em relação à habitação seja cumprido literalmente. Lamentavelmente, das obras anunciadas pelo PAC em todo este imenso País, não foi realizado quase nada. A título de exemplo, lançaram há poucos dias, Senador Marconi Perillo, na região do Baixo Araguaia, a pavimentação da BR-158, tão sonhada por nós mato-grossenses, pelo povo do Maranhão, pelo povo do Tocantins e pelos próprios goianos que habitam aquela vasta região rica de Mato

Grosso. Lançaram com festas, churrascos, foguetes etc. etc. Lamentavelmente, Alvaro Dias, foi dada a licença ambiental para a pavimentação asfáltica da BR-158, entretanto, há ainda 40 itens para serem cumpridos, ou seja, há ainda 40 restrições nesta licença ambiental. Então, é mais um engodo, uma tapeação, uma mentira, e temos que nos preocupar.

Não podemos permitir que lancem obras como aquela, porque, na prática, não existe coisa alguma. Os equipamentos mecânicos estão à margem da BR, mas as obras, de fato, não aconteceram e não vão acontecer. Duvido e aposto! Lanço um desafio aqui ao Diretor-Geral de Infraestrutura, Dr. Luiz Antônio Pagot, para ver se ele vai conseguir superar as quarenta restrições que estão na licença ambiental dessa obra tão importante para o Estado de Mato Grosso.

Portanto, faço votos de que esse programa lançado pelo Governo Federal, meu caro amigo Senador Gim Argello, seja, de fato, uma realidade. V. Ex^a disse que pouco se fazia em termos de habitação há alguns anos em nível de Governo Federal. Entretanto, no meu Governo, quando fui Governador de Mato Grosso, tive a primazia de construir 22 mil casas populares. Nosso amigo Romero Jucá é testemunha disso. Foram 22 mil casas populares. Lancei um programa inusitado de loteamentos populares com urbanização, com água e com luz, dando o privilégio a alguns milhares de trabalhadores em meu Estado de terem pelo menos um lote dotado de infraestrutura para construir sua habitação. Ou seja, só em Cuiabá, edifiquei algo em torno de doze mil lotes populares com toda infraestrutura básica: água, luz, escola, posto de saúde etc.

Portanto, o mínimo que temos de oferecer aos menos afortunados, aos trabalhadores brasileiros, é uma condição de vida melhor, uma casa para morar. E é isso o que se vai construir. A verdadeira cidadania é darmos casa para morar, saúde, educação, e, acima de tudo, é fazermos com que este seja um País de igualdade social, promovendo justiça por meio de políticas públicas, como a que se está propondo por meio do PL nº 11.

Sr. Presidente, fico feliz de ver aqui a iniciativa louvável do Governo Federal, mas espero, meu caro amigo Senador João Pedro, que seja, de fato, uma realidade para todos nós, brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Alvaro Dias, para a discussão de mérito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Senador João Pedro vai falar também?

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – S. Ex^a falará logo após o Senador Alvaro Dias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, vou falar por dois minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é evidente, Senador Sérgio Guerra, que não há ninguém neste País que desconheça ser a moradia o maior sonho da família brasileira. Qualquer pesquisa indicará isso. É o maior sonho de consumo, especialmente dos trabalhadores deste País. Portanto, é inevitável o voto favorável da Oposição. Mas é bom registrar que o Presidente da República poderia tratar uma matéria como essa por meio de um projeto de lei em regime de urgência, não por meio de medida provisória. Esse é o primeiro ponto. Com isso, certamente, haveria um debate mais aproveitado. A discussão nessas circunstâncias pode ser qualificada, mas ela produz muito pouco, porque há um fato consumado à nossa frente. Não há notícias de que medidas provisórias tenham sofrido grandes alterações em benefício da população. Esse é um ponto.

Outro ponto a se destacar é que o Presidente da República se revela um grande marqueteiro. Desconheço que, na história deste País, tenha passado, pela Presidência da República, alguém com tanta capacidade de *marketing* como o Presidente Lula. Temos de reconhecer isso, Senador Tião Viana. Esse programa é um exemplo disso. O Presidente da República anunciou, de forma espetacular, um milhão de moradias para os brasileiros. Passou a ideia de que muitas famílias brasileiras, que tiveram o sonho da casa própria como pesadelo, realizariam, agora, seu sonho. A capacidade de comunicar do Presidente da República, principalmente com a população de baixa renda, é inigualável, mas o Presidente não é sincero. Lastimavelmente, na primeira parte, faço o elogio; na segunda parte, a crítica. Não há sinceridade nas palavras do Presidente, que vai se transformando no grande Presidente do anúncio. Infelizmente, no ato da execução e da inauguração, não é o mesmo Presidente eficiente do anúncio. Na execução e na inauguração, não há eficiência, tanto é, Senador Mozarildo Cavalcanti, que, até hoje, depois de sete anos – vamos para oito anos de mandato do Presidente da República –, não o vi inaugurar uma obra sequer no Paraná. Mas o vi anunciar inúmeras obras, inclusive obras fantásticas: trem-bala de Curitiba a Belo Horizonte; uma ferrovia que iria até Antofagasta, no Chile. Esses projetos megalomaníacos são anunciados com tanta competência de *marketing* pelo Presidente, que muitos acabam acreditando. E é a razão da popularidade do Presidente.

Senador Sérgio Guerra, a quem vou conceder um aparte em seguida, o Presidente não conquista sua popularidade pelas obras que inaugura. O Presidente conquista sua popularidade pelas obras que anuncia, porque, evidentemente, anuncia uma após a outra. Em todo o seu mandato, vai gerando expectativa. Normalmente, gera-se expectativa no início do mandato. Depois, vem ou o aplauso ou a frustração. O Presidente Lula é especialista no gerar falsa expectativa e vai produzindo expectativas a cada passo, durante sua gestão.

Vou conceder, com prazer, o aparte ao Senador Sérgio Guerra, para depois prosseguir.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Alvaro Dias, primeiro, quero fazer, em torno das suas palavras, um comentário: há muitos anos, no Nordeste brasileiro, assistimos a um espetáculo imponente. Os Governos militares – aqui, muita gente pode se lembrar disso – e seus Presidentes chegavam ao Nordeste para anunciar, na época do “Brasil Crescendo”, obras enormes, com verbas de bilhões e bilhões de dólares, de “quaquilhões” de dólares, usando a expressão do Tio Patinhas. E os “quaquilhões” de dólares de obras se transformaram em quase nada. Rigorosamente, todos se transformaram em nada. Eram “quaquilhões” de dólares, expectativas imensas, que eram renovadas a cada eleição ou escolha de Presidente – naquela época, era escolha – e a cada visita ao Nordeste do Brasil. Naquele momento, as visitas se davam à Sudene, e era a Sudene que recebia. Ao mesmo tempo em que pessoas eram punidas, expulsas da Sudene e investigadas, muitas delas presas, gente chegava para anunciar esses tais bilhões e bilhões de dólares de obras que não se fizeram. Essa mania pegou no Nordeste, e os nordestinos dão imenso desconto aos números grandes. Sou um deles. Então, dou imenso desconto aos números grandes.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Prorrogo a sessão até o encerramento da Ordem do Dia.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Prefiro acreditar nos números menores. Por exemplo: lembro-me bem de que o Governador Jarbas Vasconcelos era Governador de Pernambuco e de que fomos ao Ministério da Integração. Já naquele momento, estava indexado o projeto da transposição das águas do rio São Francisco, que era um projeto desses que custam bilhões e bilhões. Aí o Ministro perguntou ao Jarbas, que era Governador – eu, que estava com ele, era Deputado Federal –, se ele era a favor do projeto. E ele disse: “Como não? Sou a favor, mas não estou acreditando”. Então, o Ministro perguntou: “Por que não acredita?”. E ele disse: “Porque aqui há duas transposições”. Na

verdade, eram dois pequenos projetos. Um deles tinha o nome de Adutora do Oeste e está parado por falta de R\$5 milhões e porque várias e várias e várias concorrências já tinham sido feitas, sem que ela se transformasse em obra, porque tinha irregularidades. No final de tantas concorrências não concretizadas, o que aconteceu? Botaram lá, para cuidar da obra, um militar. Esse militar viu tantas irregularidades que, ao término de seis meses, deu um tiro no coração, suicidou-se. Nada tão dramático posso dizer agora, mas efetivamente há um exagero de número brutal. Estou vendo ali um representante do Ceará que deve estar esperando a torneira d'água do São Francisco, que não passou nem perto do Ceará. No entanto, aquilo foi discurso lá para muita gente. Na Paraíba, coisa nenhuma, não se tem nem vestígio da transposição das águas do rio São Francisco. Ela está lá, como caranguejo, às margens do rio São Francisco. Programa de habitação: bem, foi feita muita coisa em matéria de habitação popular no Brasil no passado. Por um bom tempo, esse programa foi sacrificado, o sistema de construção civil sofreu muito. É muito importante e deve ser saudada, de forma positiva, a iniciativa que o Presidente toma agora e o seu Governo também. Importante para o povo; importante para a sociedade; importante para o Brasil; importante para os mais pobres; importante para as empresas. Espero que elas trabalhem bem, sob regime de intensa fiscalização, para que não se multipliquem as irregularidades que estamos vendo em todos os cantos. O fato real é que o programa vai andar. Espero que ande, e o Governo deve ser parabenizado por isso, porque a população precisa de habitação. Sempre tenho uma preocupação nesses programas: a questão dos terrenos. É fundamental que a escolha dos terrenos se dê de forma razoável e de forma a não remeter para regiões distantes aqueles que vão receber as suas casas. A população não quer apenas a sua casa. Parcela muito grande dos brasileiros acha que já tem a própria casa, mesmo que não a tenha. A população quer saber onde será a sua casa. Se ele é convidado a afastar-se de onde está para viver muito longe, mesmo que a casa seja nova, não serve para ele. Antigamente, no Governo Carlos Lacerda, quem não se lembra? Está, efetivamente, em quem estuda o assunto, como exemplo típico, a Vila Kennedy. Uma favela foi desmontada para levar a população para uma nova vila em condições urbanas absolutamente favorecidas. A população não aderiu à Vila Kennedy. Estou muito preocupado com a questão dos terrenos, da localização dos terrenos. Programas feitos ao sabor da pressão dos ventos e das campanhas não podem perder o seu conteúdo técnico. É preciso que a Caixa Econômica não emperre esse

programa, porque a Caixa Econômica é – perguntem a qualquer brasileiro do interior do Nordeste – uma emperradora de projetos. Eu não diria enterradora de projetos, mas emperradora, seguramente. Quem tem prefeitura, quem conhece prefeitos, quem tem amigos prefeitos sabe disso. Ainda prefiro a Caixa Econômica, com toda essa capacidade de emperrar, a certos Ministérios, que não emperram, mas não cumprem a lei e trabalham com um coeficiente de irregularidade muito elevado. Acho que a Caixa Econômica, de toda maneira, cumpre o seu papel, mas com uma lentidão total, porque foi abarrotada de atribuições...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Essas atribuições foram para a Caixa Econômica. De outro lado, ela não recebeu reforço gerencial, técnico, para suportar a nova demanda, e há seguramente muitos pontos de estrangulamento a serem resolvidos. Mas uma advertência que cabe fazer é à questão dos terrenos. Nós vamos defender, fiscalizar, acompanhar esse programa e desejarmos que ele seja viável. Para ser viável, é preciso haver casa, condições reais para habitação, condições suficientes para a população e, de outro lado, localização adequada para quem vai morar nessas casas. Acho que V. Ex^a, quando adverte para o caráter publicitário desse projeto e a capacidade do Presidente de trabalhar a publicidade muito mais do que os constrangimentos, faz uma advertência importante. Vamos torcer para que não seja necessário ao Presidente o discurso da propaganda e para que ele possa trabalhar com os fatos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – ... com os fatos que o povo espera. E nós vamos contribuir para que eles se desenvolvam hoje, aprovando matéria que reconhecemos importante para o País.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

Peço ao Presidente uns cinco minutos, porque fiz apenas um intróito do meu pronunciamento e concedi um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias, temos matérias ainda importantes, como a PEC dos Vereadores...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas não preciso de todo o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Ainda há quatro oradores inscritos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não preciso de todo o tempo que o Senador Arthur Virgílio utilizou, nem que o Aloizio Mercadante. A metade já é suficiente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para mim, é um minuto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou conceder. Gostaria de dar sequência e depois concederei rapidamente a V. Ex^a.

Fiz apenas uma introdução sobre a espetaculosidade do lançamento desse programa de um milhão de moradias e, se eu não concluir, ficará sem sentido algum a introdução que fiz.

Ocorre que não se deve brincar, a meu ver, com o sonho de milhões de brasileiros. E esse anúncio espetaculoso é uma forma de brincar com os sonhos e as esperanças de tantas famílias deste País, que se frustrarão, certamente, porque temos precedentes.

Em 2006, o Governo anunciou 600 mil moradias, e elas não foram construídas. O Presidente anuncia um milhão de moradias para dois anos de mandato. Depois, ele se recupera e diz: “Não cobrem que eu faça em dois anos um milhão de moradias”. Mas, se não fará, por que anunciar? O Presidente anuncia para que outros façam? Não tem sentido esse anúncio espetaculoso. Acho um desrespeito à família pobre deste País, que se frustrará, porque, mais uma vez, milhões de brasileiros ficarão apenas alimentando o sonho da casa própria.

Tem sido assim. O PAC é uma sigla, o Governo é uma obra de *marketing*. O PAC é uma sigla utilizada, com muita eficiência, para a formulação da proposta de *marketing* governamental. Há poucos dias, anunciou-se que, em dois anos, apenas 3% do orçamento destinado ao PAC foi executado. A Ministra Dilma veio e corrigiu: “Não, 17”. Mas manipulou os números, não foi sincera outra vez. É um Governo insincero, absolutamente insincero. A Ministra Dilma excluiu, para efeito de cálculos, o programa habitacional e de saneamento básico.

O Governo poderia dizer mais a verdade. Com a popularidade que tem, o Presidente da República poderia dedicar os últimos meses da sua administração à sinceridade. Quem sabe passaria a merecer ainda mais o respeito do povo brasileiro, porque – temos de reconhecer – ele é muito respeitado. Afinal, quem ostenta os números de popularidade que ele ostenta tem de ser respeitado. Mas isso não nos impede de dizer aquilo que pensamos sobre os atos do Governo.

Concedo ao Líder Arthur Virgílio o aparte que solicita e depois concluirei o pronunciamento.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a falou muito bem da capacidade de se expor para o povo do Presidente da República. Sempre acreditei muito na autoconstrução. Quando eu era Prefeito de Manaus, fiz um bairro muito grande, um dos maiores de Manaus hoje, chamado Jorge Teixeira. As

duas primeiras etapas foram feitas por mim. Não havia beco, as ruas pareciam avenidas, e as avenidas eram avenidas mesmo. Procuramos fazer com saneamento, com um asfalto que dura até hoje. Enfim, levamos ônibus, e as pessoas foram construindo suas casas. daquelas casas modestíssimas do início, hoje há casas modestas e, inclusive, casas muito boas lá, porque o Brasil tem passado por transformações grandes. Agora, o fato é que temos os números do PAC. O PAC, na propaganda, é uma coisa; na realização, é outra. O programa das casas populares esbarra, e V. Ex^a falou muito bem, na dificuldade de terrenos e, ao meu ver, na constituição da gerência. Vamos ver! Uma coisa é anunciar, outra coisa é fazer. Por outro lado, tive uma emenda acolhida pelo Relator Henrique Alves, e, com isso, fica possível às cidades com menos de cem mil habitantes serem contempladas pelo projeto. Ou seja, se o projeto sai, graças a Deus, é o que nós queremos. Se porventura não sai, não digam que nós impedimos de participar cidades como Lábrea, Pauini, Barreirinha, Parintins – Parintins não, porque tem mais de cem mil habitantes –, cidades como Canutama, Tapauá, cidades do meu Estado – V. Ex^a deve ter cidades pequenas no seu Estado –, que nós impedimos isso. Ao contrário, facilitamos que os pequenos também tivessem acesso a esse programa, que é uma declaração de boas intenções. Tomara que essas intenções entrem para o terreno da prática. V. Ex^a está de parabéns porque capta, com muita sensibilidade, certo jogo de propaganda que, na verdade, tumultua um pouco o raciocínio das pessoas. Mas eu gostaria muito de acompanhar esse programa. É dever do Senado acompanhar. A partir de que mês, nós temos que contar quantas casas por mês para, em 2010, termos um milhão de casas? Pense bem, são doze meses em 2010. Então, a partir de que mês, a gente pode começar a contar que o Governo teria que entregar xis casas por mês para dar um milhão até 2010? Não é brincadeira, é um trabalho hercúleo. Tomara que consigam. Se conseguirem, nós aplaudiremos, porque se trataria de um gesto muito favorável aos menos favorecidos no País. Não basta dizer que gosta dos menos favorecidos. É fundamental mostrar na prática. E, na prática, é construir as casas e não dizer que vai fazer isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a tem razão, Senador Arthur Virgílio: que se anuncie menos, mas que se construa. Esse exagero ao anunciar à brejeira ao inaugurar é o mal maior do Governo Lula.

Antes de concluir, eu gostaria de manifestar aqui uma preocupação que carrego em razão do capítulo que diz respeito à regularização fundiária de assentamentos urbanos. Notei que há uma palavra ou duas palavras que são utilizadas em praticamente todos os

parágrafos ou letras dessa medida provisória. Onde se fala baixa renda, utiliza-se sempre “predominantemente” de baixa renda, e não “exclusivamente”. Ou seja, abre-se um espaço para a regularização fundiária também de áreas de proprietários que não são de baixa renda.

Vejam, “predominantemente” neste caso; mais à frente, baixa renda como “prioridade”, e não como “exclusividade”. Ou seja, “predominantemente” de baixa renda, mas nem sempre de baixa renda. “Prioritariamente” de baixa renda, mas nem sempre de baixa renda. Essa é uma preocupação que não eu poderia deixar de externar aqui. Especialmente no art. 63, o artigo das excepcionalidades, se diz: “Terrenos que foram ocupados predominantemente por população que tenha o imóvel irregular como único imóvel residencial, independentemente da renda familiar.” Ou seja, “predominantemente”, mas pode ser também população que tenha outros imóveis, outros bens. E pode ser até área urbana, onde os estabelecimentos não sejam residenciais. Não há dúvida de que há essa possibilidade.

Eu preferiria, para votar com tranqüilidade, que o Relator fizesse uma emenda de...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É claro que eu votaria com maior tranqüilidade se o Relator fizesse uma emenda de redação. Aliás, não precisaria ser nem emenda de redação; poderia ser de exclusão. Apenas excluindo a palavra “predominantemente”, em um caso, e “prioridade”, no outro, já seria o suficiente para o texto ficar de conformidade com os objetivos dessa medida provisória, que é atender à população mais pobre do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, para discutir a matéria, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mesmo acompanhando a angústia de todos os Senadores que querem votar o mais rápido possível, em função da Emenda Constitucional dos Vereadores, que precisamos votar, eu não poderia deixar de dar a minha opinião. Primeiro porque talvez seja um dos poucos, ou até o único que teve a oportunidade de dirigir organizações da periferia do nosso País.

Tive a oportunidade de dirigir a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, num período muito conturbado de uma política chamada de Erradicação de Favelas. Essas erradicações não significavam você

construir, adequar, fazer uma reforma urbana na área que já estava ocupada. Não. Era retirar as populações de áreas centrais e colocá-las nas grandes periferias, distantes das regiões metropolitanas do nosso País. Foi uma luta dura de que nós participamos.

Depois, tive a oportunidade de, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, realizar a Primeira Conferência Nacional das Cidades, ali na Comissão de Desenvolvimento Urbano. Ali, num forte movimento que vinha desde antes da Constituinte, nós nos associamos a figuras que depois vieram ocupar o Ministério das Cidades e demos ali um passo importante para isso, que eu quero destacar, nesse projeto, que foram as figuras do primeiro Ministro do Ministério das Cidades, Olívio Dutra, a professora Ermínia Maricato e a Professora Raquel Rolnik – duas grandes arquitetas brasileiras, todas sediadas em São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, mas que tiveram um grande papel, um destacado papel na mobilização, junto com inúmeras personalidades que não é possível destacar aqui, e quero reverenciá-las no nome dessas duas mulheres, arquitetas que nos ajudaram na construção desse forte movimento.

O resultado de tudo isso foi um forte e grande debate no Brasil sobre a questão da reforma urbana. Eu lembro que, pouco antes da eleição de Lula, Celso Furtado escreveu um livrinho de bolso. Era uma espécie de síntese do pensamento dele para a realidade brasileira, para o desenvolvimento do País. Chamava-se *Um longo amanhecer*. Praticamente ele dizia: “A reforma agrária é consensual. A população brasileira já a aceita fácil. Mas há uma dificuldade na reforma urbana, e é nessa área que o Brasil tem condições de dar grandes passos no desenvolvimento, porque pode fazer drenagem, pode fazer saneamento e pode construir moradia para a população”.

Esse programa atende a esse objetivo. Abre um grande caminho para estarmos atentos para a construção de moradias para uma massa significativa do povo brasileiro. Atender um déficit de sete milhões de moradias não é tarefa fácil nem pequena, nem de um Governo, nem de um programa. Será impossível um programa resolver. Mas aqui o Presidente Lula dá uma grande largada, dá um grande passo. Tem recursos, tem meios.

Eu sinto amanhã não poder estar presente aqui no Senado, mas vou acompanhar a inauguração de um conjunto habitacional em uma área que foi urbanizada lá na Favela Maravilha, em Fortaleza, onde participei das primeiras organizações, junto com as CEBs, junto com as associações de moradores do Lagamar e da Favela Maravilha.

É um ato importantíssimo. A população está em festa, porque recebe uma casa urbanizada, numa área de favela que era uma grande tragédia urbanística e que agora está sendo recuperada. Ali vamos examinar o maior programa de macrodrenagem que está em curso no Brasil, que é a macrodrenagem de Fortaleza e região metropolitana, um projeto de R\$400 milhões, um grande investimento do Governo Federal na região metropolitana de Fortaleza.

Não há como destacar os inúmeros projetos que estão intercalados, que estão relacionados, porque, ao fazer a macrodrenagem, você tem que deslocar populações que estão dentro das áreas, nas faixas de primeira, segunda e terceira categorias dos rios que cortam aquela cidade. Significa mais casas, em áreas adequadas, em áreas mais confortáveis para a população, dando dignidade a essa população pobre das grandes periferias urbanas do nosso País.

Acho que esse que foi o olhar do Presidente, esse que foi o olhar de Lula. Olhem, temos aqui um caminho que foi traçado lá atrás por uma outra figura extraordinária chamada Celso Furtado. E amanhã, lá no Passaré, nós vamos discutir isso, vamos discutir Minha Casa, vamos discutir o programa de macrodrenagem, vamos discutir grandes investimentos e que às vezes a gente olha... É para atender a população pobre, porque isso dinamiza a economia brasileira, movimentando a economia brasileira.

Acho que esse é um esforço extraordinário do País. Numa hora de crise mundial, nós estamos fazendo um programa ousado, mas essa ousadia tem que ser abraçada por todos nós.

Nós não devemos ficar fora em função da disputa eleitoral. Lógico, cada um vai apresentar o seu projeto, vai avançar mais ou não em relação ao que está posto aqui, mas foi dada uma passada significativa, que é incontestável. Quero registrar isso, porque, no dia em que foi lançado o programa, ali estavam o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a União Nacional de Luta pela Moradia e a Confederação Nacional de Associações de Moradores, que tive a felicidade também de dirigir, quando eu era Presidente da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza.

Foi um ato forte, de muita emoção para o movimento social, para o movimento popular, porque as suas organizações, vira-e-mexe, quando elas tentam se animar para participar do debate político do nosso País, sempre se buscam criar mecanismos de ver como “se deixa esse povo de lado; esse povo cria confusão; esse povo cria dificuldades; são uns sem-terra, são uns sem-teto. São essas pessoas...”.

E o Presidente colocou essas pessoas num patamar elevado. Chamou essas pessoas para participar junto com ele da programação que permitiu construir esse grande projeto, que é o Minha Casa, Minha Vida, com a regularização fundiária, que é um outro grande passo de grande significado.

E tivemos a oportunidade de ter três emendas... Agradeço ao Relator, tanto na Câmara como aqui no Senado, Gim Argello, pelo acolhimento das nossas emendas.

Sr. Presidente, era esse breve registro que nós gostaríamos de fazer, num tempo relativamente curto, comparado ao tempo que foi usado aqui, de forma exaustiva, por muitos outros companheiros, que acho fizeram de forma correta, porque era necessário o tema ser exaurido.

Então, agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de poder fazer esse registro no debate dessa importante matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador João Pedro. O último orador inscrito para discutir é o Senador Antonio Carlos Valadares. Terá 30 a 40 minutos para falar, se for necessário.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar a minha reflexão sobre esse debate, sobre essa medida provisória, porque eu considero um encontro do Estado brasileiro com a população brasileira trabalhadora, excluída, a população brasileira que vive e que compõe os grandes centros urbanos.

Quero dizer da minha alegria, Sr. Presidente, porque quando se fala nos números aqui, vários oradores falaram do déficit habitacional no Brasil: sete milhões e novecentas mil moradias, oito milhões de moradia. Esse número passa pelo nosso imaginário sem que se vá no fundo dessa indiferença do Brasil rico, do Brasil pujante, dos condomínios de luxo desse Brasil.

São números tão expressivos, Presidente Marconi Perillo, V. Ex^a que foi Governador e que fez moradias no seu Estado, que eu quero dizer da minha alegria de votar. Evidentemente, tenho a consciência de que os números são grandes. Um milhão de moradias é muito, mas um milhão de moradias é pouco, por conta da necessidade de homens, de mulheres, de trabalhadores por esse Brasil.

Cresceu a minha cidade, Manaus, uma cidade que tem um PIB reconhecido no Brasil todo por conta da Zona Franca de Manaus. Só o colégio eleitoral, o último colégio eleitoral de Manaus, Senador Renan,

tem um milhão e oitenta mil eleitores. Veja que Manaus é uma cidade de dois milhões. Todas as populações dos Estados da Amazônia foram para a Zona Franca, mas ninguém... Foram poucos os Prefeitos, os Governos que planejaram moradia, poucos.

E quero dizer, principalmente para aqueles oradores que aqui criticaram o Presidente Lula, que há poucos dias o Presidente Lula esteve na zona leste de Manaus, onde se concentra a maior população da minha cidade, e inaugurou casas no lado do colégio agrícola. Inaugurou casas, entregou casas. E Manaus cresceu e tem essa expressiva população, com a luta de moradores ocupando...

Quero contar uma história. Tínhamos acabado de eleger o Prefeito Arthur Virgílio. Uma ocupação no centro de Manaus. Ele pertencia à minha coligação. Continuo com a mesma coligação. O Senador Arthur Prefeito de Manaus. Essa é a história de Manaus.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Compareceu a caráter lá, não foi?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – E o Prefeito eleito apareceu ali para dialogar na madrugada. O Prefeito estava dormindo, mas foi acordado e esteve ali para dialogar, de pijama, com o movimento que ocupou um terreno privilegiado.

Veja que a cidade é rica, mas foi crescendo por conta dos movimentos populares, e o Prefeito teve que ir ali dialogar na madrugada, para desobstruir uma das principais avenidas da cidade, que é a Avenida Constantino Nery. Ou seja, Manaus é uma cidade rica, mas não atende a uma demanda importante, que é a moradia. Os trabalhadores estão lá no distrito, compondo uma riqueza significativa.

O que quero dizer? É que o Brasil cuida muito pouco dessa parcela, dessa exclusão de que padecem milhões de brasileiros, que é a moradia. Então, quando vejo uma ação do Governo, do nosso Governo, retomando política de habitação, o Senado tem que festejar!

Penso que foram importantes as emendas do nosso querido Relator, as contribuições.

Lembro-me do lançamento, quando o Presidente Lula falava da importância de se atenderem os grandes centros urbanos, porque não podemos dimensionar... Uma coisa é dimensionar o problema da moradia no Rio de Janeiro, em São Paulo. São grandes bolsões, milhões de brasileiros vivendo de forma indigna.

O Governo olhou para os grandes centros urbanos e foi sensível na hora em que cedeu, para que emendas pudessem atender os pequenos e médios Municípios no Amazonas, em Manaus que tem essa grande

população, essa grande concentração. Lá, o segundo Município tem 100 mil habitantes, que é Parintins; Itacoatiara tem 85 mil. Esses Municípios estavam de fora. Assim, a emenda que flexibilizou foi fundamental para atender também a necessidade de trabalhadores, de brasileiros, de trabalhadoras que precisam da moradia. Famílias com cinco filhos morando em um quarto de 9 m²; às vezes, são duas ou três famílias vivendo ali – eu conheço isso na realidade de Manaus.

Penso que hoje, além de nós votarmos uma medida provisória que tem na sua essência uma política de Estado, e é o começo da reparação da indignidade imposta a milhões de brasileiros que não têm moradia, esse é um dia também de celebração, de reafirmarmos aqui a aprovação de uma política pública de recursos. E essa ação do Governo é diferenciada, e quero aqui destacar a diferença, porque há recursos.

Os Municípios vão entrar com os terrenos, com as áreas. É muito importante registrar aqui que quem tem até três salários-mínimos não vai pagar o cartório, a regularização do terreno. Isso é muito importante, Presidente Marconi Perillo. Isso é uma marca do Governo.

Com tranquilidade, quero refutar a argumentação de que essa ação tenha mais a ver com o midiático, com o *marketing*. Não é, não! Temos de votar a medida provisória, porque milhões de brasileiros esperam por essa política de habitação. Milhões de brasileiros esperam por isso.

É um dia importante da história do Senado e, da oposição que, com maturidade, vai votar, fez emendas. Ganha o Brasil, não o Presidente Lula! Ganha o Brasil, ganham os trabalhadores, ganham aqueles que nunca tiveram a moradia, ganha a dona de casa, ganham as crianças, que precisam de moradia.

Foi muito importante aqui o relato do Senador Crivella do debate dos dois engenheiros que destacaram custos.

Eu quero dizer da minha alegria, Sr. Presidente, de votar essa medida provisória e de lembrar dos movimentos sociais que brigaram pela moradia, que chamaram a atenção das autoridades, de prefeitos, de governadores, do Presidente da República. Ganham aqueles que sonhavam.

E espero que tenhamos – e a medida provisória prevê isto – menos burocracia. Os recursos estão garantidos. Que com esse encontro do clamor do povo por moradia com os empresários, com os prefeitos das capitais, com os prefeitos de nossos Municípios e com os governadores nós possamos corrigir essa mazela

social secular no Brasil, esse *apartheid*, em que milhões de brasileiros não têm moradia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vamos votar a PEC dos Vereadores daqui a pouco. Mas, antes, eu queria demonstrar meu regozijo com a realização de um programa habitacional que é uma verdadeira revolução no País. Porque, depois de 20 anos, quando os governos praticamente pararam obras de habitação voltadas para a classe menos favorecida, vem Lula com o Programa Minha Casa, Minha Vida, que vai proporcionar a mais de cinco milhões de pessoas uma moradia decente.

E eu posso falar desse regozijo, Sr. Presidente, porque, assim como V. Ex^a que está na Presidência, está aqui a meu lado o Senador Jayme Campos. Nós construímos, quando governamos nossos Estados, muitas casas para o povo. Coincidentemente, há 20 anos, quando governava Sergipe, construí um número igual de casa, o mesmo que construiu, em Mato Grosso, o Senador Jayme: 22 mil casas populares – 8 mil em mutirão e 14 mil através da Caixa Econômica Federal. Então, eu tenho motivo para estar orgulhoso e satisfeito com a realização deste programa. Por isso, voto favorável a esta Medida Provisória que vai, de forma decisiva, firme, resolver o problema de milhares e milhares de pessoas pobres no Brasil.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Esclareça-me apenas um detalhe. O que V. Ex^a disse no começo? Minha Casa, minha Dilma?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu disse: Minha Casa, Minha Vida.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Ah! Então eu entendi errado. Desculpa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ah! V. Ex^a achou que eu disse. Tudo bem. Então, estava no seu coração e na sua mente.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 723, DE 2009

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do art. 46 do texto original da Medida Provisória, em substituição ao art. 43 do Projeto.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2009. – **Eduardo Azeredo.**

REQUERIMENTO Nº 724, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para a votação em separado da Emenda nº 218, de minha autoria, à Medida Provisória nº 459 de 2009, que autoriza a Caixa Econômica Federal a contratar empresas de construção imobiliária, com recursos do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), para fins de produção de unidades habitacionais quando o município beneficiário não atender às condições necessárias à formalização de instrumento de repasse voluntário de recursos.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2009. – Senador **Marcelo Crivella.**

REQUERIMENTO DE DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO DA EMENDA Nº 228 AO PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2009

(MEDIDA PROVISÓRIA Nº 459, DE 2009)

REQUERIMENTO Nº 725, DE 2009

Nos termos do artigo 312 do Regimento Interno, requeiro Destaque para Votação em Separado (DVS) da Emenda nº 228, de minha autoria, rejeitada pelo Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2009, referente à Medida Provisória nº 459, de 2009.

Justificação

Instituído pela Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) prevê a isenção ou a redução, a depender das faixas de renda familiar dos beneficiários, de custas e emolumentos relativos à escrituração e ao registro das alienações, quando se tratar do primeiro imóvel financiado no âmbito do Programa.

Ocorre, contudo, que, injustificadamente, os benefícios previstos deixaram de ser estendidos aos ca-

sos em que, pertencendo ao patrimônio da União, os imóveis submetem-se ao regime enfiteutico.

É a lacuna que a emenda ora destacada pretende sanar.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2009. – Senador **Renato Casagrande**.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO DA EMENDA Nº 244 AO PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, de 2009

(MEDIDA PROVISÓRIA Nº 459, DE 2009)

REQUERIMENTO Nº 726, DE 2008

Nos termos do artigo 312 do Regimento Interno, requero Destaque para Votação em Separado (DVS) da Emenda nº 244, de minha autoria, rejeitada pelo Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2009, referente à Medida Provisória nº 459, de 2009.

Justificação

O parágrafo 2º do artigo 49 do ADCT já assegura o direito dos ocupantes inscritos na data da promulgação da Constituição Federal à aplicação de outra modalidade de contrato.

A atual redação do art. 17 da Lei nº 9.636, de 1998, acabou por restringir e reduzir o direito daqueles ocupantes regularmente inscritos no SPU naquela data.

Pretende-se, pois, com esta Emenda, ora destacada, restabelecer aqueles direitos já constitucionalmente assegurados.

De outro lado, a modificação ao parágrafo 1º do artigo 18 da Lei nº 9.636/98 apresentada naquela Emenda, pretende incluir no PMCMV os terrenos da União regulados pelo Direito de Ocupação.

Por fim, com a alteração proposta ao inciso II do § 6º daquele dispositivo legal, busca-se estender o tratamento inicialmente previsto apenas para a regularização fundiária de interesse social a todas as regularizações fundiárias de assentamento urbano objeto da MP nº 459, de 2009.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Renato Casagrande**.

REQUERIMENTO Nº 727, DE 2009

Requero, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para a votação em separado da Emenda nº 273, de minha autoria, à Medida Provisória nº 459 de 2009, que dispõe sobre a venda de cimento e de seus derivados, ensacados, em embalagens com peso máximo unitário de trinta quilogramas.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, votação em globo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votação dos requerimentos de destaque para votação em separado.

Por solicitação do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, coloco em votação a proposta de votação em globo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Os requerimentos serão votados em globo.

Votação dos requerimentos em globo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Rejeitados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Rejeitados.

Votação do Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

O processado da proposição vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para a elaboração do projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória, no prazo de quinze dias contados da decisão.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 459, de 2009)

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.390, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O Congresso Nacional Decreta:

CAPÍTULO I

Do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV

Seção I

Da Estrutura e Finalidade do PMCMV

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV compreende:

I – o Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU;

II – o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR;

III – a autorização para a União transferir recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR e ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS;

IV – a autorização para a União conceder subvenção econômica tendo em vista a implementação do PMCMV em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

V – a autorização para a União participar do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab; e

VI – a autorização para a União conceder subvenção econômica ao Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Art. 2º O PMCMV tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos, que residam em qualquer dos Municípios brasileiros.

Art. 3º Para a definição dos beneficiários do PMCMV, devem ser respeitadas, além das faixas de renda, as políticas estaduais e municipais de atendimento habitacional, priorizando-se, entre os critérios adotados, o tempo de residência ou de trabalho do candidato no Município e a adequação ambiental e urbanística dos projetos apresentados.

§ 1º Em áreas urbanas, os critérios de prioridade para atendimento devem contemplar também:

I – a doação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de terrenos localizados em área urbana consolidada para implantação de empreendimentos vinculados ao programa;

II – a implementação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de medidas de desoneração tributária, para as construções destinadas à habitação de interesse social;

III – a implementação pelos Municípios dos instrumentos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade.

§ 2º Observados os critérios definidos no **caput**, os imóveis destinados a famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos serão distribuídos em cada Município por meio de sorteio eletrônico público.

§ 3º Terão prioridade como beneficiários os moradores de assentamentos irregulares ocupados por população de baixa renda que, em razão de estarem em áreas de risco ou de outros motivos justificados no projeto de regularização fundiária, excepcionalmente tiverem de ser relocados, não se lhes aplicando o sorteio referido no § 2º.

Seção II

Do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU

Art. 4º O Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU tem como objetivo subsidiar a produção e a aquisição de imóvel para os segmentos populacionais com renda familiar mensal de até 6 (seis) salários mínimos.

§ 1º Incluem-se entre as ações passíveis de serem realizadas no âmbito do PNHU:

I – produção ou aquisição de novas unidades habitacionais em áreas urbanas;

II – produção ou aquisição de lote urbanizado em áreas urbanas, desde que o beneficiário assumo o compromisso contratual de iniciar a construção da unidade residencial no prazo de até 6 (seis) meses;

III – requalificação de imóveis já existentes em áreas consolidadas.

§ 2º A assistência técnica deve fazer parte da composição de custos do PNHU.

Art. 5º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica no âmbito do PNHU até o montante de R\$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais).

Parágrafo único. Enquanto não efetivado o aporte de recursos de que trata o **caput**, caso o agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS tenha suportado ou venha a suportar, com recursos das disponibilidades atuais do referido fundo, a parcela da subvenção econômica de que trata o **caput**, terá direito ao ressarcimento das quantias desembolsadas, devidamente atualizadas pela taxa Selic.

Art. 6º A subvenção econômica de que trata o art. 5º será concedida exclusivamente a mutuários com renda familiar mensal de até 6 (seis) salários mínimos, somente no ato da contratação da operação de financiamento, com o objetivo de:

I – facilitar a aquisição do imóvel residencial; ou

II – complementar o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento realizadas pelas entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, compreendendo as despesas de contratação, de administração e cobrança e de custos de alocação, remuneração e perda de capital.

§ 1º A subvenção econômica no âmbito do PNHU será concedida 1 (uma) única vez para cada beneficiário final e será anulativa, até o limite máximo a ser fixado em ato do Poder Executivo, com os descontos habitacionais concedidos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, nas operações de financiamento realizadas na forma do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 2º A subvenção poderá ser cumulativa com subsídios concedidos no âmbito de programas habitacionais dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 7º Em casos de utilização dos recursos da subvenção de que trata o art. 5º em finalidade diversa da definida nesta lei, ou em desconformidade ao disposto no art. 6º, será exigida a devolução ao erário do valor da subvenção concedida, acrescido de juros e atualização monetária, com base na remuneração dos recursos que serviram de lastro à concessão da subvenção, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.

Art. 8º Caberá ao Poder Executivo a regulamentação do PNHU, especialmente em relação:

I – à fixação das diretrizes e condições gerais;

II – à distribuição regional dos recursos e à fixação dos critérios complementares de distribuição desses recursos;

III – aos valores e limites máximos de subvenção;

IV – ao estabelecimento dos critérios adicionais de priorização da concessão da subvenção econômica; e

V – ao estabelecimento das condições operacionais para pagamento e controle da subvenção econômica.

Art. 9º A gestão operacional dos recursos de subvenção do PNHU será efetuada pela Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado das Cidades e da Fazenda fixarão, em ato conjunto, a remuneração da Caixa Econômica Federal pelas atividades exercidas no âmbito do PNHU.

Art. 10. Competem aos Ministérios da Fazenda e das Cidades a regulamentação e a gestão do PNHU no âmbito das suas respectivas competências.

Seção III

Do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHU

Art. 11. O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHU tem como finalidade subsidiar a produção ou a aquisição da moradia aos agricultores familiares,

definidos nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e trabalhadores rurais.

Parágrafo único. A assistência técnica deve fazer parte da composição de custos do PNHU.

Art. 12. Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica no âmbito do PNHU até o montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)

Parágrafo único. Enquanto não efetivado o aporte de recursos de que trata o **caput**, caso o agente apurador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS tenha suportado ou venha a suportar, com recursos das disponibilidades atuais do referido fundo, a parcela da subvenção econômica de que trata o **caput**, terá direito ao ressarcimento das quantias desembolsadas, devidamente atualizadas pela taxa Selic.

Art. 13. A subvenção econômica de que trata o art. 12 será concedida somente no ato da contratação da operação de financiamento, com o objetivo de:

I – facilitar a aquisição do imóvel residencial;

II – complementar o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento realizadas pelos agentes financeiros; ou

III – complementar a remuneração do agente financeiro, nos casos em que o subsídio não esteja vinculado a financiamento.

§ 1º A subvenção econômica no âmbito do PNHU será concedida 1 (uma) única vez para cada beneficiário final e será anulativa, até o limite máximo a ser fixado em ato do Poder Executivo, com os descontos habitacionais concedidos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, nas operações de financiamento realizadas na forma do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 2º A subvenção poderá ser cumulativa com subsídios concedidos no âmbito de programas habitacionais dos Estados, Distrito Federal ou Municípios.

§ 3º A concessão da subvenção econômica deverá guardar proporcionalidade com a renda familiar e o valor do imóvel, além de considerar as diferenças regionais.

Art. 14. Em casos de utilização dos recursos da subvenção de que trata o art. 12 em finalidade diversa da definida nesta lei, ou em desconformidade ao disposto no art. 13, será exigida a devolução ao erário do valor da subvenção concedida, acrescido de juros e atualização monetária, com base na remuneração dos recursos que serviram de lastro à concessão da subvenção, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Seção, especialmente no que concerne à definição das diretrizes e condições gerais de ope-

ração, gestão, acompanhamento, controle e avaliação do PNHR.

Art. 16. A gestão operacional do PNHR será efetuada pela Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado das Cidades e da Fazenda fixarão, em ato conjunto, a remuneração da Caixa Econômica Federal pelas atividades exercidas no âmbito do PNHR

Art. 17. Competem aos Ministérios da Fazenda e das Cidades a regulamentação e a gestão do PNHR no âmbito das suas respectivas competências.

Seção IV

Das Transferências de Recursos por parte da União e da Subvenção para Municípios de Pequeno Porte

Art. 19. Fica a União autorizada a transferir recursos para o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, até a limite de R\$14.000.000.000,00 (quatorze bilhões de reais), e para o Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, até o limite de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

§ 1º A liberação dos recursos pela União será efetuada no âmbito do PMCHV.

§ 2º Enquanto não efetivado o aporte de recursos de que trata o **caput**, caso o agente operador do FAR tenha utilizado ou venha a utilizar as disponibilidades atuais do referido Fundo, – contratações no âmbito do PMCMV, terá o FAR direito ao ressarcimento das quantias desembolsadas, devidamente atualizadas pela taxa Selic.

Art. 19. Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, no montante de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para implementação do PMCMV em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes e para atendimento a beneficiários com renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos, por meio de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil ou de agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

§ 1º Os recursos referidos no **caput** serão alocados mediante oferta pública às instituições financeiras e aos agentes financeiros, a critério dos Ministérios da Fazenda e das Cidades.

§ 2º Cada instituição financeira ou agente financeiro participante só poderá receber recursos até o máximo de 15% (quinze por cento) do total ofertado em cada oferta pública.

§ 3º A regulamentação deste artigo disporá necessariamente sobre os seguintes aspectos:

I – os valores e limites das subvenções individualizadas a serem destinadas a cada beneficiário:

II – a remuneração das instituições financeiras ou dos agentes financeiros pelas operações realizadas;

III – as condições e modalidades de ofertas públicas de cotas de subvenções, como também sua quantidade;

IV – a tipologia e o padrão das moradias e da infra-estrutura urbana;

V – a permissão pelo Banco Central do Brasil, na esfera de sua competência e a seu exclusivo critério e discricção, para que as instituições financeiras referidas no **caput** possam realizar operações no âmbito do PMCMV;

VI – a atribuição ao Conselho Monetário Nacional – CMN para definir as instituições financeiras e os agentes financeiros do SFH referidos no **caput**; e

VII – a permissão pelos Ministérios da Fazenda e das Cidades, na esfera de sua competência e a seu exclusivo critério, para que as instituições financeiras e os agentes financeiros do SFH definidos pelo CMN possa realizar operações no âmbito do PMCMV.

§ 4º Os Estados e os Municípios poderão complementar o valor dos repasses com créditos tributários, benefícios fiscais, bens ou serviço, economicamente mensuráveis, assistência técnica ou recursos financeiros.

§ 5º A aplicação das condições previstas neste artigo dar-se-á sem prejuízo da possibilidade de atendimento aos Municípios de que trata o **caput** por outras formas admissíveis no âmbito do PMCMV.

Seção V

Do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FG HAB

Art. 20 Fica a União autorizada a participar, até o limite de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), de Fundo Garantidor da Habitação Popular – FG HAB, que terá por finalidades:

I – garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários amimou; e

II – assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel para mutuários com renda familiar mensal de até 10 (dez) salários mínimos.

§ 1º As condições e os limites das coberturas de que trata os incisos I e II deste artigo serão definidos no estatuto do FGHab.

§ 2º O FGHab terá natureza privada e patrimônio próprio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas.

§ 3º Constituem patrimônio do FGHab:

I – os recursos oriundos da integralização de cotas pela União e pelos agentes financeiros que optarem por aderir às coberturas prevista, nos incisos I e II do **caput** deste artigo;

II – ou rendimentos obtidos com a aplicação das disponibilidades financeiras – títulos públicos federais e em ativos com lastro em créditos de base imobiliária, cuja aplicação esteja prevista no estatuto social;

III – os recursos provenientes da recuperação de prestações honradas com recursos do FGHab;

IV – as comissões cobradas com fundamento nos incisos I e II do **caput** deste artigo; e

V – outras fontes de recursos definidas no estatuto do Fundo.

S 4º Os agentes financeiros que optarem por aderir à cobertura do FGHab deverão integralizar cotas proporcionais ao valor do financiamento para o mutuário final, na forma definida pelo estatuto.

§ 5º A integralização de cotas pela União será autorizada por decreto e poderá ser realizada, a critério do Ministério da Fazenda:

I – em moeda corrente;

II – em títulos públicos;

III – por meio de suas participações minoritárias; ou

IV – por meio de ações de sociedades de economia mista federais excedentes ao necessário para manutenção de seu controle acionário.

§ 6º O FGHab terá direitos e obrigações próprias, pelas quais responderá com seu patrimônio, não respondendo os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.

Art. 21. É facultada a constituição de patrimônio de afetação para a cobertura de que trata o inciso II do **caput** do art. 20, que não se comunicará com o restante do patrimônio do FGHab, ficando vinculado exclusivamente à garantia da respectiva cobertura, não podendo ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer ato de constrição judicial decorrente de outras obrigações do Fundo.

Parágrafo único. A constituição do patrimônio de afetação será feita por registro em cartório de registro de títulos e documentos.

Art. 22. O FGHab não pagará rendimentos a seus cotistas, assegurando-se a qualquer deles o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas, correspondente ao montante de recursos financeiros disponíveis ainda não vinculados às garantias já contratadas, fazendo-se a liquidação com base na situação patrimonial do Fundo.

Art. 23. Os rendimentos auferidos pela carteira do FGHab não se sujeitam à incidência de imposto de renda na fonte, devendo integrar a base de cálculo dos impostos e contribuições devidos pela pessoa jurídica, na forma da legislação vigente, quando houver o resgate de cotas, total ou parcial, ou na dissolução do Fundo.

Art. 24. O FGHab será criado, administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada direta ou indiretamente pela União, com observância das normas a que se refere o inciso XXII do art. 40 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

§ 1º A representação da União na assembleia de cotistas dar-se-á na forma do inciso V do art. 10 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

§ 2º Caberá à instituição financeira de que trata o **caput** deste artigo, na forma estabelecida no estatuto do Fundo:

I – deliberar sobre a gestão e a alienação dos bens e direitos do FGHab, zelando pela manutenção de sua rentabilidade e liquidez, após autorização dos cotistas;

II – receber comissão pecuniária, em cada operação, do agente financeiro concedente do crédito, que poderá exigí-la do mutuário, desde que o valor cobrado do mutuário, somado a outras eventuais cobranças de caráter securitário, não ultrapasse 10% (dez por cento) da prestação mensal.

§ 3º A instituição financeira a que se refere o **caput** deste artigo fará jus à remuneração pela administração do FGHab, a ser estabelecida no estatuto do Fundo.

§ 4º O estatuto do FGHab será proposto pela instituição financeira e aprovado em assembleia de cotistas.

Art. 25. Fica criado o Comitê de Participação no Fundo Garantidor da Habitação Popular – CPF GHab, órgão colegiado com composição e competência estabelecidas em ato do Poder Executivo.

§ 1º O CPF GHab contará com representantes do Ministério da Fazenda, que o presidirá, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Casa Civil da Presidência da República.

§ 2º O estatuto do FGHab deverá ser examinado previamente pelo CPF GHab antes de sua aprovação na assembleia de cotistas.

Art. 26. O FGHab não contará com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do setor público e responderá por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes de seu patrimônio.

Art. 27. A garantia de que trata o inciso I do **caput** do art. 20 será prestada mediante as seguintes condições:

I – limite de cobertura, incluindo o número de prestações cobertas, a depender da renda familiar do mutuário, verificada no ato da contratação;

II – período de carência definido pelo estatuto;

III – retorno das prestações honradas pelo fundo na forma contratada com o mutuário final, imediatamente após o término de cada período de utilização da garantia, dentro do prazo remanescente do financiamento habitacional ou com prorrogação do prazo inicial, atualizadas pelos mesmos índices previstos no contrato de financiamento; e

IV – risco de crédito compartilhado entre o Fundo e os agentes financeiros nos percentuais, respectivamente, de 95% (noventa e cinco por cento) e 5% (cinco por cento), a ser absorvido após esgotadas medidas de cobrança e execução dos valores honrados pelo FGHab.

Art. 28. Os financiamentos imobiliários garantidos pelo FGHab, na forma do inciso II do **caput** do art. 20, serão dispensados da contratação de seguro com cobertura de Morte, Invalidez Permanente – MIP, e Danos Físicos ao Imóvel – DFI.

Art. 29. O FGHab concederá garantia para até 600.000 (seiscentos mil) financiamentos imobiliários contratados exclusivamente no âmbito do PMCMV.

Art. 30. As coberturas do FGHab, descritas no art. 20, serão prestadas às operações de financiamento habitacional que obedeçam às seguintes condições:

I – aquisição de imóveis novos, com valores de financiamento limitados aos definidos no estatuto do Fundo;

II – cobertura para somente um único imóvel financiado por mutuário no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação;

III – previsão da cobertura pelo FGHab expressa em cláusula específica dos contratos celebrados entre os agentes financeiros e os mutuários finais.

Parágrafo único. O estatuto do FGHab definirá o prazo das coberturas oferecidas pelo Fundo.

Art. 31. A dissolução do FGHab ficará condicionada à prévia quitação da totalidade dos débitos garantidos.

Art. 32. Dissolvido o FGHab, o seu patrimônio será distribuído entre os cotistas, na proporção de suas cotas, com base na situação patrimonial à data da dissolução.

Seção VI

Da Subvenção Econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Art. 33. Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica ao BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular.

§ 1º O volume de recursos utilizado para a linha de que dispõe a **caput** deste artigo não pode superar 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais)

§ 2º A equalização de juros de que trata o **caput** deste artigo corresponderá ao diferencial entre o custo da fonte de captação do BNDES e o custo da linha para a instituição financeira oficial federal.

Art. 34. A concessão da subvenção de equalização de juros obedecerá aos limites e normas operacionais a serem estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, especialmente no que diz respeito a custos de captação e de aplicação dos recursos.

Seção VII

Disposições Complementares

Art. 35. Os contratos e registros efetivados no âmbito do PMCMV serão formalizados, preferencialmente, em nome da mulher.

Art. 36. Os lotes destinados à construção de moradias no âmbito do PMCMV não poderão ser objeto de rememoração, devendo tal proibição constar expressamente dos contratos celebrados.

Parágrafo único. A vedação estabelecida no **caput** perdurará pelo prazo de 15 (quinze) anos, contados a partir da celebração do contrato.

CAPÍTULO II

Do Registro Eletrônico e das Custas e Emolumentos

Art. 37. Os serviços de registros públicos de que trata a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, observados os prazos e condições previstas em regulamento, instituirão sistema de registro eletrônico.

Art. 38. Os documentos eletrônicos apresentados aos serviços de registros públicos ou por eles expedidos deverão atender aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP e à arquitetura e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico), conforme regulamento.

Parágrafo único. Os serviços de registros públicos disponibilizarão serviços de recepção de títulos e de fornecimento de informações e certidões em meio eletrônico.

Art. 39. Os atos registrais praticados a partir da vigência da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, serão inseridos no sistema de registro eletrônico, no prazo de até 5 (cinco) anos a contar da publicação desta lei.

Parágrafo único. Os atos praticados e os documentos arquivados anteriormente à vigência da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, deverão ser inseridos no sistema eletrônico.

Art. 40. Serão definidos em regulamento os requisitos quanto a cópias de segurança de documentos e de livros escriturados de forma eletrônica.

Art. 41. A partir da implementação do sistema de registro eletrônico de que trata o art. 37, os serviços de registros públicos disponibilizarão ao Poder Executivo Federal, por meio eletrônico e sem ônus, o acesso às informações constantes de seus bancos de dados, conforme regulamento.

Art. 42. As custas e os emolumentos devidos pelos atos de abertura de matrícula, registro de incorporação, parcelamento do solo, averbação de construção, instituição de condomínio, registro da carta de habite-se e demais atos referentes à construção de empreendimentos no âmbito do PMCMV serão reduzidos em:

I – 90% (noventa por cento) para a construção de unidades habitacionais de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

II – 80% (oitenta por cento) para a construção de unidades habitacionais de R\$ 60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); e

III – 75% (setenta e cinco por cento) para a construção de unidades habitacionais de R\$ 80.000,01 (oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Art. 43. Não serão devidas custas e emolumentos referentes a escritura pública, quando esta for exigida, ao registro da alienação de imóvel e de correspondentes garantias reais, e aos demais atos relativos ao primeiro imóvel residencial adquirido ou financiado pelo beneficiário com renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos.

Parágrafo único. As custas e emolumentos de que trata o **caput**, no âmbito do PMCMV, serão reduzidas em:

I – 80% (oitenta por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a 6 (seis) e até 10 (dez) salários mínimos; e

II – 90% (noventa por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a 3 (três) e igual ou inferior a 6 (seis) salários mínimos.

Art. 44. Os cartórios que não cumprirem o disposto nos arts. 42 e 43 ficarão sujeitos à multa no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), bem como a outras sanções previstas na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Art. 45. Regulamento disporá sobre as condições e as etapas mínimas, bem como sobre os prazos máximos, a serem cumpridos pelos serviços de registros públicos, com vistas na efetiva implementação do sistema de registro eletrônico de que trata o art. 37.

CAPÍTULO III

Da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 46. A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Art. 47. Para efeitos da regularização fundiária de assentamentos urbanos, consideram-se:

I – área urbana: parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro urbano pelo Plano Diretor ou por lei municipal específica;

II – área urbana consolidada: parcela da área urbana com densidade demográfica superior a 50 (cinquenta) habitantes por hectare e malha viária implantada e que tenha, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:

- a) drenagem de águas pluviais urbanas;
- b) esgotamento sanitário;
- c) abastecimento de água potável;
- d) distribuição de energia elétrica; ou
- e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;

III – demarcação urbanística: procedimento administrativo pelo qual o poder público, no âmbito da regularização fundiária de interesse social, demarca imóvel de domínio público ou privado, definindo seus limites, área, localização e confrontantes, com a finalidade de identificar seus ocupantes e qualificar a natureza e o tempo das respectivas posses;

IV – legitimação de posse: ato do poder público destinado a conferir título de reconhecimento de posse de imóvel objeto de demarcação urbanística, com a identificação do ocupante e do tempo e natureza da posse;

V – Zona Especial de Interesse Social – ZEIS: parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo;

VI – assentamentos irregulares: ocupações inseridas em parcelamentos informais ou irregulares, localizadas em áreas urbana. públicas ou privadas, utilizadas predominantemente para fins de moradia;

VII – regularização fundiária de interesse social: regularização fundiária de assentamentos irregulares ocupados, predominantemente, por população de baixa renda, nos casos:

a) em que tenham sido preenchidos os requisitos para usucapião ou concessão de uso especial para fins de moradia:

b) de imóveis situados ZEIS; ou

c) de áreas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios declaradas de interesse para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social;

VIII – regularização fundiária de interesse específico: regularização fundiária quando não caracterizado o interesse social nos termos do inciso VII.

Art. 48. Respeitadas as diretrizes gerais da política urbana estabelecidas na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a regularização fundiária observará os seguintes princípios:

I – ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental;

II – articulação com as políticas setoriais de habitação, de meio ambiente, de saneamento básico e de mobilidade urbana, nos diferentes níveis de governo e com as iniciativas públicas e privadas, voltadas à integração social e à geração de emprego e renda;

III – participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização;

IV – estímulo à resolução extrajudicial de conflitos; e

V – concessão do título preferencialmente para a mulher.

Art. 49. Observado o disposto nesta Lei e na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o Município poderá dispor sobre o procedimento de regularização fundiária em seu território.

Parágrafo único. A ausência da regulamentação prevista no **caput** não obsta a implementação da regularização fundiária.

Art.50. A regularização fundiária poderá ser promovida pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios e também por:

I – seus beneficiários, individual ou coletivamente; e

II – cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária.

Art. 51. O projeto de regularização fundiária deverá definir, no mínimo, os seguintes elementos:

I – as áreas ou lotes a serem regularizados e, se houver necessidade, as edificações que serão relocadas;

II – as vias de circulação existentes ou projetadas e, se possível, as outras áreas destinadas a uso público;

III – as medidas necessárias para a promoção da sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada, incluindo as compensações urbanísticas e ambientais previstas em lei;

IV – as condições para promover a segurança da população em situações de risco; e

V – as medidas previstas para adequação da infraestrutura básica.

§ 1º O projeto de que trata o **caput** não será exigido para o registro da sentença de usucapião, da sentença declaratória ou da planta, elaborada para outorga administrativa, de concessão de uso especial para fins de moradia.

§ 2º O Município definirá os requisitos para elaboração do projeto de que trata o **caput**, no que se refere aos desenhos, ao memorial descritivo e ao cronograma físico de obras e serviços a serem realizados.

§ 3º A regularização fundiária pode ser implementada por etapas.

Art. 52. Na regularização fundiária de assentamentos consolidados anteriormente à publicação desta Lei, o Município poderá autorizar a redução do percentual de áreas destinadas ao uso público e da área mínima dos lotes definidos na legislação de parcelamento do solo urbano.

Seção II

Da Regularização Fundiária de Interesse Social

Art. 53. A regularização fundiária de interesse social depende da análise e da aprovação pelo Município do projeto de que trata o art. 51.

Parágrafo único. A aprovação municipal prevista no **caput** corresponde ao licenciamento ambiental e urbanístico do projeto de regularização fundiária de interesse social, desde que o Município tenha conselho de meio ambiente e órgão ambiental capacitado.

Art. 54. O projeto de regularização fundiária de interesse social deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público.

§ 1º O Município poderá, por decisão motivada, admitir a regularização fundiária de interesse social em Áreas de Preservação Permanente, ocupadas até 31 de dezembro de 2007 e inseridas em área urbana consolidada, desde que estudo técnico comprove que esta intervenção implica a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior.

§ 2º O estudo técnico referido no § 1º deverá ser elaborado por profissional legalmente habilitado, compatibilizar-se com o projeto de regularização fundiária e conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I – caracterização da situação ambiental da área a ser regularizada;

II – especificação dos sistemas de saneamento básico;

III – proposição de intervenções para o controle de riscos geotécnicos e de inundações;

IV – recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização;

V – comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental, considerados o uso adequado dos recursos hídricos e a proteção das unidades de conservação, quando for o caso;

VI – comprovação da melhoria da habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta; e

VII – garantia de acesso público às praias e aos corpos d'água, quando for o caso.

Art. 55. Na regularização fundiária de interesse social, caberá ao poder público, diretamente ou por meio de seus concessionários ou permissionários de serviços públicos, a implantação do sistema viário e da infraestrutura básica, previstos no § 6º do art. 2º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, ainda que promovida pelos legitimados previstos nos incisos I e II do art. 50.

Parágrafo único. A realização de obras de implantação de infraestrutura básica e de equipamentos comunitários pelo poder público, bem como sua manutenção, pode ser realizada mesmo antes de concluída a regularização jurídica das situações dominiais dos imóveis.

Art. 56. O poder público responsável pela regularização fundiária de interesse social poderá lavrar auto de demarcação urbanística, com base no levantamento da situação da área a ser regularizada e na caracterização da ocupação.

§ 1º O auto de demarcação urbanística deve ser instruído com:

I – planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, nos quais constem suas medidas perimetrais, área total, confrontantes, coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, bem como seu número de matrícula ou transcrição e a indicação do proprietário, se houver;

II – planta de sobreposição do imóvel demarcado com a situação da área constante no registro de imóveis; e

III – certidão da matrícula ou transcrição da área a ser regularizada, emitida pelo registro de imóveis, ou, diante de sua inexistência, das circunscrições imobiliárias anteriormente competentes.

§ 2º Na possibilidade de a demarcação urbanística abranger área pública ou com ela confrontar, o poder público deverá notificar previamente os órgãos responsáveis pela administração patrimonial dos demais entes federados, para que informem se detêm a titularidade da área, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º Na ausência de manifestação no prazo previsto no § 2º, o poder público dará continuidade à demarcação urbanística.

§ 4º No que se refere a áreas de domínio da União, aplicar-se-á o disposto na Seção III-A do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, inserida pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e, nas áreas de domínio dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, a sua respectiva legislação patrimonial.

Art. 57. Encaminhado o auto de demarcação urbanística ao registro de imóveis, o oficial deverá proceder às buscas para identificação do proprietário da área a ser regularizada e de matrículas ou transcrições que a tenham por objeto.

§ 1º Realizadas as buscas, o oficial do registro de imóveis deverá notificar pessoalmente o proprietário da área e, por edital, os confrontantes e eventuais interessados para, querendo, apresentarem, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnação à averbação da demarcação urbanística.

§ 2º Se o proprietário não for localizado nos endereços constantes do registro de imóveis ou naqueles fornecidos pelo poder público, a notificação do proprietário será realizada por edital.

§ 3º São requisitas para a notificação por edital:

I – resumo do auto de demarcação urbanística, com a descrição que permita a identificação da área a ser demarcada e seu desenho simplificado;

II – publicação do edital, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, uma vez pela imprensa oficial e uma vez em jornal de grande circulação local; e

III – determinação do prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de impugnação à averbação da demarcação urbanística.

§ 4º Decorrido o prazo sem impugnação, a demarcação urbanística deverá ser averbada na matrícula da área a ser regularizada.

§ 5º Não havendo matrícula da qual a área seja objeto, esta deverá ser aberta com base na planta e no memorial indicados no inciso I do § 1º do art. 56.

§ 6º Havendo impugnação, o oficial de registro de imóveis deverá notificar o poder público para que se manifeste no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 7º O poder público poderá propor a alteração do auto de demarcação urbanística ou adotar qualquer outra medida que possa afastar a oposição do proprietário ou dos confrontantes à regularização da área ocupada.

§ 8º Havendo impugnação apenas em relação à parcela da área objeto do auto de demarcação urbanística, o procedimento seguirá em relação à parcela não impugnada.

§ 9º O oficial de registro de imóveis deverá promover tentativa de acordo entre o impugnante e o poder público.

§ 10. Não havendo acordo, a demarcação urbanística será encerrada em relação à área impugnada.

Art. 58. A partir da averbação do auto de demarcação urbanística, o poder público deverá elaborar o projeto previsto no art. 51 e submeter o parcelamento dele decorrente a registro.

§ 1º Após o registro do parcelamento de que trata o **caput**, o poder público concederá título da legitimação de posse aos ocupantes cadastrados.

§ 2º O título de que trata o § 1º será concedido preferencialmente em nome da mulher e registrado na matrícula do imóvel.

Art. 59. A legitimação de posse devidamente registrada constitui direito em favor do detentor da posse direta para fins de moradia.

Parágrafo único. A legitimação de posse será concedida aos moradores cadastrados pelo poder público, desde que:

I – não sejam concessionários, foreiros ou proprietários de outro imóvel urbano ou rural;

II – não sejam beneficiários de legitimação de posse concedida anteriormente; e

III – os lotes ou fração ideal não sejam superiores a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

Art. 60. Sem prejuízo dos direitos decorrentes da posse exercida anteriormente, o detentor do título de legitimação de posse, após 5 (cinco) anos de seu registro, poderá requerer ao oficial de registro de imóveis a conversão desse título em registro de propriedade, tendo em vista sua aquisição por usucapião, nos termos do art. 193 da Constituição Federal.

§ 1º Para requerer a conversão prevista no **caput**, o adquirente deverá apresentar:

I – certidões do cartório distribuidor demonstrando a inexistência de ações em andamento que versem sobre a posse ou a propriedade do imóvel;

II – declaração de que não possui outro imóvel urbano ou rural;

III – declaração de que o imóvel é utilizado para sua moradia ou de sua família; e

IV – declaração de que não teve reconhecido anteriormente o direito à usucapião de imóveis em áreas urbanas.

§ 2º As certidões previstas no inciso I do § 1º serão relativas à totalidade da área e serão fornecidas pelo poder público.

Seção III

Da Regularização Fundiária de Interesse Específico

Art. 61. A regularização fundiária de interesse específico depende da análise e da aprovação do projeto de que trata o art. 51 pela autoridade licenciadora, bem como da emissão das respectivas licenças urbanística e ambiental.

§ 1º O projeto de que trata o **caput** deverá observar as restrições à ocupação de Áreas de Preservação Permanente e demais disposições previstas na legislação ambiental.

§ 2º A autoridade licenciadora poderá exigir contrapartida e compensações urbanísticas e ambientais, na forma da legislação vigente.

Art. 62. A autoridade licenciadora deverá definir, nas licenças urbanística e ambiental da regularização fundiária de interesse específico, as responsabilidades relativas à implantação:

I – do sistema viário;

II – da infraestrutura básica;

III – dos equipamentos comunitários definidos no projeto de regularização fundiária; e

IV – das medidas de mitigação e de compensação urbanística e ambiental eventualmente exigidas.

§ 1º A critério da autoridade licenciadora, as responsabilidades previstas no **caput** poderão ser compartilhadas com os beneficiários da regularização fundiária de interesse específico, com base na análise de, pelo menos, 2 (dois) aspectos:

I – os investimentos em infraestrutura e equipamentos comunitários já realizados pelos moradores; e

II – o poder aquisitivo da população a ser beneficiada.

§ 2º As medidas de mitigação e de compensação urbanística e ambiental exigidas na forma do inciso IV do **caput** deverão integrar termo de compromisso, firmado perante as autoridades responsáveis pela emissão das licenças urbanística e ambiental, ao qual se garantirá força de título executivo extrajudicial.

Art. 63. Excepcionalmente, durante o prazo de até 2 (dois) anos, poderão ser aplicadas, no Distrito Federal, as regras constantes da Seção II deste Capítulo para a regularização de assentamentos urbanos ou parcelamentos do solo informais, que reúnam cumulativamente as seguintes características:

I – situarem-se em áreas de domínio público ou predominantemente de domínio público;

II – forem ocupados predominantemente por população que tenha o imóvel irregular como único imóvel residencial, independentemente da renda familiar.

Seção IV

Do Registro da Regularização Fundiária

Art. 64. O registro do parcelamento resultante do projeto de regularização fundiária de interesse específico deverá ser requerido ao registro de imóveis, nos termos da legislação em vigor e observadas as disposições previstas neste Capítulo.

Art. 65. O registro do parcelamento resultante do projeto de regularização fundiária de interesse social deverá ser requerido ao registro de imóveis, acompanhado dos seguintes documentos:

I – certidão atualizada da matrícula do imóvel;

II – projeto de regularização fundiária aprovado;

III – instrumento de instituição e convenção de condomínio, se for o caso; e

IV – no caso das pessoas jurídicas relacionadas no inciso II do art. 50, certidão atualizada de seus atos constitutivos que demonstrem sua legitimidade para promover a regularização fundiária.

Art. 66. O registro do parcelamento resultante do projeto de regularização fundiária deverá importar:

I – na abertura de matrícula para toda a área objeto de regularização, se não houver; e

II – na abertura de matrícula para cada uma das parcelas resultantes do projeto de regularização fundiária.

Art. 67. As matrículas das áreas destinadas a uso público deverão ser abertas de ofício, com averbação das respectivas destinações e, se for o caso, das restrições administrativas convencionais ou legais.

Art. 68. Não serão cobradas custas e emolumentos para o registro do auto de demarcação urbanística, do título de legitimação e de sua conversão em título de propriedade e dos parcelamentos oriundos da regularização fundiária de interesse social.

Seção V

Disposições Gerais

Art. 69. Aplicam-se ao Distrito Federal todas as atribuições e prerrogativas dispostas neste Capítulo para os Estados e Municípios.

Art. 70. As matrículas oriundas de parcelamento resultante de regularização fundiária de interesse social não poderão ser objeto de rememoração.

Art. 71. As glebas parceladas para fins urbanos anteriormente a 19 de dezembro de 1979 que não possuírem registro poderão ter sua situação jurídica regularizada, com o registro do parcelamento, desde que o parcelamento esteja implantado e integrado à cidade.

§ 1º A regularização prevista no **caput** pode envolver a totalidade ou parcelas da gleba.

§ 2º O interessado deverá apresentar certificação de que a gleba preenche as condições previstas no **caput**, bem como desenhos e documentos com as informações necessárias para a efetivação do registro do parcelamento.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Art. 72. Nas ações judiciais de cobrança ou execução de cotas de condomínio, de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana ou de outras obrigações vinculadas ou decorrentes da posse do imóvel urbano, nas quais o responsável pelo pagamento seja o possuidor investido nos respectivos direitos aquisitivos, assim como o usufrutuário ou outros titulares de direito real de uso, posse ou fruição, será notificado o titular do domínio pleno ou útil, inclusive o promitente vendedor ou fiduciário.

Art. 73. Serão assegurados no PMCMV:

I – condições de acessibilidade a todas as áreas públicas e de uso comum;

II – disponibilidade de unidades adaptáveis ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e idosos, de acordo com a demanda;

III – condições de sustentabilidade das construções;

IV – uso de novas tecnologias construtivas.

Art. 74. O Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15.

§ 4º A missão provisória na posse será registrada no registro de imóveis competente”. (NR)

“Art. 32.

§ 1º As dívidas fiscais serão deduzidas dos valores depositados, quando inscritas e ajuizadas.

§ 2º Incluem-se na disposição prevista no § 1º as multas decorrentes de inadimplemento e de obrigações fiscais.

§ 3º A discussão acerca dos valores inscritos ou executados será realizada em ação própria”. (NR)

Art. 75. A Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

I – pelos bancos múltiplos;

II – pelos bancos comerciais;

III – pelas caixas econômicas;

IV – pelas sociedades de crédito imobiliário;

V – pelas associações de poupança e empréstimo;

VI – pelas companhias hipotecárias;

VII – pelos órgãos federais, estaduais e municipais, inclusive sociedades de economia mista em que haja participação majoritária do poder público, que operem, de acordo com o disposto nesta lei, no financiamento de habitações e obras conexas;

VIII – pelas fundações, cooperativas e outras formas associativas para construção ou aquisição da casa própria sem finalidade de lucro, que se constituirão de acordo com as diretrizes desta lei;

IX – pelas caixas militares;

X – pelas entidades abertas de previdência complementar;

XI – pelas companhias securitizadoras de crédito imobiliário; e

XII – por outras instituições que venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional como integrantes do Sistema Financeiro da Habitação.

.....” (NR)

“Art. 15-A. É permitida a pactuação de capitalização de juros com periodicidade mensal nas operações realizadas pelas entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

§ 1º No ato da contratação e sempre que solicitado pelo devedor será apresentado pelo credor, por meio de planilha de cálculo que evidencie de modo claro e preciso, e de fácil entendimento e compreensão, o seguinte conjunto de informações:

I – saldo devedor e prazo remanescente do contrato;

II – taxa de juros contratual, nominal e efetiva, nas periodicidades mensal e anual;

III – valores repassados pela instituição credora às seguradoras, a título de pagamento de prêmio de seguro pelo mutuário, por tipo de seguro;

IV – taxas, custas e demais despesas cobradas juntamente com a prestação, discriminadas uma a uma;

V – somatório dos valores já pagos ou repassados relativos a:

a) juros;

b) amortização;

c) prêmio de seguro por tipo de seguro;

d) taxas, custas e demais despesas, discriminando por tipo;

VI – valor mensal projetado das prestações ainda não pagas, pelo prazo remanescente do contrato, e o respectivo somatório, decompostos em juros e amortizações;

VII – valor devido em multas e demais penalidades contratuais quando houver atraso no pagamento da prestação.

§ 2º No cômputo dos valores de que trata o inciso VI do § 1º, a instituição credora deve desconsiderar os efeitos de eventual previsão contratual de atualização monetária do saldo devedor ou das prestações.

“Art. 15-B. Nas operações de empréstimo ou financiamento realizadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro da Habitação que prevejam pagamentos por meio de prestações periódicas, os sistemas de amortização do saldo devedor poderão ser livremente pactuados entre as partes.

§ 1º O valor premente do fluxo futuro das prestações, compostas de amortização do principal e juros, geradas pelas operações de que trata o **caput**, deve ser calculado com a utilização da taxa de juros pactuada no contrato,

não podendo resultar em valor diferente ao do empréstimo ou do financiamento concedido.

§ 2º No caso de empréstimos e financiamentos com previsão de atualização monetária do saldo devedor ou das prestações, para fins de apuração do valor presente de que trata o § 1º, não serão considerados os efeitos da referida atualização monetária.

§ 3º Nas operações de empréstimo ou financiamento de que dispõe o **caput** é obrigatório o oferecimento ao mutuário do Sistema de Amortização Constante – SAC e de, no mínimo, outro sistema de amortização que atenda o disposto nos §§ 1º e 2º, entre eles o Sistema de Amortização Crescente – SACRE e o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) •“

Art. 76. A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17.

Parágrafo único. O acesso ao envio de informações aos registros públicos, quando forem realizados por meio da rede mundial de computadores (internet) deverão ser assinados com uso de certificado digital, que atenderá os requisitos da Infraestrutura de Chaves públicas Brasileira – ICP.”

..... (NR)

“Art. 167.

I –

41. da legitimação de posse;

II –

26. do auto de demarcação urbanística.” (NU)

“Art. 221.

V – contratos ou termos administrativos, assinados com a União, Estados e Municípios no âmbito de programas de regularização fundiária, dispensado o reconhecimento de firma.”(NR)

“Art. 237-A. Após o registro do parcelamento do solo ou da incorporação imobiliária, até a emissão da carta de habite-se, as averbações e registros relativos à pessoa do incorporador ou referentes a direitos reais de garantias, cessões ou demais negócios jurídicos que envolvem o empreendimento serão realizados na matrícula de origem do imóvel em cada uma das matrículas das unidades autônomas eventualmente abertas.

§ 1º Para efeito de cobrança de custas e emolumentos, as averbações e os registros realizados com base no **caput** serão considerados como ato de registro único, não importando a quantidade das unidades autônomas envolvidas ou de atos intermediários existentes.

§ 2º Nos registros decorrentes de processo de parcelamento do solo ou de incorporação imobiliária, o registrador deverá observar o prazo máximo de 15 (quinze) dias para o fornecimento do número do registro ao interessado ou a indicação das pendências a serem satisfeitas para sua efetivação.”

Art. 77. O inciso VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

VII – pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, ou lote urbanizado de interesse social não construído, observadas as seguintes condições:

..... “(NR)

Art. 78. O inciso V do art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido das seguintes alíneas **t** e **u**:

“Art 4º

V –

t) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária;

u) legitimação de posse.

..... “(NR)

Art. 79. O art. 2º da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os agentes financeiros do SFH somente poderão conceder financiamentos habitacionais com cobertura securitária que preveja, no mínimo, cobertura aos riscos de morte e invalidez permanente do mutuário e de danos físicos ao imóvel.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no **caput**, os agentes financeiros, respeitada a livre escolha do mutuário, deverão:

I – disponibilizar, na qualidade da estipulante e beneficiário, uma quantidade mínima de apólices emitidas por entes seguradores diversos, que observem a exigência estabelecida no **caput**;

II – aceitar apólices individuais apresentadas pelos pretendentes ao financiamento, desde que a cobertura securitária prevista

observe a exigência mínima estabelecida no **caput** e o ente segurador cumpra as condições estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, para apólices direcionadas a operações da espécie.

§ 2º Sem prejuízo da regulamentação do seguro habitacional pelo CNSP, o Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições necessárias à implementação do disposto no § 1º deste artigo, no que se refere às obrigações dos agentes financeiros.“(NR)

Art. 80. Até que a quantidade mínima a que se refere o inciso II do § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, seja regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, os agentes financeiros poderão oferecer apenas uma apólice ao mutuário.

Art. 81. Ficam convalidados os atos do Conselho Monetário Nacional que relacionaram as instituições integrantes do Sistema Financeiro da Habitação.

Art. 82. Fica autorizado o financiamento para aquisição de equipamento de energia solar e contratação de mão de obra para sua instalação em moradias cujas famílias auferiram no máximo renda de 6 (seis) salários mínimos.

Art. 83. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um entendimento entre os Líderes para que possamos colocar agora em votação a indicação do Embaixador da Guiana, para aferirmos o quórum necessário para a votação da PEC, que precisa de 49 votos favoráveis. Portanto, colocaríamos em votação o nome do Embaixador, chamando todos os Senadores e Senadoras que estão em seus gabinetes. Aferiremos a votação. Se houver menos de 41 Senadores, a sessão cai; se houver mais de 41 Senadores, aprovaremos o nome do Embaixador e contaremos com a quantidade de membros necessários para verificar se é viável colocar o quórum qualificado ou não, para que não se prejudique a votação da PEC dos Vereadores. Solicito a V. Exª o cumprimento do entendimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Senadora Lúcia Vânia e eu fomos Relatores de dois projetos, respectivamente o de Goiás e o do Paraná, para a autorização de contratação de servidores para o TRT de Goiás e do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Já pedi o destaque aqui.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – São projetos consensuais. Enquanto os Senadores vêm para o plenário, V. Exª poderia colocar esses dois projetos em votação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Osmar Dias, já apresentei um requerimento pedindo preferência para votação desses dois projetos, o de Goiás e o do Paraná. Tão logo eu decida em relação à votação da indicação do Embaixador da República da Guiana, vou colocar em votação esse requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas antes de aferir o quórum.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Só quero pacificar essa questão da votação, porque aí já coloco em votação o requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Está certo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, deverá haver 41 votantes. Vai ser difícil é haver um quórum mais qualificado para votar a PEC. Então, ao votar o Embaixador, estarão aqui os 41 Senadores – já fizemos, mais ou menos, a conta, e deverá haver isso ou um pouco mais. Aí, logo após, Senador Osmar Dias, votaríamos esses dois projetos do Tribunal, não o requerimento, mas o projeto mesmo. Há entendimento dos Líderes para se votar o projeto, e votaríamos também...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – E é consensual.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – E votaríamos também o empréstimo de Porto Alegre, de solicitação do Senador Sérgio Zambiasi e dos Senadores do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Entre outros projetos que são consensuais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Entre outros projetos em que há acordo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, a Senadora Lúcia Vânia e eu concordamos com a proposta do Líder do Governo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Faz lógica, de fato, Sr. Presidente. Faz lógica. O procedimento correto e lúcido é esse.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O requerimento de V. Ex^a também será votado. Tão logo façamos a votação do Embaixador da Guiana, vamos colocar em votação o requerimento de preferência de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 57, DE 2009

(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 57, de 2009 (nº 260/2009, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do nome do *Sr. Luiz Gilberto Seixas de Andrade*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator: Senador Romero Jucá.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 750, DE 2009 – CRE

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para leitura do parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informamos que o Sr. Luiz Gilberto Seixas de Andrade obteve, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, unanimidade, com 13 votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, embora o caráter seja secreto, não tenho como deixar de dar um de-

poimento sobre o Embaixador, Ministro Luiz Gilberto Seixas de Andrade, que é designado Embaixador na Guiana. Trata-se de profissional da melhor qualidade, foi meu colega no Instituto Rio Branco. Aplicado, discreto, sóbrio, justo, vem de uma família de pessoas íntegras e está, com certeza, transmitindo para seus descendentes a mesma integridade que recebeu dos seus pais. Tenho por ele um apreço muito grande e não tenho como, neste momento, fazer jogo de voto secreto. Obviamente, voto entusiasmadamente em alguém em cuja competência acredito sobremaneira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado e nos termos do disposto do art. 383 do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de convocar todos os Senadores do PSDB presentes na Casa para comparecerem e aporem seu voto nessa matéria, que versa sobre um profissional do melhor nível, como é o Embaixador Luiz Gilberto Seixas de Andrade, que vai para um posto que, para muitos, pode não parecer significativo, mas que, para a estratégia da política externa brasileira, é extremamente importante, até pela fronteira que aquele país faz com a Venezuela, até pela relação estreita que tem com o Brasil. Pedimos a presença de todos os Senadores do PSDB, para fazermos o teste e, em seguida, vermos o que podemos fazer, porque nosso desejo é votar a PEC nº 47, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a exemplo do que fez o Senador Arthur Virgílio, eu gostaria também de fazer um apelo aos Senadores do PMDB que estão

em outras dependências da Casa, para que, por favor, venham ao plenário. Haverá votações importantíssimas. É o apelo que eu, mais uma vez, gostaria de fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Iguamente, Sr. Presidente, eu gostaria de convocar os companheiros que estão nos gabinetes, no Cafezinho ou nas dependências fora do plenário, para que venham ao plenário para votar a indicação do Embaixador, mas fundamentalmente também para garantir o quórum, se possível, a fim de que possamos votar a PEC nº 47, dos Vereadores. Peço, portanto, aos companheiros dos Democratas que venham ao plenário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também queria solicitar aos Parlamentares do Bloco de Apoio ao Governo que venham ao plenário, para assegurar a indicação do Embaixador Luiz Gilberto Seixas de Andrade e para que haja quórum amplo que nos dê segurança para aprovarmos ainda hoje a PEC nº 47, um compromisso desta Casa de reduzir as despesas administrativas do Legislativo e de resolver, definitivamente, a questão da representação dos Vereadores.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, da mesma forma, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Osmar Dias. Logo após, falará o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Por favor, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vejo que o quórum para a nomeação do Embaixador já foi assegurado. Portanto, estará assegurado também o quórum para votação dos projetos de lei para os quais pedimos preferência, mas espero que também dê quórum para votar a PEC dos Vereadores, é claro. Então, peço aos Senadores do PDT que venham ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que já há quórum, parableno nossos Vereado-

res. Vamos votar logo em seguida. Da mesma forma, convido os demais Senadores do PTB – já estamos aqui com 70% ou 80% da nossa Bancada – para virem ao plenário, a fim de que possamos votar maciçamente essa Mensagem que trata da indicação do Embaixador Luiz Gilberto Seixas de Andrade. Em seguida, votaremos a PEC nº 47, dos Vereadores, que fizeram tanto por merecê-la.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tanto o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, quanto o Procurador-Geral da República, Antônio Fernando, têm ligado sistematicamente ao Presidente da Casa e aos Srs. Líderes, pedindo que possamos concluir a votação da indicação dos membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público. Precisamos de 41 votos favoráveis para que a indicação seja aprovada. Com 51 membros na Casa, poderíamos, pelo menos, fazer a votação. Não é maioria simples, é maioria absoluta. Então, precisamos de 41 votos, senão a indicação cai. Da outra vez, votamos com o quórum de 55 Senadores, de até 57 Senadores. Não sei se os Líderes querem arriscar uma votação para haver 41 votos favoráveis. Mas, talvez, não havendo grandes polêmicas, poderíamos votar ao menos a indicação dos membros do Conselho Nacional da Magistratura ou do Conselho Nacional do Ministério Público, deixando o outro para amanhã. É claro que os Líderes têm de fazer uma avaliação, para ver se isso vale à pena ou não.

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – Senador Demóstenes, são necessários 41 votos presentes. Daí para frente, é maioria simples.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Não. No caso do CNJ, não. É necessário que haja maioria absoluta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Estamos falando do CNJ. Estamos falando de coisas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a tem razão. Pelo que estamos lendo aqui, alguns dos Conselheiros já tiveram seus mandatos vencidos.

Portanto, essas matérias são realmente urgentes. No que depender da Presidência e da Mesa, vamos

colocá-las em votação. Tenho plena consciência de que essas matérias são urgentíssimas, prioritárissimas.

Com a palavra o Senador José Agripino e o Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a prudência recomenda que possamos votar com um quórum maior. São indicações importantes.

Então, proponho que possamos votar todos os membros da indicação do CNJ amanhã. Hoje, o quórum está baixo para a votação da PEC. Provavelmente, vai-se configurar aquilo que eu previa. Então, passaremos a votar os projetos que têm acordo de liderança para votação: os que o Senador Osmar Dias nomeou, o empréstimo do Rio Grande do Sul, enfim, os que têm o entendimento da Mesa que podem ter votação simbólica. Deixaremos as votações nominais qualificadas para a tarde de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Sem revisão do orador.) – Havendo receio de que o quórum esteja baixo, concordo perfeitamente com o Líder Romero Jucá. Podemos deixar o compromisso para que possamos encerrar essa votação. Por quê? O mandato dos conselheiros do CNJ encerrou-se nesta segunda-feira, e o do Ministério Público encerra-se também brevemente. Então, quem sabe, amanhã poderemos concluir essas duas votações ou esses dois grupos de votações.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – As observações são pertinentes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Só um esclarecimento. Os membros do CNJ ou do Ministério Público exigem, para a sua aprovação, 41 votos “sim”, exigem 41 votos “sim”. Não digo sobre muitos, mas sobre alguns existem dúvidas. Quanto melhor o quórum, mais respeitada será a votação, sem contestação.

Eu gostaria de ponderar que começássemos a votação amanhã, às 16 horas... ou às 15 horas, porque vamos ter uma votação para o CNJ em cédula especial, pois é uma disputa do indicado do Senado entre quatro candidatos. Essa será uma votação mais demorada. Então, iniciariamos as votações eletrônicas pelo painel da CNJ às 15 horas, para que nós pudéssemos votar, no fim da tarde, com o quórum ainda qualificado, a indicação do representante do Senado.

Eu acho arriscado votarmos hoje. Não é recomendável. É a sugestão que faço. Eu quero concordar com o Senador Romero Jucá, com o Senador Demóstenes. É preferível deixarmos para amanhã, mas começando às 15 horas, porque são muitas votações, perto de trinta. São muitos os indicados para o CNJ e para o CNMP.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Eu vou encerrar a votação, por falta de quórum para a deliberação da PEC, solicitando à Secretaria que inclua, na pauta de amanhã, como primeiro item, a PEC nº 47 e, como itens seguintes, a votação de todas as autoridades, especialmente para o CNJ e para o Conselho do Ministério Público.

Se os Srs. Senadores e os Srs. Líderes concordarem, eu vou colocar em votação mais um embaixador, o da República Dominicana.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Efraim.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, para um esclarecimento. Ficaria acertado que a Ordem do Dia seria iniciada às 15 horas, com a PEC dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência concorda com a sugestão. E nós vamos, amanhã...

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – É um acordo de lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – ...iniciar, portanto, às 15 horas, a Ordem do Dia.

Eu vou comunicar e solicitar à Secretária Cláudia que comunique ao Senador José Sarney, nosso Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma retificação. Não vai dar para votar. Realmente, são 52, não dá para votar a PEC dos Vereadores. Seria, portanto, a PEC dos Vereadores o item 1 da pauta amanhã. Em vez de começar pelas autoridades, começaríamos pela PEC dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Foi esse o entendimento que a Mesa teve em relação à sugestão de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigada a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Encerrada a votação. Vamos abrir o painel.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA**MENSAGEM Nº 57, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA.

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 16/6/2009

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 16/6/2009 21:14:45
Encerramento: 16/6/2009 21:24:06

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	Votos SIM :			47
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGLIO	Votou	Votos NÃO :			Total : 52
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou	05			
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou	Votos ABST. : 00			
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou				
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou				
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou				
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou				
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou				
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou				
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou				
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou				
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou				

Flávio Arnés
Primeiro-Secretário

(*Bras Santo*)

Presidente: MARCONI PERILLO

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votaram SIM 47 Senadores; e NÃO, 5.

Não houve abstenção.

Total: 52 votos.

Foi aprovado o nome do Embaixador.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 73, DE 2009

(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 73 de 2009 (nº 296/2009, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do nome do Sr. João Solano Carneiro da Cunha, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.*

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cujo Relator é o Senador Adelmir Santana, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

PARECER Nº 751, DE 2009 – CRE

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para leitura do parecer. Sem revisão do orador.) – O candidato foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores por unanimidade. Votos favoráveis: 13.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Vamos abrir o painel.

(Procede-se à votação.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR, Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para registrar que esta é a última votação da noite, nós retomaremos a votação nominal amanhã. Portanto, agradeço a todos os Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que possam votar aprovando o Embaixador, para que nós possamos, depois, votar os acordos que foram feitos pelas lideranças.

O S. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para desejar ao nobre membro do Itamaraty João Solano Carneiro Cunha, que vai para a República Dominicana, os mais auspiciosos votos de uma boa gestão. Que Deus o ilumine!

Espero que amanhã também possamos, definitivamente, votar a PEC nº 47, dando fim a essa longa jornada, diria mesmo, a essa senda de tantas agruras que os nossos suplentes têm passado aqui no Congresso. Tem sido uma lição para eles também, para verificarem como é difícil construir maioria no processo legislativo.

Então, amanhã, estaremos às 15 horas aqui, Sr. Presidente, para, finalmente, deliberarmos sobre a PEC nº 47.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vou encerrar a votação.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Só queria fazer um apelo para que todos os Senadores amanhã comparecessem, às 15 horas, para nós darmos, rapidamente, início à votação, para evitarmos o uso de tribuna e tudo isso, senão não dará tempo, temos mais de vinte votações nominais dos representantes dos dois Conselhos e mais a PEC nº 47.

Quem for viajar, que suspenda a viagem para deixar para depois de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Mesa ratifica a solicitação do Senado Romeu Tuma, convidando e convocando todos os Senadores para que estejam amanhã, às 15 horas, para deliberarmos sobre votações que dependem de quórum qualificado, de votação nominal.

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que abra o painel. Aliás, solicito que encerre o processo de votação nominal.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA**MENSAGEM Nº 73, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. JOÃO SOLANO CARNEIRO DA CUNHA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO A REPÚBLICA DOMINICANA.

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **16/6/2009**Num. Votação: **2**
Hora Sessão: **14:00:00**Abertura: **16/6/2009 21:25:24**
Encerramento: **16/6/2009 21:27:48**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	SP	ALCIZIO MERCADANTE	Votou				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	Votou				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou				
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou				
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
DEM	MT	GILBERTO GCELLNER	Votou				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou				
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou				
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou				
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou				
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou				
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou				
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDE	RJ	PAULO DUQUE	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDE	RS	PEDRO SIMON	Votou				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou				
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou				
PMDE	RR	ROMERO JUCA	Votou				
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou				
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou				

Marconi Perillo
Primeiro-Secretário

(Mão Santa)

Presidente: MARCONI PERILLO

Votos SIM : **43**
 Votos NÃO : **05** **Total : 48**
 Votos ABST. : **00**

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votaram SIM 43 Srs. Senadores; e, NÃO, 5.

Não houve abstenção.

Total: 48 votos.

A matéria foi aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PMDB – GO) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 728, DE 2009

Requeiro, nos termos regimentais, a preferência para apreciação dos itens nºs 38, 39 e 26, após a apreciação do Requerimento nº 608, de 2009, constante do item 49 da pauta.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Marconi Perillo**.

REQUERIMENTO Nº 729, DE 2009

Preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia.

Nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno, requeiro preferência para o Requerimento nº 608, de 2009 a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 2 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 38:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2009

(Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 728, de 2009, lido e aprovado nesta oportunidade.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2009 (nº 1.933/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 304, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Em discussão o Projeto, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

É um projeto meritório. Cumprimentos à Senadora Lúcia Vânia.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 18, DE 2009
(nº 1.933/2007, na Casa de origem)
(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, os cargos de provimento efetivo e em comissão identificados, respectivamente, nos Anexos I e II desta Lei.

Parágrafo único. Os cargos a que se refere este artigo serão preenchidos na forma da legislação em vigor.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	161
Técnico Judiciário	109
TOTAL	270

ANEXO II

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGOS EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-3	10
CJ-2	1
TOTAL	11

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a V. Ex^a pela agilidade, pela presteza, e agradecer aos Senadores que permaneceram até agora aqui, em solidariedade ao Estado de Goiás.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma, Senador Marconi Perillo, mostrar que houve presteza da Senadora Lúcia Vânia em fazer a relatoria do projeto e de V. Ex^a também, que muito lutou para que esse projeto fosse finalmente aprovado.

Parabéns ao Tribunal Regional do Trabalho de Goiás, que passará a contar com a estrutura adequada para desenvolver melhor seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2009. Atendendo apelos dos Senadores Osmar Dias, Flávio Arns e Alvaro Dias.

Item 39:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2009

(Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 728, de 2009, lido e aprovado nesta oportunidade.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2009 (nº 3.350/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 305, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Em discussão o Projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Osmar e, logo em seguida, ao Senador Flávio Arns.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tive a honra de ser o Relator desse projeto na Comissão de Justiça do Senado. Cria cargos para a Justiça do Trabalho, que tem que mostrar eficiência num momento em que a sociedade cobra da Justiça do Trabalho essa presteza e essa eficiência.

Quero, portanto, agradecer a V. Ex^a, que prontamente atendeu ao nosso apelo para que votássemos, na noite de hoje, a aprovação desse projeto. V. Ex^a sabe da importância que têm esses cargos para a Justiça do Trabalho de Goiás, colaborou e ajudou para que fosse aprovado aqui o projeto de Goiás, como também fez no caso do Paraná.

Muito obrigado, em nome de todos os paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Parabéns pelo trabalho de V. Ex^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também agradecer a V. Ex^a, em primeiro lugar, pelo requerimento de preferência para votação do projeto que beneficia a Justiça do Trabalho do Estado de Goiás na votação anterior e, agora, nesta votação, a Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho do meu Estado, o Estado do Paraná. É um pleito importante que vem sendo cumprido. A Justiça do Trabalho, com essa votação, pode aprimorar o seu trabalho, prestar um serviço de mais qualidade ainda para a população e estar, com isso, sintonizada com os anseios do Paraná e do Brasil. É um momento importante de avanço nessa área.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Cumprimentos ao Senador Flávio Arns pela luta a favor deste projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2009

(nº 3.350/2008, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região os cargos em comissão e as funções comissionadas constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	220
Técnico Judiciário	100
TOTAL	320

ANEXO II

(Art. 2º da Lei nº , de de de)

CARGOS EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-3	4
CJ-2	11
TOTAL	15
FC-5	392
TOTAL	392

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para justificar a minha ausência nas votações.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A solicitação de V. Ex^a será atendida.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Quero justificar. Estava presente na Casa, mas infelizmente não votei.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 26:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2007
(*Inversão da pauta nos termos do Requerimento nº 728, de 2009, lido e aprovado nesta oportunidade.*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2007 (nº 1.333/95, na Casa de origem, do Deputado Jovair Arantes), que *dispõe sobre a validade dos bilhetes de*

passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 464 e 465, de 2008, das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Marconi Perillo, com voto vencido do Senador Expedito Júnior; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Em discussão o Projeto, em turno único. (*Pausa.*) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Os meus cumprimentos ao talentoso Deputado Jovair Arantes, do meu Estado.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 51, DE 2007
(nº 1.333/1995, na Casa origem)

Dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os bilhetes de passagens adquiridos no transporte coletivo rodoviário de passageiros intermunicipal, interestadual e internacional terão validade de 1 (um) ano, a partir da data de sua emissão, independentemente de estarem com data e horários marcados.

Parágrafo único. Os bilhetes com data e horário marcados poderão, dentro do prazo de validade, ser remarcados.

Art. 2º Antes de configurado o embarque, o passageiro terá direito ao reembolso do valor pago do bilhete, bastando para tanto a sua simples declaração de vontade.

Parágrafo único. Nos casos de solicitação de reembolso do valor pago do bilhete por desistência do usuário, a transportadora disporá de até 30 (trinta) dias, a partir da data do pedido, para efetivar a devolução.

Art. 3º Independente das penalidades administrativas determinadas pela autoridade rodoviária impostas à empresa autorizada, permissionária ou concessionária, em caso de atraso da partida do ponto inicial ou em uma das paradas previstas durante o percurso por mais de 1 (uma) hora, o transportador providenciará o embarque do passageiro em outra empresa que ofereça serviços equivalentes para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, se assim o passageiro optar, o valor do bilhete de passagem.

Art. 4º A empresa transportadora deverá organizar o sistema operacional de forma que, em caso de defeito, falha ou outro motivo de sua responsabilidade que interrompa ou atrase a viagem durante o seu curso, assegure continuidade à viagem num período máximo de 3 (três) horas após a interrupção.

Parágrafo único. Na impossibilidade de se cumprir o disposto no caput deste artigo, fica assegurada ao passageiro a devolução do valor do bilhete de passagem.

Art. 5º Durante a interrupção ou retardamento da viagem, a alimentação e a hospedagem, esta quando for o caso, dos passageiros correrão a expensas da transportadora.

Art. 6º Se, em qualquer das paradas previstas, a viagem for interrompida por iniciativa do passageiro, nenhum reembolso será devido pelo transportador.

Art. 7º Os bilhetes de passagens adquiridos com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data da viagem poderão não ter horário de embarque definido.

Art. 8º As empresas de transporte coletivo rodoviário de passageiros deverão operar com um sistema de proteção à viagem, visando à regularidade, segurança e eficiência de tráfego, abrangendo as seguintes alternativas:

I - de controle de tráfego, devendo o motorista ser informado antes da partida das condições de trânsito nas estradas;

II - de telecomunicações rodoviárias;

III - de supervisão, reparo, distribuição de peças e equipamentos e da manutenção dos ônibus.

Art. 9º Os serviços de telecomunicações rodoviárias poderão ser operados pela empresa de transporte coletivo rodoviário de passageiros, mediante autorização da Polícia Rodoviária Federal.

Parágrafo único. Os veículos só poderão circular com sistema de radiotransmissor-receptor padronizado e em perfeito estado de funcionamento.

Art. 10. A transportadora afixará, em lugar visível e de fácil acesso aos usuários, no local de venda de passagens, nos terminais de embarque e desembarque e nos ônibus, as disposições dos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º desta Lei.

Art. 11. As empresas que operam com linhas urbanas e de características semi-urbanas estão isentas de cumprir as disposições desta Lei.

Art. 12. Quando, por eventual indisponibilidade de veículo de categoria em que o transporte foi contratado, tanto no ponto de partida como nos pontos de paradas intermediárias da viagem, houver mudança de classe de serviço inferior para superior, nenhuma diferença de preço será devida pelo passageiro.

§ 1º No caso inverso, é devida ao adquirente da passagem a restituição da diferença de preço, sendo facultado ao transportador proceder ao reembolso devido após a realização da viagem.

§ 2º Quando a modificação na classe do serviço ocorrer por solicitação do passageiro, o transportador deverá promover a substituição do respectivo bilhete de passagem, ajustando-o à tarifa vigente e registrando nele as diferenças havidas para mais ou para menos, bem como se a diferença foi restituída, conforme o caso.

Art. 13. É vedado ao transportador, direta ou indiretamente, reter o valor do bilhete de passagem comprado a vista decorridos 30 (trinta) dias do pedido de reembolso feito pelo usuário.

§ 1º O bilhete de passagem manterá como crédito de passageiro, durante sua validade, o valor atualizado da tarifa do trecho emitido.

§ 2º O montante do reembolso será igual ao valor da tarifa respectiva no dia da restituição, descontada a comissão de venda.

§ 3º No caso de bilhete internacional, o reembolso terá o valor equivalente em moeda estrangeira convertida no câmbio do dia.

Art. 14. O prazo máximo de reembolso do valor de passagens rodoviárias é de 30 (trinta) dias para as transportadoras nacionais e internacionais.

Art. 15. Se o bilhete houver sido comprado a crédito, o reembolso, por qualquer motivo, somente será efetuado após a quitação do débito.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 49:**

REQUERIMENTO Nº 608, DE 2009

(Inversão da pauta nos termos do Requerimento nº 729, de 2009, lido e aprovado nesta oportunidade.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 608, de 2009, do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 148, de 2005, e 291, de 2008, por regularem a mesma matéria (propaganda eleitoral na internet).

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os projetos passam a tramitar em conjunto, vão à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Marconi Perillo, a aprovação do requerimento de apensamento dos projetos do Senador Expedito Júnior e da Senadora Serys Slhessarenko, que tratam da mesma matéria, do mesmo objeto, que é o uso da internet no processo eleitoral, que tem como Relator o nobre Senador Marco Maciel, é da maior importância, porque há um consenso no Congresso, tanto aqui no Senado, quanto na Câmara Federal, sobre a utilização desse instrumento importante que é a rede mundial de comunicação no processo eleitoral que se avizinha, em 2010. Então, há necessidade de que ele seja aprovado, ainda antes do recesso no Senado, para que possa ir à Câmara e também ser aprovado antes do limite, que é de um ano que antecede a próxima eleição, ou seja, até o início de outubro de 2009.

Então, acho que faremos isso. O Senador Marco Maciel vai acelerar o seu parecer para que possamos aprová-lo, e, então, vamos encaminhá-lo à Câmara dos Deputados para que também possa fazer a sua apreciação e aprovação.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 9:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

Em discussão a proposta. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 10:**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/1999, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 94, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do Substitutivo, em turno suplementar. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Substitutivo adotado:

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45, de 1999, na Casa de origem).

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor

sobre a vedação de exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 443-A:

“Art. 443-A. É vedada a exigência, a qualquer título, de carta de fiança aos candidatos a emprego sob regime da legislação trabalhista.

§ 1º O empregador que infringir o disposto neste artigo estará sujeito ao pagamento de indenização, em favor do empregado ou do candidato ao emprego prejudicado, no valor equivalente a 3 (três) vezes o salário estabelecido para o cargo.

§ 2º A competência para julgar a ação de indenização é da Justiça Comum, exceto se a relação de emprego vier a se constituir, hipótese em que a competência se desloca para o âmbito da Justiça do Trabalho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 11:**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 95, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do Substitutivo, em turno suplementar. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Substitutivo adotado:

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153, de 2003, na Casa de origem).

Insere o art. 86-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o fim de dispor sobre o aproveitamento de estudos teológicos e filosóficos realizados em seminários nos cursos de graduação correspondentes.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 86-A:

“Art. 86-A. Os formados em cursos de filosofia e teologia, com duração mínima de 2 (dois) anos, realizados em seminários, podem ter seus estudos aproveitados, total ou parcialmente, em cursos de graduação correspondentes, mediante avaliação de banca examinadora especial e observado o disposto no art. 44, II.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 12:**

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2003

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2003 (nº 4.701/2004, naquela Casa), do Senador Almeida Lima, que *dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos e privados.*

Parecer favorável, sob nº 898, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

Discussão do Substitutivo da Câmara, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A Presidência comunica ao Plenário que o Substitutivo da Câmara ao Projeto do Senado será considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo por grupo de dispositivos, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 286.

Nesse sentido, foi encaminhado requerimento de votação em globo do Substitutivo, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 730, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 287, do Regimento Interno do Senado Federal, votação em globo do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2003 (nº 4.701/2004, naquela Casa), que dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos e privados.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Demóstenes Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Votação do Substitutivo da Câmara, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

É o seguinte o Substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2003 (nº 4.701/2004, naquela Casa)

Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos e privados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados são obrigadas a emitir e a encaminhar ao consumidor declaração de quitação anual de débitos.

Art. 2º A declaração de quitação anual de débitos compreenderá os meses de janeiro a dezembro de cada ano, tendo como referência a data do vencimento da respectiva fatura.

§ 1º Somente terão direito à declaração de quitação anual de débitos os consumidores que quitarem todos os débitos relativos ao ano em referência.

§ 2º Caso o consumidor não tenha utilizado os serviços durante todos os meses do ano anterior, terá ele o

direito à declaração de quitação dos meses em que houve faturamento dos débitos.

§ 3º Caso exista algum débito sendo questionado judicialmente, terá o consumidor o direito à declaração de quitação dos meses em que houve faturamento dos débitos.

Art. 3º A declaração de quitação anual deverá ser encaminhada ao consumidor por ocasião do encaminhamento da fatura a vencer no mês de maio do ano seguinte ou no mês subsequente à completa quitação dos débitos do ano anterior ou dos anos anteriores, podendo ser emitida em espaço da própria fatura.

Art. 4º Da declaração de quitação anual deverá constar a informação de que ela substitui, para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais dos débitos do ano a que se refere e dos anos anteriores.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores às sanções previstas na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, sem prejuízo daquelas determinadas pela legislação de defesa do consumidor.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Não havendo objeção do Plenário, vamos fazer uma inversão de pauta em relação a um projeto de resolução que dispõe sobre operação de crédito.

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25, DE 2009

(Incluído na pauta, com a aquiescência do Plenário.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 25, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Resolução nº 28, de 28 de agosto de 2008, que *autoriza o Município de Porto Alegre a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.*

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, que será lido pelo Sr. 1º Secretário. *(Pausa.)*

É lido o seguinte:

PARECER Nº 752, DE 2009

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 25, de 2009, que “Altera a Resolução nº 28, de 28 de agosto de 2008, que autoriza o Município de Porto Alegre (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento”.

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 25, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, altera a Resolução nº 28, de 28 de agosto de 2008, do Senado Federal, que autoriza o Município de Porto Alegre (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Para tanto, acrescenta parágrafo ao art. 2º da referida resolução que trata, especificamente, das condições financeiras da operação de crédito a ser contratada com o BID. O dispositivo acrescentado faculta ao Município de Porto Alegre optar, até trinta dias previamente ao primeiro desembolso do contrato de empréstimo, pela Taxa de Juros Ajustável, em substituição à baseada na LIBOR, conforme definido na resolução autorizativa mencionada.

A Taxa de Juros Ajustável é determinada em função do Custo dos Empréstimos Qualificados do BID, acrescido de margem vinculada à remuneração

de seu capital ordinário, e incide sobre os saldos devedores do empréstimo, a uma taxa anual estipulada para cada semestre.

Dessa forma, com a redação proposta, fica definida a possibilidade de o Município de Porto Alegre exercer a opção entre a Taxa de Juros Ajustável aplicável ao empréstimo e pela Taxa de juros baseada na LIBOR, na contratação do empréstimo com o BID, autorizado nos termos da Resolução nº 28, de 2008, do Senado Federal.

Conforme a Justificação do autor do projeto, a Resolução nº 28, de 2008, *não faz referência à possibilidade, constante da minuta contratual submetida à análise do Senado Federal, que assegura ao Município de Porto Alegre exercer a sua opção entre a Taxa de Juros Ajustável aplicável ao empréstimo e a taxa de juros baseada na LIBOR, conforme as cláusulas 1.02 (b) e 2.02 (a) das Disposições Especiais da referida minuta contratual.*

II – Análise

Dentre o conjunto de atribuições desta Comissão, destaca-se a relativa à concessão de autorização para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratem operações de crédito externo, onde se insere a matéria contida no projeto sob exame, conforme previsão contida nos arts. 99, inciso VI, e 389 do Regimento Interno do Senado Federal.

O PRS nº 25, de 2009, não contém vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, já que dispõe sobre matéria definida constitucionalmente como de competência privativa do Senado Federal (art. 52, V, CF). Tampouco merece reparos quanto à técnica legislativa.

No mérito, entendemos que se trata de proposição plenamente justificável, pois objetiva corrigir lapso manifesto na referida Resolução nº 28, de 2008, do Senado Federal.

De fato, essa resolução, em seu art. 2º, que trata das condições financeiras aplicáveis ao empréstimo a ser contratado com o BID, incorpora inexatidão material devida a erro, engano ou equívoco manifesto, pois se reconhece que a minuta de contrato do referido empréstimo prevê a referida possibilidade de opção quanto à taxa de juros a ser contratada, conforme as cláusulas 1.02 (b) e 2.02 (a) das Disposições Especiais da referida minuta contratual. Obviamente, a constatação desse lapso, dessa inexatidão material, não só autoriza, mas exige a sua devida retificação.

Ademais, a retificação da referida resolução não importa em alteração no sentido da matéria, uma vez que mantém, ou melhor, recompõe as condições financeiras do empréstimo prevista na própria minuta contratual analisada e aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional pelo

Senado Federal, previamente à edição da Resolução nº 28, de 2008. Portanto, não implica qualquer alteração dos custos do empréstimo, nem tampouco qualquer inobservação, pelo Município de Porto Alegre, das normas que disciplinam suas operações de crédito.

É nessa direção e com esse objetivo que entendemos o projeto de resolução em análise: a proposição do Senador Sérgio Zambiasi objetiva, tão-somente, corrigir lapso, erro, engano ou equívoco manifesto, notório e evidente, surpreendido no texto da Resolução nº 28, de 2008. Muito embora a minuta contratual

de empréstimo do BID ao Município de Porto Alegre (RS) tenha suas condições financeiras e seus custos avaliados e mensurados pela STN e pelo Senado Federal, a resolução autorizativa resultante foi omissa na explicitação da possibilidade contratual de opção quanto à taxa de juros do empréstimo.

III – Voto

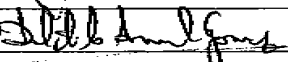
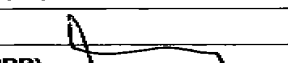
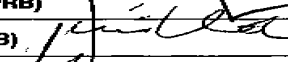

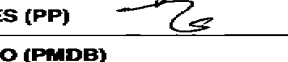
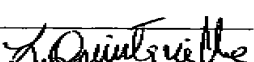
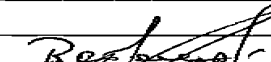
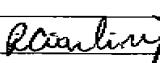

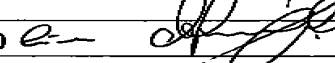
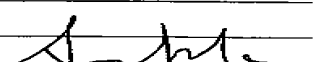
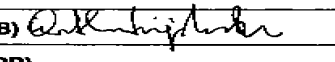
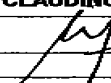
Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 25, de 2009.
Sala da Comissão, 16 de junho de 2009.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 25 DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/06/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELCÍDIO AMARAL (PT) 	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-JOÃO PEDRO (PT)
TIÃO VIANA (PT)	4-IDELI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB) 	5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB) 	6-EXPEDITO JÚNIOR (PR)
CÉSAR BORGES (PR) 	7-JOÃO RIBEIRO (PR)
Maioria (PMDB e PP)	
FRANCISCO DORNELLES (PP) 	1- ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2- GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB) 
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
VAGO	7-VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM) 	4-ROSALBA CIARLINI (DEM) 
ADELMIR SANTANA (DEM) 	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB) 	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB) 
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) 	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI (AUTOR)
GIM ARGELLO 	2- FERNANDO COLLOR DE MELO
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O parecer é favorável.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 753, DE 2009

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 25, de 2009.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 25, de 2009, que altera a Resolução nº 28, de 28 de agosto de 2008, que autoriza o Município de Porto Alegre (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Sala de Reuniões da Comissão, em 16 de junho de 2009. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente – Senador **Mão Santa**, Relator – Senador **César Borges** – Senador **Cícero Lucena**

ANEXO AO PARECER Nº 753, DE 2009.

Redação final do Projeto de Resolução nº 25, de 2009.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2009

Altera a Resolução nº 28, de 28 de agosto de 2008, que autoriza o Município de Porto Alegre (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Senado Federal Resolve:

Art. 1º. O art. 2º da Resolução nº 28, de 28 de agosto de 2008, passa a vigorar acrescido do se-

guinte § 2º, numerando-se seu atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 2º

§ 2º Até 30 (trinta) dias previamente ao primeiro desembolso, o mutuário poderá optar pela Taxa de Juros Ajustável, estipulada na Segunda Parte do Contrato – Cláusula 3.04 (a) das Normas Gerais para Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável, que incidirá sobre os saldos devedores diários do Empréstimo, a uma taxa anual para cada semestre que será determinada em função do Custo dos Empréstimos Qualificados com uma Taxa de Juros Ajustável na Moeda Única do Financiamento, acrescida da margem vigente para empréstimos do capital ordinário expressa em termos de uma porcentagem anual.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de agosto de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei.

Com a palavra o Senador Zambiasi, autor do requerimento.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para agradecer a V. Ex^a, à Mesa, à Comissão de Assuntos Econômicos, ao Senador Garibaldi, ao Senador Romero Jucá e a todos os colegas pela rápida tramitação e aprovação desse projeto.

Ocorre que Porto Alegre contrai um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento que prevê um grande programa. Chama-se Programa Socioambiental, de Porto Alegre, com obras de despoluição do Guaíba, de saneamento básico, que vão melhorar tanto as condições de ambiente quanto a qualidade de vida não só da capital gaúcha quanto da região metropolitana.

Então, em meu nome, no do Senador Paim, no do Senador Simon, em nome da população de Porto

Alegre, do Prefeito Fogaça, muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os cumprimentos da Mesa aos Senadores Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Paulo Paim pela união em favor da cidade de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 13:**

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2004

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2004 (nº 6.415/2005, naquela Casa), do Senador César Borges, que *altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica.*

Parecer sob nº 358, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável aos arts. 3º ao 6º, e pela rejeição dos arts. 1º e 2º do Substitutivo da Câmara, restabelecendo o art. 1º do texto originalmente aprovado pelo Senado.

Em discussão o Substitutivo da Câmara, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2004 (nº 6.415/2005, naquela Casa)

Altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 731, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal, votação, em globo, dos dispositivos de parecer favorável do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2004 (nº 6.415/2005, naquela Casa), que altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 _ Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. _ Senador **Demóstenes Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação em globo dos seguintes dispositivos: ementa, arts. 3º, 4º, 5º e 6º do Substitutivo da Câmara, de parecer favorável.

As Sr^s e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

São os seguintes os dispositivos aprovados:

Art. 3º O art. 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.211-B. A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

§ 1º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

§ 2º Nas instâncias recursais, o julgamento independe de inclusão em pauta e deve ser finalizado no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data de distribuição do processo no tribunal.

§ 3º O descumprimento do regime de tramitação prioritária sujeitará o magistrado ou servidor público responsável às penalidades previstas em lei e à reparação das perdas e danos sofridos pelo beneficiado." (NR)

Art. 4º O art. 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.211-C. Concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, em união estável." (NR)

Art. 5º A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 69-A:

"Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:

I - pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental;

III - pessoa portadora de moléstia profissional ou vítima de acidente de trabalho;

IV - pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

§ 1º A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas.

§ 2º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

§ 3º Nas instâncias recursais, o julgamento independe de inclusão em pauta e deve ser finalizado no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data de distribuição do processo.

§ 4º O descumprimento do regime de tramitação prioritária sujeitará o agente público responsável às penalidades previstas em lei e à reparação das perdas e danos sofridos pelo beneficiado."

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votação, em globo, dos seguintes dispositivos: arts. 1º e 2º do Substitutivo da Câmara, de parecer contrário.

A Presidência esclarece ao Plenário que a rejeição do art. 1º do Substitutivo da Câmara restabelecerá o art. 1º do projeto originalmente aprovado pelo Senado, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Rejeitados.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra V.Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, leio durante um minuto:

Requeiro que o Senado Federal emita voto de pesar à família e aos amigos do Professor Octávio Melchíades Ulysséa, Diretor-Geral e fundador das Faculdades Integradas “Espírita” (FIES), falecido no dia 11 de junho, em Curitiba, Paraná.

Oriundo de família de músicos e professores, foi esportista, militar e funcionário público. Graduado em História, Geografia e Sociologia, Política e Administração Pública. Mestre em Orientação Educacional e em Sociologia, começou a lecionar em 1961. Foi professor da Universidade Federal do Paraná durante 24 anos, onde era titular da Cadeira de Sociologia Brasileira. Também atuou no Colégio Militar do Paraná e, no Ensino Superior, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville, na Faculdade de Artes do Paraná e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, entre outras. Como fundadores das Faculdades Integradas “Espírita”, o Professor Octávio Melchíades Ulysséa e sua esposa, a Professora Neyda Nerbass Ulysséa, empenharam-se em contribuir com a criação de uma instituição que garantisse, de forma plural, a presença dos princípios espiritualistas no âmbito das atividades universitárias, face às exigências de valores éticos na sociedade contemporânea, e prover os recursos necessários à manutenção de suas unidades de ensino, priorizando os conceitos fundamentais da

filosofia educacional espírita, em conformidade com as disposições legais vigentes.

Esta é uma justa homenagem que o Senado brasileiro faz a um grande cidadão. O Professor Octávio Melchíades Ulysséa deixa viúva, filhos, netos e bisnetos, além de uma multidão de amigos que conquistou com sua vida digna e dedicada ao bem.

Sr. Presidente, eu gostaria que este requerimento de voto de pesar à família e aos amigos fosse enviado à família, à esposa, aos amigos, às Faculdades Integradas “Espírita”, porque, de fato, o Professor Ulysséa marcou a história de Curitiba, do Paraná, e contribuiu decisivamente para a construção da cidadania em nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Mesa se associa às homenagens de V. Ex^a e acolhe o requerimento.

Em votação o requerimento de iniciativa do Senador Flávio Arns.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO Nº 732, DE 2009

Requeiro que o Senado Federal emita voto de pesar à família e amigos do Professor Octávio Melchíades Ulysséa, Diretor-Geral e fundador das Faculdades Integradas “Espírita” (FIES), falecido no dia 11 de junho, em Curitiba – PR. Oriundo de família de músicos e professores, foi esportista, militar e funcionário público. Graduado em História, Geografia e Sociologia, Política e Administração Pública, mestre em Orientação Educacional e em Sociologia, começou a lecionar em 1961. Foi professor da Universidade Federal do Paraná durante 24 anos, onde era titular da cadeira de Sociologia Brasileira. Também atuou no Colégio Militar do Paraná e, no Ensino Superior, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville, na Faculdade de Artes do Paraná e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, dentre outras. Como fundadores das Faculdades Integradas “Espírita” o Professor Octávio Melchíades Ulysséa, e sua esposa, a Professora Neyda Nerbass Ulysséa, empenharam-se em contribuir com a criação de uma Instituição que garantisse, de forma plural, a presença dos princípios espiritualistas no âmbito das atividades universitárias, face às exigências de valores éticos na sociedade contemporânea e; prover os recursos necessários à manutenção de suas unidades de ensino, priorizando os conceitos

fundamentais da filosofia educacional espírita, em conformidade com as disposições legais vigentes. Esta é uma justa homenagem que o Senado brasileiro faz a um grande cidadão. O Professor Octávio Melchíades Ulysséa deixa viúva, filhos, netos e bisnetos, além de uma multidão de amigos, que conquistou com sua vida digna e dedicada ao bem.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Flávio Arns**.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que V. Ex^a acolha e faça os Anais da Casa acolherem, na íntegra, os seguintes pronunciamentos.

Registro que houve uma queda de 61% na produção de celulares no polo industrial de Manaus em janeiro, o que dá a visão exata do tamanho da crise global. Esses celulares são produzidos em Manaus pela Nokia, pela Semp Toshiba e pela Evadin, representando 32% da produção no mercado brasileiro.

Muito bem. O presidente da Nokia do Brasil, Almir Narcizo, justifica a queda notando que se trata de aspecto global, mas já dá sinal de que a crise será superada. Diz ele: “O Brasil é o oitavo mercado da Nokia, que atua em 150 países. Mesmo com reflexos da crise na produção de celulares, a indústria vai manter os empregos e os investimentos no País”. Então, ele tranquiliza, dizendo que a Nokia, que emprega 1,5 mil pessoas na fábrica de Manaus, está já pronta para retomar o crescimento. Ele, hoje, olha com olhos otimistas a situação da produção de celulares no meu Estado.

Uma notícia muito boa. Na verdade, pesquisas muito importantes do Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico, CDEAM, da Universidade Federal do Amazonas, estão propiciando que, a partir do caroço de açaí, que é uma fruta energética e que serve, está provado agora, também para fornecer energia elétrica, quatro comunidades do Município de Manacapuru poderão contar, a partir de agosto, com o reforço diário de 80kw de energia elétrica produzidos a partir do caroço de açaí, essa fantástica fruta amazonense, tão boa para exportação, inclusive.

E outra coisa que dá muito orgulho também, Sr. Presidente, é o terceiro pronunciamento. Um professor índio está dando aula de informática num *laptop* em idioma Kuripaco, a língua nativa dessa etnia indígena do Amazonas – a etnia é a Kuripaco. Ele dá aula, também, em Português.

Eu me refiro a Thiago, índio kuripaco, que aprendeu informática em São Gabriel da Cachoeira e, hoje, transmite o que sabe aos jovens das comunidades

que formam o povo Kuripaco: São Joaquim, Matapia, Uainambi, Jerusalém, Curaci e Panapanã.

Thiago gosta de dar aulas, é a vocação dele. Eles vivem em harmonia com os chamados brancos e são vizinhos do 3º Pelotão Especial de Fronteiras, que visitei no começo do mês.

O comandante do Pelotão, General Rosa, garante transporte para eles, enfim, dá toda ajuda para que eles possam se orgulhar do fato de que isso é muito importante, Senador Marconi Perillo. Não existe, entre os Kuripacos, nada de alcoolismo. Eles estão construindo, mantendo suas tradições e entrando na disputa pela vida dentro da informatização de suas próprias vidas, também. E zero de alcoolismo. Isso se deve a eles, ao apoio que o Exército lhes dá, a figuras abnegadas como o Thiago Kuripaco.

É fascinante, e deve despertar a admiração do mundo inteiro, alguém tomando aula de informática na língua da etnia Kuripaco, em Kuripaco, e tomando aula de informática em Português, ao mesmo tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em tempo de não-muito otimismo, esta é uma boa notícia. Vem de Manacapuru e informa que quatro comunidades do município passam, em agosto, a contar com reforço diário de 80kilowatts de energia elétrica produzida a partir do caroço de açaí, a fantástica fruta amazonense, hoje exportada em boa escala, sobretudo para os Estados Unidos.

A iniciativa se deve ao trabalho conjunto do Centro de Desenvolvimento Energético do Amazonas-CEDEAM, da Universidade Federal do Amazonas, desenvolvido com recursos do Ministério de Minas e Energia, que liberou para os experimentos R\$ 1,3 milhão.

A energia produzida com o caroço de açaí vai resultar, de imediato, na geração de 11 empregos, com aproveitamento de pessoas moradoras nas comunidades de Manacapuru, que são os distritos de Cristo Rei, Pentecostal do Brasil, Nossa Senhora da Conceição e São Francisco do Paraná.

Para viabilizar a iniciativa, foi constituída a CEARA, a Cooperativa Energética e Agroextrativa Rainha do Açaí. A energia a ser gerada começa pela gaseificação do caroço do açaí. Segundo o diretor do Centro de Desenvolvimento Energético do Amazonas, Atlas Bacelar, em seguida à etapa de queima do caroço do fruto, um equipamento gaseificador provoca a combustão da massa formada pelo processo, transformando-a

em cinzas, seguido da gaseificação e por fim a distribuição da energia.

A energia produzida, estimada em 80 *kilowatts* diários, é obtida com a combustão de uma tonelada de caroço de açaí, fruto produzido em larga escala no Amazonas.

Faço o registro pelo significado econômico dessa iniciativa. Já é conhecido o valor nutricional do açaí, a que se junta, agora, a produção de energia elétrica, a

partir do aproveitamento do caroço da fruta. Tais resíduos eram antes simplesmente descartados.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

B/4 Economia

AMAZONAS EM TEMPO
Manaus, domingo, 14 de junho de 2009

Caroços de açaí geram energia no Amazonas

RICHARD RODRIGUES
Equipe do EM TEMPO
richard@emtempo.com.br

A partir de agosto, um total de 136 núcleos residenciais de quatro comunidades do município de Manacapuru (a 68 quilômetros de Manaus) receberá energia elétrica por meio de gaseificação do caroço do açaí, informou o diretor do Centro de Desenvolvimento Energético do Amazonas (Cedeam), Atlas Augusto Bacellar.

O projeto, que deveria entrar em operação em janeiro deste ano, teve o início das suas atividades adiadas por conta das enchentes dos rios do Amazonas, que inundaram a comunidade onde a Cooperativa Energética e Agroextrativista Rainha do Açaí (Ceara), responsável pela geração de energia, está localizada.

O projeto Modelo de Negócio de Energia Elétrica em Comunidades Isoladas na Amazônia (Neram) é coordenado pelo professor Rubem César Rodrigues, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), e foi desenvolvido com recursos do Ministério das Minas e Energia (MME) de R\$ 1,3 milhão, e deve

empregar 11 pessoas. Entre as comunidades beneficiadas com o projeto, estão Cristo Rei, Pentecostal do Brasil, Nossa Senhora da Conceição e São Francisco do Parauá.

De acordo com o diretor do Cedeam, o abastecimento se dará por meio do projeto Neram, aprovado no edital CT-Energ MME do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) 3/2003.

Para escolher o meio de abastecimento energético e o produto que seria o responsável pela produção de energia, a coordenação do projeto verificou nas comunidades o que elas tinham de mais interessante por meio de uma pesquisa, e o açaí in natura obteve grande representatividade.

Após o estudo de campo, foi constituída a Ceara que deverá produzir energia elétrica, além de beneficiar e comercializar a polpa da fruta, gerando renda para os seus cooperados. A comunidade escolhida para a instalação da agroindústria e também da usina foi São Francisco do Parauá, que, sob a direção da Cedeam, vai ser a responsável pelo fornecimento de energia para as demais beneficiadas pelo projeto.

O processo, que vai utilizar um tonelada de caroço de açaí por dia, deve garantir uma potência de 80 kilowatts

Como o período de início das atividades não coincide com a safra do açaí, deverão ser utilizados outras fontes de geração de energia, como a casca de cupuaçu e castanha, ou o açaí de outros municípios, já que a produção das comunidades beneficiadas pelo projeto vai ser comprometida por conta da cheia.

Parcerias

Bacellar destacou também

que para que o projeto entre em funcionamento, é necessário que a Amazonas Energia, empresa responsável pela distribuição da energia elétrica no Estado, inicie o processo das instalações elétricas que levarão energia para os lares das comunidades.

A coordenação do Neram ainda está na busca de parcerias para o financiamento para a continuação da pesquisa. De acordo com Bacellar, a Supe-

rintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) já disponibilizou recursos na ordem de R\$ 170 mil para a manutenção dos equipamentos utilizados na agroindústria. "O Neram é apenas um exemplo do trabalho que pode ser realizado para o crescimento econômico das comunidades. O Estado possui 4 mil comunidades, e nada impede que novos projetos sejam realizados para promover o desenvolvimento delas".

Processo de gaseificação

Daqui a pouco mais de um mês, comunidades do município de Manacapuru terão energia elétrica a partir da gaseificação do caroço do fruto amazônico

A energia gerada pelo projeto Neram dá-se a base do processo de gaseificação do caroço do açaí. De acordo com o diretor do Cedeam, Atlas Bacellar, há um gaseificador acoplado em um grupo gerador que submete a biomassa à combustão.

Após o processo de 'queima', o caroço é transformado em cinza e posteriormente em gás, que é resfriado e injetado em um grupo gerador para distribuição de energia que será destinada às comunidades.

A Ceara deverá gerar 80 kilowatts de energia por dia, que se dará pelo processo de gaseificação de uma tonelada de caroço de açaí diariamente para o abastecimento energético das 136 residências das quatro comunidades.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a queda de 61% na produção de celulares no Pólo Industrial de Manaus, em janeiro, dá a visão exata do tamanho da crise global.

Os celulares são produzidos em Manaus pela Nokia, Seamp Thosiba e Evadin, representando 32 por cento da produção no mercado brasileiro.

Embora espante, nem por isso esse forte declínio é motivo de pessimismo. O presidente da Nokia no Brasil, Almir Narcizo, justifica a queda, notando que se trata de aspecto global. O mundo inteiro se vê às voltas com a crise. Para ele, haverá uma retração do mercado global de celulares, “mas o Brasil está preparado para enfrentar a crise”.

O bom é o que adianta o dirigente da empresa:

“O Brasil é o oitavo mercado da Nokia, que atua em 150 países. Mesmo com o reflexo da crise na produção de celulares, a indústria vai manter os empregos e os investimentos no País.”

Narcizo é de opinião que o Brasil tem condições, pelo seu grande mercado interno, de manter empre-

gos e investimentos e sair da crise mais forte do que ao entrar.

As palavras do dirigente da Nokia são oportunas, no momento em que vivemos de incertezas, motivadas pela crise global.

As afirmações de Narcizo são, pois tranquilizadoras. E com razão: a Nokia emprega 1 mil e 500 pessoas na fábrica de Manaus. Dali saem celulares para todos os países da América Latina.

Faço votos para o breve retorno à normalidade das vendas desses equipamentos produzidos no meu Estado. E faço esse registro, para que passe a constar dos Anais a opinião de dirigentes empresariais, como o diretor da Nokia no PIM, Almir Narcizo.

Esse empresário tem motivos para otimismo. Ele tem por base dados que mostram o começo da recuperação do setor.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Produção de celulares na Zona Franca recua 61%

KÁTIA BRASIL
DA AGENCIA FOLHA, EM MANAUS

A produção do setor de celulares na Zona Franca de Manaus (AM) caiu 61% em janeiro em relação ao mesmo mês de 2008. Foram produzidos 582.219 aparelhos no primeiro mês de 2009, ante 1.487.535 em igual período do ano passado, diz a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Os números apontam a maior queda na produção de celulares desde outubro, quando a crise internacional começou a se agravar. Segundo o Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletroeletrônicos e Similares do Amazonas, a fabricação de celulares em Manaus representa 32% da produção no mercado nacional.

Fabricam celulares em Manaus as indústrias Nokia, Semp Toshiba e Evadin. Gustavo Igrejas, coordenador geral de acompanhamento de projetos da Suframa, disse que a queda na produção dos aparelhos não significa pessimismo das indústrias. "Elas não demitiram funcionários e existe uma expectativa de produção normal neste ano", afirmou Igrejas.

Das empresas de celulares, apenas a Nokia comentou a queda na produção. A indústria finlandesa, responsável por 93% da produção de celulares em Manaus, anunciou nesta semana a produção do primeiro celular "high-end" — com câmera, vídeo, internet e GPS integrado com mapas — no Brasil. Os aparelhos serão fabricados na Zona Franca de Manaus.

A Folha o presidente da Nokia do Brasil, Almir Narcizo, afirmou que a retração nas vendas de aparelhos é mundial. "Haverá uma retração do mercado global de 10% [nas vendas], esse é o número com que trabalhamos. Evidentemente cada país vai reagir de forma diferente. Acreditamos que o Brasil está mais bem preparado para enfrentar a crise."

O Brasil é o oitavo mercado da Nokia, que atua em 150 países. Narcizo afirmou que, mesmo com o reflexo da crise na

produção de celulares, a indústria vai manter os empregos e os investimentos no país. "O país tem condições, pelo mercado interno, que ainda é muito forte, de manter empregos e investimentos e sair da crise mais forte do que entrou."

Conforme a Suframa, a produção de celulares na Zona Franca foi de 2,4 milhões de aparelhos em outubro. Em dezembro, caiu para 458 mil.

A Nokia emprega 1.500 pessoas na fábrica de Manaus, que exporta para a América Latina.

Habilitações

Apesar da queda na produção, o número de celulares habilitados cresceu em 1.307.674 em janeiro, o segundo maior aumento para o mês em dez anos. O melhor desempenho havia acontecido em janeiro de 2008, com um acréscimo de 1.877.474 celulares.

No total, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) contabiliza 151.949.077 de aparelhos celulares habilitados no país.

A despeito do crescimento em janeiro, o número total de celulares está aumentando em ritmo lento — 0,87% de expansão em relação a janeiro de 2008.

Até janeiro, segundo a Anatel, a Vivo continuava a maior operadora, com 29,81% do mercado. Na sequência, vinham Claro (25,73%), TIM (24,06%), Oi (16,19%) e Brasil Telecom (3,84%). Os celulares com tecnologia GSM tinham 89,2% do mercado.

Colaborou a Social Sai de Brasília

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, imagine um professor-índio dando aula de informática num laptop, em idioma Kuripaco, a língua nativa dessa etnia indígena do Amazonas! Claro que também em Português. Essa é a rotina de Thiago, o índio Kuripaco, assim mesmo com Th. Thiago Pacheco. Ele aprendeu informática em São Gabriel da Cachoeira e hoje transmite o que sabe aos jovens das comunidades que formam o povo Kuripaco: São Joaquim, Mata-pia, Uainambi, Jerusalém, Curaci e Panapanã.

Thiago gosta de dar aulas. E faz questão disso, desde que aprendeu a mexer com computadores no Instituto Socioambiental, de São Gabriel da Cachoeira, onde o curso só é possível graças aos computadores do 3º Pelotão Especial de Fronteiras, que visitei no começo do mês.

Os Kuripacos vivem em harmonia com os brancos e são vizinhos do Pelotão, que admiram, embora reclamem que nem sempre conseguem transportar mantimentos nos mesmos aviões que servem àquela unidade do Exército do Brasil. O comandante do Pelotão garantiu-lhes esse transporte, mas nem sempre isso ocorre. E assim os Kuripacos são obrigados a descer o rio Içanã e, em seguida, o Rio Negro, em canoa com motor. Um percurso de sete dias na descida e oito na subida, para o retorno. Passam por oito cachoeiras, sempre que o rio está cheio, como agora. Uma viagem de ida e volta gasta 150 litros de gasolina.

Os Kuripacos diferem um pouco dos outros índios do Amazonas. Já não se pintam com argila ou urucum, como também não cumprem rituais de magia ou assemelhados. A boa notícia é que os índios Kuripacos não têm o hábito de consumir bebidas alcoólicas. Nas aldeias deles, álcool não entra!

As tradições dos Kuripacos permanecem sedimentadas. Pela manhã, o prato que mais agrada aos índios é farinha com água, que eles chamam de Chibé.

Os Kuripacos, que somam 1 mil e 500 índios, vivem no Alto Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira, onde estive faz pouco, para conhecer as instalações e conhecer as atividades que o Exército desenvolve na área, com o 3º Pelotão de Fronteiras.

O comandante do Pelotão, General Ivan Carlos Weber, da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, explica que todos os indígenas contam com assistência médica do Exército, que proibiu a comercialização de bebidas alcoólicas na área, para evitar brigas, antes muito comuns, de que resultavam muitos feridos, principalmente mulheres, vítimas da violência causada pelo consumo de álcool.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

LIVRES DO ALCOOLISMO

Nessa aldeia não entra álcool

Índios kuripaco, em São Gabriel da Cachoeira, se orgulham de não sofrer com problemas ligados ao consumo de álcool

EMERSON QUARESMA ESPECIAL PARA A CRÍTICA

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM - Evangelizados desde 1964 pela missionária da Igreja Batista Fundamentalista de Cristo Sofia Müller, o povo indígena da etnia kuripaco, do Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira (a 860 quilômetros de Manaus), comemora o fato de ser uma das poucas etnias do Município que não sofre com o alcoolismo, um dos principais problemas vividos por comunidades indígenas da região.

Mas, em contrapartida, os kuripacos sabem contar pouco sobre suas histórias, não se pintam com argila e urucum, nem fazem rituais. Aprenderam com Sofia, morta em 1997, que tudo era pecado, como conta o kuripaco Rogério Luiz Quintino, 44, um dos líderes da comunidade de São Joaquim, distante da sede de São Gabriel 320 quilômetros em linha reta. A aldeia está localizada às margens do rio Içana, no distrito de Cabeça do Cachorro, cujo o conhecimento é regional.

"Aqui na comunidade de São Joaquim, e nas outras do povo kuripaco, não entra cachapa porque fomos evangelizados", afirmou o líder kuripaco. Ele disse que, como a evangelização começou há mais de 30 anos, o pouco que sabe de costume

mes antigos ouviu de seu pai. "Mas essas coisas ficaram para trás porque o mais importante é a fé no Senhor Jesus Cristo", disse o indígena, trajando camisa polo, calça e sapato sociais.

CHIBÉ

O 2º capitão da comunidade de São Joaquim, Melício Valentim Antônio, disse que pelo menos o costume de comer o chibé (água com farinha), comida típica da região, não se perdeu. Mas os batistas incluíram à cela da comunidade o mingau de farinha. "A cela é uma forma de lembrar a vida de Jesus. Por isso, todas as manhãs o capitão bate o sino da aldeia para chamar a comunidade para tomar mingau, e, à tarde, ele repete a batida no sino para tomarmos o chibé", contou o capitão.

Os kuripacos do Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, têm uma população estimada em 1,5 mil índios, divididos em 15 comunidades, informou Melício Valentim. Só no povoado de São Joaquim são, aproximadamente, 300 "parentes", como eles gostam de se chamar. Comunidades indígenas da mesma etnia também habitam regiões de fronteira com a Colômbia e com a Venezuela. "Somos organizados por causa do Evangelho", avaliou o 2º capitão kuripaco de São Joaquim.



Enviado Quintino

Jovens kuripaco aprendem noções de informática na escola indígena

Sabe mais

>> Venda proibida
A comercialização de bebida alcoólica para índios é proibida por lei federal nº 6.001, de março de 1973. O general da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, Ivan Carlos Weber Rosses, não tem um índice oficial, mas afirma que 99% dos indígenas vítimas da violência, que dão entrada no Hospital de Guerração de São Gabriel da Cachoeira, têm ligação com o álcool. A maioria deles, segundo ele, é mulher doméstica. Ele afirmou que, com o poder de polícia do Exército, o combate ao tráfico de bebidas alcoólicas é feito com frequência.

Transporte complicado

Os kuripacos de São Joaquim têm como vizinhos o 3º Pelotão Especial de Fronteira (PEF) do Exército Brasileiro, que foi instalado na região no início dos anos 90. A convivência entre brancos e índios é, aparentemente, tranquila. A reclamação do povo de São Joaquim fica por conta da ajuda com o transporte de mantimentos de aeronave da Força Aérea, que faz o mesmo serviço para os militares do PEF. De acordo com Rogério Quintino, há alguns anos uma delegação do Comando Militar de Amazônia (CMA) gerantiu aos kuripaco o direito de transportar 800 quilos de mantimentos, por mês. "Mas isso não é segurado", disse.

A saída para os kuripacos é descer o rio Içana e depois o Negro em canoa com motor rabeta. É um percurso de sete dias descendo e oito subindo, e que passa por oito cachoeiras quando o rio está cheio, e 15 quando está seco. A viagem consome 150 litros de gasolina.

Aula bilíngue de informática

Há um mês, jovens das comunidades do povo kuripaco nas comunidades de São Joaquim, Matapia, Uainambi, Jerusalém, Curaci e Panapanã estão aprendendo noções de informática no laptop do professor Thiago Pacheco, 22, kuripaco

de comunidade Barcelos. O professor aprendeu informática em São Gabriel, quando estudou no Instituto Socioambiental (ISA). A aula é falada tanto em português quanto no idioma materno. Segundo Thiago, a turma de 13 alunos recebe no-

ções de informática pela manhã, e pratica o que aprendeu à tarde, nos computadores do 3º Pelotão Especial de Fronteira (PEF). "O computador da aula é meu. Ainda bem que os militares abrem espaço para os alunos praticarem", disse.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso Nacional detém a vocação histórica de se opor e lutar contra tentativas de ruptura da democracia e das liberdades fundamentais do cidadão. Essa é postura indeclinável que não admite desvios, afastamentos e da qual, definitivamente, não se pode fugir; é irrecusável, como postura superior dos brasileiros.

Como intérprete maior da vontade deste País, esta é hora de, novamente, lançar alerta, com a contundência que o momento exige, para declarar que o Brasil não admite retrocessos na vida institucional.

A advertência é oportuna. Mais do que isso, necessária! Necessária, sim. Sobre o País voltam a pesar nuvens densas e sombrias, a partir de estranhas manifestações da Petrobrás, que já não cuida apenas de petróleo. Traveste-se de porta-voz não sei de quem, para instilar o que, para ela, seria informação.

Pode até ser. Mas não informação pura e isenta. O que a empresa faz desfilar num blog recentemente lançado são informações dirigidas, manobras, como também adverte a Associação Nacional dos Jornais, que não passam de “tentativas canhestras de intimidar jornais e jornalistas”.

E mais: “Em claro desrespeito aos profissionais de imprensa, significa prática contrária aos princípios universais de liberdade de imprensa.”

Chega a ser inacreditável a sem-cerimônia com que o Presidente da empresa, Sérgio Gabrielli, se insinua como dono absoluto da verdade, a ponto de pretender dar lições de jornalismo. O tal blog do Gabrielli assemelha-se às práticas de quinta coluna moderno, em suas tentativas de vaziar informações de reportagens em apuração pelos meios de comunicação.

Se não é um agente quinta-coluna, bem ao estilo dos tempos do fascismo da segunda grande guerra e da ditadura brasileira dos anos 30, é a ressurreição do velho DIP, o famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda, da ditadura Vargas. Só que agora, em roupagem nova, com a utilização dos meios instantâneos e digitais como a Internet.

Naquele tempo, jornais eram fechados, o rádio era silenciado. E a censura corria solta. Atitudes de quem não se adapta às normas democrática de convivência.

Em seu editorial de hoje, o jornal **O Globo** salienta:

(...)O caminho encontrado pela estatal foi publicar em um blog da empresa as perguntas encaminhadas por repórteres dos jornais e respectivas respostas. Com o detalhe, também grave, de que a empresa divulgou na sexta informações que prestara para uma repor-

tagem que seria publicada no GLOBO de domingo, numa assombrosa quebra do sigilo que precisa existir no relacionamento entre imprensa e fonte prestadora de informações. Agira da mesma forma com os outros jornais.

No mesmo editorial, o jornal carioca adverte que “a Petrobras fere a Constituição. Corporação poderosa, com tendência histórica de se descolar de controles públicos, a Petrobras, com a política de aparelhamento do Estado posta em prática por Lula, se tornou, em parte, um *bunker* nas mãos de correntes de sindicalistas, do PT e sob o jugo dos anseios fisiológicos do PMDB.”

Mais aspas para “**O Globo**”:

“De Bernardo Mello Franco:

Além do blog em que vaza denúncias levantadas pela imprensa sobre a empresa, a assessoria de comunicação da Petrobras agora atua também no *Twitter*, a rede de comunicação instantânea que virou febre na internet. A estatal aderiu à ferramenta virtual para criticar reportagens dos jornais e divulgar atividades do seu presidente, José Sergio Gabrielli. Ao contestar as investigações, os autores da ideia deixaram escapar a simpatia pela candidatura à Presidência da ministra Dilma Rousseff, do PT. Tudo isso num site com o nome e a logomarca da estatal.

A página da Petrobras no *Twitter* está no ar desde sábado. Ontem à tarde, o internauta que visitava o site encontrava links para dois perfis em nome da chefe da Casa Civil: “Blog da Dilma” e “Dilma 2010”, uma referência explícita ao ano eleitoral. Os endereços estão entre os perfis “seguidos” pela assessoria da Petrobras. Isso significa que os responsáveis pela comunicação da estatal se inscreveram para receber todas as notas publicadas pelos militantes que fazem pré-campanha para a ministra. Também há links para páginas de jornalistas e leitores.”

Sr^{as} e Srs. Senadores, mais do que dever, é absolutamente necessário lançar advertências contra o procedimento da Petrobrás, que, de um momento para o outro, atua e age com propósitos de tumultuar o cenário democrático do Brasil. Agora, volta-se contra a liberdade de imprensa.

Transcrevo, em anexos, notícias publicadas pela imprensa nacional, para que, assim, passem a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

ANJ acusa a Petrobras de tentar intimidar a imprensa

Nota oficial que acaba de ser divulgada pela Associação Nacional dos Jornais:

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) manifesta seu repúdio pela atitude antiética e esquiva com que a Petrobras vem tratando os questionamentos que lhe são dirigidos pelos jornais brasileiros, em particular por **O Globo**, **Folha de S. Paulo** e **O Estado de S. Paulo**, que nas últimas semanas publicaram reportagens sobre evidências de irregularidades e de favorecimento político em contratos assinados pela estatal e suas controladas.

Numa canhestra tentativa de intimidar jornais e jornalistas, a empresa criou um blog no qual divulga as perguntas enviadas à sua assessoria de imprensa pelos jornalistas antes mesmo de publicadas as matérias às quais se referem, numa inaceitável quebra da confidencialidade que deve orientar a relação entre jornalistas e suas fontes.

Como se não bastasse essa prática contrária aos princípios universais de liberdade de imprensa, os **e-mails** de resposta da assessoria incluem ameaças de processo no caso de suas informações não receberem um “tratamento adequado”.

Tal advertência intimidatória, mais que um desrespeito aos profissionais de imprensa, configura uma violação do direito da sociedade a ser livremente informada, pois evidencia uma política de comunicação que visa a tutelar a opinião pública, negando-se ao democrático escrutínio de seus atos.

Júlio César Mesquita, vice-presidente da ANJ e responsável pelo Comitê de Liberdade de Expressão Editorial de **O Globo** do dia 9 de junho.

Ataque à imprensa

No centro do noticiário de desvios de recursos em contratos superfaturados, de irrigação generosa de ONGs companheiras, e motivo de instalação de uma CPI no Senado, a Petrobras decidiu, de maneira agressiva, antiética e ilegal, tentar acuar **O Globo**, **Folha de S. Paulo** e **O Estado de S. Paulo**, jornais que, por dever de ofício, acompanham com a atenção devida as evidências de desmandos na administração da companhia.

O caminho encontrado pela estatal foi publicar em um blog da empresa as perguntas encaminhadas por repórteres dos jornais e respectivas respostas. Com

o detalhe, também grave, de que a empresa divulgou na sexta informações que prestara para uma reportagem que seria publicada no **O Globo** de domingo, numa as-sombrosa quebra do sigilo que precisa existir no relacionamento entre imprensa e fonte prestadora de informações. Agira da mesma forma com os outros jornais.

Mesmo as perguntas, encaminhadas por escrito, são de propriedade do jornalista e do veículo a que ele representa. O indisfarçável objetivo intimidativo da empresa, como bem interpretou nota da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), desrespeito profissionais e atenta contra a liberdade de imprensa, ao violar o direito da sociedade de ser informada, sem limitações.

A Petrobras fere a Constituição. Corporação poderosa, com tendência histórica de se descolar de controles públicos, a Petrobras, com a política de aparelhamento do Estado posta em prática por Lula, se tornou, em parte, um bunker nas mãos de correntes de sindicalistas, do PT e sob o jugo dos anseios fisiológicos do PMDB.

A estatal alega praticar a “transparência” ao cometer o erro de divulgar material de propriedade de profissionais e veículos de imprensa. Ser cada vez mais transparente é um objetivo correto para a estatal –, caso ela não o use como justificativa para agir deslealmente com os meios de comunicação. A Petrobras errou, e espera-se que volte atrás nos procedimentos nada éticos que adotou no atendimento à imprensa.

Pelo seu porte, obrigada a prestar informações a milhares de acionistas e a órgãos reguladores dentro e fora do país, a estatal não pode ser instrumento de grupos políticos, não importa de qual figurino ideológico.

A empresa, sem dúvida uma conquista da sociedade brasileira, já atingiu um porte diante do qual governos devem tratá-la com respeito, mas sem permitir que paire sobre o país, imune a qualquer regulação, que se feche diante do legítimo interesse do contribuinte em saber como são feitos os negócios públicos.

O Tribunal de Contas da União (TCU), ligado ao Legislativo, tem acesso a contratos firmados pela administração direta pelos quais o contribuinte financia ONGs e organizações sociais. A estatal faz o mesmo, mas impede auditores do Tribunal de examinarem os acordos, escudada na interpretação de uma lei da era FH. Sem qualquer preocupação com os interesses dos acionistas privados, no Brasil e no exterior, a estatal montou uma desproporcional equipe de mais de 1.150 profissionais de comunicação,

uma redação que supera em três ou quatro vezes cada uma daquelas dos maiores jornais do país. Vê-se agora que um dos objetivos é usar esta redação – ociosa, por falta do que fazer no trabalho normal de comunicação corporativa – na luta política e na ameaça à imprensa.

Outro sinal da transformação da Petrobras em uma espécie de caixa dois de operações políticas está exposto na reportagem do **Globo**, no domingo – cujo sigilo foi quebrado pela estatal –, sobre o apoio continuado ao projeto sem destino do uso da mamona como biocombustível. A própria Agência Nacional de Petróleo (ANP) já atestou a inviabilidade do programa. Mas, como assentamentos do MST, da Contag e outras organizações ditas sociais são beneficiários do projeto, milhões de reais continuam a ser repassados, enquanto a mamona apodrece em armazéns no sertão nordestino. Não por acaso, no lado da estatal, quem gerencia esta área é Miguel Rossetto, Ministro do Desenvolvimento Agrário no primeiro governo Lula, quando patrocinou o aparelhamento do Incra pelo MST e satélites. Hoje, transfere dinheiro da Petrobras para os antigos aliados –, com a vantagem de não precisar prestar contas ao TCU.

O ataque da Petrobras à imprensa, nova especialidade de uma empresa que deveria estar concentrada na exploração do petróleo e gás, não deve ser, portanto, um simples desvio organizacional. Longe disso. Tudo parece coerente com um estilo de administração e diversificação de objetivos adotados nos últimos tempos.

Editorial de **O Globo** do dia 9 de junho.
Reinaldo Azevedo.

ABI E FENAJ: CUIDADO PARA NÃO VOMITAR, LEITOR

segunda-feira, 8 de junho de 2009 / 19:20

Entrei no site da Associação Brasileira de Imprensa para ver se havia lá algo sobre a campanha intimidatória da Petrobras contra os jornalistas. Nada! Com o patrocínio da Petrobras, a ABI segue fazendo a defesa da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, o que é uma piada, e anunciando um filme cubano. A ABI, se bem se lembram, participou daquela manifestação contra a CPI. Nas inúteis escolas de jornalismo Brasil a fora, “professores” que nunca pisaram numa redação (alguns poucos já escreveram um lead ao menos sobre buraco de rua) continuam a doutrinar jovens pretendentes à carreira. O mantra ainda é aquele segundo o qual a imprensa burguesa faz a vontade do anunciante. A esquerdista ABI, patrocinada pela Petrobras, como a gente vê, é independente.

Aí entrei na página da Fenaj, a Federação Nacional dos Jornalistas, outro aparelho do PT. Nada sobre a intimidação. Também está lá fazendo a defesa da obrigatoriedade do diploma. Fala sobre a Petrobras? Mais ou menos. Reproduzo um trecho (e, nesse caso, é realmente para quem tem estômago forte):

Capitaneados pela Federação Nacional dos Jornalistas, sete sindicatos dos jornalistas concretizaram, nesta quinta-feira, dia 27 de maio, uma antiga demanda da categoria. O lançamento do plano de previdência complementar FENAJprev oferece, a partir de agora, aos jornalistas sindicalizados, o acesso ao fundo de pensão Petros. Os profissionais terão uma instituição sólida para gerenciar os investimentos em uma renda futura para quando deixarem de ter a fonte do trabalho diário em redações e assessorias.

Sim, vocês entenderam direito. Trata-se de um convênio entre esses sindicatos e o plano de Previdência da... Petrobras!!! Aí fui à página da Petros. As duas principais notícias:

- a criação do blog da Petrobras;
- o plano de previdência privada dos jornalistas.

Não! Nunca fui sindicalizado. Nem quando eu era apenas um rapaz latino-americano... Nunca serei. Não pertenci, não pertenço e jamais pertencerei à “categoria” dessa gente.

Gabrielli defende blog da Petrobras
De Lino Rodrigues, de **O Globo**:

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, negou nesta segunda-feira, em São Paulo, que a criação do blog “Fatos e Dados” faça parte de uma tática da estatal para esvaziar as matérias de jornalistas e veículos de informação. Segundo Gabrielli, a idéia foi fazer um veículo novo de comunicação que fique entre a fonte e os leitores.

– Normalmente, a gente tem um intermediador entre a fonte e o público, que é o veículo, agora temos uma fonte nova que reflete um pouco a existência da internet – disse ele, lembrando que o blog é uma novidade democrática e que veio para ficar. – Nós estamos fazendo com que o público tenha acesso ao mesmo tempo que o jornalista da informação que nós estamos dando”.

Para o presidente da estatal, a novidade criada pela Petrobras é um procedimento que deverá ser generalizado, adotado por empresas e instituições que deverão começar a utilizar esse mecanismo.

Isso é fruto da democracia da informação que a internet traz – disse Gabrielli, pouco antes de ter início a gravação do programa “Roda Viva”, da **TV Cultura**.

Seguindo Dilma

De Bernardo Mello Franco:

Além do blog em que vaza denúncias levantadas pela imprensa sobre a empresa, a assessoria de comunicação da Petrobras agora atua também no Twitter, a rede de comunicação instantânea que virou febre na internet. A estatal aderiu à ferramenta virtual para criticar reportagens dos jornais e divulgar atividades do seu presidente, José Sergio Gabrielli. Ao contestar as investigações, os autores da ideia deixaram escapar a simpatia pela candidatura à Presidência da Ministra Dilma Rousseff, do PT. Tudo isso num site com o nome e a logomarca da estatal.

A página da Petrobras no Twitter está no ar desde sábado. Ontem à tarde, o internauta que visitava o site encontrava links para dois perfis em nome da chefe da Casa Civil: “Blog da Dilma” e “Dilma 2010”, uma referência explícita ao ano eleitoral. Os endereços estão entre os perfis “seguidos” pela assessoria da Petrobras. Isso significa que os responsáveis pela comunicação da estatal se inscreveram para receber todas as notas publicadas pelos militantes que fazem pré-campanha para a ministra. Também há links para páginas de jornalistas e leitores.

O Twitter da Petrobras foi diagramado nas cores verde e amarela e reproduz a logomarca BR. Numa das mensagens, o leitor é informado de que o espaço também é mantido pela assessoria de comunicação da empresa. Por coincidência ou não, a suposta campanha da mídia contra a estatal é citada diversas vezes nas páginas que pedem voto para Dilma.

No fim de semana passado, o blog “Fatos e Dados”, da Petrobras, ainda ganhou a concorrência de uma versão pirata, batizada de “Dados e Fatos”. O site anônimo ironiza as críticas da estatal à imprensa e critica o tom das respostas enviadas aos meios de comunicação.

Petistas fazem ato contra CPI e defendem blog

Depois de participar de um ato contra a CPI da Petrobras, na Assembleia Legislativa de São Paulo, um grupo de petistas defendeu ontem o blog criado pela estatal e que vaza informações obtidas por jornalistas que investigam indícios de irregularidades na empresa. Para os integrantes do PT, que preparam um grande ato em defesa da Petrobras no próximo dia 19, na Avenida Paulista, a quebra de confidencialidade deve ser vista como “transparência”.

– Defendemos a transparência ampla, geral e irrestrita da informação. Faz parte do projeto de acesso à informação, sempre disponível em tempo real – disse o Deputado José Genoio (SP), que é contra a CPI mas para quem a estatal tem o direito de “democratizar” a informação.

Sobre a instalação da CPI, Genoio disse que o país tem outros instrumentos para investigar eventuais irregularidades.

– O Estado brasileiro tem vários instrumentos de investigação, como os Tribunais de Contas, a Controladoria Geral da União, o Ministério Público. A CPI é uma atitude política que enfraquece a empresa.

Na mesma linha, ao mesmo tempo que ataca a iniciativa da oposição em relação à CPI, o Deputado Estadual Ruy Falcão disse que a imprensa estaria tentando estabelecer uma censura quando condena a divulgação de informações pela estatal. **Leia mais em O Globo.**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “A decisão da Petrobras de alterar o sistema de cálculo de imposto retroativamente ao início de 2008, no fim do ano passado, teve aval do governo e dos ministros com assento no Conselho de Administração da estatal. E foi o instrumento encontrado pela cúpula da empresa para viabilizar, no auge da crise, a manutenção de um elevado nível de investimentos.” **(O Estado de S. Paulo, 12 maio 2009.)**

Na manchete de primeira página, a frase, nua e crua, que mostra, com letras claras e frases objetivas, a verdade como ela é, a qual peço que conste dos Anais do Senado Federal.

Encerro, lamentando, como comecei, o avanço do verbo lixar.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GOVERNO AUTORIZOU MANOBRA CONTÁBIL FEITA PELA PETROBRÁS

É lamentável e chega a ser inacreditável, mas o verbo *lixar* ampliou-se. Já não atinge apenas o eleitorado brasileiro, como pretende um Deputado Federal. Agora, quem adere a esse modismo é a Petrobrás – e mais do que ela, o Governo do Brasil

Não se trata de interpretação. É confissão, com todas as letras, confissão levada para o noticiário, como se tudo isso fosse normal, ou, se não o é, “*que se lixe o contribuinte!*”.

"Trata-se de uma política de governo para manter os investimentos. É melhor do que socorrer a empresa com dinheiro do Tesouro", disse o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), porta-voz do governo nas nego-

ciações de ontem para acalmar a oposição e explicar a decisão da empresa.” O ESTADO DE S.PAULO, 1ª PÁGINA, 12 MAIO 2009.

Mas tudo isso é negado hoje nas declarações do ministro Paulo Bernardo. Segundo ele, ou a Petrobrás paga o que deve, com multas e demais encargos, ou esse mecanismo se estenderá para mais um considerável conjunto de grandes empresas, sacrificando ainda mais a arrecadação federal que já está cambalente.

Interpretação, confissão, declaração, explicação, seja qual for a justificativa, a verdade, sem *lixação*, é que a Petrobrás recorreu a manobra contábil com autorização do Governo.

EMENDA 11 P/02

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Petrobrás fez manobra contábil com autorização do governo

Manobra contábil feita pela Petrobrás para a redução de impostos de 75% sobre

As informações foram divulgadas em um relatório da Comissão de Contas da Petrobrás, que apontou que a empresa realizou uma manobra contábil para reduzir o pagamento de impostos de 75% sobre os lucros. Segundo o relatório, a manobra consistiu em transferir para uma subsidiária o pagamento de juros sobre capital próprio, o que permitiu a redução da base de cálculo dos impostos.



Está o senhor Roberto Moreira, presidente da Petrobrás

A manobra contábil foi realizada pela Petrobrás em conjunto com o governo federal. Segundo o relatório, a empresa recebeu autorização do governo para realizar a transferência dos pagamentos de juros sobre capital próprio para uma subsidiária, o que resultou na redução de 75% do pagamento de impostos.

Essa redução de impostos representa um benefício de R\$ 1,5 bilhão para a Petrobrás. O relatório também aponta que a manobra foi realizada de forma que não gerou prejuízo para o fisco, mas que a redução de impostos pode impactar negativamente a arrecadação de recursos para o governo.

CONTO

Se você precisa de um cartão de crédito, a HSBC é a melhor opção. Com o cartão HSBC, você pode viajar com facilidade e segurança. Além disso, o cartão oferece uma série de benefícios, como seguro viagem e assistência 24 horas.

HSBC

Cartão de Crédito

HSBC Direci

Seu melhor parceiro

Cargo de Gabrielli é alvo da cobrança de todos os partidos

Procedimento da Câmara de Contas aponta que o ministro do governo é o responsável pelo pagamento

Os partidos políticos estão cobrando o ministro do governo por um cargo que ele ocupou anteriormente. Segundo os partidos, o cargo em questão foi criado especificamente para o ministro e não deveria ser pago por ele.

O ministro afirmou que o cargo em questão é uma função de confiança e não deve ser remunerado. Ele também alegou que não houve qualquer acordo com os partidos para a criação do cargo.

A Câmara de Contas está analisando o caso e pode emitir uma decisão favorável aos partidos. Isso poderia resultar na suspensão do pagamento do cargo ao ministro.

O governo se defende afirmando que o cargo em questão é necessário para o funcionamento do ministério. Além disso, o ministro afirmou que não houve qualquer acordo com os partidos.

O caso pode gerar um precedente importante para o pagamento de cargos de confiança em ministérios. Os partidos estão pressionando a Câmara de Contas para que tome uma decisão firme.

Esqueça de pagar impostos, a HSBC é a melhor opção. Com o cartão HSBC, você pode viajar com facilidade e segurança. Além disso, o cartão oferece uma série de benefícios, como seguro viagem e assistência 24 horas.

HSBC **Direci**

Seu melhor parceiro

Petrobrás fez manobra contábil com autorização do governo

Mudança questionada pela Receita permitiu que a estatal adiasse o pagamento de impostos de R\$ 4 bilhões

Sérgio Gobetti e Christiane Samarco, BRASÍLIA

A decisão da Petrobrás de alterar o sistema de cálculo de imposto retroativamente ao início de 2008, no fim do ano passado, teve aval do governo e dos ministros com assento no Conselho de Administração da estatal. E foi o instrumento encontrado pela cúpula da empresa para viabilizar, no auge da crise, a manutenção de um elevado nível de investimentos.

Pinço mais uma frase com aspas, com a qual se tenta dourar a pílula, a título de explicar a manobra, apresentada como *POLÍTICA DE GOVERNO*:

"Trata-se de uma política de governo para manter os investimentos. É melhor do que socorrer a empresa com dinheiro do Tesouro", disse o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), porta-voz do governo nas negociações de ontem para acalmar a oposição e explicar a decisão da empresa."

Cedo as aspas para a correta jornalista Sônia Racy:

Petrobrás não poderia mudar

Se a Petrobrás errou mesmo na sua contabilidade e se a Receita abrir processo para investigar, como fica a situação do ministro Guido Mantega, que é membro do seu conselho de administração e, ierarquicamente, o responsável pela Receita Federal? Indagado a respeito, Everardo Maciel, ex-secretário da Receita, evitou entrar nessa seara.

Da Coluna Direto da Fonte (O Estado de S.Paulo, 12 maio 2009):

A colunista explica, de forma didática o que ocorreu nesse episódio, que não honra a estatal do petróleo. Ela tomou por base o ensinamento de Maciel:

(...) Se uma empresa, para fazer sua declaração de imposto renda, pode, sim, adotar o regime de caixa ou o de competência, desde que o faça pelo ano inteiro.

Isso não muda nada, tem a ver com fluxo financeiro e não com o resultado final. "O que ela não pode é mudar de ideia no meio do ano", explica Maciel, que foi o autor dessa "facilitação" numa MP de 1999, logo depois da adoção do regime de câmbio flutuante.

"Bom – diz mais a jornalista - pelo que se sabe, a Petrobrás mudou sim de ideia no último trimestre."

E conclui, com dois "finalmentes":

Finalmentes 1

O que se pode deduzir da manobra contábil da Petrobrás - que salvou seu balanço divulgado esta semana- é: a estatal enfrenta sério problema de caixa.

Finalmentes 2

Se a Receita deixar passar essa contabilidade da Petrobrás, vai ter que deixar também outras empresas fazerem o mesmo. Sem reclamar.

Uma vez mais, recorro ao noticiário da imprensa, acerca do que de fato se passou:

(...) Em sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em 23 de março, o próprio presidente da empresa, José Sérgio Gabrielli, explicou - com naturalidade - o ajuste contábil que originou os créditos tributários utilizados pela empresa entre dezembro e março. Na ocasião, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) havia questionado Gabrielli sobre os motivos por trás da redução de recolhimento de tributos (detectada desde janeiro pela Receita Federal). "O que aconteceu com todas as empresas brasileiras, não foi só com a Petrobrás, é que durante 2008 nós tivemos uma transição no sistema contábil", disse Gabrielli.

Ao simular a adoção do regime de caixa, a diretoria de Finanças da Petrobrás verificou que poderia reduzir a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), expurgando parte dos ganhos decorrentes da variação cambial do lucro tributável. Essa mudança foi aprovada pelo Conselho de Administração no fim do ano, depois de a empresa já ter recolhido tributos com base no sistema antigo. Por isso, o setor financeiro da empresa levantou um crédito de R\$ 4 bilhões, ou seja, uma diferença que a empresa teria pago a mais e,

portanto, poderia ser compensada nos pagamentos dos meses seguintes.

A oposição firmou ontem a convicção, depois de conversar com lideranças do governo, que a decisão da Petrobrás foi autorizada pelo Planalto e funcionou como "instrumento para amortecer a variação cambial", usando uma brecha na legislação tributária.

Ontem, Mercadante teve um encontro reservado com a bancada de senadores tucanos, pedindo para não levar adiante a ideia de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar supostas irregularidades na Petrobrás, incluindo a alteração no regime de tributação. Em defesa da Petrobrás, o senador prometeu "abrir o jogo" e garantir a transparência reclamada. "A Petrobrás representa hoje 12% do Produto Interno Bruto (PIB) e investe mais do que o Estado", disse o líder petista. Ficou acertado que os dirigentes da empresa darão as explicações necessárias na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE)."

O assunto é grave e está em todos os jornais:

Oposição quer CPI para investigar contas da Petrobras

Objetivo é apurar alteração contábil que permitiu redução de US\$ 4 bi no pagamento de impostos

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O PSDB deve protocolar hoje o pedido de instalação de uma CPI para investigar a Petrobras. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) disse que já reuniu 32 assinaturas, cinco a mais do que o mínimo necessário para a instalação da comissão.

"Não podemos pecar por omissão, isso poderia significar cumplicidade", afirmou Dias.

Um dos objetivos será investigar as alterações contábeis que permitiram à empresa reduzir em R\$ 4 bilhões o pagamento de impostos. A oposição, no entanto, quer discutir eventuais usos políticos de verbas da estatal, como os patrocínios.

A Receita Federal está apurando se o recolhimento de tributos em 2008 está dentro da legalidade. A estatal petrolífera alterou no meio do ano passado seu regime de tributação, o que fez com que acumulasse um crédito tributário que foi usado no primeiro trimestre de 2009 para abater impostos da empresa.

A ameaça de CPI fez o governo se movimentar. O líder do PT, senador Aloizio Mercadante (SP), busca um entendimento com a oposição. Em almoço com os senadores do partido, Mercadante argumentou que o cenário de crise internacional, com dificuldades para obter financiamentos, fez com que a Petrobras usasse uma brecha legal para reduzir o impacto da desvalorização cambial sobre o seu resultado.

"É importante que o Senado cobre explicações e busque informações. Mas isso não deveria levar à CPI da Petrobras. Neste momento, os países estão fortalecendo suas empresas, não o contrário", afirmou o senador petista.

A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou ontem a realização de uma audiência pública com o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, e com a secretária da Receita Federal, Lina Vieira, para discutir as compensações tributárias.

Em meio à disputa, o ministro Edison Lobão (Minas e Energia) saiu em defesa da Petrobras ontem e afirmou que a estatal é "o orgulho nacional" e que não deve ser acusada "daquilo de que não tem culpa".

"A Petrobras é um bem, não um mal. É dever nosso preservar uma empresa nacional desse porte, desta magnitude, dessa envergadura, para que ela sirva aos melhores interesses nacionais. E não podemos desacreditá-la, criticá-la, acusá-la daquilo que não tem culpa", disse o ministro em discurso ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Gabrielli em Paulínia (117 km a noroeste de São Paulo).

Lula, por sua vez, evitou se envolver na polêmica entre a Petrobras e a Receita Federal.

"Não participo da contabilidade da Petrobras. Isso é um problema que depois o presidente da Petrobras pode explicar", disse Lula sobre o assunto.

O texto, de que li o título, está na “Folha de S.Paulo” de hoje.

Em “O Globo”, o que houve foi, sim, lixidão. Diz o jornal:

MANOBRA MILIONARIA

(...) Um artifício permitiu à Petrobrás compensar R\$ 4,38 bilhões em tributos que deixaram de ser pagos entre dezembro de 2008 e março deste ano.

Vale perguntar:

Ao usar artifício para lograr o fisco, não estaria a Petrobrás se lixando diante do contribuinte?

De artifício em artifício, de manobra em manobra, o risco é um só, ou seja, faz-se o que vem à cabeça e o povo que se lixe. Como explica a nota seguinte, que está hoje na mídia:

“ Em O Estado de S.Paulo: Um estudo do Ministério do Planejamento mostra que o governo Lula contratou 100 mil novos servidores em seis anos, dos quais 53,8 mil permaneceram. A folha de pagamento deverá passar de 4,8% do PIB neste ano. O estudo foi pedido pelo presidente Lula para tentar mostrar, na eleição, que o governo acertou ao elevar o salário do funcionalismo porque isso beneficiaria a população.

O governo decidiu usar o crescimento da máquina pública como bandeira eleitoral. Nos seis anos e cinco meses do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o número de servidores ativos teve um aumento de 53.800 - cerca de 100 mil chegaram a ser contratados e a tomar posse, mas quase a metade pediu demissão por uma série de razões, entre elas transferência de local ou aprovação em concursos realizados pelos poderes Judiciário e Legislativo ou por estatais. Os dados são do Ministério do Planejamento.

"O presidente determinou que eu fizesse um estudo sobre a folha de pagamentos e a máquina pública, porque vamos rebater, ponto por ponto, todas as críticas da oposição quanto à nossa opção por fortalecer o funcionalismo", disse o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. "Foi uma opção nossa. Na nossa opinião, é mais correta." Na campanha eleitoral de 2010, o argumento do atual governo será o de que fez uma opção por melhorar o salário do funcionalismo e que isso beneficiou a população. Tentará tirar proveito eleitoral disso.

Com o crescimento da máquina e a substancial melhoria do salário dos servidores públicos - em fevereiro, a média foi de R\$ 6.691,00, contra R\$ 1.154,00 do setor privado -, neste ano a folha de pagamentos de pessoal da União deverá passar dos 4,8% do Produto Interno Bruto (PIB), visto que a previsão é de que este encolherá, admite Paulo Bernardo. Em 2002, último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, a folha de pagamentos representava 4,69% do PIB; em 2008, caiu para 4,25% - apesar do aumento do número de servidores, o PIB também cresceu.

Dos 53.800 servidores que entraram e permaneceram no governo depois de 2003, 36.400 foram usados para substituir terceirizados e consultores que prestavam serviço para o governo federal por intermédio de entidades como a Unesco. Os outros 17.400 reforçaram a Polícia Federal e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Ministério da Educação. O aumento de professores é explicado pelo Planejamento como necessário para atender as 214 novas escolas técnicas federais construídas na atual gestão."

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores

Senhores e senhores Senadores,

Peço a palavra neste momento para falar de algo que, infelizmente, ainda assola parte da população do meu Estado: Hanseníase.

A hanseníase é uma doença infecto- contagiosa crônica causada pelo bacilo de Hansen, que passa de uma pessoa doente, que não esteja em tratamento, para outra, e demora de dois a cinco anos, em geral, para manifestar os primeiros sintomas. A moléstia ataca os nervos das mãos, pés e rosto e, se a pessoa contaminada não receber tratamento, pode ter a mobilidade de dedos das mãos, pés e pálpebras destruídos.

Quando a doença está em estágio avançado, ela pode intervir na capacidade de o doente sentir dor, fazendo com que a pessoa tenha mais chances de se queimar ou se ferir, causando graves infecções. Se o tratamento começa logo, a doença não causa deformidades. O diagnóstico é simples e não depende de exames sofisticados podendo ser realizado em qualquer unidade municipal de saúde.

O Amazonas ocupa hoje o 11º lugar no ranking nacional de novos casos de hanseníase e o município de Manaus, com mais de 1,7 milhões de habitantes, é o detentor do maior número de casos, com 1,6 episódios novos para cada 10 mil habitantes.

O Ministério da Saúde assumiu recentemente o compromisso de alcançar um coeficiente de prevalência de menos de um doente em cada 10 mil habitantes até o ano de 2010.

Mas ao tratar deste tema nesta oportunidade, quero valorizar a iniciativa do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan, que é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 06 de junho de 1981, presente em 100 comunidades pelo Brasil.

O MORHAN tem por objetivo colaborar para a eliminação da hanseníase ajudando na cura, reabilitando e reintegrando socialmente pessoas que contraíram a doença, impedindo que portadores de hanseníase

sofram restrições em seu convívio social, veiculando informações importantes através dos principais meios de comunicação do país. O trabalho da entidade é feito por pacientes, ex-pacientes e pessoas interessadas no combate ao preconceito em torno da doença.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os pronunciamentos de V. Ex^a serão acolhidos e transcritos, na íntegra, nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 14:**

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 1996

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996 (nº 3.777/1997, naquela Casa), do Senador Sérgio Machado, que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor (a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem conter informações ao consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 165-A, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

Discussão das emendas, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Votação em globo das emendas da Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É a seguinte a matéria aprovada:

EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 205, DE 1996 (Nº 3.777/97, naquela Casa)

(De autoria do Senador Sérgio Machado)

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação."

EMENDA Nº 2

Suprima-se o art. 3º do projeto.

EMENDA Nº 3

Dê-se ao parágrafo único do art. 31 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, proposto pelo art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"Art. 1º

'Art. 31.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo, nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével."

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item 15:

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 1999

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1999 (nº 3.469/2000, naquela Casa), de autoria da Senadora Emília Fernandes, que acrescenta artigos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que especifica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77.

Parecer favorável, sob nº 1.156, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior.

Discussão da emenda da Câmara, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora, para a redação final.

É a seguinte a matéria aprovada:

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 1999 (Nº 3.469/2000, naquela Casa)

Acrescenta artigos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que especifica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77."

EMENDA

Suprima-se o art. 2º do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item 16:

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2000

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2000 (nº 4.623/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Osmar Dias, *que altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas.*

Parecer nº 778, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com adequação redacional.

Discussão da emenda da Câmara, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Votação da emenda da Câmara com adequação redacional.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permanecerão sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora, para a redação final.

É a seguinte a matéria aprovada:

**EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2000
(Nº 4.632/2001, naquela casa)**

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas".

EMENDA

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 2º renumerando-se o atual art. 2º para art. 3º:

"Art. 2º Aplicam-se as disposições dos arts. 28-A e 30-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, às concessões de serviços de telecomunicações regidas pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997."

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item 17:

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003 (nº 6.206/2005, naquela Casa), da Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.

Parecer favorável, sob nº 1.018, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Ideli Salvatti.

Discussão das emendas da Câmara, em turno único. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, sobre esse projeto não há acordo. Nós temos uma divergência, ainda, que está sendo dirimida de assessoria para assessoria. Se pudéssemos passar para outro...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência vai sobrestar esse projeto, retirá-lo da Ordem do Dia e passá-lo para uma outra sessão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item 18:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002 (nº 1.043/99, na Casa de origem, do Deputado Dr. Hélio), que dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.

Pareceres favoráveis, sob nºs 274 e 275, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eurípedes Camargo; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Discussão do projeto em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 35, DE 2002

(nº 1.043/1999, na Casa de origem)

Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O documento oficial do Sistema Único de Saúde para atestar a morte de indivíduos, pacientes e não pacientes, é a Declaração de Óbito.

Art. 2º Os estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, e seus respectivos profissionais, ficam obrigados a preencher as Declarações de Óbito referentes às mortes ocorridas em suas dependências.

§ 1º A Declaração de Óbito deve ser preenchida em tantas vias quantas forem determinadas e da forma como for estabelecida pela regulamentação específica.

§ 2º Obrigatoriamente, uma das vias será remetida a cartório de registro civil e outra à secretaria estadual ou municipal de saúde da jurisdição onde ocorreu o óbito.

§ 3º Nas regiões e nos locais onde forem instalados sistemas informatizados de comunicação de informações, os órgãos envolvidos obedecerão ao disposto na respectiva regulamentação.

§ 4º Para a identificação das doenças deve ser usada a Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde, salvo definição alternativa emanada do Sistema Único de Saúde.

Art. 3º Em caso de óbito não hospitalar e na impossibilidade de contar com profissional médico no local, a Declaração de Óbito pode ser preenchida pelo cartório, delegacia de polícia ou outros órgãos oficiais das áreas da justiça ou saúde.

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, o cartório onde for assentado o óbito deve enviar uma das cópias da Declaração de Óbito para a secretaria de saúde estadual ou municipal, conforme dispuser a regulamentação, de sua jurisdição, para fins de elaboração de estatísticas sanitárias.

§ 2º Os cartórios devem realizar todas as ações necessárias para que seja eliminada a subnotificação de registros nos sistemas de informação de mortalidade do sistema de saúde.

Art. 4º Todos os hospitais, e outros estabelecimentos de saúde onde ocorrerem óbitos, devem realizar, mensalmente, estudo da respectiva estatística de óbitos com a finalidade de aperfeiçoar os seus serviços e os registros correspondentes.

Art. 5º As secretarias estaduais e municipais de saúde instalarão comissões ou serviços de investigação e/ou verificação de óbitos visando a resolução de casos de falecimentos por causas mal definidas e a busca da plena notificação dos falecimentos ao Sistema Único de Saúde.

Art. 6º Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, os cartórios e outros órgãos notificadores que descumprirem os preceitos desta lei ficam sujeitos às sanções abaixo especificadas, aplicadas pelos respectivos agentes fiscalizadores:

- I – advertência;
- II – multa de dez a mil salários mínimos;
- III – suspensão de trinta dias a tempo indeterminado;
- IV – suspensão do recebimento de verbas federais, quando cabível;
- V – cancelamento da licença e/ou autorização de funcionamento.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 19:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2005 (nº 3.372/2000, na Casa de origem, do Deputado Osmar Seraglio), que altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências (dispõe sobre alterações no trâmite do processo de cassação de mandato do prefeito pela Câmara de Vereadores).

Parecer favorável, sob nº 400, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do Projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2005 (Nº 3.372/2000, na Casa de Origem)

Altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do art. 5º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

V – concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e, após, a comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer

dos vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral;

.....”(NR)

Art. 2º O art. 5º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 5º

VIII – a superveniência de recesso na Câmara Municipal não suspende a tramitação do processo de que trata este artigo.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Maconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 20:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2005 (nº 4.130/2001, na Casa de origem, do Deputado Orlando Fantazzini), *que revoga o art. 60 da Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, Lei de Contravenções Penais (exclui a mendicância do rol das contravenções penais)*.

Parecer sob nº 401, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Discussão do Projeto e da emenda, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto, sem prejuízo da emenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação da Emenda nº 1, CCJ, de redação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2005, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 754, DE 2009

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2005 (nº 4.130, de 2001, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2005 (nº 4.130, de 2001, na Casa de origem), que revoga o art. 60 da Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, Lei de Contravenções Penais, consolidando a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 16 de junho de 2009. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente – Senador

Mão Santa, Relator – Senador **César Borges** – Senador **Cícero Lucena**

ANEXO AO PARECER Nº 754, DE 2009.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2005 (nº 4.130, de 2001, na Casa de origem).

Revoga o art. 60 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei de Contravenções Penais.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º É revogado o art. 60 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei de Contravenções Penais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em discussão a redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 21:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2005 (nº 3.945/2004, na Casa de origem, do Deputado Manato), que *confere prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos*.

Parecer sob nº 402, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, nos termos da Emenda no 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Discussão do Projeto e da Emenda, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação da Emenda Nº 1, da CCJ, Substitutiva, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o Substitutivo, fica prejudicado o Projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

É o seguinte o Substitutivo aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 81, DE 2005**EMENDA Nº 1 – CCJ (Substitutivo)**

Altera o art. 18 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, o art. 22 da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, e o art. 46 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, para conferir prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 18.

§ 1º A tramitação dos processos e procedimentos relativos à ação, bem como a execução dos respectivos atos e diligências, terão prioridade, em todas as instâncias.

§ 2º O autor da ação requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, a qual determinará as providências a serem cumpridas, anotando essa circunstância em local visível nos autos do processo. (NR)”

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965 (Lei da Ação Popular), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Aplicam-se à ação popular as regras do Código de Processo Civil e da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, naquilo em que não contrariem os dispositivos desta lei, nem a natureza específica da ação. (NR)”

Art. 3º O art. 46 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46. A responsabilidade dos ex-administradores, definida nesta Lei, será apurada em ação própria

§ 1º O órgão do Ministério Público, nos casos de intervenção e liquidação extrajudicial, proporá a ação obrigatoriamente no prazo de trinta dias, a contar da realização do arresto, sob pena de responsabilidade e preclusão da sua iniciativa.

§ 2º Findo o prazo a que se refere o § 1º deste artigo, ficarão os autos em cartório ou no Banco Central do Brasil, conforme o caso, à disposição de qualquer credor, que poderá iniciar a ação nos quinze dias seguintes.

§ 3º Se, no prazo a que se refere a parte final do § 2º deste artigo, ninguém propuser a ação, levantar-se-ão o arresto e a indisponibilidade, remetendo-se os autos do inquérito de volta ao Banco Central do Brasil, se for o caso.

§ 4º Aplica-se à ação para apuração de responsabilidade dos ex-administradores de instituições financeiras, de que trata este artigo, as regras do Código de Processo Civil e da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, no que couber. (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 22:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2005 (nº 1.165/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, e revoga a Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999.*

Pareceres sob nºs 849 e 850, de 2008, das Comissões

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da emenda da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Em discussão o Projeto e a Emenda, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Emenda nº 1 da CMA e da CCJ, substitutivo que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a Emenda nº 1, da CMA e da CCJ, Substitutivo, fica prejudicado o Projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

É o seguinte o Substitutivo aprovado:

EMENDA Nº 1 – CMA/CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2005

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer a obrigatoriedade de as concessionárias e as permissionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, e revoga a Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º

***Parágrafo único.* As concessionárias e as permissionárias de serviços públicos, sob qualquer forma de empreendimento de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, são obrigadas a estabelecer e disponibilizar ao consumidor ou usuário – pessoa física, microempresa ou empresa de pequeno porte – no mínimo seis datas para opção de escolha de vencimento das contas de utilização do serviço, na forma determinada pelos respectivos órgãos de regulação e fiscalização. (NR)**

Art. 7º-B. A concessionária ou permissionária de serviços públicos que desrespeitar os direitos dos usuários e consumidores sujeita-se às sanções previstas nos arts. 56 a 60 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.”

Art. 2º Revoga-se a Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item 23:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006 (nº 5.434/2005, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Gomes), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte (determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis de educação básica).

Parecer sob nº 92, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável com a Emenda nº 1 – CE, que oferece.

Discussão do Projeto e da Emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação do Projeto, sem prejuízo da Emenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação da Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São os seguintes o Projeto e a Emenda aprovados:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2006

(nº 5.434/2005, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26

§ 2º O ensino da arte e da cultura, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 1 – CE

Suprima-se a expressão “e da cultura”, constante do § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 1996, nos termos propostos pelo art. 1º do PLS nº 75, de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 24:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2006 (nº 855/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Sampaio), que altera a redação do §2º do art. 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (dispõe sobre a retirada dos autos para obtenção de cópias).

Parecer favorável, sob nº 150, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valter Pereira.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Discussão do Projeto, em turno único. *(Pausa.)* Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2006 (nº 855/2003, na casa de origem)

Altera a redação do § 2º do art. 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina a retirada dos autos do cartório ou secretaria pelos procuradores para a obtenção de cópias na hipótese de prazo comum às partes.

Art. 2º O § 2º do art. 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40.

§ 2º Sendo comum às partes o prazo, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos, poderão os seus procuradores retirar os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador poderá retirá-los pelo prazo de 1 (uma) hora independentemente de ajuste.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 25:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto)...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aqui, estou sendo orientado pela assessoria da Liderança do Governo. Vários projetos estão sendo apresentados pela Mesa e estão sendo aprovados, mas não houve um acordo para discussão desses projetos que estão sendo aprovados. Estou falando com o Senador Arthur Virgílio, e pedimos para que pelo menos deixemos isso para amanhã, Sr. Presidente, para aprovarmos esses demais projetos, porque a Liderança do Governo me disse que não há acordo com relação aos projetos que estão sendo aprovados logo após a última votação importante, a última votação em que havia acordo entre os Líderes partidários e o Líder do Governo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Delcídio, tenho sido extremamente responsável na condução da Presidência, quando estou no exercício da Presidência. Eu havia conversado anteriormente com o Senador Romero Jucá, que deu uma olhada em todos os projetos e que, ao final, disse-me que não havia problema, que esses projetos eram passíveis de serem votados. Se não houver objeção do Senador Arthur Virgílio, quero votar todos os que forem possíveis, porque a sociedade espera de nós todos agilização do processo legislativo. É claro que o pleito de V. Ex^a será atendido, caso V. Ex^a considere...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, a questão é que foram apresentados pela Liderança do Governo os requerimentos com relação a esses projetos. Eles não foram lidos pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O requerimento será lido. Em relação a esse projeto específico, há um requerimento de adiamento que será lido agora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Mas, se não há consenso, não há problema, encerro a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – AM) – Senador Arthur Virgílio, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também conversei com o Senador Jucá, e S. Ex^a disse que os projetos capitais, para S. Ex^a, eram aqueles três ou quatro primeiros e que havia outros que poderiam ser votados. De minha parte, eu tinha restrições claras, até porque não tenho ainda o sinal verde da assessoria para votar, àquele referente à educação, de autoria da ilustre Senadora Fátima Cleide. Quanto aos demais, nós, do PSDB, não temos nada que obste, nada que impeça o prosseguimento das votações. Não houve acordo formal. Não temos tido reunião de Líderes. O Senado tem vivido uma crise que não lhe tem dado uma vida tranquila para essas deliberações. Mas, de nossa parte, nada há que esteja arranhando os interesses que nós aqui defendemos. Se houver, da parte do Senador Delcídio, algo a obstar, creio que faltaria o consenso. Mas, o Senador Jucá, de fato, ficou de dar essa passada de olhos na lista de projetos e, daqui, saiu muito tranquilo quanto ao fato de que não havia nenhum sinal de alarme.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só gostaria de registrar que há dois requerimentos anteriores que não foram lidos pela Mesa. V. Ex^a citou esse requerimento, mas existem dois requerimentos anteriores que não foram lidos. Esses requerimentos, sim, estariam coerentes com o que o Senador Romero Jucá adiantou para a Mesa Diretora do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Delcídio, a Secretária da Mesa informa que os dois requerimentos foram entregues muito em cima da hora. Mas eles estão aqui para serem lidos, e podemos lê-los imediatamente, inclusive todos os demais.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, no meu entendimento, pelo o que a Liderança do Governo está me dizendo, esses requerimentos teriam de ser lidos antes. Não podemos ler os requerimentos após as votações. Seriam os requerimentos relativos aos Itens 14 e 18, que já foram, inclusive, aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Secretaria informa que chegaram muito em cima da hora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa é matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – De qualquer maneira, Senador Delcídio, procurei agilizar a votação dos projetos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, a informação da Liderança é que os requerimentos chegaram junto com todos os requerimentos que foram entregues à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Delcídio, lamento que isso tenha ocorrido. Não é do meu feitio proceder de maneira equivocada ou que não seja absolutamente transparente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – V. Ex^a tem sido muito correto, Sr. Presidente, mas o que verificamos é que o encaminhamento feito pela Mesa não foi de acordo com as orientações do Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Procurei agilizar a votação de todos esses projetos por que houve um assentimento de parte dos Líderes, especialmente por parte do Senador Romero Jucá. Reafirmo: S. Ex^a veio aqui, eu disse que gostaria de votar o máximo possível, S. Ex^a deu uma olhada e, ao final, disse-me: “Olha, pode tocar”. De qualquer maneira, se V. Ex^a considerar oportuno o encerramento da Ordem do Dia, eu o farei sem constrangimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, mas é matéria vencida o que já foi votado, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Isso, sim. Mas, em relação aos projetos que faltam, posso lê-los devagar, com todo o cuidado, para que S. Ex^a possa retirar aqueles que não sejam consensuais.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pelo que entendi da Liderança, somente um requerimento é que agora teria validade.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há dois requerimentos aqui, Senador Delcídio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Certamente, não referentes a matérias já votadas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Não, não são referentes à matéria já votada. Mas há dois requerimentos aqui que são...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quanto aos requerimentos relativos às matérias que já foram votadas, infelizmente, não há jeito mais. Mas entendo que os demais requerimentos precisam ser lidos e votados, de acordo com o que o Senador Romero Jucá orientou à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Delcídio, em relação a esse projeto de

lei da Câmara de iniciativa do Deputado João Herrmann, há um requerimento que seria lido agora pelo Senador Mão Santa. Em relação ao Item nº 28, também há um requerimento que será lido oportunamente. Apenas em relação aos outros dois, infelizmente, não fui informado. Segundo a Secretária da Mesa, os requerimentos chegaram intempestivamente. Mas aguardo a manifestação de V. Ex^a. Continuamos ou encerramos a Ordem do Dia? Estou disposto a continuar, lendo todos os requerimentos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Desde que lidos os requerimentos, podemos continuar.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Serão lidos.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a deseja... (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item nº 25:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

Há um requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 733, DE 2009

Requeiro nos termos do inciso III do art. 279 do Regimento Interno, o adiamento, por 30 dias, da discussão do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 116, de 2006, constante da pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. _ Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação constante do requerimento aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 27:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2007 (nº 3.138/97, na Casa de origem, do Deputado Júlio Redeker), que *altera o art. 1º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, estendendo as regras desse diploma legal a todas as empresas que venham a contratar ou transferir trabalhadores para prestar serviço no exterior.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 151 e 152, de 2009, das Comissões – de Relações Ex-

teriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos. – de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

Não há requerimentos.

Discussão do Projeto, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 59, DE 2007
(nº 3.138/1997, na Casa de origem)**

Altera o art. 1º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, estendendo as regras desse diploma legal a todas as empresas que venham a contratar ou transferir trabalhadores para prestar serviço no exterior.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O caput do art. 1º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, que dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviço no exterior, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Esta Lei regula a situação de trabalhadores contratados no Brasil ou transferidos por seus empregadores para prestar serviço no exterior.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 28:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica*.

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões – de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e – de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

Há um requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 734, DE 2009

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 279 do Regimento Interno, o adiamento, por 30 dias, da discussão do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 60, de 2007, constante da pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. _ Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Senador Arthur Virgílio deseja fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Será cumprida a deliberação do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 29:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2007 (nº 435/2007, na Casa de origem, da Deputada Elcione Barbalho), que *altera o art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (substitui a expressão: “alienada ou débil mental” por “apresenta deficiência mental”)*.

Parecer sob nº 300, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Wellington Salgado, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

Discussão do Projeto e da emenda, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Votação do projeto, sem prejuízo da emenda.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que o aprovam permaneceram sentados (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação da Emenda nº 1, da CCJ.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que a aprovam permaneceram sentados (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São os seguintes o Projeto e a Emenda aprovados:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2007 (nº 435/2007, na Casa de origem)

Altera o art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei modifica o art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

Art. 2º A alínea b do caput do art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 224.

.....

b) apresenta deficiência mental, e o agente conhecia essa circunstância;

..... "(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 1- CCJ

Dê-se ao art. 224 do Código Penal, de que trata o art. 2º do PLC nº 79, de 2007, a seguinte redação:

Art. 2º.....

"Art. 224.....

.....

b) não tem capacidade suficiente de entendimento para consentir na prática do ato, por doença ou deficiência mental, e o agente conhecia esta circunstância;

..... "(NR)"

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item 30:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 92, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2007 (nº 3.607/2004, na Casa de origem, do Deputado Zequinha Marinho), que inclui na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, a ligação rodoviária entre Redenção/PA e Marabá/PA.

Parecer favorável, sob nº 1.344, de 2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Mário Couto.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Votação do projeto.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2007

(nº 3.607/2004, na Casa de origem)

Inclui na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, a ligação rodoviária entre Redenção/PA e Marabá/PA.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Inclua-se na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, o seguinte trecho rodoviário:

“Ligação do entroncamento da BR-158 em Redenção/PA com o entroncamento da BR-222 em Marabá/PA.”

Parágrafo único. A nomenclatura do novo trecho rodoviário será definida pelo órgão do Poder Executivo responsável pelas questões atinentes ao Plano Nacional de Viação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item 31:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2007 (nº 400/2007, na Casa de origem, do Deputado Dagoberto), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a divulgação dos autos de infração e a cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo.

Parecer favorável, sob nº 1.066, de 2008, da Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Discussão do Projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Votação do projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 116, DE 2007
(nº 400/2007, na Casa de origem)**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a divulgação dos autos de infração e a cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a divulgação dos autos de infração e a cobrança de multas de responsabilidade do ex-proprietário após a transferência de propriedade do veículo.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 280-A:

"Art. 280-A. Todo auto de infração será divulgado, para conhecimento público, nos portais da internet, oficiais, dos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no prazo de 7 (sete) dias contados da ocorrência da autuação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos arts. 281, 282, 285, 286, 288, 289 e 290 deste Código."

Art. 3º O art. 128 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 128

Parágrafo único. Após a expedição do novo Certificado de Registro de Veículo, fica proibido o lançamento de débitos relativos a multas de trânsito de responsabilidade do ex-proprietário do veículo." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 32:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2008 (nº 1.343/99, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.*

Parecer sob nº 697, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH, de redação, que apresenta.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do Projeto e das emendas, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Votação do Projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação das Emendas nºs 1 e 2-CDH, de redação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o parecer da redação final:

PARECER Nº 755, DE 2009

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2008 (nº 1.343, de 1999, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2008 (nº 1.343, de 1999, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de*

diversões às necessidades das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, consolidando as Emendas nºs 1 e 2 – CDH, de redação, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 16 de junho de 2009. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente – Senador **Mão Santa**, Relator – Senador **César Borges** – Senador **Cícero Lucena**

ANEXO AO PARECER Nº 755, DE 2009

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2008 (nº 1.343, de 1999, na Casa de origem).

Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 4º

Parágrafo único. Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item 33:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2008 (nº 1.531/2007, na Casa de origem, da Deputada Janete Capiberibe), que altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações.

Parecer favorável, sob nº 1.092, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Votação do projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 109, DE 2008
(nº 1.531/2007, na Casa de origem)**

Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações, de forma a proteger os passageiros e tripulações do risco de acidentes.

Art. 2º A Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A Sem prejuízo das normas adicionais expedidas pela autoridade marítima, é obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e quaisquer outras partes móveis das embarcações que possam promover riscos à integridade física dos passageiros e da tripulação.

§ 1º O tráfego de embarcação sem o cumprimento do disposto no caput deste artigo sujeita o infrator às medidas administrativas previstas nos incisos I e II do caput do art. 16, bem como às penalidades previstas no art. 25, desta Lei.

§ 2º Em caso de reincidência, a penalidade de multa será multiplicada por 3 (três), além de ser apreendida a embarcação e cancelado o certificado de habilitação.

§ 3º A aplicação das medidas administrativas e das penalidades previstas neste artigo não exime o infrator da devida responsabilização nas esferas cível e criminal.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item 34:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2008 (nº 2.181/2007, na Casa de origem, do Deputado Rogério Lisboa), que dá nova redação aos arts. 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (participação do defensor público na lavratura de escrituras públicas).

Parecer favorável, sob nº 73, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Discussão do Projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Votação do Projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o Projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 110, DE 2008
(nº 2.181/2007, na Casa de origem)**

Dá nova redação aos arts. 982 e 1.124-A da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (participação do defensor público na lavratura de escrituras públicas)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a participação do defensor público na lavratura da escritura pública de inventário e de partilha, de separação consensual e de divórcio consensual.

Art. 2º Os arts. 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 982.

§ 1º O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes interessadas estiverem assistidas por advogado comum ou advogados de cada uma delas ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

§ 2º A escritura e demais atos notariais serão gratuitos àqueles que se declararem pobres sob as penas da lei."(NR)

"Art. 1.124-A.

§ 2º O tabelião somente lavrará a escritura se os contratantes estiverem assistidos por advogado comum ou advogados de cada um deles ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

..... "(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item 35:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2008 (nº 3.446/97, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 65, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Neuto De Conto, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

Discussão do Projeto e das emendas, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Votação do Projeto, sem prejuízo das emendas. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Educação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São os seguintes o Projeto e as Emendas aprovados:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 112, DE 2008
(nº 3.446/1997, na Casa de origem)

Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Todas as escolas da rede pública no País realizarão, anualmente, em período a ser determinado pelas Secretarias Estaduais de Educação, a atividade denominada Semana de Educação para a Vida.

Art. 2º A atividade escolar aludida no art. 1º desta Lei terá duração de 1 (uma) semana e objetivará ministrar conhecimentos relativos a matérias não constantes do currículo obrigatório, tais como: ecologia e meio ambiente, educação para o trânsito, sexualidade, prevenção contra doenças transmissíveis, direito do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente etc.

Art. 3º A Semana de Educação para a Vida fará parte, anualmente, do Calendário Escolar e deverá ser aberta para a participação dos pais de alunos e da comunidade em geral.

Art. 4º As matérias, durante a Semana de Educação para a Vida, poderão ser ministradas sob a forma de seminários, palestras, exposições-visita, projeções de slides, filmes ou qualquer outra forma não convencional.

Parágrafo único. Os convidados pelas Secretarias Estaduais de Educação para ministrar as matérias da Semana de Educação para a Vida deverão possuir comprovado nível de conhecimento sobre os assuntos a serem abordados.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1- CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2008, a seguinte redação:

“Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências.”

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2- CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º Todas as escolas de ensino fundamental e médio da rede pública no País, realizarão, em período a ser determinado pelas Secretarias Estaduais de Educação, a atividade denominada Semana de Educação para a Vida.”

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item 36:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2008 (nº 2.379/2007, na Casa de origem, do Deputado Regis de Oliveira), que *dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais*.

Parecer favorável, sob nº 155, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do Projeto, em turno único. *(Pausa.)*
Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 153, DE 2008
(nº 2.379/2007, na Casa de origem)

Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os requisitos obrigatórios que devem constar das certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição, serviços extrajudiciais, e pelos Distribuidores Judiciais.

Art. 2º Os Ofícios do Registro de Distribuição, serviços extrajudiciais, e os Distribuidores Judiciais farão constar em suas certidões, obrigatoriamente, a distribuição dos feitos ajuizados ao Poder Judiciário e o resumo de suas respectivas sentenças criminais condenatórias e, na forma da Lei, as baixas e as sentenças absolutórias, quando requeridas.

Parágrafo único. Deverão constar das certidões referidas no caput deste artigo os seguintes dados de identificação, salvo aqueles que não forem disponibilizados pelo Poder Judiciário:

- I** - nome completo do réu, pessoa natural ou jurídica, proibido o uso de abreviações;
- II** - nacionalidade;
- III** - estado civil;
- IV** - número do documento de identidade e órgão expedidor;
- V** - número de inscrição do CPF ou CNPJ;
- VI** - filiação da pessoa natural;
- VII** - residência ou domicílio, se pessoa natural, e sede, se pessoa jurídica;
- VIII** - data da distribuição do feito;
- IX** - tipo da ação;
- X** - Ofício do Registro de Distribuição ou Distribuidor Judicial competente; e
- XI** - resumo da sentença criminal absolutória ou condenatória, ou o seu arquivamento.

Art. 3º É obrigatória a comunicação pelos Órgãos e Juízos competentes, em consonância com a legislação de cada Estado-membro, aos Ofícios do Registro de Distribuição ou Distribuidores Judiciais do teor das sentenças criminais absolutórias ou condenatórias, para o devido registro e as anotações de praxe.

Art. 4º Os Registradores de feitos ajuizados responderão civil e criminalmente, na forma do disposto no inciso I do caput do art. 31 e no art. 32 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, por danos causados a terceiros, decorrentes da omissão em sua certificação das exigências contidas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre este item, há requerimento, Senador Delcídio.

Item 37:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 193, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008 (nº 6.238/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomano), que *acrescenta inciso IV ao § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para reclamações por vícios aparentes ou de fácil constatação)*.

Parecer sob nº 197, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gilberto Goellner, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 735, DE 2009

Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 99, do Regimento Interno, que sobre o PLS nº 193, de 2008, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. _ Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está retirado da pauta, e será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 40:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 288, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2008 (nº 67/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006*.

Parecer favorável, sob nº 645, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Eduardo Suplicy.

Em discussão o Projeto, em turno único. *(Pausa.)* Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, só para registrar que eu tenho muita curiosidade em saber que colaboração pode o Brasil estar fazendo com o Afeganistão.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Solicito à Secretaria da Mesa que informe a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Que me mande...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A matéria vai à promulgação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Na pior das hipóteses, eu mando para o “Casseta e Planeta”.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – De qualquer maneira, quero agradecer aos Senadores presentes pela colaboração para que o Senado possa ter esta pauta, esta agenda positiva. Nós estamos tendo a oportunidade de deliberar hoje sobre dezenas de matérias muito importantes para o País.

É o seguinte o projeto aprovado:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 288, DE 2008
(nº 67/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Acordo encontra-se publicado, na íntegra, no DSF de 13/11/2008.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item 41:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 64, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2009 (nº 2.378/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.*

Parecer favorável, sob nº 646, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

Em discussão o Projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o Projeto aprovado:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 64, DE 2009
(nº 2.378/2006, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 4º da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Acordo encontra-se publicado, na íntegra, no DSF de 13/03/2009.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item 42:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 66, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2009 (nº 27/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, com vistas na sua entrada em vigor no Brasil.*

Parecer sob nº 647, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Patrícia Saboya, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, de redação.

Em discussão o Projeto e a emenda, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Em votação o Projeto, sem prejuízo da emenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação da Emenda nº1 – CRE, de redação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São os seguintes o Projeto e a Emenda aprovados:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 66, DE 2009
(nº 27/2007, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, com vistas na sua entrada em vigor no Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, com vistas na sua entrada em vigor no Brasil, efetuando-se as correções a seguir especificadas na tradução do texto autêntico em inglês para o português:

I – compatibilize-se com o texto original em inglês a tradução para o português do algoritmo do Anexo 2, incluindo-se os termos, as notas de rodapé e a seta faltantes;

II – substitua-se, na tradução para o português, a expressão de interesse internacional por de importância internacional no título do Anexo 2 e exemplos;

III - substitua-se, na tradução para o português, a expressão certificado de dispensa de saneamento por certificado de dispensa sanitária no Anexo 3;

IV - substitua-se, na tradução para o português, a expressão certificado de controle de sanidade ou certificado de controle e saneamento por certificado de controle sanitário nos Anexos 3, 4 e 5;

V - substitua-se a expressão veículo por meio de transporte nos Anexos 4 e 5;

VI - substitua-se, na tradução para o português, a expressão sanitária por de saúde nos Anexos 4, 5 e 9.

Art. 2º Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Regulamento Sanitário Internacional, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Acordo encontra-se publicado, na íntegra, no DSF de 13/03/2009.

EMENDA Nº04- CRE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2009, a seguinte redação:

"Aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005."

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Delcídio, quanto ao Item 43, há um requerimento.

Item 43:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 736, DE 2009

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 279 do Regimento Interno, o adiamento, por 30 dias, da discussão do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 226, de 2006, constante da pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Também há requerimento sobre a mesa quanto ao próximo item.

Item 44:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Si-

mon, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.*

Parecer sob nº 399, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 737, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 104-A, do Regimento Interno, que sobre o PLC 315, de 2003 – Complementar, seja ouvida a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 45:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável.

vel, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 738, DE 2009

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 279 do Regimento Interno, o adiamento, por 30 dias, da discussão do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 382, de 2003, constante da pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item 46:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 739, DE 2009

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 279 do Regimento Interno, o adiamento, por 30 dias, da discussão do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 185, de 2004, constante da pauta da Ordem do dia da presente sessão.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Retiro o Projeto de Lei Complementar do Senado nº 140, que é o Item nº 47, por falta de quórum para deliberação.

É o seguinte o item retirado:

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007 – Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1 – CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2 – Plen): favorável, nos termos da Subemenda que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há requerimento sobre a mesa relativo ao próximo item.

Item 48:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 566, DE 2007

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 2008*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2007, de autoria do Senador Neuto De Conto, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para regular a cobrança de anuidades pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Pareceres sob nº 832 e 833, de 2008, e 202 e 203, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com emendas 1 a 4-CCJ, que oferece; 2º pronunciamento (sobre a emenda nº 5-Plen): favorável.

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma, 1º pronunciamento

(sobre o Projeto): favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a emenda nº 5-Plen): favorável.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 740, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 102-A, do Regimento Interno, o adiamento sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 566, de 2007, seja ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Será cumprida a deliberação do Plenário.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a sessão deliberativa ordinária de amanhã:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador César Borges, que *altera a redação do art. 29-A da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.*

Pareceres sob nºs 417 e 713, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valter Pereira, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas de Plenário): favorável à Emenda nº 2-Plen, com Subemendas nº 1 e 2-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3-Plen.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vã-

nia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).*

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Foi lido anteriormente o **Requerimento nº 543, de 2009**, de iniciativa do Senador Gim Argello e outros Srs. Senadores e Senadoras, solicitando a realização de sessão especial em comemoração ao Dia do Corretor de Imóveis, a ser realizada no dia 3 de setembro, às onze horas.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Mais uma vez, gostaria de cumprimentar os Exm^{os} Srs. Senadores pela colaboração imprescindível, para que pudéssemos cumprir toda esta pauta dentro desta agenda positiva, votando todos os projetos que estavam sobre a mesa, à exceção daqueles que voltam às Comissões.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, parabeno V. Ex^a pela produtividade, pela capacidade

de trabalho. O Senado precisa mesmo disto: tocar a pauta positiva adiante. Os projetos que não eram de consenso, com exceção daqueles dois do equívoco, no qual todos laboramos sem nenhuma premeditação de parte alguma, até porque não era um projeto em que uma parte levasse vantagem sobre a outra. Mas, afora isso, houve consenso, o que tinha de ser retirado o foi. Alguns, por iniciativa do Governo, outros, por iniciativa da Oposição, a partir do alerta que fiz.

Sr. Presidente, também tenho aqui uma pequena pauta que gostaria que V. Ex^a mandasse acolher nos Anais. Esse pronunciamento é dedicado ao livro *Manaus – Entre o Passado e o Presente*. Uma obra esplêndida, no dizer do prefaciador Márcio Souza, que é um grande romancista deste País, traduzido em várias línguas. Ele se refere ao primoroso livro do publicitário Durango Duarte, que é gaúcho de nascimento, manauara de coração; quase 300 páginas, é um guia histórico e cultural da cidade. Não tenho dúvida nenhuma de que é o maior trabalho de pesquisa que já se fez sobre Manaus. Portanto, aqui saúdo o publicitário Durango Duarte, para quem já solicitei, em outra ocasião, um voto de aplauso.

Peço que publique também na íntegra, Sr. Presidente, a matéria da jornalista Ângela Segadilha, do **jornal Amazonas em Tempo**, intitulada, “A Marinha leva socorro ao interior”, que vem com elogio à Marinha e com as opiniões do Dr. Evandro Melo, que foi meu Secretário de Saúde. É uma figura que hoje serve à Fundação de Vigilância de Saúde com a mesma disposição, com o mesmo espírito público.

Do mesmo modo, que os Anais acolham na íntegra a denúncia de que, no meu Estado, século XXI, há pessoas ainda vítimas do bacilo de Hansen, ou seja, da hanseníase, da lepra, trocando em miúdos. Dói muito, porque temos cerca de 1,6 episódios novos para cada dez mil habitantes, ou seja, o Amazonas ocupa hoje o 11º lugar no *ranking* nacional de novos casos de hanseníases. A matéria diz novos casos. Aqui saúdo o trabalho do Morhan e digo que lamentamos muito o fato de que é uma doença evitável facilmente: higiene e moradia decente.

Ainda, Sr. Presidente, o registro de que Manaus... Copa no Brasil sem a Amazônia não teria sentido, e Copa no Amazonas sem Manaus – sem nenhum desdouro para a capital do Pará, que estimo tanto e que visitarei na quinta-feira, por ocasião do casamento do Senador Mário Couto – não teria sentido. Não houve concorrência com Belém. Houve o fato de que Manaus, por ter 98% da sua cobertura florestal poupados em função da Zona Franca de Manaus, do Polo Industrial de Manaus, credenciou-se a uma análise não política, fria, objetiva da Fifa. Agora, é arregaçar as mangas, para preparar a cidade para esse grande evento.

Ainda, Sr. Presidente, uma boa notícia do setor industrial de duas rodas – que é o segundo polo do Polo Industrial de Manaus –, que dá sinais de recuperação, mesmo com números modestos. O crescimento, no último trimestre, das exportações foi de 13,2%; da produção total do Polo Industrial de Manaus, de 11,1%; do polo de duas rodas, 7,1%. Isso é um bom sinal. Significa que, com novos modelos e com financiamentos de até 100% do valor, com prazo de 24, 36 e 48 meses, esperamos bons resultados no Polo Industrial de Manaus no setor de duas rodas.

E ainda, Sr. Presidente, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Inpa, revelou, há pouco, resultados de pesquisas com mangarataia, o conhecido gengibre, erva largamente produzida no Amazonas. O pesquisador Carlos Cleomir Pinheiro assevera que o gengibre produzido sob forma de cápsulas pode inibir a reprodução de células cancerígenas, até mesmo substituindo, com vantagem, a quimioterapia.

Finalmente, uma notícia do esporte: Manaus é o segundo polo no Brasil e o segundo polo mundial em jiu-jitsu. Uma figura exemplar, de 30 anos de idade, Matheus Segadilha, campeão da categoria leve, até 76 quilos, pelo quinto ano seguido, mantém-se dentro daquele esquema competitivo. Afinal, ele enfrentou Ângelo Carioca, que é outra figura muito respeitada no meio das artes marciais no Estado do Amazonas e no País.

Então, Matheus Segadilha se tornou, mais uma vez, pela quinta vez consecutiva, invicto – ele, que já é detentor de 79 medalhas –, campeão carioca. Isso significa dizer que ele se credencia a ser campeão brasileiro; significa dizer que ele se credencia a ser campeão panamericano, campeão mundial, porque Manaus é o segundo polo mundial nesse esporte. É um esporte muito popular. Lá, talvez mais popular que o futebol, para V. Ex^a ter uma ideia da importância do feito do Matheus Segadilha.

Peço a V. Ex^a que solicite à Mesa que acolha, na íntegra, esses pronunciamentos, que representam o meu dever – é uma prestação de contas – para com a minha terra nas viagens que faço lá, recolhendo de lá sempre lições preciosas de um povo que não precisa ler muito para ser muito sábio. O meu povo é muito sábio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Praça, a Igreja Matriz e, às vezes, o campo de futebol. É sempre por aí que começam os relatos históricos das cidades brasileiras.

É assim que Durango Duarte começa a descrever a Capital do Amazonas, em seu recém-lançado e primoroso livro “Manaus – Entre o Passado e o Presente”, uma obra “esplêndida”, no dizer do prefaciador Márcio Souza.

É com a praça que ele inicia sua primorosa descrição. E, como feliz coincidência, “no caso de Manaus, a primeira praça pública localizava-se nas proximidades da antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e do fortim de S. José da Barra do Rio Negro, marco inicial da ocupação da cidade.”

Se, nesse começo de livro, não aparece o estádio de futebol, em letras, ele está ao lado, na página seguinte, inaugurando as ilustrações: é o Estádio General Osório, da década de 60.

As “Praças”, capítulo inicial do livro de Durango, tomam 50 páginas, com texto e fotos. Feliz a cidade que tem tantas praças, pois, afinal, já se disse que “a praça é do povo”.

Com quase 300 páginas, “Manaus – Entre o Passado e o Presente”, avisa o autor na capa, é um *guia histórico e cultural da cidade*.

Conheço Durango Duarte e, por conhecê-lo, não esperaria nada que não tivesse qualidade e zelo, como seu livro, para mim, mais do que simples guia, é um inventário completo da cidade de Manaus. Ele a descreve com texto que permite incluí-lo como autêntico e sincero historiador.

Durango tem enorme peso intelectual no Amazonas, como empresário de êxito em nossa Capital. Seu livro reafirma seu lado de historiador, como intelectual zeloso. A com a qual o Amazonas comprova que, também na área editorial, produz livros com padrão de qualidade. A obra foi produzida em Manaus e ali impressa.

Encerro, com cumprimentos a Durango Duarte e a todos que com ele colaboraram para que a obra aqui mencionada pudesse ser editada.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Marinha leva socorro ao interior”, publicada no **jornal Amazonas** em Tempo, em sua edição de 17 de maio do corrente.

A matéria, de autoria da jornalista Ângela Segadilha, trata do quadro inédito gerado no interior do Amazonas devido às enchentes ocorridas este ano. Como a zona urbana das cidades, às margens dos rios, está 100% inundada, seus moradores estão sendo obrigados a se mudarem para a zona rural. Essa migração forçada pode vir acarretar um quadro de risco à saúde da população, que está deixando a Fundação de Vigilância em Saúde (FVS) em estado de alerta.

Em entrevista concedida ao jornal, o presidente da FVS, médico Evandro Melo, relata que para solucionar esse problema, a população vai contar com o apoio da Marinha do Brasil, que está montando uma verdadeira operação de guerra para atuar no controle de epidemias, utilizando lanchas, helicópteros e cinco navios-hospitais em vários municípios.

De acordo com Evandro Melo, a Fundação de Vigilância em Saúde está realizando levantamentos de potencial de riscos de diversas doenças, no intuito de alertar o governo do Estado e indicar providências em relação às consequências da enchente na saúde da população.

Destaco, para concluir, o excelente trabalho que a FVS tem desenvolvido para levar a ajuda necessária a essas comunidades atingidas pela cheia e a importante

parceria com a Marinha nessa ação de socorro, que contribuirá na erradicação e controle de endemias na região.

Sr. Presidente, para concluir requero que a matéria acima citada seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Marinha leva socorro ao interior

A enchente deste ano está gerando um quadro inédito no interior do Amazonas, com a zona urbana das cidades fincadas às margens dos rios 100% inundada e seus moradores sendo transferidos para a zona rural. Essa migração forçada pode acarretar um quadro de risco à saúde da população, que está deixando a Fundação de Vigilância em Saúde (FVS) em estado de alerta. O presidente da FVS, médico Evandro Melo, fala nest e entrevista que o controle desse quadro vai contar com um parceiro especial: a Marinha do Brasil, que normalmente já faz atendimentos no interior do Estado, mas agora está montando uma operação de guerra para atuar no controle de epidemias, levando nada menos que cinco navios-hospitais, helicópteros e lanchas para vários municípios. Confira.

ANGELA SEGADINHA

Equipe do EM TEMPO

aiendrea@emtempo.com.br

EM TEMPO - Quais os reflexos da subida das águas na saúde das populações do interior, no atual momento da enchente?

EVANDRO MELO - A subida das águas, tríplicou as condições sanitárias em locais como as localidades do interior do Amazonas, sobretudo naquelas cidades em que até a área urbana está embaixo d'água. Com isso, o grau de dificuldade dos órgãos ligados à saúde pública também aumenta, mas, é vital vencermos todos os desafios a fim de preservarmos prioritariamente a vida humana. Qualquer preocupação que não seja com a saúde da população, neste momento de tensão, por causa da enchente, é secundária. As pessoas estão sob forte impacto. A tensão e o sofrimento predominam em todo o interior, porque centenas de famílias perderam seus pertences e podem também perder a vida se não forem assistidas na questão da saúde. Então a Fundação de Vigilância em Saúde está realizando um mapeamento, a fim de alertar o governo do Estado e indicar providências em relação às consequências da enchente na saúde da população e, por outro lado, outras providências são tomadas pela Defesa Civil que alerta sobre o risco social e presta assistência a quem precisa.

ET - Como a FVS se preparou para essa contingência?

EM - Desde que as águas começaram a subir, a FVS aumentou o contingente de pessoal e passou a disponibilizar mais estruturas em todo o Estado, como lanchas, para levar atendimento e orientação às comunidades atingidas pela cheia e reforço na questão da imunização, diagnóstico e tratamento às principais doenças endêmicas, principalmente nas zonas rurais.

ET - Quais são as localidades que merecem maior atenção ou até mesmo atendimento prioritário neste momento?

EM - As áreas que requerem ações de remoção e avaliação imediata dos riscos. Por exemplo, aquelas cidades em que as

pessoas estão saindo da área urbana para área rural por força da subida das águas, como é o caso de Barreirinha e Anamá, fazendo o mapeamento do risco da área e dando início imediato ao processo de vacinação contra febre amarela, contra as hepatites, mal de Chagas, entre outros.

ET - O governo do Estado firmou parceria com a Marinha do Brasil para levar toda estrutura hospitalar às populações do interior atingidas pelas águas. Quais os municípios que serão atendidos?

EM - A Marinha do Brasil será nossa grande parceira nessa ação de socorro ao interior e ajudará com a operação que terá início neste domingo (17) e termina no

dia 2 de junho. Serão cinco navios que saem de Manaus, rumo aos municípios de Anamá, Borba, Barreirinha, Itacoatiara e Parintins, para atender a população ribeirinha e as pessoas que se deslocaram dos centros urbanos tomados pelas águas, para áreas rurais.

ET - Que tipo de atendimento será prestado à população durante a permanência desses navios nas cidades?

EM - Sobre tudo serão realizados atendimento médico preventivo e emergencial, nas áreas odontológica, ambulatorial, exames laboratoriais, vacinação e até a realização de pequenas cirurgias de emergência. Além disso, se houver necessidade, existe todo um aparato para que sejam realizadas remoções de emergência aérea.

ET - A expedição terá também pesquisa de campo para avaliar a saúde do povo que mora no interior atingido pela enchente?

EM - Serão realizados levantamentos de potencial de risco de doenças como febre amarela, leishmaniose, leptospirose, malária, diarreias, tétano e outras, como a identificação de locais de baixo risco de doenças para os acampamentos dos desabrigados, notificação de doenças provenientes da cadeia de distribuição de hipoclorito, medicamentos conforme receita médica, cloração de água para lavagem de objetos.

ET - Haverá atendimento fluvial e aéreo?

EM - São três navios-patrolha fluviais, dois navios-hospitais, dez barcos rápidos para deslocamento de profissionais às comunidades e com três helicópteros, numa megaoperação de atendimento e socorro que chega em tempo de atender às pessoas que passam por muita aflição, devido à perda das suas casas, plantações

e animais.

ET - Quantos profissionais estão envolvidos nessa operação?

EM - São cinquenta profissionais, prioritariamente da área da saúde como especialistas médicos, enfermeiro, odontólogos, farmacêutico, biólogo e médico veterinário, biólogo, técnico de enfermagem, técnico em vigilância sanitária e vacinadores, além de engenheiro agrônomo.

ET - Com relação a malária no interior do Estado, qual o cenário atual?

EM - Neste quadrimestre, tivemos uma redução de 43% em relação ao índice de malária no interior registrado ano passado. Isso se deve principalmente ao trabalho que vem sendo realizado pela FVS em 1.050 pontos instalados nos 62 municípios, onde a população faz o diagnóstico e tratamento de malária. Leishmaniose, filária (doença transmitida pelo verme existente no mosquito pium) e doença de Chagas.

Como a Marinha trabalha

Os Navios de Assistência Hospitalar (NASH) são tripulados pelo pessoal da Marinha e levam às populações ribeirinhas e indígenas da Amazônia assistência regular de saúde e saneamento básico.

Nenhuma outra região do Brasil recebe esse tipo de atenção, apenas na região amazônica, englobando os Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Nas demais regiões do país, os navios da Marinha desenvolvem ações de assistência cívico-social.

A área de atuação dos navios engloba praticamente metade do território nacional, com mais de 20 mil quilômetros de vias navegáveis. Assim, dependendo da distância do pólo de saúde a partir da Base da Marinha em Manaus, os Navios de Assistência Hospitalar podem permanecer em viagem de 25 dias até quatro meses.

Os navios-hospitais utilizados são o NASH "Dr. Montenegro" (U-16), NASH "Oswaldo Cruz" (U-18) e o NASH "Carlos Chagas" (U-19), além de lanchas e helicópteros de emprego geral, tipo UH-12 Esquilo.

Esses navios contam com salas de parto e de cirurgia, equipamentos de raios-X, espirometro, refletor, eletrocardiograma, ambulatórios médicos, gabinetes odontológicos completos, enfermarias, laboratórios de análises clínicas e farmácias. Possuem acomodações para equipes de até 20 profissionais de saúde, incluindo médicos, dentistas, farmacêuticos, enfermeiros e vacinadores, todos pertencentes aos quadros da Marinha.

Além dos atendimentos médico, odontológico, preventivo e corretivo, de vacinação e da realização de exames laboratoriais, as equipes da Marinha oferecem palestras sobre orientações para gestantes, hábitos de higiene corporal e bucal, hábitos alimentares e higiene doméstica, particularmente voltada à destinação dos dejetos sanitários visando à preservação do meio ambiente.

Em parceria com os órgãos públicos de saúde, os navios realizam inúmeras ações voltadas aos programas de imunizações, combate à desnutrição infantil, educação alimentar, prevenção e tratamento de doenças diarreicas, prevenção e tratamento das parasitoses intestinais, assistência pré-natal, prevenção do câncer do colo de útero e bucal, prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), prevenção da dengue, diagnóstico e tratamento da hipertensão arterial e do diabetes, saúde das populações indígenas, formação e reciclagem de agentes comunitários de Saúde, e prevenção de doenças profissionais e acidentes de trabalho.

Contribuem também, para a execução de programas específicos de erradicação e controle das principais endemias da Região Norte, como a malária, a Hanseníase, diagnóstico e tratamento da tuberculose, leishmaniose e das hepatites B e D, além do controle dos vetores da febre amarela silvestre e da dengue.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a indicação de Manaus, como uma das 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, foi uma escolha natural. Passados os momentos de certa euforia que antecederam o anúncio, pela FIFA, reafirmo, agora desta tribuna, o que antecipei em artigo que escrevi na sexta-feira, quando recebi a confirmação da inclusão de Manaus na Copa.

Pela leitura do artigo, publicado pelo *Diário do Amazonas* no domingo, os manauaras ficaram, pois, sabendo da grata notícia antes mesmo da informação oficial, transmitida só à tarde, das Bahamas.

Não é correto dizer que, em torno da vaga, existia disputa entre Manaus e Belém. Claro que a Capital do Pará também dispõe de condições muito boas, mas é inegável que Manaus é a porta de entrada na Amazônia, que inclui o Pará.

O turismo, só para lembrar um aspecto, é de inegável importância para o Brasil. Já temos como pontos de atração, afora o campeão, Rio de Janeiro, outros cenários também maravilhosos, como Foz do Iguaçu, vice-campeão, além do imenso litoral, com praias invejáveis, como Natal, Maceió, Fortaleza, Pernambuco, Bahia, para não se falar, uma vez mais, no próprio Rio, cartão de visita insuperável do Brasil.

Hoje, no entanto, para alavancar projetos que contribuam para consolidar o desenvolvimento nacional, sustentam os estrategistas que o mais razoável, na área do turismo, é ir ao encontro da demanda. E a demanda diz que o chamado turismo ecológico é bom chamariz. Turismo-natureza, para o tão desejável reencontro do homem com a terra.

O Amazonas oferece o que de melhor possa existir nesses aspectos: a começar pela nossa Floresta Maior, pelos Rios que se perdem de vista e entrecortam a mata, numa terra que se orgulha de manter intocáveis 98% da cobertura florestal, para a qual se voltam os olhares do mundo.

A combinação Floresta/Biodiversidade e Futebol é perfeita e o Amazonas, com a Capital Manaus, oferecerá motivação insuperável para prolongar a permanência do turista que virá para assistir aos jogos.

Ganha o Amazonas, ganha também o Pará e os demais Estados do Norte, que formam a Amazônia. E ganha o Brasil, que passará, não se tenha dúvida, a contar com um segundo e irresistível cartão de visita turístico, ao lado do insuperável Rio.

Repito o que disse no artigo de domingo, para reforçar a crença de que a Copa em Manaus é alavanca para investimentos com segurança, saneamento, transporte, praças, parques e comunicação. Quanto a este último item, chega a ser inadmissível nosso

lanternismo em banda larga, numa fase em que é espantoso o avanço da Internet, com previsões, já em vias de concretização, até mesmo em transmissão em três dimensões.

Lembro, como já disse no artigo, que a época da Copa coincide com as cheias na Amazônia, de beleza singular, preenchendo as reentrâncias das margens e os olhos dos visitantes.

É espetáculo bonito, sim. Como um gol bem articulado, que balança as redes e as emoções do torcedor. Mas é preciso, desde logo, arregaçar as mangas e implantar obras de infraestrutura que evitem o triste e desolador episódio de ribeirinhos mergulhando em igarapés lotados de lixo, um risco muito grande de epidemias.

Não dispomos de muito tempo para começar o trabalho rumo à Copa. Creio, no entanto, que os projetos poderiam agregar ao conjunto arquitetônico do nosso *Vivaldão*, que deveria mudar o nome para Estádio da Amazônia ou algo que lembre a mais estratégica e importante região do Globo.

Um de meus Assessores, que já foi professor universitário na UnB, sugere que os estádios, todos monumentais, possam ser aproveitados para o Ensino, com salas de aulas de múltiplas funções, muitas até mesmo abertas ou paralelas a pistas de atletismo.

É uma idéia possível. Nada fantasiosa. Afinal, os jogos de futebol e de outras modalidades só ocorrem aos sábados e domingos. Às quartas-feiras, sempre são à noite. Aí está, pois e sem dúvida, a conciliação perfeita entre Esporte e Educação. No primeiro, somos campeões. No segundo, temos que avançar muito.

Mais do que possível, a idéia apresenta-se como desafio aos amazonenses, a começar pelos arquitetos e pedagogos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

E que a vitória, na Copa, sorria para a seleção canarinho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a boa notícia vem de Manaus: o setor industrial de duas rodas, isto é, de motocicletas, dá sinais de recuperação, com aumento, mesmo modesto, na produção de motos no Pólo Industrial de Manaus, o PIM.

É o que assegura a Associação Brasileira dos Fabricantes de motocicletas, ciclomotores, motonetas, bicicletas e similares. As vendas das fábricas, nos três primeiros meses do ano, indicam elevação de 7,1% no volume, num período em que a produção total do PIM cresceu 11,1% e as exportações 13,2%, também no primeiro trimestre.

Os bons resultados, ainda segundo a Abraciclo, devem-se à redução nos percentuais do IPI, à abertura de novas linhas de crédito e ao lançamento de modelos novos.

De acordo com dados da entidade, a compra de motos pode ser financiada em até cem por cento do valor e em prazos de 24,36 ou 48 meses.

Esperemos que os bons resultados do PIM se ampliem, para que a recuperação da economia possa ser alcançada o mais breve possível.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como órgão de indiscutível conceito nos meios científicos do País, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o INPA, revelou há pouco os resultados de pesquisas da Mangarataia, o conhecido gengibre, erva largamente produzida no Amazonas.

Não sou médico, mas amparo-me em afirmativas do pesquisador Carlos Cleomir Pinheiro, para quem o gengibre, que o INPA passa agora a produzir em forma de cápsulas, pode inibir a reprodução de células cancerígenas, até mesmo substituindo, com vantagem, a quimioterapia.

O biólogo amazonense, responsável por esses estudos e pesquisas do INPA, sustenta que o tratamento de quimioterapia a que se submete a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, poderia ser substituído pelo uso desse tipo específico de gengibre, a espécie Zerumbona, a mais comum no Amazonas.

As cápsulas do INPA, com 99,95% de pureza, seriam capazes de inibir e reprodução de células cancerígenas em linfomas, sem atingir as células normais, sem efeitos colaterais, portanto.

Cleomir diz ainda que as cápsulas são igualmente eficientes no combate à AIDS, “mas – como notou – até hoje nenhum oncologista nos procurou”.

Essas informações constam de excelente reportagem da repórter Marina Guedes, publicada no final do mês pelo jornal “A Crítica”, de Manaus.

A jornalista reproduz na matéria dados acerca do tratamento a que se submete a professora Evenilse Macedo, moradora da região Coroadó, na zona Leste de Manaus. Ela decidiu tomar as cápsulas de gengibre como alternativa no tratamento de tumor na região do pescoço. Evenilse ainda se submete à quimioterapia, mas se sente melhor desde que passou a tomar cápsulas de gengibre.

Encerro, com aplausos ao INPA por mais essa pesquisa avançada. E faço votos para que o gengibre possa realmente contribuir para curar pacientes de câncer.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os cumprimentos da Mesa a V. Ex^a, tão atencioso e tão preocupado permanentemente com as questões relativas ao seu Estado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os pronunciamentos serão, de acordo com o Regimento Interno, lidos na íntegra.

Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, só uma informação. Amanhã, a PEC nº 47...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A PEC nº 47 é o primeiro item da pauta; logo após, as autoridades.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – E, logo depois, as autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Logo após, as autoridades.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Está limpa a pauta?

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Às 15 horas.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Às 15 horas?

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Às 15 horas. Vamos aproveitar esses dois dias, para que a pauta esteja completamente limpa. Vamos votar todos os projetos possíveis, especialmente os consensuais. Na quinta-feira, serão lidas as outras medidas provisórias, com o objetivo de darmos seguimento à deliberação de matérias importantes para o Senado, para a Câmara, para o Congresso Nacional, para o País, para a sociedade de maneira geral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, quero só registrar aqui o trabalho de V. Ex^a, a determinação, a competência. Conheço bem V. Ex^a. Sei do trabalho que desenvolve não só por Goiás, mas por todo o Brasil. Quero cumprimentá-lo pela sessão de hoje. Exaurimos a pauta.

Quero cumprimentar também o nosso querido Senador Mão Santa, que o secretariou, e toda a assessoria da Mesa. Só deixamos escapar dois projetos, mas ficam para uma próxima vez.

Parabéns, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Já fizemos a *mea-culpa*.

Muito obrigado, Senador Delcídio. V. Ex^a é um dos mais preparados deste Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O Senador Wellington Salgado, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa, deseja manifestar-se?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria também parabenizá-lo, bem como ao Senador Mão Santa. Trabalhamos até agora, às 22h37. V. Ex^a, juntamente com o Senador Mão Santa, ajustaram a pauta. Vejo que o Senado está precisando disso.

Não vou me colocar, porque amanhã quero fazer uma exposição, uma análise pessoal de tudo que está acontecendo. V. Ex^a, sinto, está bem motivado para alguma coisa que poderá acontecer no ano que vem. Está de parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 756, DE 2009

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Requerimento nº 803, de 2004, do Senador Aloísio Mercadante, solicitando, nos termos regimentais, o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003).

Relator: Senador **Francisco Dornelles**

Relator: “**Ad Hoc**” Senador, **João Vicente Claudino**

I – Relatório

Os projetos de lei referenciados na ementa aguardam apreciação nesta Comissão. O Senador Paulo Octávio, seu primeiro Relator, chegou a oferecer relatório que, entretanto, não foi apreciado em razão da superveniente apresentação, pelo Senador Aloísio Mercadante, de requerimento em que solicita seja sobrestado o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 361, de 2003, e, por consequência, o PLS nº 46, de 2003, que com ele tramita conjuntamente.

Em 23 de junho de 2004, esse requerimento foi lido em Plenário e despachado a este Colegiado, para exame. A matéria foi sucessivamente redistribuída ao então Senador João Capiberibe e ao Senador César Borges, que chegaram a apresentar proposta de parecer, as quais não foram apreciadas e, em 1º de março de 2007, a este Relator.

No requerimento, é pedido o sobrestamento temporário do projeto, “a fim de que se aguarde o recebimento do Projeto de Lei nº 3.265, de 2004, que dispõe sobre a mesma matéria, em regime de urgência na Câmara dos Deputados”.

II – Análise

O requerimento sob exame encontra guarida no Regimento Interno da Casa. Reza o art. 335:

Art. 335. O estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestado, temporariamente, a requerimento de comissão ou de Senador, para aguardar:

.....
III – o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria.

Parágrafo único. A votação do requerimento, quando de autoria de Senador, será precedida de parecer da comissão competente para o estudo da matéria.

Verifica-se, portanto, que o requerimento preenche todos os requisitos de admissibilidade. Por versar sobre matéria em exame nesta Comissão, dela é também a competência para emitir o respectivo parecer.

Como se viu, a motivação do pedido de sobrestamento é o fato de tramitar, na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, projeto de lei sobre a mesma matéria de que tratam as proposições originadas do Senado.

Efetivamente, o sistema de informações da Câmara dos Deputados dá notícia de que o Projeto de Lei nº 3.265, de 2004, dispõe sobre a correção da tabela do imposto de renda pessoa física, com base no IPCA medido de janeiro de 1996 a dezembro de 2003.

Entretanto, o referido sistema esclarece também que a proposição, juntamente com outras, foi arquivada em 29 de junho de 2005, por ter sido declarada sua prejudicialidade em face do advento de Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005, versando sobre reajuste de tabela de incidência do imposto de renda.

Portanto, não mais persiste o motivo que fundamentou o pedido de sobrestamento.

III – Voto

Em face do exposto, voto pela rejeição do Requerimento nº 803, de 2004.

Sala da Comissão, 19 de maio de 2005

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
REQUERIMENTO Nº 803, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/05/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE

RELATOR(A):

SEN. JOÃO VICENTE CLAUDINO, RELATOR "AD HOC"

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOIZIO MERCADANTE (PT) AUTOR	3-JOÃO PEDRO (PT)
TIÃO VIANA (PT)	4-IDELI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-EXPEDITO JÚNIOR (PR)
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)

Majoria (PMDB e PP)

F. CÍSCICO DORNELLES (PP)	1- ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2- GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
VAGO	7-VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ELISEU RESENDE (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
R. MUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2- FERNANDO COLLOR DE MELO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

Documentos anexados nos termos do art.250, parágrafo único, do Regimento Interno

Relatórios

Relator: Senador **João Capiberibe**

I – Relatório

Os projetos de lei referenciados na ementa aguardam apreciação nesta Comissão. O Senador Paulo Octávio, anteriormente designado seu Relator, chegou a oferecer proposta de parecer que, entretanto, não foi apreciado em razão da superveniente apresentação, pelo Senador Aloizio Mercadante, de requerimento em que se solicita seja sobrestado o PLS nº 361, de 2003.

Em 23 de junho de 2004 esse requerimento foi lido em Plenário e despachado a este Colegiado, para exame. Em 24 de fevereiro último, foi redistribuído a este Relator, em virtude de o Senador Paulo Octávio não mais integrar a Comissão de Assuntos Econômicos.

No requerimento, é pedido o sobrestamento temporário do projeto "... a fim de que se aguarde o recebimento do Projeto de Lei nº 3.265, de 2004, que dispõe sobre a mesma matéria, em regime de urgência na Câmara dos Deputados".

II – Análise

O requerimento sob exame encontra guarida no Regimento Interno. Reza o art. 335:

Art. 335. O estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestado, temporariamente, a requerimento de comissão ou de Senador, para aguardar:

.....

III – o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria.

Parágrafo único. A votação do requerimento, quando de autoria de Senador, será precedida de parecer da comissão competente para o estudo da matéria.

Verifica-se, portanto, que o requerimento preenche todos os requisitos de admissibilidade. Por versar sobre matéria em exame nesta Comissão, dela é também a competência para emitir o respectivo parecer.

Como se viu, a motivação do pedido de sobrestamento é o fato de que tramita na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, projeto de lei sobre a mesma matéria de que trata as proposições originadas do Senado.

O projeto de lei em andamento naquela Casa é o de nº 3.265, de 2004, da Câmara dos Deputados. Efe-

tivamente, o sistema de informações da Câmara dos Deputados dá notícia de que essa proposição dispõe sobre a correção da tabela do imposto de renda pessoa física, com base no IPCA medido de janeiro de 1996 a dezembro de 2003. Esclarece, ainda, o referido sistema que, em virtude da aprovação do Requerimento nº 1.694, de 2004, a proposição segue seu curso em regime de urgência.

Na verdade, o Projeto de Lei nº 3.265, de 2004, juntamente com os de nºs 6.950 e 7.138, de 2002, e 3.416, 3.705 e 4.666, de 2004, tramita apensado ao Projeto de Lei nº 6.795, de 2002. Todos eles dispõem, basicamente, sobre a mesma matéria, que é a correção da tabela de incidência do imposto de renda.

A grande quantidade de projetos sobre tal questão, em ambas as Casas do Congresso Nacional, revela sua importância e traduz os anseios da sociedade, na busca da solução de um problema que tem preocupado a todos.

Por outro lado, é inegável que, no exame das proposições, não só aspectos técnico-tributários importantes devem ser levados em conta, mas também a possibilidade de elas afetarem as finanças públicas – em especial o equilíbrio orçamentário. Trata-se, sem dúvida, de tema controverso.

Portanto, é de toda conveniência que o exame da matéria, no Senado Federal, se faça em continuação ao debate que se trava na Câmara dos Deputados, abrangendo a análise da proposição que, depois de ali aprovada, será encaminhada a esta Casa.

III – Voto

Em face do exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 803, de 2004, e, em consequência, pelo sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, de 2004, ora em tramitação na Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão

, Presidente

 , Relator

Relatório

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Os projetos de lei referenciados na ementa aguardam apreciação nesta Comissão. O Senador PAULO OCTÁVIO, seu primeiro Relator, chegou a oferecer relatório que, entretanto, não foi apreciado em razão da superveniente apresentação, pelo Senador ALOIZIO MERCADANTE, de requerimento em que solicita

seja sobrestado o PLS nº 361, de 2003, e, por consequência, o PLS nº 46, de 2003, que com ele tramita conjuntamente.

Em 23 de junho de 2004, esse requerimento foi lido em Plenário e despachado a este Colegiado, para exame. Em 4 de abril último, foi redistribuído a este Relator, em virtude de o Senador JOÃO CAPIBERIBE, o segundo relator designado, não mais integrar a Comissão de Assuntos Econômicos.

No requerimento, é pedido o sobrestamento temporário do projeto, “a fim de que se aguarde o recebimento do Projeto de Lei nº 3.265, de 2004, que dispõe sobre a mesma matéria, em regime de urgência na Câmara dos Deputados”.

II – Análise

O requerimento sob exame encontra guarida no Regimento Interno da Casa. Reza o art. 335:

Art. 335. O estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestado, temporariamente, a requerimento de comissão ou de Senador, para aguardar:

.....
III – o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria.

Parágrafo único. A votação do requerimento, quando de autoria de Senador, será precedida de parecer da comissão competente para o estudo da matéria.

Verifica-se, portanto, que o requerimento preenche todos os requisitos de admissibilidade. Por versar sobre matéria em exame nesta Comissão, dela é também a competência para emitir o respectivo parecer.

Como se viu, a motivação do pedido de sobrestamento é o fato de que tramita na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, projeto de lei sobre a mesma matéria de que tratam as proposições originadas do Senado.

Efetivamente, o sistema de informações da Câmara dos Deputados dá notícia de que o Projeto de Lei nº 3.265, de 2004, dispõe sobre a correção da tabela do imposto de renda pessoa física, com base no IPCA medido de janeiro de 1996 a dezembro de 2003.

Entretanto, o referido sistema esclarece também que a proposição, juntamente com outras, foi arquivada em 29 de junho de 2005, por ter sido declarada sua prejudicialidade em face do advento de Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005, versando sobre reajuste de tabela de incidência do imposto de renda.

Portanto, não mais persiste o motivo que fundamentou o pedido de sobrestamento.

III – Voto

Em face do exposto, voto pela **rejeição** do Requerimento nº 803, de 2004.

Sala da Comissão – Senador **César Borges** – Relator.

Relator: Senador **Paulo Octávio**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, emendado na epígrafe, de autoria do eminente Senador Antero Paes de Barros, compõe-se de três artigos.

O art. 1º estabelece que serão atualizados monetariamente, mediante a aplicação do índice de 1,4235, os valores expressos em reais, relativos aos fatos geradores ocorridos durante o ano de 2002, das tabelas progressivas, mensal e anual, de incidência do imposto de renda das pessoas físicas, bem assim aqueles das deduções por dependente, por parcela isenta de proventos e pensões de contribuintes com mais de 65 anos e por pagamento a estabelecimentos de ensino, e, ainda, o do desconto simplificado de vinte por cento dos rendimentos anuais (modelo simplificado, da declaração de ajuste anual), a que se referem os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

O art. 2º determina que – partindo-se dos valores, já corrigidos, de que trata o art. 1º do projeto, e tomando-se por base o INPC calculado pelo IBGE – serão atualizadas, em 1º de janeiro de cada ano, as tabelas progressivas, mensal e anual, de incidência do imposto de renda das pessoas físicas, de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 1995, bem assim as deduções pessoais a que se referem os arts. 4º, 8º e 10 da referida lei.

O art. 3º insere cláusula de vigência da futura lei na data de sua publicação.

Na justificação, o Autor inicia por reconhecer o importante avanço representado pela Lei nº 10.451, de 2002, que atualizou a tabela progressiva do imposto de renda das pessoas físicas em 17,5%. Mas, como a referida tabela se encontrava congelada desde 1996, entende o Autor que a correção continuou onerando os assalariados, pois a inflação acumulada no período foi de 67,73%, consoante medida pelo INPC do IBGE.

Nesse sentido, o projeto de lei propõe-se a reajustar a referida tabela pela inflação verificada no período, deduzindo o fator contemplado na legislação em vigor. E, ao mesmo tempo, pretende estabelecer uma sistemática de atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas e das respectivas deduções pessoais, para evitar que, em decorrência das perdas inflacionárias dos rendimentos, estes sejam tributados a mais pelo referido imposto, em termos reais, sem ter havido modificação legal daquela incidência.

Diz o Autor que o projeto contempla vertente política tendente a ensejar calorosos debates parlamentares, à qual declara ter aderido, submetendo-se à vontade popular que venceu as eleições de 2002. Repudia, portanto, a linha contrária, por ele sustentada antes, já que, na condição de membro da base do Governo anterior, terá feito defesas contundentes sobre a necessidade da manutenção dos valores até então vigentes, com o propósito de se manter elevado nível de arrecadação capaz de garantir o equilíbrio das contas públicas e a estabilidade da moeda.

E conclui que, por coerência, espera idêntico posicionamento de quem, agora no Governo, não poupara críticas, no passado recente, à sistemática até então adotada e apresentara projetos de lei propondo índices de correção da tabela na mesma magnitude da preconizada nesta proposição.

Não foram apresentadas emendas a esse projeto, que tramita em caráter terminativo.

II – Análise

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos IV e VII, do Regimento Interno, opinar sobre proposições pertinentes a tributos e outros assuntos correlatos, como é o caso. Ademais, no âmbito de suas atribuições, cabe-lhe apreciar a matéria em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento.

Na proposição sob exame, não se encontra qualquer obstáculo de ordem constitucional no tocante à iniciativa do processo legislativo por membro desta Casa do Congresso Nacional (CF, art. 61, **caput**).

Outrossim, não há óbices constitucionais quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União referente ao sistema tributário (CF, art. 48, I), no âmbito do Imposto sobre a Renda (CF, art. 153, III).

Quanto à técnica legislativa, a proposição obedece ao disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998, que atende à previsão do parágrafo único do art. 59 da Constituição. E não se vislumbram, também, quaisquer óbices quanto à regimentalidade.

No mérito, o projeto de lei afigura-se oportuno e conveniente, à vista dos argumentos expendidos pelo eminente Autor, acima referidos, os quais, de tão claros, objetivos e convincentes, dispensam outros comentários a reforçá-los.

III – Voto

À vista do exposto, conclui-se pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 46, de 2003.

Sala da Comissão, Presidente – Relator **Paulo Octavio**

Relatório

Relator: Senador **Paulo Octávio**

I – Relatório

Trata-se de apreciar, em decisão terminativa, os dois projetos de lei do Senado ementados à epígrafe, que dispõem sobre matéria relativa ao Imposto de Renda das Pessoas-Físicas (IRPF).

II – O PROJETO DE LEI DO SENADO N° 361, DE 2003

O Projeto de Lei do Senado n° 361, de 2003, de autoria do eminente Senador JEFFERSON PÉRES, se compõe de duas partes distintas.

Nos arts. 1° e 2°, cuida de determinar que os valores em moeda nacional, constantes da legislação do imposto sobre a renda serão atualizados no dia primeiro de cada ano, a se iniciar em 2004, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Já no art. 3°, mediante alteração do art. 10 da Lei n° 9.249, de 1995, objetiva alterar a política de tributação dos dividendos percebidos por pessoas físicas, que hoje são inteiramente livres do imposto, seja na fonte, seja na declaração anual.

A alteração proposta está consubstanciada nos §§ 2° e 3°, que seriam adicionados ao art.10 da Lei n° 9.249, determinando que os lucros e dividendos distribuídos a pessoa física (não alterada a norma quando o recebedor for pessoa jurídica) ficarão sujeitos a imposto retido na fonte e, na declaração anual, segundo a tabela de incidência da pessoa física. A pessoa jurídica pagadora dos lucros e dividendos poderá deduzir, de seu próprio imposto, o valor do imposto da pessoa física retido no ato de distribuição do lucro ou dividendo.

Na bem lançada justificação, argumenta-se com a gravosidade da tributação impostas aos cidadãos pela falta de um mecanismo de correção dos valores reais constantes da legislação, sobretudo da que se refere à tabela do imposto de renda da pessoa física. Considera-se que isso fere o princípio da legalidade, pois a incidência do imposto cresce pela simples ausência de lei, sem que os representantes do povo se manifestem.

Diz o autor que a não-correção da tabela do imposto de renda, no período de sete anos e meio, provocou aumento do imposto de renda das pessoas físicas em cerca de cinqüenta e oito por cento, já descontada a pequena correção de dezessete e meio por cento determinada pela Lei n° 10.451, de 2002. Em seguida, defende a aplicação do IPCA a todos os valores fixos constantes da legislação, como forma de fazer justiça aos cidadãos e ao próprio ente tributante.

No tocante à tributação dos lucros e dividendos, considera necessário corrigir a injustiça representada pelo fato de que o trabalhador está sujeito a imposto progressivo que pode chegar a vinte e sete e meio por cento, enquanto o investidor está livre do imposto sobre os lucros e dividendos recebidos, ao argumento de que já houve a tributação na pessoa jurídica. Acontece que a alíquota da pessoa jurídica é de quinze por cento e, mesmo quando ocorrente o adicional sobre o excedente a determinado valor de lucro, jamais a alíquota efetiva chega aos vinte e cinco por cento.

Por isso, propõe a tributação normal do receptor do dividendo e, para minorar o problema de dupla tributação, propõe ao mesmo tempo que a pessoa jurídica pagadora possa deduzir de seu próprio imposto o mesmo valor que reteve na fonte no momento da distribuição do lucro.

Não foram apresentadas emendas.

III – O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2003

O Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, de autoria do eminente Senador ANTERO PAES DE BARROS, compõe-se de três artigos.

O art. 1º estabelece que serão atualizados monetariamente, mediante a aplicação do índice de 1,4235, os valores expressos em reais, relativos aos fatos geradores ocorridos durante o ano de 2002, das tabelas progressivas, mensal e anual, de incidência do imposto de renda das pessoas físicas, bem assim aqueles das deduções por dependente, por parcela isenta de proventos e pensões de contribuintes com mais de 65 anos e por pagamento a estabelecimentos de ensino, e, ainda, o do desconto simplificado de vinte por cento dos rendimentos anuais (modelo simplificado, da declaração de ajuste anual), a que se referem os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

O art. 2º determina que – partindo-se dos valores, já corrigidos, de que trata o art. 1º do projeto tomando-se por base o INPC calculado pelo IBGE – serão atualizadas, em 1º de janeiro de cada ano, as tabelas progressivas, mensal e anual, de incidência do imposto de renda das pessoas físicas, de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 1995, bem assim as deduções pessoais a que se referem os arts. 4º, 8º e 10 da referida lei.

Na justificção, o Autor inicia por reconhecer o importante avanço representado pela Lei nº 10.451, de 2002, que atualizou a tabela progressiva do imposto de renda das pessoas físicas em 17,5%. Mas, como a referida tabela se encontrava congelada desde 1996, entende o Autor que a correção continuou onerando os assalariados, pois a inflação acumulada no período foi de 67,73%, consoante medida pelo INPC do IBGE.

Nesse sentido, o projeto de lei propõe-se a reajustar a referida tabela pela inflação verificada no período, deduzindo o fator contemplado na legislação em vigor. E, ao mesmo tempo, pretende estabelecer uma sistemática de atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas e das respectivas deduções pessoais, para evitar que, em decorrência das perdas inflacionárias dos rendimentos, estes sejam tributados a mais pelo referido imposto, em termos reais, sem ter havido modificação legal daquela incidência.

Diz o Autor que o projeto contempla vertente política tendente a ensejar calorosos debates parlamentares, à qual declara ter aderido, submetendo-se à vontade popular que venceu as eleições de 2002. Repudia, portanto, a linha contrária, por ele sustentada antes, já que, na condição de membro da base do Governo anterior, terá feito defesas contundentes sobre a necessidade da manutenção dos valores até então vigentes, com o propósito de se manter elevado nível de arrecadação capaz de garantir o equilíbrio das contas públicas e a estabilidade da moeda.

E conclui que, por coerência, espera idêntico posicionamento de quem, agora no Governo, não poupara críticas, no passado recente, à sistemática até então adotada e apresentara projetos de lei propondo índices de correção da tabela na mesma magnitude da preconizada nesta proposição.

Não foram apresentadas emendas a esse projeto, que tramita em caráter terminativo. Em 28 de outubro de 2003, foi concedida vista coletiva e, em 11 de novembro, foi apresentado Voto em Separado do Senador Geraldo Mesquita, pela rejeição do projeto.

II – Análise

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos IV e VII, do Regimento Interno, opinar sobre proposições pertinentes a tributos e outros assuntos correlatos, como é o caso. Ademais, no âmbito de suas atribuições, cabe-lhe apreciar a matéria em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento.

Nas proposições sob exame, não se encontra qualquer obstáculo de ordem constitucional no tocante à iniciativa do processo legislativo por membro desta Casa do Congresso Nacional (CF, art. 61, **caput**).

Outrossim, não há óbices constitucionais quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União referente ao sistema tributário (CF, art. 48, I), no âmbito do Imposto sobre a Renda (CF, art. 153, III).

Quanto à técnica legislativa, a proposição obedece ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que atende à previsão do parágrafo

único do art. 59 da Constituição. E não se vislumbram, também, quaisquer óbices quanto à regimentalidade.

Quanto ao mérito, no que se refere à correção dos valores monetários constantes da legislação do imposto de renda, ambos os projetos de lei afiguram-se oportunos e convenientes, à vista dos argumentos expendidos pelos autores, acima referidos, os quais, de tão claros, objetivos e convincentes, dispensam outros comentários a reforçá-los. Essa questão tem sido discutida à saciedade e, na verdade, já se vai transformando em verdadeiro clamor público, porque se trata de um aumento silencioso da tributação.

O Brasil se congratula por ter conseguido eliminar o chamado imposto inflacionário que, mediante a perda do valor real dos salários, provocava transferência de renda dos pobres para os mais ricos. Contudo, permanece o mecanismo perverso que mantém literalmente o imposto inflacionário dos trabalhadores em favor do Governo. A omissão do Parlamento em tomar pulso nesta matéria é fator importante no crescimento da carga tributária, que todos já consideram exagerada.

Entretanto, o mesmo não se pode dizer da segunda parte do Projeto de Lei do Senado nº 361, que trata da tributação dos lucros ou dividendos, não obstante a rica argumentação de seu eminente autor que, com toda propriedade, enfatiza aparente aspecto de injustiça entre percebedores de renda do trabalho e percebedores de renda do capital investido em empresas.

Sucedendo que, não obstante esse ângulo do debate, há que se considerar que a tributação integrada da pessoa física/pessoa jurídica foi finalmente introduzida na legislação brasileira, secundando a dos principais países de economia fundada na livre iniciativa, como forma de incentivar a poupança e o investimento direto nas empresas produtivas e, portanto, lucrativas. O objetivo final é o de proporcionar a capitalização das empresas, gerando empregos, renda, tecnologia e, ao final, aumento do produto que a todos beneficia.

Trata-se, portanto, de um aspecto da legislação tributária essencialmente integrada em objetivos de política econômica.

Para realizar investimentos, as empresas necessitam reunir capital de risco e/ou obter empréstimos para financiá-los, a juros compatíveis com o rendimento esperado e com as demais oportunidades de mercado.

O capital de risco é representado pelo aporte de sócios e acionistas, sob a forma de capital próprio. A remuneração desse capital, como se sabe, são os lucros ou dividendos distribuídos.

Tradicionalmente, a legislação fiscal acabava por privilegiar o capital de empréstimo, visto que os juros pagos são integralmente deduzidos do lucro e, por-

tanto, do imposto de renda. Num quadro como esse, as distorções são várias e em círculo vicioso. As empresas ficam excessivamente dependentes de capital de terceiros, a custos altíssimos, que mais altos se tornam quanto maior a dependência. Na outra ponta, sobrevêm menos recolhimento de imposto e aumento de custos que, dependendo das condições concorrenciais, tanto podem ser repassados ao consumidor, provocando inflação, ou podem provocar a inviabilização ou a estagnação da empresa.

A não-tributação dos lucros ou dividendos objetiva quebrar esse círculo vicioso, privilegiando aplicação de capital de risco, incentivando a capitalização das empresas com recursos próprios e o próprio desenvolvimento do mercado de ações.

O diferencial de alíquotas entre pessoas físicas e pessoas jurídicas faz parte do mecanismo. Ele deve ser incentivador das decisões de distribuição de resultados e não da decisão de financiamento via empréstimo. Resultados distribuídos significam oportunidade de deslocamento de recursos para empresas mais rentáveis ou promissoras, o que é sempre altamente benéfico, para a economia como um todo, por incentivar a busca constante da economicidade e da produtividade das empresas.

Enfim, cumpre considerar que o sistema atual tem sólidas razões de cunho econômico, o que torna bastante delicado promover uma intervenção sem maiores estudos. Todo o mecanismo, incluindo as alíquotas envolvidas, está balanceado para que o ônus da tributação seja o mesmo, quer se trate de financiamento por endividamento, quer por capital próprio obtido por meio dos sócios ou acionistas.

III – Voto

À vista do exposto, conclui-se pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, na forma da Emenda Substitutiva abaixo, considerando-se prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003:

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, DE 2003

Dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto de renda.

Art. 1º Os valores expressos em moeda nacional, constantes da legislação do imposto sobre a renda, serão atualizados no dia 1º de janeiro de cada ano, com base na variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em relação aos doze meses anteriores.

§ 1º A primeira atualização será efetivada no dia primeiro de janeiro subsequente à entrada em vigor desta Lei, observado o disposto no § 2º, mediante a aplicação do índice referido no **caput** em relação ao período decorrido desde 1º de janeiro de 1996.

§ 2º No cálculo da primeira atualização será deduzida a correção determinada pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – Presidente – **Paulo Octávio**, Relator

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 756, de 2009**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela rejeição do Requerimento nº 803, de 2004, solicitando o sobrestamento da tramitação do **Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003** (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003).

O requerimento ficará sobre a Mesa durante dois dias úteis para recebimento do recurso previsto no art. 254 do Regimento Interno, no sentido da continuação da sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 741, DE 2009.

Requeiro, nos termos do art. 218, II, combinado com o art. 221, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar e a apresentação de condolências à família, pelo falecimento do médico Silas Munguba, ocorrido, ontem, 15 de junho, na capital cearense.

Justificação

Nascido em Manaus e erradicado em Fortaleza, o, Doutor Silas Munguba sempre foi um homem de desafios. Veterano da guerra mundial volta de 1971, leu uma reportagem informando que no mundo havia mais de um bilhão de dependentes químicos. Intrigado com tal matéria passou a estudar sobre o assunto e, resolveu falar aos jovens de seu grupo religioso sobre os males das drogas. Com seu carisma e linguagem direta logo ganhou fama: e ficou conhecido como o “médico: qtle’fólaVa!bbre:drõS”; twietidti4SalesfraP’prreidekb’BrW1).

Em 1975, seguindo o exemplo de um missionário americano que atuava em Brasília, fundou o

Desafio JovelN do Ceará, instituição voltada para o atendimento de dependentes químicos e de álcool, a primeira instituição desse tipo a atender nas regiões Norte e Nordeste.

Dr. Silas foi um exemplo de amor ao próximo e solidariedade, ajudou milhares de jovens e suas famílias, enfrentou barreiras e dificuldades sem nunca perder o entusiasmo e mesmo passando por graves problemas de saúde ficou à frente da instituição até os últimos momentos.

Por tudo isso o Dr. Silas Munguba merece a nossa homenagem; respeito e eterna admiração.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Tasso Jereissati**

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 742, DE 2009

Requeiro, na forma regimental, que a Mesa Diretora do Senado Federal solicite ao Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, informações sobre o possível assassinato do ex-presidente João Goulart, e quais as providências que aquele ministério está tomando para apurar se é verdadeira ou não a reportagem sobre o assunto levado a público na Revista CartaCapital (matéria em anexo).

Encaminho também o pronunciamento que fiz no plenário do Senado Federal, ontem dia 15, sobre o assunto.

Sala de sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **João Pedro**, PT/AM.

Revista Carta Capital 12/06/2009 13:19:31
Gilberto Nascimento

“O governo não quer investigar”

A ex-primeira-dama Maria Thereza Goulart vive hoje em Copacabana, no Rio de Janeiro. Diz ser uma pessoa decepcionada com a política. “Não gosto, sofri muito com isso. Não acredito nas pessoas e estou desiludida com os políticos”, desabafa. Admira poucos políticos e cita os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) e o petista Tarso Genro, ministro da Justiça. Thereza falou à CartaCapital, na terça-feira 9, no apartamento de seu neto, Christopher, em Porto Alegre. Eis os principais trechos da entrevista:

CartaCapital: Quem seria o “Agente B”, o espião de Jango?

Maria Thereza Goulart: Sempre tinha pessoas nos acompanhando. Eu tinha certeza de que alguma coisa acontecia lá. Desconfiava de certas pessoas que trabalhavam conosco, de empregados e de gente que se aproximava do Jango. Tinha receio das pessoas que entravam e conviviam na minha casa. Tivemos esse problema no Uruguai, não tanto na Argentina.

CC: A cozinheira Margarita Soares seria uma delatora?

MTG: O nome dela apareceu. Foi a melhor empregada que eu tive. Não sei se ela pode ter feito isso. Mas eu desconfiava do mordomo e de outro empregado que tinha na fazenda do Jango. Era uma pessoa misteriosa, estava sempre nos cantos, ouvindo e falando. O apelido dele era Corvo. Apareceu lá de repente e ficou uns dez anos. Ele fazia de tudo um pouco: era motorista. Estava sempre no meio de tudo, recebendo as pessoas, dando recado para o doutor isso, doutor aquilo. Nunca foi muito do meu agrado. Depois que Jango faleceu, ele continuou morando na fazenda por uns cinco anos. Eu desconfiava também de um outro capataz da fazenda, chamado Ricardo. Mas esse ficou pouco lá.

CC: Mas qual deles seria o tal agente?

MTG: Não posso dizer o nome. Acho que é uma pessoa que está viva. Era meio sócio do Jango, meio gerente de tudo. Fez isso durante todo o tempo que estivemos lá. Sempre que falam disso, eu caio em cima dele. Era brasileiro. Acho que ele era deputado, alguma coisa assim. Parece que, na época, foi candidato na terra dele, no Recife, mas não se elegeu. Trabalhava em alguma coisa com o Jango, que eu não me lembro agora. Mas não falo o nome, não.

CC: Esse perfil não se parece com o do ex-deputado pernambucano cassado Cláudio Braga, do PSB, que foi secretário particular de Jango em quase todo o tempo de exílio? Coincidentemente, ele acabou de dizer numa entrevista à revista Brasileiros que acredita que Jango morreu de enfarte...

MTG: Não é dele que eu estou falando. Não posso acusar pessoas sem uma certeza. Tenho medo de cometer um erro.

Discurso pronunciado pelo Senador João Pedro, em 15/06/2009, no plenário do Senado Federal:

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

Quero, também, Sr. Presidente, registrar – e esta seria a matéria principal da minha fala na tarde de hoje, acabei falando mais dessa situação do Senado, dos atos secretos –, repercutir nesta Casa a entrevista, nesta semana, na revista CartaCapital, da Sr^a Maria Thereza Goulart, a viúva de João Goulart. Nós precisamos dar atenção ao clamor dessa mulher, que foi primeira-dama do Brasil.

A entrevista concedida nesta semana à CartaCapital é emblemática. É uma entrevista que merece a atenção de todos nós. Essa senhora continua sofrendo, Senador Cristovam. A entrevista relata, Senador Mão Santa, os últimos momentos do exílio de João Goulart, mistérios, a forma como o nosso Presidente da República morreu na Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – No Uruguai.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não, foi na Argentina a morte. Ele tinha viajado para fazer um... Foi no interior da Argentina. Passou muito tempo no Uruguai, tinha negócios no Uruguai.

Veja V. Ex^a que só agora, na entrevista que ela dá, chama-me a atenção um fato: não houve autópsia, não houve autópsia. Justamente, ele estava na Argentina, estava em uma fazenda, tinha viajado para fazer um negócio, e ela estava só com ele. Houve o sepultamento sem a autópsia. Ela diz isso, ela chama atenção para isso.

E um agente secreto do Uruguai, o Sr. Mario Neira Barreiro, em um livro, garante que Jango foi envenenado. O Presidente Jango ia a um hotel em Buenos Aires, na Argentina, buscar um medicamento. São detalhes: ele sempre viajava para Buenos Aires, para, num hotel combinado, pegar o medicamento. Esse agente secreto do Uruguai diz que ele foi envenenado pelos medicamentos. A Sr^a Maria Thereza estava com ele, quando do falecimento do ex-Presidente João Goulart.

Estou apresentando um requerimento, com a matéria da revista CartaCapital desta semana, para o Ministro da Justiça, Tarso Genro, e vou encaminhá-lo também ao Presidente Lula, para que o Estado brasileiro, o Governo adote providências para olhar essa situação, que merece investigação. Não podemos deixar que esses fatos sejam esquecidos sem que se adote uma investigação no Uruguai, na Argentina e aqui, no Brasil. Sabemos da articulação das ditaduras, tanto a do Brasil, como a do Uruguai, a do Chile, a da Argentina. Havia toda uma articulação de perseguição dos exilados, das lideranças políticas da época, naquele momento muito triste da nossa história, com a presença das ditaduras militares.

Nesta semana, foi divulgada a entrevista com a Sr^a Maria Thereza, mas há também uma matéria, ao lado da entrevista, sobre a Operação Condor, sobre esse trabalho do agente secreto, o Sr. Mano Neira Barreiro, que tinha uma ligação com a ditadura, com os órgãos de repressão. É preciso que haja uma investigação. É preciso que seja dada atenção à entrevista de uma viúva, de uma senhora que foi a primeira-dama, de uma brasileira que viveu um momento muito difícil da história política do Brasil, que foi o golpe militar de 1964. Viveu no exílio e está hoje praticamente só. Na entrevista, ela deixa bem claro, dá a entender que vive

um exílio dentro do Brasil. Reclama dos políticos a Sr^a Maria Thereza Goulart.

Quero, desta tribuna, fazer um apelo ao Ministro Tarso Genro. Estou encaminhando um requerimento à Mesa, ao Ministro, para que S. Ex^a adote providências no sentido de investigar as questões havidas nos anos 60, quando do golpe militar, como o desaparecimento dos guerrilheiros, dos militantes do PCdoB no Araguaia. Até hoje, há uma interrogação a respeito desse desaparecimento. São feitas buscas dos corpos desaparecidos no Araguaia. E esse era um Presidente eleito, um Vice-Presidente eleito, um Presidente legítimo do Brasil, que teve seu mandato encurtado da forma mais violenta, com o golpe militar.

Esses relatos merecem uma investigação séria, profunda, pois, afinal de contas, é a fala, é a voz de uma senhora que viveu todos esses momentos e que continua vivendo a dramaticidade da perda do marido, do exílio, da perda do mandato presidencial. E, paralelamente ao que diz a Sr^a Maria Thereza, que vive hoje

no Rio de Janeiro, em Copacabana, há o relato desse agente do Uruguai que fez uma investigação e que diz que João Goulart morreu não de ataque cardíaco, mas de um processo de envenenamento, por conta dos medicamentos que tomava.

Então, Sr. Presidente, fica aqui minha solidariedade a essa senhora, que não conheço pessoalmente, mas que conheço pela história, por filmes e por documentários, que é a Sr^a Maria Thereza. Tocou-me muito a entrevista concedida à CartaCapital desta semana, que não pode passar em branco.

Estou apresentando requerimento e espero que o Ministro Tarso Genro, pessoa que a Sr^a Maria Thereza admira, adote um procedimento para que possamos investigar e esclarecer definitivamente as razões da perda desse grande brasileiro que foi o Presidente João Goulart.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador João Pedro PT/AM

Maria Thereza Goulart fala dos últimos dias do ex-presidente e cobra investigação sobre o suposto assassinato do marido

Jango monitorado

OPERAÇÃO CONDOR | Documentos do governo do Uruguai comprovam a perseguição a João Goulart no exílio e alimentam a tese de assassinato do ex-presidente

POR GILBERTO NASCIMENTO, DE PORTO ALEGRE

O ENTÃO PRESIDENTE da República João Goulart despachava no Palácio do Planalto, em 1962, quando sua mulher, Maria Thereza, irrompeu no gabinete, aos gritos, com uma carta e a coleção de discos do cantor Frank Sinatra nas mãos. Foi uma surpresa geral. Alguns ministros riram.

Ela acabara de receber um sonhadó e incomum presente. Numa entrevista à revista *Time*, a primeira-dama dissera que um de seus sonhos era conhecer o ídolo americano. Sinatra leu a reportagem e, sensibilizado, enviou-lhe o presente. "Ele mesmo escreveu. Veio tudo embalado em um pacote com um rótulo da bandeira americana. O Darcy Ribeiro (*então ministro da Educação*) morria de rir e dizia que o Jango ia ter de ouvir o Sinatra a vida inteira", orgulha-se Thereza, até hoje.

Jovem e bela, filha de um fazendeiro gaúcho, Maria Thereza era uma primeira-dama muito mais próxima desse cotidiano. Não tinha nada da aspereza política. No exílio no Uruguai, riu certa vez ao atender o telefone e ouvir o seu interlocutor se identificar como Juan Perón. "João, tem um homem aqui ao telefone dizendo que é o Perón", chamou Jango. Era o próprio presidente argentino (morto em 1974).

No governo, Thereza cuidou da área assistencial. Mas tinha uma forte intuição política. Esteve sempre ao lado do marido. Casou-se com Jango quando tinha apenas 17 anos e contava apenas 23 quando ele chegou à Presidência.

É considerada a primeira-dama mais bonita e admirada do Brasil. Nas festas, desfilava modelos especial-

Os arapongas uruguaios registravam os passos da família, seus negócios e contatos

Cruzada. A ex-primeira-dama Maria Thereza pede uma investigação profunda

mente desenhados pelo estilista Denner, o seu preferido.

Maria Thereza viveu alguns dos mais intensos e delicados momentos da vida do País. Sofreu no exílio. Diz ter sido vítima, ao lado do marido e dos filhos, de ameaças e perseguições. O casal era mo-

onitorado por espões o tempo inteiro, como comprovam documentos de órgãos de repressão do Brasil divulgados por *CartaCapital*, na edição de 18 de março.

A ex-primeira-dama busca manter viva a memória de Jango. Aos 65 anos, cobra investigações do governo brasileiro sobre as circunstâncias ainda não esclarecidas da morte do ex-presidente, em 6 de dezembro de 1976, em Mercedes, na Argentina, oficialmente de ataque cardíaco. Um agente do serviço secreto uruguiaio, Mario Neira Barreiro, preso em Charqueadas (RS), garante que Jango foi envenenado.

Ao lado do neto, Christopher Goulart, Thereza exhibe documentos também do governo uruguiaio que reforçam as denúncias do monitoramento a Jango. Em fichas com dados sobre o ex-presidente brasileiro naquele país, consta, já em 1965, um ano depois do golpe no Brasil, que ele poderia ser vítima de atentado.

O Ministério do Interior uruguiaio informou ao Conselho Nacional de Governo que "fontes sérias e responsáveis brasileiras" falavam de um "presumível complô contra o ex-presidente brasileiro". Esse documento foi requisitado ao Uruguai pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos e pelo Instituto Presidente João Goulart, entidade criada pela família Goulart.

Os militares uruguaios seguiam os passos de Jango. Documentavam os seus negócios e encontros com políticos brasileiros e latino-americanos. Tudo sobre ele constava nas centenas de páginas de relatórios dos agentes: onde nasceu, estudou, nomes de familiares, etc.

Há relatos, por exemplo, como o de um roubo de 190 mil dólares em uma fábrica que pertenceria a Jango, a Taquarembó

Em 1965, autoridades do país vizinho já eram informadas por fontes brasileiras sobre um possível atentado ao político

Missão. Christopher dirige o Instituto João Goulart e visita escolas para falar do avô

Indústria Oleaginosas S/A, no departamento (estado) uruguaio com o mesmo nome. Na ficha, é citado um bilhete em que um certo Leonel Barboza manifestava o seu agradecimento pelo dinheiro ao senhor Goulart “em nombre del Fidel”.

Não se esclarece se seria uma alusão ao então presidente cubano Fidel Castro ou a um grupo de esquerda uruguaio chamado Frente de Esquerda de Libertação, que usava a sigla Fidel. Christopher, diretor do Instituto João Goulart, afirma que acusações de que Jango recebera dinheiro de Fidel não fazem sentido. “Ele era muito rico, bem antes de entrar na política. Nunca precisaria desse dinheiro.”

Os relatórios contam detalhes da vida de Jango, de 1965 a 1976. Falam de negócios que teriam sido realizados em conjunto por Jango e o ex-governador gaúcho Leonel Brizola, que também esteve exilado naquele país. Os dois, segundo os órgãos de repressão uruguaio, compraram os hotéis Alhambra e California, em Montevideu, e tinham participação no frigorífico Tacuarembó e em fazendas

da região. Relata ainda a compra de um avião e de um restaurante.

Numa das fichas, de outubro de 1972, um ex-piloto de Jango, Rubén Rivero, é acusado de envolvimento com o grupo guerrilheiro uruguaio Tupamaros. Rivero é apontado como um braço direito e administrador de bens do ex-presidente. A família de Jango nega que ele tivesse essa função.

Nada escapava aos agentes. Os espões delatavam desde a abertura, em 1968, de um restaurante chamado Cangaceiro, em Montevideu – que Jango teria aberto para ajudar exilados brasileiros –, até reuniões, “com elementos trotskistas com a finalidade de criar problemas na chegada de Lincoln Gordon, secretário-assistente de Estado para Assuntos Latino-Americanos”, em 1966.

Os uruguaio documentaram uma viagem do ex-presidente brasileiro a vários países europeus e africanos, em abril de 1974. No retorno, de acordo com os relatórios, Jango encontrou-se com o pre-

sidente argentino Juan Perón e sua equipe econômica. Em março do ano seguinte, ele montou numa cidade uruguaia (o nome está ilegível no documento) um escritório de importação e exportação em sociedade com o empresário brasileiro Orpheu dos Santos Salles. Para os uruguaio, seria um escritório de “fachada” para facilitar contatos de Jango “fundamentalmente com a China comunista”.

Os contatos com os políticos do Cone Sul eram detalhados. Em outro documento da Direção Nacional de Informação e Inteligência do Uruguai, de 28 de novembro de 1974, os agentes descrevem um encontro em Buenos Aires, no Aeroporto de Ezeiza, entre Jango, o senador uruguaio Zelmar Michelini e o ex-presidente boliviano general Juan José Torres, também exilados naquele país. Michelini e Torres – e também o ex-presidente da Câmara dos Deputados do Uruguai, Hector Gutierrez Ruiz – foram depois assassinados na Argentina em 1976, pela Operação Condor, o plano de cooperação entre as ditaduras sul-americanas para eliminar opositores políticos. Esses assassinatos reforçam a tese de que Jango pode ter sido morto.

Thereza e a família seguem numa cruzada em busca de esclarecimentos. Seu neto Christopher tem percorrido o Rio Grande do Sul para falar sobre o avô em escolas, sindicatos e ONGs. Em agosto, a família inaugurará em São Borja (RS), a terra natal de Jango, o Memorial Casa João Goulart. ●

oc. 0772. (Av. B.2)	Realizó un viaje por distintos países europeos y africanos... De regreso de la gira mantuvo una entrevista con Perón, Solano Lima y el Equipo Económico Argentino, sobre sus actividades de negocios, referente a la colección de carne, créditos en dólares y la adquisición de petróleo árabe por parte de la Argentina.
------------------------	--

Os relatórios. Fichas de ministérios falam de contatos com Perón e ameaças a Jango

B-75-(1)-D-218.10-III-1965.	- En la fecha el Sr. Ministro del Interior de nuestro País ha hecho conocer al Consejo Nacional de Gobierno, que en fuentes serias y responsables brasileñas, se habrí informado de un presunto complot contra la persona de el Ex-Presidente Brasileño.
-----------------------------	--

“O governo não quer investigar”

MEMÓRIA | A viúva cobra apuração da morte do marido, mas não revela quem **espionava** no exterior

A GILBERTO NASCIMENTO, DE PORTO ALEGRE

A EX-PRIMEIRA-dama Maria Thereza Goulart vive hoje em Copacabana, no Rio de Janeiro. Diz ser uma pessoa decepcionada com a política. “Não gosto, sofri muito com isso. Não acredito nas pessoas e estou desiludida com os políticos”, desabafa. Admira poucos políticos e cita os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) e o petista Tarso Genro, ministro da Justiça. Thereza falou à *CartaCapital*, na terça-feira 9, no apartamento de seu neto, Christopher, em Porto Alegre. Eis os principais trechos da entrevista:

CartaCapital: Quem seria o “Agente B”, o espion de Jango?

Maria Thereza Goulart: Sempre tinha pessoas nos acompanhando. Eu tinha certeza de que alguma coisa acontecia lá. Desconfiava de certas pessoas que trabalhavam conosco, de empregados e de gente que se aproximava do Jango. Tinha receio das pessoas que entravam e conviviam na minha casa. Tivemos esse problema no Uruguai, não tanto na Argentina.

CC: A cozinheira Margarita Soares seria uma delatora?

MTG: O nome dela apareceu. Foi a melhor empregada que eu tive. Não sei se ela pode ter feito isso. Mas eu desconfiava do mordomo e de outro empregado que tinha na fazenda do Jango. Era uma pessoa misteriosa, estava sempre nos cantos, ouvindo e falando. O apelido dele era Corvo. Apareceu lá de repente e ficou uns dez anos. Ele fazia de tudo um pouco: era motorista. Estava sempre no meio de tudo, recebendo as pesso-

as, dando recado para o doutor isso, doutor aquilo. Nunca foi muito do meu agrado. Depois que Jango faleceu, ele continuou morando na fazenda por uns cinco anos. Eu desconfiava também de um outro capataz da fazenda, chamado Ricardo. Mas esse ficou pouco lá.

CC: Mas qual deles seria o tal agente?

MTG: Não posso dizer o nome. Acho que é uma pessoa que está viva. Era meio sócio do Jango, meio gerente de tudo. Fez isso durante todo o tempo que estivemos lá. Sempre que falavam disso, eu caio em cima dele. Era brasileiro. Acho que ele era deputado, alguma coisa assim. Parece que, na época, foi candidato na terra dele, no Recife, mas não se elegeu. Trabalhava em alguma coisa com o Jango, que eu não me lembro agora. Mas não falo o nome, não.

CC: Esse perfil não se parece com o do ex-deputado pernambucano cassado Cláudio Braga, do PSB, que foi secretário particular de Jango em quase todo o tempo de exílio? Coincidentemente, ele acabou de dizer numa entrevista à revista *Brasileiros que acredita que Jango morreu de enfarte...*

MTG: Não é dele que eu estou falando. Não posso acusar pessoas sem uma certeza. Tenho medo de cometer um erro.

CC: Não são muitas as coincidências?

MTG: Eu já ouvi relatos de várias pessoas que colocam um ponto de interrogação sobre o que ele realmente fazia, se teria alguma ligação. Realmente, várias pessoas falavam que ele era suspeito. Falavam também de vários outros nomes. Então, até faz sentido que ele vá na contramão.

CC: As pessoas suspeitas estavam na úl-

tima festa de aniversário de Jango, cujos detalhes foram documentados?

MTG: Estavam todas.

CC: Por que a senhora desconfia desse político pernambucano?

MTG: Na noite em que o Jango faleceu, ele ia se encontrar com essa pessoa. Ela estava em Paso de Los Libres. Tinha ido se encontrar com Jango porque estava fechando um negócio com gado. O Jango disse: “Eu vou esperar o fulano que vem aqui amanhã de manhã”. Mas ele não veio na fazenda. Só depois que o Jango faleceu. O Jango falou: “Ah, estranho esse fulano não ter vindo. Eu estava esperando por ele”.

“Não posso dizer o nome (do Agente B). É uma pessoa que está viva. Era meio sócio do Jango, meio gerente de tudo”

Bisbilhotagem. Agentes secretos identificaram amigos de Maria Thereza e Jango (à esq.) em festa na fazenda em Maldonado, na Argentina

CC: O Cláudio Braga também conta que estava em Uruguai (na divisa com Paso de Los Libres) e iria se encontrar com Jango para participarem de uma venda de gado...

MTG: Também ia... Eu achei estranho, porque ele não apareceu... E aí achei muito estranho, porque ele só apareceu depois que o Jango faleceu. E não foi a primeira pessoa que chegou. Chegou muito tempo depois.

CC: Existem outros indícios?

MTG: Acho ele uma pessoa muito estranha, em termos de negócios. Muito comedido para falar, cheio de mistérios. Frequentava bastante a minha casa, saía muito com o Jango. Mantinha contato permanente com ele. Assuntos de banco, assunto disso, daquilo...

CC: A senhora acha que Jango morreu envenenado?

MTG: Você sofre uma influência muito grande depois de todos esses acontecimentos. Com todo esse panorama que agora vem na minha frente, tenho as minhas dúvidas se o Jango morreu do coração ou não. Ele estava muito bem, tinha emagrecido, estava fazendo regime, tratamento e tudo. Nesse dia, viajamos juntos. Tudo indica que sim. Mas era uma pessoa que já tinha problemas cardíacos. Agora os fatos estão aí. Aparece o Neira Barreiro (agente secreto uruguaio) contando tudo isso. Ele não deve estar mentindo. Precisaria ser muito criativo para inventar tudo. Fiquei estarelecida com o que ele falou. Parece realmente que ele viveu esse momento. Conhece muita coisa da gente. Como ele saberia o nome de todas as pessoas que trabalhavam em nossa casa? Ele sabia o telefone da fazenda, os passos do Jango, quando ele ia viajar ou não, quem frequentava a casa.

CC: Como foi a morte de Jango?

MTG: Nós saímos de Tacuarembó, no Uruguai, para ir a Mercedes, pois ele tinha negócios com essas pessoas. Pegamos um carro e o avião dele e descemos em Paso de Los Libres. Paramos um pouquinho no hotel e viemos para a fazenda de Mercedes, que era longe. No caminho, notei que ele estava um pouco cansado. Eu tenho mania de olhar nos olhos das pessoas. Olhei e disse: “Jango, você está com o olhar tão triste, está com umas olheiras, cansado. Quer que eu dirija um pouco?” E ele disse: “Não, não, estou bem, não se preocupe”. Aí, chegamos na fazenda. Ele tomou um banho, estava bem. Disse que ia ler um pouquinho

Ideias Entrevista

e dormir para acordar cedo, porque estava esperando o pessoal para fechar o negócio. A casa era muito grande, meio estranha, eu tinha medo. Começaram a bater umas janelas e eu não conseguia dormir. Apaguei a luz, depois de ler, senti que ele estava respirando diferente. Era uma coisa meio estranha. Acendi a luz de novo e aí ele teve um negócio, como se a pessoa estivesse sem respirar. Eu corri para o lado dele, que estava virado, e comecei a gritar: "Jango, Jango, Jango!" E ele faleceu. Aí, senti que ele tinha morrido. Saí gritando e veio o caseiro, com uma arma na mão. Chamaram o médico. Ele estava com 58 anos.

CC: *O agente uruguaio disse que os remédios que ele tomava teriam sido trocados. Ele tomou o medicamento nessa noite?*

MTG: Eu não vi ele tomar. Mas, como ele sempre tomava... Tinha um que ele botava embaixo da língua. O outro ele tomava, mas deixava em tudo quanto é lugar, em qualquer parte da casa. Ele não era muito organizado. Sobre essa história (relatada pelo agente) da troca dos remédios no Hotel Liberty, em Buenos Aires, onde ele os retirava, eu comecei a juntar as peças. Ele sempre ia pegar o remédio nesse hotel. Eu fui com ele uma vez e estavam lá mesmo. Tinha uma pessoa que levava os remédios e deixava no hotel. Vinham da França.

CC: *Por que não foi feita a autópsia?*

MTG: É uma questão das autoridades argentinas. Eu não sabia nada, nunca tinha visto alguém morrer. A fazenda era totalmente isolada. O lugar mais próximo era uma vila e o único médico era pediatra. Não tinha ninguém, era um buraco aquilo, afastado de tudo. Trouxeram o médico e dizem que ele chegou para mim e perguntou se eu queria que fizesse autópsia e eu disse não. É mentira. Eu nunca falei isso. Ele quis se justificar e botou em cima de mim o problema. Depois que souberam da morte, foi chegando gente importante, mas ninguém tomou uma providência. Eu estava desesperada. Mandei chamar o Brizola por telefone. Pedi para ligar e falar com ele, mas ninguém conseguiu encontrá-lo. Ele estava no Uruguai, mas podia ter tomado uma providência, chamado as autoridades argentinas. A verdade é que ninguém fez nada. Fiquei ali sozinha. Foram chegando meus parentes e eu fiquei com eles. Não tinha nenhuma pessoa que me orientasse. Fiquei com essa mágoa do Brizola, porque no momento em que pre-

cisei, ninguém me ajudou. O Brizola era o cara mais próximo da família.

CC: *Há relatos sobre outros casos de envenenamento...*

MTG: Há o caso de três garrafas de vinho enviadas para o candidato a presidente uruguaio, Mario Heber, e para outras duas lideranças. Quem tomou foi a Cecília Heber, esposa do Mario, que faleceu na hora. Foi comprovado veneno. Segundo o Neira Barreiro, o médico que teria feito esse composto químico teria feito também os comprimidos.

CC: *O Jango sabia que era vigiado?*

MTG: Sabia. Sempre dizia: "Olha, se cuide porque nós estamos sendo vigiados, controlam nossa vida aqui". Até falava para os meninos, quando saíam de noite, para tomarem cuidado. Logo que chegamos lá, fomos morar num apartamento em Pocitos e era horrível, porque sempre tinha um carro parado lá. Duas vezes eu vi um homem parado subindo no poste de luz da fazenda. Ele temia atentados desde 1965, como os documentos uruguaiois hoje comprovam.

CC: *O Jango tinha receio da situação na Argentina em 1976?*

MTG: O Jango tinha escritório lá e começa-

ram a perturbar, a telefonar, dizendo que iam sabotar o escritório.

CC: *Como era o relacionamento de Jango com outros políticos sul-americanos exilados?*

MTG: Ele era muito amigo do Zelmari Michelinie do Hector Gutierrez (políticos uruguaiois). Ficou arrasadíssimo com a morte deles. Eles se encontravam sempre no Hotel Liberty. Interessante que, nessa época, a namorada do Cláudio Braga, que acabou casando com ele, era telefonista do hotel. Desconfiaram dela também porque trabalhava lá. Ela teve problemas com isso.

CC: *O Jango tomou alguma medida por causa dos assassinatos?*

MTG: Quando mataram o presidente da Bolívia, Juan José Torres, disseram num jornal de Buenos Aires que uma das ações dos que assassinaram Torres seria matar o Jango e a família dele. Aí, o Jango foi embora para a Inglaterra e eu fiquei sozinha lá. Foi em agosto e voltou em outubro.

CC: *A senhora e o seu filho, João Vicente, foram presos no Uruguai?*

MTG: Foi pouco antes de sairmos de lá. Teve um período no país em que não se podia comprar carne, nem vender nem

“O Neira Barreiro não deve estar mentindo sobre o envenenamento. Como ele saberia de tudo o que acontecia em nossa casa?”

Cenas. Jango não quis guardar foto de Che Guevara. A viúva reclama de Brizola e lembra de momento cômico com Lacerda

matar animal. Um empregado da fazenda colocou uma porção de carne no meu carro, eu fui parada e presa. Me levaram para um destacamento policial e já foram me cutucando com a arma. Fiquei três dias incomunicável. Me deixaram sentada numa cadeira o tempo todo. Eu tinha 100 dólares na carteira e dei a um guarda para ele ligar e avisar minha família. No dia seguinte, um coronel amigo do Jango foi lá e me soltaram. O João Vicente foi preso com a turma toda do colégio dele. Tinha 16 anos. Era perseguição.

CC: O Jango pensava em voltar para o Brasil?

MTG: Ele tinha o desejo de voltar, sofria por isso. Mas, naquele momento, queria ir para Paris. Ele dizia: “Agora que nasceu meu neto, eu vou embora para Paris”.

CC: Os agentes que o monitoravam falavam sempre em sua volta...

MTG: Eu sempre tive a impressão de que os militares tinham esse pavor de que ele voltasse. Então, os amigos falavam para ele voltar. Mas ele sabia que não ia voltar bem, que não seria bem recebido. Uma vez, quando eu fiz 30 anos, ele disse: “Pode ficar tranquila, que nós vamos sair daqui avô e avó”.

CC: Dizia-se que ele pretendia criar um novo partido...

MTG: Eu convivia com todo mundo. Tudo o que ele pensava me falava. Estava sempre do lado. E eu não ouvia isso.

CC: Ele teve contatos com o general Golbery (do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil)?

MTG: Tinha alguns documentos e telegramas que falavam disso. Mas foi um amigo, o

Antonio Ávila, que falou e pediu para intermediar um retorno. Iniciar as conversas.

CC: O que a senhora pediria hoje às autoridades brasileiras?

MTG: Quero que investiguem a fundo a morte do Jango, porque ninguém se preocupa com isso. Há uma má vontade das autoridades. Queria que o presidente Lula pedisse uma apuração profunda, porque há evidências e fica sempre uma dúvida no ar. É estranho não investigarem. É um brasileiro que foi presidente da República. Acho que não querem. Devem temer um conflito com os militares.

CC: A senhora se separou no exílio?

MTG: Não. Voltei um período de uns quatro meses por causa de uma doença de meu pai e aí falaram isso.

CC: Houve uma prisão no Brasil?

MTG: Eu vim para o casamento do meu irmão, João José, e ficamos três dias presos. Eu, ele, uma prima e o marido dela. Era 1967 ou 1968. Viemos de carro e, quando viram meu passaporte, num destacamento militar em Rio Grande (RS), mandaram todo mundo sair e nos deixaram três dias incomunicáveis. Um mulheres com trajes militares mandaram a gente tirar a roupa. Vasculharam o carro inteiro.

CC: A família ainda tem terras e negócios?

MTG: Só no Rio Grande do Sul, mas é tudo arrendado. Não tem mais nem minha casa em Punta del Este.

CC: Há histórias que não foram contadas?

MTG: Lembro de momentos divertidos. Uma vez, o Carlos Lacerda (ex-governador do Rio) e o Renato Archer (ex-deputado) foram se encontrar com o Jango no Uruguai para falar sobre a Frente Ampla (que reuniu antigos opositores). Eles estavam em frente ao endereço, quando cheguei com o meu carro. Perguntaram onde morava o Jango e eu expliquei. Entrei junto e só quando chegamos ao apartamento eles viram quem eu era. Pediram mil desculpas. Eu estava de minissaia de couro e botas longas. Quando o Jânio Quadros condecorou o Che Guevara em Brasília, eu tirei uma foto imensa com ele e quis colocar no quarto. Ai, o Jango falou: “Você está louca? Tira esse negócio daí”. ●

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº743, DE 2009

Requer Voto de Aplauso ao lutador Matheus Segadilfia, que se tomou campeão Amazonense de Jiu-jitsu, mantendo uma invencibilidade de cinco anos.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso *ao lutador Matheus Segadilha*, que no dia 14 de junho de 2009, tornou-se campeão Amazonense de Jiu-Jitsu, mantendo uma invencibilidade de cinco anos

Requeiro, também, que deste Voto de Aplauso, seja cientificado o novo campeão da categoria leve (até 76 quilos).

Justificação

Ao derrotar, no último dia 14 de junho de 2009, Angelo Carioca, no Campeonato Amazonense de Jiu-Jitsu, o faixa preta Matheus Segadilha tornou-se Campeão Estadual na categoria, pelo que é merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Matheus é detentor de 79 medalhas, conquistadas graças a sua categoria como lutador dedicado. Ele começou a praticar Jiu-Jitsu com 11 anos de idade e, daí em diante, colecionou vitórias.

A homenagem que ora formulo, justifica-se pelo inegável mérito desse atleta, agora campeão Amazonense.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 744, DE 2009

Nos termos do art. 256, I, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada da Emenda nº 3 – Plen, de Plenário, à PEC nº 20, de 1999, que me tem como primeiro signatário.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2009. – Senador **Tasso Jereissati**

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência defere o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à Tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Blog em favor da Volta de Delúbio ao PT provoca Mal-Estar entre Políticos”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 30 de abril 2009.

A reportagem destaca que a campanha de reintegração do ex-tesoureiro Delúbio Soares ao PT produziu mal-estar no partido ao expor, na internet, o nome de apoiadores da causa.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PELA VOLTA DE DELÚBIO

Em blog, petistas defendem a volta do ex-tesoureiro ao quadro de filiados do PT



DO CONTRA

» Algumas lideranças, como a senadora Ideli Salvatti e o prefeito Luiz Marinho, reclamam que não autorizaram exposição de seu nome no blog

Reprodução de <http://companheirodelubio.blogspot.com>

!!! foco

Blog em favor da volta de Delúbio ao PT provoca mal-estar entre políticos

CÁTIA SEABRA
DA REPORTAGEM LOCAL

A campanha de reintegração do ex-tesoureiro Delúbio Soares ao PT produziu mal-estar no partido ao expor, na internet, o nome de apoiadores da causa. No ar, um blog em favor da volta de Delúbio exibe uma galeria de fotos que inclui do senador Eduardo Suplicy (SP) ao ex-ministro e prefeito de São Bernardo, Luiz Marinho.

Consultados por Delúbio, eles teriam até se comprometido a apoiar a reintegração do ex-tesoureiro, expulso do PT em 2005 em meio ao escândalo do mensalão. Mas re-

clamam de sua exposição.

Até terça, as fotos eram acompanhadas pela inscrição “galeria de apoiadores”. Ontem, depois de o ex-tesoureiro ter sido procurado pela Folha, o título mudou para “companheiros pestistas”.

“Não sei de campanha. Não estou participando disso. Nem participo mais do diretório”, reagiu a senadora Ideli Salvatti (SC).

Marinho informou, por intermédio de sua assessoria, não ter autorizado o uso de sua imagem, nem mesmo assinado qualquer documento em favor de Delúbio.

Procurados, o governador do Piauí, Wellington Dias, o

prefeito de Vitória (ES), João Coser, e o ex-governador do Acre Jorge Vianna não responderam se permitiram o uso de seus nomes.

O líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP), por sua vez, reiterou a disposição de votar em favor de Delúbio no Diretório. Segundo ele, “seus argumentos são convincentes”. Vaccarezza condena, no entanto, o lançamento de campanha.

“Sou contra campanha. Disse a Delúbio: só atrapa-lha”, afirmou.

Já o senador Eduardo Suplicy não só admite ter assinado um manifesto pela reintegração como concordado com o uso de sua imagem.

Ao receber Delúbio, Suplicy sugeriu, porém, que o partido registre doações e gastos na internet. “Disse a Delúbio que ninguém deve ser condenado para sempre.”

O deputado Vicente Paulo da Silva (PT-SP) defende Delúbio: “Ele não matou ninguém”, justificou Vicentinho.

Outro “apoiador” de Delúbio, o presidente do PT de São Paulo, José Américo, argumenta: “Podemos discutir a oportunidade da campanha. Mas Delúbio tem o direito de se defender”.

Com autoria atribuída à bióloga Leticia Rodrigues, do PT do Rio, o blog apresenta, além de depoimentos, de uma entrevista do ex-ministro José Dirceu e de carta de moção do PT da Paraíba, fotos de Delúbio. Uma delas, num jantar no Mato Grosso do Sul.

Embora tenha pedido autorização de petistas para divulgação de seus nomes, Delúbio — cujo pedido será submetido ao Diretório no dia 23 — informou, por intermédio de interlocutores, que não é o responsável pelo blog. Mas que todo apoio é bem-vindo.

O SR. SERGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o editorial intitulado “Muralha chinesa”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 21 de maio 2009.

O editorial destaca que o Presidente Lula volta de mãos vazias de Pequim, sem ter avançado no objetivo de diversificar a pauta do comércio bilateral.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Editoriais

Muralha chinesa

Lula volta de mãos vazias de Pequim, sem ter avançado no objetivo de diversificar a pauta do comércio bilateral

A VIAGEM do presidente Lula à China termina como a anterior, em maio de 2004, e a do presidente Hu Jintao ao Brasil, seis meses depois: sem resultados relevantes para nosso país. O regime chinês, por seu turno, obteve várias conquistas no período, mesmo sem ter oferecido contrapartidas significativas.

Lula parte de Pequim sem acordos novos para exibir. O contrato da Petrobras para exportar 150 mil barris diários de petróleo em 2009 já fora anunciado em fevereiro. A liberação para entrada do frango brasileiro na China data de 2008. Na gaveta ficaram a meta de reverter o cancelamento da compra de 45 aviões da Embraer e questão das barreiras para carnes suína e bovina.

Em 2004, Lula podia dizer-se traído pelos chineses. Logo após sua visita, a China suspendeu embarques da soja brasileira, sob pretexto de contaminação. Soja e seus derivados constituem o item principal das exportações para aquele país — 32% do total das vendas em 2008.

Por ocasião da vinda de Hu Jintao, o Planalto, apressadamente, reconheceu a China como economia de mercado plena, sob protesto da indústria daqui,

que viu assim restringida a margem para mover ações antidumping contra os chineses. A contrapartida, autorizar embarques de frango brasileiro, arrastou-se por quatro anos.

A burocracia chinesa usa sem peias a alavanca que a assimetria do comércio bilateral lhe franqueia. O movimento comercial mais que quintuplicou desde 2003 e, nos dois últimos anos, se tornou superavitário para a China, com saldos de US\$ 3,6 bilhões (2008) e US\$ 1,9 bilhão (2007). O país asiático acaba de tomar o lugar dos EUA como principal parceiro comercial do Brasil.

Do ponto de vista qualitativo, a vantagem chinesa é muito mais evidente e preocupante. Mais de três quartos do que exportamos para lá são itens básicos, como produtos agrícolas, petróleo e

minérios. Mesmo entre industrializados, semimanufaturados (16%) levam vantagem sobre manufaturados (7%). Dos dez principais produtos que os chineses nos vendem, nove são equipamentos eletroeletrônicos, com muito mais valor agregado.

O governo federal diagnosticou, corretamente, a necessidade de diversificar a pauta das exportações e de atrair investimentos chineses para o território nacional. O Brasil pode vender mais e melhor para a China. A fim de que isso ocorra, autoridades e empresas precisam deslanchar uma ofensiva sobre aquele mercado, com mais profissionalismo e organização do que o demonstrado até aqui.

O GRANDE SALTO

Comércio entre Brasil e China, em US\$ bilhões

1993	1,1
1998	1,9
2003	6,7
2008	36,4

Fonte: Ministério do Desenvolvimento

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Intelectuais europeus pedem ação contra Hosny na Unesco”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 22 de maio de 2009.

A matéria destaca que três dos maiores intelectuais da Europa apelaram em artigo publicado no jornal **Le Monde**, em Paris, à comunidade internacional para que interfira nas eleições da Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura, Unesco, e evite a vitória de Farouk Hosny. Chamado

de antisemita, o ministro da Cultura egípcio é apoiado pelo Brasil

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Intelectuais europeus pedem ação contra Hosny na Unesco

Chamado de antisemita, ministro da Cultura egípcio é apoiado pelo Brasil

Andrei Nelto
CORRESPONDENTE
PARIS

Três dos maiores intelectuais da Europa apelaram em artigo publicado ontem, no jornal *Le Monde*, em Paris, à comunidade internacional para que interfira nas eleições da Organizações das Nações Unidas para a Edu-

cação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e evite a vitória de Farouk Hosny. O ministro da Cultura egípcio é acusado de antisemita pelo filósofo Bernard-Henri Lévy, pelo escritor e prêmio Nobel da Paz Elie Wiesel e pelo cineasta Claude Lanzmann. A candidatura de Hosny recebeu a adesão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que nega apoio ao brasileiro Márcio Barbosa, atual número 2 da instituição.

O artigo foi intitulado “Unesco: a vergonha de um naufrágio anunciado”. O texto tem início com um histórico de sucessivas declarações de caráter preconceituoso feitas por Hosny contra o povo judeu nos últimos 15 anos. Frases como “Israel nunca contribuiu à civilização em nenhuma época, porque nunca fez nada além de se apropriar dos bens dos outros” e “a cultura israelense é uma cultura inumana; é uma cultura agressiva, racista, pretensiosa, que se baseia em um princípio simples: roubar o que não lhes pertence” foram pinçadas pelos três intelectuais – todos de origem judia – entre as manifestações do ministro da Cultura egípcio.

MOBILIZAÇÃO

Com o texto, Lévy, Wiesel e Lanzmann pedem mobilização da comunidade internacional. “Farouk Hosny (...) será o próximo diretor-geral da Unesco se nada for feito antes de 30 de maio, data do encerramento das candidaturas, para impedir sua marcha irresistível em direção a um dos postos de responsabilidade cultural mais importantes do planeta”, dizem.

“É evidente: Farouk Hosny não é digno deste papel; Farouk Hosny é o contrário de um homem pacifista, de diálogo e de cultura; Farouk Hosny é um homem perigoso, um incendiário de corações e mentes”, prosseguem. “Resta pouco tempo para evitar que se cometa o erro maior da ascensão de Farouk Hosny a este posto eminente.”

Lévy, Wiesel e Lanzmann pedem ainda ao governo do Egito que retire a candidatura e evite uma provocação “tão odiosa, tão incompreensível” que levaria à destruição da Unesco.

As eleições para a direção geral da organização acontecerão em outubro, mas o prazo para inscrições de chapas se encerra na próxima sexta-feira. Há outros três candidatos à vaga, hoje ocupada pelo japonês Koichiro Matsuura: a lituana Ina Marciulionytė, a búlgara Irina Bokavá e o argelino Mohamed Bedjaoui. Nenhum dos três, contudo, reuniu apoio dos países mais influentes da organização – Estados Unidos, França e Japão – até o momento.

O Brasil é protagonista da campanha mesmo sem candida-

to. Diretor-geral adjunto nos últimos oito anos, o engenheiro brasileiro Márcio Barbosa tem grande trânsito na organização, mas não recebeu o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, que formalizou o apoio a Hosny.

“Imaginava que essa polêmica fosse ganhar a preocupação internacional, como ganhou. Lamento a situação e continuo acreditando na possibilidade de mudança de posição do Brasil”, disse Barbosa ao Estado. Mesmo sem o apoio de Brasília, sua eventual candidatura segue cogitada nos bastidores da Unesco. É forte a articulação para que ele aceite ser candidato representando outro país. “Não queria considerar essa hipótese porque é desagradável. Só tomaria esta atitude se tiver segurança de que o presidente Lula não voltaria atrás”, afirmou Barbosa. ■

Comissão pede ao Itamaraty retirada de apoio a egípcio

← A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado enviou ontem requerimento ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que ele reveja a decisão do Itamaraty de apoiar o egípcio Farouk Hosny para o cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O documento preparado pelo presidente da comis-

são, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), argumenta que é estranho o País apoiar o egípcio quando outro candidato é o brasileiro Márcio Barbosa, atual diretor adjunto da Unesco.

Azeredo diz que Hosny é controverso e envolvido em condutas antidemocráticas como ministro da Cultura no Egito. Em visita ao Rio, nesta semana, ele desmentiu o rótulo de antisemita e acusou o governo americano de querer prejudicá-lo. ■ GUSTAVO UMBRE

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em sua longa e profícua trajetória, o Senado tem deixado marcas institucionais profundas na vida brasileira, sobretudo por saber adaptar-se às expectativas, demandas e necessidades da população, muitas vezes a elas se antecipando, mas sempre em conformidade com os valores e costumes nacionais.

Dentro do imenso painel de atuação desta Casa, a cultura sempre teve destaque e ocupou espaço privilegiado – da Biblioteca Luiz Vianna Filho ao pequeno, porém emblemático, Museu do Senado, sem contar as múltiplas iniciativas que prestigiam a área. Nas últimas décadas, em decorrência da forte especialização profissional, traço característico do mundo contemporâneo, nossa Instituição começou a investir com mais vigor em educação. Buscamos na origem a permanente qualificação e atualização dos profissionais que servem a Casa. Como temos evidente vocação nacional, passamos também a proporcionar formação para quadros de outros setores da Administração federal, estadual e municipal.

Assim, em processo de contínua evolução, a partir de um discreto centro de formação de servidores, organizamos o Instituto Legislativo Brasileiro, ILB, e, posteriormente, avançando ainda mais, a Universidade do Legislativo, ou UniLegis, como se tornou nacionalmente conhecido e reconhecido esse centro de educação superior do Senado Federal, em Brasília.

Portanto, foi com muita satisfação que recebi a informativa publicação Atividades Educacionais 2009, que contempla o consistente leque de ações concebidas para realização no corrente ano pelo ILB e pela UniLegis. Em mais de meia centena de páginas, tem-se a programação relativa aos trabalhos propostos nos distintos, porém sempre interligados, âmbitos de atuação dos dois órgãos. Ensino, pesquisa e extensão aliam-se à cultura e à cidadania.

Sr^{as} e Srs. Senadores, além de registrar a diligência, o esmero e o claro sentido de planejamento com os quais as administrações desses dois importantes órgãos do Senado conduzem suas atividades, permitam-me em rápidas palavras destacar algumas atividades, notadamente cursos, previstos para o corrente exercício.

As modernas tecnologias da informação e comunicação facilitam a multiplicação dos cursos a distância, oferecendo-lhes um alcance e efetividade antes sequer imaginados, especialmente em um País com as dimensões do nosso. Nessa linha, o ILB programou e executa cursos com e sem tutoria, além de garantir uma ampla oferta de material de suporte, como vídeos educativos, programas pela Rádio Senado, materiais

didáticos para consulta e pelo menos duas publicações: Introdução às Relações Internacionais – Teoria e História e Economia Descomplicada. Tudo isso sem contar os diversos e sempre importantes cursos presenciais.

Entre os programas a distância, vejo como muito bem-vindo e oportuno o tratamento concedido a temas proeminentes para a área pública, como Doutrinas Políticas Contemporâneas, Gestão Administrativa do Setor Público, Direito Eleitoral, Processo Legislativo e um curso especialmente voltado para o Mercosul, tratando dos Fundamentos da Integração Regional.

A UniLegis, por sua vez, inclui em seu calendário deste ano um Ciclo de Conferências, colocando em debate temas políticos e estratégicos de interesse do Senado e do Legislativo, um Seminário de Administração e quatro cursos de pós-graduação, em nível de especialização, recobrando Administração Legislativa, Direito Constitucional, Ciência Política e Orçamento Público. Ainda no corrente ano, a Universidade encerra o curso Graduação Tecnológica em Administração Legislativa.

No que se refere à pesquisa, a UniLegis tem como metas para este exercício o estímulo à produção científica associada à atuação do Poder Legislativo, com vistas à implantação de cursos de Mestrado, iniciando a tão almejada pós-graduação *stricto sensu*. Para tanto deverá igualmente estabelecer grupos de pesquisa legislativa, abrangendo quatro linhas: políticas públicas, orçamento, fiscalização e controle; marcos constitucionais e função reguladora do Legislativo; Parlamento e relações institucionais; Estado, sociedade, comunicação e democracia; e planejamento e gestão de processos, pessoas e conhecimento.

Como se observa, Sr. Presidente, com a séria e profícua atuação do Instituto Legislativo Brasileiro e da Universidade do Legislativo estão de parabéns o Senado Federal, o Poder Legislativo e a Administração Pública, nos seus distintos níveis, e a própria sociedade brasileira, razão última de todo esse empenho.

Com profissionais dedicados, dotados de formação de alto nível e em constante atualização, é possível elevar a qualidade e a presteza das respostas que o serviço público e todos os seus integrantes devem aos cidadãos e contribuintes brasileiros. Pelo que me é dado conhecer, ILB e UniLegis cumprem com rigor e sucesso suas relevantes funções institucionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA**1****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 47, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador César Borges, que altera a redação do art. 29-A da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.

Pareceres sob nºs 417 e 713, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valter Pereira, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas de Plenário): favorável à Emenda nº 2-Plen, com Subemendas nº 1 e 2-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3-Plen.

2**PARECER Nº 511, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 511, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior, sobre o Ofício nº S/15, de 2009 (nº 239/2009, na origem), do Superior Tribunal de Justiça, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Sérgio Feltrin Corrêa, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

3**PARECER Nº 512, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do(a) Parecer nº 512, de 2009, de autoria do(a) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre o Ofício nº S/16, de 2009 (nº 47/2009, na origem), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Adilson Gurgel de Castro para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

4**PARECER Nº 513, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do(a) Parecer nº 513, de 2009, de autoria do(a) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre o Ofício nº S/17, de 2009 (nº 47/2009, na origem), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Almino Afonso Fernandes para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

5**PARECER Nº 514, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do(a) Parecer nº 514, de 2009, de autoria do(a) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre o Ofício nº S/18, de 2009 (nº 520/2009, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Procurador Regional da República, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

6**PARECER Nº 515, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do(a) Parecer nº 515, de 2009, de autoria do(a) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre o Ofício nº S/19, de 2009 (nº 520/2009, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Sandra Lia Simón, Procuradora Regional do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

7**PARECER Nº 516, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do(a) Parecer nº 516, de 2009, de autoria do(a) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre o Ofício nº S/20, de 2009 (nº 520/2009, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Maria Ester Henrique Tavares, Procuradora da Justiça Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

8**PARECER Nº 517, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do(a) Parecer nº 517, de 2009, de autoria do(a) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre o Ofício nº S/21, de 2009 (nº 520/2009, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Diaulas Costa Ribeiro, Promotor de Justiça, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

9**PARECER Nº 518, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do(a) Parecer nº 518, de 2009, de autoria do(a) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre o Ofício nº S/22, de 2009 (no 520/2009, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Cláudio Barros Silva, Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

10**PARECER Nº 519, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do(a) Parecer nº 519, de 2009, de autoria do(a) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre o Ofício nº S/23, de 2009 (nº 520/2009, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Achilles de Jesus Siquara Filho, Procurador de Justiça do Estado da Bahia, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

11**PARECER Nº 520, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do(a) Parecer nº 520, de 2009, de autoria do(a) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre o Ofício nº S/24, de 2009 (nº 520/2009, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Sandro José Neis,

Promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

12**PARECER Nº 521, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do(a) Parecer nº 521, de 2009, de autoria do(a) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre o Ofício nº S/25, de 2009 (nº 143/2009, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Taís Schilling Ferraz, Juíza Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

13**PARECER Nº 522, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do(a) Parecer nº 522, de 2009, de autoria do(a) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre o Ofício nº S/26, de 2009 (s/nº/2009, na origem), de Lideranças do Senado Federal, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Bruno Dantas Nascimento para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

14**PARECER Nº 502, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 502, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, sobre o Ofício nº S/39, de 2009 (nº 144/2009, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Paulo de Tarso Tamburini Souza, Juiz de Direito da Comarca de Belo Horizonte, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

15**PARECER Nº 589, DE 2009**
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 589, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Se-

nador Antonio Carlos Júnior, sobre o Ofício nº S/27, de 2009 (nº 239/2009, na origem), do Superior Tribunal de Justiça, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Leomar Barros Amorim de Sousa, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

16**PARECER Nº 590, DE 2009**

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 590, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, sobre o Ofício nº S/28, de 2009 (nº 239/2009, na origem), do Superior Tribunal de Justiça, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Walter Nunes da Silva Júnior, Juiz Federal, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

17**PARECER Nº 592, DE 2009**

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 592, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Flexa Ribeiro, sobre o Ofício nº S/30, de 2009 (nº 144/2009, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Milton Augusto de Brito Nobre, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

18**PARECER Nº 593, DE 2009**

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 593, de 2009, de autoria do Procurador-Geral da República, sobre o Ofício nº S/31, de 2009 (nº 406/2009, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Adônis Callou de Araújo Sá, Procurador Regional da República, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

19**PARECER Nº 594, DE 2009**

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 594, de 2009, de autoria do Procurador-Geral da República, sobre o Ofício nº S/32, de 2009 (nº 406/2009, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Felipe Locke Cavalcanti, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

20**PARECER Nº 595, DE 2009**

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 595, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Ideli Salvatti, sobre o Ofício nº S/33, de 2009 (nº 46/2009, na origem), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Jefferson Luis Kravchychyn para compor o Conselho Nacional de Justiça.

21**PARECER Nº 596, DE 2009**

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 596, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, sobre o Ofício nº S/34, de 2009 (nº 46/2009, na origem), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Jorge Hélio Chaves de Oliveira para compor o Conselho Nacional de Justiça.

22**PARECER Nº 598, DE 2009**

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 598, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, sobre o Ofício nº S/36, de 2009 (nº 184/2009, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Ives

Gandra Martins Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

23

PARECER Nº 599, DE 2009
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 599, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Wellington Salgado, sobre o Ofício nº S/37, de 2009 (nº 184/2009, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Nelson Tomaz Braga, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

24

PARECER Nº 600, DE 2009
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 600, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, sobre o Ofício nº S/38, de 2009 (nº 184/2009, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Morgana de Almeida Richa, Juíza do Trabalho Titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

25

PARECER Nº 503, DE 2009
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 503, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy, sobre o Ofício nº S/40, de 2009 (s/nº/2009, na origem), do Líder do Partido dos Trabalhadores, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Marcelo da Costa Pinto Neves para compor o Conselho Nacional de Justiça.

26

PARECER Nº 591, DE 2009
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 591, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio

Guerra, sobre o Ofício nº S/29, de 2009 (s/nº/2009, na origem), de Lideranças do Senado Federal, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Erick Wilson Pereira para compor o Conselho Nacional de Justiça.

27

PARECER Nº 597, DE 2009
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 597, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Patrícia Saboya, sobre o Ofício nº S/35, de 2009 (s/nº/2009, na origem), da Liderança do Partido Democrático Trabalhista, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor André Ramos Tavares para compor o Conselho Nacional de Justiça.

28

PARECER Nº 601, DE 2009
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 601, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jayme Campos, sobre o Ofício nº S/44, de 2009 (245/2009, na origem), da Liderança da Minoria, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Antônio Ernani Pedroso Calhao para compor o Conselho Nacional de Justiça.

29

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

30

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador

Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

31**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

32**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

33**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

34**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

35**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos. *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

36**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003 (nº 6.206/2005, naquela Casa), da Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.

Parecer favorável, sob nº 1.018, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Ideli Salvatti.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2009 (nº 939/2007, na Casa de origem), de iniciativa da Procuradoria-Geral da República, que dispõe sobre a estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 642, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demostenes Torres.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorá-

vel, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

39

REQUERIMENTO Nº 698, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 698, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2003, de sua autoria (exige o porte da Carteira Nacional de Habilitação para condução de veículos nas rodovias e estradas).

40

REQUERIMENTO Nº 699, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 699, de 2009, do Senador Eduardo Azevedo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (vincula as empresas de transmissão, comércio atacadista e distribuição de energia elétrica ao SESC).

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 37 minutos.)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA

AO

PROJETO DE LEI Nº 16/2009-CN

MENSAGEM

Nº 0055, de 2009 – CN

(Nº 00369/2009, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de Companhias Docas, crédito suplementar no valor total de R\$ 116.408.996,00 (cento e dezesseis milhões, quatrocentos e oito mil e novecentos e noventa e seis reais), para os fins que especifica.”

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00001

PL 016/2009-CN

Mensagem 0055/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PROJETO DE LEI 016/2009 - SUP	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

Acrescentar ao PL 016/2009 - SUP Crédito Suplementar da Secretaria Especial de Portos, o seguinte subtítulo:

Unidade: 20128 - Secretaria Especial de Portos

Funcional Programática: 26.784.1457.7F21.0021

Ação: Construção do Berço 100, Alargamento do Cais Sul e Ampliação do porto de Itaqui (MA)- No Estado do Maranhão.

GND 4 / Modalidade de Aplicação 90

Fonte: 100

Valor: R\$ 3.000.000,00

Cancelar:

Órgão: 20000 - Presidência da República

Unidade orçamentária: 20206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

Funcional Programática: 26.784.1458.3E79 0032

Ação: Obras de Contenção e Ampliação do Cais do Porto de Vitória (ES) - No Estado do Espírito Santo

GND 4-INV / Modalidade de Aplicação 90

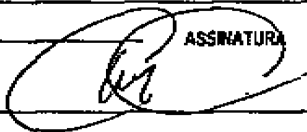
Fonte: 495

Valor: R\$ 3.000.000,00

Justificativa

O estado necessita de melhorias no Porto, para acelerar a economia na região.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL CLEBER VERDE	UF MA	PARTIDO PRB
--------	--	----------	----------------

DATA 10/06/2009	ASSINATURA 
--------------------	---

3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 18 de março de 2009

Às onze horas e trinta minutos do dia dezoito de março de dois mil e nove, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador José Sarney, e com a presença das seguintes Senadoras e Senadores: Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente, Serys Slhessarenko, Segunda Vice-Presidente; Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário; João Vicente Claudino, Segundo-Secretário; Mão Santa, Terceiro-Secretário; Adelmir Santana, Segundo Suplente de Secretário; Cícero Lucena, Terceiro Suplente de Secretário; e Gerson Camata, Quarto Suplente de Secretário. Deixam de comparecer, por motivo justificado, a Sra. Quarta-Secretária, Senadora Patrícia Saboya e o Primeiro Suplente de Secretário, Senador César Borges. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, dá as boas-vindas aos Membros da Mesa, agradece a presença de todos e apresenta a pauta proposta, que é parte integrante desta ata.

PAUTA

1 – ABERTURA

2 – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES, COM RELATÓRIOS FAVORÁVEIS:

Relatora – Senadora **SERYS SLHESSARENKO:**

- **Requerimento nº 1.396, de 2008** (do Senador Raimundo Colombo - Ministro do Controle e da Transparência).

Assunto: remessa de relação das ações de fiscalização realizadas pela Controladoria-Geral da União em Santa Catarina, de 2003 a 2008, abrangendo o Estado, Municípios, órgãos e empresas estatais.

- **Requerimento nº 10, de 2009** (da Senadora Kátia Abreu - Ministro das Relações Exteriores).

Assunto: participação do Brasil no tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Microorganismos para fins de Procedimentos em Matéria de Patentes.

- **Requerimento nº 50, de 2009** (do Senador Raimundo Colombo - Ministro das Minas e Energia).

Assunto: contrato firmado entre a Petrobras e a FINATEC (fundação pertencente à UnB), para a construção de laboratório de pesquisa - custo da obra.

- **Requerimento nº 52, de 2009** (do Senador Raimundo Colombo - Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão).

Assunto: lista de todas as emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União pagas no período de 2003 a 2008.

- **Requerimento nº 89, de 2009** (do Senador Alvaro Dias - Ministro da Fazenda).

Assunto: informações da Comissão de Valores Mobiliários sobre a aquisição do controle acionário da Aracruz Celulose pela Votorantim Celulose e Papel, anunciada em janeiro/2009.

- **Requerimento nº 112, de 2009** (do Senador Arthur Virgílio - Ministro da Fazenda).

Assunto: valor das aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) relativo ao exercício de 2008.

Relator – Senador HERÁCLITO FORTES:

- **Requerimento nº 1.348, de 2008** (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, por iniciativa do Senador Wellington Salgado - Ministro das Comunicações).

Assunto: denúncias subscritas por Coimbra & Sant'Anna Advocacia sobre debate realizado em 09.07.2008, na CCT.

- **Requerimentos nºs 96, 97 e 98, de 2009** (do Senador Romeu Tuma – aos Ministros da Justiça, do Meio Ambiente e de Minas e Energia, respectivamente).

Assunto: contrabando de material nuclear na região da Serra do Navio, no Estado do Amapá, cujo combate pela Polícia Federal está suspenso por não haver local apropriado para o armazenamento do material radioativo apreendido.

Relator – Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO:

- **Requerimento nº 1.267, de 2008** (da CRE - Ministro das Relações Exteriores).

Assunto: imunidade dos Diplomatas em serviço no Brasil e seus familiares, sobretudo com relação ao cumprimento das leis de trânsito brasileiras e à falta de registro de seus veículos pelo DETRAN dos respectivos estados da Federação e o Distrito Federal.

- **Requerimento nº 1.484, de 2008** (do Senador Raimundo Colombo - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão).

Assunto: criação de cargos públicos, de livre provimento e efetivos, no período de 2003 até a data de apresentação deste Requerimento, no âmbito da Administração Pública Federal.

- **Requerimento nº 1.642, de 2008** (do Senador Arthur Virgílio - Ministro da Defesa).

Assunto: relação dos países para os quais o Brasil, nos últimos cinco anos, teria vendido armamentos e artefato bélicos, como aviões militares e viaturas de combate e instrumentos similares.

- **Requerimento nº 51, de 2009** (do Senador Raimundo Colombo - Ministro dos Transportes).

Assunto: evolução dos gastos com as rodovias federais desde 2003.

- **Requerimento nº 111, de 2009** (do Senador Arthur Virgílio – Secretaria de Relações Institucionais).

Assunto: total de gastos do governo com a organização do encontro com prefeitos, realizado nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2009.

Relator – Senador MÃO SANTA:

- **Requerimento nº 1.496, de 2008** (do Senador Arthur Virgílio - Ministro da Saúde).

Assunto: ações existente do País, em especial no SUS, para atendimento de pacientes com Hepatite C, e do número de transplantes de fígado efetuados no período de 2000 a 2008.

- **Requerimento nº 120, de 2009** (do Senador Arthur Virgílio - Ministro da Saúde).

Assunto: sobre o Programa Nacional de DST-Aids (montante de recursos alocados, taxa de incidência e de mortalidade).

Relatora – Senadora PATRÍCIA SABOYA:

- **Requerimento nº 1.317, de 2008** (do Senador Arthur Virgílio - Ministro das Minas e Energia).

Assunto: aumento das tarifas de energia elétrica em Manaus.

- **Requerimento nº 1.394, de 2008** (do Senador Raimundo Colombo - Ministro do Trabalho e Emprego).

Assunto: total dos recursos do FAT para o exercício de 2008, a distribuição detalhada destes recursos e a forma de contratação para o repasse dos mesmos.

- **Requerimento nº 1.576, de 2008** (do Senador Expedito Júnior - Ministro da Justiça).

Assunto: medidas adotadas para a apuração da responsabilidade de servidores do Departamento de Polícia Federal e da FUNAI, referente a denúncias de suposta conivência com a exploração ilegal de madeira nas terras indígenas Sete de Setembro e Roosevelt, em Rondônia.

- **Requerimento nº 1.618, de 2008** (do Senador Arthur Virgílio - Ministro do Desenvolvimento Agrário).

Assunto: denúncias de venda de terras da União na Amazônia.

- **Requerimento nº 70, de 2009 (do Senador Arthur Virgílio - Ministro dos Transportes).**

Assunto: construção do Porto de Itacoatiara – AM e de projetos de portos em outras cidades do Amazonas.

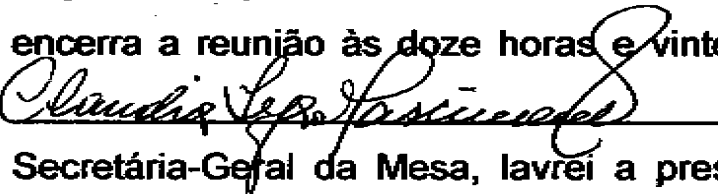
Relator – Senador **GERSON CAMATA:**

Requerimento nº 1.485, de 2008 (do Senador Raimundo Colombo - Ministro de Estado do Planejamento).

Assunto: evolução das despesas de custeio do Poder Executivo, por órgão, de 2002 até a data de apresentação do Requerimento, indicando o total de despesas de cada órgão.

3 – OUTROS ASSUNTOS.

Em seguida, passa ao **item 2** (requerimentos de informação com relatórios favoráveis) e concede a palavra à Senadora Serys Slhessarenko para relatar os **Requerimentos nºs 1.396, de 2008, 10, 50, 52, 89 e 112, de 2009**. Sendo os relatórios favoráveis, os requerimentos são submetidos à votação e aprovados. O Sr. Presidente concede, então, a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que relata favoravelmente os **Requerimentos nºs. 1.348, de 2008, e 96, 97 e 98, de 2009**. Todos são submetidos à votação e aprovados. A seguir o Presidente concede a palavra ao Senador João Vicente Claudino para relatar os **Requerimentos nºs 1.267, 1.484 e 1.642, de 2008, 51 e 111, de 2009**. Os requerimentos com pareceres favoráveis são submetidos à votação e aprovados. O Sr. Presidente concede, a seguir, a palavra ao Senador Mão Santa, que relata favoravelmente os **Requerimentos nºs 1.496, de 2008, e 120, de 2009**, que são submetidos à votação e aprovados. O Presidente concede a palavra ao Senador Gerson Camata que relata, favoravelmente, o **Requerimento nº 1.485, de 2008**, que,

submetido à voto, é aprovado. A seguir, o Sr. Presidente dá conhecimento dos relatórios favoráveis encaminhados anteriormente pela Senadora Patrícia Saboya aos **Requerimentos nºs 1.317, 1.394, 1.576 e 1.618, de 2008, e 70, de 2009**. Submetidos à votação, os requerimentos são aprovados. Todos os requerimentos aprovados vão à Secretaria-Geral da Mesa para as providências necessárias. Encerrada essa fase da reunião, o Sr. Presidente passa a tratar de outros assuntos. O Sr. Presidente apresenta Ato da Mesa que define e delega competências aos membros da Mesa para o biênio 2009/2010. Após discutido, o Ato é aprovado. O documento vai à publicação e é parte integrante desta Ata. A seguir, passa-se a tratar de matérias da área administrativa, que constarão da ata da reunião da Comissão Diretora. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às doze horas e vinte minutos. E, para constar, eu,  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrei a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senado Federal, em 18 de março de 2009



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente



Senador MARCONI PERILLO
1º Vice-Presidente

(continuação das assinaturas da Ata da 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 18 de março de 2009).



Senadora SERYS SCHESSARENKO
2ª Vice-Presidente



Senador HERÁCLITO FORTES
1º Secretário



Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
2º Secretário



Senador MÃO SANTA
3º Secretário



Senador ADELMIR SANTANA
2º Suplente de Secretário



Senador CÍCERO LUCENA
3º Suplente de Secretário



Senador GERSON CAMATA
4º Suplente de Secretário

Documento integrante da **Ata da 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal**, realizada em 18 de março de 2009:

- Ato da Mesa nº 2, de 2009, que *"Define e delega competências aos membros da Mesa para o biênio 2009/2010."*

ATO DA MESA Nº 2, de 2009

Define e delega competências aos membros da Mesa para o biênio 2009/2010.

Considerando ser necessário conferir maior dinâmica às decisões de competência da Mesa;

considerando ser adequado promover uma melhor distribuição de atribuições entre os membros da Mesa;

A MESA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º Os membros da Mesa, além das competências que são previstas na Constituição Federal e no Regimento Interno, têm como atribuições:

I – conforme designação do Presidente, funcionar como Relatores das seguintes matérias:

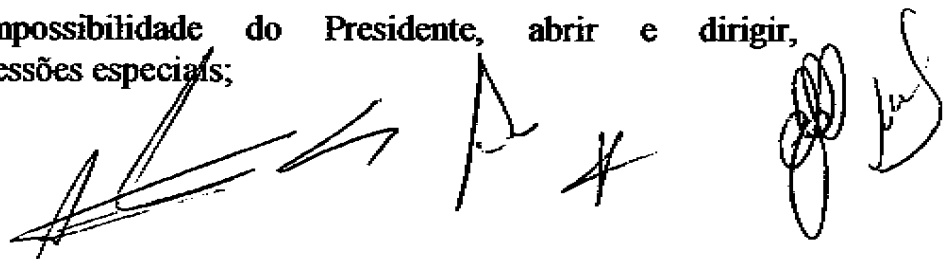
a) requerimentos de informação a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República (art. 50, § 2º, da Constituição Federal; art. 216 do Regimento Interno);

b) projetos de resolução que modifiquem ou reformem o Regimento Interno (art. 401 do Regimento Interno);

c) proposições encaminhadas ao exame da Mesa, quando cabível;

II – aprovar a consolidação das modificações feitas no Regimento, conforme disposto no Regimento Interno;

III – na impossibilidade do Presidente, abrir e dirigir, preferencialmente, as sessões especiais;

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'A. S.'. To its right are several smaller initials, including 'A.' and 'H.'. On the far right, there is a circular stamp or signature, possibly containing the name 'Luis'.

IV – propor à Mesa diretrizes para divulgação das atividades do Senado Federal e medidas adequadas para promoção da imagem e valorização do Poder Legislativo;

V – por designação do Presidente, representar:

a) a Mesa, nas suas relações externas à Casa;

b) o Senado Federal, em eventos e solenidades de elevada significação institucional.

Parágrafo único. Os Suplentes de Secretário funcionarão como Relatores das matérias relacionadas nas alíneas do inciso I nas condições descritas no art. 84, § 2º, do Regimento Interno.

Art. 2º É delegada ao Primeiro Vice-Presidente a atribuição de decidir sobre os requerimentos de licenças previstos:

I – no art. 13 do Regimento Interno;

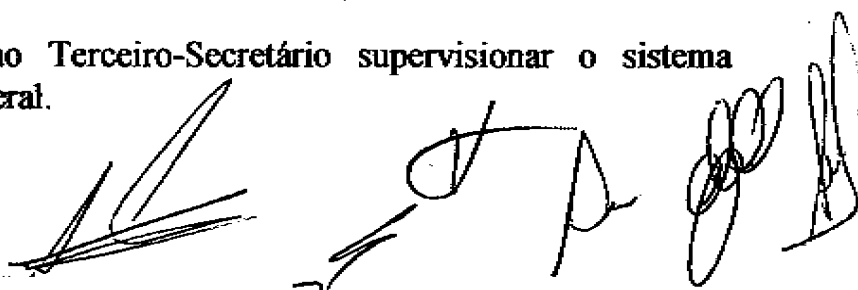
II – nos incisos I e II do art. 43 do Regimento Interno.

Parágrafo único. Na impossibilidade do Primeiro Vice-Presidente, as atribuições relacionadas no *caput* serão exercidas pelo Segundo Vice-Presidente.

Art. 3º É delegada ao Segundo, Terceiro e Quarto-Secretários a atribuição de decidir sobre os requerimentos de tramitação em conjunto ou de dispensamento de proposições que sejam de competência da Mesa.

Art. 4º Compete ao Segundo-Secretário controlar o fornecimento de requisições de passagens de transporte aéreo aos Senadores.

Art. 5º Compete ao Terceiro-Secretário supervisionar o sistema habitacional do Senado Federal.



Art. 6º Compete ao Quarto-Secretário providenciar passaportes diplomáticos e solicitar notas de visto ao Itamaraty.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa, em 18 de março de 2009.

Handwritten signatures and names of the members of the Mesa:

- 7 Moraes Lourenço (Mesa Direta)
- Con. Sérgio
- Con. Luiz
- Serg. Fernando
- Mesa

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2379 /2009**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 1531/09-3, RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 conceder pensão vitalícia a MARIA ELIENE TORRES BATISTA, na qualidade de cônjuge, na proporção de 100 % (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor aposentado SEBASTIÃO BATISTA DA SILVA, a partir da data do óbito, 25/05/2009.

Senado Federal, em 16 de junho de 2009.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁴⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (15,17)	
PDT/PSOL ⁽⁹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
 - Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
 - Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
 - Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
 - Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
 - Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
 - Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
 - Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
 **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-RJ)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽¹⁾
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PT-PR)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).

junho de 2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/06/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3511

Fax: 3303-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena
VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello
RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).
3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. n° 055/2009-GLDBAG).

5) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Shessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

6) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1.
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

7) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

MEMBROS	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Adelmir Santana (DEM)	
Senador Eduardo Azeredo (PSDB)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Eduardo Suplicy (PT)	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB)	
Maioria (PMDB, PP)	
PTB	
Senador Gim Argello	

8) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PT)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).

9) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾**PTB**

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

10) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽²⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA
CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Tião Viana (PT)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL****PRAZOS**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 21.05.2009 a 18.06.2009 (art. 374, III)

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 02.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 03 a 09.07.2009 (art. 374, V)

PARECER FINAL: 10 a 16.07.2009 (art. 374, VI)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (38)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)
Delcídio Amaral (PT) (36)	2. Renato Casagrande (PSB) (33)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,35)
Tião Viana (PT) (41)	4. Ideli Salvatti (PT) (39)
Marcelo Crivella (PRB) (40)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (29)	6. Expedito Júnior (PR) (4,28)
César Borges (PR) (32)	7. João Ribeiro (PR) (31)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (60,66)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (59,64)	2. Gilvam Borges (PMDB) (58,61)
Gerson Camata (PMDB) (67,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,63)
Valdir Raupp (PMDB) (55)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,63)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,54,56)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,53,70)
Pedro Simon (PMDB) (57,69)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,63)
VAGO (68)	7. VAGO (68)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (48)	1. Gilberto Goellner (DEM) (46)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,42)
Efraim Moraes (DEM) (44)	3. Heráclito Fortes (DEM) (49)
Raimundo Colombo (DEM) (50)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (46)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,43)	5. Kátia Abreu (DEM) (45)
Jayme Campos (DEM) (13,47)	6. José Agripino (DEM) (5,51)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	7. Alvaro Dias (PSDB) (26)
João Tenório (PSDB) (24)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,22,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (23,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27)
Tasso Jereissati (PSDB) (23)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (25,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (52)	1. Sérgio Zambiasi (12,52)
Gim Argello (52)	2. Fernando Collor (52)

PDT	
Osmar Dias (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3303-4605 e 33113516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
Flávio Arns (PT) (3,18,36)	1. Fátima Cleide (PT) (27)
Augusto Botelho (PT) (29)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (30)	3. Eduardo Suplicy (PT) (33)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (34)	5. Ideli Salvatti (PT) (26,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (31,60,62)	6. VAGO (31)
Renato Casagrande (PSB) (31,58,65)	7. José Nery (PSOL) (31,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (57,68)	1. Lobão Filho (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (9,50)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,54)	3. Valdir Raupp (PMDB) (49)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (51)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (48)
Mão Santa (PMDB) (52)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (38)	1. Heráclito Fortes (DEM) (45)
Rosalba Ciarlini (DEM) (41)	2. Jayme Campos (DEM) (43)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,39)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,44)
Raimundo Colombo (DEM) (37)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Lúcia Vânia (PSDB) (24,46)	5. Marisa Serrano (PSDB) (25,67)
Eduardo Azeredo (PSDB) (21,66)	6. João Tenório (PSDB) (22)
Papaléo Paes (PSDB) (20)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (23,42)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
21. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
22. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
27. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
31. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
42. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade, PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
PMDB	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽¹²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹¹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,9)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁵⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa ⁽⁸⁾	1. Paulo Duque ⁽³⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marina Silva (PT) (37,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,32)
Aloizio Mercadante (PT) (10,39)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (35)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,74)
Ideli Salvatti (PT) (37)	5. César Borges (PR) (30,52)
Expedito Júnior (PR) (31,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,38,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,64)
Almeida Lima (PMDB) (58,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (61,67)
Gilvam Borges (PMDB) (59,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (60,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (62,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,69,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,57,65)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,68)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (25,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Sérgio Guerra (PSDB) (29,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (25)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (25)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (28,73)
PTB (7)	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
32. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Flávio Arns (PT) (33)	1. João Pedro (PT) (1,35)
Augusto Botelho (PT) (33)	2. Ideli Salvatti (PT) (34)
Fátima Cleide (PT) (33)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,31)
Paulo Paim (PT) (33,45,66)	4. José Nery (PSOL) (37)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (36,67)
Marina Silva (PT) (38)	6. João Ribeiro (PR) (36,71)
Exedito Júnior (PR) (30)	7. VAGO (36)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (60)	1. Romero Jucá (PMDB) (55)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,54,70,72)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (57)	3. Pedro Simon (PMDB) (55)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (61)	4. Neuto De Conto (PMDB) (63)
Gerson Camata (PMDB) (56)	5. Valdir Raupp (PMDB) (59)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,58)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,62)
VAGO (64,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,46)	1. Gilberto Goellner (DEM) (39)
Marco Maciel (DEM) (43)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,48)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,50)	3. Jayme Campos (DEM) (49)
Heráclito Fortes (DEM) (41)	4. Efraim Morais (DEM) (40)
José Agripino (DEM) (13,51)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,52)
Adelmir Santana (DEM) (44)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,47)
Alvaro Dias (PSDB) (24)	7. Eduardo Azeredo (PSDB) (26,68)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	8. Marconi Perillo (PSDB) (27)
Lúcia Vânia (PSDB) (29,69)	9. Papaléo Paes (PSDB) (28)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (22)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,42)	1. João Vicente Claudino (42)
Romeu Tuma (42)	2. Mozarildo Cavalcanti (42)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
27. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ç GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
40. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
42. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (7)	1. VAGO (7)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (3)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. VAGO (1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO (7)
PDT	
VAGO (7)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Flávio Arns (PT) (22)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (22)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (22)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,24,30)
VAGO (2,23,48)	4. Marina Silva (PT) (24,45)
José Nery (PSOL) (21)	5. Magno Malta (PR) (24,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (38,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (33)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
VAGO (40,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (37)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	4. Mão Santa (PMDB) (42)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,34)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (41)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (3,32)	1. Heráclito Fortes (DEM) (29)
Rosalba Ciarlini (DEM) (27)	2. Jayme Campos (DEM) (25)
Eliseu Resende (DEM) (4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (26)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
26. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
33. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).

46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).

47. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.

48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Paulo Paim (PT) (6)	1. Fátima Cleide (PT) (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) (3,9)
Valter Pereira (PMDB) (14)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,4,7)	1. Adelmir Santana (DEM) (10)
Mário Couto (PSDB) (12)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia (8)	1. Cristovam Buarque (13)
PTB	
Sérgio Zambiasi (11)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shlessarenko (PT)	2. VAGO ^(3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,4)	1. VAGO ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴¹⁾	1. Flávio Arns (PT) ^(38,68)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(43,73)	2. Marina Silva (PT) ⁽⁴⁶⁾
João Ribeiro (PR) ^(45,70)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(42,75)
João Pedro (PT) ⁽⁴⁷⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽³⁹⁾
Tião Viana (PT) ^(44,54,69)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,40,49,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶²⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,72,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,61)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁵⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,53)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁷⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,50)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,56)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) ^(52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) ^(37,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³⁷⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,36,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁵⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁴⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁸⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(32,59)	1. Cristovam Buarque ^(20,31,60)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
37. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.
40. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
43. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
44. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
46. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloízio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).

79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. N° 094/09-GLDEM).

80. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. N° 165/2009/GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (21)	1. Marina Silva (PT) (17)
Delcídio Amaral (PT) (21,32,55)	2. Paulo Paim (PT) (19,32,58)
Ideli Salvatti (PT) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (24)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. Expedito Júnior (PR) (20)
Fátima Cleide (PT) (16)	5. Eduardo Suplicy (PT) (23)
João Ribeiro (PR) (25)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (53,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,46)
Gilvam Borges (PMDB) (54)	2. Lobão Filho (PMDB) (30,51)
Paulo Duque (PMDB) (47)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PMDB) (5,9,43)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (48,56)	5. VAGO (49,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)	6. Almeida Lima (PMDB) (52,60,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (26)
Eliseu Resende (DEM) (27)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (36)	3. Adelmir Santana (DEM) (33)
Jayme Campos (DEM) (34)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (28)
Kátia Abreu (DEM) (7,35)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,31)
Mário Couto (PSDB) (41,62)	6. Cícero Lucena (PSDB) (13)
João Tenório (PSDB) (42,57)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (14,59)
Flexa Ribeiro (PSDB) (13)	8. Alvaro Dias (PSDB) (13,61)
Marconi Perillo (PSDB) (40)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Silhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
24. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofizio Mercadante.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
26. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
27. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
32. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

43. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,27)
Serys Shlessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (26)	3. VAGO (23)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)
Valter Pereira (PMDB) (1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (37)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽²²⁾
João Pedro (PT) ⁽²⁰⁾	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,18)
Augusto Botelho (PT) ^(19,31,49)	3. Expedito Júnior (PR) ⁽¹⁷⁾
César Borges (PR) ^(21,54)	4. Serys Shessarenko (PT) ^(23,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,11,36,44)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(41,42)
Neuto De Conto (PMDB) ^(34,48)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(40,46)
Gerson Camata (PMDB) ^(37,43)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(38,45)
Valter Pereira (PMDB) ^(47,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(35,39)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁷⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,30)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽²⁶⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³²⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁵⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,28)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,33)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁹⁾
VAGO ^(13,53)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁴⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹²⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹²⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁵⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,24)	1. Sérgio Zambiasi ^(24,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- O Senador Edilson Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
- Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
- Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
- Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
43. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (20)	1. Delcídio Amaral (PT) (18)
Renato Casagrande (PSB) (22)	2. Flávio Arns (PT) (20)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,46)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,43,48)
Valdir Raupp (PMDB) (38,47)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (26)
Demóstenes Torres (DEM) (3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) (23)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (27)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,44)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (25)	1. Fernando Collor (25)
PDT	
Patrícia Saboya (13,33)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR****(Resolução nº 17, de 1993)**

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
PTB	
	1.
PDT	
	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 03/04/2009**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB****DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTFátima Cleide (RO) ⁽¹⁾**PTB**VAGO ⁽²⁾**PDT**

Patrícia Saboya (CE)

PR

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 05/03/2009**Notas:**

1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO**

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) ¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) ¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS) ¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 396 PÁGINAS